

5

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE



CEPESE

5

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

ECONOMIA E SOCIEDADE

POPULAÇÃO E SOCIEDADE



C E P E S E

Título:

População e Sociedade – N.º 5/1999

Edição:

CEPESE - *Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade*

(Ex. *CEPFAM – Centro de Estudos da População e Família*)

Rua do Campo Alegre, 1055

4150-180 Porto

Telefone / Fax: 22 600 1513

<http://www.letras.up.pt/cepese>

E-mail: cepese@mail.telepac.pt

Director:

Fernando de Sousa

Comissão de aconselhamento científico:

Professor Doutor Jorge Carvalho Arroiteia – *Universidade de Aveiro*

Professor Doutor Celso Almuiña – *Universidade de Valladolid*

Professor Doutor Lorenzo Lopez Trigal – *Universidade de León*

Professora Doutora Maria Helena Cruz Coelho – *Universidade de Coimbra*

Professor Doutor António Henrique de Oliveira Marques – *Universidade Nova de Lisboa*

Comissão científica:

Ângelo Vítor Patrício – *ISLA – Bragança*

Fátima Sequeira Dias – *Universidade dos Açores*

Fernando Alberto Pereira de Sousa – *Universidade do Porto*

Gilberta Pavão Nunes Rocha – *Universidade dos Açores*

João Ramalho Cosme – *Universidade de Lisboa*

Joaquim Manuel Pantoja Nazareth – *Universidade Nova de Lisboa*

Jorge Fernandes Alves – *Universidade do Porto*

Maria da Conceição Meireles Pereira – *Universidade do Porto*

Maria José Moutinho Santos – *Universidade do Porto*

Teresa Maria Ferreira Rodrigues – *Universidade Nova de Lisboa*

Execução de:

Gráficos Reunidos, Ld.ª – Porto

ISSN 0873 – 1861

Depósito Legal n.º 94 133/95

Tiragem: 750 exemplares

NOTA DE APRESENTAÇÃO

*Criado em 1989, por acção conjunta da Reitoria da Universidade do Porto e da Fundação Eng^o António de Almeida, como unidade de investigação inter-universitária especialmente vocacionada para as problemáticas da população, o CEPFAM- Centro de Estudos da População e Família dá lugar, dez anos depois ao **CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade**, designação já oficialmente registada por escritura pública. Trata-se essencialmente de adequar a denominação oficial, visando caracterizar de forma mais ajustada a diversidade de investigação que os seus associados e colaboradores têm vindo a desenvolver no âmbito dos seus percursos académicos, enriquecendo o grupo de trabalho com a abordagem de problemáticas mais variadas, embora conexas.*

*Como se observa pela presente publicação, continuará a editar-se a revista **POPULAÇÃO E SOCIEDADE**, que vai já no seu quinto número. No conjunto dos textos publicados sobressaem ainda quantitativamente os de demografia, a que se seguem os de história industrial, mas o volume toca as diversas áreas que compõem o leque das linhas de investigação do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade:*

- 1. População portuguesa – história e prospectiva*
- 2. Família, espaços de socialização e marginalidades*
- 3. Estruturas económicas e industrialização*
- 4. Relações históricas peninsulares*

OS GRANDES CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO DO ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO DE PORTUGAL NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA ATÉ AO ANO 2050

J. Manuel Nazareth

*Professor Catedrático de Demografia do Instituto Superior de Estatística
e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa
Membro Fundador do CEPFAM*

ABSTRACT

The United Nations declared that the present year is «The International Year of Aged People» with a special label «Building a Society for all ages».

The present article as three main goals: to present the main theoretical points of view of the aging process, causes and consequences; the demographic evolution of this process and a discussion about the main prospects in a long term analysis; a discussion about the societal implications.

If during the next century the importance of young people in the portuguese society (and in the European Union) will decline and if the importance of older people continue to grow what kind of solutions can be found?

1. Questões Metodológicas

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o ano de 1999 como sendo o Ano Internacional das Pessoas Idosas «Construir uma Sociedade para todas as Idades» para chamar a atenção para o enorme potencial que representa as pessoas idosas:

- em Portugal cerca de 1,5 milhões de pessoas num total de 10 milhões de habitantes;
- na União Europeia 57 milhões de pessoas num total de pouco mais de 370 milhões de habitantes;
- no mundo 409 milhões de pessoas num total de 6 milhares de milhão de habitantes.

A resolução 47/98 define os grandes princípios das Nações Unidas para as pessoas idosas, os quais garantirão aos cidadãos mais velhos viver melhor os anos de vida que ganharam:

- *O princípio da dignidade* – aos cidadãos mais velhos devem ser garantidas condições dignas de existência, de segurança e de justiça, independentemente da idade, sexo, raça, origem étnica, situação económica e qualquer circunstância;
- *O princípio da autonomia* – aos cidadãos mais velhos deve ser garantido o rendimento adequado à satisfação das necessidades básicas, o acesso à formação, capacidade de decisão na passagem à situação de reforma, acesso aos cuidados de saúde, ao apoio da família e da comunidade, melhoria do ambiente em que vivem de acordo com as suas preferências e necessidades específicas e a manutenção do seu quadro de vida;
- *O princípio do desenvolvimento pessoal* – os cidadãos mais velhos deverão ter condições que favoreçam o seu pleno desenvolvimento pessoal, nomeadamente ao nível da educação, da cultura, dos tempos livres e do próprio desenvolvimento espiritual;
- *O princípio do acesso aos cuidados* – aos cidadãos mais velhos devem ser garantidas condições de acesso aos cuidados de saúde que promovam o melhor bem-estar físico, mental e emocional, prevenindo a doença, curando e reabilitando; também deve ser respeitado os direitos humanos e liberdades fundamentais quando se encontram em situação de residência colectiva nomeadamente o direito à privacidade, a tomar decisões sobre os cuidados que lhe são prestados, à qualidade de vida e ao respeito pela sua dignidade, crenças e necessidades;
- *O princípio da participação* – aos cidadãos mais velhos devem ser garantidas condições que contribuam para a participação activa na sociedade, designadamente na definição e aplicação de políticas que directa ou indirectamente contribuem para a sua qualidade de vida, a partilha dos seus conhecimentos e saberes com outras gerações, o desempenho de papéis socialmente úteis, de acordo com as suas capacidades e interesses, o desenvolvimento de associações.

Foi uma grande trajectória temporal e disciplinar que todo este processo teve na segunda metade do século XX. De um momento histórico em que os grandes organismos internacionais apenas se preocupavam com as questões respeitantes ao crescimento das populações foi-se passando lentamente para uma fase de maturação em que a preparação para a emergência de sociedades envelhecidas passou a ser a grande preocupação das sociedades mais desenvolvidas.

De uma simples questão quantitativa (o número de pessoas idosas estar constantemente a aumentar) foi-se passando lentamente a questões mais complexas à medida que as diferentes áreas do saber se iam preocupando com esta temática. Sem negar a importância da contribuição de pontos de vista como o da economia, da psicologia, da antropologia, da ética e da geografia foi nas relações entre os idosos e as ciências biológicas (onde emergiu o nome da Geriatria) e nas relações entre os idosos e as ciências sociais (onde emergiu o nome de Gerontologia Social) que tem surgido o maior número de investigações.

Assim, embora a pesquisa no envelhecimento biológico não seja guiada por uma única teoria universalmente aceite os estudos genéticos, celulares e fisiológicos têm

progrido consideravelmente na identificação das causas fisiológicas do processo de envelhecimento.

A «teoria do erro», uma teoria de base genética, afirma que o envelhecimento resulta de erros nos fluxos de informação genética. Uma outra teoria, talvez a mais conhecida, é a chamada «teoria de Hayflick» que defende o ponto de vista de as células humanas serem capazes de um número limitado de divisões antes de morrerem o que implica ser o envelhecimento algo que está programado nas células esclarecendo-se assim não só as diferentes durações de vida nas espécies como, no caso dos seres humanos, as diferentes durações de vida do homem e da mulher (o homem dura menos 6 a 8 anos do que a mulher).

Os mecanismos de envelhecimento são específicos de cada espécie e as diversas hipóteses existentes para explicar as causas e os mecanismos de envelhecimento não se excluem umas às outras. As principais diferenças teóricas residem no peso relativo atribuído aos factores genéticos e aos factores não genéticos. A teoria genética defende o princípio que a longevidade é determinada por um conjunto de genes reguladores que, ao afectarem as funções de determinados órgãos e estruturas, consolidam a actividade corporal. Consequentemente, segundo este ponto de vista, o envelhecimento seria consequência natural do desenvolvimento e das actividades metabólicas essenciais à vida do indivíduo e assenta a demonstração nos seguintes argumentos: o facto de as células «in vitro» apresentarem um limite máximo para a capacidade de replicação, a homogeneidade que existe na expectativa de vida de cada espécie e a existência de factores de senescência em aparente relação com mudanças de expressão genética.

As teorias não genéticas defendem o ponto de vista que o processo de envelhecimento resulta de um somatório de alterações bioquímicas em diversos componente celulares produzidos por factores extrínsecos inevitáveis. Baseiam a sua argumentação na possibilidade de falha de equilíbrio entre as lesões e a reparação das mesmas.

Assim, sob o ponto de vista das ciências biológicas, todas estas teorias estão em pleno processo de demonstração e a única convergência teórica existente assenta na intervenção da restrição de calorias no processo de envelhecimento humano. A restrição global de calorias, mais do que a restrição em qualquer componente da dieta, têm uma acção fundamental no aparecimento de doenças tipicamente associadas à idade. Por outras palavras, do ponto de vista da fisiologia humana, o envelhecimento é caracterizado por uma progressiva diminuição da reserva de cada órgão ou sistema, sendo mais evidente após a terceira década de vida, mas podendo variar de caso para caso em função da dieta, do meio ambiente, dos hábitos sociais e de factores genéticos.

É devido a esta restrição global de calorias que o aparecimento de uma nova doença geralmente afecta o órgão ou o sistema mais vulnerável, que os sintomas são mais precoces nas pessoas idosas, que os medicamentos actuam mais intensamente à medida que a idade aumenta e que a «normalidade biológica» de um idoso é diferente da de um jovem.

Assim se uma certa unidade de base biológica é possível encontrar na problemática do envelhecimento através da teoria da «restrição global de calorias» também na chamada área do social também a maior convergência se encontra na chamada base demográfica do processo. Sem negar a existência de outros pontos de vista importantes a importância da quantificação deste processo é outra das grandes bases desta problemática: existe um «envelhecimento na base» (diminuição da importância dos jovens na sociedade) e um «envelhecimento no topo» (aumento da

importância dos idosos) devido ao efeito conjugado do declínio da fecundidade, do aumento da duração média de vida e das migrações. Consequentemente é sobre a evolução da base demográfica, ou seja, sobre a evolução futura deste processo que todas as outras áreas científicas consolidam a importância das suas estratégias.

A extrapolação da evolução da dinâmica demográfica em geral e do processo de envelhecimento em particular para o médio e longo prazo pode ser elaborada de diversas formas.

A mais utilizada é a metodologia das projecções demográficas. Com base num conjunto de hipóteses de evolução da fecundidade, da mortalidade e das migrações seguem-se as gerações e procede-se à reconstrução, em diversos momentos do tempo, do volume e das estruturas populacionais. Estas projecções podem em muitos casos interpretadas como previsões enquanto se introduz algum grau de plausibilidade e se supõe representarem as evoluções mais prováveis da dinâmica demográfica.

Contudo, *na actual conjuntura demográfica que caracteriza a maior parte dos países europeus, é praticamente impossível prever com exactidão a evolução das variáveis demográficas fundamentais bem como do processo de envelhecimento entendido no sentido demográfico.* As alternativas de evolução são bastante diversificadas: a diferença entre os níveis actuais de fecundidade e o potencial biológico deixa em aberto todas as possibilidades, a mortalidade também pode ter evoluções muito diferenciadas consoante a postura optimista ou pessimista que se adopte e as migrações ao dependerem de um complexo bastante diversificado de factores são praticamente imprevisíveis.

A melhor alternativa a este procedimento clássico não reside num maior refinamento das técnicas de «análise da sobrevivência das gerações» mas na adopção de uma metodologia de cenários que a partir desta forma de procedimento construa um conjunto de situações próximas da realidade com uma atitude prospectiva. Os cenários são representações hipotéticas dos futuros possíveis baseadas numa variedade de hipóteses que apenas visam explorar todas as possibilidades ou, melhor ainda, as possibilidades extremas definindo os limites que devem balizar a reflexão prospectiva. Os cenários não têm a pretensão de prever o futuro mas de apresentar os desenvolvimentos futuros possíveis.

Foi neste contexto que, em 1993, o Conselho da Europa elaborou oito cenários quantificados de evolução dos vinte países mais importantes que integram este Conselho até ao ano 2050. Mais recentemente, em 1996, o Eurostat também abandona a atitude meramente técnica de projecção e adopta uma atitude mais prospectiva ao apresentar três cenários quantificados para o conjunto da União Europeia e para cada um dos países que a integram. Os cenários do Conselho da Europa são mais diversificados mas têm o inconveniente de não estarem desagregados segundo os países.

Os cenários do Eurostat são mais limitados em número (apenas se apresentam três cenários para cada país e para o conjunto da União Europeia) mas têm a grande vantagem de cada país quantificar as suas hipóteses sendo o total da União Europeia resultante da soma dos resultados obtidos em cada uma das partes.

No caso concreto de Portugal, foram elaborados três cenários pelo nosso representante no Eurostat - o Instituto Nacional de Estatística - com base em critérios comuns ao conjunto dos países.

Finalmente, resta-nos acrescentar que no âmbito do projecto que decorre no Centro de Estudo de População e Família da Universidade do Porto «História e Prospectiva da População Portuguesa» também elaborámos um conjunto de cenários alternativos de evolução da população portuguesa a nível global e regional.

Começámos por utilizar a técnica da «análise de sobrevivência das gerações» analisando cada um dos segmentos retrospectivamente antes de o projectarmos no futuro.

Começámos pela mortalidade e tentámos compreender a sua evolução recente através de três indicadores – a esperança de vida para cada um dos sexos e a taxa de mortalidade infantil. Com estes três indicadores não procurámos extrapolar as diversas funções de uma tábua de mortalidade mas determinar as sequências dos níveis das tábuas de mortalidade de Princeton mais adequadas.

No caso da fecundidade entre os diversos indicadores possíveis utilizámos a taxa de fecundidade geral por ser um indicador bastante liberto dos efeitos de estrutura. É verdade que poderíamos ter optado por ter escolhido indicadores mais refinados tanto para a análise regressiva como prospectiva mas atendendo ao facto de o projecto em curso pretender descer à escala regional entendemos que este indicador tinha vantagens comparativas em relação a todos os outros.

Quanto às migrações também optámos por não sofisticar os métodos de medição atendendo ao elevado grau de incerteza que esta variável micro demográfica apresenta. Limitámo-nos a utilizar a equação de concordância para apurar as macro tendências.

No presente artigo não iremos apresentar a totalidade dos dados obtidos nem tão pouco iremos entrar no detalhe das diferentes hipóteses que estiveram na base dos cenários adoptados. Limitamo-nos a apresentar a evolução do processo de envelhecimento a nível global de Portugal bem como das principais hipóteses adoptadas nos diferentes cenários alternativos .

Neste contexto, antes de se analisar e comparar os resultados, *é importante concentrar as atenções na prospectiva de cada uma das variáveis fundamentais da dinâmica demográfica em geral e do envelhecimento demográfico em particular.*

2. A Prospectiva da Fecundidade

No que diz respeito à *prospectiva da fecundidade enquanto principal variável responsável pelo processo de envelhecimento* a demografia europeia deste século é caracterizada pelo declínio secular apenas interrompido pelo «baby-boom» a seguir à Segunda Guerra Mundial. É certo que o contexto, as causas e o ritmo do declínio da fecundidade variaram muito entre os diferentes países europeus mas, numa perspectiva de longa duração, encontramos entre os diferentes países muito mais semelhanças do que diferenças. Nos dois últimos decénios o Índice Sintético de Fecundidade (número médio de filhos por mulher) calculado em transversal na totalidade dos países europeus é inferior ao necessário para substituir as gerações. É verdade que só se pode conhecer com rigor o fenómeno quando as gerações estiverem completas e que se possa medir, em longitudinal e com rigor, a verdadeira intensidade do fenómeno.

Porém, a amplitude do processo e a intensidade do declínio não deixa margem para dúvidas sobre a existência de uma clara não renovação das gerações. Será que se terá atingido o ponto mais baixo ou, será possível pensar em níveis ainda mais baixos? Nos últimos anos, em alguns países foi possível observar aumentos significativos da fecundidade. Estamos perante uma situação meramente conjuntural ou estamos perante o início de uma tendência durável de aumento da fecundidade? Será que os próximos anos nos esclarecerão sobre a eventual existência de «novas tendências» na evolução da fecundidade ou será ainda que nenhuma tendência coerente aparecerá e ficaremos reduzidos apenas a pequenas tendências de curto prazo?

Apesar das generalizações serem sempre arriscadas é possível identificar um conjunto de factores globais que influenciaram o declínio secular da fecundidade: a passagem de uma economia agrícola para uma economia industrial e de serviços, a passagem de um modo de vida rural para um modo de vida urbano, a secularização, a emergência do individualismo, o aumento do nível educacional, a mudança do papel da mulher na sociedade, os modernos meios de contracepção.

É pouco provável que estas transformações mudem de direcção. No entanto, existe uma evolução que não tendo chegado ainda ao seu termo, pode ter uma influência decisiva na evolução da fecundidade: a independência económica da mulher. Se o trabalho e a maternidade são elementos fundamentais para a sobrevivência de qualquer sociedade, uma questão importante é saber como se irá combinar, num futuro próximo ou longínquo, a função maternal com a participação da mulher no mercado de trabalho. No momento actual, em função dos dados disponíveis, o que sabemos é que os países que optaram pelas políticas que procuram conciliar o «tempo de trabalho» com «o tempo para a família» são aqueles cuja natalidade parece manifestar alguns sinais de aumento ou, pelo menos, alguma estabilização no processo secular de declínio. É o caso da Suécia que foi um país pioneiro ao instituir serviços generalizados de apoio às crianças, sistemas de apoio às famílias, às férias parentais e outros sistemas que permitiram incentivar as mulheres a reintegrar o mercado de trabalho depois da maternidade. A fecundidade depois de atingir em 1983 um nível de 1,6 subiu para valores próximos do nível de substituição das gerações (2,1) nos primeiros anos da década de noventa. Mas ninguém se atreve a afirmar que esta subida da fecundidade se mantenha no futuro e que anuncie uma nova fase de evolução das atitudes face à vida.

Também sabemos que em países como a Dinamarca, a Finlândia e a Noruega, que adoptaram medidas semelhantes, também se está a observar um aumento da fecundidade. Será uma consequência das políticas que pragmaticamente procuraram actuar neste aspecto preciso que representa a conciliação da vida profissional com a vida familiar? Ou será uma consequência da maternidade tardia, ou seja, de se diferir em muitos casos a maternidade no tempo? Será que as mulheres passam a ter o número de filhos que desejam mesmo começando a ter mais tarde uma união sexual estável? Ou será ainda uma combinação das duas situações?

Não é difícil concluir que a principal variável responsável pela dinâmica demográfica natural no momento actual bem como pelo processo de envelhecimento - a fecundidade - encontra enormes dificuldades em «ser projectada». Não existindo certezas e sendo pouco provável a existência de «tendências pesadas» a melhor opção é a elaboração de cenários com algum grau de plausibilidade.

Neste contexto o Conselho da Europa, depois de constatar que os valores da fecundidade nos diversos países europeus variavam entre 1,3 e 2,1 serviu-se destes valores para elaborar dois grupos de cenários alternativos:

- os cenários números 0 a 4 optaram pela manutenção dos actuais níveis baixos de fecundidade (1,3 filhos por mulher);
- os cenários números 5 a 8 admitem uma subida progressiva da fecundidade até se atingir o limite necessário à renovação das gerações (2,1 filhos por mulher)

Eurostat, para o conjunto dos países da Europa dos Quinze, trabalhou apenas três cenários:

- no «Cenário Baixo» optou pela manutenção dos valores baixos actualmente observados na maior parte dos países europeus (valores variando entre 1,42 e 1,45 filhos por mulher);
- no «Cenário de Base» admite uma ligeira subida da fecundidade sem atingir a renovação das gerações (valores variando entre 1,45 e 1,66 filhos por mulher);
- no «Cenário Alto» adopta uma manifesta subida da fecundidade sem atingir o valor necessário à renovação das gerações (valores variando entre 1,50 e 1,94 filhos por mulher).

QUADRO N.º 1 - EVOLUÇÃO DA FECUNDIDADE NA UNIÃO EUROPEIA NO PERÍODO 1960 – 1997

PAÍSES	1960	1970	1980	1990	1997
Bélgica	2,6	2,3	1,7	1,6	1,6
Dinamarca	2,5	2	1,6	1,7	1,8
Alemanha	2,4	2	1,6	1,5	1,3
Grécia	2,3	2,4	2,2	1,4	1,4
Espanha	2,9	2,9	2,2	1,3	1,2
França	2,7	2,5	2	1,8	1,7
Irlanda	3,8	3,9	3,3	2,1	1,9
Itália	2,4	2,4	1,6	1,3	1,2
Luxemb.	2,3	2	1,5	1,6	1,7
P. Baixos	3,1	2,6	1,6	1,6	1,6
R. Unido	2,7	2,4	1,9	1,8	1,7
Áustria	2,7	2,3	1,6	1,5	1,4
Finlândia	2,7	1,8	1,6	1,8	1,9
Suécia	2,2	1,9	1,7	2,1	1,9
PORTUGAL	3,1	3	2,2	1,5	1,4
U. EUR.	2,6	2,4	1,8	1,5	1,5

FONTE: EUROSTAT

QUADRO N.º 2 – OS CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO DA FECUNDIDADE NA UNIÃO EUROPEIA NO PERÍODO 1995-2050 SEGUNDO O CONSELHO DA EUROPA E O EUROSTAT

CONSELHO DA EUROPA	ÍNDICE FECUNDIDADE	EUROSTAT	ÍNDICE FECUNDIDADE
Cenário 0	1,3	Cenário «Baixo» 1995	1,42
Cenário 1	1,3	Cenário «Baixo» 2000	1,40
Cenário 2	1,3	Cenário «Baixo» 2020	1,43
Cenário 3	1,3	Cenário «Baixo» 2050	1,45
Cenário 4	1,3	Cenário «Base» 1995	1,45
Cenário 5	2,1	Cenário «Base» 2000	1,55
Cenário 6	2,1	Cenário «Base» 2020	1,65
Cenário 7	2,1	Cenário «Base» 2050	1,66
Cenário 8	2,1	Cenário «Alto» 1995	1,50
-	-	Cenário «Alto» 2000	1,75
-	-	Cenário «Alto» 2020	1,94
-	-	Cenário «Alto» 2050	1,94

FONTE : EUROSTAT

No caso concreto do «Projecto CEPFAM» a solução adoptada foi a de admitir a existência de dois grandes grupos de cenários claramente contrastados porque entendemos que traduzem uma situação que balizam a evolução futura da evolução da fecundidade em Portugal.

No primeiro grupo de cenários, tivemos em consideração o facto de não se observar na sociedade portuguesa nenhum sinal de recuperação da fecundidade nem tão pouco se acreditar que os baixos níveis actualmente existentes possam ainda declinar muito mais do que já se observou. Chamámos a estes cenários «Cenários Tendência Pesada Natural» porque mantivemos durante todo o período de projecção os baixos níveis de fecundidade observados no momento actual a nível global do país (1,4 filhos por mulher a que corresponde uma Taxa de Fecundidade Geral próxima dos 40 nascimentos por mil mulheres no período fértil).

Um outro grupo de cenários a que chamámos «Cenários Tendência Natural Corrigida» admite uma subida gradativa da fecundidade até se atingir a hipótese (mais teórica do que realista) de se conseguir a renovação das gerações no período 2020/2025 (ou seja, cerca de 2,1 filhos por mulher com o correspondente ajuste às Taxas de Fecundidade Geral observadas).

Optámos assim por apresentar as duas soluções que nos parecem balizar os limites no interior da qual a realidade portuguesa irá evoluir e que simultaneamente são indicativas para opções estratégicas em matérias complexas como é o caso das políticas de apoio à criança e à família.

3. A Prospectiva da Mortalidade

Numa primeira fase do processo de envelhecimento das populações o declínio da fecundidade é a variável explicativa natural fundamental daí a importância que atribuímos à prospectiva da sua. Porém, *numa segunda fase, quando a fecundidade começa a estabilizar os seus valores a baixos níveis, passa a ser o declínio da mortalidade em geral e o aumento da duração média de vida em particular o factor explicativo natural determinante.*

A evolução recente das grandes causas de morte observada nos diferentes países europeus incitam-nos a ser mais optimistas do que pessimistas em relação ao futuro. O declínio generalizado das doenças infecciosas e das doenças ligadas ao aparelho circulatório, uma melhor capacidade de diagnóstico e de tratamento dos diversos tipos de cancro têm sido particularmente visíveis nos últimos anos.

QUADRO N.º 3 – EVOLUÇÃO DA ESPERANÇA DE VIDA DOS HOMENS NA UNIÃO EUROPEIA

PAÍSES	1960	1970	1980	1990	1997
Bélgica	67,7	67,8	70	72,7	73,4
Dinamarca	70,4	70,7	71,2	72	72,7
Alemanha	-	-	-	72	73,1
Grécia	67,3	70,1	72,2	74,6	75,2
Espanha	67,4	69,2	72,5	73,3	73,8
França	66,9	68,4	70,2	72,7	73,8
Irlanda	68,1	68,8	70,1	72,1	73,2
Itália	67,2	69	70,6	73,6	74,7
Luxemb.	66,5	67,1	69,1	72,3	73,2
P. Baixos	71,5	70,7	72,7	73,8	74,6
R. Unido	67,9	68,7	70,2	72,9	74,2
Áustria	66,2	66,5	69	72,4	73,4
Finlândia	65,5	66,5	69,2	70,9	72,8
Suécia	71,2	72,2	72,8	74,8	76,1
PORTUGAL	61,2	64,2	67,7	70,4	71,6
U. EUR.	67,5	68,6	70,5	72,8	74

FONTE: EUROSTAT

Mais ainda, os factores responsáveis pelo aparecimento destas novas tendências, em particular as mudanças de comportamento ligadas ao tabagismo e aos regimes alimentares, a prevenção de certas doenças através do controlo da tensão arterial, da medição dos níveis de colesterol, e o diagnóstico precoce do cancro do seio e

do útero são aspectos que têm evoluído positivamente mas que estão longe de ter chegado ao limite dos seus efeitos positivos sobre o aumento da esperança de vida.

Se juntarmos a estes aspectos de mudança nos comportamentos sociais, outros aspectos de carácter mais técnico como a descoberta de algumas novas terapêuticas, as quais atacam simultaneamente as causas e as conseqüências de certas doenças, encontramos razões mais do que suficientes para pensar que os limites da vida humana estão longe de ser atingidos.

Num horizonte de tempo de mais de 50 anos existem todos os motivos para quantificar cenários otimistas que apontam para uma duração média de vida de 90 anos para os homens (73,5 anos em 1995 na União Europeia) e de 95 anos para as mulheres (80 anos em 1995 na União Europeia - ver os dados do Conselho da Europa) ou moderadamente otimistas com 83 anos para os homens e 87 anos para as mulheres, ou seja, um aumento de 10 anos num horizonte de 50 anos (Eurostat - no Cenário «Alto»).

QUADRO N.º 4 – EVOLUÇÃO DA ESPERANÇA DE VIDA DAS MULHERES NA UNIÃO EUROPEIA

PAÍSES	1960	1970	1980	1990	1995
Bélgica	73,5	74,2	76,8	79,4	80,1
Dinamarca	74,4	75,9	77,3	77,7	78,1
Alemanha	-	-	-	78,4	79,6
Grécia	72,4	73,8	76,8	79,5	80,2
Espanha	72,2	74,8	78,6	80,4	81,1
França	73,6	75,9	78,4	80,9	81,9
Irlanda	71,9	73,5	75,6	77,6	78,7
Itália	72,3	74,9	77,4	80,1	81,2
Luxemb.	72,2	73,4	75,9	78,5	79,7
P. Baixos	75,3	76,5	79,3	80,9	80,3
R. Unido	73,7	75	76,2	78,5	79,4
Áustria	72,7	73,4	76,1	78,9	79,7
Finlândia	72,5	75	77,6	78,9	80,1
Suécia	74,9	77,1	78,8	80,4	81,4
PORTUGAL	66,8	70,8	75,2	77,4	78,6
U. EUR.	72,7	74,6	77,1	79,4	80,5

FONTE: EUROSTAT

QUADRO N.º 5 – OS CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE NA UNIÃO EUROPEIA NO PERÍODO 1995 – 2050 SEGUNDO O CONSELHO DA EUROPA E O EUROSTAT

CONSELHO DA EUROPA	ESPERANÇA DE VIDA (H / M)	EUROSTAT	ESPERANÇA DE VIDA (H / M)
Cenário 0	84 / 89	Cenário «Baixo» 1995	74 / 80
Cenário 1	77 / 83	Cenário «Baixo» 2000	74 / 81
Cenário 2	77 / 83	Cenário «Baixo» 2020	75 / 82
Cenário 3	90 / 95	Cenário «Baixo» 2050	76 / 82
Cenário 4	90 / 95	Cenário «Base» 1995	74 / 80
Cenário 5	77 / 83	Cenário «Base» 2000	75 / 81
Cenário 6	77 / 83	Cenário «Base» 2020	78 / 84
Cenário 7	90 / 95	Cenário «Base» 2050	80 / 85
Cenário 8	90 / 95	Cenário «Alto» 1995	74 / 81
-	-	Cenário «Alto» 2000	76 / 82
-	-	Cenário «Alto» 2020	80 / 85
-	-	Cenário «Alto» 2050	83 / 87

FONTE: Eurostat

Porém, aos argumentos que estão na base da construção destes cenários optimistas, opõem-se outros argumentos igualmente plausíveis que estão na base da construção de cenários mais pessimistas. Estes últimos tipo de argumentos agrupam-se em três grandes categorias:

- o retomar do crescimento das doenças infecciosas devido ao desenvolvimento de resistências às terapias conhecidas ou ao aparecimento de novas patologias;
- diminuição generalizada das condições gerais de saúde devido à deterioração da qualidade ambiental (os adubos químicos utilizados em elevadas doses na agricultura, as chuvas ácidas, a degradação da camada de ozono e os aditivos alimentares são grandes factores de risco que podem pôr em perigo a saúde das próximas gerações);
- o último tipo de argumentos baseia-se na hipótese de que as gerações que neste momento estão nas idades mais avançadas representam uma selecção (devido à elevada mortalidade infantil no passado) e que, em consequência, ninguém pode saber se as novas gerações do antibiótico serão igualmente resistentes.

Estes argumentos de carácter mais pessimista estão na base de construção de cenários que tanto no trabalho do Conselho da Europa como no do Eurostat apenas admite, num horizonte de 50 anos, um pequeno aumento de 3 anos na esperança de vida.

No caso concreto do «Projecto CEPFAM», não encontrámos razões substanciais para a construção de cenários alternativos de mortalidade numa lógica se custos – benefícios. A adopção de dois cenários de evolução da mortalidade implicaria a construção de 4 cenários naturais e de 12 cenários finais o que dificultaria substancialmente a nossa análise dos resultados finais.

Optámos assim por uma evolução única da mortalidade: Portugal atingir, no início do próximo século, os valores da média da União Europeia e continuar a evoluir moderadamente até estabilizar o seu declínio com uma Taxa de Mortalidade Infantil de 5 por mil, uma esperança de vida à nascença de 76 anos para os homens e de 83 anos para as mulheres (o que corresponde ao nível 26 W das novas tábuas tipo de Princeton.

4. Prospectiva das Migrações

Apesar das variáveis naturais - fecundidade e mortalidade - serem os grandes motores da prospectiva da dinâmica demográfica natural e do processo de envelhecimento demográfico em particular, os movimentos migratórios podem, conforme dissemos anteriormente, ampliar ou atenuar este processo.

QUADRO N.º 6 – OS CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO DAS MIGRAÇÕES NA UNIÃO EUROPEIA
NO PERÍODO 1995-2050 SEGUNDO O CONSELHO DA EUROPA E O EUROSTAT

CONSELHO DA EUROPA	NUMERO TOTAL IMIGRANTES (MILHÕES)	EUROSTAT	SALDO MIGRATÓRIO (000)
Cenário 0	0,5	Cenário «Baixo» 1995	647,1
Cenário 1	0	Cenário «Baixo» 2000	410,7
Cenário 2	1	Cenário «Baixo» 2020	396,0
Cenário 3	0	Cenário «Baixo» 2050	396,0
Cenário 4	1	Cenário «Base» 1995	761,7
Cenário 5	0	Cenário «Base» 2000	679,3
Cenário 6	1	Cenário «Base» 2020	591,8
Cenário 7	0	Cenário «Base» 2050	591,8
Cenário 8	1	Cenário «Alto» 1995	869,8
-	-	Cenário «Alto» 2000	1009,9
-	-	Cenário «Alto» 2020	787,6
-	-	Cenário «Alto» 2050	787,6

FONTE: EUROSTAT

A nível da totalidade dos países europeus não é bem a natureza do saldo migratório que é importante mas a determinação da evolução dos quantitativos das diversas componentes que integram os movimentos migratórios.

Assim, se os países europeus são globalmente países de atracção parece não ter sentido, no presente momento, lidar com cenários que apresentem saldos migratórios negativos: ou se admite a existência de saldos migratórios nulos (como é o caso dos cenários 1, 3, 5, e 7 do Conselho da Europa) ou se admite existirem diversos níveis de atracção (todos os outros cenários).

A quantificação dos diferentes cenários fica assim fundamentalmente ligado às diferentes hipóteses de evolução dos grandes tipos de migrantes: migrações de mão-de-obra, reunificação das famílias, refugiados políticos, refugiados económicos e refugiados ecológicos.

No caso concreto de Portugal o problema é mais complexo do que lidar com os países que integram o centro e o norte da União Europeia. É verdade que Portugal é tradicionalmente um país de emigração mas já por três vezes aconteceu, durante o século XX, que a imigração foi maior do que emigração:

- no final dos anos trinta, na sequência da grande crise económica que atingiu em particular o continente americano
- no período 1975 - 80 quando ocorreram grandes vagas de retorno em particular do antigo espaço colonial português;
- no período 1994-95 devido à existência de fluxos imigratórios de razoável dimensão em particular oriundos de Cabo Verde, da Guiné e do Brasil.

Neste contexto achámos que tinha toda a pertinência corrigir cada um dos cenários naturais com duas hipóteses de saldos migratórios: a imigração ser maior do que a emigração em 10 000 por ano (valor observado em 1995) e a emigração ser maior do que a imigração em 60 000 por cada 5 anos (valor observado no período 1990 -95).

5. Os resultados obtidos

Nos Quadros 7 e 8 apresentamos os resultados obtidos pelos dois grandes organismos internacionais citados anteriormente.

Se nos Quadros 7 e 8 apresentamos a evolução do processo de envelhecimento da União Europeia e de Portugal até ao ano de 2050 segundo os três cenários indicados anteriormente: «Cenário Baixo», «Cenário de Base» e «Cenário Alto» nos quadros seguintes apresentamos alguns dos resultados obtidos pelo «projecto CEPFAM».

A apresentação completa dos resultados bem como dos comentários associados irão fazer parte de uma publicação autónoma. No caso do presente artigo limitámo-nos a apresentar os dados mais significativos e alguns comentários genéricos em ordem a não tornar demasiado pesada a sua apresentação.

QUADRO N.º 7- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA SEGUNDO
OS TRÊS CENÁRIOS DO EUROSTAT

Anos	Cen. «Baixo»	Cen. «Base»	Cen. «Alto»
	População		Total (000)
1990	363 738	363 738	363 738
2000	373 789	376 958	380 542
2010	372 031	385 334	401 049
2020	363 600	388 058	416 196
2050	302 689	366 963	444 015
	População		0-14 anos (%)
1990	18,3	18,3	18,3
2000	16,8	17,0	17,4
2010	14,8	16,2	17,8
2020	13,6	15,1	17,0
2050	12,4	14,2	16,7
	População		65 e + anos (%)
1990	14,5	14,5	14,5
2000	16,0	16,1	16,1
2010	17,7	17,9	17,9
2020	20,2	20,4	20,3
2050	28,0	27,6	25,9
	População		15 - 64 anos (%)
1990	67,2	67,2	67,2
2000	67,2	66,9	66,5
2010	67,5	65,9	64,3
2020	66,2	64,5	62,7
2050	59,6	58,2	57,4
	Índ. Envelhecimento		(I / J *100)
1990	79	79	79
2000	95	95	93
2010	120	110	101
2020	149	135	119
2050	225	194	155
	I. Dep. Idosos		(I / A *100)
1990	22	22	22
2000	24	24	24
2010	26	27	28
2020	31	32	32
2050	47	47	45
	I. Dep. Jovens		(J / A *100)
1990	27	27	27
2000	25	25	26
2010	22	25	28
2020	21	23	27
2050	21	24	29
	I. Dep. Total		IDJ+IDI
1990	49	49	49
2000	49	49	50
2010	48	52	56
2020	52	55	59
2050	68	71	74

FONTE : EUROSTAT

QUADRO N.º 8 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL SEGUNDO OS TRÊS CENÁRIOS DO EUROSTAT

Anos	Cen. «Baixo»	Cen. «Base»	Cen. «Alto»
	População		Total (000)
1990	9 920	9 920	9 920
2000	9 911	9 993	10 085
2010	9 927	10 293	10 738
2020	9 808	10 513	11 265
2050	8 582	10 681	12 601
	População		0-14 anos (%)
1990	20,8	20,8	20,8
2000	16,6	16,9	17,1
2010	16,1	17,5	18,7
2020	14,6	16,3	17,7
2050	12,8	15,1	16,6
	População 65		e + anos (%)
1990	13,3	13,3	13,3
2000	15,2	15,3	15,4
2010	15,9	16,1	16,4
2020	17,5	17,9	18,2
2050	26,0	25,9	25,5
	População 15		-64 anos (%)
1990	65,9	65,9	65,9
2000	68,2	67,8	67,5
2010	68,0	66,4	64,9
2020	67,9	65,8	64,1
2050	61,2	59,0	57,9
	Í. Env.		(I / J * 100)
1990	64	64	64
2000	92	91	90
2010	99	92	88
2020	120	110	103
2050	203	172	154
	I. Dep. Idosos		(I / A * 100)
1990	20	20	20
2000	22	23	23
2010	23	24	25
2020	26	27	28
2050	42	44	44
	I. Dep. Jovens		(J / A * 100)
1990	32	32	32
2000	24	25	25
2010	24	26	29
2020	22	25	28
2050	21	26	29
	I. Dep. Total		IDJ+DI
1990	52	52	52
2000	46	48	48
2010	47	50	54
2020	47	52	56
2050	43	70	73

FONTE: EUROSTAT

QUADRO N.º 9 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO COM 65 E MAIS ANOS EM PORTUGAL(HM)

Milhares	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
1990	1342	1342	1342	1342	1342	1342
1995	1445	1446	1444	1445	1445	1445
2000	1554	1556	1555	1554	1554	1527
2005	1612	1614	1612	1612	1612	1612
2010	1697	1698	1697	1697	1697	1694
2015	1811	1814	1814	1811	1811	1811
2020	1925	1926	1926	1925	1942	1925
2025	2034	2036	2036	2034	2034	2034
2030	2142	2143	2143	2164	2164	2164
2035	2251	2252	2252	2321	2382	2321

QUADRO N.º 10 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DOS IDOSOS EM PORTUGAL

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
1990	21	21	21	21	21	21
1995	22	21	22	22	21	22
2000	23	23	23	23	23	23
2005	24	24	24	24	24	24
2010	26	25	26	26	25	26
2015	28	28	28	28	28	28
2020	30	30	30	30	30	30
2025	33	33	33	32	32	32
2030	36	36	37	35	35	35
2035	40	40	41	38	39	38

QUADRO N.º 11- EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DOS JOVENS EM PORTUGAL

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
1990	30	30	30	30	30	30
1995	26	26	26	26	26	26
2000	24	24	24	24	24	24
2005	24	24	24	25	25	24
2010	23	23	23	27	27	27
2015	22	22	22	27	29	27
2020	22	22	22	29	29	29
2025	21	21	21	30	30	30
2030	21	21	21	30	30	30
2035	20	20	20	29	29	28

QUADRO N.º 12 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
1990	51	51	51	51	51	51
1995	48	47	48	48	48	48
2000	47	47	47	47	47	47
2005	48	48	48	49	49	49
2010	48	48	48	52	52	52
2015	50	49	50	55	57	55
2020	52	52	52	59	59	59
2025	54	54	54	62	62	62
2030	57	57	57	64	64	64
2035	61	61	61	66	68	66

Com a utilização de indicadores que combinam simultaneamente dois ou mais grandes grupos etários as diferenças tornam-se mais significativas. O índice de envelhecimento ao relacionar o número de idosos com o número de jovens só se torna superior a 100 a partir do ano 2005 (nos primeiros três cenários) e a partir do ano 2005 (nos três últimos cenários). Se apenas no início do próximo milénio o total de idosos ultrapassa o total de jovens também a partir deste momento as diferenças entre os cenários começam a tornar-se mais significativas. No final do período os cenários que adoptam a hipótese de manutenção dos actuais níveis de fecundidade apontam para uma situação em que existirão 200 idosos por cada 100 jovens. Nos cenários que admitem uma subida gradativa da fecundidade atingem, no limite, valores que rondam os 130 idosos por cada 100 jovens.

Finalmente, os restantes quadros mostram o efeito das tendências apontadas anteriormente sobre a população potencialmente activa. Globalmente, a pressão demográfica dos jovens sobre a população potencialmente activa diminui nos cenários de fecundidade baixa e aumenta ligeiramente nos cenários de subida da fecundidade e a pressão demográfica dos idosos aumenta em todos os cenários.

Assim, podemos afirmar que *nos próximos vinte a trinta anos o processo de envelhecimento demográfico depende muito pouco do cenário escolhido; pelo contrário, a partir do ano 2020, a evolução do envelhecimento demográfico fica fortemente dependente das hipóteses adoptadas.*

Também podemos verificar que não existem variações significativas entre os cenários até 2020. A partir desta data, as diferenças entre os cenários começam a surgir de acordo com as diferentes hipóteses de evolução. *Em números absolutos, no cenário intermédio teremos cerca de 2 milhões de pessoas com mais de 65 anos no ano 2020 e cerca de 2,2 milhões no ano 2035.*

Quando relacionamos o equilíbrio entre os dois grandes grupos de idades terminais através do índice de envelhecimento verificamos duas coisas: em primeiro lugar, *com a passagem do século, o número de pessoas com mais de 65 anos ultrapassa*

o número de jovens com menos de 14 anos uma vez que em todos os cenários o índice de Envelhecimento já é superior a 100 no ano de 2015.

Finalmente, o peso dos idosos em relação à população em idade potencialmente activa mantêm-se relativamente estável nos primeiros anos do próximo século começando a acelerar a partir do ano 2010.

Seja qual for o indicador escolhido, ou o cenário adoptado, Portugal *irá conhecer um acelerar do processo de envelhecimento a partir do ano 2010 devido à entrada das gerações numerosas do pós-guerra na idade da reforma e das gerações pouco numerosas que se sucedem na vida activa. Só em meados do próximo século assistiremos a um processo de estabilização.*

Não estamos assim confrontados com uma «calamidade imediata» mas perante um processo que apesar de nos dar uma margem de intervenção de alguns anos nos obriga a perante estas «imagens de futuro» adoptar as medidas necessárias para minimizar os riscos de desagregação do tecido social e da saudável convivência entre gerações.

Uma das medidas possíveis é o *retardar da idade da reforma* (um estudo recente realizado na Áustria mostra que no caso de continuarem as actuais tendências naturais a idade da reforma deveria subir para 65 anos em 2010 e para 70 anos em 2030).

Uma outra alternativa é a de, no mínimo, *parar a tendência para a baixa da idade da reforma* observada nestes últimos anos em diversos países europeus e, em particular, em Portugal onde se assistiu muito recentemente à originalidade de se «comprarem anos» o que demonstra um elevado sentido de irresponsabilidade social.

Uma outra solução é *passar de um sistema de repartição para um sistema de capitalização com a correspondente criação de um sistema misto de repartição / capitalização num período de transição.*

No entanto, esta solução não é tão simples como parece à primeira vista. A passagem de um sistema transversal, baseado na solidariedade entre as gerações, para um sistema longitudinal, baseado na capitalização individual, corre risco de se fazer à custa dos mais desfavorecidos da sociedade. Se a capitalização do sistema de reformas apenas produzisse tais efeitos poder-se-ia igualmente argumentar que um sistema longitudinal não é sinónimo de capitalização individual. Pelo contrário, é possível imaginar uma metodologia longitudinal que tenha como objectivo evitar a existência de injustiças entre as gerações e preserve simultaneamente a solidariedade entre os indivíduos de uma mesma geração. A dimensão esperada do processo de envelhecimento, mesmo se considerarmos os cenários mais optimistas, incentivam-nos a encontrar soluções globais e concretas com uma certa urgência enquanto os índices de dependência não ultrapassam significativamente o valor 50 (no ano 2010 em cada 100 pessoas em idade potencialmente activa haverá entre 48 e 52 idosos e jovens). Talvez assim se encontrasse um caminho onde os sistemas de segurança social se adaptassem gradualmente à evolução da dinâmica demográfica.

Mas não basta adaptar os sistemas de segurança social à nova realidade demográfica. A problemática das relações entre e no interior das gerações conduzirá inevitavelmente à emergência de políticas globais de idade onde uma reflexão profunda sobre o significado social das fronteiras entre os grandes grupos de idades terá que ser feita. São os próprios conceitos tradicionalmente utilizados que entram em crise: o que significa «ser novo», «ser velho» e «ser activo» no limiar do século XXI?

A urgência desta reflexão é tanto mais importante quanto mais sabemos que a problemática do envelhecimento não é apenas quantitativa.

As solidariedades baseadas na célula familiar têm tendência a perder o peso que tinham na sociedade devido à acção conjugada de vários factores: o casamento tardio, o aumento de famílias monoparentais e dos isolados, o aumento dos divórcios, o trabalho no exterior da unidade familiar, as migrações). Logo, mais urgente se torna encontrar novas formas de solidariedade e de convivência entre idades, grupos, gerações e culturas para tornar possível a existência de um capital social mínimo nas diferentes sociedades sem o qual todos os outros tipos de capital correm o risco de perder o sentido.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

Conselho da Europa, *L'avenir de la population en Europe*, Études démographiques n.º 26, Ed. Conseil de l'Europe, Strasbourg, 1993

Eurostat, *Statistiques Démographiques*, Ed. Eurostat, Luxemburgo, 1996.

A ILHA DA MADEIRA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E EMIGRAÇÃO

Isabel Tiago de Oliveira

ABSTRACT

This text is an approach to Madeira's demographic dynamics between the end of the XIX century and the end of the XX century.

O presente texto surge na sequência de um trabalho anterior cujo tema era a inter-acção entre o processo de transição demográfica e a emigração nas ilhas portuguesas¹. A preocupação no estudo destes dois aspectos, um responsável pelas transformações ocorridas relativamente ao movimento natural e o outro pelo que respeita ao movimento migratório, mantém-se, já que constituem o motor da história demográfica da Madeira do último século.

1 – ASPECTOS GLOBAIS DA POPULAÇÃO ANÁLISE DAS VARIÁVEIS MACRO-DEMOGRÁFICAS

Para uma análise da evolução dos aspectos globais são necessários apenas os dados resultantes dos recenseamentos, mas para a análise das variáveis responsáveis pelos diversos movimentos populacionais são indispensáveis os valores apresentados nas estatísticas demográficas. Assim, a primeira pode iniciar-se a partir dos valores de meados do século XIX, com o recenseamento de 1864, mas uma abordagem da dinâmica populacional só é possível a partir da última década do século XIX.

1.1 – Volume e Crescimento Populacionais

A primeira abordagem de uma população começa naturalmente pelo seu aspecto mais evidente, o volume. A evolução do número de residentes desde meados do século XIX é expressa no quadro seguinte.

¹ O qual constituiu uma dissertação de mestrado (Oliveira, 1996) orientada pela Professora M^a Luís Rocha Pinto e arguida pela Professora Gilberta Rocha, a quem desejo agradecer pelas críticas e sugestões já utilizadas num texto anterior (Oliveira, 1997). O texto que aqui se apresenta beneficiou também da leitura e comentários prévios da Professora M^a Luís Rocha Pinto e do Professor Jorge Freitas Branco.

QUADRO 1 – VOLUME POPULACIONAL E DENSIDADE NA MADEIRA ENTRE 1864 E 1991

Data	Volume	Densidade
1864	111687	145,0
1878	132221	171,7
1890	134085	174,1
1900	150340	195,2
1911	170091	220,9
1920	180360	234,2
1930	212458	275,9
1940	249439	323,9
1950	269769	350,3
1960	268937	344,3
1970	251135	326,1
1981	252844	313,8
1991	253426	315,7

A Madeira apresenta em 1864 cerca de 112.000 residentes e desde aí vê a sua população aumentar até aos anos 50 deste século. Em 1950 atinge os 270.000 indivíduos, um valor muito elevado atendendo a que 6 décadas antes a população se cifrava em cerca de metade.

Nos anos 50 a população estabiliza e na década seguinte sofre uma importante diminuição, cifrando-se desde 1970 em cerca de 250.000 habitantes.

A variação da densidade populacional acompanha a evolução dos efectivos populacionais atingindo o seu máximo em 1950, com 350 hab/Km², um valor muito elevado se comparado com os valores do continente e das ilhas açorianas.

Esta evolução do crescimento populacional e das suas componentes, pode ser analisada a partir do quadro 2.

QUADRO 2 – TAXAS DE CRESCIMENTO TOTAL ENTRE 1864 E 1991

Data	TCT	TCN	TSM
1864-1878	1,21	-	-
1878-1890	0,12	-	-
1890-1900	1,15	1,61	-0,49
1900-1911	1,13	1,64	-0,55
1911-1920	0,65	1,36	-0,74
1920-1930	1,65	1,81	-0,17
1930-1940	1,62	1,84	-0,24
1940-1950	0,79	1,50	-0,72
1950-1960	0,01	1,68	-1,81
1960-1970	-0,72	1,71	-2,59
1970-1981	0,07	1,06	-1,08
1981-1991	0,02	0,59	-0,58

Entre 1864 e 1890 encontra-se um crescimento total, que é mais significativo até ao recenseamento de 1878 e menor no período seguinte. Não é possível para esta época conhecer a importância relativa da componente natural e migratória, embora vários autores apontem números muito significativos para a emigração de meados do século XIX².

Na última década do século passado e na primeira deste é possível encontrar uma situação semelhante. A população cresce de forma significativa em resultado de um crescimento natural elevado e de saldos migratórios negativos fortes, mas de menor intensidade.

No decénio seguinte, 1911 a 1920, a população abranda o seu crescimento. Para isso contribuem múltiplos factores. Por um lado, a Primeira Guerra Mundial, não porque as vítimas fossem directas, apesar do bombardeamento à cidade do Funchal em Dezembro de 1916, mas porque a guerra impunha restrições de vários géneros. Também a gripe pneumónica que em 1918/19 teve um efeito significativo causando um aumento da mortalidade. Em termos demográficos o crescimento natural foi inferior ao verificado nas duas décadas anteriores, fundamentalmente por efeito da maior mortalidade. O saldo migratório negativo acentua-se revelando maiores saídas populacionais do que anteriormente.

Nos anos 20 e 30, o crescimento assume valores mais elevados do que no final do século XIX e início deste século. Diversos acontecimentos contribuem para esta alteração que decorre fundamentalmente da menor emigração, cerca de um terço da verificada na década anterior. Desde o início dos anos 20 que os EUA, um dos principais destinos dos emigrantes madeirenses, se fecha e, a partir dos anos 30, a recessão económica mundial torna-se mais importante. A implantação do Estado Novo em 1926, as revoltas da Madeira (e Açores) em 1931 a Guerra de Espanha e a permanente ameaça de nova guerra mundial a partir da Alemanha Nazi, poderão ter tido também efeitos indirectos sobre a população numa ilha economicamente muito ligada a Inglaterra. Se a menor emigração decorre fundamentalmente da conjuntura internacional, o aumento verificado no crescimento natural terá razões mais próximas, entre as quais a própria diminuição da emigração. Ficando na Madeira mais jovens, do que sucederia se a emigração tivesse mantido os seus valores, verifica-se um aumento dos nascimentos devido aos efeitos potenciadores da estrutura etária.

Nos anos 40 o crescimento populacional desce. A Segunda Guerra Mundial e o Pós-Guerra deverão ter tido aqui uma influência indirecta. A nível migratório, as saídas aumentam, para cerca de 3 vezes o valor anterior. Se as saídas aumentam desta forma, o mesmo não se passa relativamente à emigração legal que, embora aumentando, o faz em muito menor grau. Nesta década é de supor que no primeiro quinquénio as saídas tenham sido relativamente fracas e depois razoavelmente fortes.

A partir dos anos 50 até aos anos 80 o crescimento diminui de forma expressiva. Nos anos 50, muito influenciados pelo Pós-Guerra e pelo retomar da economia europeia, o crescimento total desce para próximo do zero. Mas esta situação decorre de movimentos claramente contraditórios a nível natural e migratório. O crescimento

² Segundo Orlando Ribeiro (citado por Raquel Soeiro de Brito, 1989:72) entre 1835 e 1855 emigraram cerca de 40.000 pessoas. Os números apontados por Alberto Vieira (1993:112) parecem apontar para uma emigração com um peso ligeiramente inferior cerca de 24.000 indivíduos entre 1834 e 1872.

natural retoma os valores próximos dos anteriores à guerra, provavelmente devido à continuação da descida da mortalidade acompanhada pela manutenção da natalidade a níveis elevados, se comparados com outras regiões. Mas o saldo migratório passa a ter valores muito elevados, ligados às grandes possibilidades oferecidas à emigração em especial nas regiões do outro lado do Atlântico.

Os anos 60 são marcados por uma situação económica favorável a nível internacional, e em Portugal pelo início da Guerra Colonial e pela emigração massiva para a Europa. Na Madeira verifica-se um importante aumento do turismo possibilitado com as novas ligações aéreas, que também fazem partir muitos emigrantes. O crescimento populacional é pela única vez na história da ilha negativo. É um valor completamente marcado pelas saídas massivas de população para os vários países de acolhimento e provavelmente também para o continente e para as colónias. O saldo migratório é muito elevado. Em apenas numa década sai da Madeira cerca de 26% da sua população, um valor muito significativo, tanto mais que na década anterior já saíram da Ilha cerca de 18% da sua população. Em termos de crescimento natural o valor aumenta ligeiramente face ao verificado anteriormente. É um valor com bastante significado se se atender a que nos anos 60 a mortalidade assume já valores reduzidos, pelo que este deve resultar de uma forte natalidade. Esta natalidade decorre de uma fecundidade muito elevada e de um efeito potenciador a nível da estrutura etária ainda bastante jovem, tanto mais que a emigração é muito expressiva e, como se verá adiante, se mantêm as restrições a nupcialidade.

Os anos 70, com a crise petrolífera, o fim do Estado Novo e o retorno das colónias, são caracterizados por movimentos diversos a nível demográfico. A nível regional a criação das Regiões Autónomas também terá tido efeitos no desenvolvimento da economia local. O seu crescimento total volta a ser muito próximo do zero. Tanto o crescimento natural como o saldo migratório diminuem de forma significativa relativamente ao verificado nos anos 60 quando ambos tinham atingido a sua expressão máxima. Agora se o saldo das saídas e entradas diminui em resultado de uma diminuição de emigração legal e clandestina para o estrangeiro e de um importante retorno de população vinda das colónias. O crescimento natural também diminui e pela primeira vez em consequência da adopção do controle da natalidade, como havia sido verificado na maioria das populações europeias e na portuguesa, há algum tempo.

Nos anos 80, muito marcados pela continuação da crise económica, mais ou menos controlada mas sem crescimento e pela entrada de Portugal na CEE, assiste-se à continuação de um crescimento nulo. Também se mantêm a continuação do declínio do saldo migratório, situação que poderá resultar quer de menores saídas, quer de um tipo de emigração mais temporária e sazonal ligada à indústria hoteleira que parece ter alguma importância nesta região. A nível do crescimento natural continua a diminuição do seu valor em razão da continuada descida da natalidade, quer por um maior controlo da fecundidade, quer por efeitos duma estrutura populacional mais envelhecida.

Diversidade Regional

Mas se a evolução, mesmo a nível dos volumes e crescimentos populacionais não foi uniforme no tempo também não o foi em termos geográficos. Os vários concelhos da Madeira apresentam diferentes tipos de evolução como é visível a partir do quadro 3.

QUADRO 3 – VOLUMES POPULACIONAIS NOS VÁRIOS CONCELHOS DA MADEIRA ENTRE 1864 E 1991

CONCELHOS	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Porto Moniz	5964	4559	4265	4206	4404	4594	5068	6175	6422	5917	4480	3963	3432
S. Vicente	7560	8458	7720	8101	8507	9182	9684	11474	12521	11603	10065	8501	7695
Santana	8315	9475	9013	9337	10127	9814	10908	14038	15543	13971	12850	11253	10302
<i>C. Norte - total</i>	<i>21839</i>	<i>22492</i>	<i>20998</i>	<i>21644</i>	<i>23038</i>	<i>23590</i>	<i>25660</i>	<i>31687</i>	<i>34486</i>	<i>31491</i>	<i>27395</i>	<i>23717</i>	<i>21429</i>
Calheta	12367	16652	17010	18266	20357	20193	21990	24255	24078	21799	15505	12954	13005
Ponta do Sol	15168	16912	16861	19019	20131	12114	13296	14984	15735	13829	10945	9149	8756
Ribeira Brava	-	-	-	-	-	14132	16394	19382	20762	19793	15960	13480	13170
Carn. de Lobos	12556	15369	14929	17468	20139	17578	21806	24130	27420	29759	31810	31035	31476
Funchal	31497	37651	37011	43375	50210	52082	68030	86490	93983	98113	101810	112746	115403
Sta Cruz	9339	11181	15033	16358	20027	21076	24852	26129	28070	29042	22940	23261	23465
Machico	7496	10216	10287	11820	13983	17343	17936	19673	22218	21606	21010	22126	22016
<i>C. Sul total</i>	<i>88423</i>	<i>107981</i>	<i>111131</i>	<i>126306</i>	<i>144847</i>	<i>154518</i>	<i>184304</i>	<i>215043</i>	<i>232266</i>	<i>233941</i>	<i>219980</i>	<i>224751</i>	<i>227291</i>
Porto Santo	1425	1748	1956	2390	2206	2252	2494	2709	3017	3505	3760	4376	4706
<i>Arquipélago</i>	<i>111687</i>	<i>132221</i>	<i>134085</i>	<i>150340</i>	<i>170091</i>	<i>180360</i>	<i>212458</i>	<i>249439</i>	<i>269769</i>	<i>268937</i>	<i>251135</i>	<i>252844</i>	<i>253426</i>

O primeiro ponto a reter a partir da análise deste quadro prende-se com o peso determinante da costa sul da ilha da Madeira relativamente à costa norte e à ilha de Porto Santo. No final do século passado a costa sul representava cerca de 80% dos madeirenses. Ao longo do século XX esta tendência na distribuição da população acentua-se e, em 1991, a costa sul inclui cerca de 90% dos habitantes do arquipélago.

A desigualdade existente na distribuição geográfica da população é também manifesta na análise da sua evolução.

Todos os concelhos da costa norte apresentam uma evolução semelhante entre si. Os efectivos, apesar de algumas oscilações, crescem até 1950 e a partir daí sofrem um declínio constante.

A costa sul da ilha apresenta uma maior diversidade. Alguns concelhos, Calheta, Ponta do Sol, Ribeira Brava³ e Santa Cruz, seguem uma evolução semelhante à verificada na costa norte da ilha⁴. Outros concelhos, como o Machico e Câmara de Lobos, vêm a sua população estabilizar respectivamente a partir de 1950 e de 1960 até à actualidade.

O Funchal⁵, a única cidade da ilha, o seu centro económico e administrativo, vê a sua população crescer de forma continuada até à actualidade.

A pequena ilha do Porto Santo também assiste a um crescimento regular da sua população durante todo o século XX.

³ O concelho de Ribeira Brava só é criado pouco antes de 1920 a partir de freguesias de Ponta do Sol e de Câmara de Lobos, que perdem por esta razão uma parte significativa da sua população.

⁴ Embora estes dois últimos concelhos só após 1960 iniciem o decréscimo populacional.

⁵ Apesar de não coincidir com a cidade do Funchal oferece uma informação importante para a evolução desta região urbana.

Em suma, todos os concelhos madeirenses vêm a sua população crescer até 1950/60 e, a partir daí, a maioria deles assiste ao declínio do seu volume populacional. Poucos apresentam uma estabilização dos seus efectivos e, apenas o Funchal reflecte um importante crescimento populacional.

O aumento progressivo da cidade do Funchal é também o primeiro aspecto a reter da análise da importância relativa dos vários concelhos da região.

QUADRO 4 – PESO RELATIVO DE CADA UM DOS CONCELHOS DA MADEIRA RELATIVAMENTE AO TOTAL DO ARQUIPÉLAGO DE 1864 A 1991 (EM PORCENTAGEM)

CONCELHOS	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Porto Moniz	5,3	3,4	3,2	2,8	2,6	2,5	2,4	2,5	2,4	2,2	1,8	1,6	1,4
S. Vicente	6,8	6,4	5,8	5,4	5,0	5,1	4,6	4,6	4,6	4,3	4,0	3,4	3,0
Santana	7,4	7,2	6,7	6,2	6,0	5,4	5,1	5,6	5,8	5,2	5,1	4,5	4,1
<i>C. Norte - total</i>	19,6	17,0	15,7	14,4	13,5	13,1	12,1	12,7	12,8	11,7	10,9	9,4	8,5
Calheta	11,1	12,6	12,7	12,1	12,0	11,2	10,4	9,7	8,9	8,1	6,2	5,1	5,1
Ponta do Sol	13,6	12,8	12,6	12,7	11,8	6,7	6,3	6,0	5,8	5,1	4,4	3,6	3,5
Ribeira Brava						7,8	7,7	7,8	7,7	7,4	6,4	5,3	5,2
Cam. de Lobos	11,2	11,6	11,1	11,6	11,8	9,7	10,3	9,7	10,2	11,1	12,7	12,3	12,4
Funchal	28,2	28,5	27,6	28,9	29,5	28,9	32,0	34,7	34,8	36,5	40,5	44,6	45,5
Sta Cruz	8,4	8,5	11,2	10,9	11,8	11,7	11,7	10,5	10,4	10,8	9,1	9,2	9,3
<i>Machico</i>	6,7	7,7	7,7	7,9	8,2	9,6	8,4	7,9	8,2	8,0	8,4	8,8	8,7
<i>C. Sul - total</i>	79,2	81,7	82,9	84,0	85,2	85,7	86,7	86,2	86,1	87,0	87,6	88,9	89,7
Porto Santo	1,3	1,3	1,5	1,6	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1	1,3	1,5	1,7	1,9

É bem visível que a grande maioria dos concelhos perde alguma importância, poucos concelhos vêm o seu peso relativo manter-se (Câmara de Lobos, Machico e Porto Santo) e só o Funchal revela um aumento significativo.

O concelho do Funchal, que representava cerca de um terço da população do arquipélago no final do século passado, na actualidade detém metade dos efectivos insulares. Este importante crescimento enquadra-se no processo de progressiva urbanização verificado no século XX em quase todas as regiões.

O aumento da importância relativa do Funchal é mais acentuado após os anos 50, justamente quando a maioria das regiões do arquipélago inicia a sua fase de declínio populacional. São vários os factores que contribuem para este processo de centralização.

A descida de efectivos populacionais verificada na maioria dos concelhos provoca de forma directa um aumento do peso relativo do Funchal, mesmo se a sua população não tivesse aumentado em termos absolutos, o que não é o caso. A progressiva perda de importância da agricultura como actividade económica e a consequente diminuição da população ligada a este sector poderá ter levado a um fenómeno de êxodo rural em

direcção ao Funchal. Acresce que a grande emigração verificada durante todo o século XX, mas com muito maior relevo no pós Segunda Guerra Mundial, poderá ter uma origem mais forte nos concelhos mais rurais e menos importante no Funchal. Por outro lado, o crescimento do concelho do Funchal também poderá estar ligado ao processo de emigração por etapas, no qual o Funchal constituiria um primeiro passo dum processo mais complexo.

A perda de população verificada na maioria dos concelhos, quer por emigração quer devido ao êxodo rural, e o aumento populacional encontrado no Funchal, quer devido a uma menor tendência emigratória, quer em resultado do êxodo rural, estão na origem do progressivo aumento de importância da região funchalense.

1.2 – As Estruturas Populacionais

Ainda numa abordagem global da população madeirense devem-se considerar as estruturas populacionais, ou seja, o peso relativo dos vários grupos populacionais relativamente ao total.

A estrutura etária

A estrutura etária da Madeira revela no final do século passado uma população muito jovem, característica essa que se mantém durante um longo espaço de tempo, como se pode ver a partir do quadro seguinte.

QUADRO 5 – PERCENTAGEM RELATIVA DOS DIFERENTES GRUPOS ETÁRIOS DE 1890 A 1991

<i>Data</i>	<i>Jovens</i>	<i>Activos</i>	<i>Velhos</i>
1890	43,5	45,0	9,7
1900	47,4	43,5	9,0
1911	50,1	41,5	8,5
1920	48,0	44,2	7,8
1930	46,2	46,8	6,9
1940	48,4	42,9	8,8
1950	45,7	46,0	8,3
1960	44,0	46,0	9,9
1970	45,6	42,0	12,4
1981	41,8	43,9	14,2
1991	34,3	49,5	16,1

A percentagem de jovens (0 a 19 anos completos) situa-se durante um longo tempo com valores superiores a 45%, apresentando mesmo valores de 50% ou muito próximos. Durante muito tempo os valores vão-se mantendo e só após os anos 70 a percentagem de jovens começa a diminuir de forma significativa.

A população em idade activa (dos 20 aos 59 anos completos) varia entre 42 e 46% com pequenas oscilações.

A percentagem de idosos (60 anos ou mais) também se mantém com valores relativamente baixos, entre 7 a 10%, durante longo tempo. Mas se até meados do século se verifica uma ligeira diminuição dos idosos, a partir de 1950 encontra-se um progressivo aumento deste grupo.

É natural que este rápido acentuar do envelhecimento no topo esteja relacionado com o aumento da emigração que se verifica no pós Segunda Guerra Mundial. Tipicamente, a emigração causa um duplo envelhecimento na população, primeiramente sentido no topo e só depois na base. O primeiro efeito decorre da saída de população em idade activa que faz aumentar o peso relativo dos dois outros grupos, assistindo-se assim a um envelhecimento no topo acompanhado por um rejuvenescimento na base. Posteriormente a saída de emigrantes em idade activa reflecte-se na diminuição do número de nascimentos fazendo decair o número de jovens e causando assim um envelhecimento na base.

É o que se passa na Madeira. O início do processo de envelhecimento no topo já é visível em 1960 o princípio do envelhecimento na base só é sentido a partir de 1981. Tal como noutras regiões, a emigração tem aqui um papel fundamental no desencadear e acentuar do processo de envelhecimento populacional.

Estrutura sócio profissional

A análise da população em função do tipo de actividade económica a que se dedica é um importante instrumento de compreensão das características dessa sociedade. Mas, essa análise nem sempre é fácil, em especial se depende da recolha de estatísticas que apresentam vários problemas. É o caso dos dados referentes à estrutura profissional na Madeira.

Em primeiro lugar nem sempre se encontram os mesmos critérios de classificação profissional. Nos recenseamentos de 1890 a 1930⁶ os grupos considerados são os mesmos, apesar de muito provavelmente os critérios de inclusão terem variado. De 1940 em diante os grupos profissionais que servem de base à recolha de dados são quase sempre diferentes, decorrendo daí uma razoável incerteza relativamente à evolução dos diferentes grupos. Procurou-se assim manter os mais importantes grupos profissionais que apareciam nos primeiros recenseamentos e seguir a evolução dos grupos aí considerados⁷. Não sendo uma análise com o rigor desejável, parece, no entanto, manter as ordens de grandeza das diferentes categorias e ser por isso importante para a caracterização da população madeirense.

Outro importante problema decorre do sub-registo verificado em muitas actividades. O caso mais saliente refere-se naturalmente à população feminina, cuja taxa de actividade é muito inferior à verificada na população masculina. A percepção deste sub-registo é elucidada pelo recenseamento de 1930, onde a população que trabalha auxiliando os familiares surge numa categoria separada. Na população feminina agrícola encontram-se nesta situação 22.551 mulheres, enquanto nos homens apenas 143.

⁶ O recenseamento de 1920 não apresenta qualquer agrupamento da população segundo o sector de actividade.

⁷ Foram considerados apenas os grupos profissionais cuja inclusão nestes três grandes tipos oferecia menos dúvidas, pelo que os totais não são 100%.

Números aos quais se acrescentam 1939 mulheres e 42.740 homens, considerados como trabalhando por conta própria ou de outrém, na agricultura.

Esta sub-valorização da população feminina agrícola, manifesta em todos os recenseamentos, tem importantes repercursões ao nível da análise das estruturas populacionais. A importância relativa da indústria e dos serviços sofre imediatamente sobre-avaliação. São quase os únicos a ser efectivamente considerados, dado que neles o sub-registo é muito mais reduzido por o trabalho se exercer fora de casa. Por outro lado, se for realizada uma análise da população a nível geral, sem considerar as populações feminina e masculina separadamente, este efeito surge diluído⁸

O mais correcto parece ser a análise da importância dos vários grupos profissionais nos dois sexos, sendo que o mais relevante para uma caracterização da população é a análise das actividades da população masculina, por sofrer menor sub-avaliação.

QUADRO 6 – TAXA DE ACTIVIDADE E PESO RELATIVO DE ALGUNS GRUPOS PROFISSIONAIS DE 1890 A 1991

Data	Taxa de Actividade		AGRICULTURA		INDUSTRIA		SERVIÇOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1890	103,6	41,2	74,5	33,1	6,8	18,5	8,2	1,2
1900	118,2	27,7	77,7	29,6	8,0	49,5	9,6	4,2
1911	120,0	35,7	71,5	22,8	9,0	62,8	11,3	2,0
1920	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
1930	103,4	32,7	67,9	8,9	9,8	43,2	10,8	2,4
1940	105,2	16,3	63,4	26,2	8,7	60,2	13,2	9,4
1950	90,6	16,1	68,5	13,7	10,7	48,2	16,0	12,7
1960	103,4	11,9	56,0	5,7	11,2	44,8	19,7	23,1
1970	95,8	39,3	43,3	17,5	26,3	6,1	26,0	17,7
1981	96,3	47,5	24,4	13,1	32,1	30,6	27,6	37,9
1991	80,1	44,0	15,5	14,0	30,6	20,2	36,3	48,2

A taxa de actividade, calculada a partir do número de pessoas com actividade económica registadas pelos recenseamentos e o quantitativo dos indivíduos em idade activa (entre os 15 e os 64 anos completos), revela grandes diferenças na população masculina e feminina.

⁸ A população activa é menor do que a verificada na realidade, em resultado da população agrícola artificialmente pequena, pelo que a população na indústria passa a ter muito maior importância do que na realidade tem. Como as distorções são menores do que quando numa análise em separado por sexos, o erro não é tão evidente e pode aparentar ser uma razoável tradução da realidade.

A taxa de actividade masculina apresenta valores geralmente superiores a 100%, ou seja, não só todos os homens em idade activa trabalhavam como um número significativo de jovens e idosos também. Esta situação é muito marcada no início do século, mas mantém-se até aos anos 40.

Na população feminina encontra-se uma situação bem distinta. As mulheres activas são sempre significativamente menos do que as em idade activa, verificando-se assim um sub-registo da actividade feminina. Pelo que, as proporções encontradas na população masculina são as que permitem uma melhor aproximação à estrutura ocupacional da ilha.

A agricultura é sem dúvida a principal actividade económica dos madeirenses no final do século XIX e durante grande parte do século XX. No final do século passado cerca de três quartos da população madeirense dedicava-se a esta actividade. Sendo a principal actividade económica, a sua importância vai decrescendo de forma quase imperceptível até aos anos 50. Em 1960 é já visível o decréscimo da importância da agricultura, que progressivamente vai deixando de ser a actividade fundamental desta população, representando hoje apenas cerca de 16% da população activa.

Um outro indicador, nem sempre possível de calcular, é o número de agricultores que trabalham por conta de outrem que desce de 63.9% em 1930 até atingir os 32.5% em 1991. O que dá conta das importantes transformações sociais verificadas no seio da própria população agrícola⁹.

É justamente a partir dos anos 50 que se assiste ao aumento da população masculina que trabalha na indústria. Se até 1940 mantinha valores próximos dos 8-9%, posteriormente cresce de forma regular representando na actualidade cerca de um terço da população activa.

O sector dos serviços, onde se incluem os transportes, o comércio, a administração pública entre outros, é pouco significativo até 1911, a partir daí ganha importância atingindo em 1991 um terço da população. Dentro desta categoria a Administração Pública tem um peso assinalável, crescendo de cerca de um décimo para um terço do total¹⁰

Relativamente à população feminina, como já foi referido, as estatísticas apresentam inúmeros problemas que se interligam. O primeiro aspecto revelado por este quadro é o sub-registo da actividade feminina, cuja taxa varia entre 10 e 50%. Não é viável considerar que a grande maioria das mulheres madeirenses era inactiva, e das que trabalham a maioria o fazem na indústria. Este sub-registo de 1940 a 1960 assume proporções ainda mais significativas, com níveis de actividade de cerca de um terço e um quarto dos encontrados nos recenseamentos imediatamente anteriores e posteriores. Muito provavelmente esta descida do número oficial de mulheres trabalhadoras estará relacionado com a imagem e o papel da mulher e da família veiculados e estimulados

⁹ Em 1940 a percentagem de agricultores nesta situação era de 41.0%, em 1970 de 54.9% e em 1981 de 46.9%. Muito provavelmente este indicador é, no caso da Madeira, muito influenciado pela situação de colónia, e pela forma como os colonos foram classificados nas categorias gerais para todo o país nos diversos censos.

¹⁰ Na população masculina era de 11.0% em 1890, 5.6% em 1900, 4.6% em 1911, época na qual surgem as primeiras mulheres na Administração Pública na Madeira estimando-se então em 3.5% das que se dedicavam aos serviços. Em 1930, e mais uma vez na população masculina, o peso da Administração era de 11.1%, subindo nos dois recenseamentos seguintes para 16.0% e 19.4%. Em 1960 o seu peso desce para 13.8% e em 1991 é possível estimar a sua importância em 33.0%.

pelo Estado Novo, que dão forma também aos próprios conceitos utilizados na recolha das estatísticas¹¹, que em simultâneo não favorecem o emprego feminino, pelo menos ao trabalho feminino fora de casa, mas que dificilmente podem interferir com o trabalho da mulher nos campos.

As mulheres agricultoras, que deviam constituir a grande maioria da população madeirense, são, nas estatísticas, uma minoria quase sem significado¹². É provável que o seu número represente apenas as mulheres chefes de família, viúvas ou mulheres de emigrantes que tomam conta da sua parcela de terra. As esposas e as filhas de agricultores, que só no recenseamento de 1930 são consideradas, não estão aqui representadas.

A população activa feminina está assim artificialmente reduzida e as actividades não agrícolas ficam por isso sobre avaliadas. É o caso da população feminina a trabalhar na indústria, cujo peso varia entre 40 e 60% até 1940 - valor este sem significado real e que se refere fundamentalmente a mulheres que trabalham na área do têxtil¹³, na qual é de destacar a indústria dos bordados¹⁴.

É também a situação da população feminina a trabalhar nos serviços que, apresentando valores pouco importantes até 1930, cresce desde aí de forma regular, representando hoje cerca de 48% do total. Os serviços domésticos têm um peso muito significativo, mas muito variável - entre 2 e 36% - provavelmente estas oscilações também se devem a diferentes critérios de inclusão nesta categoria, mais do que a diferenças reais verificadas na população¹⁵. A importância das mulheres na Administração Pública é sempre inferior à masculina. Inexistente até 1930, oscila entre 3 a 5% até aos anos 60 e em 1991 cifra-se em 18.1%.

Até aos anos 50 a população madeirense parece dedicar-se fundamentalmente à agricultura, que é sem dúvida a actividade predominante da região. A partir desta época uma série de transformações vão marcar a evolução da população. No pós-guerra a emigração massiva dos madeirenses para outras regiões parece ser acompanhada por uma perda de importância da agricultura, acompanhada dum fenómeno de êxodo rural, de um aumento de outras actividades não agrícolas, nomeadamente a indústria, mas sobretudo os serviços e também de uma maior participação feminina no trabalho fora de casa.

¹¹ Se este problema não existe quando se trata de nascimentos ou óbitos, acontecimentos cuja definição é relativamente universal, o mesmo não se passa com outros aspectos da realidade. O emprego, o desemprego, o tipo de actividade são aspectos para os quais as definições prévias são determinantes.

¹² Os números apresentados que variam entre cerca de 2000 e 5000 (respectivamente 2958, 3779, 4150, 1939, 3293, 1937, 605, 5405, 5163, 5338 nos vários censos).

¹³ Em 1930 as mulheres que trabalham nos têxteis são 81.5% das que trabalham na indústria, crescendo este valor nos dois recenseamentos seguintes para 98.5% e 97.4%, em 1960 são 91.1 e em 1970 94.2%.

¹⁴ Embora provavelmente se verifique aqui também um forte sub-registo nas mulheres que trabalhavam em casa "à peça".

¹⁵ Em 1940 são também referidas 77.230 mulheres a trabalhar nos serviços domésticos e hospedagem, que seriam a grande maioria das 89.774 mulheres activas. Não foram consideradas nesta análise, este quantitativo foi retirado do total, já que é provável que este número se refira a donas-de-casa, em especial mulheres de agricultores e não apenas as mesmas que anteriormente eram consideradas na categoria serviços domésticos.

O Analfabetismo

Um importante indicador que pode ajudar nesta caracterização populacional é a taxa de analfabetismo, calculada aqui como a percentagem de analfabetos relativamente à população total¹⁶.

QUADRO 7 – TAXA DE ANALFABETISMO NA MADEIRA DE 1890 A 1991

<i>Data</i>	<i>Analfabetismo</i>	
	Homens	Mulheres
1890	85,6	83,4
1900	90,0	90,1
1911	84,3	81,4
1920	79,3	77,4
1930	77,0	77,6
1940	69,3	71,1
1950	55,2	58,5
1960	45,2	46,7
1970	41,2	42,7
1981	34,1	35,5
1991	19,1	22,0

É visível que no final do século passado e no início deste a grande maioria da população era analfabeta. Tanto a população masculina, como a população feminina apresentam valores muito elevados. São, no entanto, níveis que têm de ser entendidos num contexto de forte analfabetismo em todo o país. Progressivamente, este vai diminuindo: é uma descida regular, sem interrupções nem acelerações. Em 1991, o valor situa-se em torno dos 20%, o que é ainda um valor elevado. É de notar que na Madeira nunca se verificou uma diferença significativa entre os valores do analfabetismo masculino e feminino, ao contrário do que aconteceu noutras regiões do país onde as diferenças eram muito significativas.

2 – ANÁLISE DAS VARIÁVEIS MICRO-DEMOGRÁFICAS

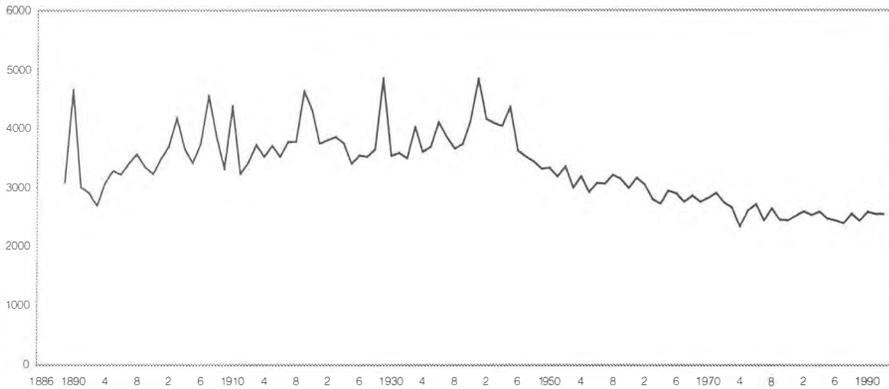
2.1 – A Mortalidade

O antigo regime demográfico caracteriza-se por uma mortalidade muito elevada, marcada por uma forte sazonalidade e por uma mortalidade infantil e juvenil elevadas. Muitos são os factores que contribuem para esta situação. A alimentação quase sempre insuficiente, ou com importantes carências, as fomes frequentes e a má situação sanitária da maioria das localidades, em especial das urbanas, constituíam uma base

¹⁶ Por ser este o único critério possível para todo o período. A partir de 1960, considerou-se como analfabetos a população total menos a que sabe ler.

sobre a qual se edificava uma saúde frágil, permeável a inúmeras afecções. As epidemias eram frequentes causando, não raramente, crises de mortalidade. No gráfico seguinte é visível o número de óbitos ocorridos anualmente na Madeira.

GRÁFICO 1 – NÚMERO ANNUAL DE ÓBITOS VERIFICADO NA MADEIRA ENTRE 1889 e 1992



É bem visível que o número de óbitos anuais verificado nesta região apresenta um carácter ainda muito oscilante até aos anos 40. As crises de mortalidade são manifestas, embora progressivamente pareçam perder a sua importância. Em alguns anos a mortalidade foi particularmente forte. É o caso de 1890, de 1903, de 1907, de 1910, de 1919/20 de 1929 e de 1940/41.

No ano de 1890 encontra-se um aumento do número de óbitos de cerca de 50% relativamente ao ano anterior (3091 e 4662), tendo-se verificado um aumento das mortes devidas a problemas do aparelho respiratório e das mortes provocadas por causas gerais, mas é natural que parte da variação se deva a melhoria da qualidade dos dados.

Em 1903 encontra-se um acréscimo de 3692 para 4176 no número de óbitos, ligado sobretudo a problemas do aparelho respiratório (bronquites, pneumonias, e outras doenças respiratórias), mas também a um aumento das diarreias e as enterites.

Em 1907 o aumento encontrado é de 3739 para 4556 óbitos, neste caso a varíola é responsável por 409 mortes e o sarampo por mais de 163. Parecem ser estas as duas principais causas deste subida da mortalidade.

No ano de 1910 encontra-se um aumento de cerca de 32% relativamente ao ano imediatamente anterior, passando-se assim de 3314 mortes para 4375. Segundo o Elucidário Madeirense a colera parece ser a principal responsável por este agravamento da mortalidade, causando mais de 500 óbitos¹⁷, mas nas estatísticas publicadas não aparece qualquer referência a óbitos ocorridos devido à colera. Também as diarreias e enterites sofrem algum aumento, o mesmo se passando com as doenças ligadas ao aparelho respiratório.

¹⁷ "No fim deste ano [1910] manifesta-se a colera nesta cidade, que alastrou por quasi tôda a ilha e que causou cerca de 550 vitimas..." (Silva e Meneses, 1984:347).

Em 1919 o número de óbitos cresce de forma singular, como de resto em grande parte da Europa. Em 1918 cifram-se em 3775, um valor semelhante ao do ano anterior, e em 1919 são já 4537. No ano seguinte verifica-se ainda uma mortalidade elevada com 4537 óbitos.

A mortalidade devida à gripe parece verificar-se na Madeira com um ligeiro atraso relativamente a outras áreas sendo muito importante em 1919 e ainda relevante em 1920. Em 1919, o ano de maior mortalidade, verificam-se cerca de 493 mortes devidas à gripe, mas as bronquites sobem também assim como as pneumonias como outras doenças do sistema respiratório. Em 1920 a gripe já só é responsável por 66 mortes, mas a bronquite e as outras doenças do sistema respiratório tem valores superiores ao habitual mantendo-se nos níveis de 1919. Neste ano também a varíola, o sarampo e as diarreias e enterites fazem aumentar o número de óbitos.

Em 1929 encontra-se um novo pico na mortalidade com cerca de 4846 óbitos, valor bem diferente dos 3647 mortos verificados no ano anterior. Neste caso são as outras doenças do aparelho respiratório a grande causa deste súbito aumento da mortalidade com mais de 467 mortes, mas também o sarampo é desta vez responsável por mais de 242 mortes.

A mortalidade sobe novamente em 1940, mas especialmente no ano de 1941, com 4117 e 4841 óbitos quando no ano transacto se teriam verificado 3740 mortes na região. É um aumento que parece relacionar-se sobretudo com um surto de sarampo que é responsável por 266 e 551 óbitos e por um aumento das diarreias e enterites.

As crises de mortalidade verificadas na Madeira até aos anos 40 parecem relacionar-se sobretudo com doenças do foro respiratório, entre as quais a gripe de 1919, e com doenças infecto-contagiosas típicas da infância. A excepção a esta tendência é o caso da cólera em 1910. As características da curva até 1940 revelam semelhanças com as do antigo regime demográfico. Mas, se até 1910 é possível encontrar 4 crises em cerca de 20 anos, desta data até 1940 encontram-se apenas 3 crises em 30 anos, o que parece indiciar uma evolução favorável da incidência da mortalidade.

Estas crises de mortalidade verificam-se em anos próximos dos recenseamentos, data para os quais são calculados os indicadores demográficos, pelo que tanto a taxa bruta de mortalidade, como a taxa de mortalidade infantil apresentam valores mais elevados do que seriam encontrados a meio do período inter-censitário. Apesar disso é visível a descida relativamente regular da taxa bruta de mortalidade desde o início do período em análise, não se verificando o mesmo na mortalidade infantil provavelmente por muitas destas crises estarem ligadas a doenças que afectam predominantemente as crianças e também por estas serem mais sensíveis.

O quadro 8, na página seguinte, apresenta as causas de morte em alguns anos entre 1889 e 1941.

Neste quadro, referente às causas de morte nos anos de crise e no ano imediatamente anterior, verifica-se que a principal causa de morte são as enterites e as diarreias com valores que rondam os 30 % até 1908, a partir daí o peso das diarreias e enterites vai diminuindo. A partir de 1909 o seu valor passa para cerca de 25 a 27%¹⁸. Nos anos de crise esta causa de morte desce ligeiramente o seu valor, excepção ao ano de 1910, em que a causa da crise de mortalidade foi a cólera, e no ano de 1941.

¹⁸ Exceptuando os anos de 1919 e de 1940 em que é de 20%.

QUADRO 8 – IMPORTÂNCIA RELATIVA DE ALGUMAS CAUSAS DE MORTE DE 1889 A 1941
(EM PORCENTAGEM DO TOTAL)

Anos	1889	1890	1902	1903	1906	1907	1908	1909	1910	1918	1919	1920	1929	1939	1940	1941
gripe			0,8	0,6	0,6	0,7	0,3	1,4	0,8	3,2	10,9	1,5	0,7	1,2	0,7	0,8
tuberculose			6,7	4,3	5,5	4,9	5,1	6,0	4,9	7,6	6,2	6,5	5,4	6,0	6,6	5,7
bronquite			4,0	6,9	6,3	4,5	6,7	5,8	3,6	1,9	5,8	5,2	3,2	3,0	1,9	2,8
pneumonia			3,9	4,0	4,1	4,7	3,9	4,6	4,8	3,9	4,8	3,5	2,0	6,6	5,9	7,8
outras respiratório			3,2	5,1	5,5	5,2	5,1	6,1	4,4	4,6	6,5	5,6	10,4	1,9	2,0	2,0
Total – respiratório	18,5	22,9	18,6	19,9	22,0	19,9	21,1	23,9	18,5	21,2	34,1	22,4	21,6	18,7	17,0	19,1
sarampo			0,0	0,7	0,0	3,6	3,9	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	5,0	0,0	6,5	11,4
variola			0,0	0,0	0,0	9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0
tosse convulsa			0,7	2,1	2,2	0,0	0,8	2,2	0,0	1,1	1,1	0,7	4,9	0,0	0,0	0,0
Total infantis contagiosas			0,8	2,9	2,2	12,6	4,6	2,2	0,0	1,1	1,1	4,8	9,9	0,0	6,5	11,4
diarreias até aos 2 anos			18,6	16,2	19,1	16,9	19,6	16,8	17,3	16,0	11,7	14,6	19,5	21,0	19,2	18,0
diarreias depois dos 2 anos			11,7	13,0	12,8	13,3	12,2	9,5	10,2	10,4	9,1	10,7	7,2	4,1	0,6	6,7
Total – diarreias	17,3	17,5	30,3	29,2	31,9	30,1	31,8	26,3	27,5	26,4	20,7	25,3	26,7	25,1	19,7	24,7
Sistema nervoso	7,4	7,9	5,8	5,3	5,5	5,3	6,0	6,6	4,8	7,1	6,1	6,0	5,1	7,2	5,8	5,6
circulatório	6,1	3,9	5,6	4,8	5,3	4,4	4,5	5,6	5,1	6,5	5,6	6,1	5,4	9,1	8,3	6,4
cancro			2,1	2,0	2,3	1,6	2,4	2,1	2,1	2,6	1,9	2,0	2,4	2,9	3,0	2,6
Total – “modernas”	13,5	11,8	13,4	12,1	13,1	11,2	12,9	14,4	12,0	16,2	13,6	14,0	12,8	19,1	17,1	14,7

As doenças tipicamente infantis (sarampo, tosse convulsa, variola, etc.) não são geralmente um grave factor de mortalidade, mas quando se verificam surtos de alguma destas doenças podem ser a principal causa dos aumentos extraordinários da mortalidade. É o que se verifica em 1907 com a variola e o sarampo, em 1929 com o sarampo e a tosse convulsa, e, em 1941, novamente devido ao sarampo (também já importante em 1940). Nunca constituindo a principal causa de morte, são grandemente responsáveis pelas crises referidas já que dos sete aumentos extraordinários de óbitos verificados entre 1890 e 1941, três destes tinham como principal justificação estas doenças.

A mortalidade devida da doenças do aparelho respiratório é, até aos anos 30, a segunda causa de morte, com valores entre 19 e 23%. Em 1919, como era de esperar, constituiu a principal explicação para a mortalidade verificada. Dentro destas doenças o peso das bronquites, das pneumonias e da tuberculose é semelhante, sendo minoritária a importância da gripe (a excepção ocorre naturalmente no ano de 1919).

As “modernas” causas de morte são responsáveis por cerca de 12/13% das mortes até 1908 e a partir desta data por valores crescentemente mais elevados se se considerar os anos normais, ou seja, quando não se verificam crises. Entre o final da primeira década do século e 1940 assiste-se a um aumento gradual da importância relativa destas causas de morte. Sempre que se verifica uma crise de mortalidade este tipo de causa desce sempre o seu peso relativo.

Sendo as crises de mortalidade típicas do antigo regime demográfico, é natural que a sua ocorrência se traduza por um maior número de mortes devidas a causas características deste período, fazendo assim diminuir o peso relativo das “modernas” causas de morte.

Dado que o peso das enterites e diarreias começa a diminuir no final da primeira década do século XX, que nessa altura as doenças cardio-vasculares e o cancro parecem iniciar um aumento da sua importância relativa e, que também as crises de mortalidade parecem ter diminuído a sua frequência desde esta época, parece provável que o início do processo de transição demográfica, com a descida da mortalidade, se possa situar por esta altura: finais da primeira década princípios da segunda década deste século. É uma hipótese que parece ser confirmada pela análise da evolução da mortalidade geral e da mortalidade infanto-juvenil. É, no entanto de salientar, que este tipo de abordagem traduz não só a evolução das causas de morte, mas também a evolução no diagnóstico destas causas, pelo que os valores devem ser lidos com alguma precaução.

São vários os indicadores demográficos referentes ao estudo da mortalidade. O primeiro e mais básico é a taxa bruta de mortalidade, cujos valores se apresentam no quadro seguinte.

QUADRO 9 - TAXA BRUTA DE MORTALIDADE NOS VÁRIOS CONCELHOS ENTRE 1890 E 1991

<i>Concelhos</i>	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Costa Norte											
Porto Moniz	30,3		27,1	27,0	19,1	20,1	15,3	10,7	12,6	11,8	14,4
S. Vicente	36,1		27,4	31,1	27,5	22,5	15,3	11,8	10,4	20,4	12,0
Santana	26,7		18,5	22,5	17,9	15,7	11,3	9,8	10,0	9,9	10,5
Costa Sul											
Calheta	25,7		17,2	19,8	14,6	14,6	11,4	11,4	14,6	15,2	14,7
Ponta do Sol	27,4		21,5	18,9	17,4	16,8	11,5	11,9	12,5	13,2	14,8
Ribeira Brava				21,7	16,1	15,9	10,7	10,7	11,5	11,1	11,2
Cam. de Lobos	25,1		21,3	28,1	20,1	19,9	12,3	12,7	10,2	7,9	7,7
Funchal	30,1		22,5	26,3	20,1	17,9	13,5	12,8	11,3	9,4	9,5
Sta Cruz	19,7		14,7	16,1	13,7	13,3	9,6	8,4	12,1	11,6	10,6
Machico	21,1		16,5	16,1	15,3	13,9	10,7	9,3	8,5	8,1	8,5
Porto Santo	33,1		22,4	28,4	26,9	18,7	14,7	12,3	11,8	8,3	6,8
Arquipélago	25,5	22,8	20,3	22,8	18,2	16,9	12,2	11,5	11,2	9,9	10,0

Na Madeira a taxa bruta de mortalidade apresenta desde finais do século XIX um valor elevado, mas dentro do habitual para a época. Os concelhos mais atingidos são os de Porto Moniz e S.Vicente, Câmara de Lobos¹⁹ e a ilha de Porto Santo, mas também o Funchal. É uma tendência que se mantém até 1950. Nos concelhos da costa norte, em Câmara de Lobos e no Porto Santo tal característica pode ser atribuída a piores condições

¹⁹ Este só a partir de 1920.

de vida da população, mas é de notar que estes valores elevados se encontram nos concelhos de menor dimensão populacional. Não é provável que se trate dum fenómeno de sobre-valorização da mortalidade, devido a oscilações casuais, como se verifica muitas vezes em populações de reduzida dimensão, porque é uma característica que se mantém ao longo de, pelo menos, 60 anos.

O valor elevado encontrado no Funchal poderá estar relacionado com a habitual sobre-mortalidade encontrada nas regiões urbanas, ligada às piores condições de salubridade e maiores possibilidades de contágios, às condições de vida mais precárias longe da segurança e das solidariedades do mundo rural e, à maior concentração de hospitais onde se morria com frequência.

Desde finais do século XIX até à actualidade a taxa bruta de mortalidade desce de forma continuada, à excepção do valor de 1920 devido à epidemia de gripe pneumónica que afectou grande parte das populações europeias. É um declínio continuado até 1950. A partir daí esta taxa não decresce de forma significativa, pelo contrário, oscila em torno dos mesmos valores. Tal não significa que a morte não tenha continuado o seu recuo secular, mas apenas que este já não pode ser apreciado a partir deste indicador²⁰

O mais simples dos indicadores da mortalidade liberto dos efeitos de estrutura é a taxa de mortalidade infantil. É um bom indicador, mas se possível deve ser acompanhado por indicadores que traduzam também a importância da mortalidade no período infanto-juvenil.

Não é possível conhecer os valores da mortalidade infantil no final do século passado²¹. No início deste século a mortalidade infantil apresenta valores relativamente baixos para o contexto português.

É, em primeiro lugar de referir, que estes valores se encontram certamente afectados pelas crises de mortalidade que ocorreram em anos cujos óbitos foram utilizados para o cálculo desta taxa.

²⁰ A morte ocorre fundamentalmente em dois grupos populacionais, os muito jovens e os idosos. Se taxas brutas de mortalidade elevadas numa população jovem reflectem a grande importância da morte, taxas menos elevadas, mas com uma tendência para a manutenção dos seus valores, não traduzem uma estagnação da luta contra a morte. Numa população em processo de envelhecimento, como é claramente o caso da Madeira após a segunda guerra, uma mortalidade em declínio não se reflecte na taxa. Se este efeito é em geral importante, no caso de populações com forte emigração torna-se ainda mais saliente. Ocorrendo as mortes fundamentalmente nos dois grupos etários menos sujeitos à emigração, o número de óbitos ocorridos num dado período mantém-se praticamente inalterado, quando a população diminui os seu volume (em relação ao que seria sem emigração), em resultado disso a taxa bruta aparece artificialmente alta, ou não. Na Madeira este efeito é fundamental para se compreender a estagnação deste indicador após os anos 50. É sensivelmente a partir desta época que o processo de envelhecimento se inicia na Madeira, por outro lado, é também no pós Segunda Guerra que se assiste a um aumento fortíssimo do fenómeno emigratório que também contribui de forma directa para o acentuar deste envelhecimento. Assim, tudo se conjuga que para que este indicador pouco rigoroso perca qualquer capacidade descritiva após esta época.

²¹ Mesmo para este século não sempre existem dados referentes à mortalidade por idades. Assim, os valores de 1900 foram calculados com base nos anos entre 1902/5 e a de 1911 com base entre 1907/10. A partir daí foram calculadas como habitualmente, com os acontecimentos médios dos quatro anos mais próximos de cada recenseamento.

QUADRO 10 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL E ENTRE O 1º E OS 4 ANOS COMPLETOS NA MADEIRA

<i>Data</i>	<i>TMI</i>	<i>TM 1-4</i>
1900	150,0	54,2
1911	143,4	54,7
1920	159,5	41,4
1930	162,3	32,0
1940	150,6	28,2
1950	113,2	17,7
1960	95,6	10,2
1970	68,0	5,5
1981	25,0	1,7
1991	12,0	1,1

O aspecto mais saliente da análise da mortalidade infantil relaciona-se com a manutenção dos seus níveis durante um longo período, pelo menos até 1940. É possível interpretar esta situação de várias formas. A primeira das quais é que os valores encontrados traduzem uma situação de mortalidade infantil estável, apesar das oscilações, que seria característica do antigo regime demográfico. Seria então uma mortalidade infantil baixa para antigo regime demográfico que, só terminaria já nos anos 40 deste século. Em 1911 a descida poderá estar relacionada com a obrigatoriedade do registo civil, por aumentar o número de nascimentos registados. Mas, os valores de 1920, 1930 e de 1940 estão certamente afectados pelas crises verificadas nesses anos ligadas em grande medida a doenças infantis.

Outra interpretação será possível se se analisar conjuntamente a taxa de mortalidade infantil e a taxa de mortalidade do 1 aos 4 anos completos. Nesta última, onde o sub-registo dos óbitos era provavelmente menos importante, o declínio da mortalidade pode apreciar-se desde cedo, provavelmente a partir da segunda década deste século.

Devendo-se as oscilações da taxa de mortalidade infantil a diferentes factores circunstanciais e, muito provavelmente, a uma muito significativa melhoria da qualidade das estatísticas recolhidas, a hipótese mais provável é que a mortalidade tenha de facto iniciado o seu declínio no início do século XX. Tal como é sugerido pela evolução da taxa de mortalidade infanto-juvenil e pela evolução das causas de morte. A interpretação da taxa bruta de mortalidade, apesar dos efeitos de estrutura, deixava já antever esta descida, realizada com ritmos diferentes nos vários concelhos que formam a Madeira. Também a menor frequência de crises depois da primeira década deste século permite pensar que o final da primeira década - início da segunda que terá tido início o processo de transição demográfica na Madeira.

2.2 - A Natalidade – Fecundidade

No antigo regime demográfico os nascimentos eram numerosos, ocorriam quase exclusivamente no seio do casamento e, tanto as situações de ilegitimidade como as

concepções pré-nupciais eram minoritárias. O casamento religioso era o passo fundamental, sem o qual dificilmente se podia constituir uma família.

O controle da fecundidade dentro do casamento tinha pouco significado e, era no próprio acesso ao casamento que se constituía a possibilidade de limitar o crescimento populacional, sendo por isso possível encontrar uma importante parcela de população que nunca casou. Muito frequentemente este celibato definitivo é mais significativo nas mulheres, já que aos homens restava ainda a hipótese da emigração.

O celibato e a emigração são dois aspectos estruturais do período pré-transicional de muitas regiões e também da Madeira. Numa situação de importantes restrições à nupcialidade e/ou fortes movimentos migratórios a natalidade e a fecundidade legítima não seguem necessariamente caminhos paralelos. A análise dos nascimentos tem que partir então da distinção entre estes dois conceitos²². Para uma análise correcta do que se passa ao nível dos nascimentos é, por isso, necessário estudar tanto a natalidade como a fecundidade, em especial a fecundidade legítima. O primeiro destes indicadores é a taxa de natalidade, cujos valores são expressos no quadro seguinte.

QUADRO 11 - TAXA BRUTA DE NATALIDADE NOS DIVERSOS CONCELHOS DA MADEIRA DE 1890 A 1991

CONCELHOS	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Costa Norte											
Porto Moniz	41,8		39,9	35,8	42,4	36,5	37,8	29,7	22,7	13,3	12,7
S. Vicente	38,8		43,3	43,8	48,1	39,4	37,2	36,1	24,8	32,0	10,4
Santana	38,8		38,2	41,1	45,2	34,4	29,7	28,3	18,6	13,6	10,0
Costa Sul											
Calheta	35,4		34,0	30,8	33,4	28,0	26,5	26,1	20,2	12,5	10,9
Ponta do Sol	38,4		40,8	33,6	37,5	30,6	29,9	30,4	22,7	13,8	13,6
Ribeira Brava				36,5	39,7	33,9	30,6	30,5	24,1	15,9	13,2
Cam. de Lobos	39,2		43,1	42,3	45,2	38,9	39,9	43,0	30,4	24,0	21,0
Funchal	37,6		38,7	33,4	33,6	25,5	26,2	33,1	28,8	18,7	13,0
Sta Cruz	34,0		36,9	31,7	32,9	30,2	27,2	21,0	16,8	15,1	13,6
Machico	36,4		42,1	32,7	40,6	34,6	33,0	31,9	24,9	18,5	14,3
Porto Santo	48,1		39,1	35,7	38,3	33,7	30,3	34,2	21,5	17,9	12,9
Arquipélago	38,3	41,4	39,2	35,0	37,5	30,7	29,9	31,7	25,6	17,9	13,9

O primeiro ponto a destacar são os valores bastante elevados da taxa bruta de natalidade encontrados no final do século passado e início deste século. São valores que se enquadram claramente nos níveis do antigo regime demográfico. Situando-se com

²² Os diferentes tipos de nupcialidade, mais ou menos restritivos podem permitir ou não que um mesmo grau de fecundidade, tenha maior ou menor efeito sobre a natalidade. Não é no entanto a única causa das diferenças encontradas. A própria fecundidade legítima apresenta também diferenças, embora geralmente de menor dimensão. Também a emigração, ao alterar a estrutura de idades, pode criar uma situação de aparente descida da natalidade sem que esta decorra do declínio da fecundidade. Exactamente ao contrário do que se passava com a mortalidade, como já foi referido.

valores próximos de 40 p. mil até 1930²³. Nos anos 30 parece verificar-se uma descida, mas os valores de 30 p.mil mantêm-se até ao início dos anos 60 e, só em 1970 é visível uma tendência clara de declínio constante e rápido deste indicador.

A costa norte apresenta valores geralmente mais elevados do que a média do arquipélago até 1950, a partir de 1960 passa a ter valores sempre abaixo, provavelmente devido às maiores saídas de população nestes concelhos. O concelho de Câmara de Lobos apresenta valores sempre acima da média ao longo de todo o período. Tanto os concelhos da costa norte como Câmara de Lobos tinham já evidenciado esta tendência para valores mais elevados na mortalidade. É possível que se trate de áreas com menores recursos, mais isoladas e onde o processo de transição demográfica tem mais dificuldade em penetrar, tanto ao nível da natalidade como da mortalidade. O Funchal apresenta até 1950 um valor sempre abaixo do arquipélago, a partir de 1960 o seu valor é sempre superior. Também aqui é possível que tal seja um resultado da expansão da emigração e do êxodo rural. O importante peso populacional do Funchal tem como consequência a diminuição da taxa no arquipélago até 1950 e contribui para a sua subida a partir daí. É precisamente na década de 50 que se verifica um importante aumento da emigração e também do peso do Funchal, quer devido a uma maior emigração nos outros concelhos, quer devido a um fenómeno de êxodo rural para o Funchal. Sendo os migrantes geralmente jovens, a sua saída faz diminuir a taxa de natalidade, e a sua chegada a uma região pode fazer aumentar essa taxa. É o que parece verificar-se a partir dos anos 50. Na costa norte a natalidade diminui de forma significativa e no Funchal aumenta. Inverte-se a tendência verificada até então e o Funchal passa a fazer subir as taxas de natalidade da região.

A taxa de natalidade é um indicador afectado pela estrutura etária e pela nupcialidade, pelo que, a fecundidade dos casais deve ser apreciada através de indicadores mais libertos destes efeitos: as taxas de fecundidade e fundamentalmente os índices de Coale. São estes indicadores que estão expressos no quadro seguinte.

QUADRO 12 - TAXA DE FECUNDIDADE (GERAL, LEGÍTIMA E ILEGÍTIMA) E ÍNDICES DE COALE DE FECUNDIDADE (GERAL, LEGÍTIMA E ILEGÍTIMA) NA MADEIRA DE 1890 A 1991

<i>Data</i>	<i>TFG</i>	<i>TFL</i>	<i>TFI</i>	<i>If</i>	<i>Ig</i>	<i>Ih</i>
1890	152,1	296,0	12,2	0,402	0,794	0,0032
1900	170,1	314,1	8,7	0,444	0,822	0,023
1911	160,0	295,7	5,4	0,419	0,788	0,014
1920	136,9	278,8	5,2	0,363	0,749	0,013
1930	144,6	288,2	5,7	0,373	0,751	0,015
1940	124,5	236,6	6,7	0,331	0,637	0,018
1950	112,3	224,7	6,6	0,301	0,626	0,017
1960	121,3	234,0	5,8	0,32	0,641	0,015
1970	106,4	200,6	5,3	0,287	0,560	0,014
1981	71,1	130,1	9,5	0,196	0,363	0,026
1991	53,3	91,1	14,7	0,141	0,248	0,038

²³ A descida de 1920 deverá ter sido um valor circunstancial, relacionado com a gripe pneumónica e com o final da primeira guerra mundial.

As taxas de fecundidade e os índices de Coale, gerais e segundo o estado civil, apresentam naturalmente valores diferentes mas a sua análise indica a mesmas tendências evolutivas. Os índices de Coale permitem conhecer de que forma as mulheres de uma população tem uma fecundidade geral, legítima e ilegítima, mais ou menos próxima da fecundidade das Huterittes e oferecem ainda a possibilidade de comparação com as populações europeias uma vez que foram amplamente utilizados no quadro do European Fertility Project²⁴

Desde final do século passado que as mulheres madeirenses apresentam uma fecundidade geral bastante afastada da fecundidade da população Huteritte. Este indicador (If) situa-se acima dos 0.400 no início do século XX e, tal como na natalidade encontra-se uma descida importante nos anos 30 seguida de um período de estabilidade até 1960, após o qual o declínio é rápido. É um indicador importante, relativamente liberto do efeito da estrutura etária, mas muito afectado pela situação nupcial das mulheres, visto que não distingue a fecundidade das mulheres casadas e a ocorrida fora do matrimónio. Assim, os valores relativamente baixos deste indicador desde o final do século passado devem-se fundamentalmente ao facto de existirem muitas mulheres em idade fértil que não têm filhos por não estarem casadas, já que a fecundidade matrimonial é bastante elevada e assim permanece durante um longo período.

O índice de fecundidade legítima de Coale (Ilg) revela uma fecundidade matrimonial bastante elevada no final do século passado e princípios deste século. Valores em torno dos 0.800 mantêm-se até 1911, o que significa que nesta época a fecundidade legítima ainda se aproximava em muito da fecundidade dentro do casamento das mulheres Huterittes. Também ao nível da fecundidade no casamento se encontra a mesma evolução. Até 1930 o índice apresenta pequenas oscilações, nos anos 30 desce mantendo-se estável até aos anos 60, época na qual decresce de forma acentuada. É difícil determinar qual a época em que a população madeirense inicia de facto o controle da fecundidade no interior do casamento. Livi-Bacci (1971) e Coale (1986) apresentam vários critérios. A descida de pelo menos 10% relativamente ao valor anterior é um deles, outra hipótese, que para Livi-Bacci oferece mais vantagens, é a descida abaixo de 0.600. De facto, entre os dois critérios apontados, o último apresenta ainda a vantagem de coincidir com a época em que se verificam as maiores descidas. Enquanto de 1890 a 1960 a descida foi de apenas cerca 0.150, a partir daí as descidas foram muito mais rápidas de 1960 a 1981 desceu-se cerca de 0.300, ou seja em 20 anos a fecundidade legítima declina cerca do dobro do que tinha declinado durante 7 décadas.

Parece assim ter-se verificado primeiro um lento declínio da fecundidade legítima até 1960, embora mais acentuado nos anos 30, e a partir dos anos 60 uma descida muito rápida. É provável que nem todas as regiões e grupos populacionais tenham iniciado este processo na mesma época e que os anos 30 e 60 tenham sido marcantes para sub-grupos populacionais diversos.

A fecundidade ilegítima teve sempre um peso muito pequeno, quase nulo, e apenas nas duas últimas décadas parece ter subido ligeiramente, tendência essa que provavelmente se continuará a sentir.

É também de notar o facto da natalidade, a fecundidade geral e a fecundidade no casamento terem tido o mesmo tipo de declínio, o que aponta para a manutenção do papel e das características da nupcialidade ao longo do período em análise.

²⁴ Para uma síntese deste projecto ver Coale e Watkins (1986).

2.3 - A Nupcialidade

Ao contrário do que se verifica noutras áreas do globo a nupcialidade europeia é marcada por importantes restrições. Habitualmente consideram-se dois tipos de restrição, a primeira das quais se traduz por um adiamento da idade do casamento, com a consequente diminuição da probabilidade de ter filhos e a segunda que se revela a partir duma importante percentagem de população que nunca casou. Estas restrições podem atingir a população feminina, a masculina ou ambas.

Tradicionalmente, em Portugal, verifica-se uma situação de elevada idade do casamento tanto para os homens como para as mulheres, mas mais elevada para os homens, e dum importante celibato definitivo mais acentuado na população feminina. Gradualmente este modelo muito restritivo foi perdendo peso. No final do século passado a Madeira parece enquadrar-se na situação geral do país. Na actualidade não. O quadro seguinte é bem expressivo dessa situação.

QUADRO 13 - TAXA BRUTA DE NUPCIALIDADE, CELIBATO DEFINITIVO MASCULINO E FEMININO E ÍNDICE DE COALE DE NUPCIALIDADE NA MADEIRA DE 1890 A 1991

Data	TBNup	Im	Celibato	Definitivo	Rm25-29
			Homens	Mulheres	
1890	8,8	0,485	10,7	19,6	84,1
1900	8,5	0,527	7,4	17,3	82,5
1911	7,3	0,523	6,1	15,3	72,1
1920	8,6	0,475	5,8	14,0	78,8
1930	7,0	0,487	7,4	13,3	85,0
1940	6,0	0,505	8,3	16,8	86,3
1950	8,4	0,467	7,4	16,3	86,3
1960	8,1	0,486	8,5	16,3	75,6
1970	7,9	0,500	7,5	16,5	68,4
1981	8,5	0,506	7,1	17,8	89,4
1991	7,3	0,490	6,9	17,2	88,2

A taxa bruta de nupcialidade é um indicador pouco expressivo da importância da nupcialidade numa população porque dá apenas a medida do número de casamentos ocorridos nesses anos, e não da estrutura matrimonial da população, que é melhor descrita por outros indicadores. Entre o final do século passado e deste a taxa de nupcialidade apresenta algumas variações, mas não parece haver nenhuma razão clara para estas oscilações²⁵.

Um dos primeiros indicadores da nupcialidade baseia-se apenas nos dados do recenseamento e é a percentagem de homens ou mulheres que permaneceram solteiros

²⁵ A análise das relações da masculinidade entre os 25-29 anos não parece revelar qualquer relação com a taxa de nupcialidade. Também os movimentos migratórios anteriores não apresentam relação. Outras situações como a guerra, ou crises económicas também não apresentam qualquer explicação plausível.

até aos ao final da sua vida reprodutiva. O celibato definitivo refere-se portanto a pessoas que nasceram há cerca de 50 (45-55) anos, e que se se tivessem casado o teriam feito, em geral, há cerca de 25 (20-30) anos atrás. No final do século passado encontrava-se um importante celibato masculino, mas sobretudo um forte celibato feminino. Corresponderiam aos jovens nascidos entre 1860-70 que não puderam ou não quiseram casar. No censos seguintes a importância do celibato definitivo masculino e feminino diminui. Se se atender a que o celibato definitivo é fundamentalmente revelador do que se passou com os jovens em idade de casar há cerca de 20-30 anos atrás, deve concluir-se que as restrições à nupcialidade descem entre a década de 60 e o final do século XIX para a população masculina e até ao início deste século para a população feminina.

A tendência de descida das restrições ao casamento inverte-se nos anos 20 para os homens e nos anos 30 para as mulheres. O aumento das restrições à nupcialidade ter-se-ia feito sentir mais fortemente no início do século, manifestando-se no celibato definitivo encontrado nestas décadas.

Esta situação de taxas de celibato masculino acima dos 7% e feminino acima dos 15% mantém-se até à actualidade. Em 1991, as taxas de celibato definitivo revelam uma situação próxima da encontrada no início do século, o que significa que os nascidos entre 1935 e 1945, que terão estado na idade mais propícia ao casamento pela década de 60, não terão encontrado uma situação que permitisse um maior acesso ao matrimónio.

A análise da idade média do primeiro casamento, quando calculada a partir do método de Hajnal, levanta diversos problemas²⁶ pelo que se optou por não efectuar aqui essa análise. O índice de nupcialidade de Coale (Im), tal como outros indicadores baseados na população Huteritte, não tem uma leitura directa. É também um indicador de nupcialidade relativamente liberto dos efeitos de estrutura. No entanto não permite uma análise tão detalhada, visto que não se pode perceber se os valores advêm de um adiamento da idade média de casamento ou de um maior recurso ao celibato, indica fundamentalmente em que medida é que a nupcialidade contribui para a fecundidade da população. Além do mais, só permite analisar a estrutura nupcial feminina. Este indicador, no caso da Madeira, revela valores que oscilam em torno dos 0.500 sem qualquer tendência de evolução, num ou noutro sentido.

Os valores que indicam uma estrutura mais marcada pelas restrições à nupcialidade são os dos anos de 1920, e de 1950, valores também abaixo do habitual são encontrados nos anos de 1890, 1930 e 1960. É provável que o valor de 1920 se relacione com o aumento das restrições à nupcialidade verificados no início do século, já sugeridos pela análise do celibato, e que devem estar ligados à importante emigração verificada nas duas primeiras décadas do século XX, tal como também era indiciado pelas relações de masculinidade. Os valores de 1950 e, em menor grau, de 1960 também devem estar dependentes do aumento da emigração no pós-guerra, embora só em 1950 se possa encontrar um aumento da idade média do primeiro casamento nas mulheres e as relações de masculinidade não sejam especialmente desfavoráveis²⁷

²⁶ A este propósito ver Rowland (1997).

²⁷ Apesar dos problemas deste método quando aplicado a populações com estas características, considerem-se os valores calculados por Leston Bandeira (1996:508-10) entre 1890 e 1981. Para os homens a idade média ao casamento seria: 28.9, 25.4, 25.9, 26.8, 28.7, 28.1, 28.1, 25.1, 27.0 e 24.8 anos, e para as mulheres: 24.2, 23.8, 26.8, 25.1, 25.6, 24.7, 25.4, 23.9, 25.2, e 23.1 anos.

A análise da nupcialidade deve ser conjugada com o estudo da emigração que parece ter tido importantes efeitos nas possibilidades de acesso ao casamento, tanto dos homens como da população feminina. Os efeitos são múltiplos para ambos os sexos.

Nos homens a emigração pode ser um passo necessário à criação de condições materiais para o casamento, um factor que impede o seu casamento na região de origem, ou um factor de adiamento do casamento. Para os homens que ficam seria uma situação aparentemente favorável ao casamento, mas só em termos demográficos, visto que as condições que levam muitos a partir impedem os que ficam de reunirem as condições necessárias ao casamento. Para as mulheres a emigração masculina tem como efeito imediato a criação duma situação demograficamente menos favorável ao casamento. No entanto, se esta emigração tiver como objectivo a criação de condições para um posterior estabelecimento familiar, pode significar apenas um adiamento da idade de casamento. Na maioria dos casos associa-se também a um posterior aumento do celibato definitivo dessas jovens.

A emigração não é só masculina e pouco a pouco a emigração feminina ganha também peso. A influência da emigração feminina na nupcialidade é um aspecto de difícil de analisar porque sempre foi entendida como uma emigração de re-agrupamento familiar, para casar com o noivo emigrante. Na actualidade a emigração feminina sem qualquer relação directa com a situação familiar parece ter ganho uma importância muito significativa. O estudo da emigração e dos vários movimentos migratórios é de importância fundamental para compreender a nupcialidade, mas também todos os outros processos, em especial a fecundidade, o envelhecimento, as mudanças na estrutura profissional, e a evolução da distribuição geográfica.

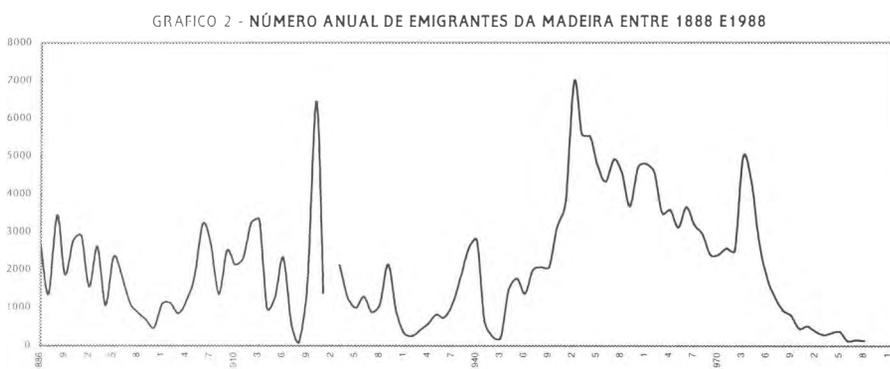
2.4 - Os Movimentos Migratórios

Os movimentos migratórios podem ser classificados segundo múltiplos critérios. Dois destes prendem-se com o facto dos movimentos serem de saída ou de entrada, e de o serem relativamente ao exterior, ou ao próprio país. São estes os quatro principais tipos de movimentos: emigração, imigração, migrações internas de saída e migrações internas de entrada. No século XX os movimentos mais importantes em Portugal foram o êxodo rural em direcção às cidades, o movimento para as colónias (sobretudo na segunda metade deste século) e, fundamentalmente a emigração, primeiro transoceânica e mais tarde para a Europa. Estes movimentos são múltiplos e a eles deve-se acrescentar o retorno quer dos emigrantes, quer das ex-colónias, as re-emigrações, etc.

À multiplicidade de movimentos de natureza claramente distinta acresce o carácter não legalizado de grande parte da emigração e a inexistência de estatísticas para muitos outros. Apenas para a emigração dirigida para o exterior existem registos continuados desde final do século passado a nível distrital. Para os outros movimentos existem às vezes algumas estatísticas (imigração, retorno, etc.), outras vezes algumas estimativas (emigração clandestina), outras dados indirectos a partir dos quais se pode apreciar a importância final de alguns movimentos (migrações internas), e para outros não existem quais dados continuados (re-emigrações). É assim que esta análise se limita ao estudo da emigração legal, do saldo migratório e dos destinos dos emigrantes legais.

A emigração legal

Ao contrário do que se passa com o saldo migratório para o qual não é possível conhecer os seus valores anuais, para a emigração tal é possível. Os períodos inter-censitários, os únicos possíveis para o saldo migratório, não são anos homogêneos em termos de migrações, quer relativamente ao volume de saídas quer relativamente aos destinos escolhidos. Pelo que uma visão da emigração com base nos seus valores anuais é reveladora de muitos aspectos que não são aparentes nas taxas brutas de emigração inter-censitárias. No gráfico número 2 é visível o número anual de emigrantes Madeirenses de 1888 a 1988.



De 1888 a 1897 encontra-se uma emigração bastante forte, em média cerca de 2200 emigrantes por ano, mas muito oscilante encontrando-se em alguns anos quebras sensíveis (1887, 1892, 1894 e 1897).

De 1897 a 1904 verifica-se uma grande quebra do volume da emigração madeirense que passa para menos de metade da anteriormente verificada (cerca de 900 emigrantes anuais em média). Nesta altura é o Brasil que se constitui como o principal destino dos madeirenses. A América do sul é também importante no início, posteriormente a África do Sul e a América do Norte ganham um peso expressivo (em 1903 e 1904)

De 1905 até ao início da primeira guerra mundial assiste-se a um retomar das saídas da Madeira, que neste período se cifram em cerca de 2500 emigrantes por ano. O Brasil continua a ser o principal destino dos madeirenses, mas a América do Norte torna-se o segundo destino, com cerca de metade do volume de emigrantes do Brasil. Em alguns anos particulares, 1906-7 e 1909, a Austrália é mesmo o principal destino destes ilhéus. Trata-se duma emigração muito forte, com mais de mil indivíduos por ano, mas que não gera nenhuma corrente emigratória no futuro.

De 1914 a 1918 a primeira guerra mundial é marcada por um claro abaixamento da emigração madeirense, que se cifra em cerca de 1060 saídas anuais, é uma época na qual a América do norte absorve a quase totalidade da emigração madeirense (cerca de 88%).

De 1919 a 1923, o pós-guerra é marcado por um forte retomar da emigração, cerca de 2900 emigrantes anuais. Mas este retomar é ainda lento em 1919 crescendo depois em 1920 com mais de 6400 pessoas a saírem deste arquipélago num só ano. Neste período os principais destinos são a América do Norte e o Brasil (respectivamente nos dois primeiros e nos dois últimos anos).

A perda de importância da América do Norte como destino inicia uma longa fase de restrições à emigração para os Estados Unidos, ligadas às leis de 1922 e 1924, que vão condicionar o próprio quantitativo da emigração madeirense nos anos seguintes.

De 1924 a 1929 encontra-se um período marcado desde o início pelas restrições à entrada nos EUA e que termina com a grande depressão. É como era de esperar uma época de menor emigração, com cerca de 1300 emigrantes por ano a saírem da Madeira. O principal destino é o Brasil encontrando-se também alguma emigração para a Europa.

De 1930 a 1936 a descida da emigração é ainda mais notória após o início da grande crise económica - a média de emigrantes por ano ronda os 580, o valor mais baixo encontrado. O Brasil e a América do Norte são ainda os principais destinos da emigração madeirense mas agora em conjunto com a Europa. A partir de 1933 a África do Sul ganha também algum peso relativo. Em 1935 a emigração reparte-se igualmente entre o Brasil a América do Norte e a África do Sul, tendo a Europa e a Venezuela menos importância.

De 1937 a 1940 encontra-se novamente um acréscimo das saídas. Neste período marcado pelo início da Segunda Guerra as saídas cifram-se em cerca de 2050 emigrantes por ano, quatro vezes mais do que anteriormente.

De 1941 a 1943 as restrições à mobilidade no Atlântico impostas pela guerra são determinantes para a emigração madeirense, que passa para 1/20 do verificado antes, apenas cerca de 370 emigrantes por ano. Tal como durante a primeira guerra mundial um só país absorve a quase totalidade destes emigrantes, desta vez é o Brasil (cerca de 80%). Curaçau começa a definir-se como um importante destino dos madeirenses e, ainda durante a guerra, vão emigrantes com destino às suas refinarias petrolíferas que saem protegidos por barcos de guerra.

De 1944 a 1951 no pós-guerra encontra-se um retomar da emigração madeirense, que perde nestes primeiros anos em média cerca de 2200 indivíduos. Em 1944 e 45 as saídas são absorvidas na sua quase totalidade por Curaçau. A partir de 1946 os emigrantes voltam-se novamente para o Brasil, cerca de metade, e os restantes repartem-se por Curaçau, Venezuela, que ganha um novo peso, e pela África do Sul.

Nos três anos que vão de 1952 a 1954 o número médio anual de emigrantes sobe para 6600. Trata-se de uma fortíssima emigração que resulta dum grande aumento da emigração para o Brasil (que só em 1952 leva 5075 emigrantes) e do início duma nova e importante corrente emigratória para a Venezuela que a partir daqui se vai tornar um dos mais importantes destinos destes ilhéus.

De 1955 a 1972 assiste-se a um abrandamento da emigração legal, que progressivamente deixa de ter qualquer relação com as saídas efectivas. No final dos anos 50 as saídas rondam os 4500 emigrantes e no início de 70 cerca de metade. A Venezuela é o principal destino, com cerca de 60% das saídas, o Brasil perde peso relativo passando a 23%, mas esta quebra é sentida de forma abrupta em 1964 (eventualmente estará ligada ao golpe militar do Brasil). Este fecho da emigração para o Brasil provoca uma tal alteração na estrutura e volume de emigração que em rigor este período poderia ser melhor caracterizado se dividido em duas fases. A primeira de 1955 a 1963, com saídas médias de 4400 habitantes por ano, no qual a Venezuela se constitui como o principal

destino destes emigrantes, com cerca de metade e o Brasil se mantém como segundo destino, tendo a África do Sul menor expressão. Numa segunda fase, de 1964 a 1972, as saídas cifram-se em média em cerca de 2900 emigrantes por ano. A Venezuela é não só principal destino, como absorve a grande maioria da emigração madeirense (cerca de 78%).

De 1973 a 1975, nos três anos imediatamente antes e após a revolução, a emigração madeirense sofre uma nova subida, cifrando-se em cerca de 4000 emigrantes por ano. Continua a ser uma emigração fundamentalmente destinada para a Venezuela, país que detém cerca de metade destas saídas. A Europa, que já em 1969 e 1970 se tinha revelado como um destino significativo, passa a ser a segunda escolha destes emigrantes (cerca de 17%). A América do Norte e a Austrália, que ressurgem como um destino da emigração insular, detêm uma importância muito menor.

De 1976 a 1988 a emigração perde progressivamente peso, se nos primeiros anos apresenta saídas na ordem dos 1500 indivíduos, nos últimos emigram apenas cerca de 150 pessoas. São valores totalmente desligados do quantitativo real das saídas. A Venezuela mantém-se como primeiro destino, a Europa como segundo, com quantitativos similares aos do período anterior.

Desde o pós-guerra, mas em especial neste último período a emigração legal fica muito aquém do número das perdas por emigração calculado no saldo migratório. Isso obriga a que a análise dos destinos dos emigrantes tenha que ser tomada com alguma precaução uma vez que se refere-se a uma parcela, cada vez menor, dos emigrantes madeirenses. Nada indica que os outros emigrantes se dirijam para as mesmas regiões em igual proporção. Desde 1988 não se publicam estatísticas oficiais sobre a emigração pelo que se torna impossível continuar esta análise até à actualidade. A importância relativa dos destinos nas várias décadas é apresentada no quadro 15.

QUADRO 15 - PRINCIPAIS DESTINOS²⁸ DOS EMIGRANTES MADEIRENSES DE 1900 A 1911

Principais destinos dos emigrantes									
Data	África	Brasil	Amér.Sul	Venezuela	Curaçau	Am.Norte	Oceânia	Europa	Desc/Out
1900-1911	3,4 a)	48,1	4,4	-	-	25,6	15,5	0,3	0,0
1911-1920	2,0	37,1	1,4	-	-	58,3	0,0	1,1	0,0
1920-1930	3,6	58,0	10,5	-	-	18,6	0,0	9,3	0,0
1930-1940	23,2	25,3	1,9	7,3	-	19,5	0,0	16,7	12,5
1940-1950	6,9	33,6	1,1	17,5	28,4	6,3	0,0	5,8	5,8
1950-1960	11,1	46,4	0,3	35,9	4,3	0,5	0,0	0,0	2,4
1960-1970	9,1	18,2	0,0	65,4	2,3	2,2	0,0	2,2	2,8
1970-1981	3,8	1,7	1,8	62,2	-	11,3	5,2	15,4	0,0
1981-1991	3,9	0,0	0,0	20,0	-	22,2	21,1	32,7	0,0

Em resumo pode-se considerar que até aos anos 40 os principais destinos migratórios dos madeirenses eram o Brasil e a América do Norte. A América do Norte inicia um processo de perda de peso relativo a partir dos anos 20, mas é fundamen-

²⁸ Tal como muitas outras recolhas estatísticas a área de destino dos emigrantes não obedece a um único critério, sendo mesmo frequente a sua mudança. Durante muito tempo utilizou-se uma classificação fundamentalmente continental, à excepção do Brasil (referido sempre autonomamente e não na América do Sul), posteriormente foi utilizada um critério baseado nos diferentes países de destino.

talmente a partir dos anos 40 que deixa de ter qualquer expressão significativa, que só é retomada nos anos 70 e sobretudo 80. O Brasil, pelo contrário, mantém até tarde, anos 50, uma importância marcante como destino dos emigrantes, e só nos anos 60 começa a perder a preponderância, tendo nos anos 70 já um peso sem significado. A partir dos anos 30 inicia-se forte corrente emigratória para a Venezuela que, nos anos 60 e 70, se torna nitidamente maioritária. Ao longo de todo o século XX, a emigração para a África do Sul é constante apesar de sofrer algumas oscilações. A Austrália é também um importante destino mas apenas em dois períodos específicos: na primeira década do século e nos anos 70-80. A Europa nunca foi um destino muito importante, mas em alguns períodos assume alguma relevância: nos anos 30, e nos anos 70-80, nestas últimas décadas o país maioritariamente responsável por este fluxo é a Grã-Bretanha. Curaçau é também uma região de forte atracção mas fundamentalmente nos anos 40 e depois perde progressivamente a importância.

A análise da emigração legal revela a existência de quatro períodos com características bem distintas entre si, como é visível no quadro seguinte.

QUADRO 16 - TAXA BRUTA DE EMIGRAÇÃO NA MADEIRA DE 1890 A 1991

<i>Taxa Bruta de Emigração</i>			
<i>Data</i>	<i>Total</i>	<i>homens</i>	<i>mulheres</i>
1890-1900	1,09	1,31	1,01
1900-1911	1,15	1,52	0,81
1911-1920	1,27	1,66	0,92
1920-1930	0,69	1,03	0,39
1930-1940	0,51	0,76	0,28
1940-1950	0,59	1,03	0,24
1950-1960	1,81	2,53	1,20
1960-1970	1,31	1,35	1,28
1970-1981	0,89	0,88	0,89
1981-1991	0,16	0,15	0,18

Desde a última década do século passado até ao final da primeira guerra mundial a emigração legal é forte, com valores que oscilam entre 1.1 e 1.3 % anuais. Trata-se duma emigração predominantemente masculina: a taxa da população masculina é cerca de 30 a 80% mais importante que a da população feminina.

Nos três decénios seguintes, dos anos 20 aos anos 40, a emigração legal sofre uma forte retracção passando os seus valores para cerca de 50-60% do nível anterior. O fim da guerra, mas sobretudo o início das limitações à entrada de emigrantes nos EUA a partir de 1922/4, depois a Grande Depressão e finalmente a Segunda Guerra Mundial terão sido os principais factores explicativos da diminuição da emigração. A comparação entre as taxas de emigração da população feminina e masculina revela que durante este período a emigração foi muito mais marcadamente masculina, sendo 2 a 3 vezes superior à verificada no sexo feminino.

Nos anos 50 e 60 a emigração legal aumenta de forma bastante clara, embora não tão marcada como é indiciado pela análise da taxa do saldo migratório, o que revela a importância dos movimentos migratórios não legalizados. Se nos anos 50 a emigração

é ainda predominantemente masculina, na década seguinte os valores são já próximos, dando início a uma tendência de emigração equilibrada relativamente ao sexo que se virá a manter posteriormente.

A partir dos anos 70 assiste-se a uma clara diminuição dos valores da emigração legal, que nos anos 80 é quase nula. Se é provável que tal resulte duma efectiva diminuição da emigração madeirense, é também evidente que os baixos valores encontrados nestas décadas resulta fundamentalmente da emigração ter passado a assumir um carácter marcadamente não-legalizado. Esta ideia era já manifesta desde os anos 40, época a partir da qual a emigração passa a ter características diferentes relativamente a este aspecto.

Outro ponto importante a salientar é o facto de desde os anos 60 a emigração perder o seu carácter diferencial relativamente ao sexo, deixando de ser tão predominantemente masculina e passando progressivamente a assumir uma estrutura mais equilibrada. Tal facto, além de criar directamente uma população emigrante com características diferentes, gera na sociedade de partida uma situação na qual a estrutura populacional é também menos afectada. Seria assim possível encontrar relações de masculinidade mais equilibradas nos grupos de adultos jovens, o que poderia favorecer uma maior nupcialidade. No entanto não é isso que se passa uma vez que a nupcialidade mantém as suas características fundamentais até ao final do período em análise.

Os saldos migratórios

Os movimentos migratórios na Madeira devem ter sido fundamentalmente constituídos por emigração para o exterior, no entanto não terão sido estes os únicos movimentos verificados na população. O retorno de emigrantes, saídas destinadas às colónias e, o retorno nos anos 70, e os movimentos relativamente ao continente e às ilhas açorianas não são englobados na emigração legal, nem esta inclui os movimentos clandestinos. Assim, o saldo migratório permite a análise do conjunto dos movimentos observados entre períodos inter-censitários, sem no entanto distinguir a importância relativa de cada um deles.

No quadro seguinte apresentam-se os valores do saldo migratório da população total, da população masculina e feminina.

QUADRO 17 - TAXAS DO SALDO MIGRATÓRIO NA MADEIRA DE 1890 A 1991

Taxa do Saldo Migratório			
Data	Total	homens	mulheres
1890-1900	-0,49		
1900-1911	-0,55	-0,84	-0,34
1911-1920	-0,74	-0,99	-0,65
1920-1930	-0,17	-0,32	0,01
1930-1940	-0,24	-0,25	-0,11
1940-1950	-0,72	-1,25	-0,58
1950-1960	-1,81	-2,23	-1,34
1960-1970	-2,59	-2,89	-2,34
1970-1981	-1,08	-1,23	-0,94
1981-1991	-0,58	-0,51	-0,65

É bem visível que durante todo o período considerado as saídas foram sempre muito mais significativas do que as entradas. Apenas na década de 1920-30 se encontra um saldo positivo, mas quase nulo na população feminina.

Tal como na análise da emigração legal é possível distinguir 4 fases.

A primeira fase decorre até 1920. As perdas populacionais são muito significativas e parece verificar-se uma tendência de aumento destas saídas, que na primeira década deste século resultam de muito maiores saídas masculinas do que femininas.

Um segundo período é visível nas duas décadas seguintes, de 1920 a 1940, quando se assiste a uma forte diminuição do saldo migratório, que se reduz para cerca de um terço do seu valor anterior. As limitações colocadas pelos EUA à entrada de emigrantes, a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial devem ter contribuído para esta tendência. Esta diminuição poderá ter ocorrido quer por se verificarem menores saídas, quer por se verificar maior retorno. Em termos de sexo, verifica-se tanto a população masculina como a feminina sofrem reduções drásticas.

A terceira fase inicia-se nos anos 40 com um período de grandes saídas populacionais. Na década de 40 o valor do saldo migratório aproxima-se dos valores anteriores aos anos 20, mas é a população masculina que tem maior peso nestas saídas, a taxa do saldo migratório masculino é cerca de 2.5 vezes a taxa feminina. É uma década marcada por duas tendências diferentes, se na primeira metade a guerra terá sido ainda um factor de retenção das populações, no pós guerra o fluxo migratório terá sido muito forte²⁹. Nos anos 50 a tendência para o aumento das saídas acentua-se: cerca de 18% da população é perdida devido a migrações. São saídas maioritariamente masculinas, já que a taxa do saldo masculino se cifra no dobro da feminina. Na década seguinte, os anos 60, a tendência para o aumento das saídas populacionais é ainda maior: cerca de 26% da população é perdida em resultado das maiores saídas verificadas. Esta é a década de maior emigração, tal como noutras regiões portuguesas. O período dos anos 40 aos anos 60 foi marcado por saídas populacionais massivas, que se iniciam com o pós-guerra e com a necessidade de reconstrução das economias do outro lado do Atlântico, e que termina já nos anos 70 numa situação de recessão internacional marcada pela crise petrolífera.

Um último período começa nos anos 70 quando se assiste a uma modificação da tendência até aí verificada. As saídas populacionais diminuem. O decréscimo da importância dos movimentos de saída é influenciado por uma série de factores que vão desde a crise petrolífera, às maiores entradas devido ao processo de descolonização na África portuguesa, onde residiam alguns madeirenses³⁰. E também devido à maior capacidade de reter a população da própria Madeira, a partir da criação das regiões autónomas, provavelmente também ao aumento da emigração temporária e sazonal, que muitas vezes não é apanhada neste indicador, mas sobretudo ao clima de contenção económica vivido desde os anos 70, por oposição à situação de favorável vivida do pós guerra até aos anos 60. São ainda saídas maioritariamente masculinas, mas as diferenças já não são tão acentuadas. No anos 80 a tendência para a diminuição do saldo migratório mantém-se. Nesta década o factor mais saliente é o facto de pela

²⁹ É esta a ideia com que se fica a partir da análise da emigração legal ano a ano, a única que é possível conhecer anualmente e não por década.

³⁰ Jorge Gaspar (1987:44) refere 7182 indivíduos como tendo vindo das Colónias para a Madeira entre 1973 e 1981.

primeira vez as saídas femininas serem maiores do que as masculinas, generalizando-se para a Madeira uma tendência de feminização da emigração que parece marcar os actuais movimentos migratórios.

Clandestinidade e Retorno dos emigrantes

A comparação do saldo migratório resultante de todos os movimentos de entrada e saída de uma região com a emigração legal dessa região permite a criação de um indicador da importância relativa dos dois outros movimentos migratórios: a emigração clandestina e o retorno dos emigrantes. Caso o valor da taxa do saldo migratório seja inferior ao da taxa bruta de emigração isso significará que terão existido entradas populacionais mais significativas que as saídas não contabilizadas, ou que o mesmo emigrante terá efectuado mais do que um movimento de saída no período em análise. Ou seja, neste caso o retorno de emigrantes e re-emigração terão sido superiores à emigração clandestina e saídas para o continente, colónias e açores. Caso aconteça o contrário, será a emigração não-legalizada e outras saídas que são mais importantes que o retorno e a re-emigração.

É de salientar que esta não é uma medida directa, pelo contrário serve apenas como medida comparativa do peso relativo destes movimentos fundamentais que não fazem parte da emigração oficial: a emigração clandestina e o retorno e re-emigração. A diferença entre o saldo migratório e a emigração será tanto maior quanto mais nítida for a predominância de um destes movimentos principais, quando estes movimentos forem equilibrados existirá uma sub-estimação da importância da clandestinidade ou do retorno de emigrantes³¹. Por isso é fundamental considerar este indicador apenas como uma medida da predominância do tipo de movimentos, e não como uma medida da importância de cada um deles.

Embora existam outros movimentos que influenciam este indicador, na Madeira ele parece poder ser interpretado desta forma, visto que as saídas para o continente, para as ilhas açorianas e para as colónias, assim como, as entradas oriundas destas regiões parecem ser de menor dimensão³².

³¹ Apesar não se conhecerem os valores na Madeira, é importante referir que para o Porto entre 1858 e 1861 Jorge Fernandes Alves (1994:257) estima a importância do retorno entre 40 a 60% e, entre 1836 e 1879, encontra cerca de 6.5% de re-emigrações e calcula em 5% a emigração clandestina. Para a última década dos século XIX, e agora para Portugal continental, o mesmo autor calcula a imigração (fundamentalmente retorno) em 66% do quantitativo da emigração legal verificada (Alves,1994:254). Muito mais tarde, em 1938 o autor considera que as primeiras emigrações constituiriam apenas 50% do volume total da emigração, cifrando-se as re-emigrações, portanto, em 50%.

³² Jorge Gaspar (1987:44) calcula em 2343 o número de pessoas que sai do continente para a Madeira entre 1973 e 1981. Neste mesmo período o número de entradas no arquipélago cifrar-se-ia em 6623, sendo provavelmente a maioria retorno de emigrantes. Valores diversos são apresentados por Custódio Cónim (1990:52) quando se refere aos migrantes internos existentes encontrados em 1981. Nesta data encontrar-se-iam 3665 não madeirenses na Madeira, enquanto no continente e Açores se podiam encontrar cerca de 13901 naturais do arquipélago. Em ambos os casos, valores pouco expressivos se se atender aos números apresentados a propósito da emigração.

QUADRO 18 - DIFERENÇA ENTRE A TAXA BRUTA DE EMIGRAÇÃO E A TAXA DO SALDO MIGRATÓRIO NA MADEIRA DE 1890 A 1991

Diferença entre TBE e TSM			
Data	Total	Homens	Mulheres
1890-1900	0,60		
1900-1911	0,60	0,68	0,47
1911-1920	0,53	0,67	0,27
1920-1930	0,52	0,71	0,40
1930-1940	0,27	0,51	0,17
1940-1950	-0,13	-0,22	-0,34
1950-1960	0,00	0,30	-0,14
1960-1970	-1,28	-1,54	-1,06
1970-1981	-0,19	-0,35	-0,05
1981-1991	-0,42	-0,36	-0,47

Até 1940 é nítido que na Madeira, como em várias outras regiões³³, o retorno e re-emigração excedem a emigração clandestina. O valor da diferença entre a taxa do saldo migratório e da taxa bruta de emigração é razoavelmente constante variando entre 0.6 e 0.5 % anuais até 1930. Nos anos 30 é já visível uma tendência para a sua diminuição indiciando a inversão da tendência até aí encontrada. Assim, até aos anos 40 encontra-se uma situação na qual o retorno de emigrantes a re-emigração e provavelmente algumas outras entradas de população menos significativas, são sempre mais importantes que as saídas populacionais, nas quais a emigração não-legalizada é predominante.

Se comparado o valor deste indicador na população masculina e feminina pode verificar-se que o seu valor é maior no sexo masculino, o que indica que é nesta população que o retorno e a re-emigração são mais frequentes ou, a emigração clandestina menos, e na população feminina que se passa o contrário.

A partir dos anos 40 até à actualidade encontra-se a situação inversa. A partir desta década a emigração clandestina e outras saídas da ilha tornam-se mais importantes. O valor desta diferença passa no entanto a ser menos significativo, mais oscilante, e nos anos 50 é mesmo nulo³⁴. Pode-se considerar que neste período a emigração não legalizada passa a ser mais importante que o retorno, e a re-emigração, mas a diferença entre estes dois movimentos de sentidos opostos não é tão importante como a anteriormente sentida. Esta inversão da tendência anterior parece resultar mais de um aumento da emigração clandestina e outras saídas e, menos de uma diminuição do retorno e re-emigração. É provável que as saídas para o continente, para as colónias,

³³ É uma tendência que se verifica em Portugal continental e também nas ilhas açorianas (Oliveira, 1997).

³⁴ Tal não significa que não tenham existido importantes movimentos de retorno ou de emigração clandestina, pelo contrário, terão certamente existido como se pode verificar se se analisar o valor desta diferença na população masculina e feminina. O valor positivo encontrado na população masculina, quando na feminina é negativo, sugere importantes movimentos de re-emigração.

e a emigração sazonal tenham aumentado gradualmente na segunda metade do século XX. Desta forma, progressivamente, a emigração legalizada perde peso relativo no total das saídas populacionais.

A comparação dos valores deste indicador na população feminina e masculina depois dos anos 40 permite verificar que o valor desta diferença é maior na população feminina, à excepção dos anos 60 e 70 (as décadas de maiores saídas e de início do novo período de retracção). Tal facto parece revelar, até aos anos 60, uma continuidade na tendência de menor retorno e re-emigração e de maiores saídas não-legalizadas (talvez ligadas a processos de re-agrupamento de famílias no exterior) na população feminina e, nos anos 80, estará relacionada com a feminização dos movimentos migratórios sentida na maioria das regiões.

3 - CONCLUSÃO

Não se pode afirmar que o processo de transição demográfica inicia a sua primeira fase, com a descida da mortalidade, ou a segunda fase, com o declínio da fecundidade, numa data específica. A passagem do antigo para o novo regime demográfico é um processo longo e complexo. A população delimitada a partir dum critério geográfico não é homogénea e não vê a sua mortalidade ou a sua fecundidade descerem de forma idêntica nos vários grupos sociais. As várias camadas que constituem o tecido social numa população apresentam importantes diferenças ao nível dos vários indicadores que podem mostrar a maior ou menor proximidade da morte. Também a nível da fecundidade se pode afirmar o mesmo. O número médio de filhos tido durante o casamento, a idade do primeiro e do último filho, a probabilidade de ter filhos fora dos vínculos matrimoniais, etc., são aspectos claramente relacionados com o grupo social de pertença de cada indivíduo. É assim que em lugar de se considerar apenas uma população se deveriam considerar múltiplas sub-populações em função das suas características enquanto grupo social. Tanto a mortalidade como a fecundidade são diferentes para os pequenos proprietários rurais, os colonos, os jornaleiros, os assalariados agrícolas, os pequenos comerciantes, a população que trabalha na indústria, a que trabalha nos serviços, a população urbana, a que reside nas áreas rurais, etc.

O acesso a uma melhor qualidade de vida, alimentação, condições sanitárias, a cuidados médicos regulares estão dependentes de forma directa de condicionantes sócio económicas muito diversas. A passagem de uma mortalidade de antigo regime, onde se morria cedo, as crises e epidemias eram frequentes, as doenças endémicas tinham um peso considerável, para um novo regime, no qual se morre bastante mais tarde, as epidemias são raras, e se morre sobretudo por causas cardio-vasculares e de cancro é uma transição que ocorre necessariamente em épocas diferentes nos vários grupos populacionais

Também a necessidade e a possibilidade de controlar a fecundidade está relacionada com aspectos económicos, sociais e culturais dos vários grupos populacionais. A passagem dum modelo familiar em que os filhos são tipicamente o garante da segurança na velhice para um outro tipo de vida em família onde a criança representa um custo directo, mas também frequentemente uma fonte de aspirações de ascensão social e expectativas de vida melhor é lenta, complexa e influenciada por todo o enquadramento social.

Assim, é natural que as datas apontadas para o início da descida da mortalidade e da fecundidade apresentem vários problemas. Se os vários grupos sociais iniciam estes processos de declínio em resultado de processos de transformação social que se dão de forma desigual, as datas apontadas não se podem referir a nenhum grupo social real, mas apenas à época na qual as transformações eram já manifestas na maioria da população e assim se reflectiam nos indicadores.

O início da descida da mortalidade se, em termos globais, terá tido início no princípio deste século, na realidade, ter-se-á verificado anteriormente nalguns grupos sociais e apenas mais tarde em muitos outros. É também assim que deve ser entendida a década dos anos 60 relativamente à fecundidade legítima. O lento declínio verificado anteriormente deveria reflectir o início deste processo verificado primeiro em alguns grupos populacionais e o seu posterior alargamento a outros, ainda de pequena dimensão, só nos anos 60 a generalização desta nova atitude se manifesta na maioria da população.

Também a nupcialidade e os movimentos migratórios apresentam uma importante relação com a pertença social dos indivíduos. O casamento, especialmente numa situação de fortes restrições à nupcialidade, depende em grande medida da possibilidade prática de um novo casal se constituir - é assim que são frequentemente referidas as ligações entre os sistema de pequena propriedade rural e a maior importância do celibato definitivo e do adiamento da idade de casar e, por outro lado, entre a situação de assalariado e maior facilidade em casar. A emigração, quer legal quer clandestina, e o êxodo rural atingem de forma diferente os vários grupos sociais. Também o retorno deve depender não só da forma como o processo migratório teve mais ou menos sucesso mas também dos grupos sociais de origem do emigrante.

O processo de transição demográfica na Madeira só poderia ser analisado na sua complexidade se existissem dados que permitissem avaliar a importância da mortalidade, da fecundidade, da nupcialidade e das migrações nos vários grupos que foram constituindo o tecido social madeirense. Tal não é possível por falta de estatísticas. A alternativa seria o recurso às técnicas de reconstituição de famílias, cujas exigências as tornam realizáveis apenas para populações de reduzida dimensão.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, ALBERTO, 1969. *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas adjacentes) - Migrações Internas 1921-1960*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- ALVES, JORGE FERNANDES, 1994. *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto.
- BACCI, MASSIMO LIVI, 1971. *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton university Press, Princeton.
- BANDEIRA, MARIO LESTON, 1996. Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BRITO, RAQUEL SOEIRO DE, 1989. "A importância da ilha da Madeira no início da expansão ibérica e a sua evolução recente", *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira 1986 vol. I*, Governo Regional da Madeira, Funchal.
- BRANCO, JORGE FREITAS, 1987. *Camponeses da Madeira*, as Bases Materiais do Arquipélago 1750-1900, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- CARDOSO, AGOSTINHO, 1968. "O fenómeno económico-social da emigração madeirense", *Revista de Direito Administrativo*, tomo XII, nº 3, Coimbra.

- COALE, ANSLEY E WATKINS, SUSAN, 1986. *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.
- CÓNIM, CUSTÓDIO, 1990. *Portugal e a sua População, volIII*, Ed. Alfa, Lisboa.
- DAVIS, KINGSLEY, 1945 "The world demographic transition", *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, vol 273, Jan I : 1-11.
- GASPAR, JORGE, 1987. *Os Próximos Vinte Anos, vol. I, Ocupação e Organização do Espaço, Retrospectiva e Tendências*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GOMES, FÁTIMA FREITAS E VIRISSIMO, NELSON, 1983. *A Madeira e o Sidonismo*, Governo Regional da Madeira, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Funchal.
- NEPOMUCENO, RUI, 1994. *As crises de Subsistência História da Madeira*, Ensaio Histórico, Caminho, Lisboa.
- NOTESTEIN, F.W., 1945. "Population the long view", E. Schultz ed., *Food for the World*, University of Chicago Press : 36-56
- OLIVEIRA, ISABEL, 1996. *A transição demográfica e emigração nas ilhas portuguesas*, dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.
- OLIVEIRA, ISABEL, 1997. "Emigração nas Ilhas Portuguesas" in *População e Sociedade* nº 3, Porto.
- PINTO, M^a LUÍS ROCIA, 1993. *Crises de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos séculos XVIII e XIX na região de Castelo Branco*, dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.
- PINTO, M^a LUÍS ROCIA E RODRIGUES, TERESA, 1990. "A Madeira na viragem do século (1890-1930), características da sua evolução demográfica" in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Imprensa de Coimbra, Coimbra.
- REIS, CÉLIA, 1990. *A Revolta da Madeira e Açores (1931)*, Livros Horizonte, Lisboa.
- ROWLAND, R., 1997. *População, Família e Sociedade. Portugal séculos XIX-XX*, Celta, Oeiras
- SOUSA, ANTÓNIO TEIXEIRA, 1965. "A emigração madeirense", *Comunicação apresentada no 1º Congresso das Comunidades Portuguesas em Lisboa*.
- SILVA, F.A. E MENESES C.A., 1984. *Elucidário Madeirense*, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Funchal.
- VIEIRA, ALBERTO, 1993. "A emigração madeirense na segunda metade do século XIX", Silva, M.Beatriz Nizza da e outros (coord.), *Emigração/Imigração em Portugal Actas do "Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (secXIX-XX)*, Fragmentos, Lisboa.

A DINÂMICA POPULACIONAL DO CONCELHO DE SETÚBAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Maria de Lurdes Reizinho e Silva

ABSTRACT

This article introduce the general scenery of the evolution from the demographic structure of Setúbal during the second middle of the XIX Century.

In 1864 with a population lower to 13 000 residents, Setúbal became in 1911 the third Portuguese town, thanks to its economic significance, that came upon from the resources of its river and from its port, and, consequently, to the prosperity of the piscatory industry and the sardines manufactures.

In the course of the analyse period the population grew up in all town whose different cadence of internal evolution reveal distinct social, economic and urbanistic realities. The density of population list an intensive and very rapid growth of the population thanks to the intensity of the migratory movements that made possible the rejuvenation of the age structure.

1. O volume populacional

Para a análise do volume e ritmos de crescimento da cidade e do concelho de Setúbal foram apenas considerados os dados apurados nos quatro primeiros recenseamentos gerais da população.

Assim, na segunda metade do século XIX (1864), a população do concelho de Setúbal que, atingia pouco menos de 22000 habitantes distribuídos em 5440 fogos, conhece até ao final da centúria um acréscimo desses valores para 37 mil e 9 mil, respectivamente (Quadro 1).

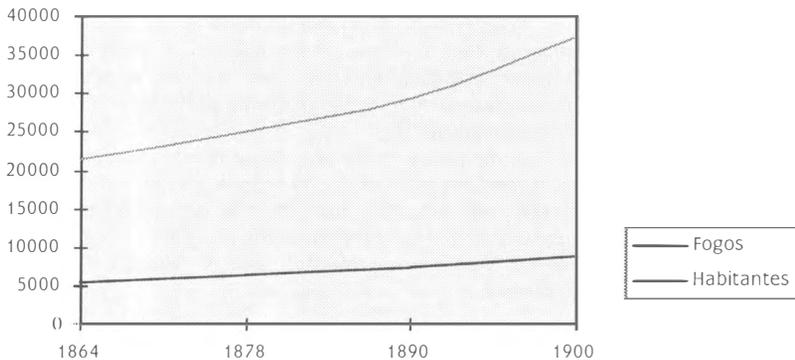
QUADRO 1 - NÚMERO TOTAL DE HABITANTES E FOGOS RECENSEADOS EM SETÚBAL ENTRE 1864 E 1900

Anos	Fogos	População
1864	5440	21628
1878	6308	25005
1890	7205	29320
1900	8780	37405

Relativamente à cidade, à data do primeiro recenseamento geral, a população de Setúbal (cidade) contava aproximadamente com 13000 almas, ultrapassando em 1900 os 22 mil habitantes. Entre os mesmos períodos, o número de casas aumentou cerca de 3000 para mais de 5000 fogos. Os valores do crescimento global, quer do total de casas como de residentes, foram muito próximos do termo da zona urbana, e do concelho no seu conjunto¹.

A leitura do Gráfico 1 indicia-nos um crescimento a um ritmo moderado entre 1864 e o último decénio de Oitocentos, momento a partir do qual a população do concelho (e da cidade) cresce a um ritmo mais acelerado, tal como o número de fogos. Com efeito, o crescimento global do total de habitantes fora superior ao do número de fogos, contando os primeiros com um aumento médio de 72,9 por cento e os últimos de 61,4 pontos percentuais.

Gráfico 1 - Evolução do número de fogos e habitantes em Setúbal (1864-1900)



As taxas de variação do número de residentes e fogos apresentadas no Quadro 2 corroboram os diferentes crescimentos registados entre estes dois indicadores, cujo número médio declina entre 1878 e 1890. Sublinhe-se que, o crescimento dos fogos não constitui uma boa medida de evolução da população, não sendo a análise dos mesmos aquela que nos permite uma melhor compreensão da evolução populacional, uma vez que é vulgar ocorrer, em certas zonas urbanas, um crescimento muito rápido do número de residentes, mormente quando atingidos por um surto imigratório, acompanhado pela estabilização do número de fogos; aliás, foi o que aconteceu em determinadas paróquias da cidade do Rio Azul.

QUADRO 2 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE FOGOS E POPULAÇÃO NA CIDADE E NO CONCELHO DE SETÚBAL ENTRE 1864/1878, 1878/1890 E 1890/1900 (EM PORCENTAGEM)

Anos	Fogos		Hab.	
	<i>Cidade</i>	<i>Concelho</i>	<i>Cidade</i>	<i>Concelho</i>
1864/78	17,3	16,0	16,1	15,6
1878/90	13,5	15,0	18,8	17,3
1890/00	22,3	21,0	25,6	27,6

O aumento mais significativo do número de fogos e da população regista-se no final do século XIX, assim na cidade como no concelho. No entanto, o acréscimo dos fogos, que na cidade é de 22% e no concelho 21 por cento, é inferior ao do número de almas, cuja taxa de variação entre 1890/1900 é de 25,6 pontos percentuais na cidade e 27,6 por cento no concelho, como já havíamos observado.

Entre 1864 e 1878, as variações dos fogos ultrapassam as dos residentes, sendo de facto, a partir desta última data que o ritmo de crescimento do número de casas não se faz acompanhar paralelamente ao da população, não sendo alheio a esta evolução o arranque da indústria conserveira da sardinha na década de 80, assim como a prosperidade das lides piscatórias exercendo um forte poder de atracção às gentes vindas de fora, sobretudo do Algarve ².

O cálculo da dimensão média dos fogos corrobora os diferentes crescimentos observados entre fogos e habitantes, e a relação existente entre esses dois indicadores.

Como podemos observar, o número médio de indivíduos existentes por fogo é relativamente estável, oscilando no concelho entre um mínimo de 4,0 nas datas dos três primeiros recenseamentos e um máximo de 4,3 no final da centúria. Tendo apenas em consideração as freguesias urbanas da cidade, os resultados apontam, respectivamente para 3,8 e 4,1 habitantes. (Quadro 3).

QUADRO 3 - DIMENSÃO MÉDIA DOS FOGOS DO CONCELHO E CIDADE DE SETÚBAL ENTRE 1864-1900

Anos	Concelho	Cidade
1864	4,0	3,9
1878	4,0	3,8
1890	4,0	4,0
1900	4,3	4,1

Por freguesia (cidade) podemos verificar que, de uma maneira geral, no período considerado, são as paróquias da Anunciada e de S. Sebastião aquelas em que o número de almas por fogo é maior (Quadro 4), para o que contribuiu, como veremos, o carácter diferencial dos movimentos migratórios no interior do espaço urbano.

QUADRO 4 - DIMENSÃO MÉDIA DOS FOGOS NAS FREGUESIAS DA CIDADE DE SETÚBAL ENTRE 1864-1900

	1864	1878	1890	1900
S. Julião	3,7	3,8	3,9	4,3
S ^a . Maria	3,5	3,2	3,7	3,9
Anunciada	4,3	3,9	4,3	4,2
S. Sebastião	3,8	4,0	4,0	4,0

2. Tendências e ritmo do crescimento populacional

Do primeiro ao quarto recenseamento moderno, de 1864 a 1900, o número de efectivos aumentou, de uma forma geral, em todas as paróquias da cidade e do concelho de Setúbal. Com efeito, passa-se de uma situação em 1864, em que cerca de metade das freguesias não ultrapassava os 3000 habitantes e apenas uma excedia as 5000 almas, para no final do século três das mesmas contarem mais de 5 mil habitantes e uma mais de 10 mil (Quadro 5).

QUADRO 5 - EXTENSÃO MÉDIA DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SETÚBAL (1864-1900)

Habitantes	1864	1878	1890	1900
-1000	1	0	0	0
1 - 3000	2	3	3	3
3 - 5000	3	2	1	0
5 - 10000	1	2	3	3
10000+	0	0	0	1
Total	7	7	7	7

De acordo, com os valores do primeiro censo, as freguesias de Nossa Senhora da Anunciada e de S. Sebastião (Setúbal) e S. Pedro de Palmela e S. Pedro de Marateca (Palmela) são as zonas mais populosas. Entre esse ano e o final de Oitocentos continuaram a sê-lo. No que respeita à cidade, são as paróquias periféricas (relativamente ao centro), constituindo bairros populares, as que mais de destacam pela ocupação humana. A maioria da população vive das actividades ligadas ao mar (Anunciada), agrícolas e no último quartel da centúria, da indústria conserveira (S. Sebastião). O crescimento extraordinário da cidade, entre 1890 e o final de Oitocentos está intimamente ligado ao arranque do processo industrializador conserveiro em Setúbal, que beneficiara essencialmente as mesmas paróquias, mas também o próprio centro³, onde se fixara preferencialmente a população imigrante, atraída pelo conjunto de actividades geradoras de emprego que Setúbal oferecia⁴.

Fora determinante a influência da indústria de conservas e da actividade piscatória (sua indústria base, cujo desenvolvimento foi melhorado nos anos 20 da centúria de novecentos pela propulsão mecânica) no crescimento populacional da urbe.

Desde 1864 que mais de metade da população da cidade de Setúbal reside nestas duas zonas, em 1900, 66%, dois terços dos setubalenses (num total de 14582 almas) habita aí em condições de vida (próprias do viver urbano) caracterizadas por situações de precariedade mais graves quanto mais rápido é o aumento populacional, denunciadas por relatos coevos⁵ relativamente ao crescimento do número de fogos.

As observações anteriores introduzem a notícia do frontispício da *Revista de Setúbal* de 15 de Abril de 1886: "Senhores, É de todos sabido que nesta cidade de Setúbal o Bairro denominado de Troino é aquelle onde as epidemias sempre que têm flagelado esta povoação mais victimas têm feito devido isto não só a ser um Bairro onde habita a

classe mais numerosa e mais pobre d'esta cidade, a dos pescadores, mas também por ser este bairro aonde as casas em que esta classe habita são as mais pequenas, e mais falta de todas as condições hygiénicas indispensáveis para a saúde de seus moradores, não só porque não têm a capacidade precisa para que n'ellas haja o ar indispensável para a respiração, jamais vivendo do modo como vivem em dois ou três pequenos compartimentos um número de pessoas muito superior ao que comportam tão acanhadas habitações(...).

Desaglomerar pois a povoação d'este Bairro de Troino por meio da construção de novo Bairro de casas económicas construídas segundo todas as regras (...)»⁶.

A saturação física dos bairros populares, ficara a dever-se, também, ao aumento do número médio de residentes por fogo. Observando-se as taxas globais de crescimento anual médio ⁷ é visível um crescimento anual dos fogos até 1878 (1,06%) (superior) quase paralelo ao total geral dos habitantes (1,04%). Até 1878, quer na cidade, como no concelho, o ritmo de crescimento da população faz-se acompanhar pelo o dos fogos. Entre 1878 e 1890, o ritmo acentua-se em qualquer dos casos, verificando-se, não obstante, uma evolução superior dos efectivos humanos relativamente ao ritmo de crescimento do número de fogos; finalmente entre esse último ano e o final do século, os valores voltam a aumentar, continuando a verificar-se uma evolução que se processa a ritmos diferenciados, continuando a ser inferior o ritmo de crescimento do número de fogos, (1,9%, para 2,5% do crescimento urbano) quer na cidade como no concelho (Quadro 6).

Segundo os dados apresentados no Quadro 6, o concelho de Setúbal cresceu, entre as datas dos quatro primeiros recenseamentos, ao ritmo anual de 1,53% no que respeita aos efectivos populacionais e 1,34% quanto ao número de habitações. Relativamente à cidade, os valores são muito próximos aos do concelho, oscilando entre 1,54% e 1,36%, respectivamente⁸. Se nos limitarmos à escala paroquial é possível, através do cálculo das taxas de crescimento anual médio por freguesia, observar as diferenças internas, quer ao nível do concelho, como da cidade (Quadro 7) dos subperíodos considerados.

Assim, de 1864 a 1900 decorre uma fase de crescimento progressivo, mormente nos bairros ocupados por gente vinda de fora, com recursos económicos mais fracos, zonas cujas actividades predominantes são a pesca e a indústria conserveira (Anunciada e S. Sebastião), mas também nas demais freguesias do centro, nas zonas mais ricas da cidade, habitadas pela burguesia mais abastada. Na paróquia de S^a. Maria, o ritmo negativo do crescimento anual da população entre, 1864 e 1878, reflecte a elevada mortalidade dos expostos nesse período, uma vez que estava aí localizada a roda da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

QUADRO 6 - TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DOS FOGOS E POPULAÇÃO DO CONCELHO SETÚBAL (1864-1900) (%)

Anos	Fogos	Habitantes
1864/1878	1,06	1,04
1878/1890	1,17	1,34
1890/1900	1,60	2,05
1864/1900	1,34	1,53

QUADRO 7 - TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DOS FOGOS E POPULAÇÃO DO CONCELHO DE SETÚBAL POR FREGUESIAS (1864-1900) (EM PORCENTAGEM)

	Fogos				Habitantes			
Freguesias	1864/78	1878/90	1890/00	1864/1900	1864/78	1878/90	1890/00	1864/1900
S. Julião	0,76	0,92	0,92	0,86	0,85	1,12	1,62	1,24
S ^a . Maria	0,46	0,77	1,5	0,85	-0,09	1,92	2,05	1,17
Anunciada	1,19	1,67	1,93	1,56	1,65	1,58	2,01	1,72
S. Sebastião	1,69	0,71	1,93	1,75	1,13	1,41	2,87	1,71
S. Lourenço	0,90	0,35	1,07	0,76	1,4	0,09	1,41	0,97
S. Simão	0,57	0,83	0,22	0,56	0,77	1,25	0,40	0,82
Palmela	1,02	1,76	2,17	1,59	0,91	1,48	3,33	1,77

Outro processo, que permite comparar o ritmo global de crescimento do número de habitações e de efectivos populacionais existentes em cada paróquia, é o Índice de Concentração (Quadro 8)⁹.

QUADRO 8 - ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO OBSERVADO NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SETÚBAL (1864-1900)

Freguesias	Fogos	Hab.	Índice Concent.
S. Julião	36,0	56,0	20,0
S ^a . Maria	35,5	51,9	16,4
Anunciada	74,4	85,1	10,7
S. Sebastião	86,8	84,0	2,8
S. Lourenço	76,1	87,8	11,7
S. Simão	31,5	41,7	10,2
Palmela	22,3	34,3	12,0

Na generalidade, todas as freguesias conheceram um crescimento mais rápido da população residente relativamente à construção de habitações, sobretudo as do centro (histórico) da cidade, onde já se tornava difícil a edificação de novas casas.

Assim, podemos concluir que embora os ritmos de crescimento tenham sido naturalmente diferenciados, o crescimento de Setúbal extravasou a própria cidade, expandindo-se o próprio termo, especialmente Palmela.

Se as taxas de crescimento nos permitem observar a diversidade dos ritmos, as densidades de povoamento ¹⁰, ainda que indicadores grosseiros, reflectem a forma de ocupação do espaço.

O concelho de Setúbal (freguesias da cidade e da vila de Azeitão) apresenta entre 1864 e 1900 densidades superiores às estimadas para o Continente, mas inferiores às registadas para Lisboa ¹¹, como seria de esperar.

A densidade do povoamento concelhio setubalense regista um aumento progressivo entre 1864 e 1900, passando de 78,5 hab./Km na primeira data para 128,4 no final da centúria. Nas datas dos censos intermédios, o concelho atingiu 94,8 e 107,4 hab./Km, respectivamente ¹²

Os valores apresentados das densidades populacionais reflectem o crescimento do concelho, neste caso da cidade de Setúbal (uma vez que não está incluído o concelho de Palmela), mas também uma evolução contínua das mesmas, que quase duplica entre a segunda metade do século XIX e o final do mesmo (passa de 79 para 128 hab./ha, entre 1864 e 1900). “Efectivamente, a distribuição espacial de uma população reflecte e condiciona as formas de desenvolvimento urbano e, sobretudo, as condições em que este tem lugar” ¹³.

3. As estruturas populacionais por sexos e idades

A nossa abordagem acerca da dinâmica da população setubalense, na segunda metade do século XIX ficaria incompleta se limitássemos esta análise aos volumes e ritmos de crescimento da população como um todo e das suas várias freguesias, pelo que cumpre dedicar uma atenção mais pormenorizada à evolução das estruturas por sexos e idades da população nas datas dos quatro primeiros recenseamentos gerais.

Metodologicamente, foram utilizados os habituais instrumentos de análise, a saber, a construção de uma representação gráfica, conhecida pelo nome de pirâmide de idade, para os vários períodos em estudo, as relações de masculinidade em cada grupo de idade quinquenal e a utilização dos grupos funcionais e índices-resumo ¹⁴

O primeiro passo a realizar é a compatibilização dos grupos de idade apresentados nos vários recenseamentos, que é diferente nos dois primeiros relativamente aos últimos. Desta forma, uma análise comparativa das estruturas por sexos e idades sequenciais só se torna possível a partir da uniformização dos dados, ou seja, a transformação dos grupos de idade de diferentes amplitudes em grupos de idade ¹⁵.

Após a uniformização das classes etárias procedemos à construção das pirâmides de idade para cada um dos anos dos recenseamentos, de molde a obter uma visão de conjunto das estruturas de idades de uma população.

Porque o objectivo desta abordagem é a comparação, quer no tempo quer no espaço, das estruturas, segundo os sexos e grupos etários, optámos por transformar os números absolutos em percentagem, a partir dos valores brutos que constam do Quadro 9.

Em qualquer dos censos analisados, a forma gráfica da estrutura da população residente em Setúbal, por idades e sexos, aproxima-se do tipo “acento circunflexo”, próprio das sociedades anteriores à transição demográfica. Entre 1864 e o final do século, o concelho mantém altos níveis de natalidade e de mortalidade, sobretudo nos primeiros anos de existência, ilustrando pirâmides com a base muito larga (elevada proporção de jovens) e um topo muito reduzido (diminuta proporção de idosos) (Figuras 1 a 4).

Em 1864, a configuração da pirâmide do concelho define-se por uma base alargada, devido à elevada natalidade, uma redução provocada pela mortalidade nos primeiros grupos de idades, um alargamento seguinte, no lado esquerdo (homens) a partir dos 25 anos devido à imigração, no sexo feminino a partir dos 35 anos, decrescendo rapidamente após os 60 anos o peso percentual dos efectivos. Este gráfico denuncia, ainda, uma atracção pelas idades terminadas em 5, em ambos os sexos, sobretudo visível nos grupos de idade activas jovens e idosas.

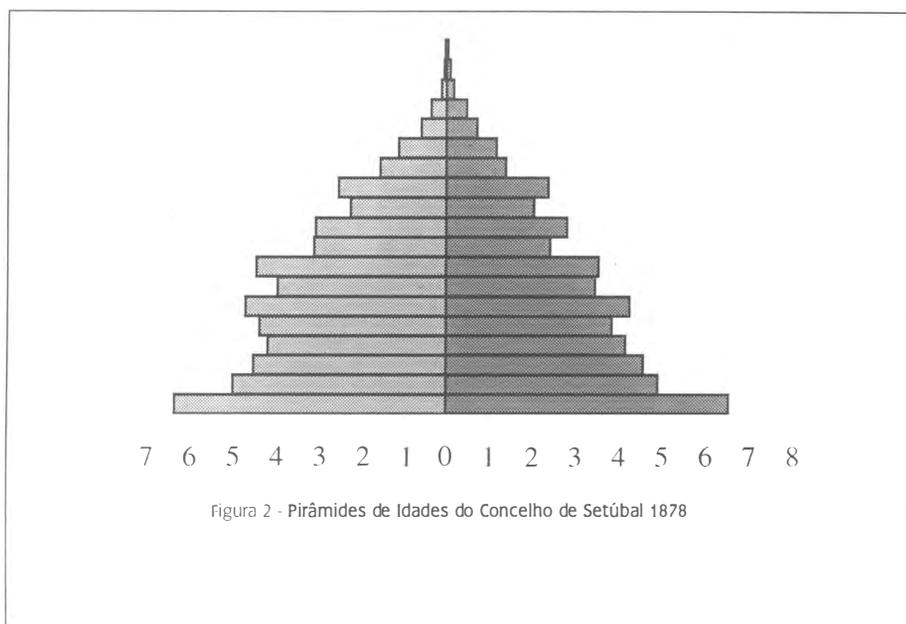
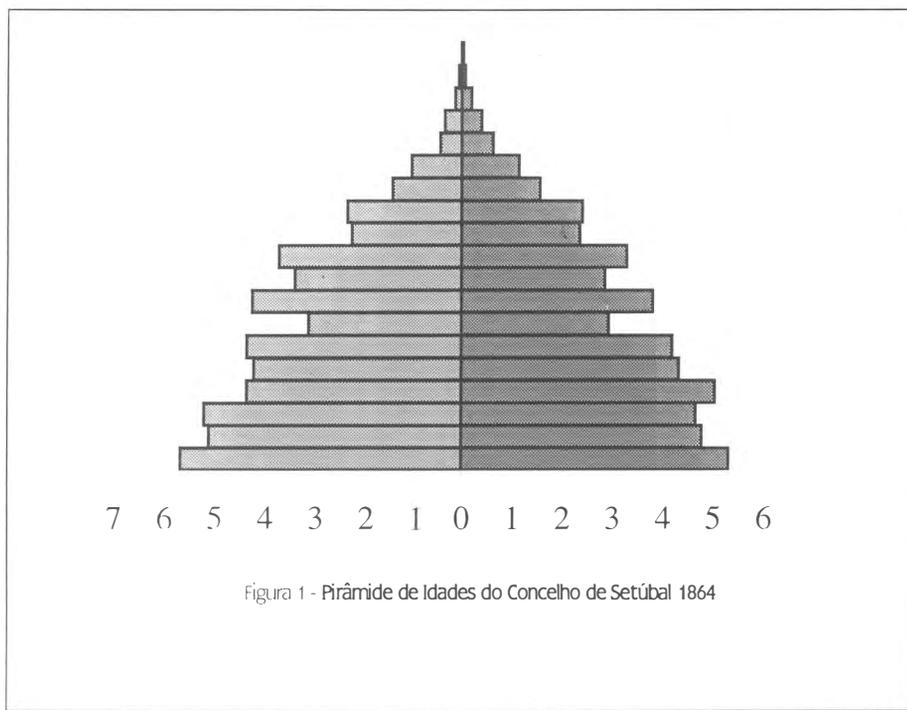
QUADRO 9 - POPULAÇÃO RECENSEADA NO CONCELHO DE SETÚBAL ENTRE 1864 E 1900

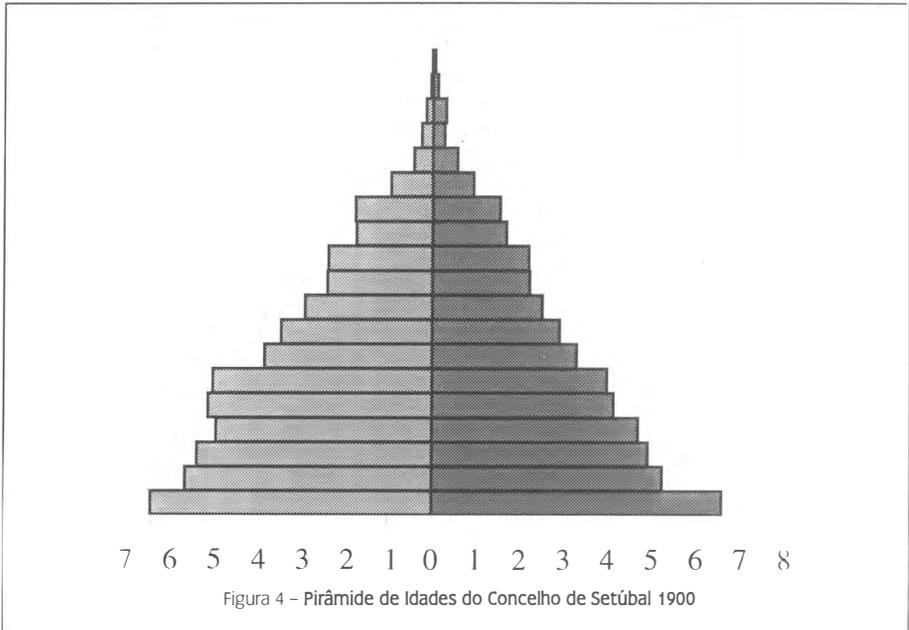
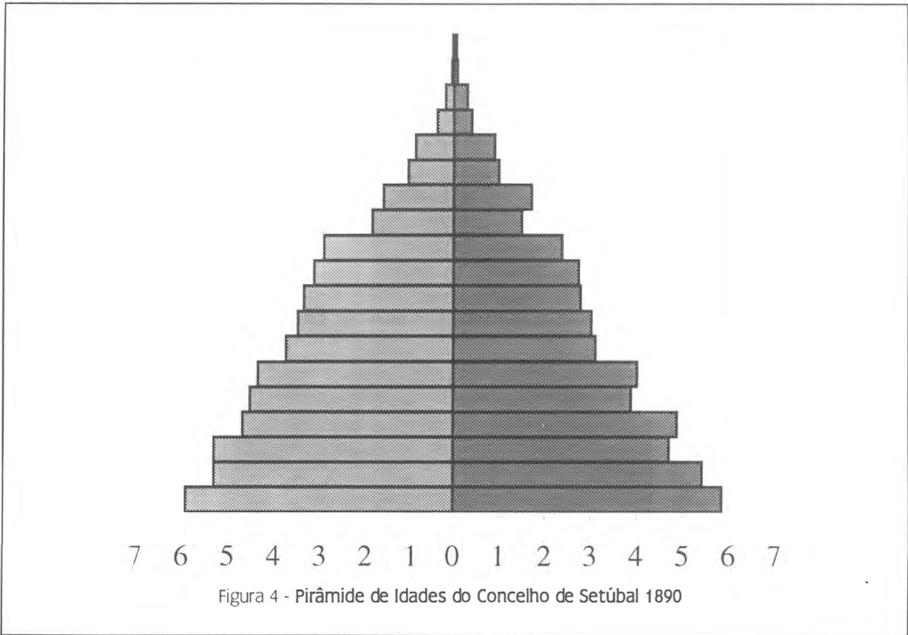
G. Idade	1864		1878		1890		1900	
	<i>II</i>	<i>M</i>	<i>II</i>	<i>M</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>H</i>	<i>M</i>
0-4	1198	1142	1577	1644	1707	1719	2373	2452
5-9	1078	1031	1238	1237	1523	1591	2083	1950
10-14	1098	1005	1120	1150	1523	1381	1983	1830
15-19	916	1084	1037	1045	1342	1433	1822	1746
20-24	886	931	1085	967	1296	1138	1889	1538
25-29	916	903	1166	1071	1246	1176	1850	1483
30-34	653	631	977	870	1066	910	1416	1222
35-39	892	820	1103	890	991	882	1274	1078
40-44	711	614	768	606	954	815	1075	930
45-49	780	709	759	704	889	800	885	825
50-54	467	510	555	513	828	696	877	814
55-59	487	520	628	597	519	436	645	625
60-64	294	336	384	350	449	500	650	573
65-69	213	249	277	293	290	290	351	349
70+	203	288	291	370	423	503	333	486

No período seguinte, em 1878, mantém-se praticamente o mesmo panorama, com a diferença de uma mais rápida regressão das primeiras idades, a partir do primeiro ano de existência, e de uma importância mais acentuada dos efectivos masculinos a partir dos 20 anos devido à intensidade cada vez maior dos movimentos migratórios.

Todavia, a distribuição por idades e sexos dos residentes no concelho de Setúbal em 1890 é diversa das existentes nos dois censos anteriores, mormente no que diz respeito aos homens como se pode observar no lado esquerdo da Figura 3. A pirâmide continua a apresentar uma base alargada e o comum recuo nas primeiras classes etárias, mas, como seria de esperar, não se observa o alargamento posterior provocado pelos fluxos migratórios; é estranha esta situação uma vez que o fenómeno imigratório aumentou na segunda metade do século (tal como acontecera noutros centros urbanos), não se esperando quaisquer mudanças na intensidade conjuntural deste fluxo em 1890, até porque coincide com o período de expansão da nascente indústria conserveira, sendo possível fazer neste momento um primeiro reparo à qualidade dos dados do censo, talvez motivado pelo volume da população flutuante.

A forma gráfica da estrutura feminina aproxima-se à dos anteriores recenseamentos, sugerindo a sua leitura um aumento da mão-de-obra imigrante feminina a partir dos 15 até aos 20 anos e posteriormente após os 25 anos; aumentou o peso relativo dos efectivos entre os 60 e os 64 anos. No entanto, à excepção dos primeiros dois grupos etários e dos grupos extremos a partir dos 70 anos, continuaram a existir mais homens em Setúbal.





Finalmente, no final da centúria, aumentou o peso dos grupos mais jovens (relativamente aos precedentes valores censitários) até aos menores de 19 anos, observando-se posteriormente um ligeiro acréscimo a partir dos 20 anos no sexo masculino ¹⁶.

De uma maneira geral, verifica-se nas quatro pirâmides em análise, uma distorção entre os dois lados do gráfico derivado da desigualdade percentual de cada sexo relativamente ao total de habitantes em cada grupo etário. portanto, as pirâmides nunca são simétricas, sendo a parte esquerda mais larga nas idades activas jovens e idosas. Só se observa uma sobremasculinidade dos nascimentos na estrutura gráfica de 1864. À medida que avançamos para as idades mais idosas a importância relativa do sexo feminino aumenta, com variações entre as quatro pirâmides, mais cedo em 1864, a partir dos 50 anos devido ao fenómeno da sobremasculinidade masculina, dos 65 anos em 1878, e nos dois últimos censos a partir dos 70 anos, não sendo, no entanto, muito grande a diferença entre os respectivos efectivos (talvez devido às alterações causadas pelos fluxos migratórios). Existem quase sempre mais homens do que mulheres, mas as diferenças são também muito pouco significativas, devendo-se este facto, à razão de Setúbal ser uma zona economicamente dinâmica com uma grande oferta de trabalho quer para o sexo masculino como para o feminino ¹⁷.

Em síntese e de uma maneira geral, quer a nível etário como por grandes grupos, podemos opinar que existe uma relação equilibrada entre ambos os sexos, com um ligeiro predomínio do masculino, um peso percentual dos primeiros grupos de idade muito significativo nos quatro períodos censitários, tendo no último, em 1900, aumentado ligeiramente o número absoluto de menores, revelando uma estrutura rejuvenescida, e finalmente, quanto aos últimos grupos de idade testemunham o aumento do peso do sexo feminino relativamente aos homens e um acréscimo do número absoluto de idosos entre 1864 e 1900. Assim, a pirâmide de Setúbal de 1900 retrata um rejuvenescimento na base e um envelhecimento no topo, sendo este último aspecto próprio de uma estrutura de uma sociedade em transição.

Porque as pirâmides de idade nunca são simétricas, em virtude da sobremasculinidade dos nascimentos (por cada 100 raparigas nascem, em geral, 105 rapazes) e do facto de a mortalidade penalizar mais intensamente os homens que as mulheres, juntamente com as alterações efectuadas à sua "assimetria natural" resultantes de factores como as migrações, guerras, etc., revela-se útil completar a análise, iniciada com as pirâmides de idade, com outro instrumento de análise - as relações de masculinidade, que têm a vantagem de ilustrar (através de um gráfico, idades em abcissas, relações de masculinidade em ordenadas) a distribuição dos sexos existentes numa determinada classe etária, e ainda evidenciar o duplo efeito: idade e geração ¹⁸.

"Numa população numerosa e fechada, isto é, sem movimentos migratórios, a relação de masculinidade depende apenas da sobremasculinidade dos nascimentos e da mortalidade diferencial entre homens e mulheres; numa pequena população temos de juntar as flutuações aleatórias num caso e noutro.

Numa população aberta, a relação de masculinidade depende (...) da diferença de mobilidade existente entre homens e mulheres. Em qualquer dos casos, o sub-registo de um dos sexos e os erros sistemáticos das idades podem falsear os resultados" ¹⁹.

Não obstante, como refere o próprio autor, estes obstáculos não impedem a observação de um modelo geral nas sociedades de tipo antigo, ou seja, a relação de

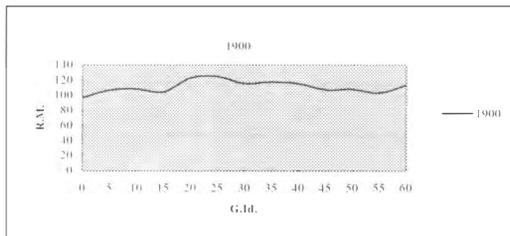
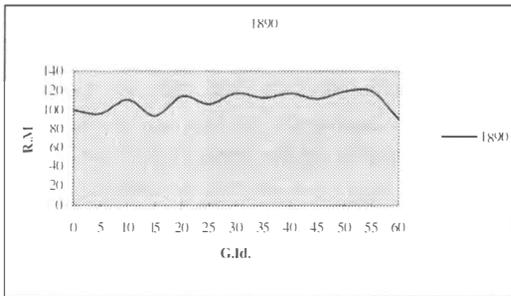
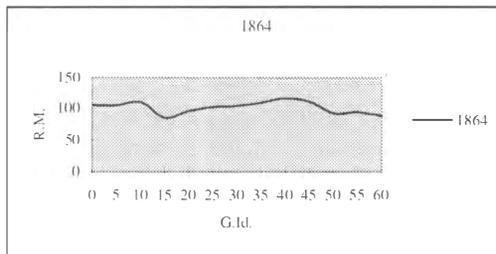
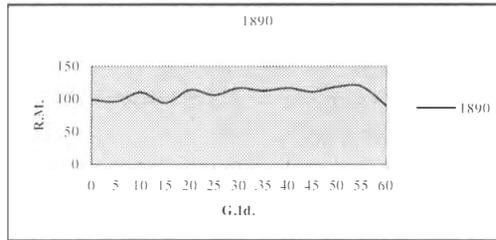
masculinidade diminui rapidamente a partir dos primeiros anos, devido à sobremortalidade dos rapazes no início da vida; no período da procriação, ao inverso, revela a tendência para aumentar em virtude da sobremortalidade feminina provocada pelos partos; e a partir do final deste período reprodutivo, em média a partir dos 40 anos, a relação de masculinidade diminui, dada a sobremortalidade masculina observada geralmente nas idades mais avançadas ²⁰.

QUADRO 11 - RELAÇÕES DE MASCULINIDADE EM SETÚBAL, POR IDADE E SEXO (1864-1900)

	1864	1878	1890	1900
G. Idades	<i>R.M</i>	<i>R.M</i>	<i>R.M</i>	<i>R.M</i>
0-4	105	96	99	97
5-9	105	100	96	107
10-14	109	97	110	108
15-19	85	99	94	104
20-24	95	112	114	123
25-29	101	109	106	125
30-34	103	112	117	116
35-39	109	124	112	118
40-44	116	127	117	116
45-49	110	108	111	107
50-54	92	108	119	108
55-59	94	105	119	103
60-64	88	110	90	113
65-69	86	95	100	101
70-74	67	82	94	75
75-79	83	75	92	91
80+	61	77	58	51
Total	100	105	105	109

Procedemos à reprodução gráfica dos valores do Quadro 10 (Gráfico 2) de molde a ilustrar melhor as variações entre os sexos de acordo com as idades e as relações existentes entre elas.

GRÁFICO 2 - RELAÇÕES DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE SETÚBAL NA 2ª METADE DO SÉCULO XIX



Com efeito, as relações de masculinidade do concelho de Setúbal no primeiro grupo de idades revelam uma evolução distinta, não observando sempre a sobre-masculinidade da classe etária. Até aos 4 anos de idade, à excepção do recenseamento de 1864, nos seguintes os resultados penalizam o sexo masculino. as relações de

masculinidade favorecem inequivocamente este sexo nas idades jovens a partir dos 20 anos de idade, com um máximo entre os 35 e os 44 anos de idade, mormente após o primeiro censo, reflectindo o peso dos movimentos migratórios, e que se mantêm elevadas até às idades idosas (aos 60 anos) nos recenseamentos posteriores. Este grupo inclui necessariamente os imigrantes chegados, atraídos pelas oportunidades de emprego que a cidade oferecia, seja nas lides piscatórias ou, no último quartel da centúria, nas fábricas de conserva de sardinha ²¹. A sobremortalidade feminina relaciona-se com os óbitos durante e logo após o parto.

No grupo dos 5 aos 14 anos, de uma maneira geral, observou-se a sobremasculinidade do grupo (à excepção do censo de 1890 entre os 5-9 anos e o de 1878 entre os 10-14 anos).

Nos últimos escalões etários, não se verifica a sobremasculinidade, sendo assim, favorecido o sexo feminino, testemunhando estes valores a desigualdade por sexos face à morte, bem como as diferentes condições de sobrevivência, mais severas para os homens (dado os trabalhos mais pesados e violentos) que conduziu a uma menor esperança de vida masculina ²². Menos provável parece ser o regresso à terra de origem, uma vez cessada a hipótese de continuar a laborar na actividade que lhes atraía até Setúbal, a cidade fixava a população imigrante.

Curiosamente, entre os 15 e os 19 anos, nos três recenseamentos é visível a superioridade feminina, talvez derivada de um sub-registo do sexo masculino ou de erros na declaração de outras idades, ou do facto, mais provável, de os efectivos masculinos imigrantes chegados a Setúbal, serem em média, maiores de 19 anos.

Para completar a análise, procurando agora obter uma visão mais rápida da evolução das estruturas, optamos por compactar a informação segundo o critério da idade, isto é, a concentração dos efectivos em três grandes grupos etários ²³. Distinguimos ainda os grupos separadamente, ou seja, por sexos e subdividimo-los, de forma a distinguir-se a população activa jovem (entre os 20 e os 39 anos) da população activa velha (dos 40 aos 59 anos) e qual o seu peso na sociedade setubalense.

Atendendo ao critério adoptado, confirma-se a existência de uma estrutura populacional jovem, e muito jovem e equilibrada entre os sexos em 1864 (Quadro 11), certamente influenciado pela chegada de jovens imigrantes (mormente à cidade). Se observarmos o grupo etário dos menores de 15 anos, os resultados comprovam o peso dos jovens, cada vez mais expressivos à medida que se avança pela centúria, quer nos homens como nas mulheres, e a grande atracção ao concelho de Setúbal:

	1864		1878		1890		1900	
G.Idade	H	M	H	M	H	M	H	M
0-14	31,3	29,5	30,4	32,8	31,6	32,9	33,0	34,8

A partir de 1878, a população adulta é o grupo que compreende a maior fatia dos efectivos, quer em termos absolutos como relativos com resultados acima dos 50 por cento, sobretudo no sexo masculino. A distribuição por sexos favorece os homens,

ainda que com diferenças de acordo com os períodos censitários. Em 1878, a população em idade activa, em ambos os sexos, atinge a sua percentagem máxima - 54 pontos percentuais, para descer nos dois últimos censos.

QUADRO 11 - REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRANDES GRUPOS FUNCIONAIS (1864-1900)

		1864	1878	1890	1900
0-19 (%)	<i>H</i>	39,8	38,3	40,5	42,4
	<i>M</i>	39,6	41,2	42,9	44,6
	<i>HM</i>	39,7	39,8	41,7	43,4
20-59 (%)	<i>H</i>	22,7	54,3	51,8	50,8
	<i>M</i>	22,9	50,5	48,0	47,6
	<i>HM</i>	22,8	52,5	49,9	49,3
60+ (%)	<i>H</i>	6,6	7,3	7,7	6,8
	<i>M</i>	8,1	8,2	9,1	7,9
	<i>HM</i>	7,3	7,8	8,4	7,3

Quanto ao último escalão etário, o dos maiores de 60 anos, é nítida a supremacia feminina. os resultados atingem o seu valor máximo de 9,1% no último decénio do século (mulheres) para descer quase 1 ponto percentual em 1900. Em ambos os sexos verifica-se um crescimento global entre 1864 e 1890 seguido por um declínio no final da centúria.

Estes valores quando confrontados com os do concelho vizinho - o de Lisboa, revelam uma similitude de resultados quanto ao grupo dos idosos, mas diferenças na população jovem e activa, tendo a primeira menos peso que Setúbal ao contrário dos efectivos adultos com um peso percentual superior ²⁴.

Precedemos de seguida à construção dos índices-resumo com base nos grupos funcionais, dando-nos a conhecer outro tipo de informação de índole económica, permitindo, assim, avaliar a vitalidade do concelho de Setúbal, de acordo com a maior ou menor importância dos grupos inactivos ou de reduzida importância económica, como os jovens e idosos.

O Índice de Vitalidade (ou Ratio "Velhos/Jovens") mede a relação de grandeza entre a população idosa e a jovem, sendo uma população jovem quanto maior for o peso dos jovens relativamente aos velhos. O Ratio de Dependência dos "Jovens", o Ratio de Dependência dos "Velhos" e o Ratio de Dependência Total contrapõem a população jovem (no primeiro caso), a idosa (no segundo índice) e a jovem e a idosa (no último ratio) aos indivíduos em idade activa (população adulta) ²⁵. A população activa surge assim como um indicador de carácter económico porquanto nos permite medir a intensidade dos grupos dependentes e a pressão exercida nos grupos etários economicamente produtivos. Desta forma, se os valores do ratio de dependência total se aproximarem ou ultrapassarem os 100 por cento, o número de inactivos excede o de activos, pelo que a região se encontra desequilibrada em termos socio-económicos ²⁶ (Quadro 12).

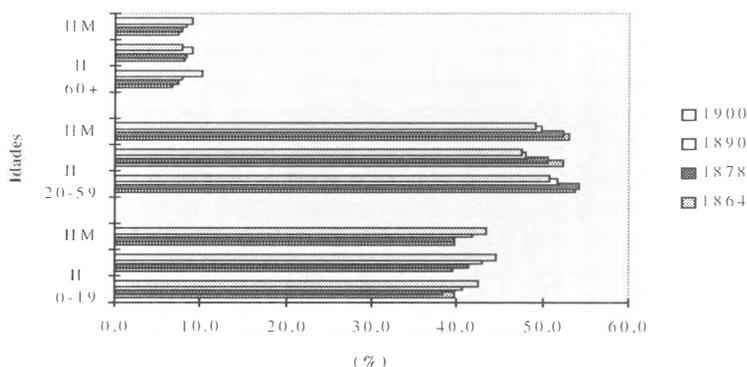
O índice de vitalidade dos quatro períodos censitários em análise comprova a juventude do concelho de Setúbal, existindo 19 a 21 idosos por cada 100 jovens, consoante os anos. Os resultados, ainda que aumentam entre 1864 e 1878, indiciam que Setúbal no final do século é um concelho com uma vitalidade considerável.

Os valores do rácio de dependência de jovens confirmam as afirmações anteriores e a larga base das pirâmides etárias, com um resultado mínimo em 1864 (75 jovens por cada 100 adultos) e máximo em 1900, momento em que por cada centena de efectivos activos, entendidos como adultos, existiam 88 menores de 20 anos. O rácio de dependência de velhos apresenta uma evolução linear do número de dependentes entre o primeiro censo e o final da centúria, oscilando entre 14 a 19 idosos por cada 100 efectivos produtivos.

QUADRO 12 - ÍNDICES-RESUMO DAS ESTRUTURAS POPULACIONAIS DE SETÚBAL (1864-1900) (EM PORCENTAGEM)

		1864	1878	1890	1900
Ind. Vit.	<i>H</i>	16,6	19,1	19,1	24,0
	<i>M</i>	20,5	20,0	21,1	17,7
	<i>T</i>	18,5	19,6	20,1	20,9
R.D.J.	<i>H</i>	74,1	70,6	78,3	83,4
	<i>M</i>	75,6	81,6	89,4	93,7
	<i>T</i>	74,8	75,8	83,5	88,1
R.D.V.	<i>H</i>	12,3	13,5	14,9	20,0
	<i>M</i>	15,5	16,3	18,9	16,5
	<i>T</i>	13,8	14,8	16,8	18,4
R.D.T.	<i>H</i>	86,3	84,1	93,2	103,3
	<i>M</i>	91,1	97,9	108,2	110,2
	<i>T</i>	88,7	90,6	100,2	106,5

GRÁFICO 3 - A POPULAÇÃO DE SETÚBAL REPARTIDA EM GRUPOS FUNCIONAIS (1864-1900)



Os valores do rácio de dependência total, obtido pela conjugação dos dois rácios anteriores, devem ser analisados de uma forma cuidada, uma vez que não são apenas os maiores de 20 anos ou menores de 60 que laboram, de tal forma que, embora o número

de dependentes tenha expressão máxima em 1890 e 1900, esse período corresponde à uma época de grande expansão económica, mormente na cidade. Nas datas anteriores, existiram entre 100 a 107 dependentes por cada 100 adultos, não se devendo, no entanto, associar de uma forma imediata esses resultados à realidade económica, a grande parte dos jovens, masculinos e femininos, começa a trabalhar muito antes dos 19 anos, até às suas capacidades físicas o permitirem, muito além dos 60 anos.

CONCLUSÃO

Entre a segunda metade do século XIX e o final da centúria, o concelho e a cidade de Setúbal aumentaram consideravelmente, registando o número de habitantes uma variação de 73% e o total de fogos 62% e 63% respectivamente. Estes valores reflectem um crescimento urbano iniciado na década de 60, mas que podemos subdividir em três momentos distintos: o primeiro entre 1864 e 1878 caracterizado pelo aumento inicial da cidade, com uma taxa média de crescimento anual de 1 por cento; o segundo compreendido entre a última data e o início da década de 90 e marcado por uma subida moderada dos efectivos e fogos; e finalmente, um momento que se prolonga e ultrapassa os finais da centúria e diz respeito ao progressivo acelerar do crescimento urbano, com uma taxa média de aumento anual de 2,05 % relativamente aos habitantes e de 1,60% quanto aos fogos.

Os distintos ritmos de evolução interna, que revelam realidades socioeconómicas e urbanísticas diferentes, permitem-nos distinguir três zonas no concelho de Setúbal: - uma zona central, na cidade de Setúbal, habitada pela burguesia mais abastada e marcada por um crescimento urbanístico mais moderado que as demais zonas, mas que acompanha o aumento populacional; duas zonas a este e oeste da cidade, fisicamente mais saturadas devido a serem receptáculos de uma grande parte da população imigrante, cujo afluxo aumenta no final do século acompanhando a prosperidade da indústria piscatória e conserveira da sardinha. Reflectem um crescimento populacional efectuado à custa dos indivíduos recém-chegados, do aumento no número de habitantes por fogo, com maior expressão nos bairros populares de Troino de S. Domingos e das Fontainhas, e conseqüente a degradação dos níveis de viver quotidiano. De uma maneira geral, os residentes vivem em fogos de dimensão média, com cerca de 4 habitantes, registando todas as freguesias urbanas uma subida do número de residentes por fogo ao longo do século.

Por último, uma zona periférica incluindo as freguesias dos extintos concelhos de Azeitão e de Palmela, marcada por um crescimento populacional e urbanístico idêntico ao da cidade de Setúbal, sobretudo na vila de Palmela graças à grande azáfama dos trabalhos agrícolas.

No decurso do período em análise, a população parece ter crescido em toda a cidade, embora o aumento mais significativo tenha sido nas zonas a ocidente a poente onde se radica a população piscatória e "trabalhadora", e a grande parte das fábricas de conservas de sardinha, crescendo regularmente todas as freguesias.

A densidade populacional corrobora as afirmações anteriores, um crescimento populacional interno muito rápido nos finais da centúria.

A estrutura populacional do concelho de Setúbal apresenta em 1864 uma forma gráfica semelhante às das sociedades do Antigo Regime, ou seja, uma base muito alargada, ilustrando uma elevada proporção de jovens, e um topo muito reduzido, retractando uma diminuta proporção de idosos.

Em 1878 destaca-se a importância cada vez mais acentuada dos efectivos masculinos a partir dos 20 anos, devido à intensidade dos movimentos migratórios. No início da década de 90 regista-se um aumento da percentagem de indivíduos de sexo feminino, sobretudo a partir dos 15 anos e depois dos 25 anos. No final da centúria aumenta o peso do grupo etário mais jovem até aos 19 anos de idade, observando-se um ligeiro acréscimo dos efectivos masculinos a partir dos 20 anos.

À medida que avançamos para as idades mais idosas a importância relativa do sexo feminino aumenta com variações entre os quatro recenseamentos.

De uma maneira geral, mantém-se durante a segunda metade do século XIX, um predomínio do sexo masculino, como prova o cálculo das relações de masculinidade. Nos últimos escalões a desigualdade face à morte aumenta, penalizando mormente o sexo masculino.

A decomposição dos efectivos em grandes grupos funcionais confirma as afirmações anteriores. Encontramos uma estrutura jovem e equilibrada entre os sexos; um grupo de maiores de 60 anos com algum significado, sobretudo feminino; finalmente, os activos, em que predominam os elementos masculinos que cresce a partir de 1878 depois de obter os 54%.

Em suma, dos resultados obtidos nos quatro recenseamentos, quanto ao evoluir conjuntural dos efectivos, verificamos um ligeiro aumento dos grupos mais jovens, um decréscimo da percentagem dos idosos e uma pequena redução da população activa.

NOTAS

¹ - Número total de fogos e habitantes recenseados na cidade e termo de Setúbal (1864-1900)

	Setúbal		Termo	
Anos	<i>Hab.</i>	<i>Fogos</i>	<i>Hab.</i>	<i>Fogos</i>
1864	12747	3291	8881	2149
1878	14798	3859	10207	2449
1890	17581	4379	11739	2877
1900	22074	5355	15331	3425
T.V. (%)	73,2	62,7	72,6	59,4

² - O levantamento das naturalidades dos recém-chegados à cidade de Setúbal, efectuado a partir dos registos paroquiais de casamento para as décadas de 50 e 90 do século XIX, das freguesias de S. Julião, S.^a Maria, S. Sebastião e Anunciada, evidenciam as diferentes origens repartidas no espaço urbano.

No meado de Oitocentos, os homens que migraram para Setúbal eram sobretudo gente vinda do sul do país (48%), seguindo-se as gentes do centro (26%) e do norte (13%) de Portugal. As ilhas atlânticas, ainda que sem um significado expressivo, contribuíram com 2% da população imigrante masculina. Os estrangeiros, não obstante as distâncias e as diferenças linguísticas, tiveram um peso quase tão grande como os dos distritos nortenhos (10%).

No final do século XIX, mantém-se a mesma hierarquia de origens dos residentes estranhos à cidade e ao concelho de Setúbal, alterando-se apenas, o seu peso percentual; assim, dos distritos do sul de Portugal afluíram 65% dos efectivos recém-chegados, 19% da região centro, 10% da região norte, 4% do estrangeiro e 2% das ilhas atlânticas. Descendo a uma escala distrital, na região sul, entre 1850-59, foram dos distritos de Faro (18,7%), e de Lisboa (17,9%) que partiram uma parte considerável dos imigrantes masculinos; na região centro os distritos de Coimbra (13,7%) e de Aveiro (8,1%) e na região norte – os de Braga e do Porto, contribuindo com quase 5 por cento dos imigrantes.

Na década de 90, os distritos referidos mantêm a mesma ordem de importância com as seguintes diferenças: na região sul, o distrito de Setúbal aumenta em mais do dobro a sua participação, destacando-se agora o peso da Província do Alentejo (10,6%), e os distritos da região centro e norte vêm reduzida a sua importância (variando naturalmente entre freguesias).

Em ambos os momentos em estudo, mas sobretudo nos finais de oitocentos, é da região sul que a quase totalidade dos imigrantes femininos são oriundas (72,1% em 1850-59 e 79,9% em 1890-99), seguindo-se, com pesos bem menores, em 1850-59, o centro (16,7%), o norte (5,7%), os estrangeiros (3,5%) e por último as ilhas atlânticas; em 1890-99, depois da zona sul, é o centro a enviar mais contingentes femininos (15,0%), e depois com importâncias pouco significativas, o estrangeiro (2,7%), o norte (2,3%) e por último, quase sem qualquer expressividade as ilhas dos Açores e da Madeira (0,1%).

Em meados da centúria, é do sul, do distrito de Lisboa que são provenientes a maior parte das imigrantes setubalenses (26,5%), assim como do distrito de Faro (22,9%). Destacam-se ainda, os distritos de Setúbal (14,55) e de Beja e Évora (3,6%). Do centro, Coimbra (7,2%), Aveiro (4,2%) e Viseu (1,2%) são os locais mais expressivos, e por último, do norte, Braga e Porto fazem a representação com 3,0% das deslocações.

Em 1890-99, a ordem de importância dos distritos a sul foi alterada, sendo o distrito de Faro, com quase 30 por cento das residentes suas originárias, aquele que ocupa o primeiro lugar (tal como acontece nos homens) seguindo-se o distrito de Setúbal (20,3%), de Lisboa (10,4%), e tendo aumentado a sua importância, os distritos alentejanos de Beja (9,8%) e de Évora (6,9%). Ao centro, não há coincidência com os imigrantes masculinos, uma vez que, é o distrito de Aveiro o que regista um maior peso percentual, ainda que relativos (6,3%), e só depois Coimbra (4,1%) e Viseu (2,1%). É indiscutível, a fraca preponderância do norte na população feminina – Braga e Porto, pouco ultrapassam os 2 pontos percentuais (1,8% e 0,8%, respectivamente).

³ - Segundo o *Bolhetim do Trabalho Industrial*, nº2, Lisboa, 1906, Setúbal contava a essa data com 35 fábricas de conservas de peixe localizadas não só na zona Ocidental (Anunciada) e Oriental (S.Sebastião), mas também na zona Central (S.Julião e Santa Maria):

"Zona Ocidental

José Casimiro Sant'Ana	Estrada da Rasca
Eduardo Fernando Barbosa.....	Estrada da Rasca
Costa & C ^ª	Estrada da Rasca
R. Beziere & C ^ª	Estrada da Rasca
Santarém Ramos & C ^ª	Estrada da Rasca
G. Chibert & C ^ª	Estrada da Rasca
Société Parisiense	Estrada da Rasca
Ferreira Mariz & C ^ª	Estrada da Rasca
Santarém Ramos & C ^ª . (2 ^ª Fábrica)	Saboaria
António Azedo & C ^ª	Saboaria
Ferreira Mariz & C ^ª . (2 ^ª Fábrica)	Saboaria
José Alves de Andrade Piteira	Saboaria
F. Ferreira Mariz	Alto da Brasileira

Zona Central

Viúva Costa & Carvalho	Doca
F. Delory	Doca
P. Chancerelle	Doca
F. Garrec & C ^ª	Doca
A. Rouillet	Ponte do Carmo
Carvalho & C ^ª	Ponte do Carmo
J. Marques Câncio & C ^ª	Rua Oriental do Mercado
Alves e Fragoso	Rua Oriental do Mercado
Viúva Macieira	Rua Oriental do Mercado
Firmin Jullien	Rua Oriental do Mercado
Mendanha & C ^ª	Rua do Mercado Pedro
Callé & C ^ª	Rua do Mercado

Zona Oriental

Victor Tetrals	Fontainhas
Mariano Lopes & C ^ª	Fontainhas
Santos Cunha & C ^ª	Fontainhas
Viúva Luís Branco	Fontainhas
Costa Benzinhas & Ribeiros	Ladeira de S. Sebastião

Zona Oriental (Cont.)

Branco Miguel & Rocha	Fontainhas
António Ascensão & C ^ª	Fontainhas
Henrique António Vidal Claro	Estrada da Barroca
Fragata Santos & C ^ª	Estrada da Barroca
Francisco José Pereira	Ladeira de S.Sebastião"

Faria, Carlos Vieira, "História Urbana de Setúbal – Olhar o Passado, Perspectivar o Futuro" in *Setúbal na História*, Documentos 1, Edições Iasa, Setúbal, 1990, pp.66-67.

⁴ - Em 1911, a diferença populacional entre a freguesia de Nossa Senhora da Anunciada e de S. Sebastião é já insignificante, para no censo seguinte (1920) a última destacar-se como a maior paróquia populacional de Setúbal.

	Habitantes	
	1911	1920
Anunciada	9732	14000
S. Sebastião	9611	14222

Fonte: "Prédios e Fogos; População e Dados Retrospectivos (Distritos, Concelhos e Freguesias)", *X Recenseamento Geral da População*, Tomo I, Volume I, 1960, I.N.E.

⁵ - Entre 1879 e 1880, o ilustre médico setubalense Dr. Francisco Aires de Soveral ao identificar uma epidemia de tifo exantemático no bairro de Troino (Anunciada), habitado na sua maioria por pescadores provenientes de Algarve, aborda os problemas urbanos da alimentação e do alojamento afirmando que "(...) é urgente prover à assistência pública, socorrendo e melhorando as condições d'alimentação d'aquella classe desgraçada, proceder à sua desaccumulação, proporcionar-lhe moradias, e adoptarem-se todas as medidas de limpeza e saneamento, de effeito immediato, do dominio da hygiene municipal; (...) proceder à abertura de novas ruas, transversais, ou com limpeza, com os quaes se corrigirão, na maior parte a falta de ventilação e outros defeitos. (...) facilitar aos pescadores moradias pelas quaes não pagassem as subidas rendas que equivalem a uma compra".
Veja-se - Fundo Almeida Carvalho, *Pasta 46/Caderno 32*, A. D. S.

⁶ - *Revista de Setúbal*, nº 94, 15 de Abril de 1886, p.1.

⁷ - O cálculo da taxa de crescimento anual médio foi efectuada através da seguinte fórmula:

$\log P_n/P_o = n \log (1+a)$ sendo: Po - a população no momento inicial
Pn - a população no momento final
n - a diferença entre o ano de partida e o de chegada

Veja-se, Nazareth, J. M., *Introdução à Demografia, Teoria e Prática*, Lisboa, Ed. Presença, 1996, pp. 85-86.

⁸ - Taxas de Crescimento anual médio dos fogos e população da cidade de Setúbal

Anos	Fogos	Hab.
1864/78	1,14	1,07
1878/90	1,06	1,45
1890/00	2,03	2,30
1864/00	1,36	1,54

⁹- O índice de Concentração foi calculado com base na diferença entre as taxas de variação do número total de fogos e do número de habitantes de cada freguesia. O aumento correspondente é dado pelo valor zero. Os valores de sinal positivo significam mais efectivos em menos fogos, os de sinal negativo, menos população em maior número de casas.

Metodologia proposta por: Lopes, A. S., *Desenvolvimento Regional, Problemática, Teoria, Modelos* Lisboa, F. C. Gulbenkian, Vol. I 1980, pp. 54-67., adaptada aos presentes dados.

¹⁰ - O cálculo da densidade populacional obtém-se a partir da seguinte fórmula: Total de habitantes/Superfície (expressa em Km² ou ha)

Nazareth, J. M., *Introdução à Demografia, Teoria e Prática (...)*, p.87.

¹¹ - Densidade populacional no Continente e em Lisboa

	Continente	Lisboa
1864	44,4	82
1878	48,7	93
1890	53,3	113
1900	60,1	130

Rodrigues, Teresa, *Lisboa no Século XIX. Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade*, Tese de Doutoramento apresentada à F. C. S. H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993, pp. 134-135.

¹² - "Densidade dos Recenseamentos de 1864 a 1960 segundo a população residente, por concelho", *X Recenseamento da População*, Tomo I, Volume I, I.N.E., 1960, p. 110.

¹³ - Rodrigues, Teresa, *op. cit.*, p.134.

¹⁴ - Veja-se Nazareth, J. M., *Introdução à Demografia, Teoria e Prática* (...), pp. 88-94.

¹⁵ - As estruturas referentes aos recenseamentos de 1864 e 1878 foram uniformizadas, segundo o método de transformação em grupos de idade quinquenais, de acordo com o manual de ajustamento de dados imperfeitos - *Sources et Analyse des Données démographiques*, obra colectiva da responsabilidade do INED, 1973, pp. 27 e segs.

Assim : $N = (a2-\hat{a}) N1 + (\hat{a} - a1) N2 / (a2 - a1)$

a1 = ponto médio do grupo de idades N1

a2 = ponto médio do grupo de idades N2

\hat{a} = idade média do grupo quinquenal que se pretende estimar

N = efectivos do grupo quinquenal a estimar.

(vide Anexos)

Relativamente à distribuição da população de idade desconhecida, nos quatro recenseamentos foi utilizado o seguinte factor de correcção: População total / População total - População Idade desconhecida (veja-se: Nazareth, J. M. *op. cit.*, p.141).

¹⁶ - Em 1900/01, a esperança de vida dos setubalenses mal atingia os 30 anos - eo 00/01 = 28,15.

¹⁷ - A indústria conserveira exercera uma forte atracção à mão-de-obra feminina, sendo variadas as suas funções, desde mestras, azeitadeiras, visitadoras de latas no vazio e no enlatamento, batedeiras, ajudantes de cravadeira a empregadas no levantamento de latas para enlatamento. Faria, Guilherme, *Setúbal e a indústria de conservas*, Setúbal, 1950, p. 31.

¹⁸ - Nazareth, J. M. , *Introdução à Demografia, Teoria e Prática*, (...), P.90-91.

O cálculo é simples, consistindo na divisão em cada idade o classe etária os efectivos do sexo masculino pelos do sexo feminino: $R.M = \text{Total de Homens} / \text{Total de mulheres} \quad 100$

¹⁹ - Henry, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Gradiva, Lisboa, 1988, p. 26.

²⁰ - Henry, Louis, *op.cit.*, PP. 26-27.

- Rodrigues, Teresa, *Lisboa no século XIX, Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade*, (...), p. 150.

²¹ A este respeito, refere o autor Guilherme Faria em *Setúbal e a Indústria de Conservas* (...), pp. 28-31, que "(...) veio para Setúbal, gente de toda a parte e das mais variadas profissões. Alguma encontrou ocupação, nem toda encontrou actividade regular onde empregar os braços, mas todos foram ficando. Parecia uma corrida para o Oeste nos tempos da colonização americana."

Relativamente ao operariado da indústria conserveira, afirma o historiador: "São muito variadas as funções, especialmente do pessoal masculino desde as de encarregados, soldados, montadores de tinas, operários de caldeiras, etc., até às dos trabalhadores não especializados, (...). A situação [económica] deste pessoal, se não era brilhante, era todavia aceitável para a época. (...) Isto explicará a afluência de pessoal à indústria de conservas, trocando-se, numa ânsia aliás legítima de viver melhor, todas as profissões principalmente pela de soldador".

(Os soldados auferiam um salário médio efectivo de 932 réis, se bem que pagavam com a vida a vantagem material da profissão, quando o salário de operários especializados (carpinteiro, pedreiro) oscilava respectivamente entre os 800 a 900 réis e 700 a 800 réis. Os trabalhadores das fábricas obtinham um salário médio de 575 réis, enquanto operários não especializados ganhavam entre 300 a 400 réis).

"Estes números explicam bem, só por si, a transformação que então sofreu Setúbal, que se tornou um centro populossíssimo".

²² - Os soldados das indústrias conserveiras desafiavam diariamente a morte, sujeitos a emanações tóxicas: "(...) o gás carbónico das carochas com que a princípio se soldavam as latas, o gás de iluminação que depois se adoptou, as emanações da solda em fusão prostravam sem

remissão os mais fracos, restando-lhes apenas, como triste consolação para além da morte, o funeral com música que a associação de classe lhes concedia (...).”,

Faria, Guilherme, *op. cit.*, p. 29.

Também os pescadores enfrentavam, mormente nas estações invernosas, o rigor dos frios e a bravura dos mares. Os naufrágios e consequentes mortes eram um preço frequente, que esta gente pagava.

²³ - Veja-se Nazareth, J. M., *Introdução à Demografia, Teoria e Prática*, (...), p. 92.

Existem vários critérios para se dividir a população total normalmente em três grandes grupos funcionais:

0-14 ou 0-19
15-64 20-59
65+ 60+

Ambas as classificações são utilizadas, no entanto optamos pela última, devido ao facto de melhor se coadunar com as características socio-económicas e de sobrevivência da nossa estrutura populacional, mas também pelo facto de ter sido adoptado por outros estudos a fim de estabelecer comparações.

Rodrigues, Teresa, *op. cit.*, pp. 153-166.

²⁴ - Repartição da população em grandes grupos funcionais (1864-1900)

		1864	1878	1890	1900
Jovens (%)	H	29,5	29,1	33,3	35,4
	M	27,6	29,4	33,5	34,3
	T	28,6	29,2	33,4	35,0
Adultos (%)	H	62,4	64,0	60,0	57,9
	M	61,5	60,3	56,2	56,4
	T	61,9	62,1	58,1	57,2
Velhos (%)	H	8,1	6,9	6,7	6,2
	M	10,9	10,3	10,3	9,3
	T	9,5	8,7	8,5	7,8

Rodrigues, Teresa, *op. cit.*, p.154.

²⁵ - Nazareth, J. M., *Introdução à Demografia, Teoria e Prática*, (...), pp. 92-94.

O mesmo critério etário utilizado no cálculo dos grupos funcionais foi mantido para calcular os índices-resumo, cujas fórmulas são as seguintes:

Índice de Vitalidade = (População 60 e + anos/População 0-19) 100

R.D.Jovens = (População 0-19 anos/População 20-59) 100

R.D.Velhos = (População 60 e + anos/População 20-59 anos) 100

R.D. Total = (População 0-19 e 60 e + anos)/(população 20-59 anos) 100

²⁶ - Rodrigues, Teresa, Lisboa no Século XIX. Dinâmica Populacional(...), p. 155.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Setúbal (A.D.S.)

Registo de Casamentos

S. Julião: 1849-1865 (Lv. 45C), 1890 (Lc. 24C), 1891 (Lv. 24C), 1892 (Lv. 26C), 1893 (Lv. 27C), 1894 (Lv. 28C), 1985 (Lv. 29C), 1896 (Lv. 30C), 1897 (Lv. 31C), 1898 (Lv. 32C) e 1899 (33C, 34C).

Santa Maria da Graça: 1840-1855 (Lv. 10C), 1855-1864 (Lv. 60C), 1890 (Lv. 39C), 1891 (Lv. 40C), 1892 (Lv. 41C), 1893 (Lv. 42C), 1894 (Lv. 43C), 1895 (Lv. 44C), 1896 (Lv. 45C), 1897 (Lv. 46C), 1898 (Lv. 47C) e 1899 (48C),

S. Sebastião: 1846-1857 (Lv. 10C), 1858-1871 (Lv. 57C), 1890 (Lv. 34C), 1891 (Lv. 35C), 1892 (Lv. 36C), 1893 (Lv. 37C), 1894 (Lv. 38C), 1895 (Lv. 39C, 40C), 1896 (Lv. 41C), 1897 (Lv. 42C, 43C), 1898 (Lv. 44C) e 1899 (45C)

Anunciada: 1844-1859,(Lv. 16C), 1859-1865 (Lv. 62C), 1890 (Lv. 39C), 1891 (Lv. 40C), 1892 (Lv. 41C), 1893 (Lv. 42C), 1894 (Lv. 43C), 1895 (Lv. 44C), 1896 (Lv. 45C), 1897 (Lv. 46C), 1898 (Lv. 47C, 48C, 49C) e 1899 (50C).

Fundo Almeida Carvalho, Pasta 46/Caderno 32.

FONTES IMPRESSAS

Censo no 1º de Janeiro de 1864. Estatística de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Censo no 1º de Janeiro de 1878. Estatística de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

Censo da População do reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

BIBLIOGRAFIA

FARIA, CARLOS VIEIRA, *Novo Fenómeno Urbano Aglomeração de Setúbal* (Ensaio de Sociologia Urbana), Editora Assirio e Alvim, Lisboa, 1981.

- _ "História Urbana de Setúbal. Olhar o Passado - Perspetivar o Futuro", *Setúbal na História*, Documentos 1, Ed. Lasa, Setúbal, 1990.
- FARIA, GUILHERME, *Setúbal e a indústria de conservas*, Setúbal, 1950.
- INED – INSEE – ORSTON, *Source et Analyse des données démographiques*, Paris, 1973.
- LOPES, A. S., *Desenvolvimento Regional. Problemática, teoria, modelos*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, Vol. I, 1980.
- LOUIS, HENRY, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Gradiva, Lisboa, 1988.
- NAZARETH, J. M., *Introdução a Demografia, Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa, 1996.
- RODRIGUES, TERESA, *Lisboa no Século XIX. Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade*, Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 1993.
- PINTO, MARIA LUÍS ROCHA, *Crises de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos Séculos XVIII e XIX na Região de Castelo Branco*, tese de Doutoramento apresentada na F.C.S.H., U.N.L., policopiada, Lisboa, 1993.
- PINTO, MARIA LUÍS ROCHA, RODRIGUES, "A evolução da população portuguesa ao longo do século XIX – uma perspectiva global", in *Forum Sociológico*, n.º 3, 1993, pp. 145-172.
- RODRIGUES, TERESA, *Lisboa no Século XIX. Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade*, Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada, Lisboa, 1993.
- RODRIGUES, TERESA, FERREIRA, Olegário A. Vieira, "As cidades de Lisboa e Porto na viragem do século XIX – características da sua evolução demográfica: 1864-1930", *revista de História*, vol. XII, Porto, 1993, pp. 297-318.

A REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA DAS SEDAS EM TRÁS-OS-MONTES NOS FINAIS DE SETECENTOS

Fernando de Sousa

(professor catedrático da Universidade do Porto)

ABSTRACT

This work, in the sequence of others wich the author has developed about silk industries in Trás-os-Montes, wants to draw attention to the restructuring of what the silk industries was object of, in the end of 18th century, on that region of inland Portugal.

1. INTRODUÇÃO

José António de Sá, em 1783, ao fazer a história da “fábrica das sedas de Bragança”, defendia que, a mesma, apesar de atravessar, então, um período de prosperidade, graças à iniciativa e dinamismo do negociante João António Lopes Fernandes, não se encontrando “debaixo de inspecção pública” ameaçava entrar em decadência. Para evitar tal situação, propunha a nomeação de um conservador íntegro, em ordem a “marcar as manufacturas, qualificando-as, impedindo os furtos”, que já eram numerosos, e “dando outras providências congruentes a este fim”¹.

Na sequência das diligências de Sá e Lopes Fernandes, foi nomeado conservador da referida “fábrica” um ministro “cheio de letras, e de patriotismo” o provedor de Miranda, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, debaixo de cuja direcção, segundo aquele magistrado, a fábrica “das sedas de Bragança passou a estar em “florescimento e progresso”.

Com efeito, por alvará de 8 de Novembro de 1783, foi determinado:

- que o provedor da comarca de Miranda passasse a ser conservador de todas as fábricas da região de Bragança, zelando pela sua conservação e impedindo o contrabando que provocava a “ruína total dos estabelecimentos nacionais”;
- que o conservador promovesse a cultura das amoreiras e criação dos bichos da seda; e fizesse eleger, a votos dos fabricantes, os inspectores e procuradores necessários para promover a perfeição dos tecidos e acautelar as fraudes e defeitos;

- que o conservador, além dos emolumentos e assinaturas que lhe competiam pela sua graduação, recebesse 40 000 réis de vencimento anual, verba rateada pelos mestres fabricantes, à proporção dos teares que possuíam;
- que o mesmo conservador fosse juiz privativo em todas as causas relativas às manufacturas das sedas em que os artífices fossem autores ou réus e que as apelações e agravos que se interpusessem das suas sentenças fossem remetidos à Relação do Porto.

Será, pois, Francisco de Sampaio, em 1785, que, na sua qualidade de conservador, irá elaborar o plano dos primeiros estatutos de que há conhecimento para a fábrica das sedas de Trás-os-Montes².

José António de Sá refere, ainda, em 1787, que, a fim de evitar a importação, para a referida "fábrica", das sedas de Itália - a seda de Trás-os-Montes era muito mal fiada -, estavam a dar-se as providências necessárias para se obter, naquela província, "qualidades de sedas de diversos lotes".

Com efeito, em 1786, durante meses, o piemontês Mateus Biffignandi chegado a Portugal em finais de 1785, visitou o Nordeste Trasmontano, para examinar a cultura das amoreiras e o estado em que se encontrava a sericultura e indústria da seda, tendo reunido várias vezes com aquele magistrado.

Nesse mesmo ano, vindos de Turim, chegaram a Lisboa dois peritos das sedas, José Maria Arnaud e seu filho, Caetano Arnaud, os quais vão deslocar-se para Bragança, a fim de "ensinarem o método de fiação, e trato dos bichos, amoreiras, e juntamente estabelecer-se a grande máquina do filatório, para se torcerem todas as qualidades de sedas" para se obter o *organsin* "independente dos estrangeiros"³.

Os Arnauds, em 1788, - junta-se-lhes, entretanto, Filipe Arnaud, filho de José Arnaud -, vão acabar por se instalar em casa mandada construir para o efeito, em Chacim, Trás-os-Montes, e que passará a ser designada por Fábrica de Chacim, onde instalam um filatório ou moinho à piemontesa, construído por eles, 32 caldeiras e uma escola de fiação da seda, criando-se ainda escolas secundárias noutras localidades de Trás-os-Montes - Valpassos, Sanfins, Vilarelho e Lebução -, além de outras escolas volantes.

Nesse mesmo ano, o decreto de 30 de Agosto confirmou os estatutos elaborados pelos Arnauds, para as escolas de fiação da seda e filatório⁴.

Não desenvolveremos, por agora, a história da indústria das sedas em Trás-os-Montes, em finais do século XVIII, porque já o fizemos, quer na nossa tese de licenciatura, quer em trabalho posteriormente publicado⁵, quer ainda porque nos encontramos a preparar um estudo desenvolvido sobre este tema, desde finais de século XVIII até ao século XX. E, muito menos, o excepcional papel que José António de Sá irá

desempenhar, na viragem do século XVIII para o século XIX, quanto ao desenvolvimento e modernização da indústria das sedas, em Trás-os-Montes, uma vez que, sobre ele, também nos encontramos a ultimar um estudo desenvolvido, como já esclarecemos noutra trabalho⁶

O que importa agora referir, tão só, enquanto enquadramento dos estatutos que agora publicamos, relativos à fábrica de Bragança (1785), e às escolas de fiação da seda e filatório de Trás-os-Montes (1788), é que, entre 1785-1788, pela primeira e única vez na história da indústria das sedas de Trás-os-Montes, surgem medidas concretas no sentido de se regulamentarem as operações da produção da seda e respectivos tecidos, em ordem ao apuramento da sua qualidade.

2. OS ESTATUTOS DE 1785

O plano dos estatutos de 1785 é de autoria, como já dissemos, do provedor da comarca de Miranda e conservador da fábrica da seda de Bragança desde finais de 1783, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio.

Francisco de Sampaio, em carta enviada a Martinho de Melo e Castro a acompanhar o texto do seu plano, esclarece que, enquanto conservador da fábrica das sedas, tinha já elaborado vários regulamentos. Contudo, entendia que a referida fábrica devia reger-se por uns estatutos, já porque assim acontecia em França, já porque lhe tinham insinuado a que assim procedesse, razões pelas quais enviava tal plano à Junta da Administração das Fábricas do Reino.

Os estatutos destinavam-se a abranger a fábrica de Bragança e todas as mais existentes em Trás-os-Montes, - uma vez que em toda a província havia criação do bicho de seda, fiação e produção de tecidos -, nomeadamente em Chacim, Freixo de Espada à Cinta, Vinhais, Rebordelo, Murça e Lebução.

Inspirando-se nas determinações do alvará de 13 de Outubro de 1783, os estatutos apresentados por Francisco de Sampaio dividiam-se em 4 títulos, subdivididos em vários parágrafos, a saber:

- 2.1 do governo e administração da fábrica;
- 2.2 da qualidade e requisitos das obras, e da sua perfeição para serem reputadas legítimas;
- 2.3 da corporação da fábrica e respectivos privilégios;
- 2.4 do conservador e suas obrigações.

Através deles tornam-se patentes as preocupações de Francisco de Sampaio, no sentido da melhoria da qualidade da produção da seda, da certificação dos tecidos da fábrica de Bragança e de evitar o contrabando.

2.1. Como na cidade de Bragança os teares se encontravam dispersos, Francisco de Sampaio entendia que os inspectores encarregados de certificarem as peças deviam

assistir ao seu corte nos respectivos teares e passar o competente bilhete, razão pela qual propunha que existissem inspectores eleitos pelos distritos em que a cidade seria dividida.

Os dois procuradores da fábrica, alternando-se semestralmente, apresentadas as fazendas munidas da assinatura e do bilhete de um dos inspectores, marcava as peças com um nó e passava a certidão que habilitava o fabricante ao despacho da alfândega.

2.2. No domínio da qualidade e perfeição das fazendas, tinturaria, fiação e torcedura, os estatutos de Francisco Sampaio dão-nos preciosas informações quanto aos hábitos, vícios e defeitos então existentes, apresentando, de seguida, as soluções necessárias para atalhar tais males.

Esclarece que as fazendas tecidas em Bragança e nas mais localidades de Trás-os-Montes, não eram muito diversificadas, limitando-se aos tafetas, pelúcias, mantos, setins, tercielas, nobrezas, sarjas, gorgorões, muelas e veludos. A ruína de tais manufacturas produzidas em Bragança, residia nas fraudes praticadas e baixa qualidade, nomeadamente, nas pelúcias, as quais, mal fiadas e pior tingidas, tinham perdido a sua reputação em Lisboa, passando a ser importadas, então, de Hamburgo.

Para evitar tal, os estatutos determinavam a largura dos tecidos e a constituição dos pentes, que tinham de ser marcados pelos procuradores.

No que diz respeito à tinturaria, os estatutos defendiam que ninguém poderia exercer a arte de tintureiro sem autorização da Junta da Administração das Fábricas do Reino. Contudo, atendendo a que, em Bragança, todos os fabricantes sabiam tingir a preto e mesclar as pelúcias com perfeição, deveria subsistir tal costume, mediante licença do conservador e desde que o fabricante tingisse apenas as suas próprias sedas.

Quanto à fiação, referem os estatutos que se deveria manter, “por hora”, o método seguido na provincia, mas que era costume, em Bragança, falsificar-se a seda, misturando a seda grosseira com a fina, ou constituindo a meada com as duas qualidades de seda.

Várias penas são determinadas às pessoas que falsificavam a fiação, assim como para as fiadeiras ignorantes, as quais eram impedidas de exercer tal função.

Por outro lado, no que diz respeito à venda da seda em rama, verificava-se que os compradores da seda que iam às casas dos criadores do sirgo, prejudicavam estes porque usavam pesos seus, fraudulentos. Os estatutos defendem que tal hábito devia ser proibido e que a seda em rama só deveria ser comprada nos mercados públicos e nas feiras, havendo em Trás-os-Montes três feiras famosas para a venda da seda em rama, a de 25 de Julho, em Mirandela, a de 24 de Agosto em Grijó, e a de 8 de Setembro, no Azinhoso.

Quanto aos tornos, foram também determinados os requisitos a que deveriam obedecer, havendo para tais máquinas, dada a especificidade da torcedura, um inspector próprio.

2.3. A fábrica de Bragança constituía uma corporação formada por todos os negociantes, mestres, oficiais, aprendizes e torcedores, para o que tinham de estar matriculados. Os procuradores e inspectores eram eleitos pelos membros da corporação, mas tinham de saber ler e escrever, serem professores da arte de tecer ou torcer, e homens de probidade, honra, ciência e zelo.

Nas causas civéis e penais tinham ou podiam ter, desde que o quisessem, o conservador da fábrica como juiz privativo, exceptuando-se as causas de contrabando.

Gozavam ainda de certos privilégios, de aposentadoria, não podendo guardar cadeias, fazer rondas, acompanhar presos ou efectuar outras diligências de justiça ou milícia, nem podiam ser alistados, contra sua vontade, para os terços de auxiliares ou serviço militar.

Os mestres não podiam ter mais que um aprendiz, e só os podiam receber por ajuste.

Este, exercia o seu estágio, normalmente, durante cinco anos, podendo, contudo, ao fim de três anos, requerer exame para ter carta de oficial. Tanto o aprendiz como o oficial só podia deixar o mestre ou fabricante, durante o tempo do contrato, por justa causa, tendo direito, contudo, a pedir aumento de salário, recorrendo ao conservador no caso de não ser atendido.

2.4. Finalmente, o conservador disporia de plenos poderes em tudo o que dissesse respeito à superintendência e governo da fábrica, de acordo com a jurisdição que lhe tinha sido concedida pelo alvará de 8 de Novembro de 1783. Venceria 80 000 réis pagos pelos donos dos teares e tornos da província, além dos salários judiciais determinados no seu regimento e dispunha de um escrivão, o mesmo da provedoria, que venceria 20 000 réis, pagos da mesma forma que ao provedor, para além dos salários que lhe estavam prescritos.

3. OS ESTATUTOS DE 1788

Os estatutos para as escolas de fiação da seda e filatório das províncias de Trás-os-Montes e da Beira – na prática, só para a primeira, uma vez que o filatório, as caldeiras e a escola instalaram-se em Chacim, e as restantes escolas daquela dependentes, de que temos conhecimento, localizaram-se, na sua maioria esmagadora, em Trás-os-Montes – são menos ricos de informações que os de 1785.

Com efeito, ao contrário dos anteriores, que visavam todos os aspectos que diziam respeito à indústria das sedas, desde a plantação das amoreiras até à produção final dos tecidos, e nos fornecem excelentes informações quanto aos bloqueios e

problemas com que a mesma se debatia, os estatutos de 1788 limitam-se a exarar as condições dadas à família Arnaud para se instalar em Chacim e os princípios gerais a que deveria obedecer a fição pelo método piemontês.

O filatório, construído em Lisboa por Filipe Arnaud e em seguida transportado, com grandes dificuldades, para Chacim, segundo Acúrcio das Neves, tinha capacidade para torcer 2 000 arrâteis de seda por ano, e compunha-se de 270 dobadoras “para a primeira dobação das sedas; de uma planta de 15 pilastras na circunferência, e de três vargos para a primeira torcedura de seda; e outra de 14 pilastras, e dous vargos para a segunda torcedura”⁷

A fábrica de Chacim, construída para albergar o filatório e a escola de fição dotada com 32 caldeiras, construída à custa da Real Fazenda, começou a funcionar em 1791, passando a ser considerada “uma das melhores do reino”.

José Maria Arnaud, sua mulher e os seus dois filhos passaram a ter o usufruto do filatório e da fábrica, a perceber ordenados no valor global de 700 000 réis e a disporem de um terreno baldio em Ribeira de Terva.

Os Arnauds ajustavam com os proprietários das sedas o preço que levavam por a torcer no filatório pelo método piemontês; e comprometiam-se a ensinar, “com toda a lisura e sinceridade”, a sua arte, só admitindo discípulos e torcedores portugueses, e a não utilizarem seda estrangeira.

Durante cinco anos, nenhum outro filatório poderia funcionar em Trás-os-Montes e na Beira sem a aprovação dos Arnauds.

Estabelecidas as máquinas piemontesas e adoptado o novo método nas diferentes localidades, ficava proibido o uso de carrilhos ou máquinas antigas.

As escolas eram regidas por uma mestra habilitada pelos Arnauds, enquanto directores da escola de Chacim.

As fiadeiras trabalhavam nas escolas desde que o sol nascia – tendo o cuidado, porém, de chegarem mais cedo para acenderem as fornalhas -, até meia hora depois do sol se pôr, com uma hora para jantar. Eram pagas por jornal e não pela quantidade da seda fiada, porque só assim podiam executar o seu trabalho com perfeição.

Os directores das escolas, José Arnaud e seus filhos Caetano Arnaud e Filipe Arnaud tinham a obrigação de acompanharem os trabalhos das escolas, vencendo diariamente, em tais funções, 1 000 réis.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho tem, por primeiro objectivo, dar a conhecer o plano de estatutos de 1785 e os estatutos de 1788, uma vez que o primeiro encontrava-se inédito e os

segundos, embora impressos na época e fazendo parte do *Suplemento à coleção de legislação portuguesa do desembargador António Delgado da Silva (1763-1790)*, não estão facilmente acessíveis⁸.

O próprio Abade de Baçal transcreveu-os a partir da obra de José Silvestre Ribeiro⁹ que também se tinha limitado a resumir aqueles. Encontrando-se incompletos neste, as *Memórias archeologico-historicas do districto de Bragança* acabaram também por os publicar incompletos¹⁰.

Não sabemos se o plano de estatutos de Novembro de 1785 chegou a ser aprovado e posto em execução. Pensamos que não. Em 1786, Biffignandi visita Trás-os-Montes e os Arnauds chegam a Portugal. É natural, pois, que a Junta de Administração das Fábricas do Reino e o próprio Martinho de Melo, a quem o conservador da fábrica de Bragança mandou cópia do seu plano, se sentissem mais atraídos pela autoridade e competência dos Arnauds, peritos vindos de uma das regiões mais avançadas da Europa quanto à indústria da seda, o Piemonte, para regulamentarem a fição de seda.

Os estatutos de 1785 mantinham o método da fição da seda utilizado em Trás-os-Montes. Ora, “a má pratica e os erros” da fição da província, exigiam, como escreveu José António de Sá a sua “reforma”, razão pela qual – acrescenta ele –, as “máquinas do Piemonte e os seus planos” eram os únicos que deviam seguir-se¹¹.

Globalmente, contudo, tratava-se de um bom plano de estatutos, que apresentava medidas acertadas para o aperfeiçoamento da indústria da seda em Trás-os-Montes.

Os estatutos de 1788 vieram ao encontro das preocupações de José António de Sá, Lopes Fernandes e de todos aqueles que ansiavam pela melhoria da qualidade da fição, considerada a operação-chave daquela indústria.

Qual o impacto que estes estatutos e a presença dos Arnauds tiveram na fição trasmontana?

Não é fácil responder a esta questão. Mas sabemos que nem tudo correu bem.

José António de Sá, logo em 1792, foi o primeiro a chamar a atenção para o mal-estar que se instalou na região com o novo filatório. E enumerava as razões:

- as populações das aldeias vizinhas eram obrigadas a fiarem os seus casulos nos tornos piemonteses; e os “rústicos” “sempre supõem em seu dano, o que “obrigão à força”;
- a mesma quantidade de casulo fiado no novo estabelecimento de Chacim produzia menos seda do que nas máquinas antigas, os carrilhos; embora de melhor qualidade e mais bem paga, não igualava o preço obtido por igual quantidade de matéria-prima fiada nos carrilhos;

- o método à piemontesa, para obter diversas qualidades de sedas, exigia idêntica selecção dos casulos, não se fiando, assim, separadamente, por cada proprietário, o qual, muitas vezes, ficava convencido de que tinha sido prejudicado com tal operação;
- os proprietários, ao contrário de que acontecia anteriormente, não recebiam, no filatório de Chacim, os desperdícios resultantes dos casulos de baixa qualidade;
- os lavradores, habilitados a assistir à fiação da seda e a acompanharem as operações, mesmo nas caldeiras, não o podiam fazer na fábrica de Chacim, uma vez que o casulo era proveniente de várias pessoas; desconfiando de serem roubados, acusavam de má fé os mestres e inspectores e o próprio José Arnaud, que era dono de uma grande fábrica em Chacim, para a qual comprava grandes quantidades de sedas; esta má fé – garantia Sá -, não correspondia, porém, à verdade;
- finalmente, os povos vizinhos às casas de fiação à piemontesa eram obrigados a cortarem e transportarem as lenhas para os fornos das caldeiras, sendo o carroto mal pago, quando, até então, cada pessoa assegurava apenas a lenha necessária para a fiação da sua seda; surgirá mesmo uma disputa entre o juiz de fora de Alfândega da Fé – que, a requerimento dos lavradores, os procurou libertar de tal encargo - e o provedor da comarca de Miranda, que era, também, como vimos, o inspector do referido estabelecimento.

Estes factos tornaram “inteiramente odioso” aquele “utilíssimo estabelecimento”. Os lavradores, desanimados, não colhiam as folhas das amoreiras e chegavam até a cortar as árvores.

A única maneira de ultrapassar a situação - conclui José António de Sá -, era “deixar de vexar os lavradores” e entregar o estabelecimento a alguns “capitalistas negociantes” da província, salvaguardando-se sempre a liberdade dos lavradores quanto à venda do casulo e desonerando os povos do imposto das lenhas¹².

Por outro lado, os ordenados dos Arnauds eram pagos pela bolsa real, os seus vencimentos diários eram suportados pelas câmaras das localidades em que se tinham formado as escolas, obrigando aquelas a recorrerem às fintas, “por serem terras muito pobres”.

Acresce que os Arnauds raramente passavam às fiadeiras os certificados que provavam as suas capacidades e as habilitavam ao exercício da sua profissão, sendo acusados de parcialidade na concessão daqueles.

Se juntarmos a tudo isto a “natural repugnância” dos povos em abandonarem os seus métodos arreigados por “longos hábitos” e o facto de serem proibidos os carrilhos nas povoações em que eram instaladas as escolas à piemontesa, então compreendem

deremos que Link e Hoffmansegg, visitando a região, nos últimos anos do século XVIII, chegassem à conclusão de que as medidas tomadas sob os auspícios dos Arnauds e dos estatutos de 1788, eram tão inconvenientes que prejudicavam mais que favoreciam a indústria das sedas da região.

A tentativa dos Arnauds de monopolizarem tal indústria indispos – segundo eles – os povos de tal maneira que, em vez de haver um incremento de plantação de amoreiras, teria havido até uma diminuição, uma vez que as populações arrancavam ou cortavam estas árvores¹³.

Acúrcio das Neves corrobora os testemunhos de José António de Sá e de Link e Hoffmansegg, quanto ao corte das amoreiras, à recusa de as pessoas levarem a seda às novas fiações e diz mesmo que os povos ameaçavam de morte os Arnauds, reclamando estes, superiormente, a protecção necessária.

Com tal ambiente, os progressos da fábrica de Chacim e das suas escolas “não podião ser grandes”¹⁴

Mas os Arnauds aí continuaram, lançando as únicas sementes de inovação que a indústria das sedas, no Nordeste Trasmontano, conheceu.

Ainda haverá outra tentativa de reestruturação da indústria das sedas nas vésperas da revolução liberal de 1820.

Mas isso é já outra história... de que iremos tratar no estudo referido.

NOTAS

- ¹ *Compendio de observações que fôrão o plano da viagem politica, e filosofica, que se deve fazer dentro da Patria*, Lisboa, 1783, 223.
- ² Arquivo Histórico Ultramarino, Reino, maço 2677, 1785. Existe uma cópia deste plano de estatutos no Arquivo Distrital de Bragança, que me foi cedida pelo seu director Belarmino Afonso, a quem muito agradeço.
- ³ *Dissertações philosophico-politicas sobre o trato das sedas na comarca de Moncorvo*, Lisboa, 1787, p. 29-30.
- ⁴ José Acúrcio das Neves, *Noções historicas, economicas e administrativas sobre a produção, e manufactura das sedas em Portugal, e particularmente sobre a Real Fabrica do Suburbio do Rato, e suas annexas*, Lisboa, 1829, p. 360-373 e 377-389.
- ⁵ Fernando de Sousa, *A indústria das sedas em Trás-os-Montes*, "Revista de História Económica e Social", vol. II, Lisboa, 1979.
- ⁶ Fernando de Sousa, *Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá*, "População e Sociedade", nº 3, Porto, 1997, do CEPFAM – Centro de Estudos da População e Família.
- ⁷ José Acúrcio das Neves, ob. cit., p. 369.
- ⁸ Lisboa, 1844.
- ⁹ *História dos estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, t. II, Lisboa, 1872, p. 108-111.
- ¹⁰ Tomo II, Porto, 1912, 456-458. -
- ¹¹ *Dissertações...*, p. 126 e 130.
- ¹² José António de Sá, *Memoria sobre o novo estabelecimento de fiar a piamonteza, da villa de Chacim. Plano da correição*, ANTT, Reino, maço 326
- ¹³ *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799*, vol. II, Paris, p. 69-70; e vol. III, Paris, 1085, p. 13.
- ¹⁴ José Acúrcio das Neves, ob. cit., p. 387-388.

NORMAS GERAIS DE TRANSCRIÇÃO DAS FONTES

1. Manteve-se a ortografia original. Apenas se eliminaram as maiúsculas em desuso.
2. Desligaram-se as palavras de acordo com as suas formas normais.
3. Quanto à pontuação, apenas se acrescentou uma ou outra vírgula, e substituíram-se os dois pontos por ponto final ou ponto e vírgula, quando tal se revelou necessário para a melhor compreensão do texto.
4. Desdobraram-se as abreviaturas.
5. As notas ou aditamentos que nos pertencem vão entre [].
6. As referências bibliográficas feitas pelo autor são mantidas na forma de apresentação original.

FONTES

I

PLANO DE ESTATUTOS PARA A FABRICA DE SEDA DA CIDADE DE BRAGANÇA, E TODAS AS MAIS DO MESMO GENERO ESTABELECIDAS NA PROVINCIA DE TRAS-OS-MONTES (1785).

II

ALVARÁ PORQUE VOSSA Magestade há por bem estabelecer diversas providencias proprias, e adequadas para a permanente duração das fabricas de seda, e tinturaria de João Antonio Lopez Fernandez, e de todas as que estão estabelecidas, e se houverem de estabelecer na cidade de Bragança, e seu districto (1783).

III

ESTATUTOS PARA AS ESCOLAS DE FIAÇÃO DE SEDA, E FILATORIO NAS DUAS PROVINCIAS DA BEIRA E TRAS-OS-MONTES (1788).

Plano de Estatutos
para a Fabrica de Seda da
Cidade de Bragança, e todas
as mais do mesmo genero esta-
belecidas na Prov. de Trás-os-Montes.

As Fabricas de seda aespécie tem sido assimada-
mente protegidas no Glorioso, e Prodigente Reynado da
Raynha Nossa Senhora. Igualmente omercia aella
manufatura de Seda da Cidade de Bragança, que, com inui-
ta singularidade, ofera por El Rey Dom Pedro o Segundo.
Ella teve com o tempo suas vicissitudes, e ultimamente
estando quasi arruinada, se pode dizer, q' a levantou da
sua miséria de cadencia João Antonio Lopez Fernandez,
q' com experimentada intelligencia, cuidado, despezas, e boa
fé a pôz em estado florente. Este habil Negociante che-
gou a mais, q' contra os proprios interesses, se elle postu-
gave a mesma boa fé, pediu a Sua Magestade hum Con-
servador para aditta Fabrica, para q' este, como Superinten-
dente della, vigiasse em tudo oq' era relativo à sua conser-
vação e aumento. Annuio Sua Mag' a esta justa, e celo-
sa Supplicia; e, em deusa de humia Consulta da Junta
da Administração das Fabricas do Reyno, se passou Alva-
rã em 13 de Outubro de 1783, q' criou a referida Conserva-
toria no lugar de Provedor da Comarca de Miranda.
A disposiçã do mencionado Alvarã, copiado no fim
destos Estatutos, será a base, em q' elles se formão.

Titulo 1.^o Do Governo, e Administraçãõ da Fabrica

§1.^o O governo da Fabrica, de baixo das Ordens do Conservador, será confiado a dois Procuradores, e a hum certo numero de Inspectores, q' poderá augmentar-se, ou diminuir-se, conforme a necessidade: As obrigações dos quaes se declaram nestes Estatutos.

§2.^o Consistem as Obrigações dos Inspectores em irem promptamente ver cortas as peças nos Seares, por elles o seu nome em hũa pranta, e pãucar hum bilhete em q' diga: „Que
„ataando de tal mex, e anno, na sua juriscençã, e no fear de S.
„se cortou hũa peça de tal qualidade, e cor, q' por se achar legi-
„timamente fabricada, pão nella o seu nome, e pãucar este bi-
„lhete.“

§3.^o Não achando os Inspectores a peça fabricada na forma destes Estatutos, não poderão pãucar bilhete: Mas terá obrigação de dar parte aos Procuradores; e estes, apprehendendo a peça, ao Conservador, para se pãucar a exame, e se julgar ou não perdida, conforme a malicia do Fabricante, ou a casualidade inculpavel de assim obrar.

§4.^o Como na Cidade de Bragança se achão os Seares dispersos, e em grande distancia hums dos outros, e seria incommodo, q' os Fabricantes fossem chamar as partes distantes os Inspectores para lhes irem ver cortas as peças, e aos mesmos Inspectores irem tam bem a partes remotas ao dito officio; terá os Inspectores eleitos jurisdicção, em q' se dividirá a cidade; na forma, q' se executou na primeira eleição: Bem entendido, q' os Inspectores se Supprimão reciprocamente hums aos outros, em occasiões de impossibilidade de ir o do Districto assignado ao Corte.

I

PLANO DE ESTATUTOS PARA A FABRICA DE SEDA DA CIDADE DE BRAGANÇA,
E TODAS AS MAIS DO MESMO GENERO ESTABALECIDAS NA PROVINCIA DE
TRÁS-OS-MONTES (1785)

As fabricas de toda a especie tem sido assinaladamente protegidas no glorioso, e providente reynado da raynha nossa senhora. Igualmente o merecia a manufactura de seda da cidade de Bragança, que, com muita singularidade, o fora por el rey dom Pedro o segundo. Ella teve com o tempo suas vecissitudes; e ultimamente estando quasi arruinada, se pode dizer, que a levantou da sua imminente decadencia João Antonio Lopez Fernandez, que com exprimentada intelligencia, cuidado, despezas, e boa fé a pôz em estado florecente. Este habil negociante chegou a mais; que (contra os proprios interesses, se elle postergasse a mesma boa fé / pediu a sua magestade hum conservador para a dita fabrica, para que este, como superintendente della, vigiasse em tudo o que era relativo à sua conservação e aumento. Annuio sua magestade a esta justa, e zelosa súpplca; e, em decisão de huma consulta da Junta da Administração das Fabricas do Reyno, se passou alvará em 13 de Outubro de 1783, que creou a referida conservatoria no lugar de provedor da comarca de Miranda. A dispozição do mencionado alvará, copiado no fim destes estatutos, será a base, em que elles se formão.

Titulo 1º

Do governo, e administração da fabrica

§ 1º O governo da fabrica, debaixo das ordens do conservador, será confiado a dois procuradores, e a hum certo numero de inspectores, que poderá aumentar-se, ou diminuir-se, conforme a necessidade: as obrigações dos quaes se declarão nestes estatutos.

§ 2º Consistem as obrigações dos inspectores em irem promptamente ver cortar as peças nos têares, pôr-lhes o seu nome em huma ponta, e passar hum bilhete em que diga: "que a tantos de tal mez, e anno, na sua prezença, e no tear de F., se cortou huma peça de tal qualidade, e côr, que por se achar legitimamente fabricada, pôz nella o seu nome, e passou este bilhete".

§ 3º Não achando os inspectores a peça fabricada na forma destes estatutos, não poderão passar bilhete: mas terão obrigação de dar parte aos procuradores; e estes, apprehendendo a peça, ao conservador, para se proceder a exame, e se julgar ou não perdida, conforme a malícia do fabricante, ou a casualidade inculpavel de assim obrar.

§ 4º Como na cidade de Bragança se achão os teares dispersos, e em grande distancia huns dos outros; e seria incommodo, que os fabricantes fossem chamar a partes distantes os inspectores para lhes virem ver cortar as peças; e aos mesmos inspectores irem tambem a partes remotas ao dito exercicio; serão os inspectores eleitos por districtos, em que se dividirá a cidade; na forma, que se executou na primeira eleição: bem entendido, que os inspectores se supprirão reciprocamente huns aos outros, em occasião de impossibilidade de ir o do districto assistir ao côrte.

§ 5º O inspector do districto, que sendo chamado faltar a esta sua obrigação, será prezo tres dias, e pagará dêz tostões de condemnação para as despesas da conservatoria. O mesmo se praticará com o de fóra do districto, que sendo chamado, com o motivo da impossibilidade do do districto, faltar. Porem voluntariamente qualquer inspector poderá ir ver cortar a peça aonde for chamado. O que tudo se determina para que haja na fabrica prompta expedição.

§ 6º O inspector, que passar bilhete, e pozer o seu nome na peça, sem a ver cortar, mas sómente por lha trazerem a sua caza, ou a outra qualquer parte, ainda que se não duvide da legitimidade, e bondade da mesma peça, será prezo hum mez, pagará seis mil reis de condemnação para as despesas da conservatoria, e ficará inhabilitado para mais servir occupação na fabrica.

§ 7º As obrigaçoens dos procuradores consistem no seguinte. Sendo-lhes apresentadas as fazendas pelos fabricantes, munidas da assinatura, e bilhete de hum dos inspectores, que assestio ao côrte dellas; examinará a mesma assinatura, e bilhete; examinará attentamente a peça; e achando-a legitima, e perfeita, na forma destes estatutos; certificado indubitavelmente, que hé da fabrica, lhe porá o sêllo da mesma, e passará hum certidão, em que declare todos estes requisitos, mencionando o nome do dono, e qualidade da peça em que pôz o sêllo; goardando o bilhete; e em hum caderno que terá, fará lembrança por hum verba summaria, de ter passado certidão a F. de tantas peças, de tal qualidade, etc. E com esta certidão se irá procurar o despacho da alfandega.

§ 8º Como, na forma do alvará da conservatoria, todas as occupações da fabrica devem ser exercidas gratuitamente; o fabricante, que fór marcar as suas peças, levará fio, chumbo, e carvão; e os procuradores não poderão arrecadar salario algum pela operação de marcar, e passar certidão. A marca deverá ser posta na ponta da peça com hum nó; e não com laço.

§ 9º Toda a peça, que se achar sem a marca da fabrica, se tomará, e apprehenderá como perdida, e desencaminhada.

§ 10º Como os procuradores são dois, servirão por semestres, ou como entre ambos convivirem.

§ 11º Quando os procuradores acharem, que se lhes apresentam fazendas para marcarem, as quaes conhecerem, ou suspeitarem, que não são da fabrica; ou as acharem fabricadas sem os requisitos destes estatutos; farão logo apprehensão nellas, e darão parte ao conservador, ou a quem suas vezes fizer, para tudo se examinar legalmente, e se punir quem for culpado; ou se escuzar o discuido, ou casualidade inculpavel.

§ 12º Nem os procuradores, nem os inspectores poderão rever, passar bilhetes e marcar as suas proprias fazendas. Devendo os inspectores chamar outro qualquer inspector, e os procuradores marcar mutuamente as fazendas hum do outro.

§ 13º Os procuradores, e inspectores, que prevaricarem em seus officios, e obrigaçoens, serão punidos conforme o grão da sua culpa; sendo autuados, e processados legalmente pelo conservador.

Titulo 2º

*Da qualidade, e requisitos das obras,
e da sua perfeição para se reputarem legitimas*

§ 1º Não he grande a deversidade das fazendas que prezentemente se tecem na cidade de Bragança, e nas mais da provincia de Tras-os-Montes, conforme o gosto dos tempos. Comprehendem-se nas seguintes especies: tafetás, pellúças, mantos, setins, tercinellas, nobrezas, sarjas, gorgorões, muellas, e veludos.

§ 2º O que fáz geralmente arruinar as manufacturas, e com particularidade se tem seguido na de seda de Bragança, são as fraudes uzadas no fabricar; ou a falta de conhecimento, e arte. O comprador, a quem a bondade aparente da fazenda enganou huma vêz, não torna a procuralla; e se serve das fazendas de fora do Reyno, que acha mais perfeitas. Isto segue huma progressão tal, que por fim desacredita a manufactura, e a fáz decahir. Esta verdade se manifesta bem claramente na mesma fabrica de Bragança com as pellúças, que entrando a falsificallas os fabricantes mal entencionados, e levados de hum torpe ganho, na pessima qualidade dos fiados, dos pêllos, e das mesmas tintas, perderão a sua reputação na cidade de Lisboa; e principiarão os negociantes a mandar vir de Hamburgo estas fazendas, com perda sensivel das fabricas nacionaes. Por esta razão, as naçoens que mais se esmerão em adiantar as suas manufacturas, tem sugeitado os fabricantes com regulamentos, e estatutos, cujo util e sábio fim em a perfeição das obras, que he o que mais lhe segura a sahida.

§ 3º Serão pois os fabricantes obrigados a seguir as regras, que nestes estatutos se lhes determinão.

§ 4º Os tafetás, e nobrezas terão de largura duaz terças e meya.

§ 5º Todas as mais obras terão tres quartas de largura.

§ 6º Os procuradores terão padrão com estas medidas, para os applicarem às fazendas, quando forem a marcar, ou for preciso confrontallas.

§ 7º Quando alguma tea tiver as portadas competentes, e for bem obrada, e por alguma inculpavel contingencia tiver menos até meio dedo de largura, não se regeitará a obra.

§ 8º Os pentes para os tafetás, tercinellas, e nobrezas não terão menos de trinta e sete portadas.

§ 9º Os pentes para os mantos, pellúças, gorgorões, e muellas não terão menos de trinta e cinco portadas.

§ 10^o Os pentes para os sentinz, e sarjas não terão menos de quarenta portadas.

§ 11^o O veludo regular de dois pêllos andarà na conta de vinte; que vem a ser sessenta portadas de quarenta canhões, na tea: e vinte portadas no pêllo, de oitenta canhões. O pente será de quarenta e duas portadas com as oirellas.

§ 12^o O veludo de tres pêllos ha-de ter seis fios de pello cada puia; e a têa o mesmo.

§ 13^o Os pentes serão marcados pelos procuradores, na forma ja praticada.

§ 14^o Todo o fabricante, que uzar de pente por marcar terá vinte dias de prizão, e pagará seis mil reis de condemnação.

§ 15^o Todo o fabricante, que maliciosamente faltar a largura nas têas; ou diminuir as portadas, ou seus fios, na forma que nestes estatutos ficão de terminadas, ou fizer outra qualquer falsificação; será processado criminalmente; e por pena do seu delicto perderà a têa; e será condemnado em degredo, ou prizão, a arbitrio do julgador: e o valor da têa se applicará as despezas da conservatoria.

§ 16^o Como se espera, que nesta fabrica se aumentem os generos de tecidos; sendo necessario para os mesmos dar novas regras; o conservador convocará junta para esse fim, e fará observar o que nella se determinar.

Tintureiros

§ 17^o Como não hé do objecto destes estatutos, dar as regras, que se devem observar nas tinturarias; sómente fica sendo preciso determinar alguns pontos a este respeito.

§ 18^o Pessoa alguma poderá exercitar a arte de tintureiro sem a approvação em forma da Junta da Administração das Fabricas do Reyno.

§ 19^o Sendo porem constante, que na cidade de Bragança, pela continuada pratica, quasi todos os fabricantes sabem dar com perfeição a côr preta, e ainda outras, como são as mesclas nas pellûças: ficará por hora, subsestindo este costume; com declaração porem, que somente terá lugar em quanto cada fabricante tingir as suas proprias sedas, e não para particulares ainda que gratuitamente as queirão tingir. Bem entendido, alem disso, que para a faculdade de tingir as proprias sedas devem ter licença do conservador; o qual para a dar mandará informar os procuradores sobre o merecimento do pertendente; e constando-lhe, que he habil, lhe dará a pedida licença.

§ 20^o Todo o fabricante que tingir nos cazos, em que lhe não he permittido, na forma do § antecedente, terá dez dias de prizão, e pagará tres mil reis para as despezas da conservatoria.

§ 21^o Todo o fabricante, que nos cazos em que lhe fica sendo permittido tingir as proprias sedas, maliciosamente falsificar a tinturaria, será processado criminalmente, e

punido com as mesmas penas do § 15 deste título. E nas mesmas penas incorrerá o tintureiro de profissão.

Da fiação da seda, e da sua venda em rama

§ 22º Deixando por hora subsistir o methodo, que se segue em Tras-os-Montes na fiação da seda, será unicamente objecto destes estatutos, dar as regras, e providencias necessarias para a sua perfeição.

§ 23º Costuma-se falsificar a fiação da seda com misturar a macha com a fina. O que se fáz de duas formas: ou fiando ao mesmo tempo cazulos machos com os finos, formando os fios de huns e outros; ou mettendo, na mesma meada, bêta de seda macha entre a fina. Toda a pessoa, que falsificar assim a fiação, será processado criminalmente, e será sentenciada em hum mez de prizão; perderá a seda, ou o seu valor, sendo alhêa; e pagará seis mil reis para as despezas da conservatoria.

§ 24º Toda a pessoa, que fiar mal por ignorancia, não sabendo formar os fios, ou dividi-los, ou dar-lhes a consistencia propria temprando o calor da agoa, e a adaptando-lhes o movimento da roda, ou fiando sem vacarilhas; isto hé as rodinhas por onde passa o fio: incorrerá na pena de dez dias de prizão, e pagará tres mil reis para as despezas da conservatoria.

§ 25º Como he mais util prevenir os delictos, do que castiga-los depois de commettidos; deve o conservador vigiar, e cuidar que se não commettão os que ficão relatados, dando as providencias necessarias a esse fim; como, por exemplo, ordenar, que não fiem as que ignorarem aquella arte; fazer dar juramento as pessoas que a exercitão; mandar que os massos da seda tragão nome da fiadeira, para que havendo falsidade se conheça quem a commetteo, e se proceder ao divido castigo.

§ 26º O costume tem introduzido de se dar târa no pezo da seda, e nesta parte ha variedade. Ficará sendo regra para a mesma târa, que nunca será mais de duas oitavas em cada arrate. Todo o comprador, que levar excesso a dita târa; pagará seis mil reis para as despezas da conservatoria, e perderá a seda que comprar para a mesma applicação; alem de restituir o que levou de mais ao dono da seda, e terá oito dias de prizão.

§ 27º Tem mostrado a experiencia os enganos a que estão expostos os criadores da seda nas vendas que fazem nos proprios lugares da criação, aos compradores, que ali vão a atracar as mesmas sedas, para pela maior parte a revender; levando pezos proprios os mesmos compradores pezando fraudulentamente; de sorte que muitas vezes os ditos compradores revendem as sedas nas feiras publicas por preços mais baratos do que a comprarão; porque ja no engano do pezo levão certo o ganho. Estando alem disso o inconveniente de se não estabelecer, e igualar o preço proprio do genero, que sómente se alcança com a concorrencia nos mercados publicos, havendo na provincia de Tras-os-Montes tres feiras famozas para a venda da seda em rama; como são a 25 de Julho em Mirandella; a 24 de Agosto em Grijó; a 8 de Setembro em Azinhozo; situaçoens, e intervalos de tempo, e estação, que faz tudo commodo aos compradores, e vendedores,

e mostra a pouca necessidade que há de se atravessarem assim as compras da mesma seda: do que tudo se segue o dever-se cohibir tam prenciozos abusos; da mesma forma, que já se prohibirão a respeito da lâas das fabricas das comarcas da Goarda, Castello Branco, e Pinhel pelo alvará de 11 de Agosto de 1759.

§ 28^o Nenhuma pessoa poderá ir, ou mandar comprar seda em rama às proprias cazas dos criadores, ou seja para a revender em rama, ou para a fabricar,ou torcer; e somente ficará licito o ir compra-la as feiras, e mercados publicos; ou nos proprios lugares em que as fabricas se achão estabelecidas, quando a elles os criadores levarem a sua seda para a venderem como lhes fica sendo licito. Quem o contrario fizer incorrerá nas penas impostas no § 2^o do citado alvará de 11 de Agosto de 1759.

§ 29^o Para que este delicto não possa nunca ficar sem castigo, será o conservador obrigado a tirar annualmente no mez de Outubro huma devassa geral, sobre a transgressão do que fica determinado no § antecedente; alem de receber as denuncias que lhes forem dadas neste particular; e proceder conforme a juresdição que lhe he dada nestes estatutos. E nesta devassa perguntará igualmente por todas as mais transgressões feitas contra a despozição delles.

Dos tornos, e torcedura da seda.

§ 30^o Assentou-se, que era sufficiente, que os tornos para as sedas de pêllo andassem na regra seguinte. A estrella, burro, em ponto desaseis: as tres que lhes ficão superiores, em quarenta e quatro cada huma.

A estrella do varão em vinte e seis: as que lhe ficão superiores em doze.

As dobanadeiras em dezoito: as que lhes ficão superiores em sessenta.

§ 31^o Haverá hum inspector dos tornos, que vigiará a que se observe esta regra, e será obrigado a fazer huma visita aos tornos, cada mez, no dia que lhe parecer. Quando achar contravenção a este estatuto a fará emmendar, e dará parte ao conservador.

§ 32^o Toda a pessoa, que no seu torno deixar de observar a regra estabelecida, terá hum mez de prisão, pagará seis mil reis para as despesas da conservatoria, e ficará inhabil para poder uzar do officio pelo espaço de hum anno.

§ 33^o Sendo comtudo propria, e necessaria excepção da regra estabelecida sobre o ponto da torcedura da seda de pêllo, quando o dono da seda a mandar fiar; porque então se seguirá o ponto, que o mesmo dono der; pois assim lhe será preciso proporcionar a seda a obra que pertende fazer.

Titulo 3.^o

Da corporação da fabrica, e respectivos privilegios

§ 1^o Esta fabrica formará huma corporação composta de todos os negociantes, que mandão fabricar por sua conta; dos que fabricão per si, ou sejam mestres, officiaez, ou

aprendizes dos tintureiros, e dos torcedores. Todas estas pessoas serão matriculadas em hum livro a isso destinado, que se goardará em o poder do escrivão da conservatoria: e ninguem se poderá julgar da corporação, e gozar dos seus privilegios, não sendo matriculado. Desta corporação he a cabeça o conservador, e officiaes zeladores economicos, os procuradores, e inspectores, obrigados pelos seus cargos, alem das proprias incumbencias, a fiscalizar tudo o que for a binificio do estabelecimento, conservação, e perfeição da fabrica e observancia destes estatutos.

§ 2^o Chamar-se-ha esta fabrica: "Real Fabrica de Seda de Bragança", denominação derivada da proteção, que sua magestade he servida conseder-lhe, a immitação do que se uza em outros reynos em cazo semilhante.

§ 3^o Os procuradores, e inspectores devem ser eleitos a votos da corporação, na forma do alvará da criação da conservatoria, no principio de cada anno perante o conservador, que convocará por editaes a corporação, com a declaração do dia em que se deve celebrar a eleição.

O conservador com o escrivão tomará os votos, entrando cada votante de per si a dar o seu: ficando legalmente eleita a pessoa, que tiver maior numero de votos; e em igualdade decidirá o conservador.

§ 4^o Logo que a eleição for feita, o conservador participará a alfandega quaes forão os procuradores que sahirão eleitos; por que como pelas atestaçoens destes se hão-de fazer os despachos na alfandega; ali se deve fazer constante por modo authenticico os nomes dos mesmos procuradores.

§ 5^o Como a materia da torcedura da seda he diversa da manufactura do tecido; he congruente, que na torcedura haja inspecção separada; e por essa razão se elegerá tambem hum inspector unicamente para vigiar sobre os tornos; ao fim de fazer observar o que fica nestes estatutos determinado sobre os mesmos, no titulo segundo.

§ 6^o Os requisitos, que se devem encontrar nas pessoas, que hão-de ser eleitas, são os seguintes: saber ler, e escrever; ser, ou ter sido professor da arte de tecer, ou torcer, ser da corporação; ser homem de probidade, e honra, sciencia, e conhecido zelo para o aumento da fabrica.

§ 7^o Todos os membros matriculados da corporação gozarão dos privilegios seguintes.

§ 8^o Nas causas civeis, e crimes tocantes a fabrica, e suas proprias dependencias, terão por juiz privativo o conservador, ou seião autores, ou reos.

§ 9^o Nas causas porem civeis, e crimes, que não forem pertencentes a fabrica, e suas dependencias, gozarão do mesmo privilegio, mas com a declaração seguinte: que sendo autores ficará na sua eleição ententar as causas perante o conservador, ou seguir o foro dos reos demandados. E sendo reos poderão declinar para o juizo do domicilio, ou foro que pela cauza compita, sendo demandados perante o conservador; ou declinar para este sendo demandados perante outro qualquer juiz.

§ 10^o Exceptuão-se as cauzas de contrabando, que estas pela sua enormidade fazem cessar todo o privilegio: e somente naquelles contrabandos, que o conservador autuar se fará o processo por elle ate os termos de dever ser remettido.

§ 11^o Gozarão de apozentadoria activa, e passiva para a caza aonde morarem, ou aonde estiver, ou se quizer pôr têar ainda que seja hum unico. O mesmo para a caza do tôrno, ou tinturaria.

§ 12^o Não poderão ser obrigados, contra a propria vontade, a serem alistados para os terços de auxiliares, ou tropa paga.

§ 13^o Quando houver conflicto sobre apozentadorias privilegiadas; prevalescerá o privilegio do fabricante na apozentadoria passiva, a qualquer outro, por maior que seja.

§ 14^o Não poderão os fabricantes serem obrigados a goardar cadeias, fazer rondas, e acompanhar prezos, ou a outras deligencias de justiça, ou milicia.

§ 15^o Gozarão igualmente de todos os mais privilegios concedidos ás fabricas, e fabricantes deste Reyno por leys, e provisoens, de que fizerem certa a existencia; os quaes privilegios, nesta intelligencia, se hão aqui como expressos, e incorporados nestes estatutos.

§ 16^o O conhecimento das cauzas das apozentadorias he privativo ao conservador, na intelligencia seguinte. Os da corporação, que tem o privilegio da apozentadoria activa, na forma destes estatutos, a requererão ao conservador; o qual a mandará pôr, como for justiça, e direito, e dando dos seus despachos appellação, ou agravo. Porem qualquer dos ditos privilegiados poderá tambem requerer a mesma apozentadoria aos magistrados locaes, que terão obrigação de lha mandar executar, em cumprimento da legislação destes estatutos; no que fica sendo cumulativa a juresdicção dos mesmos magistrados com a do conservador. Mas no que toca a apozentadoria passiva dos ditos privilegiados, nunca sobre ella se poderão intermetter outros magistrados, ficando com total, e privativa reserva ao conservador o seu conhecimento para sómente elle poder julgar se devem, ou não despijar as cazas em que assistem; dando igualmente dos seus despachos appellação, ou agravo.

§ 17^o Para estes privilegios terem a sua divida, e incontrovertida observancia, he sua magestade servida faze-los compativeis com as doações da serenissima Caça de Bragança, que de algum modo se lhes oppõem. Fazendo-os communicar a Junta do Estado da mesma Caça para por ella: se passarem as ordens necessarias, assim como se praticou com o alvará da conservatoria.

Dos aprendizes

§ 18^o Nenhum mestre poderá tomar aprendiz, sem ajuste por escripto o qual se fará por hum termo escripto em hum livro a isso destinado: e quando se faça por escripto particular, este se lançará no livro. Esta obrigação se fará com assistencia dos pays, ou mays, ou tutores, ou administradores dos aprendizes.

§ 19º Nenhum mestre poderá ter ao mesmo tempo mais de hum aprendiz, por ter mostrado a experiencia o abuzo que do contrario se fâz.

§ 20º Os aprendizes darão cinco annos de apprendissage. Findo este tempo, querendo trabalhar como mestres, ou officiaes, serão examinados; para o que farão petição ao conservador, pedindo-lhe que os mande examinar, e passar carta. O conservador commetterá o exame aos procuradores, e com certidão da approvação lhes mandará passar carta, concebida em breves palavras, que contenhão hum publico testemunho, de que os supplicantes se achão examinados, e approvados para exercitarem a arte, em que forão examinados.

§ 21º Como os talentos, e capacidade podem em muitos sujeitos supprir o que sómente em outros obra o tempo: havendo algum aprendiz que se supponha capâz de trabalhar como official, antes dos cinco annos completos da apprendissage, este poderá requerer ao conservador carta, e que o mande examinar. O conservador lhe deferirá mandando-o examinar pelos procuradores; a que fará juntar mais dois fabricantes; e convindo todos, que o supplicante he capâz de exercitar a arte com a perfeição devida lhe mandará passar a carta na forma do estillo: com tanto porem, que nunca se poderá dar semelhante licença a quem não tiver tres annos de aprendiz.

§ 22º Toda a pessoa que sem carta de exame trabalhar como official, será prezo por tempo de hum mez; e da cadeia pagará seis mil reis para as despezas da conservatoria: e na mesma pena incorrerá quem o empregar em trabalhar em obra sua.

§ 23º Todo o mestre que receber aprendiz sem ajuste incorrerá nas mesmas penas do § antecedente.

§ 24º Todo o mestre, ou fabricante que desinquietar aprendiz, ou official alheio terá hum mez de prizão. E a mesma pena terá aceitando-o em sua caza, sem testemunho do mestre, ou fabricante, donde sahir o aprendiz, ou official, que certifique, que legitimamente foi despedido, ou elle sahio.

§ 25º Incorrerá em iguaes penas, o aprendiz, ou official, que sem cauza justa deixar o mestre, ou fabricante durante o tempo do seu ajuste, ou convenção: bem entendido, que o official, nem com a alliciação de maior salario poderá deixar o fabricante; porque ainda neste cazo, huns, e outros ficarão sujeitos ás penas determinadas no § antecedente. Com declaração, que tendo o official razão do aumento do salario a poderá allegar ao conservador, que sobre ella determinará o que fôr mais justo, attentas as circumstancias que occurerem.

§ 26º Nunca comtudo poderá despedir-se o official sem que pague o que dever ao dono da obra, que lhe tiver adiantado dinheiro, para haver de se pagar na mesma obra que estiver fabricando; devendo nestes termos continuar a trabalhar ate o inteiro pagamento do que dever; e obrigado acabar perfectamente a obra.

Titulo 4.º

Do conservador, e das suas obrigações

§ 1º O conservador he o cabeça, e superintendente do governo, e administração da fabrica, que com aquella jurisdicção que lhe foi dada no alvará da sua criação a deve fazer adiantar e aperfeiçoar.

§ 2º Conhecerá de todas as causas civeis, e crimes dos membros da corporação na forma que fica declarado no titulo 3.º

§ 3º O conservador procederá nestes cazos conforme as leys ordinaria, ou summariamente segundo a qualidade do negocio; recebendo denuncias, e querellas, e tirando devassas: abstando-se porem de processos longos; decedindo as materias verbalmente com audiencia das partes, e fazer executar de plano o que julgar. Dando appellação, e agravo para a Rellação do Porto, excedendo a sua alçada, que he a propria do lugar de provedor da comarca, a que se unio a conservatoria.

§ 4º Todas as causas, que penderem em outros juizos, ou perante quaesquer magistrados, ou seião da coroa, ou de donatarios, e que forem do conhecimento do conservador, conforme estes estatutos, as poderá o conservador avocar por precatórios, que os ditos magistrados, e juizes terão obrigação de cumprir.

§ 5º Da mesma forma poderá occupar quaesquer juizes, e magistrados em deligencias respectivas á conservatoria, e fabrica, e serão os ditos magistrados, e juizes obrigados a cumprir os officios, que o conservador lhes dirigir relativamente a estas materias; assim como pelo alvará de 11 de Agosto de 1759, serão obrigados a executar as ordens do superintendente dos lanifícios da Covelhã.

§ 6º Terá o conservador juresdicção nos objectos da conservatoria em toda a provincia de Tras-os-Montes porque assim he necessario para se executar todo o plano do aumento, e perpetuidade da fabrica; porquanto ella, e as suas dependencias, se pode dizer comprehendem toda a provincia; achando-se a mesma estabalecida não so na cidade de Bragança, mas em Chacim, Freixo de Espadacinta, Vinhaes, Rebordello, Murça, e Loboção: e em toda a mesma provincia se trata da criação do bicho da seda; se fia esta, e se vende nas cazas particulares, e em mercados, e feiras geraes. O que tudo he objecto de providencias do consevador.

§ 7º O conservador poderá delegar a sua juresdicção em particular, ou em geral, em qualquer ministro que lhe parecer, na forma que o podem fazer os superintendentes das alfandegas.

§ 8º Como o conservador tem obrigação rigorosa de evitar os contrabandos procederá neste negocio com toda a exacção; tomando denuncias; dando buscas em cazas suspeitas; cargas de almocreves, ou passageiros etc. E os processos que formar das tomadias, serão remettidos ao superintendente geral das alfandegas do norte; com prizão dos reos, ou sem ella conforme fôr direito.

§ 9º O conservador providenciará a plantação das amoreiras; e neste particular o devem coadjuvar todos os magistrados , fazendo plantar pelos baldios esta util arbor. Igualmente se deve esmerar na perfeita fiação da seda, instando a execução do que neste particular fica determinado no titulo 2º. Será obrigado ir as feiras onde se vende a seda em rama para examinar se se executão as providencias dadas sobre a fiação, e proceder contra os culpados.

§ 10º Deve o conservador promover a multiplicação do genero de tecidos, alem dos que se costumão vulgarmente tecer para que se fabriquem outros que parecerem poderão ter consummo, e se poder assim adiantar a manufactura.

§ 11º Para o conservador proceder com maior acerto nas materias consenrentes ao governo, e administração da fabrica; deve nos cazos occurrentes formar juntas compostas dos inspectores, procuradores, e mais fabricantes; que o conservador quizer fazer convocar, e das deliberaçoens desta junta se tomarão assentos, para haver de se conservar a memoria do determinado, e se executar.

§ 12º O conservador vencerá oitenta mil reis de ordenado, pago, na forma do alvará, pelos donos dos teâres, e tórns de toda a provincia, com rateação a cada hum : alem dos salarios judiciais, que vencerá na forma do regimento do seu lugar.

§ 13º O escrivão da conservatoria terá vinte mil reis de ordenado, pagos na maneira sobredita: alem dos salarios do seu regimento em escripta, e diligencias.

§ 14º O escrivão da conservatoria será o mesmo da provedoria; e somente no seu impedimento poderá o conservador nomear a pessoa que lhe parecer habil.

Bragança 13 de Novembro de 1785

O provedor da comarca de Miranda, conservador da fabrica de seda de Bragança
Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio

Cópia do Alvará

Sua Rainha Tive saber aos q' este Alvará visava, q' por parte de Sr. Antonio Lopez Fernandes Negociante da Cidade de Bragança me foi representado, q' elle havia creydo a ex pensar propriar namemta Cidade comto certo tesoro q' habalhava o actual moute em diversaa manufacturas de Seda: passando tambem a formar húa Intendencia em q' se ministrava os excellentes cores, e fazendo empregar nesta laboração humo consideravel num ero de pessoas, q' subsistiam comoda mente do socorro de seus braços sem se fazerem onerosas ao Estado. Pedindo me q' em beneficio da permanencia duracao daquelle Cerra de industria, e qual tendo florido num tempo pretérito declinava para a sua ultima Ruina, Houvesse eu por bem orde mar a este negocio por meio, daquadaa providencias. Em ando eu ouvir sobre talis requerimento a Junta da Administração das Fabricas do Reyno, e obras de Aguaa Livres, Tive servida conformar me com o seu parecer para effeito de estabelecer, como por este meu Alvará se estabelece, sob o mesmo idêntico objecto as Providencias seguintes. E primeira q' o Procurador actual, em q' ao diante for da Comarca de Merindo seja o Conservador de todas as Fabricas de Seda q' a actualmente existem, ou se houverem de surgir para o futuro na Cidade de Bragança, e seu districto, auxiliando a sua util subsistencia, e prevenindo a vada da entrada dos Contrabandos, q' servem de ruina total aos estabelecimentos nacionaes: Segundo, q' o mesmo Conservador seja Tive privativa em todas as cauzas relativas às manufacturas de Seda em q' os Artifices forem Autores, ou Partes, fazendo observar q' se acham determinados pelo Estatuto da Minha Real Fabrica das Sedas. Terceira, q' o referido Conservador haja de promover a cultura das Amorarias, e criação dos bichos da Seda na Comarca da de dar Ley, e Alvaras, q' tanto recommenda; e fará entre si um eleger a voto dos Meestros Fabricantes ou Inspectores, e Promotores q' parecerem necessarios para adharitar em aprestos do tido, e a cautelarem as fraudes, e o do foyto, q' se elles se querarem introduzir, restando se sobre este assumpto, pela pratica comtente das Corporações, do Largo, e Lixo estabelecidas nesta Corte, e no caso de previr de novas instruções recomera a Junta da Administração das Fabricas do Reyno, e obras de Aguaa Livres. Que o Sobredito Conservador alem dos emblemas, e signaturas, q' lhe competem pela graduacao do seu lugar perubera mais querenta mil reis de ordenado em cada anno, yateado pelo Meestros Fabricantes a proprio dos

II

ALVARÁ PORQUE VOSSA Magestade há por bem estabelecer diversas providencias proprias, e adequadas para a permanente duração das fabricas de seda, e tinturaria de João Antonio Lopez Fernandez, e de todas as que estão estabelecidas, e se houverem de estabelecer na cidade de Bragança, e seu districto [1783]

Eu a rainha faço saber aos que este alvará virem, que por parte de João Antonio Lopez Fernandez, negociante da cidade de Bragança me foi representado, que elle havia erigido a expensas proprias na mesma cidade cento e oito teares que trabalhavão actualmente em diversas manufacturas de seda: passando tambem a formar huma tinturaria em que se ministravão excellentes cores, e fazendo empregar nesta laboração hum consideravel numero de pessoas, que subsistem comodamente do socorro dos seus braços sem se fazerem onerozas ao Estado. Pedindo-me que em beneficio da permanente duração daquelle ramo de industria, o qual tendo florecido nos tempos preteritos declinava para a sua ultima ruina, houvesse eu por bem ordenar a este respeito proprias, e adequadas providencias. E mand[ando] eu ouvir sobre o dito requerimento a Junta da Administração das Fabricas do Reyno, e Obras de Agoas Livres, fui servida conformar-me com o seu parecer para effeito de estabelecer, como por este meu alvará estabeleço sobre o mesmo identico objecto as providencias seguintes. Primeira que o provedor actual, ou que ao diante for da commarca de Miranda seja o conservador de todas as fabricas de seda que actualmente existem, ou se houverem de erigir para o futuro na cidade de Bragança, e seu districto, auxiliando a sua util subsistencia, e prevenindo a vedada introduccão dos contrabandos, que servem de ruina total aos estabelecimentos nacionaes. Segunda, que o mesmo conservador seja juiz privativo em todas as cauzas relativas às manufacturas de seda em que os artifices forem autores, ou reos, fazendo observar o que se acha determinado pelos estatutos da minha Real Fabrica das Sedas. Terceira, que o referido conservador haja de promover a cultura das amoreiras, e criação dos bichos da seda na conformidade das leys, e alvaraz, que tanto a recommendão; e fará outrosim eleger a votos dos mestres fabricantes os inspectores, e procuradores que parecerem necessarios para adiantarem a perfeição dos tecidos, e acautelarem as fraudes, e os defeitos, que nelles se quizerem introduzir, regulando-se sobre este assumpto, pela pratica constante das corporaçoes do largo, e lizo estabelecidas nesta corte, e no cazo de precisar de novas instrucçoes recorrerá a Junta da Administração das Fabricas do Reino, e Obras de Agoas Livres. Que o sobredito conservador alem dos emolumentos, e assignaturas, que lhes competem pela graduacão do seu lugar perceberá mais quarenta mil reis de ordenado em cada anno, rateados pelos mestres fabricantes a proporção dos teares com que laborarem sem que porem, aos inspectores e procuradores se arbitre estipendio algum, pois trabalham em beneficio commum, e hão-de ser substituidos por outros no fim de cada hum anno. Quinta que as appellaçoens, e aggravos, que se expedirem de mencionado conservador hajão de remetter-se a Rellação do Porto, e que o dito ministro não deva ommittir todas e quaesquer deligencias, que forem tendentes a solida perpetuidade destas fabricas. Pelo que mando a Junta da Administração das Fabricas do Reino, e Obras de Agoas Livres, e a

todos os ministros de justiça, e fazenda a que o conhecimento deste pertencer, o cumprão, e guardem, e o fação cumprir, e goardar tam inteiramente como nelle se contem, que valerá como carta que não passará pela chancellaria posto que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da ordenação, que o contrario dispoem. Lisboa, treze de Outubro de mil setecentos oitenta e tres – rainha – O balio Duarte de Souza Coutinho, presidente – Alvará porque vossa magestade há por bem estabelecer diversas providencias proprias, e adequadas para a permanente duração das fabricas de seda, e tinturaria de João Antonio Lopez Fernandez, e de todas as que estão estabelecidas, e se houverem de estabelecer na cidade de Bragança, e seu districto. – Para vossa magestade ver – Passada por resolução de sua magestade de doze de Agosto de mil setecentos oitenta e tres, tomada em consulta da Junta da Administração das Fabricas do Reino e Obras de Agoas Livres, de dois de Abril do mesmo anno – Vicente Luiz Nobre escrivão da fazenda da sobredita Junta o fes escrever Joze Pedro Alvarez de Moura o fez, registado a f. 8 v^o, do l. 3^o, do registo na secretaria da Junta da Administração das Fabricas do Reino, e Obras de Agoas Livres. Lisboa, oito de Novembro de mil setecentos oitenta e tres – João Theodoro Delgado.

III

ESTATUTOS PARA AS ESCOLAS DE FIAÇÃO DE SEDA, E FILATORIO NAS DUAS PROVINCIAS DA BEIRA E TRAS-OS-MONTES (1788)

Dona Maria por graça de Deos rainha de Portugal e dos Algarves d' aquem e d' além mar, em Africa senhora de Guiné &c. Faço saber a vós Miguel Pereira de Barros, ouvidor da comarca de Bragança, que havendo eu approved,e confirmado os vinte e dous capitulos, que por copia serão com esta assignados pelo meu deputado secretario deste meu Tribunal para por elles se regerem as escolas de fiação, e filatorio que tenho mandado estabelecer nas provincias da Beira, e Tras-os-Montes : hei por bem de vos encarregar da sua inteira, e devida execução, conferindo-vos a necessaria authoridade de podereis delegar a jurisdicção, que para este fim vos concedo, naquelles ministros que vos parecerem mais habeis, os quaes executarão tudo o que lhe determinardes, e que for concernente a esta commissão: ordenando-vos outro sim, que me deis conta pela minha Real Junta de Commercio, tanto do estado actual em que se acha este estabelecimento, como das ordens, e providencias que houverdes dado a semelhante respeito, informando-me da quantidade de seda, que se recolhe nessas provincias, do augmento que pôde ter, e qual he o plano do edificio que se destina para as sobreditas fiação, e filatorio; propondo-me igualmente os meios que julgardes proprios para promover o augmento deste importante objecto. A rainha nossa senhora o mandou por seu especial mandado, pelos ministros abaixo assignados deputados da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação destes reinos e seus dominios. José Caetano de Figueiredo a fez em Lisboa aos 22 de Outubro de 1788. Antonio Gomes de Carvalho a fez escrever. - Antonio Gomes de Carvalho. - Jacome Ratton.

Estatutos para as escolas de fiação de seda, e filatorio

Capitulo I

He sua magestade servida conceder a José Maria Arnaud, e seus dois filhos Caetano e Fellipe o usufructo do filatorio que manda estabelecer na provincia de Tras-os-Montes, e da casa que se deve construir para o mesmo filatorio, ficando a propriedade de tudo pertencendo á real fazenda: e concede além disto a José Maria Arnaud trezentos mil réis para elle e sua mulher, e a cada hum dos sobreditos dois filhos duzentos mil réis, em quanto todos tiverem o seu estabelecimento na dita provincia, e praticarem o uso, e ensino do dito filatorio, como tambem o da fiação na forma abaixo declarada. Igualmente concede a todos tres a propriedade de hum terreno baldio, que o ouvidor da comarca de Bragança Miguel Pereira de Barros, a quem sua magestade encarrega a intendencia desta manufactura, lhes adjudicará no sitio da Ribeira de Terva, e de que gosarão enquanto residirem na dita provincia.

Capitulo II

O dito Arnaud e filhos ajustarão com os proprietarios da seda, que a quizerem torcida no filatorio ao modo piemontez, o preço que lhes levarão por este trabalho, que

sempre se fará á convenção das partes, sem que sejam collectada sem decima, siza, ou outro tributo real, ou pessoal: terão porem os ditos Arnaud pai e filhos obrigação de ensinar com toda a lisura, e sinceridade quanto he preciso e necessario para a perfeição do pello e trama de todas as qualidades, como de tudo o mais que pertencer á sua arte, e uso do dito filatorio, não admittindo outros discipulos, e torcedores que não sejam da provincia de Tras-os-Montes, ou naturaes deste reino.

Capitulo III

He a mesma senhora servida prohibir, que na provincia de Tras-os-Montes, ou Beira possa ter exercicio por tempo de cinco annos outra semelhante maquina de filatorio, sem que primeiro seja examinada, e approvada pelo dito Arnaud, ou filhos, e reprovando-a elles, ficará sempre ao arbitrio e decisão do intendente, depois das averiguações que necessarias julgar, da razão ou sem razão com que a reprovarão, para em consequencia permittir, ou negar o uso, e laboração do mencionado filatorio.

Capitulo IV

Não poderão os ditos Arnaud, e filhos a titulo de sedas fabricadas no dito filatorio, introduzir por modo algum outras do Piemonte, Italia, ou de outra qualquer parte, que não sejam do Reino de Portugal.

Capitulo V

He sua magestade servida ordenar, que na provincia de Tras-os-Montes, e Beira, naquelles lugares em que houver maior producção de seda, e em que se acharem as precisas commodidades se estabeleção escolas de fiação em maquinas piemontezas, e methodo tambem piemontez para se corrigirem os erros, e estragos praticados até agora na dita provincia, e logo que as escolas do novo methodo se acharem estabelecidas em cada hum dos referidos lugares ficará nelle prohibido o uso das maquinas antigas.

Capitulo VI

O intendente encarregado do dito estabelecimento escolherá os lugares, que lhe parecerem mais proporcionados, não perdendo de vista a commodidade das lenhas, e agoas proprias, devendo ser estas correntes, e não de poço, que são cruas, e menos dissolventes das gomas.

Capitulo VII

Todas as escolas serão regidas por huma mestra cuja habilidade ha-de ser approvada pelos directores, e sua probidade pelo escrupuloso exame do intendente,

que procurará que sempre seja huma mulher geralmente bem reputada no povo onde houver de exercer esta occupação, para que não haja duvida em se lhe confiarem as disciplinas [discipulas]: esta mestra deve ter ordenado diario em quanto tiverem exercicio as escolas, o qual ha-de ser o dobro do que vencerem as discipulas.

Capitulo VIII

A mesma mestra deve fazer a escola das discipulas que se lhe offerecerem, sem que outra pessoa, excepto o intendente, se intrometta nesta escola, e deve ter todo o cuidado e disvello no recato e honestidade dellas, não consentindo, que se demore na escola por ociosidade pessoa alguma, que possa distrair as discipulas da grande attenção, que devem ter sobre os cazulos, frouxidão da baba, limpeza, e igualdade do fio, e no cruzamento que devem fazer, antes de girar a roda, e em tudo o mais que ensinarem o[s] directores.

Capitulo IX

Ha-de ter a mestra em muitos papelinhos escripto os nomes das discipulas, para nos massos, ou nas meadas de seda que diariamente fiar cada huma, ella ponha hum dos papelinhos com o nome da respectiva fiadeira, porque por este meio se pode vir no conhecimento qual das discipulas commetteo algum erro para lhe ser estranhado, e para se dar louvor, e premio às que o não o commetterão.

Capitulo X

A mestra he a que deve reprehender as discipulas, na forma abaixo declarada, e nenhuma outra pessoa o poderá fazer, ella deve arbitrar a proporção da culpa, e que alguma cometter, castiga-la com a diminuição do jornal, e fazer accrescer às benemeritas o que desfalcar às culpadas; para que assim tenha a mestra toda a authoridade sem que as discipulas dependão de outra qualquer pessoa, e constitua entre ellas a necessaria emulação. Porém se alguma discipula se fizer incorregivel, excedendo tres commissos na mesma especie de erro, a mesma a lançará fóra da escola, dando-se de tudo parte ao intendente para occorrer com providencia opportuna nos casos de animosidade, ou de injustiça.

Capitulo XI

Deve principiar nos mezes da fição o trabalho das escolas indefectivelmente ao nascer do sol, e antes disso devem as fiadeiras estar nas escolas, tendo cada huma a sua fornalha acesa: devem ter huma hora para jantar, e acabarão o trabalho meia hora depois do sol posto. Os proprietarios da seda lhes devem pagar por jornal, e não por arrates como se costumava, porque por jornal cuidam na perfeição da obra, e por arrates só cuidam em fazer maior quantidade.

Capitulo XII

A economia e policia das escolas deve correr por conta das mestras as quaes se hão-de esmerar em ter cada huma a sua escola com o possivel aceio, e na melhor ordem que possa ser, tendo principalmente cuidado em revezar a agoa das caldeiras ao menos tres vezes no dia, para que a seda seja limpa, e menos gomosa, e em acautelar o desperdicio da lenha, executando o mais que lhe ensinar o director. De toda a desordem acontecida nas escolas por ommissão, negligencia, ou descuido das mestras, serão responsaveis as mesmas mestras, e o intendente procederá contra ellas até as lançar fóra se assim o merecerem.

Capitulo XIII

Aos proprietarios que quizerem mandar fiar nas escolas ficará só a liberdade de pedirem á mestra que lha mande fiar desde a conta de tres cazulos a oito, pois toda a mais direcção deve correr por arbitrio da mestra, regulado segundo as ordens que tiver recebido do seu director, o qual segundo a qualidade dos cazulos regulará a graduação da fiadura, devendo os proprietarios sujeitar-se á determinação delle.

Capitulo XIV

No caso que algum proprietario tenha razão para se queixar da mestra, ou do director sobre o estrago da seda em a separação, e applicação dos cazulos o poderá fazer perante o intendente, que a este respeito administrará justiça summaria e verbalmente pela verdade sabida.

Capitulo XV

Serão directores das escolas José Maria Arnaud, e seus filhos Caetano Arnaud, e Fellipe Arnaud, tendo a indispensavel obrigação de andar girando por ellas os mezes de fiação, gastando em cada huma o tempo que lhe parecer necessario, e dando conta individual ao intendente do adiantamento, e de tudo o que for preciso para a sua maior perfeição : por este trabalho vencerão cada hum diariamente mil réis, só no tempo em que as escolas tiverem exercicio, e em quanto se occuparem no ensino das escolas.

Capitulo XVI

As mesmas mestras receberão dos directores todas as instrucções necessarias para a perfeição, e bom methodo da fiação, as quaes lhes farão entender clara e distinctamente, entregando-lhas por escripto na lingua portugueza, não deixando porem de executar as declaradas neste regulamento.

Capítulo XVII

As mesmas mestras, nas visitas que o director deve fazer ás escolas, lhe mostrarão toda a seda que se tiver fiado para este averiguar se se tem, ou não cometido algum erro, e havendo-o se dar parte ao intendente para este dar as providencias que lhe parecerem mais opportunas, para que se evitem inconvenientes de que resulta prejuizo aos proprietarios da seda, e por consequencia descredito ás escolas.

Capítulo XVIII

Devem os directores tratar com toda a civilidade as mestras dando-lhe a reprehensão que merecerem pelo modo mais suave que possa ser, sem usarem de palavras descomedidas, ou de alguma violencia. Achando-se porem que ellas prevaricão no seu officio, e que são indulgentes, com as discipulas negligentes, ou indignas devem participar isto ao ministro intendente, para que este averiguada a verdade dê a necessaria providencia, até as lançar fóra sendo preciso.

Capítulo XIX

Antes que se dê principio ao exercicio das escolas devem ellas ser visitadas pelos directores, os quaes nas visitas examinarão se as fornalhas, caldeiras, e maquinas estão na disposição em que devem estar, e se a casa está provida dos trastes necessarios para a manufactura da fição, e achando tudo prompto, e em boa ordem devem dizer á mestra que pode principiar, e não o achando assim o devem participar ao intendente para este dar as providencias necessarias.

Capítulo XX

Como os proprietarios da seda hão-de mandar ás escolas os seus casulos para nelles se fiarem, e na mesma escola ha-de haver casa em que se recolhão, e sirva para a separação, que deve fazer a mestra e director, he preciso haver hum homem fiel, e intelligente de quem os proprietarios se possam confiar, o qual deve ter hum livro rubricado pelo intendente para nelle fazer o assento da quantidade dos casulos, que receber de cada proprietario, declarando quantas arrobas, ou arrates pertencem á primeira, segunda, e terceira qualidade, e outro assento de quanto produzirão em seda fiada os ditos casulos com distincção das qualidades para dar conta aos proprietarios : deve ter outro livro para os assentos dos journaes, que vencerem as fiadeiras, com declaração de quanto vencem a respeito deste, ou daquelle proprietario para se regular a despeza respectiva a cada hum. Este homem vencerá o ordenado que lhe arbitrar o intendente, que se regulará segundo o costume da terra.

Capitulo XXI

Na villa de Chacim se ha-de estabelecer a primeira escola accrescentando-se a casa que já se edificou para o mesmo ministerio, e o numero de caldeiras, que julgar necessario o intendente. Esta escola ha-de ser a matriz, e modelo das mais, e nella se hão-de educar as mestras para as outras escolas; por isso os directores devem alli fazer a sua residencia, e empregar todo o seu cuidado, e disvelo como delles se confia, muito principalmente nos primeiros annos; na mesma se ha-de praticar aquelle regimen, que fica estabelecido para as mais.

Capitulo XXII

O intendente encarregado deste estabelecimento nos casos occorrentes, que não vão providenciados, e necessitarem de providencia dará toda a que for precisa, e nos casos de maior entidade, como de tudo o mais concernente ao mesmo estabelecimento, e seus progressos dará conta pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino para ser presente a sua magestade, e determinar o que for servida. Palacio de Lisboa em 30 de Julho de 1788. - visconde de Villa Nova da Cerveira. - Theotonio Gomes de Carvalho.

A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA E A IMPRENSA REGIONAL NO LIMIAR DO SÉC. XX

Maria da Graça Lopes Fernandes Martins
Mestre em História Contemporânea - ISLA-Bragança

ABSTRACT

The purpose of this work is to present a study, having as a thematic basis emigration in the region of Bragança and using as an historical source the Local Press of the first two decades of the twentieth century.

In this study, we may distinguish the theoretical considerations regarding methodological stances, options, difficulties and criteria, concerning the analysis of the content of the articles and of the problems that might result from it, namely in the time setting and in the validation of the objectivity criteria, by those who, at the time, wrote the articles and by those who, many years later, read and interpret those articles. The elaboration of a set of formal and content analysis items is the support of all the analytical and comparative vision of the subject.

We may also stress the role of the Local Press as an important resource supporting the pursuit of an historical investigation, mainly on Local History; the number of newspapers published in this Region; the complex task, arduous yet passionate, of reading hundreds of articles (in which quality is not always in equal proportion to quantity) about the issue with which the region most identifies itself; the straightforwardness of the analysis, critics and suggestions; the effort and determination of the warnings and appeals for a real "anti-migratory crusade"; the valuation of the potentialities of the human resources in this region.

1 – INTRODUÇÃO

1.1 Objecto e âmbito do trabalho

Propomo-nos, com este artigo, analisar algumas das facetas do fenómeno emigratório do Distrito de Bragança no limiar do Séc. XX, no período compreendido entre 1900-1920, focalizando, primordialmente, questões relacionadas com a Imprensa Regional.

O interesse manifestado pela pesquisa nas publicações periódicas de notícias alusivas à emigração deste Distrito advém do facto de conterem informação valiosa sobre esta temática regional e também porque a Imprensa revela-se hoje como uma área de trabalho muito promissora que encerra, sem dúvida, revelações e contribui para

que cada vez mais se dignifique e deixe de ser considerada como uma espécie de parente pobre e efêmero, assumindo o papel de verdadeira fonte histórica, a submeter aos critérios e validação do método da História. Este pensamento é partilhado por Daniel Pires, que afirma, a propósito das publicações periódicas:

(...) São uma fonte inesgotável de informação acerca de uma determinada época: veiculam-nos a mundividência dos colaboradores, a linha programática dos editores, a recepção e a psicologia dos leitores, as técnicas de impressão utilizadas (...). Permitem-nos, assim, reconstituir mentalidades, o pulsar do tecido social, as modas perfilhadas, os factos que verdadeiramente fazem mover a roda da história.

A liberdade de expressão (...) o equacionar dialéctico da realidade são a seiva da sociedade, sem os quais a anemia e a aridez seriam inexoráveis. As revistas constituem, assim, um palco privilegiado de polémica, de aferição de ideias, sendo o diálogo a sua pedra-de-toque. (...)”¹

A selecção do tema prende-se ainda com o facto desta zona geográfica se identificar com a emigração, pela qual foi bastante fustigada ao longo de várias décadas.

Entendemos que nunca serão demais os estudos que contribuam para revelar novas informações regionais, valorizando o conhecimento de uma zona geográfica específica, do seu agrupamento populacional e do comportamento deste perante as estruturas e conjunturas envolventes, para uma melhor contextualização e compreensão do e no todo nacional. As cambiantes regionais afirmam identidades e criam ancoragens na memória individual e colectiva das comunidades, daí a importância de analisar fenómenos regionais, igualmente, à luz de fontes regionais. Muitas considerações se fazem, actualmente, sobre o valor e o contributo pedagógico-didáctico da história regional e local, o que revela a sua crescente influência na formação da cidadania e em vários estudos académicos, concedendo-lhe, através da investigação, importância e rigor científico. “*A História Local entende-se hoje como investigação circunscrita a um espaço geográfico segundo perspectivas científicas, nunca esquecendo um todo, através da inserção desse espaço noutra mais amplo na escala geográfica. No dizer de José Mattoso, o ponto de partida da história local e regional deve ser [o estudo da relação entre o homem e o espaço habitado que o rodeia], para de seguida se estabelecer a ligação com o espaço nacional/geral. Isto porque [o estudo de uma comunidade, de uma região vale pela possibilidade de tentar elucidar problemas de carácter global, cuja importância transcende o espaço geográfico de análise]. E ainda vale para esclarecimento do passado das comunidades e para o desenvolvimento sócio-cultural.*”²

Oliveira Marques afirma “*no campo da história regional e local quase tudo está por fazer. Não é difícil escolher uma cidade, uma vila, uma aldeia ou uma zona do País – por exemplo, aquela que conheçamos bem por nela trabalharmos ou dela sermos naturais – e estudá-la nos seus múltiplos aspectos, nas suas estruturas e nos seus eventos.*”³

Pensamos, com este estudo, levantar hipóteses de trabalho futuro sobre um período cronológico em que este tema ainda foi pouco debatido, especialmente no que concerne à abordagem do tema pela Imprensa Regional da época, mas que encerra o primeiro grande fluxo emigratório do Séc. XX, protagonizado pelo ano de 1912, e também porque integra a transição da Monarquia para a República, bem como a 1^ª Grande Guerra Mundial. Joel Serrão afirma que entre 1904 e 1914 “*situa-se a primeira grande exasperação emigratória da nossa história contemporânea, só comparável pela sua amplitude com aquela com que nos defrontamos hoje, principiada em 1957*”⁴

1.2 Fontes e Metodologia

- tratamento qualitativo do tema da emigração focalizou-se nas publicações periódicas do Concelho de Bragança entre 1900-1920.

A delimitação concelhia das publicações resulta da quantidade de títulos editados e disponíveis, bem como do facto de ser o Concelho mais relevante no Distrito em termos de publicações periódicas, para o período em causa. Os conteúdos noticiosos, relativos à emigração, são relevantes, bem como a frequência dos mesmos. Os quadros n.º 1 e 2, que se seguem, permitem-nos visualizar algumas das principais características das fontes em causa:

Em dezoito títulos, treze são semanários, existem apenas três com publicação quinzenal e dois com publicação mensal.

A panóplia de títulos é relevante, para uma zona de interior, ainda que o período de publicação de alguns deles seja muito curto. O ano de 1910, ano da Implantação da República é, como não poderia deixar de ser, o ano de maior coexistência de títulos publicados: oito.

QUADRO N.º 1 - RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DO CONCELHO DE BRAGANÇA (1900-1920) (Analisados para este estudo)

TÍTULOS	PERIODICIDADE	TENDÊNCIA POLÍTICA
JORNAIS		
"Alerta"	Semanal	Casa Vêritas - "Por Deus, pela Pátria, Família, Liberdade, Justiça, Amor e Paz"
"O Bragançano"	Quinzenal	Sem afinidades políticas - "Orgão defensor dos interesses regionais"
"O Concelho de Bragança"	Semanal	"Orgão do Partido Republicano Conservador Local"
"Districto de Bragança" (publicado em 1907)	Semanal	Independente "Político, literário e noticioso"
"Districto de Bragança" (publicado em 1911)"	Quinzenal	"Orgão da defesa dos interesses do Distrito de Bragança"
"Gazeta de Bragança"	Semanal	Partido regenerador "Folha regeneradora, político, literário e noticioso"
"Jornal de Bragança"	Semanal	Independente
"Legionário Trasmontano"	Mensal	Católico
"O Leste Trasmontano"	Quinzenal	Sem afinidades políticas."Orgão regionalista, literário, humorístico e noticioso"
"O Montanhês do Norte"	Semanal	Independente "Político, literário e noticioso"
"O Nordeste"	Semanal	Orgão do Partido Progressista do Distrito de Bragança
"Notícias de Bragança"	Semanal	1ª fase Independente, 2ª fase Orgão do partido democrático
"Notícias de Nordeste"	Semanal	Orgão do Partido Progressista.. Continuação do projecto do jornal "O Nordeste". Mais tarde
"A Pátria Nova"	Semanal	Republicano "Pela República"
"O Sorrir da Mocidade"	Semanal	Semanário Académico
"O Trasmontano"	Semanal	Orgão do Partido Evolucionista do Distrito de Bragança
REVISTAS		
"Ilustração Trasmontana"	Mensal	"Arquivo pitoresco, literário, artístico e científico das terras trasmontanas" (ilustrado)
"A Verdade"	-	-

O reduzido número de edições de alguns jornais deve-se a problemas de gestão de dinheiros, ao fim de causas políticas, ao analfabetismo que diminuía o número de leitores, ao fraco comércio local que reduzia a publicitação de produtos, à carestia das máquinas para as tipografias, ao preço do próprio jornal e, em última instância, às leis censórias.

Convém não esquecer que entre 1900-1920 foram promulgadas leis censórias: em 20/07/1907, com João Franco, e durante a 1.ª República, com o Decreto 2270, de 12/03/1916.

Dos dezoito títulos analisados, apenas treze continham referências explícitas à emigração, assinaladas com *, no quadro seguinte

QUADRO N.º 2 - QUADRO SINÓPTICO DA IMPRENSA REGIONAL DO CONCELHO DE BRAGANÇA
ENTRE 1900-1920
(PERÍODO DE PUBLICAÇÃO)

ANOS \ PUBLICAÇÕES	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	
"Alerta" *																						
"O Bragançano" *																						
"O Concelho de Bragança"																						
"Districto de Bragança" (Publicado em 1907)																						
"Districto de Bragança" (publicado em 1911) *																						
"Gazeta de Bragança" *																						
"Ilustração Trasmontana" *																						
"Jornal de Bragança" *																						
"Legionário Trasmontano" *																						
"O Leste Trasmontano" *																						
"O Montanhês do Norte" *																						
"O Nordeste" *																						
"Notícias de Bragança" *																						
"Notícias do Nordeste"																						
"Pátria Nova" *																						
"Sorrir da Mocidade"																						
"O Trasmontano" *																						
"A Verdade"																						
Total	: 18	2	2	2	2	2	2	4	5	4	8	6	4	3	3	4	3	3	-	1	1	

Este elenco de fontes permitiu estabelecer o percurso do trabalho em causa e criar pontos de referência no cenário qualitativo que o fenómeno emigratório desencadeou. A articulação destas fontes pareceu-nos crucial para estabelecer a complementaridade de raciocínios em torno da questão.

Procurámos também recensear quais os contextos propiciadores da apetência para emigrar e das razões do avolumar crescente deste fenómeno no Distrito, atendendo às duas vertentes em que se movimentou – “origem e destino” - e que a elaboração de uma grelha de análise dos jornais permitiu corporizar, proporcionando um critério uniforme, sem comprometer a diversidade dos conteúdos noticiosos.

Trabalhar periódicos é tarefa complexa mas também profundamente aliciante, pelo compartilhar de situações que a leitura dos vários artigos nos transmite, principalmente se o estudo incide sobre uma região ou um tema específico, quando a Imprensa se revela como fonte histórica e suporte de informação para o estudo da época contemporânea.

Tal como afirma Oliveira Marques a propósito das histórias regionais e locais, “(...) *a melhor fonte são os jornais e outras publicações periódicas (...)*”.⁵

De salientar, para além das querelas particulares e políticas, a vitalidade da imprensa periódica no Distrito, pela frontalidade de muitos artigos, pela acção lúcida, pela divulgação ousada de determinadas situações, pelo enquadramento de certos fenómenos regionais, pelo esforço e persistência dos alertas. Uma palavra de elogio, às iniciativas destes homens, que apesar da distância dos grandes centros de decisão, procuraram dignificar o Distrito de Bragança, valorizando as potencialidades da Região e as capacidades dos seus habitantes. Por eles passou o ouvido e a voz do Distrito. Um voto de louvor, pela intervenção dinâmica na época em que viveram. Apetece referir o Abade de Baçal que na sua obra faz um elogio aos jornais regionais: “*Bragança foi de todas as cidades, incluindo as cabeças de distrito com excepção de Lisboa, Coimbra e Porto, a que primeiro publicou um jornal (...)* «Pharol Trasmontano» em 15/8/1845.”⁶

Encontramos um número considerável de jornais que se apresentam apartidários, defendendo acima de tudo, de uma forma independente e objectiva, os interesses do Distrito de Bragança, com o intuito de darem voz aos seus anseios e problemas, fazendo chegar aos leitores, às autoridades, a urgência em dignificar uma região esquecida.

O valor da Imprensa Regional no Distrito de Bragança é também evidenciada por Maria Alcina Santos, que afirma:

“A Imprensa Periódica no distrito de Bragança durante a Primeira República é um precioso testemunho legado pela geração que nos precedeu e representa um valioso património histórico regional.

Na realidade, a implantação da República em 5 de Outubro de 1910 teve, como consequência, notáveis repercussões de ordem política, religiosa, cultural e económica em todas as províncias portuguesas, como então se dizia, mesmo nas localidades onde mais fortemente se tinha enraizado a ideologia monárquica.

Desde o 5 de Outubro de 1910 até ao fim da 1ª República, derrubada pelo golpe militar do 28 de Maio de 1926, os trasmontanos evidenciaram-se no seu meio sócio-cultural.

A partir de 1835, altura em que aparece o jornal manuscrito “Chronica de Bragança”, logo seguido da magnífica folha impressa “Pharol Trasmontano”, surge uma gama enorme de jornais periódicos, cheios de notícias vibrantes na forma, cortantes na argumentação sem todavia, deixarem de ser correctas e serenas.

Através da leitura atenta dos periódicos que então se publicavam somos levados a concluir que o jornalismo da época cumpriu, em boa parte, as finalidades política e ideológica implícitas no momento histórico que o país atravessava.

Sempre na primeira linha de defesa activa dos ideais republicanos quer fossem regeneradores ou progressistas, os jornais desta época foram sempre os arautos dos interesses regionais. Esta geração de Homens Transmontanos foi uma geração coesa, que, não obstante as suas, às vezes, profundas divergências políticas, soube ultrapassar qualquer descoordenação de esforços concorrente para uma possível desunião frustrante (...)

Os jornais eram verdadeiras bandeiras, desfazendo as crenças monárquico-religiosas em que o povo transmontano alicerçava o seu pensamento e o seu comportamento.

Dez anos antes da revolução portuguesa republicana, já no norte do país a agitação política se manifestava e se desenhavam os prenúncios de grandes paixões políticas(...)

Ora, sem cair num particularismo unilateral, aquilo que podemos deduzir da leitura desta imprensa local numa época racionalista e positivista é que os jornalistas desse tempo, que eram também políticos, procuram fazer saltar à vista dos seus leitores uma bem concreta e objectiva perspectiva da realidade social transmontana.

Ao monismo político que era a monarquia, sucedeu este pluralismo multifacetado das orientações ideológicas regionalistas(...)

Na realidade, no período histórico em causa, a 1ª República, dezasseis anos de vida política (1910-1926), esta região de Trás-os-Montes tomou consciência de si própria. Não há, praticamente, aspecto nenhum, que não tivesse sido tratado na imprensa da época: a família, a noção de pátria, a noção de trabalho, a guerra, a propriedade, a disciplina, a religião, a instrução, a condição da mulher na sociedade, a arte, a poesia, a tradição histórica local, a higiene, a vida quotidiana, a técnica (...)

Anúncio de uma tomada de consciência de uma mudança histórica (...) como a imprensa nesta época empenhou-se no discernimento ideológico, na luta contra o imobilismo cultural e a senilidade das crenças.⁷⁷

Independentemente das situações práticas com que nos deparamos para, através destas fontes impressas, procurarmos reconstituir uma vivência regional em determinado espaço e tempo, é importante reflectir sobre uma estrutura teórica que, obviamente, serviu de apoio ao trabalho de pesquisa e elaboração de alguns textos interpretativos do fenómeno.

Pretende-se, também, partilhar algumas das fases desta caminhada, evidenciar dificuldades e apontar alguns dos critérios adoptados nesta investigação, já que reconhecer o valor da imprensa implica também questionar formas de utilização da mesma:

- Acesso e Manuseamento de Periódicos
- Abordagem do Universo do Jornal
 - Leitura / Selecção / Registo
- Tratamento da Informação Recolhida
- Opções e Critérios

1.2.1 Acesso e Manuseamento de Periódicos

Neste capítulo, as dúvidas iniciais passaram por questões base, relacionadas com os recursos disponíveis para realizar a investigação, bem como condições de acessibilidade a esta documentação: Onde? Quais? Quantos?

Contou-se, à partida, com o factor distância, dado que alguns títulos não se encontravam localizados na área geográfica que se pretendia estudar e onde a pesquisa deveria decorrer.

Após alguns contactos, orientou-se a pesquisa dos títulos para duas instituições: a Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), onde se concentrou o maior número de títulos, e o Museu do Abade Baçal (MAB), que permitiu trabalhar alguns números de três periódicos regionais: “Gazeta de Bragança”, “O Nordeste”, “Notícias de Nordeste”.

Pena é que os arquivos do distrito estejam desprovidos de jornais que contêm notícias escritas por naturais de Bragança, e que muito deveriam representar para a zona, não só como património cultural, mas também como fonte de investigação que permita divulgar os conteúdos, as análises, as críticas, as sugestões que eles contêm, fortalecendo um sentido de identificação pessoal com uma região e poder até medir e testar o alcance de afirmações e a similitude com o presente. Lamentam-se, pois, as dificuldades na pesquisa destas fontes regionais, que no entender do Daniel Pires, tem também uma vertente de arquivo: *“A imprensa periódica (...) encerra colaboração de vulto, muitas vezes inerte, passiva, sepultada nos confins das bibliotecas, que urge exumar (...) as revistas são um precioso repositório da cultura portuguesa. Nelas são publicados inéditos – cartas, ensaios, poemas, fotografias, documentos aparentemente irrelevantes – que confirmam, desmentem ou clarificam linhas de força (...). Constituem um acervo insubstituível da nossa memória (...)”*⁸

Vencida a primeira barreira, colocam-se ainda as situações de acesso reservado, colecções incompletas, determinação com rigor das datas do primeiro e último número da publicação e outras limitações, desde a reprodução de alguns documentos ao manuseamento de volumes de grandes dimensões, ao cuidado a ter com folhas de papel deterioradas pela voragem do tempo, às operações demoradas de encadernação ou restauro.

Não podemos deixar de manifestar a sensação especial de ter manuseado alguns exemplares, pertença do célebre Abade de Baçal, onde ainda, apesar do pó e da deterioração pelo tempo, nos confrontamos com vestígios e marcas da leitura pessoal. A propósito, Daniel Pires confessa: *“A pesquisa que empreendi teve momentos de aridez, de monotonia, revelou-se, por vezes, um trabalho mecânico e pouco criativo. Consultar alguns milhares de números de jornais e de revistas, (...) acaba por se tornar cansativo e exasperante. Porém, houve surpresas gratificantes nesta tarefa de arqueologia, de exumação de textos (...)”*⁹

1.2.2. Abordagem do Universo do Jornal

Constatar a necessidade de ler cerca de duas dezenas de periódicos, referentes ao concelho de Bragança, num valor aproximado de 2 150 exemplares, exige, sem dúvida, forte espírito de vontade e autodisciplina.

O primeiro contacto com a orgânica do jornal permite perceber um universo vasto que passa pela afinidade política do jornal, pelos seus principais objectivos, pelo tipo de discurso que revela nas notícias que publica, pelo anonimato ou pseudónimos dos autores.

Não devemos esquecer que a produção originária da imprensa é uma verdadeira fonte histórica, um autêntico manancial de informação da época em que se insere. *“A imprensa periódica mantém uma vinculação directa e intensa com a sociedade. É chamada a intervir, a comentar, a tomar posição sobre os assuntos ingentes que decorrem. Tal facto permite-nos, beneficiando de distanciação temporal, ponderar toda uma época (...)”*.¹⁰

No entanto, padece também de alguns “vícios”, inerentes à própria metodologia de trabalho do “jornalista”.

É preciso, pois, estar atento quando se pretende reconstituir um fenómeno, num espaço e num tempo, com base nestas fontes. O método do historiador pode confundir-se com as preocupações inerentes ao questionário do jornalista. As questões relacionadas com a hermenêutica e com a crítica interna dos documentos ganham posição de destaque, pois difícil se torna proceder à crítica de interpretação e de credibilidade destas fontes.

- a) O jornal é, simultaneamente, fonte, narrador e actor da história
- b) Os acontecimentos ou “factos históricos” enquanto objecto da notícia e da investigação podem sofrer alterações ou orientações específicas, ainda que inconscientemente, transformando-se em visões críticas e/ou alertas.
- c) Até que ponto os periódicos podem fomentar ou produzir acontecimentos?
- d) Que incidências revelam?
- e) Até que ponto eles são meio para atingir um fim?
- f) O “jornalista” tem consciência objectiva e plena dos problemas? Porque recorre a determinados mecanismos?
- g) A ligação ou afastamento perante o poder instituído escasseia ou maximiza a focalização no tema?
- h) Qual o público preferencial?
- i) As opiniões transmitidas são as dos leitores ou dos redactores?
- j) O jornal é reflexo da opinião pública ou agente formador da mesma?

Estas questões, em cascata, utilizando uma expressão de Philippe Ariès, prendem-se com as atenções a deter numa escalada que passa pela leitura morosa, selecção e registo de conteúdos de algumas notícias, já que o tema em causa nem sempre está explícito e é claro. Pode ocupar largos espaços nas páginas de rosto ou centrais dos periódicos, ou estar inserido em rubricas com outro universo temático. Exemplo: vida política portuguesa e local, cultura e instrução, economia agrícola regional.

Quantas notícias, que à partida parecem não manifestar cuidado especial, acabam por revelar o contexto ou conteúdo desejados? A quantidade nem sempre é reveladora de qualidade.

Na coordenada temporal, a objectividade é também testada quando se faz uma passagem do autor para o leitor e quando este pretende interpretar algum facto, fenómeno, ou compreender alguma dinâmica. Os riscos mantêm-se pelo fascínio, pela identidade com problemas actuais, pelo transpor de um raciocínio. Apercebemo-nos que a notícia pode não ser uma verdade absoluta, em si mesma, mas reflecte a óptica de quem a escreve e o contexto da época. Até que ponto o tempo cria o distanciamento necessário para a análise não ser premeditada ou intencional? Como minimizar os riscos na reconstituição do passado através dos escritos de outros? Como validar estes níveis de objectividade?

Muito há, pois, para explorar no campo da imprensa, enquanto fonte histórica.

1.2.3. Tratamento da Informação Recolhida

Perante os obstáculos, dificilmente transponíveis, porque muitas vezes transcendentais ao esforço do raciocínio objectivo e claro, há que estabelecer uma “filtragem” equilibrada no tratamento da informação e na análise interpretativa dos conteúdos noticiosos, pois *“os jornais são uma fonte inesgotável não só sobre emigração como sobre os mais variados assuntos da sua contemporaneidade sócio-económica e política. Mas, devem ser sujeitos a uma leitura criteriosa (...)”*.¹¹

Para este trabalho concreto e para melhor percepção da forma como a emigração é tratada nos jornais, elaborou-se uma grelha de análise (em anexo) para nortear e uniformizar algumas directrizes de pensamento e de concretização textual.

Esta grelha não é “standard”, já que é ajustável à realidade concreta de cada periódico e portanto com flexibilidade ou elasticidade suficientes para não “abafar” o espírito e dinâmica das notícias nele contidas.

As dúvidas e as limitações na transcrição textual passam também por aspectos relacionados com:

- a) Quantidade e oportunidade na inserção de citações (algumas longas, devido ao interesse particular da notícia ou para não quebrar o pensamento implícito).
- b) Complementarmente, a vontade de não adulterar o sentido do raciocínio de quem escreveu, procurar pensar como ele, para abordar o tema com mais amplitude. A necessidade de perceber as razões daquela linguagem, daquele espírito.
- c) Como é que a opinião do articulista ou o reflexo dos interesses que representa se podem interpretar?
- d) Quais as dificuldades na distinção entre quantidade e qualidade dos artigos?
- e) Qual o peso do artigo de fundo ou de notícias simples, mas frequentes? Como avaliar estas intenções? Preocupação ou desinteresse pelo tema?

Não se pretende, no entanto, com estas questões, destituir a Imprensa Regional de um lugar digno que ocupou e deve continuar a ocupar; pelo contrário, é através da clareza que poderá valorizar-se, permanecendo como meio de divulgação de fragilidades regionais, agente dinamizador de informações, esclarecimento de opinião, instrumento de crítica, apelo e alerta.

E a grande questão coloca-se: como é que a atitude da Imprensa perante a questão emigratória contribuiu para “formar opinião” e desmotivar decisões no grupo dos leitores e potenciais emigrantes?

1.2.4. Opções e critérios

Mediante este quadro, difícil se torna o trabalho de quem investiga e escreve, utilizando a Imprensa como intermediário ou mediano. A passagem por esta ponte de ligação é muitas vezes árdua. Falar de emigração é, já por si, um tema difícil e que se

Por tal, optou-se neste trabalho por ponderar situações, atrás descritas, proceder à leitura dos periódicos do Concelho de Bragança em causa (1900/1920) disponíveis ao leitor, reunindo um leque vasto de notícias, independentemente de referências directas, em título, ao fenómeno da emigração. Posteriormente, seleccionou-se, comparou-se, analisou-se e relacionou-se com base na grelha norteadora.

Para limitar o campo de acção deste trabalho, não se estendeu a pesquisa a periódicos de outros concelhos, dado que o Concelho de Bragança apresentava maior número de títulos, ainda que, muitos deles, com curto período de publicação. Também Bragança, enquanto capital de distrito, é o espaço mais significativo e nos seus periódicos encontramos referências à situação dos concelhos limítrofes.

Finalmente, procurou-se detectar os aspectos relevantes de cada periódico, estabelecer um parâmetro comparativo e identificar o grau de sintonia entre eles, para poder elaborar um perfil da emigração do Distrito de Bragança, e identificar algumas especificidades desta micro-corrente regional. A “quantidade” que as estatísticas oficiais nos adiantam só ficaria enriquecida com um raciocínio em torno da “qualidade” que o fenómeno emigratório encerra e que os jornais potenciam na vitalidade dos seus artigos.

Permita-nos Jorge Alves transpor para aqui o seu raciocínio acerca desta problemática: *“Para aprofundar este quadro, apostou-se desde início numa investigação histórica localizada, que permitisse jogar ao nível da micro-análise, mas articulando o qualitativo e o quantitativo, privilegiando, na medida do possível, o viver e o sentir dos agentes históricos, sem descurar uma visão mais alargada e colectiva, perceptível na diversidade de indicadores estatísticos de nível regional. Ao longo da análise procurou-se, pois, manter o difícil equilíbrio entre os diversos tipos de evidência histórica, com o propósito de evitar que a informação massificada (como a resultante dos registos de passaportes) sobrepujasse a que não apresenta potencialidades estatísticas, mas que não é por isso menos interessante e até surge frequentemente como mais subtil. Certos, desde o início, do carácter aproximativo de todos os resultados, tanto mais que nos debruçamos sobre um dos domínios mais fugidios ao observador no estudo da realidade social”*.¹²

GRELHA DE ANÁLISE DO FENÓMENO DA EMIGRAÇÃO NOS PERIÓDICOS REGIONALISTAS DO CONCELHO DE BRAGANÇA (1900-1920)

ASPECTOS FORMAIS (Estrutura e Organização)

- Identificação do Periódico (Título e subtítulo)
- Período cronológico abrangido (Volume de números editados)

- Periodicidade
- Formato e número de páginas
- Preço
- Nome dos proprietários, editores, redactores e directores
- Afinidade política
- Objectivos do periódico
- Indicação dos autores das notícias e pseudónimos

ASPECTOS DE CONTEÚDO

- Relação número de exemplares consultados/número de notícias e frequência das mesmas (com referências directas ao tema da emigração)
- Principais universos temáticos, secções, espaços, rubricas, títulos, anos de maior incidência; tamanho e localização dos títulos, sobre o tema, na superfície do jornal, tipo de letra e ilustração
- Quantificação do fenómeno
- Âmbito geográfico: o país, a região, o distrito, o concelho
- Características da emigração na região: distribuição dos emigrantes por sexos, idades, estados civis, profissões, destinos, níveis de instrução, clandestinidade
- Causas: factores de repulsão regional e factores de atracção dos destinos preferenciais
- Efeitos do fenómeno emigratório
- Elementos bloqueadores/soluções potenciais
- Anúncios
- Alertas à população/apelo às autoridades
- Perfil do emigrante
- Adjectivação do fenómeno e posição do periódico face ao tema (breve análise lexical e do discurso, ambiguidades)

2. O DISTRITO DE BRAGANÇA NO LIMIAR DO SÉC. XX

2.1 Caracterização Sócio-Económica

A economia distrital girava, essencialmente, em torno da terra, o património mais cobiçado, e que concentrava grande parte dos investimentos da época, fazendo aumentar o número de pequenos proprietários.

O relevo, o clima, o solo e as culturas determinavam a vivência dos habitantes, que praticamente se lhes rendiam, girando em torno de uma agricultura rotineira, pouco competitiva e pouco voltada para uma produção tendente à comercialização, onde a pequena propriedade rústica, fragmentada, e a força braçal de todo o agregado familiar eram determinantes, mas conduziam a uma produção rarefeita e irregular: "*Planaltos isolados de solo pouco fértil, sem indústria, com uma agricultura rotineira e uma*

circulação lenta, a população tinha de ser naturalmente pouco densa (...).¹³ "Terras mais altas, desdobram-se em montanhas e planaltos monstrosos, um clima rigoroso de Inverno frios e Verões quentes (...) um solo granítico e arcaico, magro e descarnado nas partes altas, de maiores aptidões agrícolas nos vales (...); a economia agrícola e pastoral equilibrando-se no conjunto, para onde concorre a grande extensão de prados naturais; um clima agrícola definido pelas culturas predominantes do centeio e da batata; uma circulação lenta e difícil; uma população pouco densa, de médios e pequenos proprietários, quase fechada às influências exteriores: tais são os aspectos gerais da região Trasmontana do norte".¹⁴

As actividades económicas nordestinas giravam ainda em torno da pequena manufactura, que facilmente se confunde com tarefas agrícolas. Destacamos a indústria da seda, tecelagem de lã e linho, peles, fabrico de telha e algumas explorações de minério. Atendendo ao isolamento da região, a família camponesa é também a família dos artesãos: *"o camponês teve de fabricar para o consumo da família o que dificilmente lhe poderia vir de fora. Assim se espalharam pelo campo os pequenos misteres e cada casa foi uma pequena manufactura (...).*

O quadro da actividade industrial trasmontana tem quase só um interesse retrospectivo, demonstrativo do processo de decadência da manufactura doméstica em face da concorrência da grande indústria (...).

Não há nesta região montanhosa, longe do mar e dos grandes centros, pouco povoada, onde as cidades não passam de mercados rurais, indústria que merece menção especial (...).¹⁵

As feiras, especialmente de gado e produtos da terra, eram os agentes de alguma vitalidade económica, apesar das rudimentares vias de comunicação e meios de transporte: *"Em Trás-os-Montes a densidade de estradas é relativamente baixa. Porque o sistema de caminhos vicinais é deficiente, o trânsito diminui rapidamente longe dos pontos privilegiados por onde passam as estradas. Aí a circulação mantém-se no último degrau da hierarquia, no caminho rural difuso e pedregoso que só conhece a penosa tracção do carro de bois e no atalho que não comporta transporte diferente do que se faz a dorso da besta (...).¹⁶*

Registamos uma grande sintonia entre as características do núcleo populacional do distrito e as que apresenta o grupo de emigrantes oriundos da zona de Bragança, que ultrapassam a aproximação entre valores percentuais. Concluímos que há uma grande identidade entre o tipo de perfil do habitante e do emigrante do Nordeste Trasmontano e entre o contexto sócio-económico em que se movimentam, bem como o leque de factores que incentivou a emigração.

2.2 Causas da Emigração

Causas e fins da emigração, bem como respectivos reflexos, interpenetram-se e complementam-se, quanto à natureza do fenómeno e não poderão ser esquecidas nesta temática, atendendo também aos dados quantitativos apurados.

De um total de 605.034 emigrantes de Portugal Continental, **48.160 saíram do Distrito de Bragança**, entre 1901 e 1920. Cerca de 8% dos emigrantes de Portugal Continental distribuíram-se pelas trajectórias geográficas como naturais do Nordeste Trasmontano.

A 2.^a década do século concentrou a maior percentagem de emigrantes, na qual o ano de 1912 se destaca com cerca de 11532 emigrantes, 14,83% do total de emigrantes nacionais e perto de 24 % do total de emigrantes do Distrito de Bragança. A média anual de saída aponta 2408 indivíduos.

Estes valores permitem obter uma **Taxa Bruta** de emigração superior à do continente. Em 1920 era de 17,20‰, perante 6,09‰.

Emigrava-se por causas estruturais, pelo abandono a que são votadas as actividades produtivas, ao fraco rendimento dos camponeses. Os emigrantes iam à procura de trabalho e do sustento da família que ficava ou que com eles partia.

Segundo as estatísticas oficiais, mais de 80% dos emigrantes pretendiam “melhorar fortuna”. Esta era apontada como uma das causas motoras. Cerca de 57% emigraram com o fim de exercer a profissão ou conseguir outros trabalhos remunerados; 28% dos emigrantes pretendiam “viver com a família”.

A teia gerada em torno das causas que prevalecem no desencadear do “acto emigratório” é de tal forma subtil que, rapidamente, a emigração passa de “reflexo” a “causa”, tornando-se, ela própria, autodeterminante e influenciadora da(s) crise(s) vivida(s) na região. Este raciocínio é marcante ao longo das passagens noticiosas que os jornais publicam.

Estruturas debilitadas, sem capacidade de resposta tanto a nível económico, como social e até cultural, aliadas ao insucesso de políticas governamentais e critérios pouco ajustados da nossa economia, geradores de heterogeneidades, marcam o tipo de razões que conduz grande parte da população do Distrito de Bragança a emigrar. A tónica assenta nas preocupações de índole económico-social, determinantes na tentativa de compreender e justificar, não apenas o acto individual de emigrar, mas também, a massificação com que o fenómeno se revelou.

Os processos tradicionais de cultivo, de adubação, tratamento dos solos, selecção de sementes, caminhavam lado a lado com escassez de maquinaria, vias de comunicação e meios de transporte, comprometedores da circulação, distribuição e comercialização de produtos de origem agro-pecuária. A inoperância do sector agrícola impediu a reacção concertada a outras crises conjunturais que fustigaram o Distrito. Recordemos os maus anos agrícolas, as arbitrariedades do clima, a filoxera, a doença do sirgo, a iceria, a crise cerealífera e a consequente subida de preços que conduziu à necessidade de importações de géneros alimentares e a verdadeiras situações de penúria nas famílias do Nordeste Trasmontano.

A mão-de-obra disponível no mundo rural, com pouca oferta de trabalho permanente e remunerado, foi também pouco bafejada pelo crédito bancário, exposta à usura e à incapacidade de subsistir com os parcos rendimentos auferidos. Mão-de-obra abundante alia-se à escassez de trabalho. Os braços válidos partem na corrente emigratória gerando, internamente, escassez de mão-de-obra necessária, para explorar as parcelas produtivas da região.

É importante não esquecer que a “repulsão regional”, exercida sobre a população, é fortalecida pela atracção que outros países fazem incidir sobre o grupo emigrante. Outros agentes mobilizaram a população para a corrente emigratória. Estes passam não só pelos engajadores, pelos próprios emigrantes, com discurso de aliciamento, como pelo caminho de ferro e navegação a vapor que permitiram uma maior e mais rápida circulação de pessoas dentro e fora das fronteiras nacionais.

3. EMIGRAÇÃO E IMPRENSA REGIONAL: O CONTRIBUTO E AS REVELAÇÕES

Independentemente das perspectivas particulares que cada jornal encerra, importa concretizar o espírito que presidiu à publicação de notícias sobre a emigração e que nos permite inseri-lo num contexto mais alargado e globalizante onde, apesar da diversidade de cada título, se apresenta com maior ou menor firmeza uma verdadeira "cruzada anti-emigratória". Os títulos que percorreram o concelho de Bragança na primeira vintena do século não ficaram alheios a este fenómeno e a adjectivação é forte e incisiva:

- "A emigração é um dos males que mais aflige o nosso país".

"Ideal sem realização prática".

"Grande e incessante".

"A emigração é em certos distritos um meio de fugir à fome, dique à miséria".¹⁷

- "A emigração é um labirinto: quem lá cai, enreda-se, desatina com as saídas, dá voltas sobre voltas para se desenredar da trama de caminhos e atinar com a ânsia redentora que o restitua à liberdade - a Pátria".¹⁸

- "contágio doentio que se tem propagado por todos os logarejos".

- "jogo de lotaria", "desgraça".

- "arrependimento".

- "ruína".¹⁹

Treze dos dezoito títulos que foram analisados permitem recolher dados qualitativos: manifestaram opiniões, divulgaram notícias, publicaram cartas, alertaram, sempre com o espírito crítico inerente à missão de um jornal.

Com base na grelha que presidiu à análise dos conteúdos noticiosos apresentam-se, seguidamente, algumas conclusões:

3.1 Quantificação do Fenómeno

A sensibilidade da imprensa regional é mais facilmente observável no apuramento da qualidade do que da quantidade.

Percepciona-se essa preocupação, mas nem sempre os valores que se podem consultar nas páginas dos jornais conferem com os da estatística oficial, relativamente ao número de emigrantes. Há poucas referências às fontes e uma tendência para inflacionar esses números, como forma de produzir um efeito mais penalizador sobre a emigração.

A quantificação é, pois, dentro destas limitações, vaga, com algumas imprecisões ou discrepâncias.

Quantificam nos momentos de fortes fluxos de emigrantes. Por exemplo: o ano de 1912, o período após a 1ª Grande Guerra.

Nos períodos de menor incidência emigratória encontramos maior facilidade em manter viva esta "cruzada", continuando a publicar notícias alusivas, pertinentes, com um espírito de verdadeira prevenção e de combate à clandestinidade:

- "Não é só com palavras que procuramos fundamentar as nossas asserções, é com números colhidos nas estatísticas oficiais que todos podemos examinar,

sendo baseados nestes documentos que mostramos com toda a evidência, a desoladora verdade, patente pelos algarismos (...) procurando deduzir algumas conclusões que julgamos de inadiável vulgarização”.

Lamenta-se ainda o facto de ser difícil obter todos os dados desejados: *“Por nos faltarem dados completos, aquém de 1908, não podemos estender mais as nossas investigações estatísticas”.*²⁰

*-“(..)Juntando a esta emigração, a feita clandestinamente para a Argentina, das povoações dos concelhos raianos o número dos que abandonaram os seus lares, procurando lá fora os meios de subsistência que carecem, é assustador (...)”.*²¹

3.2 Âmbito Geográfico

O alcance geográfico destas notícias é, preferencialmente, local (onde os concelhos do distrito se focalizam) e regional, inserindo Bragança no contexto da região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Apresenta-se também, em casos eventuais, uma incidência nacional, reportando-se a exemplos internacionais esporádicos.

3.3 Características da Emigração na Região

Os aspectos que nomeadamente se focam nos conteúdos noticiosos são variados, mas orientam-se em quatro sentidos:

- a) Elevado número de famílias que abandonam o Distrito.
- b) O despovoamento dos concelhos. Podemos encontrar algumas “sugestões” apontadas para a fixação das pessoas, pois *“longe vai o tempo dos forais em que os favores concedidos às terras lhes atraíam povoadores (...)”. O único meio de atrair gente às povoações é garantir-lhe a permanência do trabalho* ²²

Resolver o problema agrícola de falta de mão-de-obra era também contribuir para diminuir os riscos provenientes da emigração:

*- “Lastimam todos que o nosso país essencialmente agrícola, não produza o suficiente para o sustento dos seus habitantes. Mas como há-de produzi-lo sem braços? Todas as providências (...) são impróprios e inúteis enquanto não se resolver este problema fundamental (...) Nem os homens nem o capital se conseguem com decretos”.*²³

*- Desenvolvimento agrícola a par dos melhoramentos materiais é o único remédio possível contra essa despovoação dos campos. percurso de pobreza geral’.*²⁴

c) A clandestinidade assustadora associada à forte corrente de emigração.

- *"A policia especial de emigração clandestina prendeu no dia 13 do corrente a bordo do vapor "Corientes", ancorado em Leixões, por terem ido embarcados do porto de Vigo, documentados como espanhóis, com a intenção de emigrarem clandestinamente para o Brasil:*

Francisco Gomes, 29 anos e sua mulher de 27, jornaleiros de Rebordelo (Vinhais);

José Dionísio de 52 anos, casado, de Rebordelo, alfaiate;

Albino Alves, 48 anos, solteiro, jornaleiro de Tuizelo;

Foram entregues ao juízo do 3º Distrito Criminal de Bragança".²⁵

- *"Emigração clandestina:*

A bordo de um vapor que fazia carreira para o Brasil, foram capturados em Lisboa, portadores de documentos ilegais 5 homens de 16, 23, 14, 17, 26 anos, de Mogadouro, Bragança, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Vila Flor.

Foram reconduzidos à fronteira por um engajador português que ali os entregou a outro negociante de carne humana que os conduziu a Marim e extorquindo 50\$000 réis a cada um, obteve no vice-consulado português os passaportes sem apresentar documentos legais.

Estes foram, como tantos outros, vítimas de multa que sem escrúpulos, pulula, ludibriando inocentes e ignorantes sem devida repressão da parte das autoridades".²⁶

d) A necessidade de criar soluções estruturais alternativas (internas e regionais) ao fenómeno, evitando as medidas repressivas e as soluções provisórias para a mão-de-obra (exemplo construção de estradas e outro tipo de obras públicas), como paliativos, que conferem sazonalidade à emigração.

- *"(...) Remediar tudo, mas remediando o mal empregando aplicativos de acção ligeira e de aplicação provisória sempre que se nos depara qualquer problema de economia. (...) faz com que fiquem os interesses na esperança de que mais tarde o assunto, depois de aturado estudo, ficará definitivamente resolvido. Mas não fica. Ninguém mais pensa em tal. (...) Se mais tarde volta nova crise, novo paliativo se decreta (...) uma vida constante de remendos e de regime provisório e de ocasião (...) vai prosseguindo (...). Para Trás-os-Montes, todas as dificuldades económicas, todas as contrariedades, todas as vicissitudes ou calamidades, toda a deficiência de expansão comercial, agrícola são resolvidas, de momento, com o sacramento paliativo do Ministério das Obras Públicas - reparação e construção de estradas!*

Agricultores, industriais e comerciantes que se encontrem a braços com alguma crise - estradas com eles !(...)".²⁷

Que alternativas se podem apresentar para um Distrito tão carenciado?

O "Pátria Nova" afirma, convictamente, que:

"É preciso fomentar culturas que demandem braços durante todo o ano. Plano de fomento agrícola, o aumento de riqueza agrícola e a fixação das populações rurais.

*Estabelecimento de uma estação de fomento agrícola na terra fria para intensificar as culturas arvoenses. Intervenção do Estado, urgente e inadiável.*²⁸

Estes os pontos capitais para o progresso do Distrito.

- "(...) É da maior urgência reclamar medidas enérgicas contra este mal. É uma calamidade que é necessário extinguir o mais breve possível. Como consegui-lo? Não poderá ser por processos coersivos, mas sim de uma forma indirecta, melhorando as condições económicas do trabalhador rural, produzindo o fomento agrícola (...).

Para isso, é preciso abrir ao progresso, os concelhos mais atrasados do distrito, atravessando-os de estradas e caminhos de ferro indispensáveis (...)." ²⁹

3. 4 Causas da Emigração

É perceptível, ao longo da leitura dos artigos noticiosos, a debilidade da estrutura económica e social do Distrito, já anteriormente apresentada.

Causas para a emigração encontramos várias, mas encadeadas e interpenetrantes. Percepcionam-se nos conteúdos noticiosos diferentes factores que conduzem ao mesmo fim, e dificilmente se pode estabelecer um factor como o primeiro, o principal, o determinante, até porque a emigração, rapidamente, passa de "efeito" a "causa", como que alimentando as vicissitudes do meio adverso que a fortalece e impulsiona.

A emigração é fruto de um longo processo, no tempo e no conjunto de circunstancialismos adversos que se avolumaram:

a) Os jornais registam muitos raciocínios em torno de várias crises sectoriais ou parcelares, subsidiárias da **crise regional** e de uma(s) outra(s) crise(s) nacional(s) que enfocam numa:

- Estrutura produtiva deficitária com forte incidência no pilar da agricultura, exposta às arbitrariedades climáticas, e a processos tradicionais:

- "(...)Se esperarmos pelos auxílios do Estado e pela intervenção dos nossos representantes é caso para recearmos o termos de morrer à fome devido ao rigorosíssimo inverno (...).

A carestia dos géneros de consumo têm-se feito sentir por tal forma que é de recear que as classes operárias venham a sofrer as maiores dificuldades (...) É de recear que uma nova corrente de emigração se estabeleça, deixando atrás de si maiores dificuldades para o cultivo e amanho das propriedades (...) A lavra de 1902 e 1903 roubou à maior parte das freguesias mais de 1/3 da população (...)." ³⁰

O "Pátria Nova" refere também a estrutura agrícola do Distrito, como a porta aberta para a emigração e desalento para muitos agricultores:

- "(...) O espantoso esfacelamento da propriedade faz com que a maioria dos agricultores, quase a totalidade, não possam explorar convenientemente a terra, não produzindo o bastante para o sustento e pagamento das contribuições, quanto mais para a aquisição das alfaías (...).

Não produzindo para satisfazer as suas necessidades, o agricultor vê-se obrigado a recorrer à usura que mais agrava a situação, deixando-lhe aberto como único recurso emigrar.

E a emigração, para o nosso distrito que fornece 25% do total é um dos maiores males. Mal que hoje se traduz por uma enormíssima falta de braços.

Este estado miserável agrava-se ainda com a incúria do tempo que após maus anos agrícolas arrasta outros piores (...).³¹

- *"(...) No Baixo distrito a azeitona secou, (...) as uvas tornaram-se em passa (...) nenhuma cultura de primavera vingaram (...).*

No alto distrito (...) o centeio (...) não desenvolveu o grão (...) as batatas não produziram (...) os seródios não se desenvolveram (...). O lavrador aperta as mãos à cabeça e não sabe como resistir a tamanho infortúnio de estiagem (...). Do Concelho de Vimioso vêm solicitar passaportes e dizem que, por lá, todos se preparavam para emigrar com medo da fome (...).³²

- *"(...) Um distrito empobrecido, tão falto de recursos, onde a fome já faz sentir os seus vigores com a mais descolorável violência continuará a dar para a emigração, um número assustador de braços (...) e também quando essa saída é propiciada ou (...) se facilita pelo transporte gratuito (...).*

(...) Não é em geral a ambição das riquezas, que leva os pobres trabalhadores à emigração, eles bem sabem que nas suas condições só milagrosamente poderão ver-se livres do trabalho. O que os leva, o que os resolve, é a necessidade de viver, é a precisão de trabalhar (...).³³

- Falta de vias, meios de comunicação e capital ou crédito agrícola.
- Ausência de instrução, formação e informação dos habitantes.
- Desfasamento e inoperância das leis.

Para além destas questões estruturais que a República herdou, e que não conseguiu superar a tempo em todo o país, acrescentemos as oscilações conjunturais marcadas por maus anos agrícolas, onde a fraca produção de cereais devido às chuvas, à filoxera nas vinhas, à doença do sirgo, bem como a doença nos suínos, incapacitaram a região para a competitividade e fizeram reduzir os rendimentos dos agricultores e pequenos proprietários agrícolas expostos à usura e à falta de crédito ajustado, tal como a mão-de-obra, que vivia da "jorna" ou "jeira".

- *"(...) Dois meses irremediáveis: a elevação dos preços dos géneros de primeira necessidade e a falta de salários para os operários na maior parte do ano (...)*

Em face deste doloroso insucesso, o camponês, ou emigra, ou morre com a família à fome. Não há meio termo: quem não morre, emigra (...).³⁴

Reduzindo-se a área cultivada, o trabalho rareia, tornando-se menos permanente e com maior instabilidade remuneratória. A "crise de trabalho" é expressão que se pode ler frequentemente:

- *"Depois que pela devastação filoxérica, as vinhas que trepavam pelas encostas das regiões vinhateiras do mesmo distrito, ficaram reduzidas a charneca, por tal*

modo aumentou a emigração (...) O amor da terra natal era sufocado pelas imposições da miséria, tanto naqueles que acostumados a um relativo bem estar se viam obrigados, para sustentar-se a si e à família, trabalhar em que não eram educados como naqueles que vivendo do jornal não viam os seus braços aproveitados, durante a maior parte do ano, por falta de trabalho em que se empregassem (...).

Dos que puderam salvar-se dessa terra, a maior parte tem-se por todos os meios esforçado em ir procurar melhor recompensa ao seu trabalho nas terras de além-mar!":³⁵

No "Jornal de Bragança", encontramos artigos onde podemos ler afirmações como estas:

- "Pobreza e insalubridade são pois a resultante do apuramento até agora feito". Aliados também aos factores de depressão física como por exemplo: "solo pobre e fadigoso amanhã cultural, clima frio, irregular e agreste".

A este leque de hostilidades agrícolas alia-se a "*emigração que tem a sua génese na miséria concelhia o que tende a subir cada vez mais*" e que faz da vida rural do concelho de Bragança "*um círculo cerrado de dificuldades*", "*painel miserando*", "*crise angustiada da lavoura*", "*abatimento económico*".³⁶

- "Há quem admita que a sedução das riquezas, a ambição de melhores gozos e distrações e as mirabolantes fantasias que ouve contar referentes a outras paragens são a única, senão a principal causa do êxodo rural. Puro engano! O camponês emigra com relutância e somente por extrema necessidade."³⁷

Encontramos, frequentemente, nos jornais expressões que nos permitem concluir que as verdadeiras alavancas da emigração se concentravam na satisfação das principais necessidades das famílias: "*emprego regular em todas as actividades*", "*satisfação de necessidades*", "*meios para alcançar o seu desideratum e as exigências da família*".

A emigração vai, pois, beber à fonte da pobreza.

O ilustre deputado Dr. João Urich referiu-se à região de Bragança e apresentou os seguintes dados, numa das suas intervenções:

- "A percentagem da população rural é de 78,7%.". A percentagem de analfabetos é de 83,3%.. Percentagem de terrenos incultos é de 64% da superfície do distrito. O usuário chega a exigir 75% de juro. Numa zona rica e fertilíssima há muitas terras incultas. As condições dos trabalhadores são deploráveis e tendem a piorar. Por toda a parte há falta de recursos, vendo-se esta pobre gente obrigada a emigrar (...)"³⁸

- "(...) Observa-se o agravamento da crise agrícola e da crise do trabalho em consequência da diminutória produção, nestes últimos anos do centeio (...).

*As más colheitas que na região trasmontana têm, em anos sucessivos deixado em precaríssima situação a grande maioria da população rural, impressionam e fazem reflectir (...):*³⁹

São, pois, os factores económicos que mobilizam a população, mais do que as perseguições políticas e religiosas do pós-República ou os excessos de contingentes demográficos, num distrito que poderia acolher e fixar um maior número de habitantes, pela sua extensão e pelas potencialidades de área cultivável.

b) Os jornais concelhios afirmam também que à repulsão regional contrapôs-se a **atração dos destinos transoceânicos**, protagonizados pelo apelativo Brasil, mas que não conseguem esconder a sua versão de desencanto.

O Brasil revelou uma receptividade económica, linguística e cultural que marcou a debandada, onde os “engajadores” puderam manipular verdadeira matéria-prima, através do engodo. Por tal, apelidam-no de : “ *Açougue humano*”⁴⁰

- O “Montanhês do Norte” refere-se a este país como: “*Terra brasileira*” que “*socorre pela caridade*” ; “*Brasil do ouro*”; “*Suspirado terreno americano*”; “*Terras de Santa Cruz*”, “*Estranhas Terras*”.

Cândido de Magalhães escreve de São Paulo, a propósito da vida política brasileira e refere:

- “*(...) Pavorosa crise económica e financeira assenhorou-se deste vasto Brasil. Não se ouve falar noutra coisa que não diga respeito a falsificadores e moedeiros falsos (...). Os tempos não vão correndo muito propícios. A falsificação é uma «indústria» que tenta muita gente, para quem o trabalho legal e honesto é um pesado fardo. Falsifica-se tudo com maior ou menor escrúpulo (...). Passada a luta política vem o século de (...) luta económica*”.⁴¹

Contraditoriamente, o Brasil aparece como concorrente à emigração para África, sem oferecer segurança e garantias de trabalho, mas também como o país irmão com grande identidade cultural, linguística e política. Como país republicano, foram várias as notícias publicadas onde se registavam manifestações de solidariedade com Portugal, durante a 1.ª Grande Guerra. O Brasil era encarado também como um mercado de exportação prioritário para o suporte económico-financeiro português.

O Brasil revela, pois, a dupla faceta de terra de promessa e também a sua vertente constrangedora e de desilusão:

- “*O Brasil é ainda hoje para Portugal um mercado de primeira importância e não devemos desperdiçar esta ocasião, altamente favorável, de tornar ali conhecidos os produtos portugueses.*”

Todas as circunstâncias que concorreram para estreitar as nossas relações com a nação irmã devem aproveitar-se com empenho, e poucas vezes terão sido tão propícias como agora".⁴²

- *"Este florentíssimo país, afortunada região, de enormes recursos naturais, deve a uma sábia e patriótica administração o seu vasto desenvolvimento debaixo de todos os pontos de vista.*

Lá, como cá, o povo ressurgiu para uma nova era de reabilitações pelo trabalho. Nobilíssimo exemplo digno de ser imitado pela nossa jovem República (...)".⁴³

No "Trasmontano" podemos recolher também notícias congratulantes:

- *"São gratas as notícias que dia à dia nos chegam do Brasil"; "União da numerosa e activa colónia portuguesa, absoluta e indestrutível"; "Os filhos da República solidarizam-se connosco em auxílio material e moral de que careçamos"; "Manifestações em várias cidades para afirmar sentimento patriótico português"; "Nos Estados do Sul com mais adesão, o comércio português iniciou um movimento contra o comércio da nação inimiga com apoio da população brasileira"*".⁴⁴

Lemos no "Notícias de Bragança":

- *"(...) Por essas aldeias fora, em cada ano, grupos enormes abandonaram o solo pátrio e lá vão, em busca de fortuna, caminho da América (...) ouve-se falar nos lares, no ouro inesgotável do Brasil, nos gordos salários do novo mundo, no brasileiro que volta milionário (...)*".⁴⁵

A Argentina e os EUA são também citados como mercados de trabalho que oferecem contrapartidas:

- *"Confessam que os trabalhos mais violentos e os agrícolas são a ocupação em terras da Argentina (...): "(...) trabalho esgotante, mas salários mais elevados (...)"*".⁴⁶

O sonho africanista marca algumas das passagens noticiosas:

- *"Cumprir começar já a aproveitar o tempo, cultivando e desenvolvendo a agricultura e o comércio nos planaltos de Benguela e Mossamedes, que mais se prestam para esse fim.*

Urge desenvolver as missões católicas, o primeiro elemento civilizador, o mais profícuo e o mais prático.

Nas missões de Huilla experimentou-se já a cultura do trigo. Dá-se bem.

Porque se não há-de então desenvolver?

É um disparate estar a mandar vir farinhas da Europa, podendo-as ali obter em tão boas ou melhores condições e mais baratas sem comparação.

Colonisar! Colonisar!

A África é o nosso futuro".⁴⁷

- *"(...) Faça-se concorrência às companhias estrangeiras de emigração, dêem-se vantagens aos emigrantes para África, distribua-se-lhes terrenos, facultem-se-lhes empréstimos (...) com insignificantes taxas de juros, promova-se o desenvolvi-*

mento da agricultura africana e o nosso emigrante terá a certeza de que, embora vá para longas terras, sempre pisará o solo pátrio.

(...) O governo da República, felizmente, alguma coisa pretende fazer (...) já se achando redigido um projecto de colonização. Não descaram o assunto e o espectro da emigração que hoje nos abre as faces escancaradas, transformar-se-á, amanhã na luz redentora (...) fonte de receitas para o pagamento da dívida pública (...).⁴⁸

- "(...) Não vai com a visão na riqueza, para além-mar, o que se expatria; deixa a pátria fundido em lágrimas, dilacera-se-lhe o coração ao abandonar tudo o que amava, a aldeia, a choupana, amigos, parentes, aquela que havia compartilhado da sua felicidade conjugal. Mas vai! não há lar sem pão, sem lume; não há família sem agasalho ou conforto (...) O operário camponês emigra por indigência e os que levam a família não vai confortada (...)."⁴⁹

- "(...) O português tem ainda no sangue alguns glóbulos rubros dos seus antepassados (...) prefere lançar-se pelo mundo fora na ânsia de arranjar um pecúlio que a maior parte das vezes nunca consegue, pois para isso não vai suficientemente preparado como mister, para lutar, com vantagens, contra outros concorrentes mais cultos (...)."⁵⁰

A emigração não era alternativa ou opção, foi, sim, a forma de sobrevivência de muitos que não se resignaram à "pobreza". Por tal, os termos com que é caracterizada são fortes e incisivos: "mal", "debandada", "onda voraz", "louca e antipatriótica acção", entre outros. O "Notícias de Bragança" apresenta as expressões mais extremadas: "calamidade", "fúria avassaladora", "êxodo assustador", "voragínosa", "assombrosa", "gravíssima", "marcha vertiginosa", "desgraçada corrente".

3.5 Efeitos do Fenómeno Emigratório

Reflexos destes contextos são-nos também apresentados. A tónica comum passa pelo constatar do empobrecimento do tecido social: fogem homens e mulheres, válidos e jovens, arrastam-se famílias.

- "*Depois de 1891 passou a classe operária em Bragança uma crise de trabalho que obrigou a emigrar da cidade uma boa parte dos artifices e deixou em incruenta luta, com a miséria, os operários que nela permaneceram*".⁵¹

Referindo o caso de Freixo de Espada-à-Cinta, podemos ler na "Gazeta de Bragança":

- "*Faltam-lhe braços próprios. Espanha fornece 200 a 300 obreiros por dia para o grangeio de propriedades*".⁵²

- "(...) A Província de Trás-os-Montes tem 7 500 Km de terreno desaproveitado e ainda contribui com muitos dos seus filhos para a emigração".⁵³

- *"A emigração (...) é causa da miséria (...) causa da ruína e da diminuição da nossa população (...) fazendo derivar o capital para o estrangeiro que tanta falta faz num país pobre como o nosso (...). Leva braços da agricultura (...) compram fora o que aqui podiam colher. Devem primeiro lutar pelos nossos interesses":*⁵⁴

- *"(...) Sendo o Distrito de Bragança um daqueles que tem maior percentagem de terrenos incultos e menos densidade de populações, fácil é de prever o gravissimo inconveniente que a corrente emigratória vem trazer com a falta de braços nos serviços agrícolas (...). A falta de trabalho rural efectivo e regularmente remunerado, traz a miséria e a fome aos operários rurais (...)"*⁵⁵

O Distrito sofre um autêntico desfalque demográfico, fica despovoado de gentes, traduzidas em mão-de-obra disponível. O "Montanhês do Norte" enumera algumas das situações e refere:

- *"Despovoação assustadora do Distrito, por terem ficado as povoações pouco menos que desertas".*

- *"Falta de braços válidos que constituem a grande maioria dos que emigram"; "em muitas partes já nem há trabalhadores rurais";*

- *"Crise temerosa na agricultura porque é esta quase a exclusiva indústria que aqui existe".*

- *"Mulheres crianças e velhos formigando pelas ruas, abandonados dos braços que os sustinham, e à espera que algum dinheiro lhes mandem desse Brasil de ouro"*⁵⁶

- *"(...) As pequenas povoações rurais despovoam-se, casas e quintas são abandonadas. A terra definha, a colheita escasseia e a fome alastra. Já se sente, por ocasião da ceifa dos produtos agrícolas, e até durante o ano, a falta de braços (...), a carestia do salário e atrás dele a greve rural (...) que não tardará a impor-se, ocasionando uma luta temível e dolorosa entre a propriedade e o trabalho(...)"*.

*"(...) Resulta como consequência de tudo isto, a falta de braços que arroteiam a terra e o lançar na onda voraz das rivalidades, o pobre que nada leva consigo, nem capital, nem trabalho inteligente, nem educação literária (...)"*⁵⁷

A guerra ajudou também ao despovoamento das aldeias, ao alargamento da área inculca, ao definhamento da produção e à subida dos preços.

Uma estrutura deficitária foi mantida por aqueles que também tinham menos possibilidades físicas e materiais. Refere o "Districto de Bragança" que os efeitos arrastam-se:

- *Aos trabalhadores rurais do Distrito, porque os agricultores "vêem reduzida a extensão das culturas (...) exercidas por processos defeituosos pouco remunerados que esgotam o solo arável sem a necessária compensação".*

- À falta de mão-de-obra disponível: *‘Já não há possibilidade de encontrar em épocas de maior exigência de braços, todos os jornaleiros habilitados que os agricultores necessitam e os que por acaso, se apresentam, exigem tão elevados salários que o diminuto rendimento das suas rudimentares culturas, já não comportam este excesso de despesa’.*
- À demografia: *“decrescimento populacional”, “grandes déficits demográficos”* pois *“(…) a diferença entre os nascimentos e os óbitos é fraca e a emigração é elevadíssima (...) e para melhorar a higiene e a situação das populações rurais nada se tem feito (...)”.*
- Na falta de fomento à indústria: *“não se organizando novas e produtivas indústrias que retenham os habitantes na própria região, (...) quando os serviços agrícolas dispensam os seus braços (...) As indústrias não podem fornecer trabalho permanente aos operários (...)”.*
- No preço de venda dos produtos, excessivamente altos: *“(…) reduzindo-se o lucro respectivo e agravando a vida do trabalhador e do proprietário agrícola, faltando a estes os recursos necessários para satisfazerem os salários indispensáveis e exigidos por aqueles (...)”.*⁵⁸

A Imprensa foca a questão das economias enviadas pelos emigrantes. Afirma mesmo que é “bem aparente” e que não compensa a falta de capitais. Refere que os que regressam não são acompanhados de quantias avultadas e estão muito longe da tão desejada fortuna.

“(…) O mirandês emigra para a Argentina, com o único fim de ganhar dinheiro, que remete para o concelho ou traz no regresso. Esse dinheiro, que sobe a quantias importantes, peza na balança comercial. Exporta homens e recebe o valor do seu trabalho em terras distantes (...)”.

Resta saber, se esta troca de homens por remessas de dinheiro é compensadora a longo prazo ou se realmente é apenas “bem aparente”, e passageiro. Transitoriamente, como polo activo de uma crise de trabalho, poderia admitir-se como um bem, o que de bondade tem apenas a aparência, porque, no fundo, este bem contém um mal maior.

(...) Recebe-se o valor do trabalho, é certo, mas esse trabalho falta ao concelho e provoca a diminuição da produção. Resta a avaliação dessa diminuição em quantidade e qualidade e as somas entradas e remetidas pelos emigrantes. Estas estatísticas estão por fazer e a sua falta dificulta a solução da questão”.⁵⁹

*“(…) A emigração não faz aumentar o capital do concelho, é um correctivo de ocasião às suas crises de trabalho e de fome, nem por isso deixa de ser um mal económico, fazendo diminuir a produção e consequentemente a riqueza concelhia (...) (...) Poucos são os que, de regresso, trazem uns contos de mil réis, que lhe permitem um pouco de desafogo (...)”.*⁶⁰

As questões morais são também chamadas ao palco. A saída de mulheres, solteiras e jovens, inexperientes, expostas a trabalhos precários e degradantes, são vistas como aspectos profundamente negativos, constituindo um apelo para as consciências familiares:

- *"(...) Os maridos emigram, as esposas ficam. Os pais deixam ao partir, as filhas inexperientes, os moços deixam ao desamparo os velhos e as crianças. Marcham para uma aventura, ao acaso, entusiasmados com as palavras que um ou outro manda daquelas terras distantes.*

A nostalgia torna-os tristes, a falta de recursos impede-os de voltarem à terra natal, ao lar da família e à convivência dos amigos e vizinhos (...).

As mulheres que não levam prática alguma para lutar naquele meio, que vão desprevenidas de conhecimentos para ganharem a vida em fábricas ou casas da enorme cidade argentina, andam à toa e, tornam-se posse do primeiro que lhes oferece amparo momentâneo ou vão parar ao abismo das desgraçadas: movidas pela ideia de ganharem dinheiro, único fim que lá as levou.

Pretendem antes mostrar que aquelas terras são propícias ao sexo frágil, isoladas dos conhecidos e longe das vistas dos vizinhos, esforçam-se por calar as línguas de cá, mandando umas dezenas de mil réis às famílias (...).

Mas esses mil réis, com que os pais concertam a sua vida no concelho, representam a queda da dignidade da mulher. Vós, os que recebeis esses magros dinheiros e (...) os empregais nos arranjos da vida, nunca perguntastes a forma como se ganharam e a que preço elas ficaram a vossas filhas e irmãs. Mas basta reflectir que elas, sem elementos para lutar em países distantes, têm de sucumbir, moralmente, para não morrer de fome (...).

Ilusão corrente de que Buenos Aires é mais propício às mulheres de que aos homens; porque as mulheres mandam (...) quantias mais avultadas, única forma que, à inteligências pouco desenvolvidas, indica o estado de bem estar (...).

Indaga-se da ocupação de cada uma e avalia-se pelas que voltam, da sorte das que lá ficaram (...).

Cá ficam as esposas mourejando e à espera que os maridos lhes mandem para pagar o dinheiro pedido para a passagem (...). Muitas vezes as necessidades de auxílio na labuta agrícola, levam ao esquecimento dos deveres conjugais (...) varrendo da memória a lembrança do marido ausente (...).

Responsabilizem o marido que, tendo o dever de protegê-la, a deixou sem amparo, e a mulher, porque não soube manter o sentimento da sua dignidade de esposa (...).⁶¹

3.6 Elementos bloqueadores / Soluções potenciais

Bloquear a tendência desproporcional da emigração fazia parte desta "cruzada jornalística".

Criticam-se, fortemente, as soluções de remedeio, provisórias.

Apontam-se as alternativas viáveis, atempadas, ajustadas e preferencialmente regionais:

- a) Desacreditar engajadores e viagens subsidiadas.
- b) Incentivar o povoamento de várias zonas do país e fomentar a colonização africana, com uma administração apropriada, fazendo cair em descrédito a concorrência brasileira.

- *"(...) Há outros distritos onde a população é diminuta e para onde os emigrantes poderiam derivar (Ex: Alentejo). Bem diferente da fuga para as colônias onde o clima é mortífero e a emigração deriva para um cemitério com despesas e encargos para o Estado (...)"*.⁶²

- *"A preferência pelo Brasil deixa esquecidas as nossas colônias, onde poderiam contudo, aplicar lucrativamente as suas actividades e enriquecer a nação.*

(...) Escritores portugueses clamaram contra os êxodos emigratórios para a África, chegando Oliveira Martins a dizer que marcharam para um cemitério. Estas afirmações pessimistas, porém, tem hoje seguros desmentidos. Os pântanos foram atenuados, os terrenos húmidos drenados, e consequentemente, as condições higiénicas mudadas".⁶³

- *"(...) A prosperidade em algumas das nossas colônias é bem visível e, muito maior ela seria, se uma boa administração fomentasse tudo quanto fosse necessário para o desenvolvimento do património que os nossos antepassados nos legaram (...)"*.⁶⁴

- c) Contrariar a ineficácia do fisco ou da repressão administrativa. Criar postos de trabalho permanentes e não apenas em obras de carácter público.

- *"(...) O governo de um país, não tem direito de proibir de uma forma absoluta a emigração, mas antes deve dar aos seus concidadãos a máxima liberdade para procurarem em qualquer parte do país, ou do estrangeiro, o desenvolvimento da sua actividade (...). Relativamente à emigração, deve dar-se plena amplitude à grande fórmula económica - Laisser Faire, Laisser Passer. Não é com leis proibidas ou repressivas que o problema deverá ter a sua solução (...)"*.⁶⁵

- *"(...) Não é pondo entraves à emigração, que se há-de procurar remédio ao mal. As violências contra a liberdade trazem sempre consequências funestas, e a repressão violenta da emigração, obrigando todos esses indivíduos que fogem à miséria, a continuarem nela, traria como consequência fatal os atentados contra a propriedade e contra as pessoas (...)"*.⁶⁶

- d) Fomentar o crédito.
- e) Criar uma rede viária e ferroviária passível de quebrar o isolamento.

- f) Dinamizar a esfera agrícola com maquinaria, adubagem e com o associativismo.
- g) Desenvolver a instrução pública.
- h) Promover a fixação nos campos. Os jornais apresentam textos encorajadores:

- "Fugam das cidades. Deixem-se ficar na sua aldeiazinha, ganharão talvez menos mas também não morrerão de fome e livram-se de muitas misérias e vergonhas. Camponeses amai a vossa terra. Não cobiceis o luxo das cidades, fonte de impostura, amassado com sangue e regado de lágrimas".⁶⁷

*- "Nem só de pão vive o homem!
Vive também do ar.*

Se, no campo, a fome de pão é muitas vezes cruel, na cidade junta-se também a fome do ar. É que de ordinário, a maior parte da população trabalhadora, vive em casebres que são umas verdadeiras pocilgas, onde se amontoam numa revoltante promiscuidade, umas poucas de criaturas de Deus, mulheres, homens e crianças.

Uma pessoa gasta por dia 150 m³ de ar, de cada 500l de oxigénio 950 gr fixam-se no sangue.

O mínimo do aposento para respiração normal é de 36m³. Ora imagine-se que há em Lisboa e em muitas terras, cubículos com 6 a 8m³ de ar. É espantoso!"⁶⁸

- "Fiquem nas suas aldeias:

(...) Uma das principais causas do aumento de criminalidade é o êxodo dos habitantes das aldeias para os grandes centros. Plenamente de acordo. Hoje há a mania de ir viver para as cidades.

Em vez de se deixarem estar sossegadinhos nas suas aldeias, trabalhando no campo, ganhando menos é verdade mas com mais segurança, preferem ir engrossar as fileiras dos salarizados das fábricas, ou dos proletários das cidades, muitas vezes sem emprego defenido e quase sempre sem domicílio certo e sem meios de subsistências garantidos.

Camponeses, deixai-vos estar nas vossas aldeias. Não queirais ser caixeiros, nem operários de fábricas, nem empregados nas cidades.

Conservai a vossa liberdade campesina. Lembrai-vos daquela história do lobo que antes queria ser magro e andar às soltas do que andar gordo e com coleira".⁶⁹

3.7 Anúncios

Ao procurar pôr um dique à emigração, resolver-se-iam alguns dos problemas de que a região e o país padeciam. Este um raciocínio muito comum nos conteúdos noticiosos.

Por tal, os anúncios são escassos. Destacam-se os publicados na “Gazeta de Bragança”, “O Nordeste” e “Notícias de Bragança”, referentes as terras brasileiras e africanas, os anúncios da agência Mala Real Inglesa com partidas de pacotes de Lisboa e Leixões com destino à Madeira, Brasil e Argentina. Anunciam-se também os respectivos precários, que vão sendo actualizados, periodicamente, fazendo-se referência à passagem de 3ª classe para o Brasil e aos agentes e correspondentes no Porto.

Relativamente aos destinos, é curioso verificar que referem as cidades brasileiras de Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro, Santos e cidades da Argentina como Buenos Aires, zonas preferencialmente escolhidas pelos emigrantes e também mencionadas no Livro de Registos de Passaportes.

Anúncios da Empresa Nacional de Navegação:

- *“Viagem rápida de 28 dias até Lourenço Marques. Saída, dia 12 de cada mês, às 12 horas. Largo do cais Fundição. Um paquete recebendo carga e passageiros de 1ª, 2ª, 3ª classe”.*
- *“Sai 12 de Maio, o paquete português Malange com destino a São Tomé, Luanda, Lourenço Marques, Baía, Moçambique, recebe carga e passageiros com baldeação para Chinde, Quelimane e Inhambane. Esclarecimentos no escritório da empresa, Rua Prata, nº 8, 1º andar em Lisboa”.*⁷⁰

3. 8 Alertas à População e Apelos às Autoridades

Os jornais constituíam também um instrumento de alerta à população, principalmente a que alimenta a apetência para emigrar, perante as contrariedades que a emigração encerrava, e de apelo às autoridades do governo central e aos órgãos locais, para a necessidade de um maior acompanhamento desta questão.

- *“(…) É necessário acabar com o mal, opor-lhe uma barreira. É aos governos, quaisquer que eles sejam, que cumpre fazê-lo; representam interesses da nação e devem pregar pelos mesmos. Como os romanos: «Salus populus suprema lex est»”.*⁷¹

- *“A população do distrito de Bragança está decrescendo sensivelmente devido com toda a certeza ao mal estar dos seus habitantes e, por isso, torna-se urgente a promulgação das convenientes medidas, tendo em vista melhorar as condições de vida dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos proprietários rurais que são as classes que fornecem o maior contingente à emigração, isto a fim de se evitar o despovoamento da região”.*⁷²

Estes alertas tomavam muitas vezes o aspecto de crítica à situação económica e social da região, mas também o rosto de autênticos votos de confiança nas acções dos governos republicanos.

A publicação de cartas de emigrantes que expressam desilusões no Brasil e em França, entrevistas a operários analfabetos, detenções de emigrantes ilegais, são exemplos ilustrativos que podemos ler frequentemente.

Conseguimos, pois, detectar na imprensa o seu duplo papel de divulgar informações, no sentido de reduzir as influências perniciosas da emigração, perceptível nos poucos anúncios alusivos à emigração, e funcionar também como porta-voz de muitos cidadãos em revolta contra tal fenómeno.

- *"A emigração é vergonhosamente miserável pelas péssimas condições dos emigrantes que partem com falhas de recursos materiais e destituídos de conhecimentos práticos que lhes aproveitem nos países a que se destinam. Vão perfeitamente à aventura, desconhecendo a sorte que os espera e o trabalho de que terão de lançar mão. Não sabendo ler nem sequer conhecem quaisquer ofícios, que muitos podem exercer lucrativamente!*

O que esperam tais emigrantes?

A fome, a miséria, a doença e por fim a morte!

Terrível dilema: ou morrem de fome e miséria, lentamente, na terra onde nasceram ou falecem abandonados num país longínquo mas onde ao menos não vêem os sofrimentos, nem ouvem os lamentos dos mesmos males, soltados pelos seus que lhes são caros".⁷³

- *"É de angustiosas incertezas, de negras perspectivas o actual momento da vida social brasileira (...).*

A politicagem com tricas rasteiras e velhos ódios pesa ameaçadoramente sobre o país, pressagiando para o povo, ainda maiores males daqueles que já atormentam a sua existência trabalhosa, ... deixando sem pão centenas de famílias devido à suspensão de 10 jornais. 3000 operários com responsabilidade de 3000 pessoas que são as famílias estão sem recursos de nenhuma espécie, privados do seu trabalho quotidiano.

A população vive numa verdadeira ansiedade (...) O comércio está paralisado (...)

Grave a situação em que se encontra o Brasil, sendo aumentada dia-à-dia pelo retraimento dos bancos estrangeiros, pelas falências das casas de comércio e pelo fechamento das grandes fábricas e oficinas.

Creio bem que os meus patrícios daí, desconhecem estas coisas. É a eles que me dirijo para lhes declarar que no Brasil não existe mais a lendária árvore das patacas e que todos os que a não encontramos neste país hospitaleiro, precisamos lutar pela vida, economicamente".⁷⁴

- *"(...) Vem a carta dos que chegam contando maravilhas da sua nova Pátria. Estamos bem certos que nas boas notícias há uma boa dose de amor próprio de quem não deseja confessar o arrependimento tardio. É que a redução do preço da passagem não é concedido para o regresso e o desgraçado que pretende voltar, não o pode fazer se não conseguir uma soma que a maior parte não chega a adquirir (...).*

Se esses desgraçados que fogem a uma existência de privação e trabalhos, fossem lá encontrar uma vida menos penosa, nós guardaríamos silêncio dum justo apoio. Mas a verdade é que 90% desses nossos compatriotas são analfabetos e vão servir de verdadeiras bestas de carga, vítimas da concorrência que lhe fazem operários mais ilustrados da Itália, Alemanha, Inglaterra e França (...)"⁷⁵

- "(...) Entendemos pois, do nosso dever, prevenir os incautos e ver se pode pôr-se cobro a estas patifarias e fazemos o apelo aos homens de bem e de influência nas localidades do nosso Distrito, já que as autoridades sertanejas não sabem ou não querem fazê-lo, para que envidem esforços, para reprimir a emigração mas para evitar ao menos que ela se faça em condições criminosas, orientando os seus patrícios do perigo que correm, entregando-se a esses tratantes e denunciando estes quando souberem de algum tratando que se prepare (...)".⁷⁶

Paralelamente, relembram aos responsáveis a incúria e o mal-estar com que a região se tem debatido face a estas e outras questões.

- "(...) Juntas de paróquias, câmaras, autoridades administrativas, é vosso dever olhar para as circunstâncias económicas dos povos que administrais, se não podeis socorrer e dar remédio a esse estado de miséria em que eles se encontram, reclamai do governo, da nação e reclamai até que sejam ouvidos os vossos clamores, que por todo este distrito inicie trabalhos de obras públicas, que não deixem continuar em descanso forçado, tantos braços que pedem emprego (...). Está muito longe o governo e não ouve os clamores da fome a tamanha distância. É necessário e é um dever que todos aqueles, que têm por encargo promover o bem-estar do povo, levem uma e muitas vezes antes esse governo tão distante os ecos clamorosos da fome, que se açoita nas casas dos operários. Pensai bem que a necessidade não tem lei, e se hoje a resignação comporta o sofrimento, amanhã o princípio do direito ao trabalho efectivar-se-á temerosamente, na impossibilidade de maiores privações. Venha trabalho, salve-se o distrito do ermo que, o ameaça e da desolação (...) que o atormentará inexorável. Não se pede uma esmola, que a nossa dignidade não deixaria aceitar; pede-se trabalho como uma necessidade imprescindível de vida, que é obrigação primordial dos poderes públicos garantir".⁷⁷

- "(...) Ao governo, pois, pela pasta do Fomento, cumpre dar algum remédio a esta aflitiva situação. É de urgente necessidade que o governo altere o decreto de importação do cereal estrangeiro de forma que o abastecimento corresponda às necessidades do distrito e que dê maior desenvolvimento a alguns serviços de obras públicas, dotando-os da distribuição de fundos com uma verba avultada".⁷⁸

- "(...) Urge que se ponha termo à debandada que se reflete em cada mês tirando braços à agricultura, subtraindo energias à indústria, deslocando para países remotos, elementos da vida, aqui tão necessários (...)"⁷⁹

3.9 Perfil do Emigrante

Neste percurso de incidências noticiosas referentes à emigração, apontamos algumas das características com que o emigrante do Nordeste Trasmontano nos é

apresentado e que não foge ao perfil retratado pelos autores e estudiosos de então: homens e mulheres de aparência descuidada, trabalhadores braçais válidos, analfabetos, desiludidos, inconformados, humildes, mas corajosos, patrióticos e com grande vitalidade interior. Vejamos algumas excertos que nos transmitem retratos comoventes:

- "(...) Não vai com a visão na riqueza, para além-mar, o que se expatria; deixa a pátria fundido em lágrimas, dilacera-se-lhe o coração ao abandonar tudo o que amava, a aldeia, a choupana, amigos, parentes, aquela que havia compartilhado da sua felicidade conjugal. Mas vai! não há lar sem pão, sem lume; não há família sem agasalho ou conforto (...) O operário camponês emigra por indigência e os que levam a família não vai confortada (...)".⁸⁰

- "(...) Na sua maioria eram trabalhadores rurais, gente bronca e sem as menores luzes do mundo. Analfabetos, eram como que rebanhos guiados pelo pastor, que os ia levar à administração do concelho para lhe tirar os passaportes (...) A maioria dos nossos emigrantes são simples trabalhadores rurais que só no serviço braçal podem ser empregados. Vão para a América fazer o serviço de pretos e empregados, com desvantagem, nos trabalhos agrícolas, por não estarem preparados para novas culturas (...)".⁸¹

- "(...) Pareceu-nos de grande alcance, entrevistar um dos muitos emigrantes que, em cata de trabalho, partem da Pátria, talvez para não mais voltar. (...) Fomos buscar ao seio do povo que sofre a fome e as intempéries, verdades amargas e dolorosas (...) de desgraçados (...) nesse vasto mar de desventuras.

(...) Na minha aldeia há anos que vimos atravessando uma vida cheia de privações.

As colheitas cada vez mais escassas e sempre a esperança enganadora a impelir-nos para o trabalho. Não sabemos, é certo cultivar a terra, mas contra os maus anos não há ciência que valhe e desconfiarmos das técnicas quando as não vemos confirmadas pela prática. Há ainda outros motivos que me decidiram a emigrar (...) e vou-lhe referir um que desgostou o povo da minha aldeia (...): perdemos a esperança nos homens influentes da política e até padres em quem tínhamos uma cega confiança

que nos levaram a actos de hostilidade contra a república, iludindo-nos (...). Perdemos também a confiança no pão, que de balde, temos tentado arrancar ao solo dos nossos campos. Vamos pois para outra terra em cata de solos mais férteis e de homens de mais são carácter, onde possamos encontrar a confiança e o bem-estar que inútil e infelizmente procurámos durante longos anos de privações e de decepções amargas (...)".⁸²

- "(...) Simplórios, analfabetos, sem prática, muitas vezes de qualquer mister, lá partem, à mercê da sorte com raras probabilidades de êxito.

(...) Tendo de competir com o inglês monopolista, com o esperto italiano e com o francês sagaz, preparados para o "struggle for life" depressa são esmagados pela roda da fortuna, que era o seu ideal, provando uma vez mais que não é pelo acaso que o triunfo se consegue, mas pelo emprego simultâneo da inteligência e do trabalho (...). Sem inquirir o motivo de retumbantes triunfos, cuidam os simples

que a todos é dado consegui-los, muitos embora se vá desprovido da mais rudimentar ilustração e apenas se saiba e possa manejar o alvião e a enchada (...):⁸³

- "(...) Já não é o jornaleiro sem pousada ou o artífice mal remunerado, que procura solucionar a vida mediante o expediente transitório de uma ida até ao Brasil. É o chefe de família, remediado e cheio de filhos, que mal baratando as economias por mais de comissários e engajadores sem consciência, (...) atendido e estonteado pela quimera ridente de um futuro de prosperidades fora da Pátria (...) vende a vil preços a choupana e a horta para enroupar (...) meia dúzia de crianças que criou para, abandonando de vez a sua terra, ir a caminho do Eldorado apossar-se do ouro que se apanha às mãos ambas e bem estar que se alcança com o simples assentar de arraiais em terras de pretos!! Misérrima alucinação (...):⁸⁴

- "(...)Abençoados irmãos, que maltratados pela terra ingrata, tão desvelada e carinhosamente correis em seu auxílio na hora extrema de perigo (...):⁸⁵

Para finalizar, não poderíamos deixar de transcrever duas das muitas cartas de emigrantes que a imprensa regional publicou e que constituem verdadeiros "documentos vivos", dignos de serem divulgados, a que não pode ficar alheio o investigador da emigração:

- "Sr. Redactor do Século - Dirijo-me a V., porque conheço o empenho com que o "O Século" trata de todas as causas justas e que se relacionem com a situação do pobre. E é por este motivo que eu, português, mas residindo no Brasil, me dirijo a V., para que dê publicidade nas colunas do seu jornal, e espero que os demais jornais de Lisboa, bem como os das províncias, o façam também a estes apontamentos, a fim de perfeitamente elucidarem todos os que tencionem embarcar, na época actual para este país.

Não é culpa da imprensa portuguesa o não se ocupar mais detalhadamente deste importante assunto, pois, na verdade, lhes faltam elementos suficientes para encetar uma salutar campanha, na qual faça ver ao governo que não deve conceder (pelo menos por estes meses, até à solução da crise) passaportes a emigrantes, que, à procura da realização de um sonho encantador, encontram apenas misérias, infelicidades e desgraças.

Quantos, pela calada da noite, não terão formado projectos de abandonar Portugal, não se importando com as lágrimas das mães, das esposas, das noivas e dos filhinhos?! Para esses, que ainda têm a facilidade de aí residir, mas que conservam na mente a ideia de para aqui emigrarem, é que eu escrevo, fazendo-lhes ver o que é a vida neste país. "O Século" e os outros jornais serão o meu porta-voz. Que eu consiga ser ouvido, são os meus votos sinceros.

Os emigrantes, geralmente, começam por se entregar cegamente nas mãos criminosas dos engajadores que, com promessas de que no Brasil é que estão a felicidade e a independência, lhes arrancam os magros cobres que eles juntaram à custa, Deus sabe, de que sacrifícios!

Embarcam depois em grandes vapores, onde o luxo é para os passageiros de 1ª classe, regular para os de 2ª e detestável para os de 3ª. Ordinariamente, para os passageiros de 3ª a água acaba-se e a sede devora-os. A muito custo se obtém uma garrafa de água ou de vinho, tendo o passageiro de ceder, respectivamente, 20 ou 50 centavos. Nada que a água é para os de 1ª, e para os de 3ª a água doce em viagem é um luxo. As enxergas, infectas, metem nojo. Há diariamente a visita, passada pelo comandante, médico de bordo. Os passageiros de 3ª são corridos para a tolda do navio, no momento da limpeza, que é efectuada pelos moços de bordo. E que limpeza Sr. redactor! As frutas, vinhos, maletas de mão, dinheiro escondido entre as enxergas, tudo é convenientemente limpo. Se o passageiro se queixa, o comissário diz-lhe, imperturbável: - Por que não me deram esses objectos a guardar? Dessa maneira, seriam precisas largas dependências para guardar uma infinidade de coisas que os pobres costumam levar em viagem.

Chegam, por fim, ao ponto ambicionado - ao Rio de Janeiro:- Desembarca o passageiro, quase anémico, por motivo da abundância da alimentação e excelência da mesma. Saltando em terra, é abordado por dezenas de correctores que, pomposamente, lhes gritam aos ouvidos: hotel de tal, boa cama, boa mesa, diária baratíssima, etc, etc! E sabem quanto é a diária baratíssima? 5 a 6\$00 reis, que corresponde aí a 2 escudos. Os emigrantes, no desejo de se lavarem, de tomarem um banho que os preserve dos parasitas adquiridos no vapor, seguem, confiados nas palavras desses homens, quando as espeluncas por eles indicadas nem o título de hospedaria merecem.

Não quero dizer com isto que no Rio não haja bons hotéis; há-os e de primeira, mas o pobre não entra lá porque a diária é elevadíssima.

Consumido o pouco dinheiro que levam, procuram trabalho e não o encontram.

Passam os primeiros dias de visita à cidade, que é lindíssima; mas o dinheiro que trazem não lhes dura para sempre e esgota-se.

Aqui é que começa o reverso da medalha. Levantam-se cedo e compram "O Correio da Manhã" e o Jornal do Brasil", dois jornais muito nossos amigos, e procuram, procuram, mas, em lugar de encontrarem alguém que se utilize dos seus serviços, deparam ... mas é com centenas de pequeninos anúncios de indivíduos que se oferecem.

Se não têm aqui parentes ou conhecidos, aparece-lhes então, como dizia Eça de Queirós: sobre a nudez forte da verdade o manto diafano da fantasia.

"A nudez da verdade" é o dono do hotel, que lhes vem dizer que, em vista de se encontrarem atrasados ao pagamento, se vê forçado a fechar-lhes a porta, ficando como penhor, as míseras roupas que trouxeram. "O manto diafano da fantasia" desaparece então.

O pobre emigrante sofre o primeiro golpe e divisa a figura da fome, com o seu cortejo de desgraças. É nessa ocasião que ele sente o grande desejo de voltar à sua terra; mas não pode, porque tem de sofrer mais e muito mais. No fim de longos meses de desespero, de lágrimas e dores, se consegue ter a suprema felicidade de se empregar como limpador de pratos, ou copeiro, recebe, por longos e intermináveis meses, 70 a 80 mil reis, que representam, respectiva-

mente, 20 escudos e 16 centavos, e 23 escudos e 4 centavos, tendo, com esse dinheiro, de pagar à lavadeira, quarto, comida etc., etc.

Quantos rapazes, aí de Lisboa, filhos de boas famílias, não estão aqui desempregados?! Muitos, então, trabalham em misteres muito diversos dos que aí tinham. Como prova do que afirmo, apresento o seguinte caso, que é frisante: Está aqui empregado num botequim, a fazer refrescos e a vender Paraty, um rapaz que em Lisboa foi um hábil primeiro caixeiro e que por o patrão ter dado com o negócio em droga, por ser conspirador, veio até aqui procurar fortuna. Ganha presentemente 100\$00 reis, dinheiro brasileiro, e tem de despesa o seguinte: Pensão, almoço e jantar, 60\$00 reis; lavadeira, 10\$00 reis; quarto (e tem de viver com mais quatro companheiros, pois o aluguer do quarto custa 100\$00 reis mensais) à sua parte 20\$00 reis.

Ficam-lhe, portanto, 10\$00 reis, para comprar roupa nova, escrever à família (cada selo para aí, 200 reis), e mais despesas diversas que um rapaz poderá ter. Enfim, um verdadeiro Eden! E ainda por cima o patrão, que é monarquista, lhe chama continuamente Afonso Costa!

Se, por infelicidade, parte um copo, ou outra qualquer peça de louça, já sabe que no fim do mês lhe é tudo descontado.

Isto passa-se com um rapaz educado e com conhecimento do mundo, como nós aí dizemos. Aprecie por isto, Sr. redactor, a vida que aqui levará um emigrante das nossas províncias, sem educação, não sabendo ler, e que se apresenta, logo de entrada, mal vestido; enfim, não tendo nada que o recomende.

A legião de patricios nossos, desempregados, é enorme. É vê-los passar pelas casas de comidas, com os olhos rasos de água, a mendigar uma sopa, mal se podendo ter em pé, fracos e sem dinheiro. Quem parar um pouco, junto ao Café Jeremias, ou à Simpatia, estabelecimentos situados à Avenida Rio Branco, é que pode apreciar a terrível verdade de que digo. Pedem-nos 100 reis, para a ajuda de comprar um pão, já que não podem pagar 1\$100 reis por um jantar ou almoço.

São uns infelizes, atrás uns dos outros. A fila é comprida e nunca acaba".⁸⁶

- "RIO DE JANEIRO, 12-1914 - Sr. Redactor do «Século» - Saudando-o e desejando-lhe muitas prosperidades, destas longínquas paragens, onde me encontro, venho, em nome de milhares de compatriotas nossos, dirigir-lhe um apelo. Este apelo consiste em pedir a V. Exa. a fineza da publicação destas linhas, para evitar o mal de muitos.

Escrevo-lhe do Rio de Janeiro, onde milhares de portugueses vivem ma maior miséria, por falta de trabalho. E não é só na capital federal que a crise de trabalho se manifesta, com carácter assustador; em todos os Estados da República do Brasil existe essa crise medonha que estabelece a fome no lar do proletariado e dificulta a vida comercial.

Aqui, no Rio de Janeiro, multidões de desgraçados dormem nas ruas, nos matos e nos bancos dos jardins, rotos, esfarrapados, sujos, famintos, até que a polícia os conduz para a colónia correcional.

No meio desta multidão de infelizes, que luta com a miséria, existe uma grande parte de portugueses, a maioria dos quais recentemente chegados aqui.

Iludidos com a fama da riqueza do Brasil, esses infelizes abandonaram a pátria que lhes foi berço, os seus campos, a sua casa, sem pão, sem trabalho!

É um quadro desolador, Sr. Redactor; é um quadro que causa dó, que comove mesmo as almas refratárias à piedade.

Muitos anseiam por voltar à Pátria; mas como? Pois se eles nem dinheiro têm para comer, passando dias e dias sem se alimentarem!

E todos os dias os vapores despejam na cais de desembarque desta cidade novas multidões, que vêm engrossar a legião de infortunados.

É uma obra de caridade, Sr. Redator, evitar os sofrimentos dos nossos compatriotas, procurando a forma mais razoável e mais racional de pôr um dique a essa torrente emigratória.

Se aos que aqui se encontram em más condições não nos é possível acudir com o remédio do regresso à Pátria - o que, aliás, seria de um resultado benéfico, pois que a sua volta levaria a desilusão aos que tencionassem vir para aqui - pelo menos façamos ver, por meio de conceituado periódico que V. Exa. com tanta proficiência dirige, aos que ainda gozam as delícias dos seus campos e as carícias da sua família, que não lhes vale a pena abandonar o lar, onde existe o pão, para vir tão longe encontrar a miséria.

Pela publicação destas linhas, que num impulso de humanidade, escrevo em favor de milhares de infelizes, muito grato lhe fica de V. Exa,

José Carlos da Silva".⁸⁷

4. CONCLUSÃO

A investigação subjacente ao tratamento da Imprensa Regional deixa antever, para além da informação contida nos vários títulos, a divulgação de um "espírito de missão" inerente às respectivas publicações (neste caso concreto, sobre as vicissitudes da emigração), bem como de uma verdadeira "sensibilidade", mesmo nos artigos mais agressivos.

A emigração é também retratada de uma forma realista, fugindo à visão tradicional e comovedora dos textos.

Vários intervenientes e articulistas deram voz à opinião de muitos que não escreviam, mas se interessavam pelo assunto ou do qual eram vítimas, mobilizando a opinião pública, a consciência colectiva e suscitando reflexões e discussões.

Trabalhar jornais é, sem dúvida, um universo apaixonante, mas onde a necessidade de orientação precisa e objectiva se revela a cada passo, para um melhor discernimento dos conteúdos noticiosos.

Por tal, os dilemas inerentes à elaboração deste estudo serviram, entre outras razões, para justificar a sua linha de orientação e perspectivar futuras investigações. Tendo como ponto de referência a "grelha" subjacente à análise a efectuar em cada periódico, difícil se tornou elaborar um texto consonante entre o espírito que presidiu a este trabalho e os cuidados a ter na análise objectiva dos artigos da imprensa. Para quebrar a monotonia do texto procurámos intercalar citações pertinentes com pequenos comentários, mas difícil se tornou, também, seleccionar as notícias e os conteúdos noticiosos, profundamente enriquecedores, que directa ou indirectamente se relacionavam com o tema em foco; atendendo ao intercâmbio de envolvências entre a dinâmica

regional da época e o fenómeno emigratório. Custoso também conciliar a necessidade de acompanhamento do tema, despido de ideias preconcebidas ou de cargas de subjectividade, com a rápida atracção que expressões, frases, estilos de escrita, lógicas de raciocínio dos artigos nos assolam.

As atitudes metodológicas são determinantes neste tipo de pesquisas. Nem sempre a quantidade de notícias é sinónimo de qualidade de conteúdo. Pequenas mas frequentes, as notícias podem ter forte impacto no leitor, atendendo à forma e distribuição dos conteúdos noticiosos na mancha do jornal e até à criatividade com que os mesmos são elaborados. Sem dúvida, um artigo pode valer dias de trabalho intenso.

Sublinhemos aqui o papel meritório da imprensa no transpor para a “praça pública” de fenómeno tão tentacular e de difícil abordagem, principalmente devido à escassez de meios com que se vivia e trabalhava na região, e também porque se deixou transparecer o espírito observador e de acompanhamento dos problemas do cidadão e das chagas sociais que o afectavam.

Utilizar a liberdade de imprensa que a República corporizava e propagandeava era um direito, mas constituía também um forte sentido de responsabilidade e dever cívico, perante uma população pouco esclarecida e empenhada, resignada a uma passividade confortável mas não confortante, porque também pouco exposta à informação, atendendo às grandes percentagens de analfabetos registados no Distrito.

Ler o jornal poderia ser um verdadeiro luxo, mas nos locais de convívio mais simples do meio rural, “ouvir” as notícias, o comentário de quem lê, fez deste tipo de publicações um verdadeiro instrumento ao serviço do cidadão comum.

A leitura da Imprensa Regional permitiu constatar que:

- 1 - A República deu lugar a um número vasto de publicações. Com a liberdade de imprensa, os jornais proliferaram na região, fazem “voz activa”, lideram correntes de opinião. Difundindo o ideal republicano, são seus agentes nas mensagens de confiança transmitidas aos governos e conduzem a uma maior responsabilidade destes, no sentido de concretizar as expectativas dos cidadãos (por exemplo. “A Pátria Nova”). Os jornais ditos independentes fazem a análise mais crítica do fenómeno e transmitem mais apelos e alertas (por exemplo: “Jornal de Bragança”, “O Montanhês do Norte”, “Notícias de Bragança”). Tal como afirma Daniel Pires, *“os periódicos assumem com frequência o papel de contrapoder, de recusa do status. Efectivamente, dada a sua periodicidade, estão vocacionados para intervir na res-publica, para veicular posições que entram em rota de colisão com o poder.”*⁸⁸
- 2 - As proporções galopantes do fenómeno emigratório fazem com que a Imprensa não fique alheia a esta dinâmica, antecipando raciocínios, análises, teorizações, movimentos de opinião, um autêntico “laboratório vivo”, uma verdadeira cruzada anti-emigratória.
- 3 - A emigração revela um forte cariz de intervenção social e é barómetro do pulsar regional.
- 4 - O emigrante é exemplo vivo, força de ruptura, apelando com seu gesto a uma mudança legítima, urgente e necessária.
- 5 - A emigração, enquanto fenómeno populacional, com cariz social, apela também para as forças económicas e políticas e torna o emigrante, simul-

taneamente seu protagonista activo, cúmplice e vítima. Emigrar nem sempre foi um passaporte para o sucesso.

- 6 – O papel dos jornais, no contexto da sua função social, não deve esquecer-se, bem como a função pedagógica que reflectem e o recurso didáctico que constituem. São os tipógrafos, são os homens dos jornais que, com iniciativa, divulgam e fomentam novas ideias, não só políticas, mas também novas atitudes e novas dinâmicas a impregnar na sociedade bragançana. O bem-estar de uma região tem um preço: constrói-se atempadamente.

FONTES

Fontes Impressas - Imprensa Regional

Jornais

- | | |
|---|---|
| - ALERTA
Anos de 1907 e 1908
Ano I e II
Nº 1 a 58
03/06/1907 a 21/07/1908 | Na BPMP
Anos de 1907 a 1910
Ano XVII, XVIII, XIX
Nº 779 a 958
28/04/1907 a 19/10/1910 |
| - (O) BRAGANÇANO
Ano de 1919
Ano I
Nº 1 a 3
15/11/1919 a 16/12/1919 | - JORNAL DE BRAGANÇA
Anos de 1910 a 1911
Ano I
Nº 1 a 52
23/02/1910 a 13/03/1911 |
| - (O) CONCELHO DE BRAGANÇA
Ano de 1911
Ano I
Nº 1 a 9
12/02/1911 a 16/04/1911 | - LEGIONÁRIO TRASMONTANO
Anos de 1914 a 1917
Ano I a III
Nº 1 a 130
18/06/1914 a 16/03/1917
(Faltavam 3 números) |
| - DISTRICTO DE BRAGANÇA
Ano de 1907
Ano VI
Nº 269 a 278
26/04/1907 a 28/06/1907 | - (O) LESTE TRASMONTANO
Ano 1920
Ano I
Nº 1 a 10
15/01/1920 a 25/06/1920 |
| - DISTRICTO DE BRAGANÇA
Ano 1911
Ano I
Nº 1 a 11
1/01/1911 a 10/06/1911 | - (O) MONTANHÊS DO NORTE
Anos de 1912 e 1913
Ano I
Nº 1 a 52
10/11/1912 a 02/11/1913 |
| - GAZETA DE BRAGANÇA
No MAB
Anos de 1900 a 1906
Ano VIII a XVII
Nº 402 a 778
14/01/1900 a 21/04/1907 - séries incompletas | - (O) NORDESTE
No MAB
Anos de 1900 a 1910 (séries incompletas)
Ano VII a XXII
Nº 657 a 1162
10/01/1900 a 07/01/1910 |

- | | |
|--|---------------------------|
| Na BPMP | - (O) SORRIR DA MOCIDADE |
| Ano 1910 | Ano 1910 |
| Ano XXII | Ano I |
| Nº 1163 a 1189 | 1/05/1910 a 21/09/1910 |
| 14/01/1910 a 15/07/1910 | |
| | - (O) TRASMONTANO |
| - NOTÍCIAS DE BRAGANÇA | Anos de 1915 a 1917 |
| Anos de 1912 a 1917 | Anos I e II |
| Ano I a VI | Nº 1 a 78 |
| Nº 1 a 288 | 11/07/1915 a 15/07/1917 |
| 23/02/1912 a 30/08/1917 | |
| | |
| - NOTÍCIAS DE NORDESTE | |
| Na BPMP | |
| Ano de 1910 | |
| Ano I | |
| Nº 1 a 11 | |
| 22/07/1910 a 30/09/1910 | |
| | |
| No MAB | Revistas |
| Anos de 1910 e 1911 - séries incompletas | - ILLUSTRAÇÃO TRASMONTANA |
| Ano I | Anos 1908, 1909 e 1910 |
| Nº 12 a 23 | Anos I, II, e III |
| 7/10/1910 a 20/01/1911 | Nº 1 a 36 |
| | |
| - (A) PÁTRIA NOVA | - (A) VERDADE |
| Anos de 1908 a 1915 | Nº 1, 2 e 3 |
| Ano I a VII | 22/09/1910 a 01/01/1912 |
| Nº 1 a 336 | |
| 31/01/1908 a 9/05/1915 | |

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV. – *Ilhistória e Nova História*, Lisboa, Editorial Teorema, 1994
- ALARCÃO, Jorge de – *Introdução ao Estudo da História e Património Locais*, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 1987
- ALMEIDA, Carlos, e BARRETO, António - *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo Editora, 1964 (Coleção Cadernos de Hoje, nº 10)
- ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros / Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráficos Reunidos, 1994
- *Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista*, in «Emigração/Imigração em Portugal - Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)», Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993 (Coleção Estudos, nº 12), pp. 78-97
- ARROTEIA, Jorge Carvalho - *Atlas da Emigração Portuguesa*, Porto, Secretaria de Estado de Emigração, 1985 (Série Migrações)
- *Ensaio Tipológico sobre os Movimentos Emigratórios Portugueses* Aveiro, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1986 (Série Migrações/Sociologia)

- *A Emigração Portuguesa - Suas Origens e Distribuição*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Ministério da Educação, 1ª Edição, 1983 (Biblioteca Breve, vol. 79, Série História)

- ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA – *O Estudo da História, História Contemporânea*, Nº 1, Lisboa, APII, 1996
Actas do 2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre 23 a 25 de Novembro de 1994, Lisboa, APH, 1996

- BAGANIIA, Maria Ioannis Benis - *A Emigração de 1856 a 1875 vista de Viana do Castelo*, in «Revista de História Económica e Social» nº 3, Janeiro a Junho de 1979, pp. 85-100

- *Interesses Colectivos versus Interesses Individuais: A Política Americana de Emigração, 1776-1927*, in «Emigração/Imigração em Portugal - Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)», Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993 (Coleção Estudos, nº 12), pp. 28-41

- CALADO, Morais - *O Nordeste Transmontano nas duas Primeiras Décadas do Século XX*, in «Amigos de Bragança», Ano XV, nº 14, Agosto 1970, pp. 5-24

- CANAVEZ, Nuno - *Subsídios para uma Bibliografia sobre Trás-os-Montes e Alto Douro*, Porto, Livraria Académica, 1994

- CÂNDIDO, L. Morgado - *Aspectos Regionais da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1969

- CARVALHO, Alberto - *Causas e Compensações da Emigração Portuguesa para o Brasil*, Lisboa, 1912

- CASTRO, Armando - *A Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925)*, Lisboa, Edições 70, 3ª edição, 1979 (Biblioteca 70 - Série Economia)

- CEPEDA, Francisco José Terroso - *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*, Dissertação para efeito de obtenção do grau de Doutor em Economia - Gestão Agrária, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1988

- *Economia Agrária Portuguesa no 1º Quartel do Séc. XX*, in «Brigantia-Revista de Cultura» Vol. IV, n.º 4, Outubro-Dezembro, 1984, pp. 551-568

- *Nordeste Interior Português e a Emigração*, in «Brigantia-Revista de Cultura» Vol. XIII, nº 1-2, Janeiro-Junho, 1993

- *Regresso dos Emigrantes ao Nordeste Interior Português e o seu Contributo para o Desenvolvimento da Região*, in «Brigantia-Revista de Cultura» Vol. XI, nº 1-2, Janeiro-Junho 1991

- COSTA, António Luís Pinto da - *A Emigração Portuguesa (1871-1930) / Emigração Geral e Emigração Colonial*, in «História», Ano XIII nº 138, Março 1991, pp. 56-75

- COSTA, Licurgo e VIDAL, Barros – *História e Evolução da Imprensa Brasileira*, Rio de Janeiro, Edições da Comissão Organizadora da Representação Brasileira à Exposição dos Centenários de Portugal, 1940

- COSME, João – *Alguns Considerandos sobre História Regional e Local durante a Época Moderna*, in «Actas do 2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre», A .P. H., Lisboa, 1996, pp.43-45

- CRUZ, Maria Antonieta - *Do Porto para o Brasil: A Outra Face da Emigração Oitocentista à Luz da Imprensa Portuguesa*, in «Revista de História» nº 11, pp. 185-192
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho - *A Classificação Sócio-Profissional: Uma Questão em Aberto*, in «Revista População e Sociedade» nº 1, 1995, pp. 177-208
- FLOUD, Roderick - *Métodos Cuantitativos para Historiadores*, Madrid, Alianza Editorial, 3ª Edição, 1983
- FRANCO, Graça - *A Censura à Imprensa (1820 – 1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993
- HENRY, Louis - *Manual de Demografia Histórica / Técnicas de Análisis*, Barcelona, Editorial Crítica, 1983 (Crítica/História nº 26)
- *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1ª Edição, 1988
- LEITE, Joaquim da Costa - *Informação ou Propaganda? Parentes, Amigos e Engajadores na Emigração Oitocentista*, in «Emigração/Imigração em Portugal - Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)», Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993 (Coleção Estudos, nº 12), pp. 98-107
- LOPES, Maria Teresa Braga Soares - *Emigração Legal Portuguesa no Distrito de Aveiro (1882-1894)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea Apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993
- *Correntes de Opinião Pública e Emigração Legal no Distrito de Aveiro (1882-1894)*, in «Revista População e Sociedade», nº 1, 1995, pp. 209-231
- MANIQUE, António Pedro e PROENÇA, Maria Cândida - *Didáctica da História, Património e História Local*, Lisboa, Texto Editora, 1ª Edição, 1994 (Coleção Educação Hoje)
- MARQUES, António Henrique de Oliveira - *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*, Lisboa, Livros Horizonte, 3ª Edição, 1980 (Coleção Horizonte, nº 13)
- *História de Portugal Vol. III (Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias)*, Lisboa, Palas Editora, 3ª Edição, 1986
- *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981 (Imprensa Universitária, nº 21)
- Nova História de Portugal, Vol. XI, Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1ª Edição, 1991
- *Estudos sobre Portugal no Século XX*, in Separata «O Tempo e o Modo», nº 62-63, Julho/Agosto, 1968
- MARTINS, Maria da Graça Lopes Fernandes - *A Emigração do Distrito de Bragança (1901-1920) – Uma Análise Regional*, in «População e Sociedade» Nº 4, Porto, Cefpam, 1998
- *A Emigração do Distrito de Bragança (1901-1920) – Uma Análise Quantitativa*, in «Domus – Revista Cultural» nº 1, Bragança, 1998
- MATOS, Maria Izilda Santos de - *Estratégias de Sobrevivência. A Imigração Portuguesa e o Mundo do Trabalho. São Paulo 1890-1930*, in «Emigração/Imigração em Portugal - Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)», Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993 (Coleção Estudos, nº 12), pp. 218-237

- MATTOSO, José - *História de Portugal*, vol. 6 - A Segunda Fundação (1890-1926), Lisboa, Editorial Estampa, s/d
- *A Escrita da História, Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988
 - *História Local e Regional, Que perspectivas, Que objectivos?*, in «O Estudo da História», Boletim da A.P.II., 2ª Série nº 1, Lisboa, 1986
 - *A Função Social da História no Mundo de Hoje*, Lisboa, APH, 1ª Edição 1999 (Coleção Estudos/Reflexões 2)
 -
- MENDES, Isabel Maria Ribeiro, e CORREIA, José Manuel - *Estratos Sociais e Níveis Culturais / Os Emigrantes Portugueses no Século XIX*, in «História», Ano 13, nº 134, Novembro 1990, pp. 37-41
- *Filantropismo Emigrante durante o Século XIX* in «História», Ano XIII, nº 137, Fevereiro 1991, pp. 75-82
- MIRANDA, Sacuntala de - *A População Portuguesa no Século XX: Ensaio de Demografia Histórica*, in «Ler História» nº 18, 1990, pp. 51-81
- *Emigração e Fluxos de Capital, 1870-1914* in «Emigração/Imigração em Portugal - Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)», Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993 (Coleção Estudos, nº 12), pp. 47, 62
- NAZARETI, Joaquim Manuel - *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1ª Edição, 1988 (Coleção Métodos nº 27)
- *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa*, in «Análise Social» XII, nº 46, 1976, pp. 315-362
 - *A Demografia Portuguesa no Século XX: Linhas de Evolução e Transformação*, in «Análise Social», vol. XII, nº 87-89, 1985, pp. 963-980
- NEVES, João Alves das - *História Breve da Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo*, D.G.C.S., Lisboa, 1989
- PEREIRA, Miriam Halpern - *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981 (Biblioteca de História, nº 10)
- *Liberdade e Contenção na Emigração Portuguesa (1850-1930)*, in «Emigração/Imigração em Portugal - Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)», Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993 (Coleção Estudos, nº 12), pp. 9-16
 - *Política e Economia. Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979
- PIRES, Daniel - *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Séc. XX (1900-1940)*, Lisboa, Griffo, 1996
- REIS, António - *O Jornalista e Historiador - Aproximações e Diferenças*, in «Penélope», nº 12, 1993, pp. 135-142
- ROCHA, Clara - *Revistas Literárias do Séc. XX em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional /Casa da moeda, 1985

- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz e ARROTEIA, Jorge Carvalho - *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1984 (Coleção Temas de Cultura Portuguesa, nº 6)
- *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995 (Coleção Textos de Base, nº 88)
- RODRIGUES, Graça Almeida - *Breve História da Censura Literária em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980
- SECRETARIA DE ESTADO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS - *1º Encontro Portuguesas Migrantes no Associativismo e no Jornalismo*, Lisboa, Centro de Estudos - Fundo Documental e Iconográfico da Emigração e das Comunidades Portuguesas, 1986
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal, Vol. XI, A Primeira República (1910-1926)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1989
- *História de Portugal, Vol. XII, A Primeira República (1910-1926)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1990
- *Conspecto Histórico da Emigração Portuguesa*, in «Análise Social», 8, nº 32, 1970, pp. 597-617
- SERRÃO, Joel - *Emigração*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, pp. 363-373
- *A Emigração Portuguesa - Sondagem Histórica*, Livros Horizonte, 4ª Edição, 1982 (Coleção Horizonte, nº 12)
- *Testemunhos Sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976
- SFEZ, Lucien (org.) - *Dictionnaire Critique de La Communication*, (vols. 1 e 2), Paris, P.U.F., 1993
- SILVA, Fernando Emygdio da - *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio Livradores Editores, 1917
- SILVA, Joaquim Palminha - *Comunidades Portuguesas e sua Imprensa, Subsídios para um Inventário*, Lisboa, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de Estudos - Fundo Documental e Iconográfico da Emigração e das Comunidades Portuguesas, 1987
- TABORDA, Vergílio - *Alto Trás-os-Montes / Estudo Geográfico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2ª Edição, 1987 (Coleção Espaço e Sociedade, nº 6)
- TENGARRINHA, José Manuel - *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1989
- TORGAL, Luís Reis - *História ... que história? - Algumas Reflexões Introdutórias à Temática da História Local e Regional*, in «Revista de História das Ideias», Coimbra, nº 9, 1987
- TRAQUINA, Nelson - *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Vega, 1993
- VELOSO, Lúcia Maria Mariano e SOUSA, José Manuel Motta de - *História da Imprensa Periódica Portuguesa - Subsídios para uma Bibliografia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1987
- VEYNE, Paul - *Como se Escreve a História*, Lisboa, Edições 70, 1987

NOTAS

- ¹ PIRES, Daniel – *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Séc. XX*, pp. 9-10
- ² COSME, João – *Alguns Considerandos sobre História Regional e Local durante a Época Moderna*, in «2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre – Actas», p. 43
- ³ MARQUES, Oliveira – *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, p. 569
- ⁴ SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*, p. 34
- ⁵ MARQUES, Oliveira - *Guia da História da 1ª República Portuguesa*, p. 91
- ⁶ ALVES, Francisco Manuel - *Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. XI, p. 345
- ⁷ SANTOS, Maria Alcina Afonso - *A Imprensa Periódica no Distrito de Bragança durante a 1ª República (1910-1926)*, innumerado
- ⁸ PIRES, Daniel – *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Séc. XX*, p. 12
- ⁹ IDEM, *ibidem*, p. 26
- ¹⁰ PIRES, Daniel – *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Séc. XX*, p. 14
- ¹¹ LOPES, Maria Teresa Braga Soares - *Emigração Legal Portuguesa no Distrito de Aveiro (1882-1894)*, p. 55
- ¹² ALVES, Jorge - *Os Brasileiros*, p. 349
- ¹³ TABORDA, Vergílio - *Alto Trás-os-Montes*, p. 132
- ¹⁴ IDEM, *ibidem*, pp. 20, 21
- ¹⁵ IDEM, *ibidem*, p. 112
- ¹⁶ IDEM, *ibidem*, p. 120
- ¹⁷ "Gazeta de Bragança", nº 639, 14/08/1904
- ¹⁸ "Ilustração Trasmontana", nº 18, Junho de 1909
- ¹⁹ "O Montanhês do Norte", nº 12, 26/01/1913
- ²⁰ "Districto de Bragança", nº 9, 01/05/1911
- ²¹ "Notícias de Bragança", nº 7, 04/04/1912
- ²² "Jornal de Bragança", nº 1, 23/02/1910
- ²³ "Jornal de Bragança", nº 1, 23/02/1910

- ²⁴ “*O Montanhês do Norte*”, n.º 49, 12/10/1913
- ²⁵ “*Gazeta de Bragança*”, n.º 618, 20/03/1904
- ²⁶ “*Notícias de Bragança*”, n.º 80, 08/08/1913
- ²⁷ “*Ilustração Trasmontana*”, n.º 6, Junho de 1908
- ²⁸ “*Pátria Nova*”, n.º 128, 02/04/1911
- ²⁹ *Idem*, n.º 203, 22/09/1912
- ³⁰ “*Pátria Nova*”, n.º 314, 22/11/1914
- ³¹ *Idem*, n.º 331, 04/04/1915
- ³² “*O Montanhês do Norte*”, n.º 38, 27/07/1913
- ³³ *Idem*, n.º 14, 09/02/1913
- ³⁴ “*Pátria Nova*”, n.º 127, 25/03/1911
- ³⁵ “*Jornal de Bragança*”, n.º 15, 01/06/1902
- ³⁶ *Idem*, n.º 17, 15/06/1910
- ³⁷ “*Districto de Bragança*”, n.º 6, 15/03/1911
- ³⁸ “*Ilustração Trasmontana*”, n.º 5, Maio de 1908
- ³⁹ “*Notícias de Bragança*”, n.º 5, 21/03/1912
- ⁴⁰ “*Gazeta de Bragança*”, n.º 660, 08/01/1905
- ⁴¹ “*Pátria Nova*”, n.º 276, 28/02/1914
- ⁴² “*Alerta*”, n.º 32, 12/01/1908
- ⁴³ “*Pátria Nova*”, n.º 159, 19/11/1911
- ⁴⁴ “*O Trasmontano*”, n.º 38, 25/06/1916
- ⁴⁵ “*Notícias de Bragança*”, n.º 22, 18/07/1912
- ⁴⁶ *Idem*, n.º 31, 19/09/1912
- ⁴⁷ “*Alerta*”, n.º 38, 25/02/1908
- ⁴⁸ “*Pátria Nova*”, n.º 203, 22/09/1912

- ⁴⁹ *Idem*, n.º 127, 25/03/1911
- ⁵⁰ *Idem*, n.º 209, 03/11/1912
- ⁵¹ “*Gazeta de Bragança*”, n.º 638, 07/08/1904
- ⁵² *Idem*, n.º 715, 04/02/1906
- ⁵³ “*Gazeta de Bragança*”, n.º 731, 27/05/1906
- ⁵⁴ *Idem*, n.º 639, 14/08/1904
- ⁵⁵ “*Pátria Nova*”, n.º 128, 02/04/1911
- ⁵⁶ “*O Montanhês do Norte*”, n.º 47, 28/09/1913
- ⁵⁷ “*Notícias de Bragança*”, n.º 22, 18/07/1912
- ⁵⁸ “*Districto de Bragança*”, n.º 9, 01/01/1911
- ⁵⁹ “*Notícias de Bragança*”, n.º 36, 24/10/1912
- ⁶⁰ , “*Notícias de Bragança*”, n.º 38, 07/11/1912
- ⁶¹ *Idem*, n.º 38, 07/11/1912
- ⁶² “*Gazeta de Bragança*”, n.º 639, 14/08/1904
- ⁶³ *Idem*, n.º 902, 05/09/1909
- ⁶⁴ “*O Bragançano*”, n.º 1, 15/11/1919
- ⁶⁵ “*Pátria Nova*”, n.º 203, 22/09/1912
- ⁶⁶ “*O Montanhês do Norte*”, n.º 49, 12/10/1913
- ⁶⁷ “*Alerta*”, n.º 1, 03/06/1907
- ⁶⁸ *Idem*, n.º 50, 19/05/1908
- ⁶⁹ *Idem*, n.º 43, 31/03/1908
- ⁷⁰ “*O Nordeste*”, n.º 829, 29/04/1903
- ⁷¹ “*Gazeta de Bragança*”, n.º 639, 14/08/1904
- ⁷² “*Districto de Bragança*”, n.º 8, 15/04/1911
- ⁷³ “*Districto de Bragança*”, n.º 4, 15/01/1911
- ⁷⁴ “*A Pátria Nova*”, n.º 284, 25/04/1914

⁷⁵ *Idem*, n.º 205, 06/12/1912

⁷⁶ "Notícias de Bragança", n.º 208, 10/02/1916

⁷⁷ "O Montanhês do Norte", n.º 14, 09/02/1913

⁷⁸ "Notícias de Bragança", n.º 5, 21/03/1912

⁷⁹ *Idem*, n.º 34, 10/10/1912

⁸⁰ "A Pátria Nova", n.º 127, 25/03/1911

⁸¹ *Idem*, n.º 209, 03/11/1912

⁸² *Idem*, n.º 222, 02/02/1913

⁸³ "Notícias de Bragança", n.º 22, 18/07/1912

⁸⁴ "Notícias de Bragança", n.º 7, 04/04/1912

⁸⁵ "O Trasmontano", n.º 76, 24/06/1917

⁸⁶ "A Pátria Nova", n.º 276, 28/02/1913

⁸⁷ "Notícias de Bragança", n.º 105, 19/02/1914

⁸⁸ PIRES, Daniel – *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Séc. XX*, p. 11.

PARA A HISTÓRIA DA INDÚSTRIA DAS SEDAS EM TRÁS-OS-MONTES (1819-1823)

Fernando de Sousa

(professor catedrático da Universidade do Porto)

ABSTRACT

This work, in the sequence of others that the author made about silk industries in Trás-os-Montes, presents several inedited sources about those industries, between 1819 and 1823.

In that period appeared some attempts to bring back the silk industries in Trás-os-Montes since the production has decreased in quantity and quality.

Those attempts would, however become unfruitful.

1. INTRODUÇÃO

Em 1973, após dois anos de laboriosa investigação, apresentamos à Faculdade de Letras da Universidade do Porto a nossa tese de licenciatura sobre Trás-os-Montes em finais do Antigo Regime¹.

Nesse trabalho, em que prestamos uma atenção especial à economia da região, dedicamos já um capítulo autónomo à indústria das sedas em Trás-os-Montes, a única actividade transformadora da província que se manteve durante séculos e que nos finais do século XVIII e princípios do século XIX gerou uma riqueza considerável, trazendo a prosperidade a Bragança e ao Nordeste Trasmontano.

Não terá sido a primeira vez que a indústria da seda e a sericultura desempenharam um importante papel na economia rural de Trás-os-Montes. E também não será a última. Mas, a época referida, foi indubitavelmente o período de maior euforia, de maior produção, especialização e qualidade.

Apesar de a sericultura e a indústria de seda constituírem uma componente estrutural determinante da economia trasmontana, a verdade é que escasseiam os estudos sobre o tema.

É certo que, José António de Sá e José Acúrcio das Neves, testemunhas privilegiadas da evolução da indústria das sedas em Trás-os-Montes, na viragem do século XVIII para o século XIX, deixaram-nos páginas fundamentais sobre esta actividade económica².

Mais tarde, Fradesso da Silveira e Meneses Pimentel, para a segunda metade do século XIX, forneceram-nos, embora na perspectiva mais ampla da sericultura portuguesa, preciosos contributos sobre aquela³.

Em seguida, o abade de Baçal, Francisco Manuel Alves, já no nosso século, legou-nos, nas suas monumentais memórias sobre o distrito de Bragança, importantes documentos para a referida indústria⁴.

Depois dele, apenas surgiram, da nossa autoria, o estudo já referido, que faz parte da nossa tese de licenciatura, e o artigo publicado na "Revista de História Económica e Social"⁵, intitulado *A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1780-1812)*, onde, pela primeira vez, servindo-me de fontes manuscritas inéditas, carreei novos contributos para aquela indústria, na época mencionada.

Encontram-se, também, já para publicação, mais dois trabalhos relativos à indústria das sedas em Trás-os-Montes, no âmbito do projecto alargado que estamos a desenvolver quanto à evolução daquela actividade económica na Época Contemporânea (finais do século XVIII ao século XX): o primeiro é *A reestruturação da indústria das sedas em Trás-os-Montes nos finais de Setecentos*; e o segundo intitula-se *A indústria das sedas em Trás-os-Montes (1835-1869)*.

Mas continua a não se conhecer a evolução da indústria das sedas em Trás-os-Montes, desde o século XVI a finais do século XVIII. Não há qualquer estudo que procure relacionar, por exemplo, os ciclos de expansão e decadência de tal indústria com as épocas de repressão e abrandamento da acção da Inquisição no nordeste trasmontano ou com os ciclos de expansão ou abrandamento da nossa economia. E para o século XIX, não temos qualquer visão de conjunto sobre a sericultura e indústria das sedas para a mesma região.

Ignoram-se assim, os equipamentos e técnicas utilizadas, a origem dos capitais, os seus principais capitalistas e fabricantes, o sistema de organização do trabalho, os mecanismos e factores de produção, venda e distribuição, enfim as causas que impediram a sua modernização no século XIX. E de não menos importância, a publicação das fontes manuscritas ou impressas mais importantes que importam à sericultura e à indústria das sedas de Trás-os-Montes, está ainda por fazer !...

Estamos certos que, em breve, novos estudos sobre este aliciante tema irão surgir, como o de José Rodrigues Monteiro, assistente da Faculdade de Letras de Coimbra, que se encontra a elaborar a sua tese de doutoramento sobre a indústria das sedas em Trás-os-Montes, nos séculos XVII e XVIII.

Pela nossa parte, dispomos, neste momento, de um vastíssimo conjunto de fontes sobre tal matéria, encontrando-se em fase final de elaboração, um trabalho sobre a indústria trasmontana das sedas entre 1812 e 1835. Mas, para já, decidimos publicar algumas fontes, como contributo para o mesmo.

As fontes que agora damos a público dizem respeito ao período compreendido entre 1819 e 1823. Trata-se da memória que Francisco Morais Pessanha escreveu em 1819⁶, já consultada e aproveitada por nós, quer na tese de licenciatura, quer em *A indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1813)*; da memória que João Maria Arnaud escreveu em 1822, que conhecemos e possuímos, igualmente, desde a elaboração da nossa tese de licenciatura; e, finalmente, da consulta da Junta do Comércio, de 1823, sobre as medidas propostas por João Arnaud⁷

Dispomos de outras fontes relativas a este período, nomeadamente, as consultas da Junta de Comércio e a representação dos Arnauds às Cortes Constituintes. Mas, para já, aqui ficam estas, por exigência da publicação da revista *População e Sociedade*, deixando para o trabalho que já referimos, a edição das restantes fontes.

2. A memória sobre as fiações de seda, de Francisco de Morais Pessanha (1819)

A Memoria sobre o estado actual das fiaçoens de seda especialmente pelo methodo piemontez nas provincias de Tras-os-Montes e Beira; e providencias para restabelecer estas fiaçoens, e mante-las em perfeição, de Francisco António de Almeida Morais Pessanha, oferecida à Academia das Ciências de Lisboa, em 1819, mas julgada não "digna de impressão", foi elaborada pelo seu autor, na sequência da provisão de 13 de Novembro de 1817, da Real Junta do Comércio, a qual, face a uma representação de Caetano Arnaud e seus sobrinhos quanto à fiação da seda em Trás-os-Montes e na Beira, ordenara a Morais Pessanha que desse um parecer sobre tal matéria, e procurasse, tanto quanto possível, conciliar as providências e súplicas dos Arnauds com a "liberdade da indústria".

Datada de Mirandela, 22 de Abril de 1819, resulta da investigação própria desenvolvida por Morais Pessanha, assim como das informações dos magistrados de Trás-os-Montes, que a ele foram remetidas, ao longo de 1818 e primeiros meses de 1819.

Que pediam os Arnauds, muito especialmente Caetano Arnaud, que viera com seu pai, José Maria Arnaud, de Turim, para Portugal, em 1786, acabando por se estabelecer em Chacim, onde, após a morte de seu progenitor, ficou a dirigir a fábrica ali instalada, em laboração desde 1789, segundo os preceitos e as regras de fiação piemontesa?

Pediam que se aplicassem os estatutos de 1788 quanto à fiação das sedas, os quais tinham introduzido a fiação piemontesa, mas que não eram seguidos pelas fiadeiras trasmontanas:

- a fiação pelos novos métodos, sem a assistência e vigilância dos Arnauds, directores da Fábrica de Chacim, assim como dos mestres e professores, era iludida, tendo-se regressado aos vícios e fraudes anteriores, com graves prejuízos para o comércio das sedas;

- nas fiações pelos métodos antigos cometiam-se os maiores estragos; mesmo nas fiações da comarca de Bragança pelo método do Piemonte, manufacturava-se a arbítrio das fiadeiras - inclusive em três ou quatro casas particulares de fiação à piemontesa, entretanto instaladas -, não sujeitando as suas caldeiras, fornalhas e rodas aos padrões e dimensões exigidos e não seguindo os regulamentos necessários, por não haver qualquer inspecção, pelo que solicitavam que fosse nomeado um ministro privativo para aquela província e tomadas as providências necessárias para atalhar a esta situação.

Morais Pessanha vai, assim, escrever a sua memória, dando conta da situação em que se encontrava a fiação das sedas em Trás-os-Montes e propondo as soluções que achava mais convenientes para o desenvolvimento daquela indústria.

Considerava este magistrado que, enquanto a Fábrica ou Filatório de Chacim esteve sob a superintendência de Miguel Pereira de Barros, nomeado para tais funções pelo decreto de 30 de Julho de 1788, tinham-se conseguido ensinar os novos métodos de fiação da seda a um bom número de fiadeiras.

Com a criação da Real Companhia do novo Estabelecimento para as Fiações e Torcidos da Seda, por alvará de 6 de Janeiro de 1802, terminara a jurisdição definida pelos estatutos de 1788, ficando a vigilância e inspecção das fiações ao cuidado da nova empresa. Esta, porém, na sequência das invasões francesas, suspendera as suas operações em 1808, entrando, de seguida, em decadência, razão pela qual, em 1810, a Fábrica de Chacim foi separada daquela Companhia. Os Arnauds tiveram, então, de se socorrer de um negociante do Porto para disporem dos fundos indispensáveis à Fábrica de Cachim, mas perderam a autoridade necessária para inspecionarem e velar pelos métodos de fiação à piemontesa. Os estatutos de 1788, a partir de então, deixaram de ter qualquer observância.

Dai que, por 1817-1818, a Fábrica de Chacim se encontrasse em decadência, os novos métodos abandonados e as sedas fiadas pelos métodos antigos, em grande descrédito.

Face a tal situação - continua Moraes Pessanha -, era necessário regressar aos estatutos de 1788 e às condições estabelecidas pela Real Companhia de 1802, e conciliar tais determinações com a legislação pátria e os regulamentos de Turim.

A Escola Real de Chacim deveria continuar a formar as mestras pelo método piemontês e as fiadeiras que continuassem a seguir os dois métodos portugueses então existentes, tinham de dispor de um certificado que atestasse uma boa aprendizagem.

Os carrilhos de fiação à piemontesa, assim como as fornalhas, só podiam obedecer aos modelos estabelecidos na Escola Real de Cachim. E nas localidades em que se encontrava estabelecido o método piemontês, ficavam proibidos os carrilhos pelo método antigo.

Deveria, novamente, criar-se uma superintendência das fiações das duas províncias do Norte Interior e nomear-se um ministro para tal efeito, com amplos poderes e juízo privativo, desde as fiações à plantação das amoreiras e criação do sirgo.

Tornava-se necessário, ainda, dar indicações precisas e rigorosas quanto à escolha dos casulos e à composição das meadas para se evitarem as fraudes.

As fiadeiras dos estabelecimentos ou casas regulares de fiação, trabalhariam, nos meses próprios, desde o nascer do sol até meia hora depois do sol posto, com uma hora para jantar e meia hora para merendar e tinham de ser pagas por jornal e não por arrátel, para assegurar a qualidade da fiação.

Finalmente, era preciso instalar-se em Trás-os-Montes uma escola real de cultura das amoreiras e criação do bicho de seda, sugerindo Morais Pessanha um conjunto de prescrições bem lúcidas e que vão manter a sua pertinência e actualidade até meados do século XIX.

Sábias reflexões que mereceram a aprovação geral da Real Junta de Comércio, mas que acabaram por não ter qualquer resultado prático!...

3. A memória de João Maria Arnaud (1822)

A memória de João Maria Arnaud não apresenta qualquer data de elaboração, nem título. Apenas refere, no texto, a propósito da comarca de Moncorvo, "depois" de 1814.

Outras referências como a de José António de Sá, dado como já falecido (morreu em 1919), a da continuação ou não da Companhia das Fiações e Torcidos da Seda, cuja sorte se decidiu por 1822-1823 e ainda, alguns termos que utiliza como "nação", "pátria" e "nacional", esta última, a adjectivar indústria, produção, etc., levam a datá-la como posterior a 1820 e nunca depois de 1824.

O parecer da Junta do Comércio sobre a mesma, todavia, permite datá-la de 1822.

Esta memória de João Arnaud, mais generalista, visando contribuir para o relançamento da indústria nacional das sedas, então em decadência, nomeadamente, em Lisboa, onde tanto a Fábrica Nacional como a Real Companhia se encontravam paralisadas, revela-se bastante menos rica que a memória de Morais Pessanha, quanto a Trás-os-Montes.

Não podemos esquecer, todavia, que as suas reflexões são fruto, em grande parte, do conhecimento que possuía da indústria das sedas enquanto perito das Fábricas de Chacim, onde iniciou e desenvolveu a sua formação.

João Arnaud, a viver em Lisboa, administrador, por morte de seu pai, Filipe Arnaud, da Fábrica do Campo Pequeno, que pertencia à Real Companhia do Novo

Estabelecimento para as Fiações e Torcidos da Seda, instituída em 1802, lembra que a produção da seda em Portugal atingira o seu auge em 1804, mas que esta, devido aos estragos provocados pelas invasões francesas e ao desamparo em que os criadores da seda se viram, dominados pelos monopolistas, teria caído substancialmente, sobretudo, após 1814, quando o arrâtel de seda fiada pelo método piemontês não ia além dos 1 800 réis.

Em 1804, a produção da seda portuguesa atingira os 61 541 arrâteis, produzindo a comarca de Moncorvo 1/3 desse montante e toda a província de Trás-os-Montes, 50% daquele valor. Mas, a partir daí, começou a decair.

Refere, em seguida, o estado e a importância da fiação das sedas nas 12 comarcas do Reino, produtoras de seda, para concluir que só nas fiação régias de Chacim, comarca de Moncorvo, é que se fiavam sedas tão perfeitas como as da Itália.

O método de fiação piemontês, embora abastardado, encontrava-se, ainda, nalgumas áreas das comarcas de Bragança e Abrantes. Em todas as outras comarcas do Reino fiava-se pelos métodos tradicionais, de que resultavam sedas imperfeitas.

Para animar a indústria das sedas defende o aumento da plantação das amoreiras, a animação e protecção da criação da seda e o estabelecimento de fábricas de fiação.

A promoção da plantação de amoreiras exigia a criação de viveiros, o empenhamento das câmaras e ordens religiosas, a proibição do seu arranque, e a nomeação de um inspector que zelasse pela cultura das amoreiras, assim como de outras árvores e das matas, devido à falta de lenhas necessárias para as fábricas de fiação.

No que dizia respeito à criação da seda, tornava-se necessário, segundo João Arnaud, manter a Real Companhia das Fiações e Torcidos das Sedas – de cuja administração, aliás, dependia a Fábrica do Campo Pequeno-, seleccionar as sementes a partir das melhores qualidades do casulo e libertar os povos do pagamento de dizimos do casulo e da seda, por alguns anos.

Finalmente, quanto à fiação da seda, importava generalizar o método do Piemonte, segundo um regulamento elaborado pelos Arnauds, directores da Fábrica de Chacim, exigir que as escolas de fiação fossem dirigidas por mestras examinadas e aprovadas pelos directores de Chacim, passar cartas que atestassem a competência das fiadeiras – as quais deveriam ser sempre pagas por jornal e não pelos arrâteis fiados – e finalmente, nomear os Arnauds directores das fiação do novo método, designando um deles como intendente-geral das fiação da seda.

Para satisfazer as despesas necessárias à expansão da seda nacional, deveriam taxar-se as sedas importadas e exportadas, em moldes que propõe, ou então, conceder à Real Junta do Comércio uma lotaria anual para benefício das fábricas do Reino.

4. A consulta da Junta do Comércio sobre a memória de João Arnaud (1823)

Se a memória de João Maria Arnaud não primava pela originalidade ou profundidade, mais parecendo uma proposta destinada a reforçar a posição dos Arnauds no domínio das sedas, a consulta da Junta do Comércio sobre as propostas daquele, também pouco adiantou.

Por ela ficamos a saber que a seda era alvo de um “artificioso monopólio” por parte da cidade do Porto. Que a Fábrica Nacional das Sedas se encontrava exausta de capitais, “por falta de vendas”. E que a Real Companhia das Fiações e Torcidos da Seda – a quem a Fábrica do Campo Pequeno, administrada por João Arnaud, pertencia – nem dispunha de quaisquer fundos, nem de seda, encontrando-se totalmente arruinada.

O Tribunal da Junta do Comércio, após ouvir a administração da Real Companhia – nada favorável a João Maria Arnaud –, o desembargador fiscal e a Sociedade Promotora da Indústria Nacional – não deu parecer por entender que o mesmo não estava no âmbito das suas atribuições –, concluiu que a promoção da indústria das sedas deveria caber a uma “companhia de negociantes”, sem que o Governo nela tivesse qualquer ingerência e, caso não viesse a constituir-se nenhuma sociedade para o efeito, tal desiderando competia às câmaras, “a quem, segundo a Constituição, parece inteiramente pertencer”.

5. Conclusão

O estudo das fontes referidas permite-nos chegar à conclusão de que a indústria da seda em Portugal e muito particularmente em Trás-os-Montes, ao tempo das Cortes Constituintes, passava por um mau momento, causado por um conjunto de factores, estruturais e conjunturais, difíceis de ultrapassar; entre os quais importa salientar, para além da desestruturação de toda a economia portuguesa motivada pelas invasões francesas e a perda do monopólio do mercado brasileiro, a escassez dos capitais investidos em tal indústria e a forte concorrência que as nossas sedas e tecidos sofriam por parte das sedas e tecidos estrangeiros.

No caso do Nordeste Trasmontano, em 1820, existiam, em Bragança, 176 teares – dos quais somente trabalhavam 72, por falta de sedas em rama e por força da concorrência estrangeira. Na indústria da seda da cidade trabalhavam, então, 42 mestres, 69 oficiais, 19 aprendizes e 105 serventes.

Em Chacim, no mesmo ano, existiam seis fábricas que seguiam o método piemontês, nas quais trabalhavam, no máximo, incluindo 32 mulheres nos meses de fiação, 120 homens e mulheres⁹.

Se tivermos em consideração que, duas décadas antes, nos últimos anos do século XVIII, a indústria da seda, em Bragança e Chacim, era objecto de ocupação de, respectivamente, 915 homens e mulheres e 479 operários e operárias, podemos entender melhor o sentido da “decadência”, tal como é referido nas fontes da época⁹.

Tão grave, porém, como a baixa da produção dos tecidos e da seda torcida eram os males denunciados por Morais Pessanha e João Arnaud, uma vez que, a fiação da seda pelo método piemontês, muito superior à fiação tradicional e grosseira da região, marcava passo desde 1810, praticamente acantonada a Chacim, por força de o regulamento de 1788, sob a vigilância dos Arnauds, ter deixado de se aplicar, com a consequente e progressiva degradação da seda aí produzida.

Se a crescer a tudo isto, tivermos em consideração a escassez dos capitais, o contrabando e o aumento da concorrência das sedas e tecidos estrangeiros, então compreenderemos melhor os difíceis momentos que a indústria da seda trasmontana atravessava e o desespero dos Arnauds.

NOTAS

- ¹ *Trás-os-Montes. Subsídios para a sua história em fins do século XVIII, princípios do século XIX*, 2 vols., Porto, 1973 (tese de licenciatura).
- ² José António de Sá, *Compendio de observações, que fórmão o plano da viagem política, e filosófica, que se deve fazer dentro da Patria*, Lisboa, 1783; do mesmo autor, *Dissertações philosophico-políticas sobre o trato das sedas na comarca de Moncorvo*, Lisboa, 1787; e José Acúrcio das Neves, *Noções históricas, económicas e administrativas sobre a produção, e manufactura das sedas em Portugal, e particularmente sobre a Real Fábrica do suburbio do Rato*, Lisboa, 1827.
- ³ Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *A sericultura em Portugal*, Lisboa, 1869; e João Inácio Teixeira Meneses Pimentel, *Sericultura portuguesa*, Lisboa, 1902.
- ⁴ *Memórias archeologico-historicas do districto de Bragança*, XI t., 1909-1948.
- ⁵ *A indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1813)*, "Revista de História Económica e Social", vol. II, Lisboa, 1978.
- ⁶ Academia das Ciências de Lisboa, ms., 1504.
- ⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Maço 351.
- ⁸ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Junta do Comércio, *Mapas e contas dos ministros territoriais acerca das fábricas existentes*, 1820.
- ⁹ Fernando de Sousa, *A indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1813)*, "Revista de História Económica e Social", Lisboa, 1979.

NORMAS GERAIS DE TRANSCRIÇÃO DAS FONTES

1. Manteve-se a ortografia original. Apenas se eliminaram as maiúsculas em desuso.
2. Desligaram-se as palavras de acordo com as suas formas normais.
3. Quanto à pontuação, apenas se acrescentou uma ou outra vírgula, e substituíram-se os dois pontos por ponto final ou ponto e vírgula, quando tal se revelou absolutamente necessário para a melhor compreensão do texto.
4. Desdobraram-se as abreviaturas.
5. As notas ou aditamentos que nos pertencem vão entre [].
6. As referências bibliográficas feitas pelo autor são mantidas na forma de apresentação original.

FONTES

I

MEMORIA SOBRE O ESTADO ACTUAL DAS FIAÇOENS DA SEDA, ESPECIALMENTE PELO METHODO PIAMONTEZ NAS PROVINCIAS DE TRAS-OS-MONTES E BEIRA; E PROVIDENCIAS PARA RESTABALECER ESTAS FIAÇOENS, E MANTEN-LAS EM PERFEIÇÃO, POR FRANCISCO ANTONIO D'ALMEIDA MORAES PESSANHA, OFFERECIDA À ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA (1819).

II

MEMORIA DE JOÃO MARIA ARNAUD SOBRE A INDUSTRIA DA SEDA (1822).

III

PARECER DA JUNTA DO COMERCIO SOBRE A CONSULTA DA COMMISSÃO ENCARREGADA DA FABRICA DAS SEDAS E OBRAS D'AGOAS LIVRES, Á CERCA DAS MEDIDAS PROPOSTAS POR JOÃO MARIA ARNAUD, EM BENEFÍCIO DO COMERCIO DAS SEDAS DESTE REINO (1823).

N.º foi julgada digna de impressão conforme se colligiu do parecer
 de 7. 16 e 17 de Maio de 1819. *Dantas*

Manuscriptos



M. E. M. C. R. I. A

Sobre o estado actual das fabricas de Seda
 especialmente pelo methodo piemonter nas Pro-
 vincias de Bragança e Beira; e providen-
 cias para restabelecer estas fabricas, e man-
 tely em perfeição.



Por

Francisco Antonio d'Almeida Moray Sepanho

Officiada

A' Accademia Real das Sciencias de Lisboa.

L. 819.

Memoria

Sobre o estado actual das Fiação das Sedas especialmente pelo methodo piamenton nas Provincias de Bragança e Beira, e providencias para restabelecer esta fiação, e mantela em perfeição.

Tendo Carlos Anand, o Sobrinho Director do Real Estabelecimento das Escolas das Fiação, e Procedura das Sedas pelo methodo do Piemonte, que fôrão mandadas enviar ao Principe de Bragança e Beira, por Decreto de 30 de Junho de 1788, representado a S. M. pela Real Junta do Commercio em Requecimento datado de Chacim ao 15 de Outubro de 1817 que a fiação pela dita novo methodo está prevenciada em razão da decadencia que soffeo o primeiro plano da Instituição das escolas; e que não se achava prevenciada a fiação por esta novo methodo, mas que o estrago das sedas e o seu decadimento pelo methodo antigo de fiar as sedas apino as fiação, como as rebordas he cada vez maior; requerendo que para evitar a esta ruina desta actual estabelecimento ou se tornasse a fiação em practica o primeiro plano de 1788 ou se adaptassem os sabios regulamentos do Piemonte com as modificações que se julgarem mais convenientes; que se sugitassem as fiação a inspecção, e se nomeasse em Bragança hum ministro privativo, que fosse manter os regulamentos; fôr mandado informar sobre este Requecimento por Princípe da mesma Real Junta de 13 de Novembro dequelle anno de 1817, ordenando-se me que fizesse a devida applicação das providencias que os Supplicants apontavam em seu Requecimento e o estado actual da manufactura; se tomados em con-

I

MEMORIA

SOBRE O ESTADO ACTUAL DAS FIAÇOENS DE SEDA

ESPECIALMENTE PELO METHODO PIAMONTEZ

NAS PROVINCIAS DE TRAS-OS-MONTES E BEIRA;

E

PROVIDENCIAS PARA RESTABALECER ESTAS FIAÇOENS,

E

MANTE-LAS EM PERFEIÇÃO

Por

Francisco Antonio d'Almeida Moraes Pessanha

Offerecida

À Accademia Real das Sciencias de Lisboa

I MEMÓRIA

SOBRE O ESTADO ACTUAL DAS FIAÇOENS DE SEDA ESPECIALMENTE PELO METHODO PIAMONTEZ NAS PROVINCIAS DE TRAS-OS-MONTES E BEIRA; E PROVIDENCIAS PARA RESTABALECER ESTAS FIAÇOENS, E MANTE-LAS EM PERFEIÇÃO (1819)

Tendo Caetano Arnaud, e sobrinhos, directores dos Reaes Estabalecimentos das Escolas de Fiação, e Torcedura das Sedas pelo methodo de Piamonte, que forão mandados erigir nas provincias de Tras-os-Montes e Beira por decreto de 30 de Julho de 1788, representado a sua magestade pela Real Junta do Comercio em requerimento datado de Chacim aos 15 de Outubro de 1817 que a fiação pelos ditos novos methodos está prevaricada em rasão da decadencia que soffreo o primeiro plano da instituição das escolas; e que não só se achavão prevaricadas as fiaçãoens por estes novos methodos, mas que o estrago das sedas e o seu descredito pelos methodos antigos de fiar as sedas assim as finas, como as redondas he cada vez maior; requerendo que para obviar a estes males, e evitar a total ruína destes úteis estabelecimentos ou se tornasse a por em practica o primeiro plano de 1788 ou se adoptassem os sabios regulamentos do Piamonte com as modificaçoens que se julgassem mais convenientes; que se sujeitassem as fiadeiras a inspecçoens, e se nomeasse em Tras-os-Montes hum ministro privativo, que fizesse manter os regulamentos; fui mandado informar sobre este requerimento por provisão da mesma Real Junta de 13 de Novembro daquelle anno de 1817, ordenando-se-me que fazendo a devida applicação das providencias que os supplicantes appontavão em seu requerimento ao estado actual da manufactura, e tomando em consideração o favor, que se deve aos novos methodos combinado quanto fosse possivel com a liberdade da industria desse o meu parecer, propondo quanto podesse occorrer-me a bem deste negocio.

O objecto he de tanto interesse especialmente para as duas provincias de Tras-os-Montes e Beira, onde a cultura e commercio da seda, quando fossem elevados ao auge de que são susceptiveis são o artigo mais capaz de dar valor a huma grande porção de terreno, que actualmente o não tem, e consequentemente de produzir hum notavel augmento na industria e população destas provincias, que este mesmo interesse me servirá de desculpa se depois de ter appresentado a sua magestade mediante a Real Junta o que observei, e me occorreo em semelhante materia na informação que se me tinha ordenado, e tive a honra de dirigir-lhe, ouso agora reclamar a attenção da Accademia Real das Sciencias sobre hum tal objecto, reproduzindo perante ella as ideias que expuz naquella informação: talvez que estas ideias depois de passarem pelo exame da Corporação que hé o foco das luzes da Nação, e rectificadas por hum engenho mais habil tenham ainda a ventura de reanimar huns estabelecimentos, que tão uteis promettião ser, mas que estão em perfeita decadencia.

A cultura da seda, que tão propria hé do nosso solo, e parece nos foi transmittida pelos arabes, foi hum artigo desprezado pelos nosso maiores sobretudo quando distrahdos pela conquista, e riquissimo commercio do Oriente elles forão o unico povo que transportava para a Europa as diversas especies de tecidos de seda, de que tanto

abundão a India, e a China, e cuja materia prima hé indigena daquellas regioens (^a). A plantação das amoreiras apesar da recommendação da ord. l. 1^a t. 58 § 46 não teve certamente effeito que mereça nota senão depois do decreto de 22 de Janeiro de 1678, a cujas disposiçoens deu nova força a ley de 20 de Fevereiro de 1752, vindo assim a ser o senhor D. Pedro 2^o o creador, e o senhor D. José 1^o o restaurador do nosso setificio; assim como o forão de todos os mais ramos da industria portugueza.

Contudo se hé certo que os develos destes soberanos tinham conseguido nacionalizar nestes reinos, e com especialidade em Tras-os-Montes e na Beira a producção da seda, hé certo também que até ao anno de 1788 não tinham conseguido dar às nossas sedas em rama aquella perfeição, e converte-las nos differentes lottes que exige a varia contextura de toda e qualquer especie de estofos. As nossas sedas apenas podião servir para tramas; o organsim, as melhores tramas, as melhores sedas para retrozes erão extrahidas da Italia, radicando-se o prejuizo que as sedas portuguezas não erão susceptiveis de ser organsinadas. Aqueles inconvenientes e este prejuizo tinham a sua origem no mão preparo que se dava ao casulo logo no primeiro processo porque passa – a fiação; processo que hé a pedra fundamental de todo setificio. Tentou naquella epocha a senhora D. Maria 1^a de sempre saudoza memoria novas experiencias sobre as nossas sedas, applicando-lhe os methodos de fiação e torcedura do Piamonte; para cujo fim mandou edificar à custa da real fazenda a casa de fiação, e o moinho d' organsinar da villa de Chacim na comarca de Moncorvo, e ordenou por decreto de 30 de Julho daquelle anno de 1788 que se erigissem novas escolas nas duas provincias de Tras-os-Montes e Beira, dando-lhe estatutos nos 22 capitulos, que baixarão com o mesmo real decreto; e nomeando para directores os Arnauds pai e filhos, e para intendente Miguel Pereira de Barros, ouvidor que então era da comarca de Bragança com o poder de delegar.

A bondade do methodo piamontez consiste no encruzamento de dous fios da conta hum sobre o outro, hum certo numero de vezes ao sahir dos buracos do canal de ferro; e no movimento relativo da dobadura e do vaivem. Pelo encruzamento a seda se torna redonda ao passar pelos garfettes do vaivem ; e os fiozinhos dos casulos ainda que juntos paralelamente huns com outros ficão bem ligados, não formando sobre a dobadura senão hum e o mesmo corpo ; pelo movimento relativo do vaivem e das dobaduras, e grande numero de espiraes que resultão d' hum semelhante movimento apenas pode acontecer que hum fio caia na mesma direcção do outro, e por consequente possa unir-se com elle, o que em termos da arte se chama casar, defeito da maior consequencia nas fiaçoens. Tambem concorreu muito para a bondade deste methodo, e mesmo dos outros as caldeiras ovaes assim como são ordenadas nos regulamentos do Piamonte, visto que o movimento da fervura da agoa nestas caldeiras hé determinado de maneira que muito concorre para manter com exactidão a conta dos casulos, circumstancia essencial para obter huma seda igoa. Devem finalmente estas caldeiras estar colocadas em fornalhas proprias munidas dos seus competentes cinzeiros, fogaens, e chaminés com registos reguladores à Rumford; estas fornalhas alem de economisarem muito o combustivel tem a grande vantagem de prestar-se á regulacção do calor; de por as fiadeiras a salvo dos incommodos d' hum fogo descoberto,

(^a) Duarte Nunes de Leão, Descripção de Port. Cap. 36 ennuméra os tecidos de seda entre as produções de Portugal por ter este Reino o exclusivo do commercio.

que não podem deixar de distrahir-lhes a atenção, bem como dos do fumo; o qual demais a mais hé por extremo nocivo à boa qualidade das mesmas sedas.

Logo nos primeiros ensaios que se fizêrão com as sedas portuguezas, applicando-lhes este methodo conseguirão-se productos tão bellos como os d' Italia, superando-se os obstaculos que devia encontrar huma tentativa de semelhante natureza, onde á excepção da pericia dos directores foi preciso tudo crear. Assim ficou practicamente resolvido o problema, cuja solução tinha proccurado a augusta fundadora de tão patriótico estabelecimento.

Em quanto esteve á testa delle o intendente nomeado pelo decreto de 30 de Julho de 1788 conseguiu-se adestrar nos novos methodos hum bom numero de fiadeiras, e que este ramo d' industria ganhasse um credito, que faz não pequena honra áquelle magistrado, e aos directores que debaixo das suas ordens governavão toda esta fabrica.

Foi em consequencia destes bons resultados, e com o fim de eleva-los a maior escala que sua magestade que Deus goarde logo no principio da sua feliz regencia se dignou confirmar pelo seu alvará de 6 de Janeiro de 1802 as condições da Real Companhia do Novo Estabelecimento para as Fiaçoens, e Torcidos das Sedas, cujo presuposto era, fazendo os ajustes com plena liberdade, não só comprar o casulo aos lavradores para o fazer fiar e torcer pelo methodo do Piemonte (condição 11^a e 12^a) dando parte nos lucros da sociedade aos Arnauds como se effectivamente entrassem com acçoens na Companhia, não obstante não serem obrigados a entrar com algumas, isto em premio da sua habilidade (condição 3^a) mas também obter sementes de bichos, e amoreiras, estabelecer viveiros destas arvores para fazer planta-las em sitios appropriados (condição 15^a) precaver a falta de lenhas, fazendo plantar matas de todo o genero (condição 17^a) e finalmente determinar e distribuir premios aos lavradores, fiadeiras, e mais pessoas que fossem reputados benemeritas do Estabelecimento (condição 19^a e alvará confirmativo).

Á vista de semelhantes condições juradas aos pés do throno quem não esperaria que este ramo de industria, que o commercio da seda hia tocar o seu maior auge em Portugal? De facto porém a Companhia contente ao que parece por ter obtido da regia munificencia para os seus fundadores as destiñoens de honra, que logo preliminarmente estipulou na condição 19^a limitou-se a algumas compras de casulo, que fez fiar e torcer no Real Filatorio de Chacim, cujo uso outrosim obteve pela condição 9^a, e a respeito de tudo o mais o transmontano instruido nas leis do seu paiz só admira projectos excellentes em theoria para a prosperidade publica; mas lamenta com magoa que todos estes projectos esperem ainda pela mão patriotica que os ponha em practica.

Pela instituição da Companhia (condição 21^a) ficou extincta a juridição do primeiro intendente creada pelo plano de 1788, cujas principaes providencias relativamente á policia das fiaçoens ficárão refundidas nas condições 10^a, 11^a e 12^a da mesma Companhia, a qual tomou todo este negocio a seu cargo: mas tendo a Companhia deixado de accodir aos Arnauds com os fundos indispensaveis para a manutenção dos estabelecimentos, que terião succumbido se não lhes occorresse o auxilio do patriótico negociante do Porto João Baptista de Vasconcellos como reconhece a carta regia de 27 de Setembro de 1810; e de mais a mais tendo suscitado contra os Arnauds e João Baptista de Vasconcellos pertençoens, pelas quaes parece ter querido affectar prerogativas de privilegiada, e exclusiva contra o theor da sua fundação, foi sua magestade servido por aquella carta regia de 27 de Setembro de 1810 desligar os Arnauds da dita Companhia; ficou porém em consequencia desta desligação a direcção, e

inspecção dos Arnauds sem apoio e sem *authoridade*, e entrou pela liberdade a progredir a preverificação nos bons *methodos*, chegando ao maior excesso nas fiações dos *methodos* antigos, que até ali parece tinham sido contidas pela perfeição daquelles.

Na comarca de Bragança estabelecerão fiadeiras carrilhos para fiar pelo *methodo* *piamontez*, cujas fornalhas são feitas com três ou quatro pedras com algum barro sem betume, sem a dimensão de preceito, servindo-se das caldeiras caseiras humas maiores outras menores sem a forma nem a largura devidas para nellas se poderem executar as *opparações* d' huma boa fiação, donde se segue terem-se viciado as *opparações* todas, pois gyra a roda quando escovilhão, a escovilhada nunca hé preparada, nunca goardão, nem podem goardar a devida conta dos casulos; emfim sahem as sedas com grandes desigoaldades, cruas, faltas do rumo, e do macio que constituem a boa qualidade, cheias de babas, e de rabos. Fião as sedas por arratel contra o que promovem os estatutos institucionaes, appressando individamente o trabalho, e não curando da perfeição. O mesmo *systema* seguem outras fiadeiras estabelecidas com carrilhos á *piamonteza* n' outras partes. Tem-se erigido três ou quatro casas de fiações particulares á *piamonteza*, a seda porém vai a arbitrio das fiadeiras porque seus donos não tem cuidado de vigia-las, ou faze-las vigiar; e deste modo nem na fiação real, e escola primaria se pode já conseguir das fiadeiras a execução dos preceitos. Taes são os factos que allegão os Arnauds em seu requerimento como prova da prevaricação dos bons *methodos*, que eu verifiquei, que qualquer homem intelligente na materia pode verificar, e cuja existencia ameaça a ruina d' hum estabelecimento, que tinha feito conceber as melhores esperanças para a prosperidade nacional, e custado não pequenas sommas á real fazenda.

O primeiro plano de 1788 hé hum modelo da circunspecção com que se deve proceder em toda a especie de *innovações*; evitou toda a especie de rigor, limitando-se a prescrever no capitulo 15^o que logo que em qualquer lugar se tenham estabelecido escolas pelo novo *methodo* fique nele prohibido o uso das maquinas antigas e a determinar as *inspecções*, ás quaes debaixo da *authoridade* do intendente deixou huma *juridicção* descrecional. A Companhia propos pela condição 7^a comprar o casulo aos lavradores para o fazer fiar e torcer pelo *methodo* de Piamonte, e d'estabelecer para esse effeito o sufficiente numero de fiações. O primeiro plano tinha em vista a propagação gradual dos bons *methodos*, pois será por extremo impolitico prohibir preliminarmente o uso das maquinas antigas sem que em lugar dellas estivesse estabelecido hum bom numero de fiações pelo novo *methodo*, visto que o transporte dos casulos hé *incommodo* para o creador, e mesmo para o comprador; e tolher a qualquer delles a facilidade de o fazer fiar junto dos seus lares seria huma violencia, que podia em resultado paralyzar a mesma criação. O *systema* da Companhia só podia prosperar n'hum paiz, onde fossem frequentes as casas de fiação á *piamonteza*; mas como de semelhantes fiações apenas havia o modelo no Real Estabelecimento de Chacim, e a Companhia não curou de erigi-las por isso ella fez hum negocio mesquinho; por isso longe de adiantar ella atrazou o estabelecimento. Em ordem provia dar-lhe o impulso que reclamão a nossa agricultura, e commercio, hé forçozo tendo em vista ainda a propagação gradual dos bons *methodos*, e o freio que se deve oppor aos estragos da seda pelos *methodos* antigos voltar ao primeiro plano, dando ás suas determinações a sanção penal, que lhes falta, huma vez que tem mudado as circunstancias, e fazer que os regulamentos abranção todos os *methodos* de fiações.

A ninguém seja prohibido estabelecer fiaçoens de seda; mas sejam estas regidas segundo os preceitos da arte. Este hé hum dos ramos de industria em que se fazem mais indispensaveis os regulamentos; porque a manufactura da seda para ser vantajosa deve figurar como hum só fabrica nacional, governada toda pelos mesmos principios, e dirigida pelo mesmo plano. E relativamente á fiação pelo methodo de Piamonte hé bem sabido que a sua perfeição hé não só devida a boa construcção das maquinas que servem para esta fiação, mas a certo melindre de manobra, ao qual hé preciso dar a mais escrupulosa attenção. Além de que como há hum grande vantagem não só para hum melhor resultado, mas para a economia da mão de obra, que a torcedura das sedas seja feita nos moinhos de torcer, ou organsinar, cuja erecção hé tão recommendada na carta regia de 27 de Setembro de 1810, e cujo modelo existe na Fabrica Real de Chacim, esta vantagem seria pela maior parte perdida se as meadas sahisses dos carrilhos das fiaçoens sem huma medida uniforme, e adaptada à das dobadoras daquelles moinhos. Hé por estas rasoens que os soberanos, que tem conseguido elevar as sedas dos seus respectivos estados ao maior gráo de credito, especialmente el rey de Sardenha não desdenhãrão d'entrar a este respeito em particularidades, prescrevendo regras meudas a estas fiaçoens.

Á falta destas meudas regras accompanhadas de comminação de penas aos transgressores (ainda que os estatutos de 1788, e as condiçoens da Real Companhia do Novo Estabelecimento para a Fiação, e Torcedura da Seda continhão algumas mui bem calculadas, e essenciaes, remetendo-se mesmo a condição 16 da Companhia ao manifesto de Turim de 8 de Abril de 1724) á falta, digo, destas meudas regras, e d' huma authoridade especial que vigie incessantemente sobre a sua execução deve attribuir-se a prevaricação dos bons methodos, e todas as desordens das fiaçoens. Depois de ter portanto combinado a precitada legislação patria, e o manifesto de Turim de 8 de Abril de 1724 constituido já direito subsidiario com o que exige a natureza deste negocio, e as circunstancias particulares do paiz, onde ainda deve ter-se em vista a propagação gradual dos bons methodos por se não acharem sufficientemente generalizados; e prevenir os estragos da seda pelos methodos antigos bem como as fraudes que podem resultar da confusão de todos estes methodos; tive a honra usando da faculdade da commissão que se me deu de propor a sua magestade o seguinte projecto de regulamentos.

Artigo 1º Ninguém poderá abrir fiaçoens de seda de hum, ou mais carrilhos, ou rodas de fiar por qualquer dos três methodos a saber piamontez, e os dous portugueses de sedas finas, e redondas sem que antes de dar principio á fiação vá perante a juridicção encarregada da Intendencia sobre as fiaçoens de seda manifestar o carrilho, ou carrilhos, que quer estabelecer, e por qualquer dos três methodos não podendo ser admittida fiadeira alguma quanto aos dous methodos portuguezes sem que tenha dous annos de apprendiz comprovados por attestação d' huma mestra designada pelos inspectores; e quanto ao methodo de Piamonte sem ter dous annos de apprendiz na Escola Real de Chacim. Este manifesto terá lugar todos os annos impreterivelmente; a saber na terra onde for a residencia do Juizo da Intendencia sobre as fiaçoens da seda o escrivão do mesmo Juizo lhe tomará o manifesto; nas mais terras das duas provincias de Tras-os-Montes e Beira toma-lo-hão os escriptaes das camaras respectivas, sendo em todo o caso assignado pelos juizes territoriaes. Os donos das fiaçoens, e as fiadeiras d' hum só carrilho assignarão o termo deste manifesto sob pena não o fazendo da perda das sedas fiadas, ou do seu valor. Por cada termo levará o escrivão 40 reis, e outro tanto

o juiz de assignatura. O manifesto abrir-se-há no primeiro dia de Maio dos respectivos annos, e fechar-se-há no último do dito mêz, não podendo alguém depois ser admittido a faze-lo, salvo por causas mui urgentes, e justificadas, e precedendo despacho immediato do juiz encarregado da Intendencia sobre as fiaçoens de seda. Os juizes territoriaes serão obrigados a remetter áquelle Juizo os manifestos ou certidoens de que os não houve dentro do prazo de vinte dias depois de cerrado o manifesto sob pena de pagarem á sua custa os diarios do official que for mandado, passado o dito prazo por aquelle Juizo cobrar os ditos termos, ou certidão. Estes manifestos lançar-se-hão n' hum livro, que deve haver no Juizo da Intendencia para que constando do numero, nomes, e residencias das fiadeiras, e fiaçoens se possa commoda e regularmente proceder as competentes revistas e inspecçoens.

2^o Todas as fiaçoens, que excederem quatro rodas deverão ser presididas em quanto estiverem em exercicio por hum diretor, pessoa perita, e examinada pelos inspectores para que elle vigie sobre a observancia das regras abaixo declaradas sob pena de 30\$000 reis não o havendo. A disposição deste artigo só se entenderá para as fiaçoens pelo methodo de Piamonte.

3^o Três unicos estaloens regularão a amplitude, ou contorno das rodas relativamente a cada huma das qualidades da seda. O estalão para as rodas á piamonteza será de nove palmos portuguezes. O das sedas finas pelo methodo portuguez será de dez palmos, e o das sedas redondas para retrozes de onze palmos. Serão remettidos a todas as camaras pelo Juizo encarregado da Intendencia sobre as fiaçoens modelos de cada hum destes estaloens; e as mesmas camaras conservando estes modelos remetterão a cada huma das suas vintenas outros de igoaes dimensoens sob pena de 10\$000 reis a cada hum dos seus membros no caso de contravenção, e de outra igoal pena aos juizes das vintenas no caso de negligencia na sua goarda, devendo prestar-se promptamente a qualquer verificação que com os ditos modelos quizerem fazer as fiadeiras, donos, ou directores de fiaçoens. As fiadeiras, que em qualquer tempo forem achadas com rodas de diversa medida pagarão 4\$000 reis, e não poderão mais usar de seu officio sem expressa licença do Juizo da Intendencia.

4^o As fornalhas adaptadas aos carrilhos de cada hum dos tres methodos serão construidas segundo os desenhos adjuntos, cuja descripção os acompanha. – Bem entendido que havendo de construir-se em huma mesma casa hum numero par de carrilhos estes serão conjugados dous a dous, e construidos segundo mostrão as figuras relativas às fornalhas duplas. Todas as fiadeiras porém que houverem de estabelecer hum só carrilho mandarão construir a sua fornalha segundo as figuras relativas às fornalhas simples. Qualquer contravenção a este respeito será punida com huma multa de 6\$000 reis.

5^o Os carrilhos para fiar á piamonteza serão feitos exactamente segundo os que se achão estabelecidos na Escola Real de Chacim. Nestes carrilhos o movimento relativo da dobadoura, e do vaivem hé determinado por huma vara horisontal, em cujas extremidades estão dous rodettes de corôa, os quaes enlaçam respectivamente com dous rodettes dentados, hum que está no eixo da dobadoura, e transmite a este hum movimento continuo de rotação; outro que está ligado com o vaivem, e comunica a este hum movimento de translação alternativo. O rodette dentado do eixo da dobadoura terá 22 dentes; terá 25 o rodette de corôa, que enlaça com este; o rodette dentado do vaivem terá 35 dentes; o rodette que enlaça com este terá 22. O diametro do rodette dentado do vaivem será com pequena differença de três pollegadas e meia. O movi-

mento do vaivem será regulado de maneira que as meadas saião pouco mais ou menos de três pollegadas. As dobadeiras que vulgarmente se chamão rodas terão a amplitude determinada no artigo 3º relativamente ás deste methodo. A distancia dos pillares do vaivem aos pillares da dobadeira ou roda será de 5 palmos, e huma ou duas pollegadas. Toda a contravenção a qualquer destes respeitois sera punida com huma multa de 6\$000 reis.

6º Deverão separar-se com o maior cuidado os casulos bons do macho, meios casulos, e parcha. Nas fiaçoens regulares deverá ainda ser a escolha mais exacta, separando-se também os surdos, bicudos, e felpudos para se fiarem á parte. Tirar-se-há a todos os casulos a felpa superficial antes de hirem á fiação. Lançar-se-há na caldeira somente aquelle numero de casulos, que pode com commodidade ser escovilhado. A escovilhada nunca se fará sem que a dobadeira ou roda esteja parada. Feita a escovilhada, e preparada a primeira purgada, formar-se-hão os dous fios da conta, que o director prescrever, a qual conta em nenhum caso, e por nenhum modo será jamais alterada. Encrusará depois a fiadeira os dous fios já passados pelos buracos do canal de ferro, tendo a escrupulosa attenção que a distancia dos dous fios no canal seja quasi a mesma que a dos garfettes do vaivem pelos quaes passam os dous fios ; e lhes fará quinze cruces nada menos para as sedas finas, e superfinas. As ditas cruces sempre se farão com a roda parada ; e depois de feitas as cruces se passarão os fios pelos garfettes do vaivem, attando-os a voltadeira da roda no meio da mesma roda. Quando os fios se casarem, ou ajuntarem, deve a fiadeira mandar desandar a roda até que appareça o principio desta conjunção, encolhendo na mão o fio dobrado, que cortará, e molhado na caldeira apegará á trompa da chaminé, passando depois a attar as pontas do novo fio ao meio da roda ; estes fios do meio da roda servirão de atilhos, e fica prohibido servir-se de outra qualidade de ligadura. Quando a fiadeira houver de cevar os fios para os conservar na conta determinada fará a cevadura d' hum casulo, ou dous tão sómente de cada vez, cortando-a curta, e lançando-a á flor d'agoa, lembrando-se de conservar o calor desta igoal, e augmentando-a sómente quando houver de escovilhar. As fiadeiras deste methodo, que fiarem por sua conta em suas casas particulares, e para o mercado fica prohibido fiar por outra qualquer conta que não seja de sette a oito casulos, que hé o lotte mais grosso para o organsim, para que os compradores sabendo o lotte não possuão ser defraudados, nem fraudar ninguém. Os directores das fiaçoens, e as fiadeiras, que fiarem só para o mercado, que consentirem, ou fizerem misturas de casulo sobretudo do macho, incorrerão na pena de 30\$000 reis . As fiadeiras que faltarem a qualquer das outras regras especificadas neste artigo pagarão por cada vez huma multa de 2\$000 reis.

7º Cada huma das meadas finas não terá de peso mais de duas onças e meia até três. As fiadeiras nunca tirarão as motas das meadas com alfinettes como algumas vezes costumão fazer ; nem alizarão as meadas com as mãos molhadas ainda que seja em agoa pura. As meadas serão dobradas duas a duas com poucas voltas para se poder facilmente conhecer se forão fiadas sem fraude, e conforme as presentes regras. A agoa das caldeiras será mudada três vezes cada dia impreterivelmente, alimpando bem as caldeiras das chrysalidas dos casulos, e outra immundicies. Para as sedas sahirem bem puras deve-se-lhe ao menos tirar hum vigessimo de remolhada. Por cada contravenção destas regras deverão as fiadeiras pagar 1000 reis de multa.

8º Nos mezes de fiação deverá o trabalho principiar em os estabelecimentos, ou casas de fiação regular ao nascer do sol ; e antes disso devem as voltadeiras achar-se nas ditas casas já promptas, e com as suas fornhalhas acezas, tendo huma hora para jantar, e

meia para merendar ; e o trabalho acabará meia hora depois do sol posto. As contra-venções ás presentes regras serão punidas com huma multa de 120 reis.

9^o A paga das fiadeiras deverá ser regulada por jornal segundo o preço da terra, ficando expressamente prohibido todo o ajuste por arratel sob pena aos donos da seda, que assim se ajustarem com as fiadeiras ; e aos directores de fiaçoens, que assim se ajustarem com as mesmas fiadeiras ou com os donos da seda, e neste caso tambem aos mesmos donos da perda de toda a seda fiada por semelhante ajuste, ou do seu valor.

10^o Todos os proprietarios de fiaçoens, ou fiadeiras, que fiarem para o publico serão obrigados a dar conta ao Juizo encarregado da Intendencia sobre as fiaçoens, aos officiaes do mesmo Juizo, e aos inspectores quando lhes for pedida em correição ou vizita da seda fina, parcha, e macho, e remolhada para tudo ser examinado sob pena de 6\$000 reis.

11^o Ficão na conformidade do cap. 5^o dos estatutos de 1788 prohibidos todos os carrilhos do methodo antigo na villa de Chacim e em todos os mais lugares em que já se achão estabelecidos carrilhos á piamonteza á immitação dos da Escola Real. Toda a fiadeira, que nos ditos lugares assentar carrilho, que não seja pelo dito methodo pagará da cadeia huma multa de 6\$000 reis. Ao Juizo encarregado da Intendencia sobre as fiaçoens da seda ficará toda a authoridade para estender esta prohibição ás mais partes, ou lugares, logo que se verificarem as circumstancias, que determina o citado capitulo. A pena comminada neste artigo será independente da do artigo 1^o quando se verifique a falta do compettente manifesto.

12^o As fiadeiras pelo methodo antigo portuguez de seda fina deverão conformar-se em tudo e por tudo com as disposições do artigo 6^o pelo que diz respeito à escolha do casulo macho, e da parcha, debaixo da pena determinada no mesmo para este caso. Fiarão impreterivelmente com as vacarilhas, fazendo as tres cruces, e conservando o jogo do rodette, a que vulgarmente chamão mourão, em perfeita regularidade para obter hum bom encruzado, e que a largura das meadas não exceda tres pollegadas e meia. As fiadeiras por este methodo nunca fiarão fios de seda de mais de dez casulos conforme a qualidade da seda, devendo as ditas sedas sahir igoaes, bem cozidas, limpas, e sem babas ; tendo o cuidado de tirar bem os cabeços ao limpar o casulo. Qualquer contração a este respeito será punida com huma multa de 1\$000 reis. Finalmente as fiadeiras deste methodo deverão conformar-se inteiramente com as disposições dos artigos 7^o, 9^o, e 10^o debaixo das penas nelles comminadas por serem as disposições destes artigos em tudo applicaveis a este methodo.

13^o As fiadeiras de sedas redondas para retrozes fiarão indefectivelmente com as vacarilhas, e terão cuidado que as sedas saião limpas, e bem encruzadas. Quaesquer contrações a este respeito serão punidas com huma multa de 2\$000 reis.

14^o Toda a seda redonda, que apparecer com mangulhaes de remolhadas, e surriões mettidos por dentro das meadas será perdida, sendo da fiadeira, ou alias provando-se que o dono pedira á fiadeira que practicasse semelhante fraude, devendo em todo o caso a fiadeira ser inhibida de mais usar de seu officio ; e tendo de pagar da cadeia huma multa de seis mil reis. E para que se venha melhor no conhecimento da fraude nunca as meadas serão attadas senão duas a duas, e assim mesmo ficarão soltas, e não de outra maneira deverão hir ao mercado sob pena de dous mil reis de multa por cada masso, que assim for achado, isto independentemente da pena comminada neste artigo no caso de apparecer a fraude. Para as fiaçoens deste methodo deve tambem entender-se o que fica disposto no artigo 10^o debaixo das pennas nelle declaradas.

15º Por meio de commissarios do Juizo da Intendencia sobre as fiaçoens da seda, dos quaes deverá haver sufficiente numero nas duas provincias escolhidos dentre os homens mais capazes, serão destruidos às fiadeiras, ou donos de fiaçoens gratis, quando os pedirem bilhettes impressos, nos quaes somente houvera que escrever o nome concelho, e lugar da fiadeira, ou dono de fiação, o que será feito por mão do proprio commissario, que ao mesmo tempo rubricará os bilhetes, sendo estampado tudo o mais de maneira que os impressos sejam diferentes para cada hum dos diversos methodos. As fiadeiras, ou donos de fiaçoens porão em cada masso o bilhette respectivo ao methodo porque foi fiado. Todo o masso, que for encontrado sem bilhette fora das mãos das fiadeiras, ou fora das fiaçoens em qualquer tempo, ou lugar será perdido ; será perdido também todo o masso que for encontrado com bilhette pertencente a methodo differente daquelle porque foi fiado. E para ao mesmo tempo evitar a este respeito todo o risco de fraude fica expressamente prohibido às fiadeiras do methodo portuguez de sedas finas dobarem as sedas ao modo de Piamonte sob pena de 2\$000 reis por cada masso, que assim se achar dobrado, mesmo quando o masso traga o bilhette do respectivo methodo, pois alias além desta multa incorrerão na que fica determinada neste artigo relativamente à falta de bilhette, ou que seja diverso do do methodo porque foi fiado.

Convertendo-se em lei o precedente projecto de regulamentos, faz-se tambem indispensavel suscitando huma disposição analogo à do decreto de 30 de Julho de 1788 crear huma magistratura privativa para vigiar sobre este ramo de industria ; esta magistratura pode denominar-se a Superintendencia da Manufactura da Seda nas duas provincias de Tras-os-Montes e Beira ; as suas funções deverão ser as seguintes :

1º Julgar das transgressoens dos regulamentos acima indicados, cujas transgressoens lhe serão accusadas em primeiro lugar pelos directores das fiaçoens regulares à piamonteza em tudo o que diz respeito à policia destas fiaçoens e se acha especificada nos artigos 6º, 7º, e 8º destes regulamentos ; em segundo lugar pelos directores da Escola Real de Chacim, Caetano Arnaud e sobrinhos, que são os inspectores natos deste estabelecimento segundo a determinação do capitulo 15º dos estatutos de 30 de Julho de 1788, cuja determinação pelo presente plano deve estender-se a todos os methodos de fiaçoens, devendo conceder-se aos mesmos inspectores segundo o espirito daquelle capitulo, havendo respeito ao maior preço actual dos generos para o fim delles inspectores fazerem as suas revistas, devendo digo, conceder-se-lhes a ajuda de custo de 1600 reis diarios pagos pelas camaras dos concelhos, ou julgados, onde houver fiaçoens, bem entendido porém que não poderão os ditos vencimentos exceder oito diarios nos concelhos mais extensos, ou onde houver maior numero de fiaçoens ; ou quatro nos menores, ou onde houver menor numero das ditas fiaçoens, determinação que lhes será arbitrada pelo superintendente, tendo contemplação ao que constar pelo manifesto. Estas inspecçoens terão lugar impreterivelmente todos os annos ; e deverão ser feitas pelos inspectores em pessoa, e só no caso de molestia, ou, ou outra justa causa poderão nomear delegados pessoas peritas, precedendo a approvação do superintendente. Os directores de fiaçoens, e os inspectores, ou quem fizer as suas vezes procederão à denuncia das multas sempre com assistencia d' huma testemunha ajuramentada. Serão em terceiro lugar inquiridas as contravençoens aos regulamentos e as multas denunciadas nos mercados da seda, cuja policia pertencerá ao superintendente, devendo

este magistrado transportar-se ao lugar destes mercados, ou no caso de impedimento dar comissão a quem faça as suas vezes para com assistencia de dous peritos, que sempre trará nomeados para este fim, tomar as denúncias seja o requerimento de partes seja ex officio examinando as sedas. Tanto estes peritos nos mercados, como os inspectores nas suas inspecções além da nota, que deverão pôr em seus cadernos sobre as multas, que se denunciarem, deixarão logo as ditas multas, quando sejião disso susceptíveis, averbadas no reverso dos bilhettes dos respectivos massos, contrarubricando-os, isto em ordem a evitar huma segunda multa, ou pelo menos hum segundo processo sobre o mesmo caso. Quando porém a multa for a perca da seda, ou do seu valor, os peritos, ou os inspectores farão apprehensão na mesma seda, pondo-a em deposito até ser judicialmente examinada. Serão ultimante as contravençoens denunciadas pelos torcedores appresentando em Juizo os competentes massos. O processo das multas será summarissimo pela verdade sabida, citada, a parte, seguindo-se quanto lhe for applicavel o processo das coimas. A cobrança far-se-ha executivamente pelo Juizo da Superintendencia. No caso de sedas apprehendidas, e em que a multa só deva ter lugar contra as fiadeiras, donos, ou directores de fiaçoens por se provar que o dono da seda não teve parte na fraude, julgando-se aliás que as ditas sedas ainda podem ser negociadas, e manufacturadas serão as sedas entregues aos donos com hum bilhette particular do Juizo que declare a sua qualidade ; quando porém sejião incapazes de ser manufacturadas e negociadas serão queimadas, salvo em ambos os casos o direito do dono da seda contra as fiadeiras, donos, ou directores de fiaçoens por todo e qualquer damno, que poderão repettir pelos meios ordinarios. No caso todavia de serem também os donos das sedas condemnados por cúmplices nas fraudes, ou geralmente no caso de perca das sedas, sendo ellas ainda capazes serão vendidas por conta do Juizo com o bilhette acima indicado, aliás serão também queimadas. Da importancia das multas á excepção de sedas queimadas, haverão os denunciantes a terça parte ; e as outras duas terças partes serão mettidas n' hum coffre para se distribuirem em prémios ás fiadeiras, que derem maiores provas de pericia, e como tais forem propostas ao superintendente pelos inspectores.

2^o O superintendente da manufactura da seda terá authoridade para prover interinamente em tudo o que julgar util ao estabalecimento, do que deverá dar immediatamente conta á Real Junta do Commercio. Dará outrosim todos os annos hum mappa especificado do estado, e progressos deste ramo d' industria ; será por via da regra o ministro informante sobre objectos relativos a este mesmo ramo ; e appresentará quanto antes hum projecto de regulamentos para os torcedores das sedas afim de se completar o systema de melhoramento respectivamente á seda manufacturada.

3^o E porque os inspectores Arnauds directores da Escola Real de Chacim em rasão da sua habilidade reconhecida mesmo por tantos actos do poder legislativo do soberano, e por terem introduzido na patria, que buscárão por escolha huma arte tão necessaria, que tem feito conceber tão bem fundadas esperanças a respeito da prosperidade nacional, se tem tornado dignos d' huma mui especial consideração será mui justo e mesmo mui util ao estabalecimento ; que o magistrado acima designado seja o seu juiz privativo, ou elles sejião autores ou reos em todas as suas causas cíveis ou crimes dando appellação, ou agravo em os casos que excederem a sua alçada para a Relação respectiva. Nos crimes porém, se (o que não hé d' esperar) os ditos crimes forem de força que provados mereção pena de morte ; e hajão de ser julgados em Relação n' huma só instancia, e como adjuntos, a estes ultimos casos não se estenderá a jurisdicção

do superintendente, mas seguir-se-há a disposição geral de direito, concedendo-se para os mais casos ao dito ministro a authoridade que se conferio ao conservador da Real Companhia do Novo Estabelecimento da Fiação e Torcedura das Sedas na condição 21 em tudo o que lhe for applicavel. Do mesmo privilegio deverão gozar as pessoas constantemente empregadas no filatorio de Chacim debaixo da immediata direcção dos ditos inspectores.

4º Sendo indispensavel continuar ás plantaçoens de amoreiras o favor , que lhe tem sido outorgado pelos nossos providentissimos soberanos será conveniente que suscitando-se novamente as salutiferas disposiçoens da lei de 20 de Fevereiro de 1752, e accrescentando-lhes a izenção geral de dizimo á creação da seda se transfira na provincia de Tras-os-Montes para o dito superintendente a conservatoria, que pela dita lei hé conferida aos corregedores das comarcas, dando a este magistrado a competente jurisdicção para serem os casos destes privilegios perante elle justificados, e faze-los elle goardar.

5º E porque a sementeira, e conservação das mattas e arvoredo hé hum artigo tão essencial de prosperidade publica, não podendo sem elle dar-se industria nem civilisação, e porque aliás a nossa legislação já o ligou com o estabelecimento das fiaçoens de seda (condição 17 da Real Companhia do Novo Estabelecimento da Fiação e Torcedura das Sedas) deverá revestir-se o superintendente da manufactura da mesma authoridade, que a ord. l. 1º t. 58 § 46 e tit. 66 § 26, estravagantes de 30 de Março de 1623 § 4º, 29 de Maio de 1633, decretos de 23 de Setembro de 1713, e 11 de Março de 1716, condição 17 da Companhia do Novo Estabelecimento, e § 12, 13,14,16,17, e 18 do regimento do intendente geral das minas e metaes do reino de 30 de Janeiro de 1802 conferem aos magistrados nestas leis designados afim de que o dito superintendente pela parte que lhe for applicavel faça na provincia de Tras-os-Montes por em execução as disposiçoens de tão saudaveis leis (b).

A jurisdicção do superintendente deverá só pelo que diz respeito á policia das fiaçoens estender-se também por ora á provincia da Beira, tendo para esse fim o dito magistrado o poder de delega-la naquelle ou naquelles magistrados territoriaes, que lhe parecerem mais aptos na conformidade do que relativamente ao mesmo objecto for

(b) A extrema divisão da propriedade, e grande proporção, em que se achão as terras magras, e de ladeira relativamente ás de vale, ou fundo, esgotando-se muito em breve a fertilidade das primeiras foi sem duvida a causa dos grandes roteamentos que se tem feito em Tras-os-Montes, tendo o arado sido mettido successivamente em quasi todos os terrenos da provincia; isto junto ás queimadas, que pela maior parte são feitas de proposito tem destruido todo o arvoredo, e deixado nus os mesmos cumes das montanhas com manifesta degradação do paiz. De mais a divisão dos termos das povoaçõens em duas folhas huma para as searas, e outra para a pastagem dos gados, divizão, que se torna indispensavel pela divisão da propriedade sacrificaria ao dente roedor das ovelhas, ou das cabras os tenros rebentoens das sementeiras d' arvores, que se fizessem em terras abertas; e qual seria o proprietario que teria as posses ou vontade de cercar aquellas sementeiras de parede sabendo, como acontece, que as mesmas propriedades muradas não estão resgoardadas das incursoens dos pastores? Hé preciso portanto, que a authoridade publica, convidando os donos de terrênos de ladeira a semear arvoredos de toda a especie, especialmente pinhaes, carvalhães, e castanheiros, vigie com o maior cuidado na conservação destas sementeiras; e não poderia por certo confiar-se a vigilancia sobre hum semelhante objecto com mais bem fundada esperança de proveito senão a hum magistrado permanente tal como o que se propoz na informação, de que hé extractada a presente memoria, visto o pouco fructo que se tem tirado de ter sido aquella vigilancia commettida a magistrados temporarios.

concedido ao primeiro intendente pelo decreto de 30 de Julho de 1788, e ao conservador da Companhia do Novo Estabelecimento pela condição 22.

Deverá elle superintendente fazer correição annual aos sitios das fiaçoens para com maior commodidade das partes julgar das transgressoens dos regulamentos, devendo por via de regra este Juizo instituir-se nas ditas correiçãoens. Pertencer-lhe-há a policia dos mercados , como já se disse, não só afim de inquirir a observancia dos regulamentos ; mas para estabelecer a mais perfeita comcorrencia, e evitar os conloyos , e monopolios, fazendo –se applicavel a este caso a disposição da ord. l 5^o, t. 76, e 77 para os que naquellas leis se especificão. Vigiará pessoalmente nas correiçãoens que não se prevarique a mão d' obra, cohibindo tudo o que possa alterar a sua pureza. Examinará se os inspectores fazem o seu dever dando de contrario immediatamente parte a sua magestade pelo tribunal respectivo ; e finalmente determinará os sitios, em que se hão-de fazer as novas sementeiras de arvoredo ; coutando estes sitios por provimentos, que deixe às camaras sob as penas que julgar convenientes, e couberem na sua alçada ; informando-se se tem sido bem defendidos os já coutados, e sementados, e procedendo com o rigor das leis contra os que por dolo, ou culpa arruinaem as novas sementeiras, ou mattas, feita a compettente averigoação por devassa, ou querella huma vez que conste da transgressão e do danno pelo respectivo corpo de delicto, cujo auto poderá formalizar quando já o não esteja pelos juizes territoriaes ; assim como avocar, e conhecer de todas as causas sobre semelhante materia, dando appellação, ou agravo para a Relação do districto nos casos, em que tenham lugar estes recursos, e excedam a sua alçada.

Persuado-me que a graduação, e alçada deste magistrado não pode ser inferior á de correição ordinaria, que hé a mesma que tinha o primeiro intendente ; e para que elle desempenhe melhor as funções do seu cargo sem distracção d' outros deveres persuado-me outrosim que a sua commissão nunca deverá reunir-se a outra magistratura da provincia, á excepção de vacancia, em cujo caso para não cessar semelhante authorityde deverá ella ser assumida pelo corregedor da comarca de Moncorvo por ser esta comarca a da maior producção de seda, e aquella em que se achão collocados os Reaes Estabelecimentos de Chacim. Seria tambem mui util a este estabelecimento que sua magestade se dignasse nomear sempre para esta magistratura hum filho, ou pelo menos hum proprietario de Tras-os-Montes huma vez que nella se encontrem candidatos, que a estas qualidades reunão a d'estarem habilitados para o real serviço nos lugares de letras, e que possuão os conhecimentos necessarios para o bom desempenho desta commissão ; bastando a reunião de todas estas qualidades para a proposta ainda mesmo quando o candidato não tenha passado pelas graduaçoens inferiores.

Esta commissão deve ser conferida por hum tempo illimittado salvo o direito a graduaçoens superiores á da natureza do lugar huma vez que se verifiquem as ciscunstancias do bom serviço

Hé indispensavel a creação d' hum officio de escrivão dante o superintendente, e outro de meirinho.

O ordenado do superintendente parece que não pode ser inferior a 600\$000 reis, visto ter este lugar pouca braçagem ; hé o mesmo que se concedeo ao conservador da Companhia do Novo Estabelecimento pela condição 21 ; o escrivão devera ter o de 200\$000, e o meirinho o de 80\$000 reis.

Para custeamento destes ordenados; das pensoens que a senhora D. Maria 1ª concedeo aos inspectores Arnauds pelo seu decreto de 30 de Julho de 1788 e que se confirmarão pela carta regia de 27 de Setembro de 1810; e outras despesas que será util de fazer afim de elevar a criação da seda ao maior auge, mas em ordem a não gravar com estas despesas os ramos já existentes das rendas do Estado será por certo mui conveniente e justo que se imponha hum direito de 3 por cento na entrada das sedas estrangeiras manufacturadas. Este direito não pode pelo que hé de moderado privar as nossas fabricas do seu necessario alimento; reverte porem em beneficio das nossas sedas; e ao mesmo tempo recolhido no real erario servirá para pagar compettente-mente aquelles ordenados, e pensoens; e as consignaçoens, que parecem d' indispensavel necessidade para experiencias de melhoramentos na cultura das amoreiras, e criação dos bichos da seda, experiencias a que sem perda de tempo deve proceder-se em Tras-os-Montes.

Propuz para se fazerem estas experiencias de melhoramentos o estabelecimento d' huma escola practica da cultura das amoreiras, e criação do bicho da seda, visto que em boa economia politica os ensaios de qualquer criação de cultura, ou industria devem ser feitos á custa do Estado porque os particulares de ordinario não curão disso, ou se curão não ousão pelo risco a que julgarião expor seus cabedaes. Os soberanos de Portugal tem neste ponto de vista dado brilhantissimos exemplos, e basta entre todos citar os mesmo estabelecimeto das Reaes Escolas de Fiação da Seda e Filatorio de Chacim. Por outra parte ter-se-há notado, e hé facto desgraçadamente innegavel que apesar das imunidades, e privilegios que se tem liberalizado á lavra da seda, e que aliás devem ampliar-se, segundo o que propuz; apesar digo destes privilegios, que parecião estimulos sufficientissimos para animar o agricultôr, e apesar dos preços avultados, que as sedas tem obtido, a plantaçào das amoreiras tem sido estacionaria, e mesmo retrogada ^(C) e consequentemente a criação; e que nenhuma cousa nem outra hé a milésima parte do que podia ser em hum paiz, onde huma grande parte dos terrenos reclamão emprego; e onde vegetta optimamente a amoreira. Semelhante contradicçào não pode explicar-se senão pela existencia dos máos methodos, tanto na escolha das arvores, sua plantaçào, e cultura; como na educaçào dos mesmos bichos; existencia que contraposta ás saudaveis disposiçoens que devião favorecer este ramo d' industria tem feito paralyzar a cultura. As amoreiras pretas são as preferidas sem outra razão mais que pegarem d'estaca, sendo aliás muito vagaroso o seu crescimento. Esta especie pode chamar-se a madrastra do bicho da seda. Só as brancas lhe podem dar o verdadeiro alimento, e expor o insecto a menos molestias; destas arvores porém há mui poucas sem duvida por falta de viveiros porque nenhuns existem. As plantaçoens tem sido feitas sem a menor ordem, preferindo faze-las assim mesmo em pequeno número nos terrenos mais pingues; e como semelhantes terrenos são consagrados a culturas mais urgentes, o prejuizo que causão a estas culturas os colhedores da folha tem desgostado os proprietarios, e influido em muitos a barbaridade de arrancarem estas arvores sem a substituiçào d' outras em sitios menos preciosos; e ao mesmo passo para ellas mais analogas. Nada se sabe da poda, e daqui huma folha mal vingada. A educaçào dos bichos da seda he artigo d'industria popular, e grosseira; nenhum proprietario a tem

^(C) As plantaçoens d' amoreiras prêtas mostrão pela sua antiguidade ser só devidas ao decreto do sr. D. Pedro 2º de 22 de Janeiro de 1678, e as das poucas brancas que existem ao zelo do grande marquez de Pombal.

emprehendido em grande escala, e segundo as regras da arte, não havendo huma só casa deste único destino. O máo alimento pois, a falta de cuidado; as creações anticipadas, porque também nisto há grande abuso; e finalmente a inconstancia das estações, á qual nada pode obstar nas desabrigadas casas dos camponeses, ex aqui as causas reunidas, que fazendo malograr em grande parte dos annos as creações, e privando o agricultor do fructo do seu trabalho, e o proprietario da renda das suas amoreiras, desanimão hum e outro; e oppoem a sua influencia á dos estímulos com que se tem pretendido fomentar aquella produção.

Removão-se pois estas causas com o exemplo d' hum melhor systema. O exemplo hé o verdadeiro mestre do povo. O exemplo das fiações á piemonteza; a experiencia palpavel da sua perfeição fez com que sem constrangimento, e mesmo sem privilegios estes bons methodos se vulgarissem, e nacionalissem em Tras-os-Montes. O povo está plenamente convencido da preferencia, que elles merecem, e tendo-os á mão não escolhe outros. Instituinto portanto nesta provincia huma escola real de cultura d' amoreiras, e criação de bichos da seda, a vantagem dos bons methodos, que cada qual poderá observar nesta escola será o complemento dos estímulos, que a sabedoria do monarcha pode applicar ao fomento desta cultura.

E que occasião exigiu mais fortemente este maior fomento? Agora que sua magestade por hum rasgo da sua politica transcendente, e convencido da necessidade de estreitar as relações de mutuo interesse, e de commercio que devem ligar as partes componentes dos seus vastos dominios dos dous mundos, se dignou mandar pela sua aurea carta regia de 17 de Setembro de 1817 que as sedas portuguezas tivessem a preferencia no adorno dos seus reaes palacios do Brasil, agora mais que nunca hé o momento de attender e por em acção todos os meios de augmentar a materia primeira desses preciosos laços que devem consolidar huma união, que tinha sido preparada por hum mesmo sangue, pelas mais gloriosas recordações, e pelo amor, e lealdade de todo o vassallo portuguez para com a sagrada pessoa do melhor dos soberanos.

O meio que me pareceo mais adequado, e economico para fundar, e manter esta escola foi que se adiantasse do real erario para ser deduzida do producto do novo imposto que tambem propuz, a quantia de 2,000,000 de reis por huma vez, e huma consignação annual de 300,000 reis pelo espaço de 20 annos ao proprietario de Tras-os-Montes, que reunindo huma fortuna em bens de raiz pela qual fique seguro o bom emprego daquellas sommas o comportamento, e zelo bem comprovados, e que sendo proposto a sua magestade com a justificação de todos estes requisitos pelo superintendente se obrigar na devida forma a dar áquellas sommas debaixo da direcção do superintendente e dos inspectores Arnauds as determinações seguintes:

1^o Edificar em terreno seu proprio huma casa sufficiente para a criação de bichos, que possam produzir abonadamente n'huma colheita tres arrobas de seda em rama; sendo esta casa construida de maneira, que a temperatura possa ser regulada pelo thermometro, tenha a sua competente estufa, e utensilios para a maior facilidade do serviço.

2^o Semear e plantar hum viveiro d' amoreiras brancas, o qual deverá pelo menos conter quatro mil plantas, de que a metade serão enxertadas no mesmo viveiro ao mais tardar até o quarto anno do seu crescimento.

3^o Fazer plantar d' amoreiras brancas do viveiro logo que se achem no devido estado a porção de terreno que os inspectores Arnauds lhe assignarem como capaz da

lavra de seda acima designada. Bem entendido toda a plantação será n'hum só peça de terra ; esta porém de qualidade variada ; a parte mais forte será occupada por arvores de tronco ; os declives por arvores anans ; toda a plantação será fechada por huma sebe das mesmas amoreiras brancas, e quanto for possível proxima á mesma casa de creação.

4º Fará cultivar e podar a plantação segundo as indicações de Grisellini, e prescripções dos inspectores.

5º Junto á casa de creação haverá hum pequeno gabinete, e nelle tera o empresario hum barometro, dous thermometros, o hygrometro de Leslie, e a columna electrica de Deluc munida dos seus competentes pendulos. Fará todos os annos pelo menos no tempo das creações o jornal comparado das observações destes instrumentos com as occorrencias das creações em ordem a obter indacções e resultados de utilidade practica, que publicará pela imprensa. Terá também hum jornal scientifico nacional havendo-o ; e outro estrangeiro de boa nota para promover pela leitura destes jornaes, que facilitará o gosto das sciencias physicas, gosto de que muito precisa ser imbuida a nobreza, e proprietarios de Tras-os-Montes.

No mesmo sentido dignar-se-há sua magestade conceder a sua approvação, e protecção para que se forme huma sociedade de agrofilos, de cuja sociedade será presidente o superintendente da manufactura da seda, membros natos os inspectores Arnauds, e secretário perpétuo o empresario da escola de creação.

O superintendente acompanhado dos inspectores deverá huma vez cada anno no tempo da creação fazer huma correição em forma á escola para verificar se tudo vai em boa ordem, e se nada falta ao objecto da instituição, dando pelo respectivo tribunal immediatamente conta a sua magestade dos progressos da dita escola, bem como dos desvios se os houver para que se proveja no caso conforme o requerem a fraude ou negligencia do empresario.

O juizo do empresario será privativamente o da Superintendencia pela mesma maneira que se propoz relativamente aos inspectores Arnauds.

Complettos vinte annos exclusivemtre depois do estabelecimento da escola, devendo ella dahi por diante manter-se pelos seus proprios rendimentos, e tendo naturalmente produzido o bem, que promete hum tal exemplo será supprimida a pensão dos 300,000 reis. Tendo porem sido não interrompido o curso das boas informações, dignar-se-há sua magestade aliás dar também por amortizada a divida originaria dos 2,000,000 de reis ; e em premio da assiduidade e do patriotismo converter a escola e suas dependencias em morgado na familia do empresario, gratificando-o de mais a mais com as distincções d' honra correspondentes ao grão de nobreza de que já gozar.

Tal hé a proposta que tive a honra de fazer a sua magestade em desempenho da minha commissão. O meu desejo mais ardente hé que depois da utilidade da minha patria o meu trabalho mereça a approvação da Accademia Real das Sciencias.

Mirandella 22 de Abril de 1819

Francisco António d' Almeida Moraes Pessanha

Emo. Sr.
Sr.



Sr. D. Maria Annae filho de Felgue Anhaud Director g.º f.º dos
Reaes Estabelecimentos das fiação, e torção da Seda nas Províncias de
os Montes, Beira, tendo-se dedicado á direção destes Estabelecimentos,
e adquirindo os conhecimentos necessários para ser útil neste ramo á Nação,
tendo também conhecido as causas, q. se tem opposto ao progresso de
tão interessante ramo de industria nacional, torna a liberdade
de se ir a presença de V.ª. a presente memoria, pedindo, que se
mande a em consideração, si digno socorro a nossa dilacerada
Patria com providencias, que possam levar o importante e
ramo da industria nacional da seda ao aug. de prosperidade, q.
facilmente pode adquirir.

A industria he o meio mais proprio para tornar hum a des-
caís feliz, porque ella favorece a agricultura, pela enxada dos objectos
de industria, auxilia a pobreza, pelos socorros, que lhe presta, por meio
do seu trabalho, impugna-se na cultura, ou fabrico destes mesmos ob-
jectos, ministra aos ricos, e pobres os meios de augmentar os seus ca-
pitais, faz gerar na nação os dinheiros, evitando, que sahão para
Paizes estrangeiros, alem de produzir outros infinitos bens, aug-
menta consequentemente os interesses do Estado.

Portugal pela natural amenidade do seu clima, pelas suas
produções, e pela agiliidade dos seus habitantes, he hum País proprio
para ser heico de mais industriosos. Qualquer homem, e na-
da inenunciavel, viajando pela Província, e sendo a nãez pobreza a

que estáo reduzidos os seus habitantes porciçãõs. hãõ lamentar a desgraça de serem os reb. daquelles desvalidos pezo, e conhuer a absoluta impossibilidade de se produzirem caçter em tão grande desamparo, e fôr como a necessidade de lhes ministrar alguns socorros promovendo a industria, unico recurso q. tem para a sua florecencia, e p.^o constituhir a felicidade de huma ^{ta}çãõ, que naturalmente pãõ em meios de asfugentãr a desgraça, em que está sepultada, e de tornar feliz por meio da industria, para o q. produz varios objectos de materia prima.

O genero seda comparado com os mais, que se produzem no Reino he de todos o mais rico, e importante, hum genero de luxo pelo qual se dáõ todos os anos avultadissimas somas aos estrangeiros. Hum agricultor trabalha todo o anno para fabricar as suas farenhas; applica lhus espezas desperas; sofre privações e trabalhos, assiduas diligencias, e no fim de hum anno de fadigas recolhe os fructos, que m.^o não sabem o que com elles se despende, ou a algum accidente não esperado os destrói, tornando inutilis todas as desperas, e trabalhos do agricultor; porém a seda, sendo o genero mais rico, q. se produz no Reino, pode criar-se em todo elle, porque o clima favorece a sua criaçãõ, e as modicas expensas com que se faz, a tornão facil, não só aos ricos e produtores, mas tambem aos pobres os mais indigentes, os quaes todos se podem dedicar a fazê-la, ainda mesmo por divers.^{to} poisq.,

II

MEMORIA DE JOÃO MARIA ARNAUD SOBRE A INDUSTRIA DAS SEDAS
(1822)

Ex.mo Senhor

João Maria Arnaud, filho de Felipe Arnaud, director que foi dos Reaes Estabelecimentos das Fiações, e Torcidos da Seda nas provincias de Traz-os-Montes, e Beira, tendo-se dedicado à direção destes estabelecimentos, e adquirido os conhecimentos precizos para ser util neste ramo à Nasção, tendo tambem conhecido as cauzas, que se tem opposto ao progresso de tão interessante ramo de industria nascional, toma a liberdade de elevar á presença de v. ex.^a a presente memoria, pedindo, que tomando-a em consideração, se digne socorrer a nossa dilacerada Patria com providencias, que possão elevar o importantissimo ramo da industria nascional da seda ao auge da prosperidade, que facilmente pode adquirir.

A industria he o meio mais proprio para tornar huma nasção feliz; porque ella favorece a agricultura pela criação de objectos de industria; auxilia a pobreza pelos socorros, que lhe presta por meio do seu trabalho, empregando-se na cultura ou fabrico destes mesmos objectos; ministra aos ricos, e poderozos os meios de augmentar os seus capitaes; faz girar na nasção os dinheiros, evitando, que sahião para paizes estrangeiros, e alem de produzir outros infinitos bens, augmenta consequentemente os interesses do estado.

Portugal pela natural amenidade do seu clima; pelas suas produções, e pela agelidade dos seus habitantes he hum paiz proprio para ser hum dos mais industriosos. Qualquer homem, a não ser insencivel, viajando pelas provincias, e vendo a nudez e pobreza a que estão reduzidos os seus habitantes, precizamente há-de lamentar a desgraçadissima sorte d' aquelles desvalidos povos, e conhecer a absoluta impossibilidade de poderem existir em tão grande desamparo, assim como a necessidade de lhes ministrar alguns socorros promovendo a industria, único recurso que tem para a sua florecencia, e para constituir a felicidade de huma nação, que naturalmente possui muitos meios de afugentar a desgraça, em que está sepultada, e de se tornar feliz por meio da industria, para o que produz varios objectos de materia.

O genero seda comparado com os mais, que se produzem no Reino he de todos o mais rico, e importante, e hum genero de luxo pelo qual se dão todos os anos avultadissimas somas aos estrangeiros. Hum agricultor trabalha todo o ano para fabricar as suas fazendas; applica-lhes copiozas despezas; sofre pesadissimos trabalhos, e assiduas deligencias, e no fim de hum anno de fadigas recolhe os fructos, que muitas vezes não valem o que com elles se despendeo, ou algum accidente não esperado os destróe, tornando inuteis todas as despezas, e trabalhos do agricultor; porem a seda, sendo o genero mais rico, que produz no Reino, pode crear-se em todo elle; porque o clima favorece a sua criação, e as modicas despezas com que se faz, a tornão facil, não só aos ricos e poderozos, mas tambem aos pobres os mais indigentes, os quaes todos se podem dedicar a faze-la, ainda mesmo por divertimento; pois que fazendo-se no curto espaço de quarenta dias, a ninguem se torna infadonha: e se durante a sua criação lhe occorre tempo adverso, e a prejudica, nem por isso se desanimão os creadores; porque a

sua perda nunca he total, e ainda que o fosse o creador não perdia mais do que o pouco trabalho de poucos dias, e o diminuto valor da semente, cujos prejuizos nunca podem competir com os do agricultor, e muito mais porque nesta criação se não occupão homens de trabalho; mas unicamente mulheres e rapazes, que apanhão a folha.

Assás tem os nossos soberanos conhecido os ventajozos interesses que de tão importante lavra podião resultar à Nasção. Elles não se pouparão a despezas para abrir aos seus vassallos os fecundos thesouros, que della podião perceber; mas desgraçadamente os fins não corresponderão aos meios propostos. Procurarão promover a criação da seda, e a plantação das amoreiras e matas, promulgando o decreto de 22 de Janeiro de 1678 e lei de 20 de Fevereiro de 1752, e se bem que ali se encontrem providencias proprias para conseguir tão interessantes fins, d' ellas não resultou o mais pequeno effeito; porque sendo muitos os que tem prehenchido as condições da lei, e por isso merecerão os premios promettidos, não se conta hum só a quem se conferissem as graças merecidas, e d' aqui tem resultado, em parte, o abandono de tão interessante cultura.

Procurarão animar este ramo de industria, e aperfeiçoar o seu fabrico, estabelecendo magnificas fabricas de escolla, dando-lhes fundos superabundantes para o seu giro, e concedendo-lhes privativas, com que podiam subsestir, fazendo avultados interesses, e promovendo a criação da seda nascional consumindo-a em suas manufacturas; mas de tantas, e tão despendiozas providencias, e de outras, que por brevidade omitto, só tem resultado consequencias oppostas aos meios propostos, e são: o vermos esta nobre e rica produção aniquilada, e sem protecção; tantas fabricas reaes, e particulares reduzidas ao abatimento, quasi sem exercicio, e servindo mais de ruina do que de interesse aos seus proprietarios, e assim mesmo dependentes das nasções estrangeiras, que lhes ministrão a materia prima para a sua laboração, o que acontece por se achar muito atrazada a criação da seda nascional, quando aliás se podia colher não só a sufficiente para o consumo das fabricas do Reino; mas tambem para exportar para fora d'elle, o que tudo he consequencia de que parte das providencias dadas forão inuteis pelo nenhum cumprimento que se lhes tem dado, e parte não produzirão o dezejado effeito por ser a sua execução commettida a pessoas ignorantes na materia, e que mais procuravão engrossar os seus capitaes, e augmentar os seus interesses do que felicitar a Nasção neste ramo, fazendo, comtudo, por agradar ás auctoridades de quem dependião, para receber a remuneração dos seus serviços, que por serem mais prejudiciaes do que interessantes, mais merecião ser reprehendidos do que remunerados; mas todos estes males podem terminar dignando-se v. ex.^a auxiliar os interesses dos povos com providencias efficazes.

Bem informado sua magestade o senhor D. João Sexto dos males que obstavão ao progresso de tão rica produção, e dos muitos interesses que ella podia produzir, dignou-se dar a providencia maxima, que sobre este objecto se tem dado neste Paiz, qual foi a criação da Companhia das Fiações e Torcidos da Seda em virtude do alvará de 6 de Janeiro de 1802.

A esperiencia dos 6 annos primeiros da existencia da Companhia fez ver que esta medida foi de todas a mais propria para promover a criação da seda, e que serião suficientes 25 a 30 annos para que a nação se visse independente de sedas estrangeiras, continuando a Companhia com o zello e actividade com que começou. Nestes seis annos teve a criação da seda hum incrível augmento; mas a invazão franceza e outras cauzas

de sua pessima administração, privou os povos dos muitos interesses que de tão util sociedade lhes devião provir.

A criação da seda desde o anno de 1788 teve grande augmento ate ao de 1804, em que subio a criação a 61.641 arrates de seda, que segundo consta, foi mais do duplo da que se creava antes do sobredito anno de 1788.

Desde o anno de 1804 ate ao de 1807, fomentou-se entre os creadores tal emulação, que fizeram subir a criação pelo menos a hum terço mais do que tinha sido em 1804, e não sendo na Beira mais assolada pelos francezes, continuarão os creadores a promover esta cultura até ao anno de 1814; mas os estragos que sofrerão as amoreiras no tempo da guerra, e o desamparo em que se virão os creadores sem ter hum protector que auxiliasse as suas criações, e os livrasse de as ver entregues somente a dilapidarios, e monopolistas, fez que chegando a vender as sedas fiadas pelo methodo piemontez a 1.600 e a 1.800 reis o arratel, huns abandonarão a criação, e outros chegarão a arrancar as amoreiras que possuíão, do que resultou o atrazar-se mais em poucos annos esta cultura, do que tinha adiantado em muitos.

A criação da seda, excepto a pouca que se cria em Lisboa e em Lolé no Algarve, está somente introduzida nas treze commarcas abaixo nomeadas, e chegou ao auge que demonstro pela seguinte relação da criação do sobredito anno de 1804, a qual está diminuta; porque nella se não contem o cazullo que os creadores reservarão para semente, nem o que se colheo nas muitas terras em que se não paga delle dizimo, assim como o está tambem relativamente aos annos de 1805 até 1807, em que mais floreceo, por cujo motivo se pode seguramente calcular que no mesmo anno de 1804 a criação da seda subio de 15 a 18.000 arrates mais do que se contem na relação seguinte, e nos seguintes até 807 subio de 100 a 120.000 arrates. Devo porem declarar que os povos em suas criações recebem menos interesses do que podião receber, pois que as pessimas fiações que em muitos d' elles praticão lhes occsionão os prejuizos, que tambem passo a demonstrar.

Relação da criação da seda nas 13 commarcas abaixo nomeadas do anno de 1804 dada pelos seus respectivos corregedores á Conservatoria da Real Companhia.

Na commarca de Moncorvo colheraosse	arrates	20. 155
Na de Bragança	"	8. 450
Na de Miranda	"	4. 480
Na de Villa Real	"	2. 344
Na de Lamego	"	8. 353
Na de Trancozo	"	13. 404
Na de Pinhel	"	1. 655
Na de Linhares	"	1. 128
Na da Guarda	"	1. 779
Na de Abrantes	"	236
Na de Vizeu	"	186
Na do Crato	"	023
Soma total	arrates	61. 541

Mostrado o estado da criação da seda, passo a mostrar as diversas qualidades de seda que se fião nas sobreditas comarcas, e os preços por que cada huma dellas se vende, para mostrar o produto desta criação, e os prejuizos que as pessimas fiações occasionão aos povos.

	Prejuizos, que provem aos povos das pessimas fiações	Total, que produzia a colheita da seda se as fiações estivessem aperfeiçoadas
<p>Na comarca de Moncorvo, só nas fiações regias se fião em Chacim sedas tão perfeitas para pêllo como as melhores da Italia. Tem-se vendido alguns annos até 807 a 6.400 e 7.200 o arratel, e depois de 814 a 1.800 e 2.000; mas os preços ordinarios e correntes no referido anno de 1804 forão 4.000, e fiandosse desta seda 3.000 arrates produzem o valor de</p>	<p>.....</p>	<p>Reis 12.000\$000</p>
<p>Nas vizinhanças d' esta villa fiasse pelo mesmo methodo, degenerado para mais grosso, defeito nascido da arbitrariedade das fiadeiras, que fiando por arratel alterão os preceitos da fiação pelo dezejo do maior interesse. Fiãoosse nestes povos annualmente mil arrateis de seda com pouca differença, os quais se fossem fiados como na fabrica de Chacim produzião</p>	<p>.....</p>	<p>4.000\$000</p>
<p>Mas como pelo defeito da fiação se vende por menos do que a sobredita 500 reis em arratel, tem os povos por cauza da fiação o prejuizo de</p>	<p>reis 500\$000</p>	

<p>No restante da commarca fiasse pelo methodo antigo seda propria para trama. Fiãosse pelo menos 16.150 arrateis, que se fossem fiados pelo novo methodo praticado nas fiações regias de Chacim produzirão.....</p>		64.600\$000
<p>Mas como esta seda se vende por 1.000 reis menos do que a sobredita, produz o defecto da fiação aos povos o prejuizo de</p>	reis 16.150\$000	
<p>Nas vezinhanças de Chacim, e em Valpassos, commarca de Bragança, segue-se o methodo piemontez degenerado para mais grosso. Fiar-se-hão ao muito 2.000 arrates desta seda, que se fosse fiada com perfeição produziria</p>		8.000\$000
<p>Mas como pelo defeito da fiação se vende por 500 reis menos do que a da fabrica, recebem os povos menos do que podião receber</p>	1.000\$000	
<p>No restante da commarca fiãosse pelo methodo antigo para trama 6.450 arrates de seda, que fiada ao novo methodo podia produzir.....</p>		25.800\$000
<p>Mas como esta se vende por 1.000 reis menos do que a sobredita, recebem os povos menos do que podião receber.....</p>	6.450\$000	

<p>Na comarca de Miranda fião-se 4.428 arrateis de seda para trama mais imperfeita do que a das sobreditas comarcas. Fiada ao novo methodo podia produzir.....</p>	<p>.....</p>	<p>17.712\$000</p>
<p>Mas como pela sua má fiação se vende sempre por menos 1.100 reis do que a fiada ao novo methodo, recebem os povos o prejuizo de.</p>	<p>4.870\$800</p>	
<p>Nas comarcas de Villa Real, Lamego, Trancozo, Linhares, Guarda, Vizeu e Crato fião-se unicamente sedas proprias para retrozes, e tão imperfeitas que nunca se chegam a vender por preços iguais aos por que se vendem as sedas estrangeiras tambem proprias para retrozes. Fião-se nestas comarcas 28.272 arrates de seda, cujo preço ordinario he o de 1.600 ate 1.800 reis por arratel, e raras vezes se vende a 2.000 reis. Se fosse fiada segundo o methodo praticado nas fiaçãoes regias produzião o valor de</p>	<p>.....</p>	<p>113.088\$000</p>
<p>Mas como por cauza da sua pessima fiação se vendem sempre com a diminuição de 2.000 reis relativamente aos preços por que se vendem as da fabrica; recebem os povos menos do que podião receber</p>	<p>56.544\$000</p>	

Em Abrantes seguesse o mesmo methodo de fiação piemonteza degenerada para mais grosso, como nas vezinhanças de Chacim. Fiãosse 236 arrateis de seda que sendo fiados com perfeição, e vendidos pelo preço ordinario da bem fiadas produzião		9.440\$000
Mas porque he vendida por menos 500 reis do que a bem fiada, recebem os povos menos do que podião receber.....	118\$000	
Soma	reis 85. 632\$800	246.144\$000

Pela precedente relação se mostrão os vantajozos interesses, que esta rica produção nacional ministra annualmente aos povos d' aquellas treze commarcas, e por estes se pode calcular quaes serião os que a Nação poderia perceber se em cada huma das suas restantes commarcas se fizessem iguaes creações, assim como se manifestão os grandes prejuizos de 85:632\$800 reis que os povos recebem nas pessimas fiaçãoes adoptadas nas mesmas commarcas, e consequentemente a nesecidade de as aperfeiçoar, o que he tão facil que jamais pode a sua despeza importar na quarta parte dos prejuizos que os povos tem n' hum só anno. Para conseguir o importante fim de aperfeiçoar as fiaçãoes, e promover a criação da seda em todo o Reino me parece indispensavel:

- 1º Promover a plantação das amoreiras e matas.
- 2º Animar e proteger a criação da seda nas commarcas em que já se faz, e introduzi-la nas que a desconhecem.
- 3º Estabelecer fabricas de fiação, e dar tanto a estas como ás de torcido, a precisa proteção, a fim de que pela continuação do seu trabalho se aperfeicoem estas essenciaes manufacturas, livrando os povos dos prejuizos, que sofrem por cauza de tão pessimas fiaçãoes, desordenadas, e sem methodo e preceito algum, para cujo fim proponho os seguintes artigos.

Artigo 1º
Sobre a plantação das amoreiras

He absolutamente impossivel promover a plantação das amoreiras sem haver para isso as plantas precisas, e he de primeira necessidade fazer viveiros de amoreiras de

sementeira tanto das negras do Paiz, como das brancas do Piemonte, as quais terão sempre a preferencia, principalmente nas terras mais quentes e temperadas, tanto porque se crião em poucos annos, como porque a sua folha he mais saudavel aos bichos do que as do Paiz, a qual he nociva aos mesmos bichos da seda por cauza da sua humidade natural.

2^o

Estes viveiros devem ser feitos em huma das terras mais proprias e centraes de cada huma das commarcas, e como o seu estabelecimento e conservação se torna todo em beneficio do publico, devem ser feitos e conservados com os remanentes das decimas das respectivas commarcas, ou à custa das camaras, contribuindo cada huma dellas com o contingente que lhe for designado por huma derrama, que se faça perante a auctoridade competente, depois de conhecida a despeza annual precisa para a conservação e tratamento continuo dos viveiros, a qual deve ser muito diminuta.

3^o

Seria muito util convocar, ou convidar com huma porção de semente de amoreiras as ordens monachaes para que fação em suas bem cultivadas quintas, viveiros, e plantações de amoreiras, fazendo suscitar o zello, com que os Cruzios ainda no tempo da invazão franceza os conservavão, voluntaria, ou obrigatoriamente.

4^o

Estando as amoreiras em estado de se plantar convocar-se-hão os povos por meio de editaes para que venhão aos viveiros receber as plantas, que requererem para fazer as suas plantações, cujas plantas lhes serão dadas gratuitamente.

5^o

As camaras devem ser convidadas, ou obrigadas a fazerem plantações avultadas nos campos do concelho, e a conserva-las e trata-las como propriedade sua, podendo dar, ou vender a folha das amoreiras como melhor lhes convier.

6^o

Para animar os proprietarios, e os povos a fazer, e conservar as suas plantações devem por-se em plena observancia as providencias dadas pelo decreto de 22 de Janeiro de 1678 e lei de 20 de Fevereiro de 1752, fazendo-lhes dar inteiro cumprimento; pois que do desprezo em que tem estado, tem resultado o atrazamento desta cultura.

7^o

Sendo probavel que muitos proprietarios poderozos se demovão a fazer maiores plantações com o dezejo de destições honorificas, julgo de grande interesse que se conferissem certas mercez e condecorações honorificas aos que plantassem em boas terras 2, 3 ou mais mil pés de amoreiras, mostrando estarem pegadas, e bem tratadas, e sendo obrigados à sua conservação, e a fazer uso da sua folha. Estas graças por falecimento do premiado poderião passar a hum dos seus successores passando

tambem a obrigação de conservar sem deterioramento ou deminuição a plantação porque se lhe conferio o premio.

8^o

Todos os que receberem premios honorificos, ou pecuniarios deverão assignar na camara do seu districto hum termo pelo qual se obriguem a conservar bem tratadas as plantações por que receberão o premio, ficando sujeitos a perder todas as graças e premios concedidos se faltarem ao cumprimento de tal dever.

9^o

Deve cessar a arbitrariedade dos povos no que toca ao corte das amoreiras, e mais arvores, cuja falta se torna prejudicial ao Estado, e aos povos, e por isso a ninguem deve ser permittido cortar ou arrancar amoreiras sem que previamente se lhe conceda licença, a qual deverá ser negada huma vez que pela sua velhice, ou má vegetação se não torna inutil ou no lugar que occupa prejudicial.

10^o

Todos os que arrancarem, cortarem, ou descascarem alguma amoreira, com o fim de que se seque, deverá ser obrigado a plantar dez por cada huma, que arrancar, cortar, ou descascar, por mais inferior que seja a prejudicada; se porem, esta for de maior interesse pela sua grandeza e boa vegetação, deverá ser obrigado a plantar e conservar hum numero de amoreiras, cuja plantação equivalha na sua despeza ao valor da tal prejudicada, ou arrancada, devendo alem disto empor-se-lhes algumas penas, que se deverão multiplicar, havendo reincidencia no crime.

11^o

Mas para isto se verificar, e para que possa haver huma escrupuloza vigilancia sobre esta plantação, e hum conhecimento certo dos seu estado, e do augmento que annualmente tem, devem as cammaras terminar com a sua negligencia no que diz respeito ao livro de registo que o sobredito decreto de 22 de Janeiro de 1678 lhes manda ter para abrir todos os annos os assentos das amoreiras, que existem, e se plantarem; pois que a falta deste livro authoriza a destruição das amoreiras, e produz a total ignorancia do estado de tão interessante plantação.

12^o

Attendendo á falta de lenhas, que há em muitas commarcas, e á sua precizão para as fiações em grande, he indispensavel promover o estabelecimento dos arvoredos e mattas, fazendo executar as providencias dadas pelas ord. liv. 1^o titulo 58 § 46, e tit. 66 § 26, estravegente de 30 de março de 1623 § 4, e 29 de Maio de 1633, decretos de 23 de Setembro de 1713 e 11 de Março de 1716, confirmadas pelo alvará de 6 de Janeiro de 1802, fazendo que estas plantações se verifiquem preferindo as plantações das oliveiras, castanheiros, carvalhos, nogueiras, e outras arvores fructiferas ás outras, que o não são, devendo-se ter em vista as mattas precisas para lenhas, e tambem a plantação dos carrapateiros, e a cultura dos amendoins, que produzindo bem em Portugal, se pode colher o azeite preciso para a illuminação da Corte, e outras cidades.

13^o

Os povos em outras occaziões chamados a fazerem as suas plantações, as tem effeituado pelas extremidades das estradas, das ribeiras, dos prados, e mais campos do concelho, na forma determinada pelas ordens superiores; porem os proprietarios das fazendas, que intestavão nas mesmas estradas, e ribeiras escondidamente as mandavão destruir todas, de modo que em breves tempos não existia huma só planta em pé. Para evitar estes estragos devem os proprietarios sem excepção de pessoa, ou dignidade, ser chamados a fazer as suas plantações nas estremidades das suas propriedades, que confinarem com as estradas, e ribeiras, sendo a isto obrigados, ou a permittir ao publico, ou a pessoas em particular licença para as fazerem, devendo os mesmos proprietarios ficar sujeitos ás penas impostas aos infractores, no cazo de as damnificarem, ou as mandarem damnificar por seus criados, assim como qualquer outra pessoa, que o faça, por serem procedimentos opostos ao espirito da lei e aos interesses do Estado.

14^o

Tendo a esperiencia de mais de hum seculo mostrado que os ministros das commarcas não tem dado cumprimento ás saudaveis leis e decretos promulgados a beneficio da plantação das amoreiras, creação da seda, e estabelecimento de arvoredos e mattas, talvez por cauza de seus muitos afazeres, ou porque não possuem, ou não queirão fazer *ex-officio* as muitas jornadas e deligencias precisas para promover aquellas plantações, e dar pleno cumprimento áquellas soberanas determinações que, a terem sido executadas, terião elevado a Nação a hum auge de maior ventura e prosperidade; e sendo de esperar que para o diante haja a mesma negligencia tão prejudicial á Nação, parece-me indispensavel que a execução de todas as providencias dadas, e que se derem a beneficio da plantação, e cultura das amoreiras, arvoredos e mattas seja comettida a hum homem inteligente na materia, a quem se dê o titulo de inspector geral da plantação das amoreiras.

Este inspector deve ser o único encarregado da execução de todas as leis, decretos, e providencias dadas, ou que se derem a beneficio do estabelecimento dos viveiros, plantação, e cultura das amoreiras, arvoredos, e mattas, sendo sujeito á Real Junta do Commercio, e os ministros das commarcas lhe deverão dar todo o auxilio preciso para levar as ordens regias ao seu pleno cumprimento.

Deve ser pago por hum ordenado sufficiente para a sua decente subsistencia, tendo attenção ás muitas despezas, que ha-de fazer nas muitas jornadas a que se ha-de ver obrigado para prehencher as obrigações adherentes ao seu emprego.

Será pessoa inteligente da plantação e cultura das amoreiras; desocupada, e livre de qualquer outro emprego que possa estorvar-lhe o cumprimento das obrigações anexas a este.

Dirigirá pessoalmente o estabelecimento dos viveiros, e plantações em todas as commarcas, e providenciará quanto for util, e conducente á cultura e bom tratamento, das amoreiras, tendo sempre continua vigilancia para conseguir o interessante fim da sua prosperidade.

Terá hum livro de registo geral de toda a plantação das amoreiras, e as commarcas lhe dirigirão todos os annos huma relação extrahida dos livros de registo, que pelo sobredito decreto de 22 de Janeiro de 1678 são obrigadas a ter, dando-lhe circunstanciada conta das plantações, que de novo se tiverem feito, e do estado e numero das antigas, a fim de abrir novos assentos, e dar huma conta geral, e exacta do

estado e augmento, que a plantação tem em cada anno, para que a Real Junta do Commercio tenha de tudo pleno conhecimento.

Finalmente as obrigações do inspector devem estenderse a tudo o que for possivel fazerse em beneficio, e para augmento da plantação das amoreiras, arvoredos e matas, e não deverá providenciar quanto lhe parecer conveniente segundo os lemites das suas attribuições e poderes; mas deverá propor e representar à Real Junta do Comercio, ou ao ministro, que esta lhe designar, tudo o que possa ser digno de subir ao conhecimento de sua magestade ou do Tribunal para haver novas providencias para a utilidade publica.

15^o

Sobre a criação da seda

O meio mais proprio, facil e vantajozo de que se deve lançar mão para promover a criação da seda nacional, e proteger as fabricas de torcido he, e consiste em suscitar o alvará de 2 de Janeiro de 1802, e ordenar a continuação da Companhia por elle estabelecida, não só animando, e convocando os socios que ainda existem; mas tambem providenciando a admissão de outros. Este he o meio mais facil de ellevar este e todos os mais ramos de industria ao estado de florecencia; pois que querer promovellos por conta da real fazenda, he sempre prejudicial, e o entrega-los ao affectado zello de particulares, he sempre inutil; porque este aparente zello só existe emquanto com o pretexto de zellozo patriotismo podem dar amplo alimento à sua uzura.

16^o

Para promover a criação da seda nas sobreditas comarcas he indispensavel fazer cumprir o mencionado decreto e lei; mas como há muitas familias que fazem grandes criações, e que por não terem homens, nem propriedade não podem entrar no gozo dos premios pelo mesmo decreto concedidos, e sendo manifesto que estas familias fazem criações vantajozas, julgo conveniente se animem concedendo-lhes premios pecuniarios, do mesmo modo determinado no alvará de 6 de Janeiro de 1802.

17^o

Achandosse pelo referido alvará estabelecidos quatro premios de hum conto e seiscentos mil reis cada hum para se distribuirem dois nas provincias de Traz-os-Montes e Beira, e dois nas mais provincias do Reino pelos creadores, que colhessem da sua propria colheita trez arrobas de seda; e sendo moralmente impossivel a verificação destes premios, por isso que difficultozamente haverá hum creador que as chegue a colher, julgo de maior estimulo, e interesse para animar os mais zellozos creadores que se conservem quatro premios de hum conto de reis para distribuir pelos que chegarem a colher as ditas trez arrobas de seda de sua propria colheita; e que os seiscentos mil reis que restão de cada hum dos sobreditos premios estabelecidos pelo alvará, se devidão em trez premios de duzentos mil reis cada hum, para se conferirem aos creadores, que da sua propria colheita tiverem n' hum só anno huma arroba de seda fiada segundo os preceitos do novo methodo. Deste modo se animão os creadores mais poderozos a fazer grandes criações para receber o premio de 1.000.000 reis que rarissimas vezes ganharão, e os outros a augmenta-las tambem para receber os premios de 200.000 reis, que muitas

vezes serão conferidos, produzindo sem duvida grandes interesses a esta criação, pois que o creador fica bastantemente premeado, recebendo sobre o valor da seda de sua colheita 6.000 reis em arratel, de premio, e por este modo ficão estabelecidos dezaseis premios, em lugar dos quatro determinados no alvará, sendo seis de 200. 000 reis, e 2 de hum conto de reis para se distribuhirem nas provincias de Traz-os-Montes e Beira, e outros tantos de igual quantia para as outras provincias, devendo porem ser pagos, não pelo erario, como está determinado, mas pela Real Junta do Commercio, como abaixo exporei.

18^o

Nenhum creador de qualquer provincia poderá receber premio sem que escrupulozamente prove por attestados jurados dos parochos, e aucthoridades territoriaes, e mesmo com testemunhas fidedignas, que a colheita he propriamente sua, sem que para fazer o total do cazullo preciso para ganhar o premio tenha ajuntado algum que fosse por outros creado, e da mesma forma lhe não será conferido o premio sem que em huma das fiações da nova escholla presedida por algum mestre, ou mestra a mande fiar; pois que sendo fiada ao methodo antigo não vencerá premio algum, devendo por isso ajuntar tambem huma certidão passada pello mestre ou mestra, que dirigir a fiação, na qual se declararão os arrateis de seda por esta colheita produzidos, e as qualidades em que foi fiada.

19^o

Para evitar que os creadores sofrão os grandes prejuizos, que lhes provem das más qualidades do sirgo, que em muitas partes se cria, devem mandarsse fazer sementes em todos os annos das melhores qualidades de cazullo, as quaes nas commarcas onde esta criação se faz, serão vendidas aos creadores pelo preço do seu custo, e naquellas em que de novo se introduzir, se darão gratuitamente aos creadores unicamente pela primeira, e segunda vez, e depois pelo preço do seu custo, como nas sobreditas, cujas sementes deverão ser feitas nas cazas da fiação da nova escholla debaixo das vistas de seus directores.

20^o

Para introduzir esta criação nas provincias, em que se não faz, devem mandarsse vir de Traz-os-Montes, ou Beira mulheres que saibão fiar a seda segundo os preceitos do novo methodo, e crear o sirgo, as quaes ensinarão a fazer esta criação, e sua fiação segundo os regulamentos, que lhe forem prescriptos para o governo das fiações.

21^o

Nas commarcas, e povos onde de novo se introduzir a criação da seda devem os creadores ser aliviados de pagar dizimo das colheitas de cazullo ou seda ao menos por hum numero determinado de annos.

22^o

A venda do cazullo, ou seda deve ser livre não só de direitos, segundo o determinado na lei de 20 de Fevereiro de 1752; mas tambem inquanto ao creador para a vender a quem mais quizer, e seria muito util se estabelecessem mercados, onde concorressem os creadores, e compradores deste genero.

23^o

Sobre o aperfeiçoamento das fiações

Ainda que a criação da seda em Portugal se elleve a hum grande auge, e se crie muito mais do que a precisa para o consumo das fabricas do Reino, nunca a Nasção se pode ver independente da estrangeira emquanto se não aperfeiçoarem as fiações, destruindo os grosseiros methodos antigos de fiar a seda, e substituindo-lhes os novos de Piemonte. Pelo que para evitar a dependencia das sedas estrangeiras, e que os povos sofram os gravames, e prejuizos que tão pessimas fiações lhe occasionão, como em ponto deminuto demonstrei, he indispensavel promover o exercicio das fiações que se achão estabelecidas, e estabelecer todas as precisas nas sobreditas commarcas, e nas mais em que a criação da seda se introduzir.

24^o

Todas as fiações assim as estabelecidas, como as que de novo se estabelecerem devem regersse por hum regulamento à imitação do manifesto de Turim de 8 de Abril de 1724, em que se perscreverão os preceitos par fiar as sedas para pellos, tramas, e retrozes.

25^o

Todas as fiações que servirem de eschola devem ser presedidas por hum mestre, ou mestra, que tenha sido examinado, e aprovado pelos directores das fabricas reaes de Chacim, e tenha sua competente carta de mestre, ou mestra, e que fique responsavel pelo bom desempenho dos regulamentos das fiações; pelo bom ensino das fiadeiras aprendizas, e aproveitamento do cazullo, que os creadores, ou negociantes lhes entregarem para se fiar, o qual será impreterivelmente fiado segundo os preceitos do novo methodo, mas sempre das qualidades, que seus donos o requererem; devendo prontificar sem a menor hesitação as fiações a todos os que pretenderem fiar as suas colheitas, ou parcellas de cazullo, que tiverem comprado.

26^o

Será permittido a qualquer negociante, ou particular o assentar caldeiras, e estabelecer fiações huma vez que se obriguem a faze-las derigir por hum mestre, ou mestra aprovada, e que tenha carta, assim como tambem ao cumprimento dos regulamentos das fiações.

27^o

Qualquer fiadeira tendo sua carta, e resedindo fora das terras em que exestirem fiações de escholla, poderá assentar caldeira e fiar o cazullo, que se lhe offerecer, ficando sujeita às penas que lhes forem designadas, se infringirem os regulamentos.

28^o

Todas as fiadeiras, quer fiem nas fiações particulares, quer nas da escholla serão sempre pagas por jornal, e nunca por arratel, ou empreitada, para que não alterem os preceitos da fiação pelo dezejo de maior interesse.

29^o

Devem sem demora ordenar-se aos professores Arnaudes, directores dos Reaes Estabelecimentos das Fiações, e Torcidos da Seda, residentes em Chacim, que sem perda de tempo ordenem os regulamentos das fiações do novo methodo á imitação do manifesto de Turim de 8 de abril de 1724, para que subindo á prezença de sua magestade, e tendo a sua regia aprovação, sejam por elle reguladas todas as fiações.

30^o

Determinando o decreto de 30 de Julho de 1788, e muitas outras ordens posteriores: que os irmãos Arnaud directores dos Reaes Estabelecimentos das Fiações, e Torcidos da Seda nas Provincias de Traz-os-Montes e Beira, sejam os directores das fiações do novo methodo, tendo a seu cargo o ensino das fiadeiras, e aprendizes, que, depois de adquirirem os conhecimentos precisos, os devem coadjuvar, e substituir; e sendo tão conhecida a superioridade de seus vastos conhecimentos nesta materia, como a necessidade de serem as fiações presedidas por mestras, ou mestres habeis, e estes vigiados por outros de maiores conhecimentos para corrigirem seus defeitos ou omissões, julgo de primeira necessidade que o mais habil dos sobreditos directores, que dirigirem aquellas fabricas de Chacim, seja nomeado intendente geral das fiações da seda, conferindo-lhe a auctoridade precisa para fazer dirigir e governar as fiações na exacta observancia dos regulamentos, procedendo contra os opperarios que os quebrantarem, segundo nos mesmos regulamentos se providenciar.

31^o

O aperfeiçoamento da manufactura do torcido he tão precisa como a da fiação; mas attendendo ao estado das creações, e fiações da seda, e aos diversos destinos a que he applicada, julgo por ora sufficiente, mas indispensavel, tomar as medidas proprias para pôr em exercicio as trez fabricas de torcido que existem no Reino, a maior das quaes existe em Chacim, e as outras duas nos suburbios de Lisboa, nos sitios do Rato, e do Campo Pequeno.

32^o

Sobre haver os meios de satisfazer as despesas
precizas para promover a cultura da seda nacional

A seda he hum genero de luxo, que ou custe o covado de fazenda 100 reis ou 110, 500 reis ou 550, sempre há-de ter o mesmo uso, e mesma extração. Portugal não colhe seda sufficiente para o seu consumo; precisa da estrangeira; mas esta na sua entrada nas alfandegas deve, e pode deixar interesses com que em Portugal se promova este ramo de industria ao ponto de se tornar independente das estrangeiras.

He preciso estabelecer hum inspector da plantação das amoreiras com hum ordenado para a sua decente subsistencia; hum intendente das fiações com seu ordenado proporcionado ao seu trabalho; e haver fundos para reedificar as fabricas, e fiações, e igualmente para prontificar os premios que se devem pagar aos creadores, que mais se distinguirem em suas creações e colheitas da seda, para cujas despesas se devem haver os fundos da maneira seguinte.

Todas as sedas estrangeiras, que entrarem para Portugal devem deixar de interesse na sua entrada 15 por cento, ou fiquem todos na alfandega, ou parte na

alfandega e parte nas fabricas onde for manufacturada, sendo em attenção ás fabricas do Reino distribuhidos e regulados da maneira seguinte:

1^o Attendendo a que se devem proteger as fabricas do torcido chamando á Nasção a mão d' obra, deve permittir-se que toda a seda que entrar em rama continue a pagar os mesmos direitos, que presentemente paga de quatro por cento.

2^o Toda a seda em rama nascional, ou estrangeira, que sahir para fóra do Reino, deverá pagar de direitos dez por cento.

3^o Attendendo a não haver no Reino fabricas de torcido sufficientes para torcer com a precisa perfeição o pello preciso para as fabricas de tecelagem, deve imporsse sobre todo o pello que entrar de fora somente o direito de dez por cento em arratel.

4^o Attendendo a que em Portugal se cria muita seda boa para tramas, e a que nas fabricas do novo methodo e tornos antigos se pode torcer maior quantidade della, deve imporsse sobre toda a trama que entrar, o direito de quinze por cento.

5^o A real fazenda, como executandosse este plano, fica aliviada de pagar os quatro premios de 1:600:000 reis estabelecidos pelo referido alvará de 2 de Janeiro de 1802; e como tambem a applicação destes direitos he destinada a sustentar varios predios, e fabricas reaes, e promover os interesses dos povos, e do Estado, deve prescindir de todos estes direitos, e destina-los á sobredita applicação.

6^o Deve estabelecerse na Real Junta do Commercio hum cofre, em que devem estes dinheiros entrar, sendo para ali remettidos directamente das alfandegas do reino, e não deverão ser delle extrahidos para outros fins, que não sejam os referidos, e os mais que se julgarem precisos para conseguir o fim de promover o ramo da seda desde a sua criação athe á torcedura, generalizando tanto a plantação das amoreiras, como a criação da seda, e suas referidas manufacturas em todo o Reino.

33^o

Julgo que por este modo se poderão haver, sem onerar o erario regio, os dinheiros sufficientes para satisfazer as memoradas despezas; mas se acontecer o contrario, poderão haversse, pondo em observancia o alvará de 28 de Abril de 1809, pelo qual concedeo sua magestade á Real Junta do Commercio huma luteria de 60.000 bilhetes todos os annos, para promover, e beneficiar as fabricas do Reino.

Para estas justas providencias terem o seu devido cumprimento, he preciso attender ao bem geral da Nação com preferencia ao de alguns fabricantes de tecido, a quem hão-de ser desagradaveis; mas que para esta corporação esperimente tambem os effeitos da beneficencia de sua magestade, seria util dár providencias para que as fazendas de seda tomadas em contrabando se arrematem sempre com obrigação de serem exportadas, a fim de que não possam impedir o trabalho das fabricas do Reino, como frequentes vezes acontece.

Tendo proposto nos precedentes artigos apontamentos de que podem deduzirse as providencias proprias para promover o commercio da seda nacional desde a sua criação ate receber as principais, e mais essenciais manufacturas da fiação, e torcedura, de cuja perfeição dependem todas as outras, exponho a v. ex^{ta} que, continuando a Companhia das Fiações e Torcidos da Seda, he suficiente que para promover a criação da seda, o aperfeiçoamento das fiações, e dos torcidos, se

recomende ao zello desta Companhia o cumprimento das condições de seus estatutos; pois que aquelle he o objecto da sua instituição.

Pelo que respeita porem á plantação das amoreiras, não obstante estar declarado na condição 12^a dos estatutos da Companhia, que o juiz conservador terá a intendencia sobre esta plantação, he indispensavel crear o inspector de que falei; pois que nenhum juiz conservador se pode empenhar mais por ella do que o desembargador Sá, que era incansavel em transmittir ordens aos ministros, e chegou a ir de Lisboa ás provincias a fazer sobre este objecto huma correição e a dar providencias; mas tanto que elle se auzentou tudo ficou na mesma inaçon em que dantes estavam.

A mesma nessecidade suponho haver da creação de hum intendente das fiações, e do estabelecimento dos direitos sobre a seda estrangeira, mesmo para coadjuvar, e animar a Companhia; entretanto offereço, e dedico todas as ideias expostas a alta, e profunda consideração de v. ex^a, a quem humildemente as sugeito, esperando de todos os meus erros desculpa, na certeza de que o dezejo de ver a felicidade da nossa cara Patria he quem me obriga encomodar com isto a v. ex^a, de quem espero permissão para me assignar

De Vossa Excelencia o mais humilde servo
João Maria Arnaud

Em 13 de Janeiro de 1823

Da Junta do Commercio.

Sobre a consulta da Commissão encarregada da Fabrica das Sedas e Obras d'Aguaas Livres, acerca das medidas propostas por Joas Maria Arnaud, em beneficio do Commercio das Sedas neste Reino.

Mandou Vossa Magestade pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, em Portaria de 23 de Maio de 1822, remetter a esta Junta do Comercio a consulta da Comissão encarregada da Fabrica das Sedas, e Obras d'Agua livres em data del'7 do mesmo Mex, ácerca das medidas lembradas e propoostas por João Maria Arnaud em beneficio do Comercio das sedas neste Reino, e Ordena que a Junta avista do que a Comissão pondera ante o expediente the Consultto o que parecer?

Dix a consulta da Comissão. Que Vossa Magestade por Portaria de 6 de Maio do corrente anno, expedida pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, the mandara Consultar a Representação de João Maria Arnaud. Expunha este que vendo o quanto Vossa Magestade se esforça em remover os obstaculos que tem impedido a prosperação das Fabricas de Seda, emotivado a decadencia da Creação da materia prima, levava a Prezença de Vossa Magestade o que the occorria, afim de resultarem algumas vantagens ao Publico. Que tendo mostrado a experiencia o quanto o clima deste Rei-

III

PARECER DA JUNTA DO COMERCIO SOBRE A CONSULTA DA COMISSÃO ENCARREGADA DA FABRICA DAS SEDAS E OBRAS D' AGOAS LIVRES, Á CERCA DAS MEDIDAS PROPOSTAS POR JOÃO MARIA ARNAUD, EM BENEFICIO DO COMERCIO DAS SEDAS NESTE REINO (1823)

Senhor:

Mandou vossa magestade pela Secretaria de Estados dos Negocios do Reino, em portaria de 23 de Maio de 1822, remetter a esta Junta do Comercio a consulta da commissão encarregada da Fabrica das Sedas, e Obras d' Agoas Livres, em datta de 17 do mesmo mez, ácerca das medidas lembradas e propostas por João Maria Arnaud em beneficio do comercio das sedas neste Reino, e ordena que a Junta á vista do que a commissão pondera a este respeito lhe consulte o que parecer.

Diz a consulta da commissão: que vossa magestade por portaria de 6 de Maio do corrente anno, expedida pela Secretaria d' Estado dos Negocios do Reino, lhe mandára consultar a representação de João Maria Arnaud. Expunha este que vendo o quanto vossa magestade se exforça em remover os obstaculos que tem impedido a prosperação das fabricas de seda, e motivado a decadencia da criação da materia prima, levava á presença de vossa magestade o que lhe occoria, afirm de resultarem algumas vantagens ao publico. Que tendo mostrado a experiencia o quanto o clima deste Reino he proprio para a criação da seda, hum rico, e importante producto da industria nacional, se derão providencias effcazes no reinado do senhor D. Joze, concedendo privilegios aos que mais se distinguissem em suas criações, mandando vir de potencias estrangeiras professores para ensinar, e animar a cultura da criação do cazulo, e fiação da seda; e que querendo corroborar estas providencias erigio a Companhia Pamphilia, a qual não desempenhou o fim para que estabelecida, em razão de se aproveitar de alguns privilegios, que manejar a seu favor, em prejuizo dos lavradores creadores da seda, fazendo monopolio a beneficio da Companhia, e prejuizo do publico; e que desta desordem tem procedido pela maior parte a decadencia das fabricas nacionais. Que debaixo dos tres artigos, e mais providencias, que aponta na sua representação postos em pratica com exacção, se poderá obter a independencia das sedas crúas, que vem de paizes extranhos; pois que no anno de 1804 fôra a colheita da seda nas diversas commarcas que annuncia 51.541 arrateis, o que julga seria mais, visto que esta conta foi dada pelos dizimos, que se receberam, e por isso he de supôr que não fossem pagos com a maior exacção. Que havendo-se conseguido introduzir neste Reino a arte dos tecidos de seda, fabricando-se com a perfeição de que he susceptivel este ramo de industria, parece de razão que se deve lançar mão do meio proprio para que a materia prima seja tambem nacional; e para que se evite sahir do Reino as grandes sommas, que nos artigos de seda em rama, e crúa sahem todos os annos para a Italia. Que para isto se obter he percizo principiar pela cultura das amoreiras, criação dos bichos de seda, e fiação do cazulo; e logo que se tenha a seda em rama, animando, e aperfeiçoando os muitos fornos, que ha nesta cidade, e nas provincias se poderão obter os pêlos, e as tramas. Que nas provincias mais que nesta cidade já se tem dado principio a esta cultura. Que o pay do supplicante Felipe Arnaud construiu bons filatorios, e engenhos de torcer; porem consta á commissão que os dittos estabelecimentos se acham em abandono, e por isso será percizo animá-los para que a Nação colha o fructo de hum tão util ramo de industria, como he a materia

primeira para a laboração das suas fabricas de tecidos de seda. Que parece á commissão, que attendendo ás grandes luzes que o supplicante adquirio sobre este objecto, em razão dos muitos annos que trabalhou na companhia de seu pay, podia bem ser quem passasse á provincia, para ali pôr em practica o que deduz na sua representação, tudo derigido por huma companhia de negociantes habeis, e abonados em fundos, para estes venderem de sua mão aos fabricantes retrozeiros o pêlo, trama e retroz, que ali se fabricar; estabelecendo-se para este fim condições reciprocas, entre os socios, e o supplicante. Que a commissão não lembra a vossa magestade que isso se faça pelo cofre da Fabrica Nacional das Sedas, em razão de se achar totalmente exausto por falta de vendas. Vossa magestade porem mandaria o que houvesse por bem.

O Tribunal para instrucção do negocio, ordenou que a sua secretaria informasse o estado da Companhia de Tecidos de Seda, e dos Filatorios, com o mais que dicesse respeito a este objecto. Satisfez a secretaria dizendo: que a extença consulta de 12 de Agosto de 1819, e a sua resolução de 21 de Abril de 1820 que apresentou, e sóbe por copia, parecia ser a melhor informação que podia dar sobre a representação de João Maria Arnaud, de quem tratava a consulta da commissão.

E sendo sobretudo ouvido o dezembargador fiscal respondeu o seguinte =

“ A criação da seda, e tudo o que pertence a este importantissimo estabelecimento teve já huma pompoza consideração, em que o luxo introduzio o seu veneno, sempre enganozo como a lizonja, e sempre destruidor da util singeleza das fabricas. Foi o negocio de tanto estrondo que ainda hoje sôa; e até para acabar se escreveu a consulta illimitada, que parecia não ter fim quando decidia huma impossivel perpetuidade que não teve effeito. Depois de tanto estrepito pôde dizer-se que se tornou em nada; a sociedade acabou; o juizo de nada serve, e he necessario reformá-la com segurança e sem aparato. Releva que se prosiga e augmente a plantação das amoreiras, que se favoreça a fabricação da seda, e que seja salva do artificiozo monopolio do Porto, e se conduza a esta cidade, e que seja comprada, porque he boa, com preferencia á estrangeira. Talvez seria util que o supplicante João Maria Arnaud, fosse nomeado inspector desta repartição, para requerer, e promover o conveniente, e propôr alguns poucos negociantes, que comprassem nas provincias, para o serviço desta cidade, e que ficando extincto tudo o passado se promovesse, e ampliasse este ramo de industria mercantilmente, e com as cautelas, e providencias, que forem necessarias, feitas as diligencias convenientes. “

Propostos assim os papeis no Tribunal, deliberou este que á administração da Sociedade, e das Fiações e Torcidos de Seda, se pedisse huma conta exacta do seu estado, utilidade que presta, e a que podia prestar. Em consequencia deste despacho respondeu a administração: que na informação que já tinha dado em 22 de Dezembro de 1820, e offerencia por copia, êxpuzera o estado em que achou a Companhia, e os obstaculos que tinha encontrado para continuar na sua laboração; que alguns desses obstaculos ainda continuarão até que vossa magestade mandára commetter ao conservador do comercio a entrega dos livros da direcção, o que teve lugar no dia 25 de Fevereiro ultimo, e entrando então na indagação d' aqueles livros, depois de hum maduro exame, e confrontação, entregára a sua informação constante da copia que tambem ajuntão. Que não existe dinheiro, nem seda alguma, que o possa produzir, á excepção de quarenta e cinco arrateis, e doze onças de trama muito grossa, e seis arrateis, e doze desperdicios tirados da mesma, que tanto lhe entregára João Maria Arnaud, no 1º de Junho do corrente anno, parte da producção de 118 =8/0 de seda em rama da India, que foi comprada por Antonio Mendes Furtado a João Paulo Cordeiro, e

que tendo sido entregue ao ditto Arnaud, devem existir em poder deste 66 arrateis da mesma rama; pela redução da qual não tem a administração instado por não poder fazer venda da que acima se declara, que lhe foi entregue sem huma perda consideravel, á vista da sua pessima qualidade. Que pelos sobreditos motivos se deixa bem ver a impossibilidade de continuar a Companhia na laboração do filatório; porque em primeiro lugar, não existindo dinheiro, do pouco que se achou quando os actuaes administradores foram nomeados para esta administração, por ser o mesmo dinheiro mandado entregar por proviões a João Maria Arnaud, e Antonio Mendes Furtado, se pôde tambem dizer em segundo, que não existe seda, porque a mencionada pouco vale, e outra deveria parar em poder da viúva de Gaspar Pessoa. Quanto ao prestimo que tem, ou pôde ter aquelle estabelecimento, respondem que os fundos da Companhia se acham consumidos pela má administração; e que hum tal estabelecimento só pode ser util nas provincias de Tras-os-Montes, Beira, aonde considerem que poderão, tirar huma honesta subsistencia aquelles que se empregarem na cultura da seda; não podendo jamais convir na capital, nem em outras provincias, aonde os cultivadores não podem obter por este ramo huma subsistencia igual á que poderão conseguir por quaesquer outros trabalhos. Que a administração, que fizeram os ultimos directores, talvez pelas insinuações de Felipe Arnaud, e seu filho João Maria Arnaud, unicas pessoas intelligentes neste ramo, durante aquella administração (a não ser o conservador Joze Antonio de Sã, que algumas deveria ter adquirido na primeira) acabou de consumir os fundos, que se achavam existentes em 1807, fim da primeira direcção, de 32:234\$237 reis em dinheiro, sedas, e dividas activas; e pela informação delles administradores, e autto da conservatoria, se conhece o pouco, ou nada a que ficou reduzido o estado, em que acharam este negocio. Que se taes forem as administrações nunca poderá conseguir-se hum fim vantajozo: se porem, ellas forem incumbidas a pessoas habeis, e intelligentes deste ramo naquella provincia, e não áquelle que a requer, cujo fim parece ser só para tirar proveito particular, como a experiencia tem mostrado, poderá ser de vantagem, e de muita utilidade que se fomite este ramo de industria da nossa Nação; porque no nosso clima cresce, e se produz senão melhor, ao menos tão bem como na Italia; e seria também percizo que se adoptasse o que em Piemonte se acha determinado por leys, e regulamentos naquella parte, em que se podesse apropriar ao nosso paiz.

Em vista desta resposta determinou o Tribunal que se officiasse á Sociedade Promotora da Industria, para que tomando em consideração a falta de meios nos cofres da Fabrica das Sedas, e o deploravel estado da Companhia das Fiações, e Torcidos de Seda, informasse com o seu parecer sobre o modo de promover hum ramo tão util, e necessario ao desenvolvimento da industria nacional.

A Sociedade Promotora respondeu: que como as contestações havidas sobre este assumpto, erão bastantemente complicadas, e os fins da mesma Sociedade eram de promover a industria, sem se intrometter em negocios da compettencia das respectivas autoridades, a solução de taes objectos não cabia nas atribuições, que lhe eram proprias.

O que tudo visto; e depois de feitas todas as possiveis diligencias:

Parece ao Tribunal o mesmo que pareceu á commissão da Fábrica Nacional das Sedas, com declaração, porem que no cazo de haver alguma companhia de negociantes, a quem isto se encarregue, devem elles ser inteiramente livres na sua respectiva

administração, sem que o Governo tenha nella ingerencia alguma: e cazo não haja negociantes, que queiram tomar sobre si esta empresa, como parece natural, visto que a actual Sociedade não quer, e então deverá encarregar-se tudo às camaras, a quem segundo a Constituição, parece inteiramente pertencer.

Vossa magestade porem mandará o que for melhor.

Junta do Comercio, 13 de Janeiro de 1823

Joze Antonio Gonçalves
Manoel Antonio Vellez Caldeira Castello Branco

Tem voto dos deputados João de Sampaio Freire d' Andrade, e Luiz Antonio Rebello

REPATRIADOS E INTEGRAÇÃO SOCIAL NA ILHA DE S. MIGUEL

*Gilberta Pavão Nunes Rocha, Octávio H. Ribeiro de Medeiros,
Fernando Jorge A. Diogo, Licínio M. Vicente Tomás*

ABSTRACT

Repatriation is becoming a social problem of great importance in the Azores, these days, particularly in the island of S. Miguel, where the majority of cases is concentrated. This reality lead us to the study, even if in a succinct way, and in a social and demographic perspective, not only of the main characteristics of this population, in the present, but also of their domestic and professional context, both before their departure from the archipelago, and afterwards, in the country to where they immigrated.

Our objective is to underline that the repatriated is a living social category, which leads the individuals to action. When this category has profoundly negative connotations, the repatriated incarnate the socially shared fear of violent criminality and the rejection of those that are so labeled, that may lead to an acute problem of social (re)integration.

The exclusion of the repatriated aggravates the chances that they may have to be able to assure for themselves their social and even physical survival, pushing them to a path where mere subsistence is bellow what is socially acceptable. Rejecting them and denying them the social and material possibilities of integration, society creates the conditions for the fulfillment of many of the expectations that dictate their exclusion.

O repatriamento está a transformar-se num problema social de grande actualidade nos Açores, com destaque para a ilha de S. Miguel onde se concentra a grande maioria dos casos. Por esta razão entendemos analisar, ainda que de um modo relativamente sucinto, e numa perspectiva sócio-demográfica, não só a situação presente, como também o contexto familiar e profissional dos actuais repatriados, antes da saída do arquipélago e no país de acolhimento.

A população em estudo, independentemente de ser conotada com a categoria social *repatriado*, apresenta um conjunto diversificado de características pessoais que não podem ser negligenciadas. Além disso, a transformação dos seus problemas individuais numa questão social¹, indicia que parte destes não radica apenas nos próprios, mas também na sociedade açoriana. Com efeito, eles encarnam de forma ampliada a insegurança e o medo da violência, o que leva a maioria dos cidadãos à adopção de algumas distâncias cautelares.

No presente estudo, as condições concretas de produção desta categoria social não foram consideradas muito relevantes. Bastará reter que elas mais não são do que o

núcleo duro de uma situação de exclusão social, aparecendo num contexto de preocupação individual e colectiva com a criminalidade, particularmente a de carácter violento.

Pretende-se ainda sublinhar que a situação de repatriamento se constitui como uma categoria social viva, que leva os indivíduos a agirem em função dela. Tendo esta categoria conotações negativas, os repatriados podem encarnar o medo socialmente partilhado da criminalidade violenta, gerando a rejeição dos sujeitos com ela etiquetados e um grave problema de (re)integração social.

A exclusão dos repatriados (sem emprego, sem amigos, sem familiares), agrava as possibilidades de estes poderem assegurar a sua sobrevivência social e até física, empurrando-os para um caminho – que para muitos é o mais fácil – de subsistência aquém do socialmente aceitável. A rejeição por parte da sociedade em que actualmente vivem, ao negar aos indivíduos em questão as possibilidades sociais e materiais para se integrarem, favorece as condições para se concretizarem as expectativas que sobre eles recaíam²

Para analisar as formas concretas que este tipo de marginalização assume, é ainda necessário saber até que ponto os repatriados estão ou não afastados das instâncias mais significativas de inserção social, nomeadamente no que respeita ao emprego.

A ausência de rendimentos provenientes do trabalho é, por si só, suficiente para colocar qualquer indivíduo numa situação de grave risco de pobreza e de exclusão. No entanto, a inexistência de um emprego tem também graves repercussões não só ao nível do auto-posicionamento dos indivíduos no espaço social, como na sua auto-estima. Para além dos efeitos negativos na imagem que fazem de si próprios, o desemprego não deixa de ter consequências na percepção (negativa) que os outros têm do desempregado. O facto de estar desempregado faz correr o risco de perder a posição integrada no espaço social, passando a lutar, nas margens deste, onde os recursos são mais escassos. Estar desempregado é, pois, um *handicap* social muito forte que coloca em risco a sobrevivência física e social dos indivíduos.

No caso dos repatriados, convém ainda acrescentar que estes nunca estiveram plenamente integrados na sociedade micaelense, sendo a sua entrada feita directamente para uma posição periférica.

Ao nível da teoria da integração social, e independentemente da acção do Estado, a existência de uma rede familiar de solidariedade tem-se revelado fundamental para as populações em risco de exclusão. O mesmo se pode dizer relativamente às organizações não governamentais, associações e grupos mais ou menos informais³ que, por um lado, fornecem elementos de referência e de pertença sociais aos indivíduos e, por outro, constituem-se como pólos mobilizadores na defesa dos seus interesses.

No caso dos repatriados, os elementos propiciadores de integração⁴ revestem-se ainda de uma maior acuidade, pois, para além das contingências anteriormente referidas, vêm viver para um espaço social – o micaelense –, com diferentes recursos económicos, sociais, culturais e simbólicos⁵.

Caracterização da situação da população repatriada

A utilização de um conjunto de variáveis de caracterização permite resumir a situação em que se encontra o universo dos repatriados que a Região recebeu. Ressalvando-se as limitações inerentes a um tratamento preponderantemente quantitativo, tentaremos estabelecer, tanto quanto possível, um perfil do repatriado.

A análise dos dados referentes ao conjunto dos indivíduos inquiridos, fez-se tendo em conta vivências individuais díspares, embora com uma condição de base idêntica: o facto de terem sido alvo de um processo de repatriamento. Trata-se de pessoas que, à partida, denotam uma certa desestabilização quanto aos seus projectos de vida e dificuldades de fixação, na medida em que foram rejeitados e forçados a abandonar o país onde viviam.

Com efeito, representando o repatriamento uma clara situação de rejeição dos emigrantes, ainda que por via institucional, não será de estranhar a dificuldade de que se poderá revestir a sua reestruturação familiar e sócio-profissional. Todavia, o maior ou menor grau de (re)adaptação será em parte reflexo de condicionantes individuais e familiares de que não poderemos dar integralmente conta.

Neste estudo, efectuado junto dos indivíduos em situação de repatriamento, não foi possível abranger todo o universo dos que vieram para os Açores, nem mesmo para S. Miguel, devido sobretudo à grande mobilidade que os caracteriza.

Os contactados são todos homens⁶, deixando claro que o repatriamento aqui só tem um género. No entanto, sabemos que os problemas que a situação de repatriamento levanta são também extensíveis às suas mulheres/companheiras que permaneceram no estrangeiro.

Provêm principalmente dos Estados Unidos e vivem, regra geral, sozinhos ou com familiares. A maioria tem idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos (45%), seguindo-se, em quantitativos relativamente próximos, aqueles que têm entre 25 e 30 anos (28%) e mais de 40 anos (22%), conforme se pode verificar no Quadro 1. Mais concretamente, as idades oscilam entre os 23 e os 67 anos, com uma média de 34.8 anos.

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE

GRUPOS DE IDADE	%
Menos de 25 anos	5.4
25 a 29 anos	28.4
30 a 39 anos	44.6
40 e mais anos	21.6

A análise segundo o estado civil, revela uma certa desestabilização das relações conjugais. De facto, 27% são divorciados ou separados. Os solteiros representam, porém, a parcela maioritária, com 43.2%. Não obstante a elevada percentagem declarada de celibatários, apurou-se, ao longo das entrevistas, que alguns viviam em união de facto antes do repatriamento.

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO POR ESTADO CIVIL

ESTADO CIVIL	%
Solteiro	43.2
Divorciado/separado	27.0
Viúvo	1.4
Casado	25.7
Junto ou em união de facto	2.7

Um quarto dos inquiridos é casado, encontrando-se, salvo raras excepções, separados da família, que permaneceu no país de acolhimento. Se atendermos à paternidade, verifica-se que o conjunto dos entrevistados com filhos é significativo, cerca de 65%.

QUADRO 3 - ESTADO CIVIL E PATERNIDADE (%)

Estado civil	Paternidade	
	Sim	Não
Solteiro	35.5	64.5
Divorciado/separado	90.0	10.0
Viúvo	100.0	0
Casado	84.2	15.8
Junto ou em união de facto	50.0	50.0
Total dos repatriados	64.9	35.1

Como se pode constatar no Quadro 3, o casamento não constitui, nesta população, uma condição necessária para ter filhos, visto que 35.5% dos solteiros estão nessa situação. Praticamente, não encontramos casados ou separados sem descendência, isto é, sem pelo menos um filho. Assim, da totalidade dos casados, apenas 16% não tem filhos, valor que passa para 10% se considerarmos os divorciados ou separados.

No conjunto, praticamente um terço dos inquiridos declara não ter filhos, pertencendo estes, quase exclusivamente, ao grupo dos solteiros. A regra é, pois, ter-se um ou dois filhos, sendo restrito o grupo dos que têm mais de 3 (6.9%).

Tentando reconstituir o quadro familiar que deixaram no estrangeiro, verificou-se que apenas 9.6% têm a mulher empregada, notando-se em alguns casos um relativo desconhecimento da situação actual dos membros do agregado familiar.

As qualificações profissionais dos cônjuges são provavelmente baixas, dado que apenas uma das mulheres exerce uma profissão liberal, sendo as restantes domésticas ou operárias fabris não qualificadas.

Se atendermos ao grau de instrução dos repatriados, verifica-se que a distribuição do nível de escolaridade alcançado apresenta duas modas – a 4ª classe e o 12º ano⁷, cada uma com 20.3% dos inquiridos.

Assim, se é verdade que 28.4% têm a 4ª classe ou ainda menos, não deixa de ser também significativo que cerca de 1/4 tenha o 12º ano ou mais, graus que na sua grande maioria foram obtidos no estrangeiro.

Apurámos ainda que no conjunto dos que referem o grau de escolarização alcançado e o país que o conferiu, 62.8% obtiveram-no no estrangeiro, enquanto os restantes, pouco mais de um terço (34.7%), em Portugal. Dos que apresentam um diploma passado no estrangeiro, o nível corresponde, em 67% dos casos, pelo menos ao 10º ano de escolaridade.

Ainda que a relação entre o nível de escolaridade e a idade não seja muito nítida, verificámos que a média etária dos que são portadores de um grau igual ou inferior à 4ª classe é de 41.3 anos⁸, valor relativamente superior à média global das idades que, como referimos anteriormente, é da ordem dos 35 anos.

QUADRO 4 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	%	% ACUM.
Menos da 4ª classe	8.1	8.1
4ª Classe	20.3	28.4
1º Ano	2.7	31.1
2º Ano	4.1	35.2
7º Ano	2.7	37.9
8º Ano	5.3	43.2
9º Ano	12.2	55.4
10º Ano	12.2	67.6
11º Ano	5.4	73.0
12º Ano	20.3	93.3
Mais do que o 12º Ano	4.1	97.4
Analfabeto	1.3	98.7
Ns/Nr	1.3	100

QUADRO 5 - PAÍS ONDE OBTEVE O GRAU DE ENSINO

PAÍS	%
Portugal	32.5
E.U.A.	45.9
Canadá	16.2
Outro	2.7
Ns/Nr	2.7

QUADRO 6 - GRAU DE ENSINO E LOCAL DE OBTENÇÃO

GRAU	LOCAL	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
Menos da 4ª classe		24.0	0
4ª Classe		52.0	4.3
2ª e 3ª ciclos		12.0	34.0
10ª ano e mais		12.0	61.7

Pode-se constatar que os indivíduos com habilitações mais baixas atingiram-nas em Portugal, sendo em regra geral mais velhos, enquanto que os mais novos apresentam um grau de escolaridade mais elevado, obtido sobretudo no estrangeiro.

Assim sendo, os níveis de escolarização alcançados, pelo menos para uma parte significativa dos repatriados, não se apresenta, por si só, como um factor que à partida dificulte a sua integração sócio-profissional, pese embora o facto de poder existir alguma dificuldade linguística a ultrapassar.

O desemprego apresenta uma expressão que cremos pouco significativa, agrupando nesta condição 9.5% da população em análise. Tendo em conta os que declararam estar a trabalhar - 63.5%, parece-nos que a situação profissional não é muito gravosa. Contudo, verificámos que dois em cada cinco dos entrevistados se podem agrupar num conjunto que compreende os desempregados, os que estão em formação, ou então a cumprir pena e, portanto, sem uma situação profissional definida.

QUADRO 7 - SITUAÇÃO FACE AO TRABALHO

SITUAÇÃO	%
Trabalha	63.5
Desempregado	9.5
Em formação	9.5
Cumprir pena	13.5
Outra situação	4.1

Se a situação perante o trabalho não é condicionada pelo estado civil, dado que em qualquer uma das categorias se regista uma distribuição idêntica, já o mesmo não acontece se tivermos em conta a idade, pois são os mais jovens aqueles que mais frequentemente sofrem a detenção ou se encontram em cursos de formação profissional.

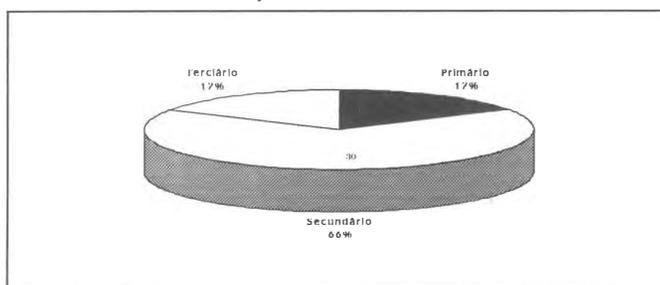
QUADRO 8 - SITUAÇÃO FACE AO TRABALHO E MÉDIA DAS IDADES

SITUAÇÃO	MÉDIA DAS IDADES
Trabalha	33,9
Desempregado	35,7
Em formação	33,0
Cumprir pena	25,4

Se atendermos à média das idades em cada categoria, verificamos que os reclusos constituem o grupo mais jovem, enquanto que os desempregados aparecem como o grupo de indivíduos com a média de idades mais elevada – cerca de 36 anos.

Ainda no que respeita à sua inserção no mundo laboral, verifica-se que uma parte significativa dos repatriados exerce uma actividade de baixo estatuto social: *empregados não qualificados da indústria* (24.3%), *assalariados agrícolas* (2.7%) e *pescadores* (4.1%), categorias estas que somam 31.1% do total dos inquiridos. Se atendermos a que 35.1% não declararam o exercício de qualquer actividade, os valores passam, respectivamente, para 37.4%, 4.2% e 6.3%, ou seja, cerca de metade do total dos que trabalham.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO OS SECTORES DE ACTIVIDADES



Numa distribuição por sectores de actividade, a indústria ocupa um lugar preponderante, com 66.6% dos trabalhadores. Os restantes repartem-se em igualdade percentual (16.7%), pelos sectores primário e terciário.

O trabalho é na sua maioria exercido com regularidade, pois metade dos inquiridos declarou fazê-lo de uma forma *muito regular* (este valor representa 78.7% dos que trabalham), tendo os restantes uma actividade ocasional (5.4%) e temporária (16.2%).

O trabalho por conta de outrém é a regra (58%), encontrando-se apenas 9.5% a exercer uma actividade por conta própria. Dos empregados por conta de outrém, a maior parte não detém qualquer vínculo contratual. Assim, se os níveis de desemprego não se apresentam particularmente gravosos, o mesmo não se poderá dizer da precaridade no exercício da profissão

Se procurarmos conhecer a situação de coabitação, verifica-se, como anteriormente referimos, que vivem maioritariamente sozinhos ou com familiares, tendo também alguma expressão aqueles que estão em instituições de apoio e de reclusão. Embora a maioria viva só (41.9%), quer numa casa alugada quer num quarto, é ainda bastante significativo o conjunto dos que moram com familiares (31.1%). Este facto pode ser denotativo não só das dificuldades no que respeita à resolução do problema habitacional, como revelador do acolhimento que receberam dos familiares.

QUADRO 9 - ALOJAMENTO

ALOJAMENTO	%
Só num quarto ou casa	41.9
Quarto partilhado	1.4
Casa de amigos	2.7
Instituição de apoio	5.4
Com familiares	31.1
Outras	17.6

Do que acabámos de descrever, parece-nos ser de salientar que estamos perante uma família com um ou dois filhos, cuja mulher/companheira é actualmente o elemento responsável pelo agregado familiar, de tipo monoparental. De realçar, contudo, que muitos deles já não deviam ter uma convivência regular, nomeadamente com os filhos,

quer por estarem separados ou divorciados, quer por serem solteiros, ou ainda por se encontrarem a cumprir pena.

Existem ainda casos em que os repatriados vivem nos Açores com a mulher e os filhos, quer por regresso destes, quer por constituição de uma nova família. Trata-se de tentativas de emigração lograda que se pretende esquecer, procurando o "refazer da vida na ilha"

No que se refere à situação material, como o alojamento e o emprego, esta não parece ser particularmente gravosa, principalmente quanto à inserção no mundo do trabalho. No entanto, ainda encontramos diferenças acentuadas, que vão desde o desemprego ao trabalho de forma regular e contratualmente estável.

A caracterização dos não empregados poderá, em linhas gerais, ser feita tendo em conta as qualificações e os níveis escolares. Assim, para além do referido na análise da escolaridade, verificámos ainda que 43%¹⁰ dos que têm a 4ª classe ou menos não trabalham e que os desempregados são os que apresentam habilitações mais baixas e tendencialmente idades mais elevadas.

Observámos, no entanto, que a prazo se tem vindo a dar uma certa absorção desta mão de obra. Este dado poderá significar que os conhecimentos técnicos com que estão habilitados, acabam por se revelar um atributo facilitador para a entrada no mercado de emprego.

A indústria aparece como a principal saída profissional e o ramo de actividade que capta, pela sua especificidade, o tipo de qualificações de que são portadores. São, em termos de actividade desenvolvida, nitidamente residuais as categorias mais qualificadas e os comerciantes, tendo qualquer destes indivíduos idades superiores à média.

O nível de habilitações escolares apresenta um grau médio relativamente elevado, o que deveria facilitar a sua absorção profissional, pelo menos no que respeita aos mais jovens. Com efeito, este grupo afirma ter níveis de escolarização que estão em consonância com os dos indivíduos das mesmas gerações que permaneceram na região¹¹.

Creemos ser de sublinhar, uma vez mais, a diversidade do grupo em análise. Esta transparece não só na idade, no estado civil e na vivência familiar, como nos níveis de habilitações e actividades profissionais, o que obriga a uma diversificação das estratégias a adoptar na resolução desta problemática definida globalmente como repatriamento.

População repatriada e seu contexto familiar antes da emigração

Pretendendo conhecer as razões sociais e individuais que estiveram na origem da emigração, procurámos obter uma visão do contexto familiar do actual repatriado antes da emigração. Fizêmo-lo através de uma caracterização sócio-demográfica dos próprios e das suas famílias, para terminarmos com os motivos hoje invocados como determinantes da emigração.

Uma dificuldade com que nos confrontámos respeita ao facto de, para muitos dos entrevistados, as perguntas sobre a sua situação e a da família ao tempo da partida para os Estados Unidos e Canadá se reportarem a um momento longínquo da infância.

Quase três quartos dos repatriados emigraram antes de terem atingido a maioridade. Isto implica que a decisão de sair foi tomada pelos pais e que eles se limitaram a acompanhá-los.

QUADRO 10 - IDADE AO EMIGRAR

IDADE	%
Menos de 6 anos	35.1
Entre 6 e 17 anos	39.2
18 e mais anos	24.3
Ns/Nr	1.4

Devido à pouca idade registada na altura da emigração, muitos dos indivíduos em questão viveram parte da sua vida imersos na cultura e língua do país de acolhimento. Esta constatação é especialmente válida para aqueles que partiram dos Açores¹² em idades pré-escolares e que representam mais de um terço do total.

QUADRO 11 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE AO EMIGRAR

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	%
1ª Classe	6.8
2ª Classe	4.0
3ª Classe	9.5
4ª Classe	25.6
1º Ano	2.7
2º Ano	1.4
Analfabeto	10.8
Sem idade escolar	20.3
Ns/Nr	18.9

Das questões que nos podem indicar o nível sócio-cultural de uma população, a escolaridade é uma das mais importantes, já que quanto menor esta for maior será a probabilidade de um indivíduo ou grupo ocupar uma baixa posição na sociedade.

A análise do Quadro anterior parece confirmar esta ideia, pois apesar de um terço dos entrevistados terem partido em idade não escolar, verifica-se que são poucos os que detinham um grau superior à 4ª classe, havendo mesmo a registar 11% de analfabetos.

QUADRO 12 - OCUPAÇÃO ANTES DA EMIGRAÇÃO

OCUPAÇÃO	%
Não trabalhava	71.6
Operário qualificado	12.2
Operário não qualificado	4.1
Empregado qualificado dos serviços	1.4
Empregado não qualificado dos serviços	2.7
Assalariado agrícola	8.1

Em relação à ocupação, destacamos as baixas qualificações profissionais que os entrevistados mais velhos possuíam antes de partir de S. Miguel. De salientar, ainda, que a grande maioria, quase três quartos, não trabalhava antes de emigrar (muitos não tinham idade para isso), e que os trabalhadores eram sobretudo operários (quase todos pedreiros) ou assalariados agrícolas.

Ao tentarmos perceber a posição social de um indivíduo não nos podemos esquecer que este não existe por si só, mas enquadrado num contexto social em que a família assume particular importância. É esta que fornece a cada um o seu *status* de partida, ou seja, a sua posição social ao nascer, que normalmente exerce uma grande influência em toda a sua trajectória de vida.

Este facto assume particular relevância na população em estudo, dada a idade de saída, com forte preponderância de crianças e jovens, razão pela qual iremos agora fazer uma breve caracterização sócio-demográfica dos respectivos pais.

Em primeiro lugar, existe uma diferenciação quanto ao local de nascimento dos repatriados e dos respectivos pais, que se pode explicar pela atracção que a cidade de Ponta Delgada exerceu sobre os segundos, pois constatamos que boa parte destes eram naturais de outro concelho vindo residir para o de Ponta Delgada (presumivelmente a cidade e arredores), antes de emigrarem.

Assim, os filhos nasceram neste último concelho porque os pais aqui viviam, tendo Ponta Delgada servido como placa giratória entre o local de origem dos indivíduos e a posterior emigração. Pensamos poder partir do princípio que os pais vieram para a cidade, onde residiram durante alguns anos, em busca de uma vida melhor. Não tendo conseguido optaram então por emigrar, muitos já numa fase relativamente avançada da vida activa.

QUADRO 13 - IDADE DO PAI AO EMIGRAR

IDADE	%
26 a 35 anos	19.1
36 a 55 anos	39.7
+ de 55 anos	5.6
Ns/Nr	35.6

Em relação à idade do pai ao emigrar, optámos por agregar a informação em três categorias que nos mostram a importância relativa da fase da vida em que foi tomada a decisão de partir.

Mais de um terço não sabe a idade que o pai tinha quando emigrou. Relativamente aos outros, a maioria (40%) indica uma idade activa mais avançada. Isto significa que muitos dos emigrantes não procuraram iniciar a sua vida profissional no país de acolhimento, mas sim que abandonaram a que tinham nos Açores para recomeçar outra no estrangeiro.

Existem, no entanto, duas observações que impõem alguma cautela na leitura dos dados. Durante as entrevistas constatou-se que em alguns casos se tinha verificado primeiro a emigração do pai, para só depois se dar a da restante família. Assim, na altura da emigração dos outros elementos do agregado familiar, a idade do pai era mais

elevada do que a que tinha quando este realmente emigrou. Estas diferenças, porém, nunca são superiores a três anos, tempo que consideramos insuficiente para invalidar as conclusões acima referidas.

Por outro lado, verificou-se que para alguns dos inquiridos a decisão de emigrar diz respeito ao próprio e não aos pais. Pensamos que estes casos se encontram concentrados sobretudo na categoria dos pais mais velhos, na medida em que era necessário que estes tivessem já alguma idade para que os filhos pudessem emigrar de forma autônoma.

QUADRO 14 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO PAI AO EMIGRAR

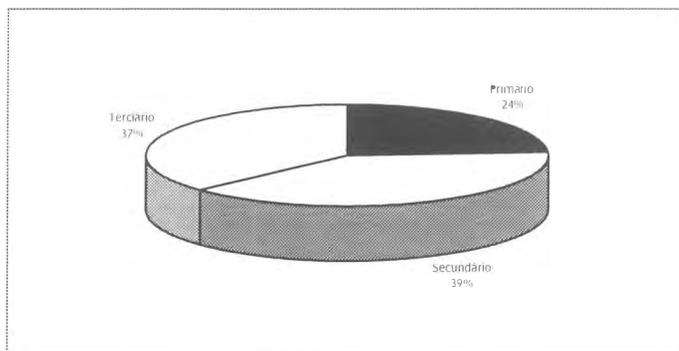
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	%
1ª Classe	4.1
2ª Classe	1.4
3ª Classe	2.7
4ª Classe	24.2
9º Ano	1.4
Mais do que o 12º Ano	1.4
Analfabeto	21.5
Ns/Nr	43.3

O que se disse acerca da escolaridade do repatriado é também válido para a dos seus progenitores. Com efeito, se não levamos em conta que cerca de metade dos entrevistados não se lembra da escolaridade dos pais à data da emigração, constatamos que nos restantes casos esta era extremamente baixa, situando-se à volta da 4ª classe e até do analfabetismo.

QUADRO 15 - PROFISSÃO DO PAI ANTES DA EMIGRAÇÃO

PROFISSÃO DO PAI	%
Empregado qualificado dos serviços	9.5
Empregado não qualificado dos serviços	10.8
Operário qualificado da indústria	16.2
Operário não qualificado da indústria	17.6
Proprietário agrícola	8.1
Assalariado agrícola	17.6
Pescador	5.4
Ns/Nr	14.8

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO POR SECTORES DE ACTIVIDADE



A grande maioria tinha profissões bastante desqualificadas, tanto na agricultura, como nas pescas, indústria e serviços (51%). Apenas um quarto exerciam actividades que envolviam algum nível de preparação.

QUADRO 16 - SITUAÇÃO DO PAI FACE AO EMPREGO ANTES DA EMIGRAÇÃO

SITUAÇÃO	%
Empregado	74.2
Não empregado	10.8
Ns/Nr	15.0

Sabendo-se que um dos principais factores que determina a posição social dos indivíduos é o emprego, a sua ausência, visível em 11% dos casos, pode significar dificuldades acrescidas ao nível da sobrevivência física e social dos indivíduos e das suas famílias. Este facto é particularmente significativo quando estamos a falar do desemprego masculino, que afecta a situação familiar muito mais do que o feminino. Com efeito, o impacto psicológico, social e moral deste último é, muitas vezes, mitigado pela ocupação e estatuto de doméstica, nomeadamente se tivermos em conta a situação vivida pela generalidade das mulheres nos Açores até há alguns atrás. A falta de emprego, para além da busca de uma vida melhor, pode ter sido assim, para alguns, o principal elemento determinante da emigração.

Os dados que caracterizam a mãe dos entrevistados são também importantes, na medida em que podem complementar e confirmar a análise anterior.

O local de nascimento das mães é, como para o dos pais, a ilha de S. Miguel. Em termos de residência, no momento da emigração, verifica-se que a grande maioria morava no concelho de Ponta Delgada. Relacionando o local de nascimento com o de residência, aumenta a importância relativa deste último. Como anteriormente referimos, cremos que a justificação se encontra no poder de atracção que o concelho de Ponta Delgada, e particularmente a sua cidade, exerceu sobre as populações dos outros concelhos da ilha, facto que ainda hoje se mantém¹³.

Em relação à idade que possuíam no momento da emigração, verifica-se que são um pouco mais novas que os maridos, tendo a maioria, cerca de um terço, ido para o estrangeiro com idades compreendidas entre os 36 e os 55 anos. De sublinhar, a percentagem para o item *Ns/Nr*, com um quantitativo também elevado, igual ao do grupo de idades antes mencionado.

QUADRO 17 - IDADE DA MÃE AO EMIGRAR

IDADE	%
22 a 35 anos	28.6
36 a 55 anos	34.1
+ de 55 anos	5.5
Ns/Nr	31.8

QUADRO 18 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA MÃE AO EMIGRAR

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	%
1ª Classe	2.7
2ª Classe	2.7
3ª Classe	4.1
4ª Classe	25.7
2º Ano	1.4
Analfabeto	23.0
Ns/Nr	40.4

A análise do nível de escolaridade da mãe tem um sentido semelhante ao verificado em relação ao pai. Embora quase metade dos entrevistados a desconheça, observa-se que nos restantes casos predomina a baixa qualificação escolar.

Em termos de ocupação, a maior parte, dois terços, era doméstica, e apenas uma fracção muito pequena – menos de 3% – exercia actividades com alguma qualificação. Embora algumas domésticas possam estar aqui classificadas na categoria de *Ns/Nr*, é visível que, na grande maioria dos casos, o não-emprego é a situação mais vivida. Estes resultados confirmam as fracas qualificações, remunerações e prestígio social, quer dos pais quer das mães dos repatriados.

QUADRO 19 - OCUPAÇÃO DA MÃE AO EMIGRAR

OCUPAÇÃO	%
Empregada qualificada dos serviços	2.7
Empregada não qualificada dos serviços	10.8
Operária não qualificada da indústria	2.7
Assalariada agrícola	2.7
Doméstica	67.6
Ns / Nr	13.5

QUADRO 20 - SITUAÇÃO DA MÃE FACE AO TRABALHO ANTES DA EMIGRAÇÃO

SITUAÇÃO	%
Empregada	18.9
Não empregada	55.4
Ns/Nr	25.7

Parece, pois, evidente que estamos perante uma família tradicional, com especialização funcional das tarefas: o homem no emprego e a mulher em casa com os filhos, sendo o rendimento necessário para assegurar a subsistência e uma posição social reconhecida difícil de atingir.

Antes de emigrar, a maioria dos repatriados não dependia do seu próprio trabalho ou de outras fontes de financiamento exteriores ao trabalho dos pais. Mesmo assim, a categoria *trabalho* é a mais escolhida, pois quase um terço dos inquiridos dependiam deste para assegurar a sua subsistência.

QUADRO 21* - PRINCIPAL MEIO DE SUBSISTÊNCIA DO REPATRIADO ANTES DA EMIGRAÇÃO

MEIO DE SUBSISTÊNCIA	% ESCOLHIDO
O trabalho	32.4
O que cultivavam e vendiam	5.4
A ajuda dos familiares	8.1
Ajuda das instituições sociais	1.4

* os 100% são obtidos com as categorias não escolhido e Ns/Nr, que não foram incluídas no quadro

Os pais também viviam, fundamentalmente, do trabalho, podendo, todavia, ter simultaneamente várias fontes de rendimento. Os auxílios exteriores à família representavam apenas 2.7% no que diz respeito à ajuda de familiares e 5.4% se considerarmos o apoio de instituições sociais.

QUADRO 22* - PRINCIPAL MEIO DE SUBSISTÊNCIA DOS PAIS ANTES DA EMIGRAÇÃO

MEIO DE SUBSISTÊNCIA	% ESCOLHIDO
O trabalho	87.8
O que cultivavam e vendiam	21.6
A ajuda dos familiares	2.7
Ajuda das instituições sociais	5.4
O trabalho doméstico	4.1

* os 100% são obtidos com as categorias não escolhido e Ns/Nr, que não foram incluídas no quadro

Mesmo tendo em atenção que os dados em análise resultam da evocação de recordações algo longínquas para muitos dos repatriados, que à data eram bastante novos, cremos ser de realçar a pouca dependência de auxílios exteriores à família. Isto poderá significar que a maioria não pertencia a famílias, dependentes, com problemas sociais graves.

No entanto, não podemos deixar de sublinhar que, até há algumas décadas, o apoio institucional, designadamente por parte do Estado, era bastante menor do que hoje e atingia sectores bem mais restritos da população. Tal facto impossibilita qualquer comparação com a actualidade e, como tal, não se pode inferir que as famílias dos repatriados não vivessem na época situações de extrema precaridade.

Atendendo ao que anteriormente foi dito relativamente à idade do repatriado antes de emigrar, torna-se perfeitamente compreensível o elevado valor registado para a classificação *Sem trabalho*. Todavia, se tomarmos em consideração os que o tinham, constata-se que a maior parte eram trabalhadores por conta de outrem.

O mesmo acontece com os pais que, no entanto, apresentam uma repartição percentual mais conforme à realidade do mundo laboral, facto perfeitamente compreensível dado tratar-se de uma população em idade activa.

Em relação à profissão da mãe, nota-se uma sobrevalorização das categorias *por conta própria* e *por conta da família*, que pensamos ser resultado da inclusão de algumas domésticas nestes itens. De destacar o baixo número das que trabalhavam *por conta de outrem*, cerca de 10%, o que reflecte a fraca participação da mulher no mercado de trabalho, a que já fizemos referência.

No caso da mãe, é significativa a inexistência de qualquer vínculo contratual. Mesmo tendo em conta o desconhecimento que os filhos hoje possam ter desses aspectos da vida profissional dos pais, designadamente das mães, esta era a situação frequente dos empregados desqualificados nos serviços pessoais e domésticos, designadamente das empregadas domésticas, mulheres a dias e serviços similares.

A situação do pai era relativamente semelhante, pois em metade dos casos não existiam quaisquer contratos de trabalho. Ambas evidenciam a precaridade nas relações laborais então vivida pelos que hoje são repatriados, bem como pelas suas famílias, o que poderá ter sido um factor propiciador da emigração.

É ainda visível o descontentamento expresso pela maioria dos inquiridos acerca das necessidades familiares antes de emigrarem, já que as categorias que mostram insatisfação têm quase o dobro dos efectivos das que indiciam satisfação.

QUADRO 23 - GRAU DE SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES FAMILIARES ANTES DA EMIGRAÇÃO

CATEGORIAS	%
Plenamente	6.8
Razoavelmente	14.9
Mais ou menos	27.0
Era insuficiente	24.3
Não dava para nada	17.6
Ns/Nr	9.4

QUADRO 24* - BENS POSSUÍDOS PELOS PAIS ANTES DA EMIGRAÇÃO

BENS POSSUÍDOS	%
Casa	60.8
Carro	8.1
Lavoura (Vacas)	12.2
Terras	20.3
Alfaias agrícolas / Tractor	1.4
Oficina	—
Loja (comércio)	1.4

* os 100% são obtidos com as categorias não escolhido e Ns/Nr, que não foram incluídas no quadro

No que respeita aos bens possuídos pelos pais¹⁴, verifica-se que quase dois terços possuíam casa própria, o que pode parecer estar em contradição com situações de acentuada precariedade económica. As indicações de riqueza ficam-se, no entanto, por aí, pois raros eram os que detinham outro tipo de bens. cremos, porém, que esta situação era uma realidade relativamente comum nos Açores em geral e em S. Miguel em particular¹⁵.

Relativamente aos motivos que induziram à partida, muitos consideram tê-lo feito para acompanhar a família, o que se compreende pela idade à altura da sua saída para os E.U.A. ou Canadá, como já várias vezes referimos. De entre os que apontaram outros motivos sobressaem os económicos, isto é, a busca de melhores condições de vida.

QUADRO 25 - MOTIVOS DA PARTIDA DO REPATRIADO

Motivos	% Escolhida*
Para acompanhar a família	71.6
Para estudar	1.4
Por motivos económicos	23.0
Por outros motivos	1.4

* os 100% são obtidos com as categorias não escolhido e Ns/Nr

Podemos, assim, salientar que a emigração se deu em idades diversas, quer no que diz respeito aos repatriados, quer aos pais (quando foi caso disso), apesar da maioria ter partido ainda bastante nova. A saída do país parece ter resultado, para parte da população em causa, de um movimento mais amplo que implicou, em primeiro lugar, uma tentativa de fixação em Ponta Delgada e, só posteriormente, a emigração.

Os indicadores disponíveis mostram que os inquiridos e os respectivos pais possuíam qualificações escolares e profissionais baixas ou muito baixas. O emprego, quando existia, era pouco qualificado e precário, com todas as consequências que daí advêm, tanto em termos económicos como sociais.

Esta constatação dos aspectos objectivos da realidade é reforçada pela percepção subjectiva que os inquiridos têm da satisfação das suas necessidades¹⁶ e dos motivos que levaram à partida (sua e dos seus familiares), na medida em que a maioria se mostrou descontente com o primeiro aspecto e evocou motivos económicos no segundo.

Se perante tantas trajectórias de vida é difícil construir um perfil único, ressalta que os repatriados tinham, quando viviam em S. Miguel, uma baixa condição social e que emigraram em busca de uma vida melhor, levados pelos seus próprios sonhos ou pelos dos pais.

Situação do repatriado no país de acolhimento

A emigração açoriana, ao contrário do que acontece em outras regiões do país, caracteriza-se por ser tendencialmente definitiva e de cariz familiar. Os países de destino têm variado ao longo da história. No entanto, o *eutópos*, para a maioria dos emigrantes, tem sido os Estados Unidos da América do Norte e o Canadá.

No último quartel deste século, dirigiu-se prioritariamente para os Estados Unidos (55%) e Canadá (42%), enquanto que os restantes 3% se encaminharam para outros países, com especial destaque para as Bermudas¹⁷. Assim sendo, não admira que grande parte dos repatriados tenha fixado a sua primeira residência em localidades/cidades com forte tradição de imigração açoriana.

Dado o peso que a solidariedade familiar representava (e ainda representa), era de prever que fossem os seus familiares lá residentes quem mais os ajudasse aquando da sua chegada, conforme se pode verificar no Quadro 26.

QUADRO 26 - INSTITUIÇÕES DE APOIO À CHEGADA AO ESTRANGEIRO

INSTITUIÇÃO	% ESCOLHIDA
Familiares	85.1
Comunidade portuguesa	6.8
Instituições do Governo	1.4
Instituições da Igreja	1.4
Vizinhos	12.2
Ninguém me apoiou	2.7

* os 100% são obtidos com as categorias não escolhido e Ns/Nr

Apesar dos valores percentuais relativamente baixos observados nos outros itens, julgamos conveniente sublinhá-los pelo tipo de solidariedade que podem traduzir. Neste sentido, merece particular realce o apoio recebido dos *vizinhos*¹⁸, indiciador de que as redes de vizinhança, ainda que pouco significativas, continuaram a funcionar em contextos sócio-culturais distintos dos do arquipélago.

Os valores registados no item *ninguém nos apoiou* são bem pouco significativos. Se Instituições houve que praticamente não fizeram sentir a sua presença foram as do Governo americano e as da Igreja (1.4% cada).

A coesão da família, reflectida no momento da chegada, parece forte e, porventura, em contraste com a actual situação de repatriamento. Relativamente à convivialidade habitacional, notamos que cerca de 22% *viviam sós* e 11% em conjunto *com outros (partilhando a casa)*, quantitativos que nos parecem um pouco elevados para que se possa falar de uma normal integração familiar, pelo menos se considerarmos os padrões da sociedade açoriana.

QUADRO 27 - ALOJAMENTO NO PAÍS DE ACOLHIMENTO

ITEM	% ESCOLHIDA
Só	21.6
Com o cônjuge e/ou filhos	24.3
Com os pais/ou sogros	39.2
Com outros familiares	8.1
Com outros (partilhando a casa)	10.8

* os 100% são obtidos com as categorias não escolhido e Ns/Nr

A maioria, porém, habitava *com os pais/ou sogros* ou *com o cônjuge e/ou filhos*, 39.2% e 24.3%, respectivamente. Os valores dos que viviam *com outros familiares*, apesar de relativamente pouco elevados, não são de minimizar, pois podem indiciar algumas dificuldades relativamente à procura de habitação.

No que respeita à mobilidade, verifica-se que apenas 26% dos entrevistados afirmaram nunca terem mudado de residência, no país de acolhimento, situação não partilhada por 58% que mudaram *algumas* ou *poucas vezes*, e 13.5% que o fizeram *muitas* ou *muitíssimas vezes*.

QUADRO 28 - REGULARIDADE DE MUDANÇA DE RESIDÊNCIA

ITEM	%
Algumas vezes	25.7
Poucas vezes	32.4
Muitas vezes	10.8
Muitíssimas vezes	2.7
Nunca	25.7
Ns/Nr	2.7

Se uma acentuada mobilidade pode, em algumas circunstâncias, ser um indicador de sucesso pessoal e profissional, designadamente quando se trata de pessoas com actividades mais qualificadas, não devemos negligenciar os seus reflexos nas redes de sociabilidade.

Com efeito, a mobilidade profissional ascendente pode implicar uma frequente mudança de residência. Todavia, esta pode igualmente acontecer por inadaptação, quer em termos laborais quer familiares ou sociais. Cremos que a primeira situação não se

aplica bem ao tipo de população em análise, na qual preponderam actividades tecnicamente pouco qualificadas.

No que respeita à permanência no mesmo local de trabalho, é de registar os baixos valores percentuais dos que afirmaram nunca terem mudado de local (apenas 16%).

QUADRO 29 - MUDANÇA DE LOCAL DE TRABALHO

ITEM	%
Algumas vezes	17.6
Poucas vezes	23.0
Muitas vezes	28.4
Muitíssimas vezes	9.5
Nunca	16.2
Ns/Nr	5.4

As percentagens do Quadro anterior contrastam significativamente com os 40.6% que afirmaram tê-lo feito *algumas* ou *poucas vezes* e com os 38% que mudaram *muitas* ou *muitíssimas vezes*. Uma vez mais realçamos o valor dos que optaram pelo item *Nr/Nr*, pois em questões tão objectivas, e que não tocam o foro íntimo do indivíduo, é pouco comum uma posição de reserva ou ambiguidade como a que aqui encontramos.

Quanto à situação face ao trabalho, constata-se que 89% respondeu exercer uma actividade profissional, enquanto 4% afirmou que estudava e 5% que estava desempregado.

QUADRO 30 - FACE AO TRABALHO NO PAÍS DE IMIGRAÇÃO

SITUAÇÃO	%
Estudante	4.0
Desempregado	5.4
Trabalhava	89.2
Ns/Nr	1.4

Relativamente à profissão, as percentagens mais significativas são as de operário da indústria, quer seja qualificado ou não (33.8% para cada uma). Os dados demonstram, assim, que cerca de dois terços dos inquiridos desempenhavam funções pouco qualificadas, certamente com reflexos na posição que ocupavam na estrutura social nos países de imigração.

Pensamos que, também aqui, não devem passar despercebidos os quantitativos verificados no item *Ns/Nr*, pois poderão ser representativos de algum embaraço relativamente à actividade desenvolvida ou, talvez, porque não desempenhavam mesmo nenhuma actividade.

A posição social do então emigrante pode ser também percebida se tomarmos em consideração outros aspectos da vida material, como seja a posse de certos bens com valor não só económico como social.

QUADRO 31 - PROFISSÃO NO PAÍS DE IMIGRAÇÃO

PROFISSÃO	%
Empregado qualificado dos serviços	2.7
Empregado não qualificado dos serviços	13.5
Operário qualificado da indústria	33.8
Operário não qualificado da indústria	33.8
Pescador	2.7
Profissões liberais, técnicas e científicas	2.7
Comerciante	2.7
Ns/Nr	8.1

A maioria demonstra possuir aqueles bens que são característicos de um modo ou estilo de vida da contemporaneidade, que privilegia o ter e o bem-estar, como: carro, electrodomésticos, meios audiovisuais.

QUADRO 32 - TIPO DE BENS POSSUÍDOS

BENS POSSUÍDOS	% ESCOLHIDA
Casa	21.6
Carro	71.6
TV e/ou outros electrodomésticos	77.0
Video/equipamento audio/Câmara	67.6
Outros	16.2

* Os 100% são obtidos com as categorias não escolhido e Ns/Nr

A posse de habitação é o item menos percentuado. Apenas 21.6% dos inquiridos afirmam possuí-la, sendo de salientar que, destes, a mencionada posse se refere muitas vezes aos pais ou sogros – com quem viviam 39% dos entrevistados – e não aos próprios.

Numa perspectiva macrosocial, a integração dos indivíduos faz-se também através de uma participação no poder, no partilhar de responsabilidades e no reconhecimento que lhes é atribuído. Integrado, o membro torna-se, normalmente, participativo, pois as normas, os fins e os valores comuns, que caracterizam a integração, são determinantes para a vida do grupo que os partilha. Quando isto não acontece, quando os indivíduos não se sentem inseridos em nenhuma cultura, gera-se, não raras vezes, uma situação, propiciadora de marginalização social.

O sentido de pertença e de identidade não pode, de modo algum, ser unicamente perspectivado numa óptica associativa, ou seja, de enquadramento dos indivíduos

enquanto membros de organizações de carácter formal. Todavia, o inverso é bem mais verdadeiro, pois a pertença activa a determinados grupos é um indicador fiável de inserção social.

A vida associativa surge-nos aqui com uma fraca expressão. Com efeito, a grande maioria dos repatriados, quase 70%, afirma que não pertencem a nenhuma associação. Das que são referidas – sempre com valores inferiores a 10% – sobressaem as de âmbito recreativo.

QUADRO 33 - TIPO DE ASSOCIAÇÃO A QUE PERTENCIA

TIPO DE ASSOCIAÇÃO	%
Não pertencem a nenhuma	68.9
Religiosas	5.4
Culturais	1.4
Recreativas	9.5
Outras	8.1
Ns / Nr	6.8

Encontramos novamente uma atitude de refúgio no item *Ns/Nr*, que obteve um quantitativo muito próximo do de *outras*. Os dois itens em conjunto totalizam 15% das respostas, remetendo para uma atitude evasiva ou de relativa ambiguidade.

QUADRO 34 - MODO DE PARTICIPAÇÃO

ITEM	%
Muito activamente	10.8
Activamente	8.1
Pouco activamente	4.1
Nada activamente	4.1
Ns/ Nr	73.0

Os quantitativos dos que afirmaram pertencer a associações, e o modo como costumavam participar nas suas actividades, é relativamente significativo, pois 19% fazia-o *muito activamente* ou *activamente*¹⁹. Se tivermos em conta que a integração requer um mínimo de participação voluntária, podemos concluir que, no caso presente, ela é fraca e pouco relevante.

Podemos avançar um pouco mais nesta tentativa de compreensão/explicação, pois existem muitas formas de integração e estas não respeitam unicamente à inserção em associações formalmente constituídas. O domínio de uma língua é também um dos factores a tomar em consideração, embora não seja suficiente falar a mesma língua para que se opere uma integração plena na sociedade onde se vive.

Mas se o domínio da língua pode ser entendido como um elemento importante de participação, não nos parece que no caso em estudo o desconhecimento seja um factor explicativo da sua fraca adesão, já que 75.7% dos repatriados afirma ter um conhecimento *muito bom* ou *bom*. Um nível de conhecimento relativamente baixo ou nulo, traduzido nos itens *pouco*, *quase nenhum* ou *nenhum* não é muito relevante.

QUADRO 35 - CONHECIMENTO DA LÍNGUA

GRAU DE CONHECIMENTO	%
Muito bom	55.4
Bom	20.3
Razoável/suficiente	13.5
Pouco	4.1
Quase nenhum/nenhum	5.4
Ns / Nr	1.4

Se algum estado de marginalização social existe, não parece ser motivado nem pelo desconhecimento da língua, nem tão pouco devido às pessoas com quem se relacionavam. Com efeito, quer nos refiramos a pessoas de nacionalidade portuguesa, americana, canadiana, ou outra, a opinião dos entrevistados acerca delas é bastante positiva.

Resta-nos, todavia, saber até que ponto os seus grupos de pertença e/ou de referência estavam eles próprios integrados na sociedade dos países de acolhimento. No entanto, esta é uma questão a que não podemos responder sem um conhecimento aprofundado das histórias de vida da população em estudo.

QUADRO 36 - OPINIÃO SOBRE AS PESSOAS DE NACIONALIDADE PORTUGUESA COM QUEM SE RELACIONAVAM

OPINIÃO	% ESCOLHIDA
Óptimas pessoas	18.9
Pessoas amigas	33.8
Pessoas pouco comunicativas	1.4
Pessoas relativamente complicadas	1.4
Pessoas muito difíceis	1.4
Pessoas bastante conflituosas	2.7

* os 100% são obtidos com as categorias não escolhido e Ns/Nr

A maior parte, em valor superior a 50%, é de opinião que os portugueses com quem se relacionavam eram *óptimas pessoas* ou *peçoas amigas* – 19% e 33.3%, respectivamente. Apenas 2.7% as considera como *bastante conflituosas*, cabendo aos restantes itens valores insignificantes.

A avaliação que fazem dos indivíduos de nacionalidade americana ou canadiana é menos positiva, não sendo de menosprezar os valores verificados nos itens: *ótimas pessoas* e *pessoas amigas* – 11% e 23%, respectivamente. Aumentam, todavia, as percentagens na categoria *pessoas bastante conflituosas*, passando de 2.7% para 4% e, sobretudo, a percepção da sua menor comunicabilidade que, de 1.4% passa para 5.4%.

QUADRO 37 - OPINIÃO SOBRE AS PESSOAS DE NACIONALIDADE AMERICANA E/OU CANADIANA COM QUEM SE RELACIONAVAM

OPINIÃO	% ESCOLHIDA
Ótimas pessoas	10.8
Pessoas amigas	23.0
Pessoas pouco comunicativas	5.4
Pessoas relativamente complicadas	2.7
Pessoas muito difíceis	1.4
Pessoas bastante conflituosas	4.1

* os 100% são obtidos com as categorias não escolhido e Ns/Nr

O relacionamento com pessoas de outras nacionalidades parece ser menos intenso, causado, provavelmente, por uma menor convivialidade.

QUADRO 38 - OPINIÃO SOBRE AS PESSOAS DE OUTRA NACIONALIDADE COM QUEM SE RELACIONAVAM

OPINIÃO	% ESCOLHIDA
Ótimas pessoas	12.2
Pessoas amigas	10.8
Pessoas pouco comunicativas	–
Pessoas relativamente complicadas	2.7
Pessoas muito difíceis	–
Pessoas bastante conflituosas	–

* os 100% são obtidos com as categorias não escolhido e Ns/Nr

Um outro indicador de integração pode ser o conhecimento que se tem das leis do país onde se vive. No caso presente, tal como acontecia relativamente ao domínio da língua, também não nos parece que o desconhecimento da legislação constitua um impedimento à integração. Com efeito, são relativamente elevados os valores registados nos itens *muito bom* ou *bom*, 28.4% e 33.8%, respectivamente. Se considerarmos que um *razoável* conhecimento da legislação faculta um grau de informação suficiente, então aquele valor percentual eleva-se para 89.2%.

Achamos importante sublinhar a relação existente entre o domínio da língua e o conhecimento das leis. Neste sentido, dos que afirmaram dominar muito bem ou bem a língua, 71% declarou, simultaneamente, possuir um elevado conhecimento da legislação

do país de acolhimento. Pelo contrário, dos que afirmaram ter um conhecimento rudimentar da língua (*mau* ou *muito mau*), apenas 37.5% declararam conhecer bem a legislação.

QUADRO 39 - CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO DO PAÍS ONDE VIVIAM

NÍVEL DE CONHECIMENTO	%
Muito bom	28.4
Bom	33.8
Razoável	27.0
Mau	6.8
Muito mau	2.7
Ns/Nr	1.4

QUADRO 40 - RELAÇÃO ENTRE O CONHECIMENTO DA LÍNGUA E O CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO

CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO	M.BOM/ BOM	RAZOÁVEL	MAU/MUITO MAU
Muito Bom/ Bom	70.9	23.6	5.5
Outros níveis	37.5	43.8	18.7

Assim, nem o domínio da língua nem o conhecimento da legislação parecem ter sido suficientes para facilitar o relacionamento e evitar problemas do foro legal. Com efeito, uma percentagem significativa de entrevistados declara ter tido um mau relacionamento com os agentes da lei (27.1%).

QUADRO 41 - RELACIONAMENTO COM OS AGENTES DA LEI

MODO DE RELACIONAMENTO	%
Muito bom	17.6
Bom	23.0
Razoável	32.4
Mal	17.6
Muito mal	9.5

Tendo em conta a ocorrência de problemas com a autoridade, verifica-se que 20.3% afirma ter tido *um único problema*, provavelmente aquele que deu origem ao seu repatriamento. Consideramos, no entanto, poder existir algum desfasamento entre os dois aspectos anteriormente referidos, já que são em número semelhante os que afirmaram ter um bom relacionamento com os agentes da lei e simultaneamente mais do que um problema de natureza legal.

QUADRO 42 - FREQUÊNCIA DE PROBLEMAS COM OS AGENTES DA LEI

ITEM	%
Muitos problemas	23.0
Alguns problemas	37.8
Poucos problemas	12.2
Um único problema	20.3
Ns/Nr	6.7

Quanto às razões que motivaram o repatriamento, as respostas obtidas têm de ser lidas com cautela. Com efeito, trata-se da questão mais delicada de todo o questionário (houve 23% de não respostas), pois respeita a uma parte da vida que se pode querer esconder, por vergonha, por medo das consequências da sua divulgação ou por se desejar romper definitivamente com o passado.

Mesmo assim, observa-se que quase um terço dos inquiridos indica o *tráfico e consumo de droga* como causa principal do repatriamento. Em segundo lugar, surgem os *problemas legais em sentido estrito*, com 16% – cerca de metade dos casos da anterior. Em terceiro, vêm os *crimes não violentos*, sobretudo os roubos de viaturas e os assaltos a residências.

QUADRO 43 - CAUSAS DO REPATRIAMENTO

CAUSAS	%
Violência familiar	5.7
Tráfico e consumo de droga	29.9
Homicídios	2.3
Outros crimes violentos (contra pessoas)	9.2
Crimes não violentos (contra bens – Roubos)	13.8
Problemas legais em sentido estrito	16.1
Ns/Nr	23.0

Optámos por individualizar a *Violência familiar*, tendo em atenção as especificidades culturais que esta questão pode encerrar, já que existe uma diferença entre os valores da sociedade de origem e os do país de acolhimento. No entanto, em relação a esta categoria apenas 6% dos inquiridos declararam ter sido expulsos por bater em familiares.

Para além desta, as outras categorias menos percentuadas foram os *Outros crimes violentos* (contra pessoas) – inclui lutas ou assaltos a pessoas – e os *Homicídios* com, 9% e 2%, respectivamente.

Da análise anterior, não nos parece muito fácil encontrar as razões que os levaram a adoptar comportamentos desviantes. A grande maioria dos inquiridos afirmou estar empregada e possuir os bens necessários para satisfazer, no mínimo, as necessidades materiais próprias da sociedade em que se inseria.

Ainda que não tivessem um estatuto social elevado, a actividade profissional que exerciam parece consentânea com o nível de instrução e formação. O domínio da língua também não constitui justificação, dado que a quase totalidade diz falar fluentemente a do país onde vivia.

Verificámos, ainda, que os repatriados apresentavam um grau de mobilidade residencial e laboral relativamente elevado, mas este não é, por si só, um factor explicativo de atitudes marginais, embora possa revelar uma maior dificuldade de integração social.

Aquando da sua chegada ao país de destino parecem ter tido um acolhimento satisfatório, fundamentalmente por parte dos familiares lá residentes. Não encontramos também nada que indiciasse a percepção de um sentimento de rejeição da comunidade, quer portuguesa quer americana ou canadiana.

A falta de participação em actividades associativas, porventura importantes enquanto forma de integração, é também comum na sociedade açoriana, não obstante as alterações que se têm vindo a verificar nos últimos anos.

Assim, e não entrando em conta com os aspectos estritamente individuais, ou com os sociais que se aplicam de uma forma generalizada a qualquer caso de marginalização, uma das explicações possíveis respeita à comparação que se pode estabelecer com a análise do ponto anterior, onde analisámos as principais características da família, designadamente as dos pais.

Com efeito, parece-nos residir aqui a questão central, explicativa de alguma especificidade, sabendo que as condutas desviantes são uma realidade cada vez mais sentida, sobretudo nos países desenvolvidos. Atravessa todos os estratos sociais e grupos étnicos, principalmente quando o factor justificativo é a droga, como acontece numa parte significativa da população em estudo.

Todavia, podem existir algumas diferenças culturais entre os repatriados e os pais, que serão, porventura, maiores do que as sentidas para a generalidade das pessoas do país de acolhimento.

É possível que ao longo dos anos não tenham sido integrados na cultura dos pais, a qual transmitia uma experiência de vida, um modelo de comportamento e uma ordem de valores; nem tenham sido assimilados pela cultura dominante do país de acolhimento que, privilegiando valores diferentes dos da cultura tradicional açoriana, não era bem aceite pelos seus progenitores. O choque cultural acrescido de uma ruptura geracional pode estar, assim, na base da desinserção sócio-familiar dos actuais repatriados.

Integração social do repatriado

Para finalizar, procuraremos saber qual a avaliação que o repatriado faz do seu processo de integração nos Açores, nomeadamente no que respeita aos principais obstáculos a ultrapassar e aos apoios necessários para que a mesma se efective.

A ruptura verificada, quer a nível laboral quer familiar, como já foi referido, deixa perspectivar alguma perturbação no seu ciclo de vida. De facto, a adaptação à vida social e institucional local representa uma difícil prova para a maioria dos inquiridos, que manifesta indícios de desenraizamento cultural.

Os valores do Quadro seguinte evidenciam que uma parcela significativa considera a sua adaptação local *muito difícil* (54.0%), e apenas 12.2% deixa transparecer que ela não constitui propriamente um problema. De realçar, que nenhum optou pela

categoria de *muito fácil*. No conjunto, apenas um em cada dez considera ser possível adaptar-se com relativa facilidade.

QUADRO 44 - AVALIAÇÃO DA ADAPTAÇÃO AOS AÇORES

NÍVEL DE ADAPTAÇÃO	%
Muito fácil	0.0
Fácil	12.2
Um pouco difícil	33.8
Muito difícil	54.0

Sabemos que a comunicação se apresenta como factor de integração em qualquer comunidade. A facilidade de compreensão e de utilização de uma língua, torna-se cada vez mais uma condição indispensável ao bom relacionamento social. De acordo com a percepção do repatriado, tentámos perceber como esta poderá contribuir para potenciar ou dificultar a sua adaptação, a começar pela capacidade de entender e de se expressar em português.

Da análise do Quadro seguinte, parece-nos importante realçar o facto da grande maioria manifestar um fácil entendimento ao nível da conversação, já que são bem poucos os que afirmam ter *Muita dificuldade*, cerca de 8%. Se atendermos à compreensão de mensagens radiofónicas ou televisivas, o número respeitante à categoria anterior sofre um acréscimo, passando a representar sensivelmente 1/5 dos inquiridos. A dificuldade aumenta quando se trata da imprensa – jornais e revistas – pois quase 30% declara ter problemas na sua compreensão.

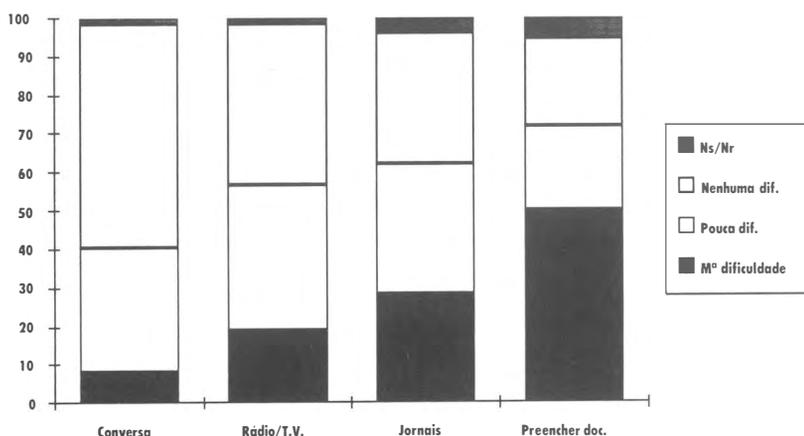
QUADRO 45 - DIFICULDADE NA COMPREENSÃO DO PORTUGUÊS

CATEGORIA	CONVERSA	RÁDIO/T.V.	JORNAIS	PREENCHER DOC.
Mt ^a dificuldade	8.1	18.9	28.4	50.0
Pouca dif.	32.4	37.8	33.8	21.6
Nenhuma dif.	58.1	41.9	33.8	23.0
Ns/Nr	1.4	1.4	4.0	5.4

Se passarmos da expressão oral à escrita e da comunicação informal à formal, verifica-se que a dificuldade aumenta progressivamente. Assim, um bom domínio da língua torna-se mais importante à medida que existe necessidade de recorrer cumulativamente à escrita, à leitura e à interpretação, situação que pensamos estar bem patente no Gráfico 3.

A deficiente utilização da língua portuguesa constitui uma dificuldade reconhecida por metade dos inquiridos, sobretudo quando se trata de preencher formulários. Como se sabe, esta situação não é específica deste segmento populacional, pois é também um obstáculo para grande parte dos cidadãos do nosso país²⁰

GRÁFICO 3 - GRAU DE DIFICULDADE NA COMPREENSÃO DO PORTUGUÊS



Aquele valor (50%) contrasta com os 23% para quem o aspecto linguístico não apresenta qualquer dificuldade, mesmo quando se trata do preenchimento de documentos, valor que corresponde à população mais alfabetizada deste grupo e aos que, pertencendo a uma geração mais velha, fizeram os seus estudos em Portugal.

No entanto, os quantitativos globalmente anteriormente referidos não clarificam totalmente o papel da língua portuguesa na integração local de uma população que domina melhor a língua do país de imigração. Neste sentido, ao isolar as respostas dos indivíduos que disseram sentir muitas dificuldades na (re)adaptação aos Açores – mais de metade – passamos a constatar também uma maior dificuldade na compreensão dos diversos modos de comunicação.

QUADRO 46 - DIFICULDADE COM A LÍNGUA PORTUGUESA/ ADAPTAÇÃO AOS AÇORES MUITO DIFÍCIL

ITEM	CONVERSA	RÁDIO/T.V.	JORNAIS	PREENCHER DOC.
Mtª dificuldade	17,50	30,00	42,11	51,35
Pouca dif.	35,00	27,50	23,68	24,32
Nenhuma dif.	46,10	41,10	30,30	18,90
Ns/Nr	1,40	1,40	4,0	5,40

Assim, pensamos que não será abusivo admitir que um menor conhecimento da língua portuguesa apareça como um factor dissuasor no interrelacionamento local dos repatriados.

Se atendermos ao local onde desejariam realizar os seus projectos de vida, a grande maioria refere que teria preferido outro local que não os Açores. Muitos

aparecem, assim, como candidatos à emigração (ou migração). É no conjunto dos que registam maior dificuldade de adaptação que esta afirmação mais se faz sentir.

QUADRO 47 - LOCAL PREFERIDO PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS PROJECTOS

LOCAL	%
Nos Açores	35.1
Em outro local	54.1
Indiferente	6.8
Ns/Nr	4.1

Pela leitura do Quadro seguinte, verificamos que existe uma nítida associação entre o grau de adaptação e a consideração dos Açores como local propício à realização dos projectos individuais. Assim, 66,6% dos que dizem ser fácil a sua adaptação escolhem os Açores como local preferencial. Para aqueles que sentem uma grande dificuldade o valor passa para 28.6%.

QUADRO 48 - (RE)ADAPTAÇÃO / LOCAL PREFERIDO

LOCAL	ADAPTAÇÃO	FÁCIL	POUCO FÁCIL	MUITO DIFÍCIL
Açores		66.6	66.6	28.6
Outro local		33.4	33.4	7.14

Quando questionados sobre o que consideram prioritário para a concretização dos seus projectos, as respostas surgem bastante diversificadas e difusas. No entanto, não parece existir quaisquer dúvidas sobre o papel primordial que é atribuído à família, que regista o quantitativo mais elevado (32.4%).

QUADRO 49 - PRIORIDADES PARA A REALIZAÇÃO DOS SEUS PROJECTOS

LOCAL	%
Família	32.4
Casa	12.2
Emprego	21.6
Apoio Institucional	1.4
Formação	6.8
Dinheiro/Meios financeiros	13.5
Ns/Nr	12.2

O emprego aparece também como um factor importante, com 21.6%, seguindo-se-lhe os meios financeiros e o alojamento, embora estes últimos registem percentagens que não ultrapassam os 13.5%.

Assim, podemos dizer que os repatriados avaliam de forma diversa a sua adaptação à Região e integração na sociedade açoriana, nomeadamente a micalense, não obstante partilharem algumas preocupações comuns quanto ao futuro.

As condicionantes linguísticas são amplamente sentidas por esta população que manifesta algum desenraizamento sócio-cultural. Os problemas de comunicação dificultam a vida social, designadamente no relacionamento com a administração pública, excessivamente burocratizada.

Pelo que foi analisado, achamos que a família pode funcionar positivamente no sentido da integração local e do (re)enraizamento sócio-afectivo.

A conotação do repatriado com a criminalidade é incorrecta, ainda que em muitos casos real. O seu enquadramento na esfera produtiva tem sido difícil e pouco compatível com as suas expectativas e até mesmo com as suas qualificações. A precariedade no emprego junta-se a dificuldade habitacional, requisitos de autonomia e independência a que muito poucos neste grupo têm acesso.

O regresso a S. Miguel pode comparar-se, assim, do ponto de vista do impacto na personalidade do repatriado, a um processo semelhante ao da imigração. Com efeito, a maioria vê-se perante um espaço físico e social que desconhece ou conhece mal, uma cultura diversa da sua e uma língua que mal domina.

Para conseguir manter um mínimo de interações sociais neste novo meio, os repatriados necessitam de realizar um número elevado de aprendizagens culturais básicas para o dia-a-dia. Além disso, o facto de se mudarem para uma sociedade desconhecida leva ao surgimento de grandes incertezas em relação ao futuro.

Se a (virtual) imigração é um exemplo clássico de desenraizamento sócio-cultural, as incertezas, acrescidas de um regresso à força, aproximam-se mais de um processo de ressocialização²¹. Isto é, a situação psicológica dos indivíduos quando chegam à Região é de tal ordem que pode favorecer uma alteração radical da personalidade. Os acontecimentos anteriormente vividos passam a ser interpretados pelos próprios de uma forma diferente e as acções são realizadas com base em novas interpretações das experiências passadas.

Para que esta mudança de personalidade seja possível, é necessário que o indivíduo se integre na nova sociedade (a micalense) em grupos primários²² que não contenham elementos que lhes lembrem o mundo social onde anteriormente viviam²³.

Até este ponto temos falado dos repatriados em termos da influência que a sociedade tem sobre a produção da sua condição social objectiva²⁴. No entanto, os indivíduos em causa possuem margens de manobra diferenciadas para reagirem aos estímulos do meio, as quais se traduzem, neste caso concreto, em estratégias de sobrevivência face a uma condição socialmente desvalorizada com a qual têm de lidar.

As estratégias são, no entanto, bastante limitadas, na medida em que a escassez de recursos é por demais evidente²⁵, sendo por isso possível que alguns optem pela auto-marginalização.

A imagem negativa que os outros têm dos repatriados influencia decisivamente a forma como estes se vêem a si próprios, pois partilham o suficiente das categorias de percepção social existentes na sociedade micalense para perceberem que a imagem que os outros têm deles é negativa. A pressão desta imagem é bastante forte para que

alguns sintam pesadamente o olhar dos outros²⁶, fechando-se sobre si próprios e desistindo de lutar por uma melhor posição no espaço social.

Em alternativa, a percepção da imagem negativa que os outros têm deles pode levar à revolta violenta²⁷, com características anárquicas, pois a grande maioria não parece ter os capitais social e cultural suficientes para elaborar um programa de luta política e mobilizar um grupo em sua defesa. Em termos mais concretos, os meios a utilizar seriam aqueles que já conhecem e que os colocaram à margem da sociedade americana ou canadiana²⁸

Outra estratégia, visível através das conversas em situação de entrevista, é a da minimização dos acontecimentos que conduziram à sua prisão no estrangeiro e posterior repatriamento. Salientamos, por exemplo, casos julgados como tráfico de droga que foram transmitidos como sendo erros judiciais – o terem guardado a droga de amigos (que não quiseram denunciar), ou terem sido vítimas de armadilhas (puseram-me a droga no carro); ou a assunção de que se fazia assaltos a residências vazias e não a pessoas, salientando que não se empregava a violência.

As situações acima descritas mostram claramente a consciência que possuem do socialmente correcto, facto perfeitamente perceptível no discurso por eles elaborado durante a entrevista.

Uma terceira estratégia é a da auto-vitimação, quer esta se encontre ligada à minimização dos erros passados, quer à situação de exclusão social. Com efeito, a percepção de uma acentuada exclusão pode levá-los a considerarem-se vítimas da sociedade. Esta é, de resto, uma estratégia recorrente em situações deste género²⁹, e que desempenha a dupla função de contribuir para o equilíbrio emocional dos indivíduos e procurar a obtenção de contrapartidas, nomeadamente económicas.

A evolução que se venha a desenhar para os repatriados, deverá naturalmente ter em consideração o quadro inerente à situação da Região, e mesmo do País. É dentro dos condicionalismos sociais e económicos do arquipélago que cabe interpretar, a médio e longo prazo, as preocupações dos diversos agentes que, por certo, não serão coincidentes.

NOTAS

- ¹ Cf. Remi Lenoir - "Object sociologique et problème social", in Patrick Champagne, Dominique Merllié, Remi Lenoir e Louis Pinto - *Initiation à la Pratique Sociologique*, Paris, Dunod, 1990, pp. 53-99.
- ² Cf. Gilberta Rocha e Octávio de Medeiros - "Comportamentos desviantes: abordagem da realidade açoriana", in *Arquipélago-Ciências Sociais*, nº 8-9, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1996, pp. 105-141.
- ³ Cf. Martine Fournier, "L' État providence dans tous ses états", *Sciences Humaines*, Hors série, 1996, pp. 22-25.
- ⁴ A inserção de pessoas com comportamentos culturalmente diferenciados em comunidades pequenas, nomeadamente em espaços rurais, pode ter um efeito perverso e contrário ao próprio sentido de integração. Basta que para tal eles sejam entendidos como modelo, designadamente para quem tem uma vida difícil e sem grandes perspectivas de futuro. Alertamos, fundamentalmente, para a percepção que deles possam ter as camadas mais jovens, no desemprego, elas mesmas em ruptura com as normas mais tradicionais ainda vigentes.
- ⁵ Cf. Pierre Bourdieu - "Les trois états du capital culturel", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Nº 30, pp. 3-60 e *Idem, La distinction - La critique sociale du jugement*, Paris, Minuit, 1979.
- ⁶ Os dados fornecidos pelo IAS indicavam que uma mulher tinha sido repatriada. No entanto, não nos foi então possível o contacto em virtude de ter mudado de residência para local desconhecido. Em Julho de 1999, sensivelmente três anos depois, o número de mulheres é igualmente pouco relevante - 7 num total de 358 repatriados, sendo que 240 vivem na ilha de S. Miguel.
- ⁷ As habilitações escolares foram uniformizadas segundo os graus de ensino do sistema português.
- ⁸ Média das idades dos entrevistados cujo grau de escolaridade não excede a 4ª classe; habilitação portuguesa ou estrangeira.
- ⁹ Estão aqui contabilizados na categoria *outras*.
- ¹⁰ Este valor resulta de um cruzamento efectuado entre a situação perante o trabalho e os níveis de escolaridade declarados pelos entrevistados.
- ¹¹ Cf., GEP/ME, *Análise conjuntural*, Lisboa, 1987.
- ¹² Em especial de S. Miguel, dado que a maioria dos entrevistados é natural desta ilha.
- ¹³ Cf. Octávio II. Ribeiro de Medeiros, "Relações Campo-Cidade. Dependência ou Complementaridade?", in *Arquipélago Ciências Sociais*, nº5, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995, pp.169-204. Para o caso da Povoação, cf. Octávio de Medeiros, Fernando Diogo e Licínio Tomás, *Concelho da Povoação: Entre identidade e representações*, Povoação, Câmara Municipal da Povoação, 1993, pp. 23-38.
- ¹⁴ Optámos por não explicitar a informação respeitante aos bens possuídos pelo entrevistado antes de emigrar, pois não só grande parte vivia com a família, como foram poucos os que indicaram possuir quaisquer bens.
- ¹⁵ Relativamente à situação de pobreza no concelho de Povoação, cf. Fernando Diogo, Licínio Tomás e Octávio de Medeiros, *O Rosto da Pobreza. Uma tentativa de caracterização*, Povoação, Santa Casa da Misericórdia da Povoação, 1998.
- ¹⁶ Isto apesar das reservas que referimos a propósito da evocação de acontecimentos distantes no tempo.

- ¹⁷ Cf. Carlos Manuel Maurício Bedo, "10 anos de Autonomia/Comunidades Emigrantes", Comunicação apresentada no *II Congresso de Comunidades Açorianas*, 1986, p. 24-33.
- ¹⁸ Apesar de não termos informação sobre a nacionalidade destes "vizinhos", supomos tratar-se de emigrantes açorianos, atendendo às localidades/cidades para onde dizem ter-se dirigido como primeira residência, aquando da emigração.
- ¹⁹ Nota-se alguma coerência entre os valores obtidos nos itens *não participa* ou *Ns/Nr* (76%) e os que agora não respondem ao modo como participavam (73%).
- ²⁰ Esta dificuldade verifica-se igualmente para o comum dos habitantes e foi recentemente alvo de estudo pelo Ministério da Educação. Cf. Ana Benavente (coord.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A literacia em Portugal - Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Conselho Nacional de Educação, 1996.
- ²¹ Cf. Peter Berger e Thomas Luckmann, *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes, 1983.
- ²² Os constituídos por indivíduos que interagem de forma interpessoal e ligados entre si por laços afectivos e não por relações contratuais.
- ²³ Cf. Peter Berger e Thomas Luckmann, *Op. cit.*
- ²⁴ Cf. Fernando Diogo - *Os pobres face à pobreza: Análise de um Bairro Social em Ponta Delgada*, Lisboa, Dissertação de Mestrado, 1995.
- ²⁵ Relativamente à luta por recursos num determinado campo, Cf. Pierre Bourdieu, *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Minuit, 1970.
- ²⁶ Cf. Brigitte Brébant - *La pauvreté, un destin?*, Paris, L'Harmattan, 1984.
- ²⁷ Cf. Champagne - "La vision médiatique", in Pierre Bourdieu (org.) *La misère du monde*, Paris, Seuil, 1993, pp. 67-79.
- ²⁸ Isto é menos válido para os que cometeram crimes considerados menores, como falhar ao pagamento de uma dívida ou o possuir uma arma proibida.
- ²⁹ Cf. Fernando Diogo - *Op. cit.*

A DECOMPOSIÇÃO ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO RECENSEADA, A DINÂMICA DA POPULAÇÃO ACTIVA E A PROBLEMÁTICA DO ENVELHECIMENTO (1950-1991)

Licínio M. Vicente Tomás¹

ABSTRACT

The present work aims at characterising the dynamics of the Portuguese active population, since the middle of this century to the 1990s. The evidence suggests that this dynamics cannot be reduced solely or exclusively to its demographic dimension, both because of the social statistic definition on which it is grounded and the social processes implied in it and the employment problematics to which it is connected.

However, in addition to the decomposition of the surveyed population – since the census was the privileged source of data – it is possible to show that the population categories, such as a country's active population, which are usually taken as concrete social realities, are first of all the result of a statistical construction which must be considered in the context of rationality and economic planning concerns in the modern social organisation. Because of this, the question of the classification in terms of economic activity and its implications, namely in the construction of the relations between age and employment, was selected as our central concern.

O presente trabalho visa essencialmente a caracterização da dinâmica da população activa portuguesa, desde meados do século até aos anos noventa, a qual, como tudo leva a crer, não é passível de ser reduzida única e exclusivamente à sua dimensão demográfica tanto em virtude da definição sócio-estatística em que assenta como dos processos sociais nela implicados e da problemática do emprego para que remete.

Contudo, a par da decomposição da população recenseada – dado que os censos constituíram as fontes privilegiadas –, é possível demonstrar que as categorias populacionais, tal como a população activa de um país, que vulgarmente se têm por realidades sociais concretas, são antes de mais o resultado de uma construção estatística a considerar no quadro das preocupações de racionalidade e planificação económica na moderna organização social. Por isso, a questão da classificação perante a actividade económica e das suas implicações, nomeadamente na obtenção da categoria de activos e nas relações entre idade e emprego, constituíram a nossa problemática de base.

1. A classificação dos indivíduos e a construção das categorias estatísticas

As abordagens da estrutura populacional, qualquer que seja o universo considerado, debatem-se frequentemente com a questão, por vezes delicada, dos critérios subjacentes à delimitação e obtenção da população submetida ao estudo. Problema praticamente inexistente quando se comparam populações nacionais, dado se optar implicitamente por um critério político-administrativo de base territorial, não deixa, porém, de se colocar com maior pertinência quando se envereda por uma comparação de sub-populações ou de segmentos populacionais mais específicos.

No caso concreto da definição da *população activa*, sabemos que o critério fundamental, em termos de delimitação, é essencialmente de natureza socioeconómica. A *população de activos* ou a *força de trabalho* de um país, em sentido económico, corresponde ao universo que resulta da utilização de um critério operativo de segmentação populacional particular, que é a *situação perante o trabalho e o emprego* dos indivíduos que residem num determinado território ou região. No entanto, as delimitações de índole socioeconómica parecem levantar claramente o problema da classificação estatística.

Como é sabido, as categorias estatísticas são sobretudo categorias de medida dotadas de um sentido classificatório e ao serviço de determinada finalidade social e económica, sendo as mais vulgarizadas aquelas que consistem na inventariação dos recursos existentes num determinado espaço. Os sistemas de produção estatística estão na origem de um tipo particular de conhecimento acerca do território e da sociedade², constituindo-se como instâncias discursivas³ que detêm um papel de relevo na imposição de categorias classificatórias da população, de certas categorias sociais⁴ e mesmo de mundividências particulares. Por sua vez, as categorias assim obtidas – frequentemente ancoradas numa evidente legitimidade histórica – condicionam a forma como socialmente se classificam os indivíduos e os grupos.

Efectivamente, tratando-se de convenções técnicas e administrativas generalizadamente aceites, as categorias estatísticas estão na base da constituição de universos não reais e artificialmente homogêneos que frequentemente influenciam as formas de categorização social, a standardização e a estereotipação de características populacionais comuns. Com efeito, a pertença a uma dada categoria social é apenas o resultado de se ostentar certas características simultaneamente comuns a vários indivíduos⁵, podendo ser ou não estigmatizadas e tratar-se ou não das mais relevantes.

Assim, as categorias de *população activa*, de *população desempregada* ou de *população reformada*, ou outras, para além de se reportarem a uma nomenclatura económica, em sentido restrito, constituem também categorias sociológicas não menos importantes. Trata-se de categorias que resultam, por um lado, de processos de construção social⁶ que é necessário ter em conta e que, por outro, ocupam um lugar claramente definido na estrutura da sociedade actual. E isto em virtude das relações que estabelecem com as restantes categorias, detendo, assim, um papel relevante em termos do funcionamento social⁷.

Na tentativa de compreensão dos processos de construção e de categorização social, impõe-se-nos necessariamente uma relativização e um enquadramento dos dados estatísticos⁸, bem como dos critérios e das finalidades práticas que as instâncias económicas e os agentes de gestão do social prosseguem. Do mesmo modo, importa realçar o que as torna legítimas e como se instituem enquanto formas de agrupar os

elementos portadores de características comuns; aspectos de capital importância no sentido de se perceber como é que as categorias estatísticas assim criadas são susceptíveis de condicionar as classificações individuais dentro dos processos de referenciação colectiva.

Cada época histórica tem as suas formas de registo e de controlo dos recursos, sendo a prática estatística uma das mais eficazes e generalizadas⁹. Mais recentemente, foram os processos de modernização que se operaram na contabilidade da actividade económica, assim como as necessidades manifestas em termos de controlo e de planeamento da mesma, que impuseram progressivamente grande parte das categorias de recolha estatística actualmente em vigor e generalizadas pelos organismos oficiais¹⁰.

Contudo, as categorias convencionais impõem, por vezes, claras limitações à análise e à exploração dos dados. Neste sentido, autores como Galbraith, defendendo um planeamento qualitativo¹¹, manifestaram a necessidade de desenvolver formas de medida que não os tradicionais indicadores globais da economia, pois o desemprego, por exemplo, não é simplesmente um volume de pessoas que não encontram trabalho, mas é sobretudo o resultado de uma mudança qualitativa nas necessidades industriais a que as estatísticas frequentemente não respondem. O mesmo se verifica quando se pretende abordar o emprego ou a própria população activa, limitados que estamos a indicadores económicos, e isto, quer na quantificação de fenómenos que à partida são de natureza complexa, quer na delimitação dos segmentos populacionais que constituem a base do estudo.

Deste modo, a produção estatística reflecte, sem dúvida, condicionalismos que não são de negligenciar nas análises. Mas o que cremos ser aqui mais relevante é que a constituição de categorias de recolha estatística tem necessariamente uma dimensão social e histórica. Estas são, por um lado, a expressão da actividade de organização racional dotadas de significados que remetem para a própria sociedade de referência que as produz e, por outro, um meio para interpretar a evolução da vida colectiva e das relações que nela se afirmam. Efectivamente, tomando como variáveis de segmentação a profissão ou o estado civil, surgem-nos de imediato categorias que se revestem de significados diferentes, consoante as épocas, denotando, assim, uma aceitação e imposição de designações idênticas e standardizadas para situações diversas. Por outro lado, tal imposição, decorre do facto daquelas traduzirem uma correlação de forças entre estados da vida social que quantificam em cada momento. O divórcio, por exemplo, antes de ser uma categoria estatística, irrompeu como fenómeno social que se tornou necessário quantificar.

As categorias não existem à partida; são criadas por imperativos de mudança social, retratando assim novas realidades emergentes. Uma vez criadas e aceites, elas servem também o processo de tipificação e referenciação social. Para além deste aspecto, sabemos que a interpretação que se faz da leitura dos registos varia consoante a conjuntura social, sendo diferente o seu significado em termos relativos. Ser-se estudante ou desempregado traduz uma realidade dos nossos dias e, sobretudo, das sociedades urbanas. No entanto, mesmo nestas, o desemprego dos anos sessenta não é comparável ao actual haverá aqui que atender, por um lado, à expressão deste em ambas as conjunturas e, por outro, às significações da situação para que remete.

Queremos com isto dizer que as classificações da população segundo variáveis diversas, tais como, por exemplo, *sexo, idade, ocupação, estatuto, condição social*, e outras cujo sentido analítico não deixa dúvidas, definem universos de indivíduos que não pertencem à história, mas que achamos necessário reintegrar, pelo menos, nas preocupações de cálculo racional tão típicas das civilizações tecnologicamente avançadas¹².

Assim, é facto que o processo de recolha da informação estatística diz indubitavelmente respeito a formas de medida¹³ que reflectem problemas sociais particulares e a uma forma de avaliação das situações dos indivíduos e dos recursos. Em termos sociológicos, as categorias de recolha, uma vez instituídas, constituem um instrumento classificatório dos indivíduos e dos grupos, isto é, são elementos de categorização subsequentes às formas de avaliação colectiva que se impõem através de processos e práticas sociais¹⁴, entre as quais se encontra a prática estatística. Foi, em grande parte, esta prática que impôs gradualmente certas categorias populacionais como legítimas nos processos de referenciação social, sobretudo no que diz respeito ao domínio do trabalho ou da relação com o emprego.

2. A questão do emprego e o problema da decomposição estatística da população activa.

Como seria de esperar, tais considerações remeter-nos-iam para outros domínios, mas não podemos deixar de relevar que as categorizações dos indivíduos, na esfera social, e, em cada época histórica, se fazem no contexto das experiências sociais vividas, e estas incorporam cada vez mais conceitos técnicos vulgarizados¹⁵.

A classificação dos indivíduos perante o trabalho reflecte aquilo que acabamos de dizer, sendo, no entanto, particularmente dúbia, em virtude da abrangência do próprio conceito de *trabalho*¹⁶, preterido em detrimento do de *emprego* e de *actividade económica*.

Neste sentido, como defendem Alain Desrosières e Laurent Thévenot, a construção social das categorias sócio-profissionais¹⁷ obedece a um processo de construção estatística pautada por imperativos económicos que não pode ser analisado fora dos processos sociais onde ocorre.

Independentemente da realidade que recortam, e dos contrastes profissionais que encobrem, as estatísticas da população activa e os formulários censitários deixam de fora uma diversidade de situações, de modalidades e de vínculos; realidades sócio-laborais objectivas que são diluídas (ou iludidas), espartilhadas e disseminadas por classes ou nomenclaturas teóricas, regidas por imperativos de contabilidade económica por vezes com fraco poder discriminante.

A *população activa* (ou de activos) não é, efectivamente, a que trabalha, mas sim a que tem ou procura emprego, sendo oficialmente reconhecida como tal¹⁸. Cremos que este aspecto evidencia, antes de mais, uma diferença preliminar: os indivíduos são classificados perante o emprego e não perante o trabalho.

É um facto que a problemática do emprego constitui, actualmente, uma importante fonte de preocupações tanto para os poderes públicos como para os investigadores sociais¹⁹. O problema da manutenção e obtenção de emprego é, no plano individual e organizacional, o centro de uma competição social intensa. A questão da repartição do emprego, dadas as actuais regras sociais condicionantes de mercado, encontra-se na origem de grande parte das desigualdades entre indivíduos e grupos sociais.

O *emprego*, e de forma particular certas *modalidades de trabalho*, foram tradicionalmente relegadas para pesquisas marginais no âmbito das ciências sociais. É certo que o trabalho sempre foi apontado como um factor determinante na riqueza

colectivamente criada²⁰ e o elemento central da organização social²¹, mas este elemento estruturante parece ter cedido progressivamente o lugar ao emprego. Nas sociedades actuais, a centralidade do trabalho, ou mais ainda a do emprego, não parece ser posta em causa²². Tanto os novos padrões de vida como os estatutos e as identidades dos indivíduos tendem a estruturar-se cada vez mais em torno das relações de emprego, realçando, deste modo, o seu papel como elemento decisivo no processo de integração social e como condição de acesso a um estatuto.

Quer em termos colectivos, quer em termos individuais podemos perspectivar o *emprego* como um campo distinto do da *actividade exercida*, na medida em que proporciona um conjunto de benefícios materiais, humanos e simbólicos como contrapartidas do próprio trabalho inerente aos processos de troca instituídos no interior de um mercado. Por oposição a uma ideia redutora, segundo a qual o mercado de emprego permitiria apenas ajustar e trocar um certo tipo de oferta de qualificações técnicas por uma procura específica de mão-de-obra, tem vindo a prevalecer a concepção do emprego enquanto factor de integração social. Trata-se, com efeito, de uma condição imprescindível na obtenção de um estatuto na esfera social, ao mesmo tempo que constitui um meio de realização, afirmação e mesmo de identificação dos indivíduos, independentemente do seu inegável valor económico. No modelo de economia dominante prevalecem as relações de troca mercantil, e como se disse, o emprego proporciona a troca de trabalho por contrapartidas diversas, num quadro jurídico definido.

Assim, o conceito de emprego, em detrimento do de trabalho, tem implícito que este último se transacciona segundo as regras do mercado, como se de uma mercadoria se tratasse, mesmo se o seu valor social faz aparecer um lado mais polissémico, encontrando-se, porém, ele mesmo na origem da produção das próprias mercadorias que alimentam os mercados.

Mas a dificuldade em explicar a actual crise do emprego, denuncia também ela, uma carência de informação capaz de dar conta da realidade laboral "poli-segmentada" através dos instrumentos habituais.

A actividade humana, no domínio laboral, apresenta formas diversas. As categorias de recolha estatística não conseguem naturalmente abranger todas as modalidades de trabalho e de emprego. Como se depreende da tipologia proposta por Jacques Freyssinet²³, o que as estatísticas registam são, antes de mais, formas de trabalho remunerado.

MODALIDADES NATUREZA	TRABALHO LIVRE	TRABALHO ASSALARIADO	TRABALHO OBRIGATORIO
Actividades Não mercantis	<i>Trabalho domestico</i> <i>Voluntariado</i> <i>Trabalho militante</i>	<i>Assalariados</i> <i>das administrações</i> <i>e dos lares</i> <i>domésticos</i>	<i>Trabalho</i> <i>cívico</i> <i>Permutas</i>
Actividades mercantis	<i>Trabalho</i> <i>independente</i>	<i>Assalariados</i> <i>das empresas</i>	<i>Escravidatura</i> <i>Trabalho Forçado</i> <i>Etc..</i>
TRABALHO REMUNERADO = EMPREGO			

Fonte: Jacques Freyssinet, 1992 [Adaptado]

Figura 1 – TIPOLOGIA DAS FORMAS DE TRABALHO

É pois este que constitui o objecto de estudo da economia e, particularmente, da economia do trabalho²⁴. Neste sentido, a análise económica não abarca toda a actividade agregada desenvolvida nas diversas modalidades de trabalho, e muito menos a população com ocupação, mas apenas uma parte específica que auferem um salário, qualquer que ele seja, e isto independentemente da forma que a remuneração assumia.

Sabemos também que a proliferação de modalidades atípicas de trabalho e de emprego dificulta grandemente a tarefa de classificação. Como fazem notar, embora partindo de perspectivas diferentes, Margaret Maruani²⁵ e Maria João Rodrigues²⁶, o incremento das formas de trabalho assalariado atípicas quase ameaça de rebanamento o sistema de classificação actual e as tipologias tradicionais. Contudo, o universo populacional que o critério remuneratório delimita - a que se juntam os desempregados - está muito próximo de *população activa* ou *força de trabalho*, censitariamente designada como *população com actividade económica* em sentido lato. Sendo apenas esta, no conjunto da população, com 12 anos e mais, a que é susceptível de classificação (e desagregação) por sector de actividade, por situação na profissão ou outra, como se esquematiza no diagrama seguinte²⁷

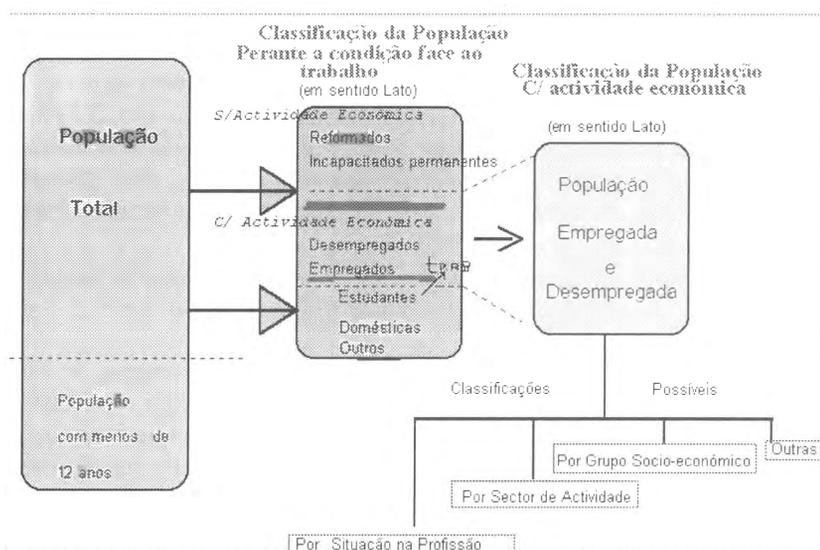


Figura 2 – DECOMPOSIÇÃO ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO RECENSEADA

Atendendo à condição dos indivíduos perante o trabalho, a questão dos trabalhadores-estudantes é uma dificuldade óbvia na classificação, pois é das que poderá remeter para situações distintas. De igual modo, um reformado que exerça ainda a sua profissão, em regime de voluntariado²⁸, trabalha, contudo, em termos de condição perante a actividade económica, é inactivo²⁹.

Assim, procuremos situar, antes de mais, como se distribuiu o emprego na população portuguesa durante a última metade do século e qual a dinâmica que o caracterizou como contributo na compreensão dos processos sociais que o racionalizam segundo a idade, o sexo ou outras características relevantes.

3. Caracterização da dinâmica da população activa entre 1950 e 1991

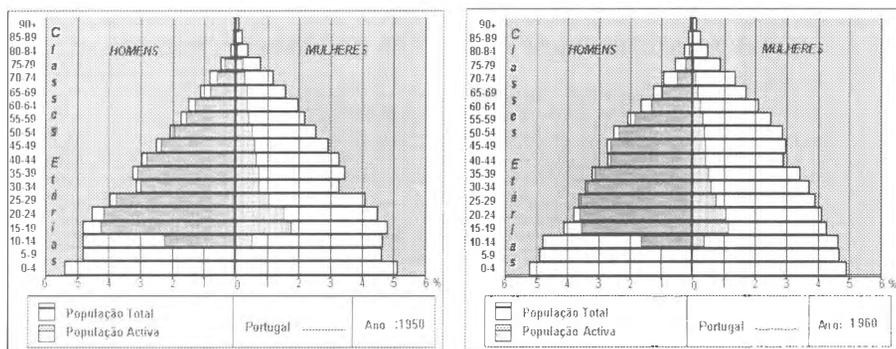
A evolução da população europeia nas últimas décadas caracteriza-se por uma clara tendência de envelhecimento, mais ou menos datável, mais ou menos acentuada, consoante as regiões. Mesmo tendo em conta a anterioridade do caso francês³⁰, esta dinâmica, que avassala a Europa central, é também notória em zonas periféricas cujos indicadores demográficos apontam para uma evolução no mesmo sentido, por vezes de forma mais repentina.

Qualquer que seja o indicador utilizado para a caracterização, constatamos que este facto inédito história da humanidade – de viver uma velhice prolongada – distorce a distribuição dos recursos assim como dificulta a sua captação e gestão colectiva, levando a questionar certos conceitos adquiridos, tais como a inevitabilidade da dispensa progressiva do trabalho ao longo da idade, ou ainda as formas de garantir qualidade aos anos de vida a mais. Esta nova realidade confere também inevitavelmente um novo conteúdo às idades da vida e implica a transformação das relações de dependência entre as gerações.

Assim, através do recurso a certos instrumentos de análise demográfica, procurar-se-á, neste ponto, situar e salientar a repercussão da dinâmica da população no emprego e, particularmente, na população de activos, caracterizando sobretudo esta última no contexto nacional e europeu.

Privilegiamos os censos como fontes de informação a partir das quais se reconstituíram as estruturas populacionais nos diferentes anos censitários e se aferiu a dinâmica da população activa. As estruturas populacionais referentes aos anos de 1950 e 1960 mostram populações relativamente jovens e uma estrutura de activos maioritariamente composta por elementos do sexo masculino. Não que as mulheres não trabalhassem, mas porque frequentemente se considerava que tinham apenas uma *ocupação* e não uma actividade em sentido económico.

GRÁFICO 1 – ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA, POR SEXOS E IDADES EM 1950 E 1960.

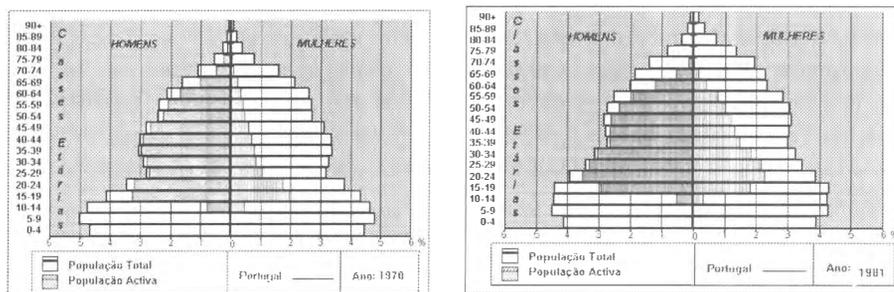


FONTE: I.N.E., IX e X Recenseamento Geral da População Portuguesa.

Apesar da relativa qualidade de informação censitária, verificamos que existem aspectos que remetem para uma afinação dos critérios de classificação no censo de 1960. É em parte por isso e, provavelmente devido ao impacto da emigração, que se

regista uma diminuição das taxas de participação nas idades mais jovens – entre os 15 e os 25 anos – tanto nos homens como nas mulheres (Gráfico 1). Este processo é, sem dúvida, mais visível na pirâmide de 1970 apesar da fraca qualidade dos dados³¹. Mas o factor mais determinante parece ser a massificação da procura educacional que nesta década se inicia captando efectivos que não podem ser contabilizados nos activos. Apesar da existência de trabalho infantil, é notória a fraca percentagem de activos antes dos vinte anos.

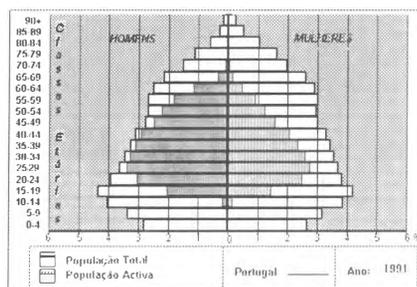
GRÁFICO 2 – ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA, POR SEXOS E IDADES EM 1970 E 1981.



FONTE: I.N.E., XI e XII Recenseamento Geral da População Portuguesa.

Em 1981, deparamos com uma significativa alteração da estrutura de activos (Gráfico 2) pelo considerável aumento das taxas de participação feminina, com cerca de 30% das mulheres portuguesas³² a declarem que se encontram a desenvolver uma actividade remunerada, não obstante a grande disparidade dos valores se compararmos por regiões (NUT's II). Assim, a título de exemplo, refira-se para o mesmo censo, que na Região Autónoma dos Açores este indicador de actividade feminina apenas regista 11,8%.

GRÁFICO 3 – ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA, POR SEXOS E IDADES EM 1991



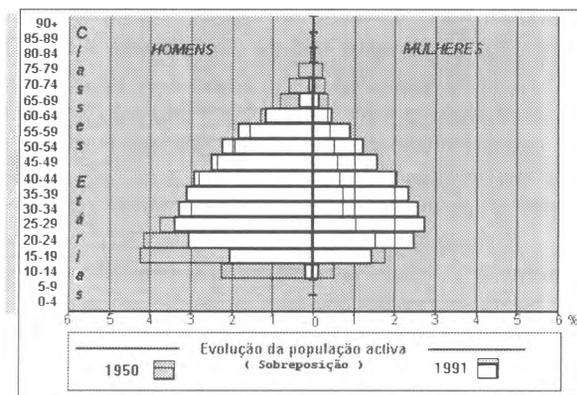
FONTE: I.N.E., Censos 91

No início dos anos noventa a estrutura de activos apresenta já uma certa simetria e indicia uma importante participação feminina a nível nacional a qual, segundo estatísticas europeias, apresenta desde então valores ligeiramente mais elevados do que

países como o Reino Unido ou ainda próximos de países como a França³³, pelo menos no que diz respeito às taxas de participação entre os 25 e os 50 anos.

Confrontando a estrutura de activos no início e fim do período em análise, verificamos ser muito nítido o movimento de progressão do emprego feminino, mas outras alterações significativas também merecem ser apreciadas.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA, POR SEXOS E IDADES DE 1950 A 1991



Assim, da análise das duas estruturas populacionais em estudo (do início e do fim do período em análise), podemos verificar que a dinâmica da população activa se caracteriza por três movimentos distintos:

I- Um primeiro que podemos chamar de movimento de massificação e alongamento da escolaridade modal tendo como consequência uma diminuição dos efectivos empregados abaixo dos trinta anos.

II- Um segundo que diz respeito ao considerável incremento que se registou em termos da participação das mulheres no mercado de trabalho – reflectindo a feminização do emprego.

III- E, finalmente, um terceiro também muito nítido de esvaziamento dos efectivos activos de idades mais avançadas correspondendo a uma cada vez mais abrangente acção dos sistemas de segurança social, à utilização da idade legal como forma de regulação das saídas e o recurso à reforma antecipada ou processos mais ou menos compulsivos de substituição dos activos de idades avançadas. Este processo acontece em ambos os sexos, ainda que de forma mais visível nos homens, pois as mulheres abdicam mais frequentemente de forma voluntária, logo a partir dos 35-40 anos.

Em termos macrossociológicos, intuem-se, a partir daqui, importantes transformações quer na redefinição do ciclo de vida, quer no teor das relações no emprego que efectivamente se verificaram e diversos estudos dão a conhecer³⁴.

Assim, subsequentemente à entrada tardia e saídas mais precoces, a duração média da fase activa no ciclo de vida individual tem vindo a decrescer consideravelmente. Em Portugal, este efeito é sobretudo visível na segunda metade do século. Tanto

a tendência de encurtamento do período activo como os restantes movimentos verificados na dinâmica dessa população, apresentam, por assim dizer, um efeito diferido no tempo quando comparamos com outros espaços europeus.

De acordo com estas observações e independentemente do sexo, ressalta que a procura de emprego acontece simultaneamente nas mesmas idades, tanto para os homens como para as mulheres, e cada vez mais tardiamente, sendo também menor o período de actividade.

Durante muito tempo, o mundo do trabalho retirou efectivos à escola. Actualmente, pelo menos até aos 25 anos, sucede precisamente o inverso. Este movimento inicialmente mais nitido no sexo masculino tornou-se, desde os anos oitenta, extensivo às mulheres. O lugar da mulher jovem já não é em casa a cuidar dos irmãos mais novos ou a secundar a mãe nas lides domésticas, mas a procurar instruir-se para poder aceder com êxito ao mercado de trabalho.

Esta feminização do ensino reflecte-se naturalmente nos índices de escolarização globais e em todos os níveis de ensino. De facto, as populações estudantis em qualquer nível, e particularmente no nível universitário³⁵, apresentam uma predominância de mulheres mesmo tendo em conta a grande disparidade por áreas ou cursos. No caso dos rapazes, hoje como ontem, a sua emancipação social passa frequentemente pela emancipação económica que tende a ocorrer mais tardiamente, deixando perceber subsequentemente uma maior homogeneização das situações face ao trabalho e nos modos de vida em ambos os sexos.

Todas as constatações parecem apontar no mesmo sentido, ou seja, vive-se mais tempo e trabalha-se menos. Mas este sonho da humanidade em viver mais tempo, trabalhando menos, parece estar na origem de novos problemas emergentes. Entre eles, o problema relativo às formas de repartição do emprego que tende a escassear.

4. Consequências e implicações entre população e emprego

O volume e as características das populações humanas, mesmo tendo em conta as formas de organização social que adoptaram, são frequentemente insuficientes para explicar os diferentes níveis de bem estar, de riqueza ou de pobreza ou trabalho necessário desenvolvido para se obterem.

As relações existentes entre população e emprego, para além de ambíguas, nunca foram devidamente esclarecidas³⁶ quer em virtude das implicações diversas e não lineares existentes entre estes dois domínios, quer porque em cada conjuntura se revelam novas interacções, novas dinâmicas.

Numa abordagem apriorística de conjunto, tanto é defensável a tese de que a população faz o emprego³⁷ como a de que o emprego age sobre a população influenciando a sua dinâmica. Muito à semelhança da relação entre população e recursos, esta questão já tem sido colocada por diversas vezes e outras tantas negligenciada. Equacionadas separadamente, tais questões parecem remeter para problemáticas totalmente distintas esquecendo que o emprego é, actualmente, um recurso com tendência a escassear, enquanto que a população se apresenta como um recurso diversificado economicamente utilizável pelos sistemas de emprego, caso estes existam.

É frequente encontrar, entre os economistas, análises que apontam a produtividade e o crescimento económico como o resultado do papel que têm o desen-

volvimento tecnológico, a inovação, a incorporação crescente da ciência na indústria e da reconversão dos saberes técnicos. De forma mais genérica, diríamos que a esta reconversão está associado o investimento na formação profissional e na educação em geral, assim como à própria reestruturação dos quadros de pessoal. No entanto, sabemos que, na maior parte dos casos, os despedimentos pretendem resolver o problema da falta de formação e inadequação de qualificações, excluindo, não com base em qualquer grau de conhecimento alcançado, mas simplesmente de acordo com o critério de idade, como se dela se inferisse o estado dos saberes.

Numa palavra, os níveis de produtividade do trabalho dependem da combinação dos factores produtivos e da sua qualificação. Ora a qualificação, pode não ter a ver com a idade ou com o grau de escolarização. É certo que a rentabilidade do trabalho depende em grande parte das características dos recursos humanos, mas esta é uma questão qualitativamente diferente da de saber qual a relação existente entre as características de uma população e a sua absorção pelo sistema de emprego, a começar pela própria dinâmica de uma população nas economias nacionais ou globalizadas.

É sabido que a conjuntura do pós-guerra se complexificou como resultado da diversidade de realidades sócio-históricas, e de opções políticas tomadas a escalas mais amplas. As economias ocidentais convergiram para uma maior uniformidade de funcionamento, resultando daí uma certa identidade civilizacional³⁸. A história do século XX regista uma tendência crescente para a globalização das economias, das repercussões sociais e dos problemas inerentes ao processo de desenvolvimento e de mudança acelerada.

Que fará a Europa com o défice de mão-de-obra juvenil que se perspectiva se persistir em não requalificar profissionalmente os seus recursos humanos?

5. Consequências sobre o ciclo de vida e a categorização social dos indivíduos

A visão tripartida do ciclo de vida em jovens, activos e idosos, entre outras partições possíveis, evidencia uma racionalidade económica, na medida em que traduz uma clara convenção aceite e legitimada de diversas maneiras, acerca de quem pode e deve ou não ter um emprego. Tal premissa perde validade se raciocinarmos em termos de trabalho, demonstrando então, além de mais, alguns aspectos dignos de registo:

1^o- Trabalho e Emprego são conceitos que recobrem campos distintos no domínio da actividade laboriosa. À semelhança de outras actividades humanas, as realidades a que dizem respeito, apresentam-se socialmente reguladas. Falamos geralmente em processos de trabalho e sistemas de emprego. O emprego é um sistema específico que converte a actividade laboriosa em trabalho remunerado e estatutos sociais, criando vínculos jurídicos particulares ao mesmo tempo que tem em conta as modalidades de acesso ou de impedimento face ao mercado de trabalho.

Subsequentemente, ao prevalecer cada vez mais o discurso sobre o emprego em detrimento do de trabalho, é efectivamente a redefinição da organização social com a sua lógica de funcionamento, assim como as preocupações de acesso, de repartição e gestão de que estão em causa.

2^a- Qualquer organização social inclui formas específicas de repartição de riqueza, de estatutos e de direitos. Dada a forma de organização social actual estes são obtidos, em grande medida pela forma de repartição do emprego.

3^a- À priori, as categorias de idade remetem para o domínio biofisiológico mas são de facto construções sociais dotadas de grande consistência, irreconhecíveis enquanto tal na "razão directa" da sua fundamentação natural. Existe uma efectiva repartição do emprego segundo as categorias de idade em virtude do seu reconhecimento social e definição jurídica, como existe entre sexos ou outras categorias sociais na medida em que, em última análise, as referidas categorias de idade são categorias sociais. Enquanto variável multidimensional, a idade não serve somente a caracterização, visto que se converte socialmente num critério irrefutável para a atribuição de estatutos e criação de expectativas quanto às formas de conduta específica dos indivíduos³⁹

4^a- As convenções estatísticas que se impõem no domínio do trabalho e do emprego, são, por um lado, a expressão de relações entre forças sociais e, por outro, interferem na categorização social dos indivíduos.

Do que se referiu anteriormente, depreende-se que as categorias de idade desempenham um papel específico na forma de organização das sociedades ocidentais, detendo, a fase activa, o monopólio do emprego ou a possibilidade da sua reivindicação legítima. Já o mesmo se não pode afirmar no que concerne ao trabalho.

Ser *activo* remete para uma fase da vida estruturada, também ela, em função do lugar da actividade remunerada nas sociedades e da relação dos indivíduos com o emprego. Nesse sentido, as diferenças estatutárias assinaláveis em relação à idade da vida dão fundamentalmente origem a expectativas de actividade e inactividade, de actividade remunerada e não remunerada. Ter mais idade do que a esperada para o desempenho de um conjunto de funções, leva a ser-se classificado de velho e vice-versa, sendo a idade susceptível de uma apropriação com utilidade económica na repartição e exclusão que se faz em função do emprego.

Com efeito, é actualmente aceite a ideia, posta em relevo nomeadamente por Xavier Gaullier⁴⁰ e Rémi Lenoir⁴¹, segundo a qual a categoria da terceira idade resultaria de uma exclusão progressiva do emprego e, lato sensu, do processo produtivo e da vida activa, segundo critérios aparentemente funcionais e etários que dissimulam fundamentos económicos.

Esta problemática relaciona-se directamente com as questões de classificação e/ou categorização e de envelhecimento social. Na verdade, o envelhecimento não sendo exclusivamente um processo natural, resulta – à semelhança da terceira idade – de uma construção social na qual o emprego, mais que o trabalho, desempenha um papel preponderante, sendo necessário ter em conta que as idades produtivas e improdutivas são convenções aceites – e geralmente inquestionáveis – que se impõem colectivamente através dos mecanismos de gestão do social como resultado de um jogo de forças onde intervêm quer o efeito demográfico e geracional quer o factor económico e político em sentido restrito.

Assim, ao procurarmos perceber a constituição da velhice na sociedade contemporânea, chegámos à conclusão de que esta radica mais num fundamento económico – Terceira idade – do que nos anos vividos. Isto é, assenta menos na idade cronológica e mais numa lógica económica que socialmente se utiliza para instituir direitos e privilégios. Um desses privilégios é o direito de reivindicar um emprego ou,

pelo contrário, de estar isento de trabalhar. Poderemos, a partir daqui, legitimamente questionar se não será mais o trabalho - e particularmente o emprego - o motivo de disputa social na qual se integra a idade legal que define quem pode ou não aceder a esse bem e utilizá-lo como um recurso.

Conclusão

Partindo da decomposição da população global face à situação económica, chegámos à conclusão que o referencial dos critérios de classificação, bem como a própria génese e construção das categorias sócio-populacionais, reveste-se de importância capital para reformular e equacionar os problemas de envelhecimento e desemprego das sociedades contemporâneas.

Não desenvolvemos a questão do planeamento ou da própria organização social e do grau de especialização da mão de obra necessária. Não por ser menos importante, pois é mesmo o ponto nevrálgico do funcionamento da sociedade industrial, mas porque se pretendeu obter uma descrição global sobre a constituição da mão de obra, assim como das transformações que sofreu em termos de idades desde 1950.

Deixámos, portanto, de lado a relação de teor mais qualitativo e procurámos debruçar-nos sobretudo nos aspectos que se encontram ancorados na evolução recente da população portuguesa, não abordando as condicionantes históricas que, embora de considerável importância para a compreensão do período em análise, não passam pelos objectivos imediatos deste estudo. Do mesmo modo, não constituíu sequer preocupação o problema das implicações múltiplas entre demografia e economia, nem aprofundar as circunstâncias históricas que estão na origem da evolução registada no que diz respeito ao emprego. Tentámos, sim, ver como é que a economia absorveu uma população que sabemos estar a envelhecer, em sentido demográfico, e isto com base nas alterações verificadas no universo da população de activos⁴²

Da teoria das ciências sociais transparece a ideia de que o trabalho humano constitui fonte de riqueza e de integração social. Contudo, o que as análises sociológicas do trabalho mais se esforçam por realçar são as contrapartidas e a própria integração dos indivíduos na vida activa. A instituição de processos de troca mercantis de trabalho, numa dada ordem económica, permite obter um conjunto de contrapartidas objectivas e subjectivas.

A dinâmica da população activa, tanto no contexto português como a nível europeu, denotou ser mais a expressão daquilo que uma determinada forma de organização social legítima e politicamente defende do que o reflexo daquilo que se pode observar em termos de análise demográfica, isto é, a tendência para o envelhecimento.

Neste sentido se compreende nomeadamente a possibilidade de detectar uma tendência contrária na população empregada que reflecte os problemas sociais relativos ao emprego e, talvez de forma mais subtil, o jugo social da classificação dos indivíduos.

Sabemos também que o processo de envelhecimento demográfico acabará por projectar a sua dinâmica na estrutura de activos criando problemas no seio do emprego, como já é visível em alguns países europeus e mesmo em algumas regiões portuguesas, como é por exemplo o caso do Alentejo⁴³. As sociedades resistem a este envelhecimento basicamente pela antecipação da idade de aposentação dos trabalhadores e

alongamento mais generalizado da escolaridade nas camadas jovens originando, cumulativamente, uma redução do período activo. A disputa do emprego utiliza, entre outros, o argumento da idade, reflectindo-se na discriminação dos trabalhadores⁴⁴.

Quer-nos parecer também que a escassez de emprego que se verifica acaba por reforçar a sua valorização levando à sua racionalização, ainda que por processos nem sempre muito explícitos, mas que não deixam de interferir com a dinâmica da própria realidade social a que teremos de estar atentos.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

ALBERTINI, Jean-Marie, *Le Chômage est-il une fatalité?*, Paris, P.U.F., 1996.

ANTUNES, António Roque, *Os inquéritos de emprego aos estabelecimentos 1963-1995*, Lisboa, Departamento de estatísticas do Ministério para a Qualificação e o Emprego, 1997

ARIÈS, Philippe, "Les classes d'âges dans les sociétés modernes occidentales?" in *Les âges de la vie/ Actes du Colloque*, VII colloque national de démographie, Tome II, Série " Travaux et Documents" Cahier n^o102, Paris, P.U.F., 1983, pp. 17-20.

BEAUCHESNE, Marie-Noël, *Travailleurs âgés discriminés/ Le cas de la Belgique*, Dossiers n^o9, Bruxelles, TEF, 1994.

BOURDELAIS, Patrice *L'âge de la vieillesse/ Le nouvel âge de la vieillesse*, Paris, Éditions Odile Jacob, 1993.

BOURDIEU, Pierre, *Ce que parler veut dire*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1982.

— *O poder simbólico*, Lisboa, Difel 1989

CHAMPAGNE, Patrick, Rémi Lenoir, Dominique Merllié e Louis Pinto, *Initiation à la pratique sociologique*, Paris, Dunod/Bordas, 1990.

CUNHA, Adrião da, *O sistema Estatístico Nacional/ Algumas notas sobre a evolução dos seus princípios orientadores: de 1935 ao presente*, Lisboa, I.N.E., 1995.

DESROSIÈRES, Alain e Laurent Thévenot, *Les catégories socio-professionnelles*, Paris, La Découverte, 1988.

DURKHEIM, Émile, *De la division du travail social*, 11^a ed, Paris, P.U.F., 1986.

FICHTER, Joseph, *Sociologia*, São Paulo, Ed. Pedagógica Universitária, 1975.

FREIRE, João, "Empresas e organizações: mudanças e modernização", in José M. L. Viegas e António F. da Costa (Org.), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta, 1998, pp. 285-309.

- FREYSSINET, Jacques, "La crise des instruments d'analyse de l'emploi", in Marc Béchet e Jean-Pierre Huiban (Dir.), *Emploi, Croissance et compétitivité*, Paris, Syros/Alternatives, 1992, pp. 49-63.
- GALBRAITH, John K., *O novo estado industrial*, Lisboa, Pub. Europa-América, 1989.
- GAULLIER, Xavier, *L'avenir à reculons/ Chômage et retraite*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1982.
- GEP/ M. E., *Système éducatif portugais*, GEP., Ministério da Educação, 1991
- GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- HALBWACHS, Maurice, *classes sociales et morphologie*, Paris, Éditions de Minuit, 1972.
- I.N.E., *Recenseamentos da População e da Habitação, Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa, 1984.
- ., *Recenseamentos Gerais da População e da Habitação*, Lisboa, 1950,1960,1970, 1981 e 1990.
- LENOIR, Rémi, "L'Invention du 'troisième âge' et la constitution du Champs des agents de gestions de la vieillesse", in *Revue Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n°26-27, Mar/Avr, 1979, p57-82.
- MARUANI, Margaret e Emmanuèle Reynaud, *Sociologie de l'emploi*, Col. "Repères", Paris, Éd. La Découverte, 1993.
- MONIZ, António Brandão, "Da divisão social do trabalho: uma abordagem sociológica", *Arquipélago, Série Ciências Sociais* n.º 4, 1982.
- MOURA, João, *Economia do trabalho/ Ensaio analítico*, Col. "Estudos laborais", Lisboa, Fundação Oliveira Martins, 1986.
- NAZARETH, J. Manuel, *O Envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença /G.I.S., 1979.
- OCDE, *Le vieillissement Démographique/ Conséquences pour la politique sociale*, Paris, 1988
- ., *Statistiques de la population active*, Paris, 1991.
- POCHARD, Michel, *L'emploi et ses problèmes*, 4^ª ed, Paris, P.U.F, 1996.
- ROCHA, Gilberta, Pavão Nunes, *Dinâmica Populacional dos Açores no século XX/ Unidade, Permanência e diversidade*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1991.

- RODRIGUES, Maria João, *O sistema de emprego em Portugal/ Crise e mutações*, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1992.
- SAUVY, Alfred, *Théorie Générale de la Population*, vol. I, Paris, P.U.F, 1962.
- SOUSA, Fernando, *História da Estatística em Portugal*, Lisboa, I.N.E, 1995.
- SULLEROT, Evelyne, *l' âge de travailler*, Paris, Fayard, 1996.
- VOLLE, Michel, *Le métier de statisticien*, Paris, Hachette, 1980.
- WEBER, Max, *Essais sur la théorie de la science*, Paris, Plon, 1965.
- L' éthique protestante et l' esprit du capitalisme, Paris, Plon, 1967.
- *Ensaio de sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

NOTAS

- ¹ Assistente do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.
- ² Em certa medida pode dizer-se que, desde Maurice Halbwachs (*La statistique en sociologie*, 1935), passando por Jürgen Habermas e a escola de Pierre Bourdieu, a sociologia procura não apenas construir conhecimento com base naquilo que as estatísticas poderiam facultar mas sobretudo obter um conhecimento sociológico acerca das formas de registo instituídas e encaradas sob o ângulo da sua função epistemológica nos processos de construção científica. Estas formas de registo são, na prática, inseparáveis das focagens particulares a que dizem respeito assim como dos objectos que a sociologia se propõe estudar. Subsequentemente, fica claro que a sociologia também reivindica, para si, um papel de explicitação das diversas formas de registos socialmente aceites, entre as quais, as estatísticas são das mais generalizadas e as quais interferem nos processos de construção social de inúmeras categorias que temos por naturais.
- ³ Ver entre outros, Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989; *Ce que parler veut dire*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1982.
- ⁴ Cf. Dominique Merllié, "La construction statistique" in Patrick Champagne, Rémi Lenoir, Dominique Merllié e Louis Pinto, *Initiation à la pratique sociologique*, cap. 3, Paris, Dunod/Bordas, 1990, pp. 101-162.
- ⁵ Cf. Giddens Anthony, *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997,p 875 e Joseph Fichter, *Sociologia*, São Paulo,Ed. Pedagógica Universitária,1975, pp.85-112.
- ⁶ Faz parte desta a própria classificação estatística, como mais adiante se procurará demonstrar.
- ⁷ Mesmo se o seu papel é mais evidente em termos de interacção social, e mesmo de *rotulação*, não deixam de constituir uma importante fonte de atribuição de prestígio (ou desprestígio) e interferir, por exemplo, a nível da estratificação social, ou ainda, no relacionamento cultural e étnico de onde se deduzirá tratar-se de um elemento necessário na compreensão do funcionamento social global.

- ⁸ Sendo a actividade estatística e censitária o resultado de um processo histórico e organizacional particular da actividade administrativa em que é manifesta a necessidade de inventariação e de controlo dos recursos por parte de um determinado Estado, não podemos deixar de considerar os interesses diversificados por que se pauta o sistema de produção de dados, independentemente das épocas. No entanto, nos países que se industrializaram, são frequentemente as finalidades políticas e económicas que orientam a produção estatística. A organização do Estado e o grau de especialização que os seus aparelhos alcançaram, quanto à divisão de tarefas e funções, condiciona inevitavelmente a obtenção e a variedade das estatísticas disponíveis.
- ⁹ Um dos principais recursos de um Estado é evidentemente a sua população, por isso, no desenvolvimento sócio-administrativo dos Reinos ou dos Estados modernos, o cômputo dos efectivos populacionais tornou-se uma prática corrente.
- ¹⁰ As publicações dos organismos oficiais tornam claro que são os imperativos de desenvolvimento, planeamento e incremento dos níveis de bem estar económico e social que constituem a razão de ser dos serviços nacionais de estatística, sobressaindo aliás no próprio lema do INE: "*Conhecer para desenvolver*". Acerca da função e objectivos do sistema de estatística nacional, veja por exemplo, Adrião S. F. da Cunha, *O sistema Estatístico Nacional/ Algumas notas sobre a evolução dos seus princípios orientadores: de 1935 ao presente*, Lisboa, INE, 1995 e António Roque Antunes, *Os inquéritos de emprego aos estabelecimentos, 1963-1995*, Lisboa, Departamento de estatísticas do Ministério para a Qualificação e o Emprego, 1997.
- ¹¹ Cf. John K. Galbraith, *O novo estado industrial*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1989, pp. 202-205.
- ¹² Como Max Weber demonstrou, uma das principais características das sociedades ocidentais e do sistema capitalista é o cálculo racional e a sua generalização às maneiras de produzir. A sociedade capitalista, incorporando formas de racionalidade particulares, subjugava cada vez mais a ciência aos imperativos da produção em larga escala. Cf., nomeadamente, Max Weber, *Essais sur la théorie de la science*, Paris, Plon, 1965; *Ensaio de sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- ¹³ Estamos conscientes de que esta questão remete para problemas de medição e quantificação que, em ciências sociais, se equacionam em termos de construção das variáveis e de indicadores de medida.
- ¹⁴ Cf. Rémi Lenoir, in *Initiation à la pratique sociologique...*
- ¹⁵ Existe frequentemente uma apropriação de conceitos analíticos que reforça ou que torna certas classificações mais toleradas, veja-se o caso de *um indivíduo socialmente excluído*, que na prática se assemelha mais a um eufemismo, quando na realidade se trata é de um marginal.
- ¹⁶ A ambiguidade do conceito é o resultado de realidades sociais, culturais e técnicas que, na tradição histórica fizeram, por exemplo, com que o significado que lhe está associado seja para os latinos diferente do que evoca para os povos nórdicos, oscilando entre a *obrigação/condenação* e *realização/libertação*. A classificação censitária perante a actividade económica dilui grandemente o conceito de trabalho, o qual é preterido em detrimento do de emprego. Não tem aqui cabimento clarificar a que se deve esta supremacia do termo, mas é facto que não designa a mesma realidade e como tal imprime uma certa selectividade ao processo classificatório, mesmo quando tem apenas reconhecidas finalidades estatísticas.
- ¹⁷ Cf. Alain Desrosières Laurent Thévenot, *Les catégories socio-professionnelles*, Paris, La Découverte, 1988.
- ¹⁸ Cf. Margaret Maruani e Emmanuèle Reynaud, *Sociologie de l'emploi*, Col. "Repères", Paris, Éd. La Découverte, 1993, p. 113.

- ¹⁹ Cf. Michel Pochard, *L'emploi et ses problèmes*, 4ª ed, Paris, PUF, 1996.
- ²⁰ Encontramos nesta linha teóricos do pensamento económico como Adam Smith, David Ricardo, Stuart Mill e Karl Marx.
- ²¹ Se atendermos ao facto que não é apenas o trabalho em si mas mais a forma de divisão do trabalho que melhor permite caracterizar uma determinada sociedade, estaremos a dar razão a Émile Durkheim; *De la division du travail social*, tese defendida em 1893.
- ²² Certos autores salientam mesmo que a atenção actualmente dispensada ao emprego resulta, em grande parte, das dificuldades sentidas quanto à falta do mesmo. Com efeito, quando nas últimas décadas o emprego começou a escassear de forma mais notória, assistiu-se a um incremento da pesquisa aplicada neste domínio.
- ²³ Cremos que o seu mérito radica principalmente no facto de atender simultaneamente à natureza remunerada ou não da actividade e ao carácter de obrigatoriedade (ou grau de liberdade) com que é exercida; factores essenciais para a compreensão dos vínculos inerentes ao trabalho. Cf. Jacques Freyssinet, "La crise des instruments d'analyse de l'emploi", in Marc Béchet e Jean-Pierre Huiban (Dir.), *Emploi, Croissance et compétitivité*, Paris, Syros/ Alternatives, 1992, pp. 49-63.
- ²⁴ Cf. João Moura, *Economia do trabalho/ Ensaio analítico*, Col. "Estudos laborais", Lisboa, Fundação Oliveira Martins, 1986.
- ²⁵ Cf. Margaret Maruani e Emmanuèle Reynaud, *Op. cit.*
- ²⁶ Cf. Maria João Rodrigues, *O sistema de emprego em Portugal/ Crise e mutações*, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1992.
- ²⁷ O censo de 1991, serviu de base à elaboração do presente diagrama. Pretende-se situar os fluxos populacionais que, em termos de contabilidade censitária, dão origem à população activa. É apenas a população com mais de 12 anos de idade que é passível de classificação perante a actividade económica. Como este limite coincidia, grosso modo, com o fim da escolaridade obrigatória, é provável que venha a ser alterado. Nos censos anteriores, a idade mínima admissível para a entrada na vida activa era mais baixa e por isso se trabalhou com a população com 10 e mais anos.
- ²⁸ Poderíamos ainda referir-nos, por exemplo, à situação de um incapacitado parcial que necessita de trabalhar ou de uma doméstica que, trabalhando apenas umas horas, faz parte dos "activos". Repare-se que são diversos os dilemas de classificação mesmo a nível da condição perante o trabalho ou a actividade económica. O mesmo se poderá constatar no que respeita à classificação dos indivíduos perante a actividade desenvolvida. Contudo, acaba por prevalecer o critério da "situação principal" que torne as categorias exclusivas entre si.
- ²⁹ No entanto, pela óptica do emprego, poderá ser recenseado pelos quadros de pessoal das entidades empregadoras ou estabelecimentos e ser contabilizado nos *Trabalhadores por Conta de Outrem*.
- ³⁰ Cf. Patrice Bourdelais, *L'âge de la vieillesse/ Le nouvel âge de la vieillesse*, Paris, Éditions Odile Jacob, 1993.
- ³¹ Como se sabe, este censo assenta numa estimativa a 20%.
- ³² São exactamente 29% em termos de taxa bruta de actividade feminina e representam já 49,2% se tivermos em conta apenas a população em idade de trabalhar, isto é, entre os 15 e os 65 anos, idade legal para a reforma.

- ³³ Se tivermos em conta as taxas de participação feminina comparadas entre os 25 e os 50 anos, verificamos que Portugal apresenta um valor de 74,2%, o Reino Unido de 73,7% e a França de 75,1%.
- ³⁴ Cf. João Freire, "Empresas e organizações: mudanças e modernização", in José M. L. Viegas e António F. da Costa (Org.), *Portugal, que modernidade?* Oeiras, Celta, 1998, pp. 285-309.
- ³⁵ É de notar, por exemplo, que a nível do 2^o ciclo e do complementar, à excepção da secção científico-tecnológica, todas as outras registam uma percentagem superior de alunos do sexo feminino. Cf. *Système éducatif portugais*, GEP., Ministério da Educação, 1991. Quanto ao ensino superior é no ensino politécnico que a sua expressão é menor, mas mesmo aí representam cerca de 49%. No ensino universitário estão claramente em maioria, pois se tivermos em conta as estatísticas da educação dos anos de 1988/89 e 1989/90, na Universidade de Coimbra representam 56,6% mesmo com grande peso dos cursos de engenharias, na Universidade do Minho 54,3%, na do Porto 57,2% e na Universidade Nova de Lisboa 61,3%.
- ³⁶ A obra de Alfred Sauvy é talvez o mais importante contributo no sentido de uma análise sistemática entre economia e demografia. Cf. *Théorie Générale de la Population*, Paris, PUF, 1962 e 1954.
- ³⁷ Cf. Jean-Marie Albertini, *Le Chômage est-il une fatalité?*, Paris, PUF., 1996.
- ³⁸ Obviamente esta afirmação, dado o seu alcance genérico, poderá carecer de fundamentação em sentido restrito. No entanto, existe, pelo menos em termos das tendências verificadas, alguma uniformidade quanto ao modelo de funcionamento económico e social adoptado.
- ³⁹ Ver Patrick Champagne *et al*, *Op. cit.*
- ⁴⁰ Cf. Xavier Gaullier, *L'avenir à reculons/ Chomâge et retraite*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1982.
- ⁴¹ Cf. Lenoir, Rémi, "L' Invention du 'troisième âge' et la constitution du Champs des agents de gestions de la vieillesse", in *Revue Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n.º 26-27, Mar/Avr, 1979, p57-82.
- ⁴² Que inclui, como se disse, os que se encontram empregados, desempregados ou à procura do primeiro emprego.
- ⁴³ A análise dos dados por regiões (NUTS II), demonstram bem, à semelhança da dinâmica global, uma estrutura de população activa bastante envelhecida no interior português e mais jovem no norte e ilhas. Contudo a sua dinâmica de envelhecimento não obedece aos mesmos princípios, podendo inclusive rejuvenescer pelo mecanismo das saídas antecipadas.
- ⁴⁴ Um certo número de estudos alertam para o facto desta discriminação se manifestar, por exemplo, pela perda precoce de um emprego, pela exclusão da formação, pelo encorajamento à desistência da vida activa. Cf. Marie-Noël Beauchesne, *Travailleurs âgés discriminés/ Le cas de la Belgique*, Dossiers n.º 9, Bruxelles, TEF, 1994.

A FÁBRICA DE CHAPÉUS DE S. SEBASTIÃO

José António Real Pereira Ramada

ABSTRACT

Hat manufacture was one of the most important branches in Oporto, between the 18th end century and the beginning of the 20th century.

In this work we present one of the oldest hat factories from this city, established in the late 18th century whose life has extended a fifty years.

1. INTRODUÇÃO

Comemorando-se, no ano de 1999, o 2.º Centenário do nascimento do escritor Almeida Garrett, decidimos contribuir para a sua comemoração dando a conhecer melhor uma fábrica de chapéus, situada no Porto, a que se encontrava ligado por laços familiares.

A partir de um conjunto de elementos e informações, recolhidos em diversas fontes manuscritas existentes em diferentes arquivos do Porto e de Lisboa, e de alguma bibliografia publicada por vários autores que ao seu presumível fundador e primeiro proprietário ou à indústria deste período dedicaram a sua atenção e esforços, elaborámos este trabalho aproveitando parcialmente a descrição da evolução desta fábrica e outras informações a seu respeito que incluímos em *A Indústria Chapeleira Portuense entre 1750 e 1852*.

As principais fontes utilizadas para elaborar esta descrição da sua actividade foram: o processo existente em nome de D. Maria Carmina Almeida Leitão¹, o único documento existente no mesmo arquivo em nome de Domingos do Rozario do Nascimento e Almeida², vários documentos notariais respeitantes à vida da empresa e dos seus sócios conhecidos, alguns elementos quantitativos recolhidos em alguns mapas de fábricas³ e em declarações de carácter fiscal⁴ que foram completados com diversas informações recolhidas noutros processos de chapeleiros bem como em alguns artigos publicados no jornal *O Primeiro de Janeiro* pelo historiador Artur de Magalhães Basto. A sua primeira localização e referência conhecidas foram obtidas também em livros de carácter fiscal,⁵ sendo os números de polícia desta fábrica na Rua Chã obtidos nos livros relativos ao imposto de 3% sobre propriedades, bem como o esclarecimento quanto à data de transferência desta fábrica da rua de S. Sebastião para essa artéria⁶.

2. OS PROPRIETÁRIOS DA FÁBRICA

O presumível fundador e primeiro proprietário desta fábrica foi o rico e importante homem de negócios português Domingos do Rozario do Nascimento e Almeida, conhecido por ter dado parte do seu nome a uma das principais ruas da cidade, conhecida ainda hoje como *Rua do Rosário*, em virtude de ter sido aberta em terrenos da sua Quinta do Paço ou do Carregal. Este empresário era irmão de D. Maria do Nascimento Almeida Leitão, avó materna do escritor Almeida Garrett, sendo, por isso, seu tio-avô. Dificuldades económicas de grande gravidade levaram-no, no início de 1808, a dar sociedade a um empregado já antigo e de confiança, Joze Lourenço da Silva, e à sua sobrinha, D. Maria Carmina Almeida Leitão, mas a sociedade foi anulada por incumprimento por parte desses sócios. No início de 1810, foi finalmente iniciada essa pretendida sociedade, tendo a empresa passado a pertencer, desde 1-1-1811, por falência do fundador, ao citado Joze Lourenço da Silva, a D. Maria Carmina Almeida Leitão e a sua irmã D. Coleta Candida de Almeida Leitão. Estas duas irmãs, sobrinhas por parte de sua mãe de Domingos do Rozario, eram, por sua vez, tias maternas de Almeida Garrett, pois eram irmãs de sua mãe, D. Ana Augusta de Almeida Leitão, sendo conhecidas as visitas deste a essas tias, dando-se numa delas um célebre acidente que o escritor sofreu. A partir do final de 1818, a fábrica passou a pertencer apenas a essas duas irmãs, mantendo-se na sua posse até ao seu encerramento, que se deverá ter verificado no ano de 1829, como veremos.

3. OS PRIMEIROS PASSOS E A LOCALIZAÇÃO DA FÁBRICA

Esta fábrica surge referenciada nos documentos da época como Fábrica de S. Sebastião, embora encontremos três modos diferentes de indicar a sua localização nessa zona, pois se em alguns ela é referida como instalada na rua de S. Sebastião, noutros surge no largo do mesmo nome ou no sítio de S. Sebastião.⁷ Também a sua localização na cidade não foi sempre a mesma, tendo-se estabelecido, pelo menos, em três locais diferentes, como resultado da sua evolução favorável ou negativa, primeiro no Carregal, depois em S. Sebastião e finalmente na Rua Chã.

Foi uma das primeiras fábricas de chapéus finos da cidade do Porto, mais precisamente a terceira, com efectiva actividade, entre as diversas licenciadas pela autoridade régia na cidade. A sua existência decorreu, de acordo com os documentos analisados, entre 1775 e 1829, o que lhe atribui a duração de 54 anos, fazendo dela uma das mais duradouras fábricas de chapéus da cidade neste período.

Tal como acontece com muitas outras fábricas fundadas no século XVIII, permanece envolta em mistério a sua criação, que se deverá ter verificado sob a forma de uma simples fábrica particular, logo sem qualquer privilégio real. Domingos do Rozario, no único documento existente em seu nome entre os processos de chapeleiros, uma reclamação apresentada por esse proprietário relativa ao pedido de licenciamento de uma nova fábrica de chapéus finos na cidade, em nome de Ignacio Vieira Soares e Joze Luis Coelho de Almeyda⁸, queixava-se dos prejuízos que dessa nova autorização podiam resultar para a sua fábrica de chapéus que possuía, segundo ele, há 16 anos, o que nos permite estabelecer a respectiva fundação em 1775. Domingos do Rozario, nesse documento, diz-se "erector e

dono” da fábrica de chapéus finos, estabelecida na cidade do Porto, o que permite supor, e é confirmado pela informação do Superintendente das Alfândegas do Norte datada de 25 de Novembro de 1792,⁹ que, em 1791, apenas existia em funcionamento, no Porto, uma única fábrica de chapéus finos, a sua. Mas isso não quer dizer que fosse a mais antiga pois, antes dessa data e pelo menos desde 1766, existia nesta cidade a fábrica de chapéus finos, fundada por Domingos Francisco de Guimaraens que depois pertenceu a um dos seus filhos, Antonio Joze de Guimaraens, e, em 1775, foi novamente licenciada a fábrica de Luiz Fournol e Manoel Francisco de Guimaraens, que teve também actividade e produção comprovadas, a partir desse ano. Apesar de mais tarde, em 1813, as suas duas sobrinhas e o seu sócio Joze Lourenço da Silva, quando solicitaram a passagem da licença da fábrica para o seu próprio nome, alegarem no seu requerimento que a fábrica de Domingos do Rozario tinha sido a primeira de chapéus finos no Porto, tal não nos parece corresponder à realidade, pois o primeiro documento a ela respeitante que conseguimos localizar, relativo ao ano de 1779, descreve-a como fábrica de chapéus grossos, em princípio, funcionando numas casas com seu quintal, pertencentes a Thomas Pereira Bruno, localizadas na *Viella do Carregal*, pelas quais pagava o aluguer de vinte e seis mil e quatrocentos réis.¹⁰ Este documento revela-nos que se verificava nesta empresa uma clara falta de conhecimentos técnicos que o seu proprietário irá resolver, em 1780, ao contratar um mestre francês, estabelecido há anos nesta cidade.

No que diz respeito à data da fundação da empresa, poderá esta ter sido fundada em 1775, mas nesse caso só como fábrica (particular) de chapéus grossos e noutra local da cidade, já que só em 1779 nos aparece na Viela do Carregal. Uma hipótese também possível pode ter sido a aquisição da fábrica mais antiga da cidade, a de Antonio Joze Guimaraens, pois, de 1775 em diante, não encontrámos mais qualquer referência a essa fábrica. Como em 1775 foi licenciada a segunda fábrica de chapéus finos do Porto, pertencente ao antigo mestre da fábrica de Antonio Joze Guimaraens Luiz Fournol e ao seu sócio Manoel Francisco de Guimaraens, o aparecimento deste concorrente poderia ter convencido o então proprietário a vender a sua fábrica e o comprador seria precisamente Domingos do Rozario que a partir de então se intitularia “erector e dono” da fábrica e receberia depois, em 1780, a respectiva licença em seu nome. O ano de 1775 corresponderia, assim, ao ano da sua venda ao novo proprietário. Outra hipótese ainda a considerar será a aquisição dessa fábrica da sociedade de Luiz Fournol e Manoel Francisco de Guimaraens que funcionou, de acordo com a documentação já localizada, pelo menos entre 1775 e 1778, talvez até 1779, já que Luiz Fournol recebeu nova licença em 17-3-1780.

Confirmadas estão a sua existência e localização no Carregal, nos anos de 1779 e 1780, passando nesse ano de 1780 a ter a designação de *Real*, graças à concessão da licença para o fabrico de chapéus finos, com data oficial de 8 de Abril de 1780,¹¹ não existindo porém o respectivo processo no arquivo relativo à *Junta da Administração das Fábricas do Reino*, o órgão que então superintendia no licenciamento das fábricas¹², pelo que desconhecemos o paradeiro desse processo, que talvez se encontre na parte do Arquivo da Junta do Comércio existente no A. N. T. T., mas também nesse arquivo não nos foi possível localizá-lo. Eventualmente, poderá ter desaparecido no incêndio que devastou o edifício onde se localizavam a secretaria, contadoria e outras repartições da Junta do Comércio, na noite de 10 de Junho de 1821¹³

Este seu licenciamento pela referida Junta é comprovado por uma certidão efectuada a partir da licença apresentada mais tarde, em 18 de Novembro de 1813. Segundo essa certidão, o teor desta primeira licença era o seguinte:

“O Presidente, e Deputados da Junta da Administração das Fabricas do Reino, e Obras de Agoas Livres: concedemos licença a Domingos do Rozario Nascimento e Almeida, para estabelecer hua Fabrica de Chapeos finos na Cidade do Porto, com declaração porem de que ensinará Aprendizizes Portuguezes, tendo sempre ao menos hum e isto sem reserva ou segredo de tudo o que deve contribuir para a perfeição da referida manufactura; e de que fica sujeita à mesma Junta a mesma Fábrica, tudo na Forma do Termo, que tem assignado na Secretaria deste Tribunal. Lisboa, doze de Abril de mil, e sete centos, e oitenta. = Com quatro rubricas do Presidente e Deputados da dita Junta = Registado a folhas trezentas, e vinte verço = Cumprase, e registese. Porto, e Abril vinte, e hum de mil, e sete centos, e oitenta = Cunha = Registada a folhas cento, e trinta e oito verço do Livro do registo geral desta Alfândega. Porto seis de Junho de mil, e sete centos, e oitenta = Antonio Alvaro Pinto da Fonceca = Cumpra-se, e registese, não havendo inconveniente. Porto vinte e sete de Outubro de mil e oito centos, e seis = Oliveira = Fica registada nesta Superintendencia da Alfandega no Livro segundo do Registo Geral a folhas sete verço = Peixoto”¹⁴.

De posse da almejada licença, Domingos do Rozario, então morador na Rua do Padrão de Belomonte, ainda com a fábrica no Carregal, agora designada como *Fábrica Real de Chapeos finos e grossos*, contratou, em 24-7-1780,¹⁵ o já referido mestre francês de chapéus finos Luiz Fournol, estabelecido pelo menos há 14 anos nesta cidade, para trabalhar na sua fábrica e a dirigir e administrar, nos seguintes termos e condições:

“para melhor expedição e adiantamento da sua Fábrica Real de Chapéus finos, e grossos que prezentemente tem no sitio do Carregal extra muros desta Cidade”, devendo ele, Luiz Fournol, administrar e trabalhar na dita fábrica “com todo o cuidado, e zelo para que a laboração saia perfeita, e bem acabada, assistindo ao que for percizo sem se dar ao descanso em cousa algumas das que competem à sua obrigação, procurando sempre os melhores meynos para que a obra saia com toda a perfeição, zelando tudo como cousa própria”. Para poder alcançar este objectivo o mestre teria “todo o dominio sobre os officiais, e aprendizes que existirem na mesma Fábrica para que estes lhe não percão o devido respeito ao seo lugar e cargo, e achando elle que algum official não he conveniente na Fábrica por qualquer motivo, participará a elle Domingos do Rozario as rezoas que ha para que seja expulso”. A este poder considerável o mestre juntava a possibilidade de despedir qualquer official que lhe fizesse “alguma descompostura ou dezatenção consideravel”.

Em troca de todo este trabalho e empenho, o Domingos comprometia-se a dar casa ao dito mestre e o ordenado de 7\$200 réis mensais no primeiro ano e se metesse na fábrica mais três officiais ou aprendizes de chapéus finos (das

actividades de *arcar, vestir e infortin* comprometia-se a elevar o dito ordenado para 9\$600 réis mensais no segundo ano e assim sucessivamente, conforme o aumento da fábrica, aumentaria o dito mestre conforme o que fosse arbitrado.

Além do trabalho de administrar a empresa acima descrito, o referido mestre deveria pôr em execução todas as ordens que o Domingos lhe desse ou mandasse dar e o seu trabalho profissional consistia em “engomando com perfeição todos os chapeos sacando lhe pêlo, e na falta de huma e outra couza, fará o que for mais necessario; tingirá os chapeos, e ficará à sua obrigação tudo o que pertencer à tinturaria”. Não deveria porém intrometer-se na venda dos chapéus nem no recebimento de dinheiro ou armazenamento dos produtos, nem na pesagem dos pêlos, nem no seu corte, pois tudo isso seria da competência do feitor da fábrica.

O Domingos não poderia expulsar o dito mestre durante o período de nove anos (que seria assim o prazo estipulado para a duração do contrato) a não ser por justa causa ou se ele faltasse a estas obrigações, comprometendo-se o Fournol a tudo cumprir e a não levantar qualquer embargo, sob pena de ser declarado nulo, respondendo perante o Juiz de Fora da Cidade do Porto e Corregedores do Cível desta Relação, para o que renunciava aos seus foros e privilégios. As duas partes comprometiam-se a não reclamar nem contradizer este contrato, obrigando-se pelas suas pessoas e bens presentes e futuros, etc.

Apesar de estipulada a duração de nove anos, a sua duração não chegou a um ano, pois as duas partes, por mútuo acordo, resolveram efectuar o seu “distrate”, anulando esta escritura de contrato celebrada entre os dois¹⁶.

Contratado este director técnico prestigiado, deu-se, ainda em 1780, uma outra alteração importante, com a mudança das instalações da fábrica dessa zona do Carregal para a Rua, Largo ou Sítio de S. Sebastião, apesar de alguns autores contemporâneos considerarem que ela se teria mantido, até aos inícios do século XIX, no Carregal.

A partir do dia de S. Miguel (29 de Setembro) de 1780, a fábrica passou a funcionar na rua de S. Sebastião (também por vezes referida como largo de S. Sebastião) passando, por isso, a ser conhecida, daí em diante, por “fábrica de S. Sebastião”. As suas instalações foram alugadas por Domingos do Rozario pelo prazo de três anos, depois renovado em 1782, sendo o aluguer anual de 74\$400 réis¹⁷.

Segundo este contrato de arrendamento, datado de 1782, o senhorio Manoel de Lemos Carneiro de Barboza (morador na Quinta da Barziela, freguesia de Vilela, concelho de Aguiar de Souza) já tinha alugado, há cerca de dois anos, as suas casas situadas na rua de S. Sebastião ao referido Domingos e propunha-se agora renovar, nas mesmas condições, o referido contrato.

Segundo este documento, o primitivo contrato de arrendamento fora celebrado por escrito e tinha uma duração de três anos, tendo início no dia de S. Miguel (29 de Setembro) de 1780 e duraria até ao mesmo dia do ano de 1783, recebendo o respectivo senhorio o aluguer anual de 74\$400 réis pelas suas casas.

Domingos do Rozario, à data deste contrato (23-2-1782), já efectuara diversos pagamentos que ultrapassavam o aluguer dos três anos, por isso o senhorio aceitou renovar o contrato de arrendamento da fábrica por mais nove anos, a partir do S. Miguel de 1783, mantendo-se a renda anual de 74\$400 réis de que se pagaria a décima, podendo o arrendatário manter no local a sua fábrica enquanto quisesse (no período dos

nove anos), pois se a quisesse extinguir antes, o arrendamento também teria fim, ficando o senhorio livre para as arrendar a quem quisesse.

Se fosse preciso efectuar alguns consertos e reparos nas casas, o Domingos poderia mandar executá-los, mas primeiro deveria ouvir o senhorio que não se oporia, atendendo a que essas obras representariam um benefício para a propriedade. Assim reza o referido contrato e como a fábrica se manteve na rua de S. Sebastião até 1811, de acordo com algumas fontes notariais que analisámos, é de prever que o contrato tenha sido sucessivamente prorrogado entre Domingos do Rozario e o proprietário do edifício. Em que mês se terá efectuado a transferência da fábrica para a rua Chã é ainda uma incógnita, tal como todas as condições do contrato do novo local, mas sabemos que em 1812 já laborava na rua Chã¹⁸, pelo que julgamos ter sido nesse ano que se efectuou a mudança.

Possuímos algumas informações sobre esse novo contrato, através da escritura de dissolução da sociedade entre Joze Lourenço da Silva e as sobrinhas de Domingos do Rozario, D. Maria Carmina Almeida Leitão e D. Coleta Candida Almeida Leitão.¹⁹ O senhorio do novo local na rua Chã era Zeferino Joze Pereira do Lago e o aluguer anual era de 120\$000 réis, o que perfazia, para os anos de 1817, 1818 e 1819, o total de 360\$000 réis, ficando a décima a cargo dos inquilinos que depois a poderiam descontar no aluguer, tal como alguns consertos dos telhados que tinham efectuado. A mesma escritura informa-nos que a sociedade em dissolução tinha subarrendado parte das instalações do edifício, uma loja, no ano de 1819 a um inquilino a quem passavam recibo, o que pode ajudar a explicar a discrepância relativa ao aluguer do edifício da fábrica que segundo os livros respeitantes ao imposto de 3% das propriedades era apenas de 60\$000 réis anuais, devendo os restantes 60\$000 réis dizer respeito a essa loja arrendada.²⁰ Apesar da dissolução da sociedade, a empresa, agora propriedade das duas irmãs, manteve-se em laboração no local até ao seu desaparecimento, ocorrido provavelmente em 1829 ou inícios de 1830.

4. A EVOLUÇÃO DA EMPRESA NO TEMPO

Estabelecida a fábrica em S. Sebastião e terminado o contrato com o mestre Luiz Fournol, Domingos do Rozario procurou desenvolver a sua produção chapeleira. Assim se entende que este rico homem de negócio, cujas actividades se alargavam ao Brasil e a Espanha, armador de navios, comerciante e industrial, tenha conseguido, em 12-8-1783, que a Câmara do Porto lhe tenha emprazado parte do Monte da Chamusca, um baldio na freguesia de Valbom, nos arredores do Porto, onde pretendia erigir uma fábrica de chapéus, plantar amoreiras e fazer criação de bichos-da-seda. Nos termos deste acordo, a fábrica teria de ser estabelecida no prazo de três anos sob pena de ficar o mesmo terreno reduzido ao público²¹.

Essa fábrica nunca foi estabelecida, continuando entretanto a funcionar a fábrica em S. Sebastião, talvez por se ter apresentado uma outra hipótese mais interessante que seria transferir a fábrica de S. Sebastião novamente para a zona do Carregal, onde Domingos do Rozario conseguiu, depois de várias peripécias, emprazar em hasta pública uma grande propriedade, em 4-5-1786. Porém, só conseguiu celebrar a respectiva escritura em 1-10-1787, passando, a partir de então, a possuir por três vidas as várias parcelas dessa grande propriedade da Quinta do Carregal.

A sua intenção de instalar lá a fábrica pode depreender-se da petição que dirigira ao Juiz Curador dos Órfãos ao impugnar um arrendamento celebrado em 1785 ou 1786 dessa propriedade e entretanto anulado, pois no referido documento fazia expressa menção de querer estabelecer uma fábrica de chapéus finos nessa propriedade o que, segundo as suas palavras, teria o condão de melhorar a propriedade e tornar mais seguro o rendimento anual²²

Conseguido o emprazamento, Domingos do Rozario e a família passaram a habitar a Casa e Quinta do Paço ou do Carregal, mas a fábrica permaneceu instalada em S. Sebastião, não se concretizando a transferência de local. Os motivos da sua manutenção na Sé devem prender-se com dificuldades económicas de Domingos do Rozario e com o aumento da concorrência na indústria chapeleira pois, além das fábricas e oficinas de chapéus grossos existentes, novas fábricas de chapéus finos tinham surgido em várias cidades do País e, no Porto, deram início à sua actividade, apesar da oposição deste empresário, as fábricas do francês João Pedro Salabert (licenciada em 27-3-1792) e da sociedade do mestre chapeleiro Manoel Antonio Madureira com Joze Luiz Coelho de Almeida & Comp. e Ignacio Vieira Soares (licenciada em 7-2-1793).²³

Este empresário contraiu um empréstimo de 3:200\$000 réis, a juro de 5 %, junto da Abadessa e restantes religiosas do Mosteiro de S. Francisco de Val de Pereiras²⁴, para poder fazer frente às dificuldades causadas pela falta de cobrança de algumas dívidas activas que tinha a receber. Pelos mesmos motivos, reuniu a fábrica de chapéus e a sua participação no navio *Príncipe* debaixo da firma Domingos do Rozario Nascimento e Almeida e Companhia e decidiu proceder à urbanização da Quinta do Carregal, requerendo à Câmara do Porto a abertura de uma nova rua que veio a receber o nome de rua do Rosário. Dividiu os terrenos dos dois lados dessa nova rua, aberta pelo meio dessa sua propriedade, em chãos que passou a emprazar aos caseiros que os quisessem, recebendo a partir de então de cada novo enfiteuta a pensão e os direitos dominicais que ajustara no contrato com cada interessado. Assim aconteceu com os três chãos que arrendou ao seu velho caixeiro Joze Lourenço da Silva que passou a pagar anualmente, por cada chão, 8\$460 réis líquidos, mais os respectivos impostos que oneravam a propriedade²⁵. Muitos outros emprazamentos celebrou com diversos interessados, obtendo assim rendimentos apreciáveis que lhe permitiram solver a dívida às religiosas do Mosteiro de Val de Pereiras,²⁶ contraindo no mesmo ano um outro empréstimo, desta vez junto da Misericórdia do Porto,²⁷ pois continuava a debater-se com as tradicionais dificuldades de receber as quantias que lhe eram devidas por falta de pagamento dos seus devedores²⁸.

Problemas familiares vieram agravar a sua situação financeira. A sua irmã, D. Maria do Nascimento Almeida Leitão, viúva do Sargento Mor Joze Bento Leitão, viu-se demandada por sua enteada, D. Ana Colecta, recolhida no Convento de S. Bento de Ave Maria desta cidade, que pretendia que lhe fosse entregue integralmente toda a herança de seus avós maternos falecidos no Brasil, recebida por seu pai, entretanto falecido, e depois pela madrasta. Depois de várias sentenças, apelações e agravos celebrou-se um acordo, regulado por escritura de "transacção e amigavel composição" pelo qual a viúva entregou parte das jóias e uma determinada importância em dinheiro, comprometendo-se a entregar ainda, quando lhe fosse exigida, a quantia de 4:400\$000 réis que entretanto venceria um juro de 5 % e a pagar uma tença anual e vitalícia à outra enteada (irmã de D. Ana

Colecta) no valor de 20\$000 réis. Como garantia, hipotecou a casa onde habitava, na rua das Taipas, e a sua Tapada do Juncal, situada junto à sua Quinta do Sardão, em Oliveira do Douro, além de entregar como penhor uma acção da Companhia Geral do Alto Douro. Ficaram como fiadores, o filho Joze Bento Leitão, o genro Antonio Bernardo da Silva (pai do escritor Almeida Garrett) e o irmão Domingos do Rozario do Nascimento e Almeida²⁹.

Este último passou assim a ver-se envolvido nesta acesa disputa familiar que teria um desenlace fatal, como veremos. Enquanto a irmã viúva procurava receber umas dívidas no Brasil,³⁰ o Domingos do Rozario via-se em dificuldades para pagar a sua parte nas despesas do custeamento do navio *Príncipe*, pelo que não pôde aceitar nem pagar duas letras sacadas no Recife sobre a sua empresa Domingos do Rozario Nascimento e Almeida e Companhia (também possuidora da fábrica de chapéus de S. Sebastião) pelo que o referido navio foi embargado, só vindo a efectuar esse pagamento, faseado, em 1804 e 1805³¹. A fábrica de chapéus atravessou, nos anos de 1803 e 1804, uma profunda crise, agravada pelo aparecimento de novas fábricas de chapéus finos na cidade, passando a produzir mensalmente apenas alguns chapéus, suspendendo totalmente a produção entre Janeiro e Abril de 1804,³² eventualmente por falta de meios financeiros deste empresário, enquanto simultaneamente se verificava o encerramento da fábrica de João Francisco de Guimaraens, outro concorrente em dificuldades.

As dificuldades financeiras levaram-no a aceitar letras, para poder equipar esse navio, como aconteceu, por exemplo, em 30-4-1806³³, letras estas que depois lhe era difícil satisfazer, dando origem ao protesto dos credores que as deviam receber³⁴. A este navio, regressado de Pernambuco, se refere provavelmente Jorge Borges de Macedo ao referenciar a entrada na barra do Douro de um navio consignado a Domingos R. do Nascimento.³⁵

A conjuntura político - militar veio aumentar ainda mais as dificuldades deste empresário. O sobrinho, Antonio Bernardo da Silva, em 1807, quando regressava ao Porto vindo dos Açores, foi aprisionado pelos franceses e levado para França só regressando depois de muitas provações³⁶ e a primeira invasão francesa veio tornar ainda mais complicada a vida deste empresário.

A falta de meios financeiros levou-o então a celebrar uma escritura de sociedade, por contrato particular, com a sua sobrinha D. Maria Carmina Almeida Leitão e o seu velho colaborador Joze Lourenço da Silva para, de 1 de Janeiro de 1808 em diante, ser essa sociedade a administrar a fábrica de chapéus que ainda se mantinha na rua ou largo de S. Sebastião. Através desse contrato particular de que conseguimos obter uma cópia, verificamos que esta empresa que até agora corria por conta de Domingos do Rozario do Nascimento e Almeida e Companhia manteve o nome desse sócio, por estarem em seu nome o alvará de funcionamento e o respectivo termo assinado na Real Junta das Fábricas. Em remuneração desse privilégio, que o referido sócio cedia em favor da sociedade, passou o Domingos a receber anualmente a quantia de 50\$000 réis.

Os sócios Domingos do Rozario Nascimento e Almeida e Companhia entravam para a sociedade com toda a mobília, materiais e chapéus, constantes do balanço efectuado em 1-1-1808 no valor total de 1:918\$250 réis, entrando cada um dos outros dois sócios com um conto de réis, a realizar oportunamente o que perfazia um capital social total de 3:918\$250 réis. Os lucros e perdas seriam divididos em quatro partes, cabendo duas a Domingos do Rozario do Nascimento e

Almeida e Companhia e uma a cada um dos outros sócios. Jozé Lourenço da Silva seria o encarregado da escrituração, sendo também o agente e caixa da sociedade, para o que deveria superintender em todo o expediente, pelo que receberia um ordenado anual de 100\$000 réis.

A duração prevista para a sociedade era de três anos, entre 1-1-1808 e 31-12-1810, mantendo-se a sociedade até terminarem esses três anos, mesmo em caso de falecimento de qualquer dos sócios, mas se morressem o Domingos e o Jozé Lourenço a sociedade ficaria extinta. Este contrato, assinado em 6-2-1808, não foi cumprido pelos novos sócios que, por falta de capital, não puderam entrar com a quantia estipulada de um conto de réis cada um o que levou Domingos do Rozario a denunciar esse contrato, ao abrigo do parágrafo segundo do mesmo, pois os sócios, apesar de não terem entrado com o capital que lhes cabia, participavam já na repartição dos lucros. Por isso, de 6-2-1809 em diante, o contrato da sociedade foi declarado nulo, obrigando-se o Domingos a pagar-lhes o que lhes estivesse devendo³⁷.

Devido à falta de cumprimento deste contrato, Domingos do Rozario e a mulher viram-se obrigados a vender as treze pensões ou foros, ltuosas e direitos dominicais impostos nos correspondentes prazos que possuíam arrendados na rua do Rosário a vários caseiros, o que fizeram por escritura datada de 13-8-1808, recebendo da nova proprietária Anna Roza Joaquina Chedas, da quantia total de 8:484\$000 réis livres e forros, apenas 1:952\$400 réis, pois já tinham recebido anteriormente os restantes 6:531\$600 réis³⁸.

Apesar das suas dificuldades económicas, este empresário, identificado como proprietário de uma loja de chapeleiro situada na rua de S. Sebastião no livro da Contribuição de Guerra imposta em 1808 pelos franceses,³⁹ teve de pagar a quantia de 500\$000 réis⁴⁰, o que se explica por esta contribuição ser calculada sobre todos os rendimentos dos atingidos e não apenas pela sua actividade, neste caso de negociante chapeleiro. A ocupação francesa, a abertura dos portos brasileiros e o bloqueio naval prejudicaram as exportações de chapéus desta fábrica para o Brasil, tendo a falta de entrada do capital dos referidos dois sócios agravado ainda mais a situação financeira da empresa que, como vimos, em 1-1-1808, possuía equipamentos e outros materiais avaliados em 1:918\$250 réis.

A entrada de Soult no Porto, em 29-3-1809, com o saque de três dias sofrido pela cidade tiveram influência decisiva na vida pessoal e familiar de Domingos do Rozario. A sua irmã D. Maria do Nascimento Almeida Leitão foi citada judicialmente para pagar a quantia de 4:400\$000 réis e respectivos juros que devia à sua enteada D. Ana Colecta, nos termos da escritura de composição celebrada em 1802, bem como a tença anual e vitalícia de 20\$000 réis que devia à outra enteada, pois D. Ana Colecta e a irmã não tinham recebido, em 14-4-1809, os juros e a tença que lhes eram devidos nessa data. Por isso, exigiram, no início da Agosto de 1809, o pagamento da dívida a D. Maria do Nascimento e a Domingos do Rozario, este como um dos principais fiadores e pagadores que tinham ficado responsáveis pelo pagamento das verbas em causa. Em 11-8-1809, D. Maria do Nascimento e Domingos do Rozario assinaram termos de confissão da dívida e em 28 de Agosto o Juiz condenou-os ao pagamento do pedido e custas do processo. A carta de sentença foi passada em 4 de Setembro e no dia 16 desse mês os réus foram citados para pagar no prazo de 24 horas aquilo que deviam.

A primeira consequência foi o falecimento, em 6-10-1809, de D. Maria do Nascimento e a casa hipotecada da rua das Taipas foi a hasta pública⁴¹, sendo arrematada, em 23-8-1810, pelo negociante José de Paiva Ribeiro⁴².

E o que sucedeu a Domingos do Rozario?

Vendidas a Casa e Quinta do Carregal, morava agora na rua do Rosário e encontrava-se em circunstâncias financeiras difíceis. Por isso, nem sequer tinha dinheiro para as despesas de estiva e fretes de viagem e navegação do navio *Príncipe* que se encontrava no Recife de Pernambuco com destino à cidade do Porto, navio este em que possuía um interesse de 25 %. Para resolver a situação, hipotecou a uma das sócias na armação do navio o seu interesse de em troca desta mandar fazer o respectivo seguro do navio que lhe competia⁴³

No que diz respeito à fábrica de chapéus, recuperou o contrato particular que celebrara, em 6-2-1808, com a sobrinha D. Maria Carmina e Joze Lourenço da Silva. Como D. Maria Carmina não possuía o capital combinado de um conto, pediu-o emprestado. Para tal, valeu-se de D. Ana Colecta, a sua meia irmã recolhida no Mosteiro de S. Bento da Ave Maria, a quem pediu emprestados 750\$000 réis, que lhe foram concedidos a título gratuito e sem juros, e os restantes 250\$000 réis foram-lhe emprestados pelo Padre Custodio Joze de Souza Felgueiras. Com esse dinheiro pôde entrar com os 25 % do capital da empresa, como tinha ficado combinado, hipotecando como garantia os respectivos lucros e fundos que lhe pertenciam na dita sociedade e fábrica de chapéus finos⁴⁴

Quanto a Joze Lourenço da Silva, não encontramos em 1809 e 1810 qualquer confissão ou obrigação de dívida, o que nos leva a supor ter entrado com o capital exigido de um conto de réis, eventualmente produto do seu trabalho ou poupança familiar.

A fábrica pertencia, assim, em 1810, a Domingos do Rozario Nascimento e Almeida e Companhia (50 %), D. Maria Carmina Almeida Leitão (25 %) e Joze Lourenço da Silva (25 %) regulando-se pelas disposições do contrato particular de 1808. Mas, ainda em 1810, o Domingos declarou-se falido⁴⁵, falência esta que não pudemos analisar em virtude da falta de tratamento deste tipo de processos no A. D. P., o que levou a uma alteração no pacto social da empresa que será modificado com efeitos a partir de 1-1-1811, dia seguinte ao término previsto da sociedade anterior.

A partir de 1 de Janeiro de 1811, a fábrica, ainda localizada na rua ou largo de S. Sebastião, passou a ter o capital social de 3:200\$000 réis, dividido da seguinte forma: 50 % pertencia ao sócio Joze Lourenço da Silva, que aumentou assim o seu capital de 1:000\$000 réis para 1:600\$000 réis, e 50 % a D. Maria Carmina e sua irmã D. Coleta Candida da Almeida Leitão que, em conjunto, entraram com os restantes 1:600\$000 réis⁴⁶

Para poder aumentar o seu capital, Joze Lourenço da Silva pediu os 600\$000 réis a D. Ana Colecta (recolhida no Mosteiro de S. Bento de Ave Maria) que lhe emprestou ao juro anual de 5 % com a garantia da hipoteca da parte de Joze Lourenço nos fundos e lucros da fábrica e da casa e terrenos que possuía na rua do Rosário nos chãos emprazados a Domingos do Rozario, entretanto vendidos por este a Ana Roza Joaquina Chedas⁴⁷

Domingos do Rozario, que se vira obrigado pela falência a abandonar a sociedade, pobre e arruinado, acabou por falecer com 78 anos, pouco depois, em 1 -10-1813, morando nessa altura no Campo da Torre da Marca⁴⁸. Por isso, devido à sua saída da empresa (provocada pela falência) a empresa passou a ser referenciada nos

mapas de fábricas de 1812 e 1813 como pertencente a Jozé Lourenço da Silva, que era o sócio encarregado da administração e o caixa da sociedade.

Em 1812, como vimos, a fábrica mudou as suas instalações para a rua Chã, n.º 33, depois 33-34,⁴⁹ local próximo daquele onde se encontrava instalada desde 1780, continuando a trabalhar ao abrigo do alvará concedido a Domingos do Rozario em 1780 até ao falecimento deste, em Outubro de 1813. A sua morte levou os membros da sociedade, as duas sobrinhas e Jozé Lourenço da Silva, a solicitar a concessão de novo alvará de licenciamento, alegando os seus direitos de antigos sócios de Domingos do Rozario, a continuação da laboração da empresa, a antiguidade de muitos dos empregados, as despesas efectuadas e até o interesse público. As suas diligências resultaram e a nova licença foi concedida, com data de 25-2-1814, depois de um auto de averiguação (vistoria) realizado em 17-1-1814 e da audição de testemunhas, efectuada em 18-1-1814. A leitura destes documentos permite-nos acompanhar a melhoria da situação da empresa, comparando-a com a descrição dos mapas de fábricas de 1812 e 1813.

Segundo o mapa de 1812,⁵⁰ esta fábrica estava claramente em decadência, produzindo apenas 400 a 500 chapéus finos, manifestação das dificuldades sentidas, devidas à conjuntura político - militar, à perda do exclusivo colonial e ao tratado de 1810, em que se destacava, à semelhança das outras duas fábricas do Porto incluídas neste mapa, a falta de operários. A sua produção era vendida no Reino e no Brasil. O *Mapa Geral Estatístico* de José Acúrsio das Neves nada acrescenta de novo sobre a sua situação em Maio de 1813⁵¹, pois considerava-a ainda em decadência. Agora, em 17-1-1814, segundo o auto da vistoria, tratava-se de uma

"Fabrica regular, e muito bem estabelecida, e administrada pelo suplicante Jozé Lourenço da Silva, tendo uma Caza cepearada para tirar, e cortar o pello no que se ocupão quatro molheres = outra Caza aonde se arca o pello, e junto huma meza de vestir, no que se ocupão quatro homens = humas barracas aonde se infurtem os chapeos, no que se ocupão outros quatro homens = outras barracas onde tem a tinturaria, com sua estufa para secar os mesmos; tendo alem disto huma Caza aonde goarda os generos primarios, e hum gabinete para a sua escripturação, e tem igualmente nas mesmas Cazas huma grande logia para a vendagem dos mesmos Chapeos aonde tem hum homem a concluir os mesmos e algumas molheres a forrar, agaloar, e despinsar...".

Segundo as três testemunhas ouvidas, os actuais três sócios tinham feito sociedade com o Domingos⁵² e, por seu falecimento, tinham continuado com a empresa que era dirigida pelo Jozé Lourenço, pessoa habilitada por ter sido muito anos caixeiro da casa e da fábrica⁵³

Só a partir de 1814 passa a ser possível analisar, a partir dos mapas de fábricas da Junta do Comércio, a evolução do pessoal e produção desta empresa, tarefa impossível, por falta de dados quantitativos para o período anterior a 1814 se exceptuarmos, para a produção, o período entre Julho de 1801 e Dezembro de 1804. Mas antes de abordarmos o período após 1814 não podemos esquecer um ponto que permanece obscuro: teria Domingos do Rozario, após a sua falência em

1810, continuado a trabalhar na fábrica, eventualmente a título particular ou como assalariado? É uma dúvida que permanece por falta de informação a esse respeito.

Quanto às suas novas instalações, a escritura de dissolução da sociedade entre as duas irmãs e o restante sócio elucida-nos de que eram pertença de Zeferino Joze Pereira do Lago, mas os alugueres indicados referem-se a 1817, 1818 e 1819, no valor total de 360\$000 réis (a que se deveriam abater a décima já paga e alguns consertos de telhados) o que nos permite calcular um valor anual de 120\$000 réis, se o aluguer de 1819 fosse pago de uma só vez no início do ano⁵⁴. Porém, nos anos de 1812, 1813 e 1814, bem como nos de 1818, 1819 e 1820, segundo os livros do imposto de 3% das propriedades, o aluguer anual era de 60\$000 réis a que correspondia um imposto de 1\$800 réis, portanto metade⁵⁵ do indicado na escritura. Este aluguer de 120\$000 réis deverá assim incluir a loja vizinha arrendada a outro caseiro que em 1819 pagava 50\$000 réis de aluguer.

Esta sociedade durou até 31-12-1818 sendo ratificada a sua dissolução por escritura de transacção e composição amigável com paga e quitação recíproca entre as duas irmãs e o restante sócio, datada de 18-2-1819, em virtude de algumas questões e dúvidas surgidas entre os sócios. Segundo este documento, a fábrica passou a pertencer apenas às duas irmãs, por saída de Joze Lourenço da Silva, até então o Caixa e Administrador da sociedade, recebendo este o seu capital de 1:600\$000 réis e os lucros e ordenados que lhe pertenciam até 31-12-1818. As duas sócias ficaram com 474 chapéus completos e acabados e com os móveis, caldeiras, pêlos e os outros géneros e utensílios existentes na empresa, constantes de um inventário elaborado em 2-1-1819 e do livro de inventários da fábrica e já tinham recebido, no decurso do ano de 1818, a quantia de 80\$000 réis, o que perfazia a sua parte nos fundos e lucros da sociedade. O privilégio da fábrica também ficava para elas que, daí em diante, passaram a ser as únicas proprietárias, responsáveis pela laboração da empresa e sua administração, bem como pelas dívidas pertencentes à sociedade extinta: os alugueres de 1817, 1818 e 1819 ao proprietário do imóvel onde a fábrica estava instalada (descontados a décima paga relativa ao ano de 1817 e os consertos dos telhados), a dívida de 123\$400 réis ao químico Joze da Silva, a de 64\$000 réis a Luis Miguel, a de 25\$040 réis a Joze Antonio Gonçalves e a de 20\$000 réis a Joze Antonio de Freitas, pagando ainda a avença da fábrica dos anos de 1813 até finais de 1819 que era de 7\$000 réis anuais num total de 49\$000 réis. Em contrapartida, poderiam receber o aluguer de 1819 da loja situada no edifício, a ser paga pelo respectivo inquilino⁵⁶.

Por esta escritura, verificamos que a empresa atravessava, entre 1817 e inícios de 1819, algumas dificuldades financeiras, o que a impedira de pagar o aluguer do edifício, parte do salário a alguns dos seus empregados e não pagara ainda o imposto por avença a que estava sujeita. Os motivos estarão relacionados com dificuldades de venda dos seus chapéus, devido ao aumento de fábricas no Porto e no País e à importação de chapéus ingleses. Com a saída de Joze Lourenço da Silva, a fábrica passou a ser dirigida por um director técnico que em inícios de 1829 era João Evangelista das Neves, antigo oficial desta fábrica onde tinha sido admitido em 24-9-1812.

Quanto a Joze Lourenço da Silva, apesar de receber o capital de que dispunha na empresa, não conseguiu pagar os 600\$000 réis que devia a D. Ana Colecta e respectivos juros, pelo que foi citado por esta para pagar esta dívida que só foi paga mais tarde pelo filho deste devedor, Joaquim Joze da Silva, em 1824⁵⁷

A partir de 1814, é possível acompanhar a evolução quantitativa e qualitativa da produção, bem como o número de empregados da fábrica.

Segundo o mapa de fábricas de 1814, a fábrica, então dirigida por Jozé Lourenço da Silva, empregava 1 mestre, 4 oficiais, 2 aprendizes e 3 serventes, num total de 10 empregados, produzindo em 1813 cerca de 2.000 chapéus que vendia no Reino e para o Brasil. Queixava-se porém o responsável de laborar com pouca gente, por ter diminuído a extracção⁵⁸. Apesar de tudo, é possível registar uma subida de 500 ou 400 % em relação aos números indicados no mapa de fábricas de 1812, o que nos permite datar de 1813 a sua recuperação, tal como aliás aconteceu com outros fabricantes do Porto. Os dados incluídos no mapa de fábricas de 1815⁵⁹ confirmam esta tendência de crescimento, apesar de só indicarem 8 empregados (1 mestre, 3 oficiais e 4 aprendizes).

Segundo este mapa, a fábrica no início de 1814 era considerada em aumento, descrição que correspondia à realidade, pois a sua produção passara para 3.000 chapéus e as quantidades de matérias-primas utilizadas mostram, em geral, um aumento do consumo de peles, pêlos, etc. Por exemplo, enquanto segundo este mapa de 1814 (referente a 1813) tinham sido gastas 6.000 peles de lebre da Rússia e 10.000 peles de lebre e coelho do Reino, no ano de 1814, segundo o mapa de fábricas de 1815, o seu consumo passara para 8.000 e 12.000, respectivamente, o que nos elucida perfeitamente acerca do crescimento da produção, o mesmo acontecendo com o consumo de corantes, água forte, etc. Devemos realçar a grande dependência desta indústria das matérias-primas estrangeiras, em que se destacavam as peles pardas e brancas de lebre da Rússia, o pêlo de camelo e de castor, a lã de vicunha, os vários corantes empregados, caso do campeche, caparrosa, galha e verdete, assim como alguns dos materiais para os acabamentos como acontecia com parte das carneiras e do paninho que eram de origem inglesa, sendo os restantes materiais de produção nacional.

No ano de 1819, segundo o mapa de fábricas datado de 21-1-1820,⁶⁰ o estado da fábrica é - nos descrito como "laborando", empregando então 1 director, 1 mestre, 4 oficiais, 1 aprendiz e 3 mulheres (estas a tirar o pêlo e a forrar os chapéus) num total de 10 empregados. Fabricou, em 1819, de 2 a 3.000 chapéus finos surtidos que continuava a vender no Reino e no Brasil. Verificava-se já uma diminuição no consumo de peles de lebre, enquanto os pêlos, corantes e água forte mantinham as mesmas quantidades de 1815.

Apesar da saída de Jozé Lourenço da Silva, a fábrica parece ter mantido a sua capacidade produtiva, o que nos é documentado pelo mapa de fábricas, datado de 27-7-1826⁶¹. Analisando os dados deste mapa, verificamos que a sua produção se mantinha entre os 2.000 e os 3.000 chapéus finos e continuava a empregar 1 mestre, 4 oficiais e 1 aprendiz, não sendo indicados já o director e as mulheres. Possivelmente, como podemos observar em 1828, o mestre era também o director, mas deve ter havido lapso ou então mudança de critério da parte de quem elaborou o mapa, já que em nenhuma das fábricas incluídas neste mapa de 1826 são referenciadas as mulheres que certamente continuavam a arrancar os pêlos e a forrar os chapéus.

As peles de lebre e alguns dos outros materiais mostram já uma diminuição do consumo, mas os dados indicados nesse mapa de 1826 não documentam ainda uma crise na empresa que, apesar da concorrência interna e da importação de chapéus ingleses, continuava a vender no Reino e para o Brasil a sua produção,

não tendo a independência desse país afectado significativamente a produção desta empresa.

Em 1828, último ano para que dispomos de informação quantitativa a seu respeito, também não é ainda visível nesta empresa a crise que, a partir de 1827 - 28, passou a afectar os produtores portugueses de chapéus finos, à semelhança dos outros fabricantes desta classe de chapéus, devido ao aumento da importação de chapéus e à moda dos chapéus de pelúcia de seda, produzidos já também em Portugal desde finais de 1824.

Segundo esse mapa de fábricas, relativo a 1828 e elaborado no início de 1829, a fábrica tinha como mestre e director João Evangelista das Neves que assinou esse mapa e empregava 1 mestre, 4 oficiais, 1 aprendiz e 4 serventes, num total de 10 empregados, devendo a totalidade ou parte dos serventes ser constituída por mulheres, embora este esclarecimento não seja prestado por esse responsável. A produção, em 1828, foi de 2.500 chapéus surtidos de todas as qualidades e as quantidades de matérias-primas eram, na sua generalidade, as mesmas dos anos anteriores, o que não indicia um agravamento da situação da empresa, fazendo dela uma excepção no seio dos restantes fabricantes portugueses.

Como esta empresa já não nos aparece nos mapas de fábricas seguintes respeitantes a 1829 e a 1830, elaborados, respectivamente, no início de 1830 e 1831, resta-nos considerar duas hipóteses: ou a fábrica encerrou devido ao agravamento da situação então vivida pelos fabricantes de chapéus finos que levou ao desaparecimento de outras fábricas, como as de Joaquim Marques de Oliveira (também em 1829) e de Joaquim Joze Pinto da Silva & C.^{ia} (em 1830), ou foi vendida ou passada ao seu último mestre e director, João Evangelista das Neves, perdendo o privilégio pessoal de que desfrutava e deixando por isso de ser incluída nestes recenseamentos da Junta do Comércio.

Inclinamos - nos para a segunda hipótese, atendendo a que, segundo o Recenseamento de 1832 - 33 relativo ao Bairro de Santa Catharina, no 1.º andar e loja do n.º 33 da Rua Chã estava instalado esse chapeleiro⁶², o que permite supor que fosse ele o continuador e novo proprietário desta fábrica, que teria voltado a ser uma simples fábrica particular ou oficina de chapeleiro embora mantendo as instalações ocupadas desde 1812.

A partir de então nada mais encontramos relativamente a esta empresa que teve uma duração comprovada de 50 anos, entre 1779 e 1829, mas que, a acreditar em Domingos do Rozario, teria sido fundada em 1775, o que prolongaria a sua existência até aos 54 anos.

5. MARCAS E PREÇOS DOS CHAPÉUS

Como reconhecer e distinguir os chapéus produzidos por esta fábrica, entre o conjunto destes produtos que existiam no mercado? Já existiam, então, marcas, rótulos ou etiquetas que, como na actualidade, identificassem a empresa produtora?

Hoje, quando analisamos o interior de um destes objectos, encontramos, em regra, impressas no forro e na carneira que rodeia esse interior a marca ou *griffe* do fabricante e a marca da loja que o comercializou se não for a mesma que o produziu. Também já no início do século XIX se usava esta prática comercial, sendo os chapéus

produzidos por esta fábrica identificados por “hum vilhete em Letra redonda do Dono della pregado por baixo na copa do chapeo”,⁶³ substituindo dessa forma a marca impressa por ferro em brasa usada no século XVIII.⁶⁴

No que diz respeito aos preços praticados nessa altura,⁶⁵ podemos esclarecer que cada fábrica estabelecia os preços que considerava adequados, verificando-se a prática de preços diferentes para chapéus de idêntica qualidade, embora a concorrência entre os vários produtores provocasse uma diminuição dessa realidade, tornando essas diferenças cada vez menores. Essa concorrência fazia com que as fábricas já existentes e as novas que iam surgindo procurassem, com todo o empenho, alcançar um alvará ou licença da Junta do Comércio que lhes atribuísse as almejadas isenções de direitos de importação para as matérias - primas importadas,⁶⁶ sem os quais não podiam concorrer, em igualdade de circunstâncias, com os outros produtores privilegiados com essas isenções que, graças a esses diplomas, conseguiam reduzir os custos de produção e portanto praticar preços de venda ao público mais baixos.

Havia diferentes qualidades de chapéus, sendo os finos de pêlo bastante mais caros que os grossos de lã. Entre os finos havia também uma grande variedade de qualidades e preços, resultantes da composição das diferentes misturas de pêlos usadas na composição dos feltros utilizados no fabrico deste tipo de chapéus e da maior ou menor qualidade dos materiais usados nos forros e outros acabamentos.

Esta fábrica, no período entre 1801 e 1803, produzia dez qualidades diferentes de chapéus, com preços que iam de um mínimo de 1\$600 a um máximo de 3\$600 réis, havendo uma diferença de 200 réis entre cada qualidade. Cada um destes preços era indicado, no chapéu respectivo, por um número ou senha inscrito num bocadinho de papel pregado na área interior do mesmo. Assim, o n.º 8 custava 3\$000 réis, o n.º 5 meia - moeda (2\$400 réis), o n.º 3 era vendido por 2\$000 réis, etc., segundo as declarações de manifesto da produção mensal, no período entre Julho de 1801 e Dezembro de 1803.⁶⁷

6. CONCLUSÃO

Entre os sectores industriais mais dinâmicos da indústria portuense da segunda metade do século XVIII e primeiro quartel do século XIX encontrava-se a indústria chapeleira que constituiu, nesse período, um sector caracterizado pela inovação técnica, graças à fixação nesta cidade de alguns mestres e empresários estrangeiros que, trabalhando como assalariados ou nela erguendo as suas fábricas, transmitiram os seus conhecimentos a empresários, oficiais e aprendizes nacionais.

Entre as fábricas mais antigas de chapéus finos do Porto, destacou-se a pertencente a Domingos do Rozario do Nascimento e Almeida que mais tarde passou a ser propriedade exclusiva de suas sobrinhas D. Maria Carmina Almeida Leitão e D. Coleta Candida Almeida Leitão, devido aos problemas pessoais e familiares do seu primeiro proprietário, acabando assim por alterar a sua condição de empresa em nome individual e transformando-se numa sociedade em nome colectivo que durante algum tempo teve ainda como sócio o antigo empregado Joze Lourenço da Silva.

Localizada inicialmente na *Viella do Carregal*, instalou-se entre 1780 e 1811 na rua de S. Sebastião ou, segundo outras fontes, no largo do mesmo nome, passando de 1812 a 1829 a ocupar novas instalações, na rua *Cham*.

Simple fábrica particular, produzia inicialmente apenas chapéus grossos de lã, passando em 1780, graças à contratação do mestre francês Luiz Fournol, a produzir também chapéus finos de pêlo de lebre, coelho e outros animais, que vendia nos mercados da cidade, Reino e Brasil. Foi sempre um estabelecimento de pequena dimensão produtiva e humana, com uma produção anual limitada e em pequena escala que oscilava entre algumas centenas e 2 ou 3.000 chapéus de várias qualidades e preços. Com excepção da vistoria de 1814, que enumera 9 homens e algumas mulheres ao seu serviço, verificamos, através dos mapas de fábricas conhecidos, que o número dos seus trabalhadores não ultrapassava a dezena.

Como as outras fábricas deste ramo de actividade, passou por fases de expansão e enfrentou as vicissitudes provocadas pela conjuntura política, económica e social dos inícios do século XIX, sofrendo os efeitos nefastos das invasões francesas e as dificuldades provocadas pelo aumento da concorrência de outros competidores da cidade, país e até estrangeiros, estes últimos graças a uma legislação permissiva que deixava penetrar os seus produtos, aureolados pela sua origem, nos tradicionais mercados interno e brasileiro.

Acabou por encerrar as suas portas, presumivelmente no ano de 1829, depois de meio século de serviços prestados à população da cidade, Reino e Brasil, constituindo um exemplo das velhas fábricas portuenses setecentistas que, embora alguns o esqueçam, estiveram na origem do movimento industrializador que se verificou na cidade do Porto e na região ao longo dos séculos XIX e XX.

NOTAS

- ¹ RAMADA, José António Real Pereira - *A indústria chapeleira portuense entre 1750 e 1852*, Porto, FLUP, 1997.
- ² AHMOP - JC 8 - Chapéus. Provisão de 25 - 2 - 1814.
- ³ Ibidem. Recusado em 13 - 10 - 1791.
- ⁴ Idem - JC 12 e ANTT - JC, lv. 454.
- ⁵ ANTT - Impostos - 1801-1804, lv. n.º 5355 a 5357.
- ⁶ AHMP - Freguesia de Cedofeita - Décimas dos Anos de 1775 a 1781, lv. n.º 1553 a 1559.
- ⁷ ANTT - Impostos, lv. 5318 a 5328 e 5332 a 5334.
- ⁸ Em nenhum destes locais foi possível localizá-la com exactidão, nos livros de impostos da freguesia da Sé, pois muitas das casas não indicam o nome do inquilino e o nome do senhorio conhecido também não é referenciado nos livros existentes.
- ⁹ Tratava-se da fábrica de Manoel Antonio de Madureira.
- ¹⁰ AHMOP - JC 8 - Chapéus. Processo Manoel Antonio de Madureira.

- 11 AIIMP - lv n.º 1557 respeitante à décima da freguesia de Cedofeita do ano de 1779. Esta fábrica só nos aparece neste local em 1779 e 1780, estando a casa desabitada nos anos anteriores a 1778 e nesse ano de 1778 alugada a outro inquilino.
- 12 DIAS, Luís Fernando de Carvalho - *A relação das fábricas de 1788*, Coimbra, 1955, p. 39.
- 13 AHMOP - JC 20, 1778 - 1788.
- 14 AHMOP - JC 10. Consulta da Junta do Comércio datada de 14 - 6 - 1821.
- 15 Idem - JC 8 - Chapéus. Processo D. Maria Carmina Almeida Leitão.
- 16 ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, 1.ª s., lv. 302, fl. 17 v.
- 17 ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, 1.ª s., lv. 306, fl. 31. Escritura datada de 13-8-1781.
- 18 ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, 1.ª s., lv. 308, fl. 21 v.. Arrendamento celebrado em 23 - 2 - 1782.
- 19 ANTT - Impostos, lv. 5326 relativo ao ano de 1812.
- 20 ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 1º, 4 s., lv. 579, fl. 117 v., 18 de Fevereiro de 1819.
- 21 ANTT - Impostos, por ex. lv. 5333, fl. 30 v. relativo ao ano de 1819, tendo o prédio os números 33-34 e lv. 5326, fl.39, do ano de 1812, prédio n.º 33.
- 22 BASTO, Artur de Magalhães - "Subsídios para a biografia de um esquecido tio de Garrett", *O Primeiro de Janeiro*, n.º 48, 18 - 2 - 1955.
- 23 ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, 1.ª s., lv. 330, fl. 58 v. Escritura de empraçamento da Quinta do Paço ou do Carregal, datada de 1 - 10 - 1787, que inclui cópia da petição dirigida ao Juiz Curador dos Órfãos, o auto da medição da propriedade, auto da arrematação, etc.
- 24 RAMADA, José António Real Pereira - op. cit. pp. 270-271, por ex.
- 25 ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, 1.ª s., lv. 342, fl. 52, 29 - 12 - 1790.
- 26 ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, 1.ª s., lv. 370, fl. 28 v.. Contrato de empraçamento celebrado em 26 - 1 - 1798.
- 27 ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, 1.ª s., lv. 376, fl. 145 v., 18 - 6 - 1799.
- 28 FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Toponímia Portuense*, Porto, Contemporânea Editora Lda., 1999, p. 305.
- 29 ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, 1.ª s., lv. 373, fl. 147 v.. Procuração datada de 29 - 10 - 1798.
- 30 ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, 1.ª s., lv. 392, fl. 73. Escritura datada de 14 - 4 - 1802.
- 31 ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, 1.ª s., lv. 396, fl. 26 v.. Procuração datada de 4 - 2 - 1803.
- 32 ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, 1.ª s., lv. 405, fl. 35. Escritura datada de 21 - 3 - 1805.
- 33 ANTT - Impostos, lv. n.º 5356 e 5357, respeitantes aos anos de 1803 e 1804, respectivamente.

- ³⁴ ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8^o, 1.^a s., lv. 413, fl. 96 v. Registo efectuado em 10 - 12 - 1806.
- ³⁵ ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8^o, 1.^a s., lv. 418, fl. 43 v. Protesto datado de 26 - 10 - 1807.
- ³⁶ Ver MACEDO, Jorge Borges de - *O bloqueio continental. Economia e guerra peninsular*, 2^a ed., p. 95.
- ³⁷ BASTO, Artur de Magalhães - "Como foi à praça a casa do avô materno de Garrett", *O Primeiro de Janeiro*, n.º 34, de 4 - 2 - 1955.
- ³⁸ ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 2^o, 1.^a s., lv. 405, fl. 55. Reclamação datada de 26 - 1 - 1809.
- ³⁹ ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8^o, 1.^a s., lv. 421, fl. 9 v.. Escritura datada de 13 - 8 - 1808.
- ⁴⁰ AHMP - lv. 2024, fl. 60.
- ⁴¹ AHMP - lv. 2025, fl. 230 v.
- ⁴² BASTO, Artur de Magalhães - "Como foi à praça a casa do avô materno de Garrett", *O Primeiro de Janeiro*, n.º 34, de 4 - 2 - 1955.
- ⁴³ Idem - "Identifica-se a casa do avô materno de Garrett, sita na Rua das Taipas", *O Primeiro de Janeiro*, n.º 41, de 11 - 2 - 1955.
- ⁴⁴ ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4^o, 1.^a s., lv. 467, fl. 22. Contrato celebrado em 4 - 7 - 1809.
- ⁴⁵ ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 1^o, 4 s., lv. 549, fl. 22 v.. Confissão de dívida datada de 11 - 4 - 1810 que distratará em 8 - 7 - 1816.
- ⁴⁶ AHMOP - JC 8 - Chapéus. Requerimento de D. Maria Carmina datado de finais de 1813.
- ⁴⁷ ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 1^o, 4 s., lv. 579, fl. 117 v., 18 - 2 - 1819.
- ⁴⁸ ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 1^o, 4 s., lv. 550, fl. 77 v. Obrigação de dívida datada de 23 - 2 - 1811.
- ⁴⁹ AHMOP - JC 8 - Chapéus. Processo D. Maria Carmina Almeida Leitão.
- ⁵⁰ ANTT - Impostos, lv. 5326, fl. 39.
- ⁵¹ AHMOP - JC 12, 1812.
- ⁵² NEVES, José Acúrsio das - "Variedades ...", *Obras completas de José Acúrsio das Neves*, vol. 3, p. 263.
- ⁵³ A D. Coleta Candida só a partir de 1 - 1 - 1811, segundo a escritura de dissolução da empresa datada de 18 - 2 - 1819.
- ⁵⁴ AHMOP - JC 8 - Chapéus. Processo D. Maria Carmina Almeida Leitão.
- ⁵⁵ ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 1^o, 4.^a s., lv. 579, fl. 117 v., 18 - 2 - 1819.
- ⁵⁶ ANTT - Impostos, lv. 5326, 5327, 5328, 5332 e 5334 respectivamente.
- ⁵⁷ ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 1.^o, 4.^a s., lv. 579, fl. 117 v.. Escritura de 18-2-1819.

- ⁵⁸ ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8^o, 1.^a s, lv. 452, fl. 159. Escritura de distrate e quitação datada de 23 - 2 - 1824.
- ⁵⁹ ANTT - JC, lv. 454, fl. 40 v. - 42. Este mapa, enviado à Junta do Comércio no início de 1814, refere a produção e outras informações respeitantes ao ano anterior.
- ⁶⁰ AHMOP - JC 12, 1815. Enviado em 27 de Fevereiro de 1815 pelo Corregedor da Comarca do Porto.
- ⁶¹ Idem - 1820.
- ⁶² Idem - 1826.
- ⁶³ AHMP - lv. 2037, p. 101
- ⁶⁴ ANTT - Impostos, lv. n.º 5355, fl. 1 e 1v. Termo de manifesto da produção mensal de Julho de 1801, datado de 31-7-1801.
- ⁶⁵ RAMADA, José António Real Pereira - op. cit. , pp. 525 - 529.
- ⁶⁶ Ibidem, pp. 511 - 516.
- ⁶⁷ Onde se destacavam as peles e pêlos de vários animais utilizados no fabrico dos chapéus finos.
- ⁶⁸ ANTT - Impostos, lv. n.º 5355 e 5356.

SIGLAS

ADP - Arquivo Distrital do Porto

AHMOP - Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

AHMP - Arquivo Histórico Municipal do Porto

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

fl. - folha

JC - Junta do Comércio

lv - livro

s. - série

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital do Porto

Cartório Notarial do Porto

Po 1.^a, 4.^a s., lv. 550, 579

Po 2.^a, 1.^a s., lv. 405

Po 4.^a, 1.^as., lv. 467

Po 8.^a, 1.^a s., lv. n.º 302, 306, 308, 330, 342, 370, 373, 376, 392, 396, 405, 413, 418, 421, 452

Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (designado pela sua referência tradicional de AHMOP)

Junta do Comércio

JC 8 - Chapéus - Processos de licenciamento de fábricas e matrícula de servidores

JC 10 - Consultas da Junta do Comércio - 1763 -1833

JC 12 - Mapas e Contas dos Ministros territoriais acerca das fábricas existentes - 1788 - -1833

JC 20 - Consultas da Junta de Administração das Fábricas do Reino - 1778-1788

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Contribuição de Guerra (1808) - lv. n.º 2024

Contribuição Francesa (1808) - lv. n.º 2025

Recenseamento do Bairro de Santa Catharina (1832) - lv. n.º 2037

Décimas - Freguesia de Cedofeita - Anos 1775 a 1781 - lv. n.º 1553 a 1559

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Junta do Comércio

Lv. n.º 454 - Mappa das Fábricas de Todas as Naturezas ... (1814)

Impostos

Imposto de 3% das propriedades - lv. n.º 5318 (1801-1802) a 5334 (1820)

Novo Imposto de 3% nas Fábricas de Chapéus - lv. n.º 5355, 5356 e 5357

BIBLIOGRAFIA

- BASTO, A. de Magalhães - "Antes de Garrett, teve um seu tio a honra de ficar memorado no nome duma importante rua do Porto", *O Primeiro de Janeiro*, 25 de Fevereiro de 1955, p. 1.
- BASTO, A. de Magalhães - "Como foi à praça a casa do avô materno de Garrett", *O Primeiro de Janeiro*, 4 de Fevereiro de 1955, p. 1.
- BASTO, A. de Magalhães - "Identifica-se a casa do avô materno de Garrett, sita na rua das Taipas", *O Primeiro de Janeiro*, 11 de Fevereiro de 1955, p. 1.
- BASTO, A. de Magalhães - "Mais alguns subsídios biográficos relativos ao homem que deu o nome à rua do Rosário", *O Primeiro de Janeiro*, 4 de Março de 1955, p. 1.
- BASTO, A. de Magalhães - "Para a história da casa que o avô materno de Garrett possuiu no Porto", *O Primeiro de Janeiro*, 28 de Janeiro de 1955, p. 1.
- BASTO, A. de Magalhães - "Subsídios para a biografia de um esquecido tio de Garrett", *O Primeiro de Janeiro*, 18 de Fevereiro de 1955, p. 1.
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho Dias - *A relação das fábricas de 1788*, Coimbra, 1955.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Toponímia Portuense*, Porto, Contemporânea Editora, Lda., 1999.
- MACEDO, Jorge Borges de - *O bloqueio peninsular. Economia e guerra peninsular*, 2.^a ed. revista, Lisboa, Gradiva, 1990.
- NEVES, José Acúrsio das - *Obras completas de José Acúrsio das Neves*, Porto, Afrontamento, s.d., vol. 3.
- QUEIRÓS, Luís Miguel - "A rua do tio de Garrett?", *Público*, 18 de Maio de 1997, p. 57.
- RAMADA, José António Real Pereira Ramada - *A indústria chapeleira portuense entre 1750 e 1852*, Porto, FLUP, 1997. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- SILVA, Germano - "Como era a cidade no tempo de Garrett", *Jornal de Notícias*, 7 de Fevereiro de 1999, p. 6.
-

A GUERRA CIVIL DE ESPANHA E O EXÔDO PARA VILA DO CONDE

Maria Adelina Azevedo Piloto e António Monteiro dos Santos

ABSTRACT

The study that we present on the Spanish exodus to Vila do Conde has as purpose to trace the refugees tide to our town during the Spanish Civil War and on a deep investigation intends to go over, define and characterise this event that happened during the painful and troubled years of the conflict.

We also analysed the period before and after the war in order to get a clear vision and more information that could help to found analogies on this movement who involved two hundred and tree refugees at all

Vila do Conde terra linda e hospitaleira situada num eixo de intensa mobilidade, distando cerca de 20 Km da cidade do Porto, a urbe nortenha mais populosa e rica, e à volta de 100 Km da zona raiana da Galiza, constituiu um porto de abrigo seguro e agradável para um número significativo de espanhóis, que num momento de atroz dramatismo e violência tiveram apressadamente de se despedir da pátria, na ânsia de encontrar guarida, paz, refúgio e tranquilidade. A problemática que agora abordamos insere-se num estudo muito mais ambicioso e abrangente que pretende retratar com rigor e expressividade o fluxo migratório espanhol para Vila do Conde, desde o século XVI até à época contemporânea. Tivemos já oportunidade de ver publicado o trabalho sobre imigração galega para Vila do Conde, no decorrer de 1769/1910 e aí se expandem contributos que refutamos de alguma valia¹.

O presente estudo teve como objectivo, numa perspectiva de investigação integrada, fazendo convergir o quantitativo com o qualitativo, examinar, definir e caracterizar o êxodo de espanhóis para Vila do Conde no período conturbado, em que a labareda bélica ateou os corações dos espanhóis lançando-os numa guerra fratricida e cruel. Na expectativa de alcançarmos uma visão mais global, dilatamos o período de observação e análise do fenómeno para além das barreiras cronológicas propriamente ditas da Guerra Civil (1936-1939) distendendo-o desde 1929 até 1949 a fim de obtermos informes à priori e à posteriori do período fulcral, que nos facultasse a elaboração de analogias elucidativas.

O êxodo de refugiados dentro das próprias fronteiras espanholas e para o exterior, foi um dos mais candentes e graves problemas com que se debateu o Governo da República. Famílias inteiras viram-se separadas e desenraizadas, foram mesmo

forçados a enviar crianças para a França, Bélgica, Reino Unido, Holanda e até para o México e União Soviética, porque a bandeira negra da fome atacava cada vez com maior assombro e crueldade ²

Fundo Documental

Para o estudo da presente temática fomos extrair o néctar mais suculento aos livros de Registo de Títulos de Residência, do ubérrimo A.H.M.V.C. Trata-se de fontes manuscritas, inéditas e originais, redigidas com pormenor e minúcia, que nos fornecem de forma cabal a identificação dos foragidos, incluindo o nome, idade, profissão, estado civil, naturalidade, domicílio anterior e actual, o nome dos progenitores, se tem ou não filhos, e ainda a indicação das entidades que concederam o passaporte, com a respectiva data de emissão e n.º, assim como a nomeação do documento que autoriza a residência no nosso país, e o correlativo prazo de validade, aduzindo as devidas renovações do visto. No transcorrer do processo de investigação o recurso a fontes subsidiárias esteve sempre presente, tais como: correspondência recebida e expedida; requerimentos e processos das várias freguesias do concelho, legislação sobre o controlo de estrangeiros, imprensa da época e relato oral. O recurso à história oral, assim como às fontes complementares, permitiram-nos o conhecimento do enquadramento legal do fenómeno migratório, a clarificação de muitas situações, e o enriquecimento global.

SALAZAR E A GUERRA CIVIL DE ESPANHA

A guerra civil espanhola, que nada tinha de civil, mas sim muito de incivil, cruel e sanguinolenta, foi o desfecho dramático e inevitável do levantamento militar perpetrado por Mola, Sanjurjo e Franco, e que eclodiu em 18 de Julho de 1936. Estes estratégias acreditavam que o golpe militar teria um sucesso imediato, que a conquista de pontos-chave nas principais cidades de Espanha conduziria naturalmente ao fim da II República e do Governo de coligação emergente da Frente Popular. Mas esses intentos saíram em grande parte gorados, os revoltosos apenas obtiveram sucesso na Galiza, em parte de Castela-a-Velha, na Navarra, em Saragoça, Granada e Sevilha, isto é na parte espanhola que correspondia às zonas agrícolas mais desenvolvidas. O resto da Espanha resistiu com afincal e tenacidade, as províncias mais industrializadas, as principais cidades (Madrid, Barcelona, Bilbao, Málaga), todos os portos cantábricos e mediterrânicos ficaram inicialmente fora da alçada dos Nacionalistas, fiéis à República.

Face ao desaire parcial da sublevação como golpe militar rapidamente vitorioso, urgia garantir a manutenção das conquistas alcançadas pelos insurgentes, assegurar o abastecimento e o apoio logístico às tropas sediciosas. Imperioso se tornava por isso a vinda de contingentes de tropas do Marrocos espanhol, necessárias ao prosseguimento da luta armada contra a República. Os militares oriundos de Marrocos eram considerados os guardiões por excelência do exército espanhol, a sua presença incutia um terror abissal, dada a agressividade intensa e desumana, de que davam prova em cada momento.

Portugal, chefiado por Salazar, concedeu o mais lato e generoso apoio aos revoltosos franquistas, que se concretizou e se distendeu desde as ajudas económico-

-financeiras até ao apoio propangandístico, diplomático e militar. É que ao Portugal do Estado Novo não interessava de modo algum ter como vizinha uma república democrática, onde a esquerda política e sindical tinha um peso crescente. A vitória da Frente Popular nas eleições espanholas de Fevereiro de 1936 teve, no quadro das relações luso-espanholas três consequências fundamentais:

- Provocou como já ocorrera no período imediatamente posterior à proclamação da II República, o afluxo a Portugal de emigrados políticos espanhóis que se aglutinaram ao redor do general Sanjurjo, que residia desde meados de 1934 nos arredores de Lisboa.
- Permitiu o ressurgir em Espanha das acções dos dissidentes do Estado Novo, com o acolhimento dos exilados políticos lusos e com facilidades concedidas na imprensa, entre outros apoios.
- Conduziu a uma viragem profunda no relacionamento entre as duas nações peninsulares. O bom entendimento e as aproximações verificadas no período de 1933 a Fevereiro de 1936, foram substituídas por desconfianças recíprocas e contencioso.

Face a este contexto nada animador para o fortalecimento do regime fascista em Portugal,urgia tomar medidas tendentes a propiciar o êxito da revolta chefiada por Franco. Salazar encarregou o industrial Sebastião Ramirez de superintender ao apoio à Espanha “nacional”. Para além de avultados empréstimos concedidos directa ou indirectamente (Caixa Geral de Depósitos, Lisboa & Açores, etc.), foram também empresas portuguesas ou particulares que se prontificaram a servir de intermediários na compra, na Europa ou nas Américas, de grande parte do material bélico que apetrechou as tropas franquistas. Para além disso, várias firmas portuguesas (Casl Lonn, Lima Meyer, CUF etc.), celebraram contratos de fornecimentos ou de prestação de serviços aos nacionalistas espanhóis, enquanto as indústrias militares nacionais os abastecia, a crédito. A imprensa (nacional e regional) como a rádio, que estava no limiar das suas emissões, organizaram em colaboração com as estruturas “nacionais” sediadas em Portugal e sob o beneplácito das autoridades portuguesas, vários comboios (ferroviários e rodoviários) com abastecimentos para a Espanha franquista: géneros alimentares, tecidos e vestuário, material sanitário, medicamentos, etc.

Em Vila do Conde também temos testemunho de algumas dessas campanhas humanitárias promovidas pelo Rádio Clube Português e pelos principais magnatas locais, de que mais adiante falaremos detalhadamente.

Lisboa e os seus limitrofes tornaram-se, juntamente com as Canárias e o território marroquino sob administração espanhola os centros exteriores por excelência de atentado à República espanhola. A imprensa, a rádio e os próprios serviços policiais portugueses foram instrumentos poderosos no apoio aos preparativos conspiratórios: enviados do general Mola, cérebro efectivo da conspiração, deslocaram-se por diversas vezes a Portugal e o marquês de Quintanar chegou mesmo a anunciar a Oliveira Salazar os preparativos insurreccionistas³.

Em suma: para o redundante triunfo de Franco muito contribuiu o apoio financeiro e material português. O aparelho político e diplomático nacional, assente numa imprensa e rádio tutelada pela censura prévia, foi inteiramente colocado ao serviço dos interesses da Espanha nacionalista. O tacto, a prudência e sagacidade de

Oliveira Salazar, que a partir de Novembro de 1936 passou a exercer o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, propiciou a Franco um apoio incondicional: entravando ou acelerando os trabalhos e decisões do Comité de não intervenção, camuflando iniciativas ou tomando-as com agressividade diplomática, enfim, usando de certa elasticidade político-diplomática assente nas muitas e expressas reservas que Portugal formulara quando aderiu à não intervenção, de modo a garantir o melhor posicionamento possível para a estratégia franquista. Salazar, ambicionava acima de tudo assegurar na Península Ibérica um regime político uniforme, que se coadunasse com a ideologia defendida e apregoada pelo Estado Novo, e em simultâneo garantir o aniquilamento dos designios anexionistas que sopravam de Espanha.

A defesa da independência nacional face ao “perigo espanhol” colocou-se com muita acuidade nos anos 30 e mesmo na primeira metade dos anos 40 deste século. A ameaça não residia apenas nos governos da esquerda republicana espanhola, pelo apoio que prestavam aos grupos de oposicionistas exilados em Espanha, tendo como alegado objectivo a criação de uma “Federação das Repúblicas Socialistas Ibéricas, ela estava também nos objectivos da Falange⁴, acentuados nos primeiros anos da II Guerra Mundial com a aquiescência de Serrano Suñer⁵

Está patente em vários documentos o quanto apoquentava Salazar a situação conflituosa que se vivia em Espanha, e o quanto tal convulsão podia fazer perigar a independência nacional. Aquando das comemorações da Batalha de Aljubarrota, em 14 de Agosto de 1936, Salazar no discurso que no acto proferiu entre outros aspectos ressaltava: “... Viestes de todos os cantos do país e representais Portugal inteiro. Escutai. Paira sobre nós o espírito heróico de Nuno Álvares; parecem mesmo ouvir-se vozes de batalha (...). Mas, quando preciso, à chamada que vos seja feita para lutardes sob a sua bandeira, não deixará um só de vós sei-o bem - de responder: PRESENTE ” ⁶. Num outro escrito, o mesmo estadista aproveita para fazer a apologia do regime e a defesa da independência da pátria: “ Há na alma da nossa gente o imperativo categórico de manter sem hesitações a independência e a soberania de Portugal, e o Estado Novo dá vida à ideia-mãe de uma pátria que não abdica da sua história e a pretende prolongar com a força da sua justiça e do seu brio” ⁷. Também a resposta do enviado especial de Salazar, Caeiro da Matta, revela de forma incisiva e determinante, sem qualquer subterfúgio as razões da adesão de Portugal à causa “nacionalista”: “É certo, que desejamos de todo o coração - e hoje mais do que nunca - o triunfo do nacionalismo espanhol, e isso pela simples razão de que todos sabemos que a absorção de Portugal pela Espanha é uma das aspirações do comunismo ibérico” ⁸

O levantamento militar ocorrido em 18 de Julho de 1936 na Espanha, gerou uma grave dissidência social, enquanto alguns se mantiveram fiéis intransigentes do Partido Popular e da República, outros aderiram com fervor aos insurgentes nacionalistas. Na Espanha de 36 apenas havia falangistas e comunistas. Logo após a declaração de guerra foi desencadeado um processo de terror e perseguição. A repressão e encarceramento dos máximos dirigentes políticos aconteceu de imediato, seguido da de muitas outras pessoas de maior ou menor actividade política ou sindical. Na Galiza, o primeiro fuzilamento deu-se em 5 de Agosto, foi o de Manuel del Río, presidente comunista do sindicato dos ferroviários. Em 22 de Agosto foram condenados à morte os alcaides de Vigo e Lavadores, dois deputados, vários vereadores municipais e dirigentes socialistas. Porém, o maior número de execuções deu-se nos apelidados “passeios”, dentro da maior ilegalidade.

Contrariamente ao que tem sido divulgado pela historiografia convencional e comprometida com o regime franquista, a Galiza não deu desde o primeiro momento um apoio incondicional ao chamado Levantamento Nacional. As numerosas detenções e a brutal repressão exercida contra as autoridades, sindicalistas, políticos e população civil em geral, na actualidade melhor conhecidas, graças aos recentes trabalhos de investigação, demonstram a existência de focos de resistência ao golpe de Estado, que desmentem a tão apregoada “calma total na Galiza”. O processo depurador nacional iniciou-se logo após o levantamento e distendeu-se numa primeira fase até ao final de 1936. A repressão estava na ordem do dia e fazia-se de forma indiscriminada. O terror, a insegurança e medo apoderou-se da maior parte dos cidadãos espanhóis. As cadeias começaram a ficar superlotadas e os caminhos cobertos de mortos. As denúncias eram o pão nosso de cada dia. Tudo valia: desde vinganças pessoais, até interesses económicos ou simplesmente a ânsia de conquistar a simpatia das novas autoridades. Quem estava a favor da República era “vermelho”, era comunista e por isso era imperioso e urgente acabar com ele ⁹.

As fórmulas repressivas e aterradoras eram das mais diversas etiologias: Conselhos de Guerra ou julgamentos sumários, muitos deles meramente fictícios, destituições, confiscação de bens, multas, espancamentos, prisão e obviamente condenação à morte. Os fuzilamentos eram detalhadamente relatados pela imprensa local, para que servissem de exemplo aos presumíveis inimigos. Numerosos civis foram recrutados e enviados à força para as frentes em conflito. Alguns deles eram mobilizados enquanto trabalhavam no campo, sem terem tempo ou oportunidade de avisar a família. A iminência da morte, aliava-se a angústia quotidiana dos detidos, e as saídas nocturnas convertiam-se sempre em viagens sem retorno.

Foi um período de terror horrível, macabro, tétrico, de enorme opróbio e indignidade, de brutal e castradora subjugação. Os responsáveis por semelhante carnificina e holocausto, esses verdugos actuavam na mais completa impunidade, a coberto da escuridão da noite iam buscar as pessoas à sua cama, aparecendo depois mortos em alguma praia, ou caminho. Alguns apareciam decapitados, a outros amputava-se os membros, enfim ...uma crueldade e desumanidade impensável. O terror era a principal arma da luta!

As vítimas mais afortunadas da repressão foram condenadas ao desterro. Entre os que emigraram havia intelectuais e políticos leais à República como Alfonso Castelao, Eugénio Granell e Luís Seoane, entre outros. Para Cuba dirigiu-se a maioria dos quase dois milhões de galegos que emigraram para a América entre o século XIX e a primeira metade do século XX.. Foi um êxodo maciço, com reminiscências bíblicas, similar ao judeu ou ao irlandês. “A Galiza não protesta, emigra”, afirma Castelao para justificar o fenómeno. E Ortega e Gasset escreveu no seu livro “*La España Invertebrada*”: “Nunca compreendi porque preocupa o nacionalismo afirmativo da Catalunha e dos Bascos e ao contrário não causa medo o nihilismo nacional da Galiza” ¹⁰.

Entre os que optaram pelo exílio houve uns que o fizeram por decisão própria, outros fizeram-no por medo, porque não queriam ser recrutados para o serviço militar, ou correr o risco de ser fuzilados, procurando essencialmente nos países da América Latina, nomeadamente em Cuba, México, Venezuela e Argentina a liberdade que lhes era negada na sua pátria.

O triunfo da insurreição militar contra a II República, estabeleceu ao cabo de três anos de guerra civil (1936-1939), uma longa noite de pedra fascista, que durou quarenta

e cinco anos. Franco implantou na Espanha uma forma de Estado caracterizada por uma extraordinária verticalização autoritária nos seus órgãos e uma paralela e fortíssima centralização, territorialmente homogênea. Totalitarismo e nacionalismo tradicionalista eram as duas faces mais visíveis do novo regime. Era um regime caracterizado por a corrupção a todos os níveis e pela repressão política, cultural e social. A chegada à chefia do Estado de um galego - Manuel Aznar - arrastou a Espanha para uma duríssima e cruel Guerra Civil e para um regime ditatorial, que suprimiu os principais direitos e garantias dos cidadãos. O franquismo foi um inimigo implacável da identidade galega e da sua autonomia, considerando durante anos a fio um delito a utilização da língua galega como veículo de expressão escrita. Toda a vida de Espanha foi dramaticamente alterada, durante os três intermináveis anos de guerra. Todas as liberdades foram erradicadas da vida quotidiana, uma série de regulamentos e normas arbitrárias impunha à população o mais rigoroso controle dos seus movimentos.

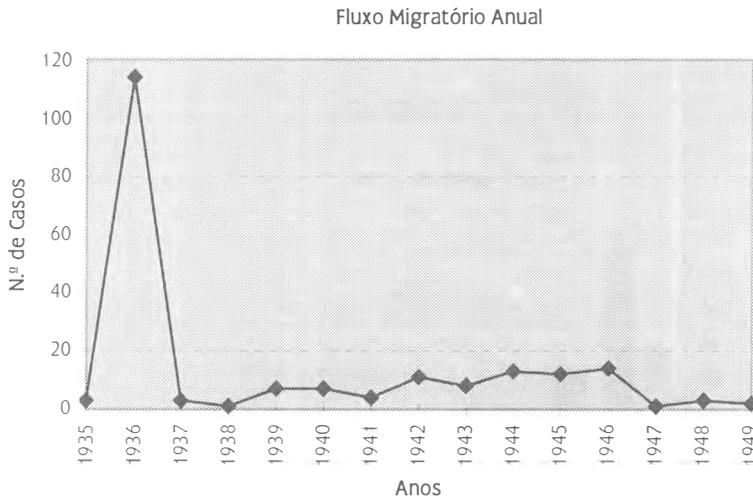
Enquanto a esmagadora maioria da população espanhola se sentiu impotente para lutar contra o regime ditatorial, e não lhe restou outra alternativa senão resignar-se e submeter-se à repressão e expoliação, um pequeno grupo de pessoas mais estóicas e lutadoras, refugiou-se nas montanhas e daí foram desencadeando a luta contra os fascistas. Um dos guerrilheiros que se tornou num lendário foi o famoso Xosé Castro Veiga, alcunhado de "O Piloto", que se manteve em pé de guerra até que morreu com as armas na mão no ano de 1965. "O Piloto" foi considerado o último *moicano* da resistência armada contra o regime instalado na Espanha por Francisco Franco ¹¹.

Para Portugal, o triunfo de Franco representou o reforço da consolidação do regime fascista, já que salazarismo e franquismo estruturavam-se sobre bases fundamentalmente comuns. O relacionamento entre os dois estados ibéricos tornou-se mais solidário e frutuoso, consubstanciando-se no Tratado de Amizade e Não Agressão assinado em Março de 1939 (popularizado mais tarde como Pacto Ibérico), que constituiu um poderoso instrumento para, por um lado, assegurar relações de boa vizinhança e, por outro, para esbater a influência italo-alemã na Espanha.

Esmagada a ameaça "vermelha" entre 1936-1939, à custa de tantas vidas e sofrimento, afastadas as ambições anexionistas com as novas facetas nacionais, resultantes da 2.ª guerra mundial, as relações peninsulares encetaram um toque mais harmonioso e recíproco, o de uma concertação política, policial, ideológica e diplomática - o "bloco ibérico" com vista à manutenção da estabilidade e continuidade dos dois regimes ditatoriais ¹²

O gráfico n.º 1 revela apenas o fluxo migratório para Vila do Conde entre 1935-1949, mas para uma apreciação mais rigorosa tivemos o cuidado de analisar e quantificar também o movimento migratório nos seis anos precedentes. Sabemos assim, que entre 1929 e 1934, apenas 17 espanhóis elegeram a terra vilacondense para residirem temporariamente. Nota-se que no ano em que deflagrou a hecatombe (1936) há uma disparidade numérica muito acentuada relativamente aos demais. Num total de 203 exilados entre 1935-1949, o primeiro ano de guerra civil açambarca 114, correspondendo a 57% do fluxo global. Nos restantes 14 anos o fluxo manteve-se relativamente reduzido, 1946 com 14; 1944 com 13; 1945 com 12 e 1942 com 11 refugiados. Nos demais anos oscilou entre a unidade e a dezena.

ÊXODO DE REFUGIADOS PARA VILA DO CONDE



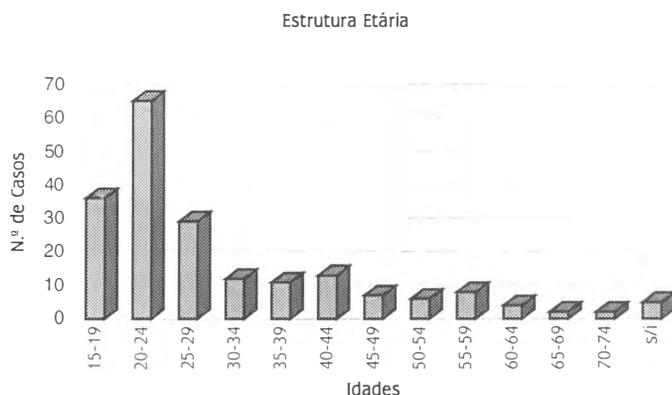
Foi pois, logo no limiar do terror, que o medo dos espanhóis atingiu foros de histeria colectiva, fazendo com que abjurassem a terra natal e se conduzissem a Vila do Conde. A guerra teve o seu início em Julho de 1936, e o mês que mais deslocados espanhóis trouxe até nós foi, curiosamente, ou talvez não, o de Maio, com um total de 61 imigrantes, o que equivale a 30,5% do número global de refugiados registados nos 15 anos em estudo, e a 53,5 do total do ano de 1936. Era o prenúncio da guerra que andava já no coração dos espanhóis. Depois seguem-se os meses de Agosto com 17, Julho com 13, Setembro com 9, Outubro com 4, Março com 3 e Junho com 1 refugiado.

As nuvens cinzentas da conturbação e instabilidade começaram a pairar cada vez com maior intensidade sobre a pátria espanhola, e os espíritos mais atentos e prudentes aperceberam-se com amargura do agravar da situação, e antes que fosse demasiado tarde abandonaram o lar e partiram, facto que explica que o mês de Maio tenha registado o maior fluxo de refugiados. A decrescência a nosso ver, nos meses subseqüentes deve-se ao maior controlo das fronteiras terrestres e concomitantemente, ao encerramento das mesmas, para obstar a fuga desordenada e incomensurável de tantos espanhóis, que estavam estarecidos com a situação bélica desencadeada.

Quantos fugiram para Portugal? Lamentavelmente ainda não está ainda feito esse levantamento estatístico. E talvez nunca se venha a saber, pelo menos com o rigor e exactidão desejado. Mas temos a certeza absoluta, que o movimento de refugiados da guerra civil espanhola para Vila do Conde se enquadra num fluxo de maior âmbito, que se espraiou possivelmente por todo o país e com maior incidência nas zonas fronteiriças. Para os países de expressão linguística espanhola da América do Sul, emigraram os que tiveram que fugir à vindicta de Franco, que não poupava os seus adversários políticos. Quem foram as pessoas que na pátria lusitana se acolheram? À sombra de uma política orientada e dirigida com mão de ferro por Salazar, de conluio com o Franco, é óbvio que para cá vinham os das direitas, os afectos ao regime. No caso concreto de Vila do Conde

é pertinente realçar desde já, que os foragidos que aqui se instalaram constituíam um grupo de gente privilegiada, que usufruía na sua maioria de um estatuto sócio-económico gratificante. Tal facto não invalida naturalmente, que sub-repticiamente, também alguns *Rojos* se tenham aventurado a vir para Vila do Conde, embora não nos pareça muito plausível.

GRÁFICO 2



As idades mais jovens, em plena pujança da vida são as que animam por excelência a mobilidade. Nesta circunstância não era o espírito irrequieto da juventude a mandar, não era o gosto pela aventura, por conhecer novas terras, culturas e mentalidade, ânsia de melhorar de vida, enriquecer, não, neste caso particular o que impulsionou os mais novos assim como aqueles já mais maduros a partir, foi a urgente necessidade de fuga a um conflito armado, gerador de morte, de carnificina sangrenta, de exacerbados ódios e inopinados rancores. Eram as denúncias, no meio das quais a malevolência também tinha lugar. A fuga constituiu para alguns o melhor caminho, o mais eficaz e seguro. O medo estava no cerne da decisão de partirem. Medo de serem recrutados para o serviço militar, e medo de serem presos ou até mesmo fuzilados na flor da idade.

Verificamos pois, que o grupo etário predominante é o dos 20 aos 24 anos, com 67 ingressos, logo seguido pelo grupo que o antecede o dos 15 aos 19 anos, com 37 refugiados. Ambos registam uma percentagem de 51,3 com um total de 104 vistos. Em terceiro lugar situa-se as idades compreendidas entre os 25-29 anos, com 32 registos. Entre os 30 anos e os 59 registou-se 54 foragidos. Os grupos mais idosos, desde sessenta a setenta anos detêm em conjunto, oito elementos, o que representa 3,9% do total. Apesar de um rigor bastante acentuado no preenchimento dos elementos, para cinco indivíduos não consta esta variável.

No tocante ao estado civil os solteiros têm uma predominância muito marcante e incisiva, com 169 casos. Esta realidade tem estreita correlação com o nível etário e com a profissão. Sendo a esmagadora maioria dos refugiados gente jovem, com menos de 25 anos de idade é compreensível que ainda não tivessem contraído o enlace matrimonial, pois encontravam-se ligeiramente abaixo da média da idade casadoira para a época. No concernente à profissão é de realçar, que um elevado grupo de refugiados eram clérigos,

portanto pessoas vinculadas ao celibato religioso. O grupo dos casados vinha em segundo lugar com 28 elementos, revelando uma diferença numérica muito marcante relativamente aos primeiros. Um número significativo de casados viajou conjuntamente com a esposa e filhos. Para o grupo dos viúvos, e para os que não vem exarado o estado civil, consta apenas meia dúzia de elementos, metade para cada um.

GRÁFICO 3

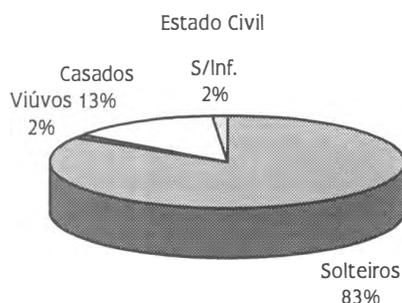
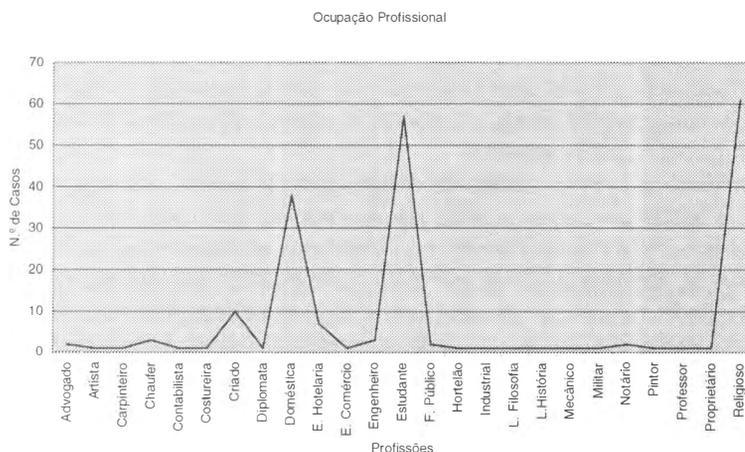


GRÁFICO 4



Da leitura do quadro n.º 4 que nos dá a panorâmica das diversas profissões que tinham os refugiados, desde logo nos apercebemos de que havia um leque ocupacional diversificado, tendo nós inventariado 25 profissões diferentes, que se distendem pelo sector primário, secundário e terciário. Destacam-se, todavia, quatro profissões: Pessoas de estado religioso (sacerdotes e freiras), num total de 63, logo seguido pelo grupo dos estudantes com 57 registos, o das domésticas, que vieram em número de 38, e, por último, os criados, trabalhadores mais humildes de todo o grupo, com apenas 10 elementos. Estes quatro grupo profissionais representam na totalidade 168 elementos, o que corresponde a 82,7% .

No grupo das pessoas ligadas à Igreja, existe um importante número de freiras, num total de 47, que vieram para colégios religiosos existentes na cidade e no seu aro. Os 16 sacerdotes tiveram destinos diferentes: seis ficaram pelo convento de Azurara, de dois deles apenas sabemos que vieram para Vila do Conde e os restantes oito faziam parte do numeroso grupo de estudantes (seminaristas?). O numeroso contingente de estudantes registado, era oriundo da bela cidade de Ávila. Chegaram acompanhados de sacerdotes, o que nos inculca serem muito provavelmente seminaristas fugidos à guerra que se anunciava. O grupo das domésticas subdivide-se em dois: as donas de casa e as serviçais propriamente ditas. Para a freguesia de Azurara foram habitar 3 donas de casa, cada uma com a sua respectiva família. Em Vila do Conde instalaram-se 6 donas de casa com os seus núcleos familiares. Ao todo vieram habitar para a cidade de Vila do Conde 8 famílias, duas delas eram apenas formadas por pai e filhos. No tocante às serviçais, 12 empregaram-se no colégio de S. José de Vila do Conde, 6 em várias casa da vila, uma foi viver para a freguesia de Arcos, e as restantes 10 fixaram-se em Azurara, provavelmente no colégio das Dominicanas que aí existia. Dos criados podemos dizer que acompanharam os seus patrões e, com eles partiram na altura azada. Observamos a passagem de um diplomata vindo do norte de África, mais propriamente de Casablanca, com passaporte diplomático e com uma autorização para se instalar no Palace Hotel da cidade, por um espaço de 30 dias, período que não foi excedido, pois não houve emissão de outro visto de residência, como a lei exigia. Advogados e notários, homens de leis, em número de quatro, tiveram concessão de vistos de residência por 30 dias, à excepção de um deles que por cá se deixou ficar por um período de tempo a rondar os três anos. O número de refugiados que se dedicava às restantes profissões referenciadas no gráfico n.º 4 oscilava entre 1 e três. Com 3 elementos temos os motoristas e engenheiros, com o valor 2 os advogados notários e funcionários públicos, e para todos as outras ocupações consta apenas um único elemento.

A vinda de grande número de clérigos está concerteza relacionada com o facto de a Espanha ser um país com uma pujante e vigorosa tradição religiosa. O incenso das igrejas e as batinas dos padres são duas realidades omnipresentes na vida espanhola, desde sempre. Na Espanha diz-se, que até mesmo os ateus são católicos. Os movimentos populares foram no entanto, sempre marcados pela violência contra os representantes da Igreja. A Frente Popular foi acusada de perseguir o clero. A ideia geral reinante na sociedade contemporânea espanhola, e nomeadamente naquela que sofreu na carne a guerra civil, era de que o clero espanhol estava corrompido e traiu o seu ministério, era retrógado, inimigo dos pobres, ferozmente reaccionários, duros e maus cristãos. No entanto, uma importante parte do clero Basco e Catalão foi anti-franquista e alguns padres franquistas denunciaram a selvajaria da repressão anti-republicana. Como a Falange, a Igreja precisou do apoio de Franco e ele necessitou de ambas para se impôr¹³.

DOMICILIO DOS REFUGIADOS

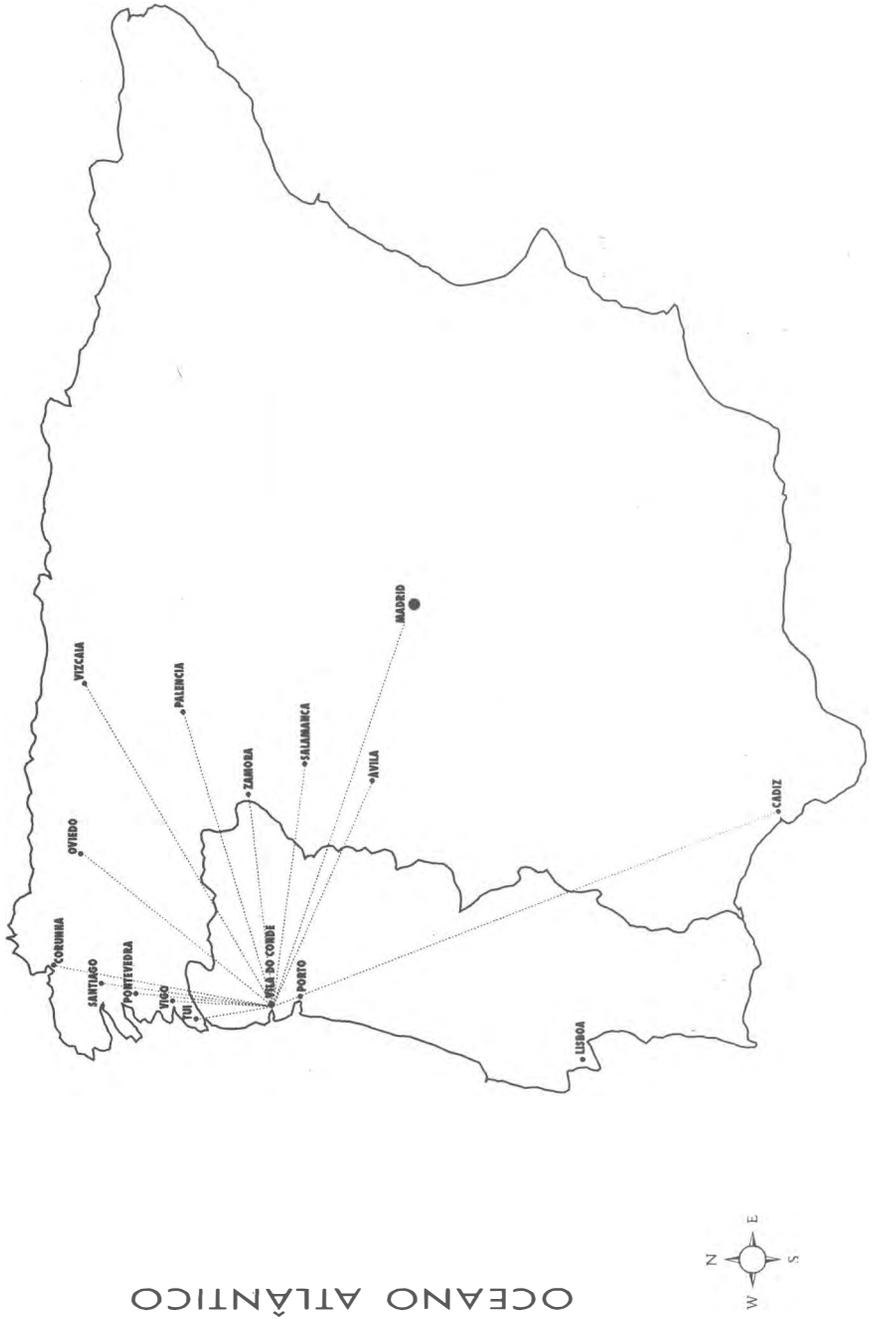
No que se refere ao domicilio dos refugiados na sua pátria, tal como o demonstra o mapa que se apresenta, Pontevedra tem a primazia com 58 refugiados, correspondendo a 29% do total, de imediato seguida pela cidade de Ávila, com 51 elementos. Por ordem de grandeza decrescente segue-se Madrid com 23 pessoas, Oviedo com 18, e Tuy com uma dezena de casos. O número de forasteiros oriundos das outras localidades

situa-se abaixo da dezena, e para dezasseis localidades apenas há a registar um único foragido.

Da cidade de Ávila, da rua de Salméron, n.º 51, vieram, entre 5 e 13 de Maio de 1936, 44 estudantes, 6 sacerdotes e o hortelão do colégio. Não pudemos até ao momento, indagar sobre a vera natureza deste estabelecimento de ensino. Porém, tudo leva a crer que se trataria de um colégio religioso, muito provavelmente de um seminário, pois as idades dos refugiados situa-se entre os 17 e os 23 anos, altura propícia à formação eclesiástica. Ávila tem entre 40 a 50 mil habitantes, é rica de monumentos, um paço episcopal grandioso, a Sé catedral de construção majestosa e um conjunto de muralhas defensivas, mandadas construir por D. Afonso VI, que encarregou da sua conclusão em nove anos a D. Raimundo, marido de sua filha D. Urraca. Desta terra, pátria de Santa Teresa, situada próxima do centro espanhol, a pouco mais de 100 quilómetros de Madrid, no sentido noroeste, deslocaram-se para Vila do Conde, com visto de 30 dias. Partiram antes do deflagrar da guerra horrorosa, porque as indicações que tinham, com toda a probabilidade, os levou à debandada geral, deixando deserto, ao que parece, o seu colégio. Hospedaram-se numa pensão da nossa cidade – Pensão Central – um edifício construído de raiz nos finais do século XIX que já estava habituado a receber, não refugiados, mas turistas espanhóis ¹⁴. Não excederam o tempo concedido, pois não há qualquer revogação de vistos. Desconhecemos o destino que seguiram quando abandonaram a nossa aprazível cidade. Não nos parece muito verosímil que tenham regressado de imediato à terra natal, pois a situação em Espanha continuava tensa e cada vez mais grave. Supomos que optaram por outra localidade do nosso país.

Da capital espanhola – Madrid – veio um grupo de vinte e três pessoas. Um deles era sacerdote, outro funcionário público e o terceiro estudante. Os restantes 20 refugiados constituíam quatro famílias, todas elas gozavam de um estatuto sócio-económico acima da média como teremos ocasião de observar: A primeira família era constituída por cinco elementos, o pai, que era engenheiro, de idade de 56 anos, a mãe, doméstica e com 53 anos de idade e três filhas: uma licenciada em História, outra em Filosofia, e a terceira, ainda estudante, com idades compreendidas entre os 15 e os 22 anos. Com esta família veio uma criada, de 19 anos, o que perfaz um agregado de seis pessoas, que foram habitar para a avenida Júlio Graça, zona balnear da cidade. A segunda família era composta de duas pessoas: o homem que era militar e tinha 44 anos, a senhora de 43 anos e doméstica. Vieram acompanhados de três serviçais e de um motorista. Este casal tinha quatro filhos, conforme o declarado no registo de entrada, todavia não apareceu qualquer elemento sobre eles, pelo que se deduz terem ficado em Espanha a aguardar melhores dias. Aliás, o pai, militar, só aqui estanciou por 30 dias, enquanto que a esposa dilatou a sua permanência por cerca de 6 meses, numa casa da avenida Bento de Freitas, também zona balnear da cidade. O terceiro grupo familiar comportava quatro pessoas: o pai, que era proprietário e tinha 61 anos, a mãe, doméstica com 59 anos e duas filhas, solteiras, estudantes e com 22 e 18 anos de idade. Com eles veio o motorista, de 48 anos. Ficaram instalados no Palace Hotel, ao que se conclui por espaço de 30 dias. O último conjunto familiar confinava-se a duas pessoas: o pai, advogado, de 35 anos e a mãe, doméstica, de 29 anos e vieram acompanhados de um criada, solteira, de 27 anos de idade. Este casal tinha, de acordo com o registo, quatro filhos, mas nenhum deles os acompanhou, situação idêntica à do casal referido anteriormente. Instalaram-se no Palace Hotel da cidade.

PRINCIPAIS CIDADES DE RESIDÊNCIA DOS REFUGIADOS

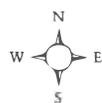


DISPERSÃO GEOGRÁFICA DOS REFUGIADOS



OCEANO ATLÂNTICO

LEGENDA:
— Limite das Freguesias
— Rio Ave / Este
- - - Linha do Caminho de Ferro



De Pontevedra temos a registar dois casais. O primeiro constituído pelo pai, contabilista, de 37 anos e por uma filha de 18 anos, estudante. Não há notícia da mãe. O segundo composto pelo pai, funcionário, de 53 anos e dois filhos: uma rapariga de 18 anos e um rapaz de 15, ambos estudantes. Também aqui não há qualquer notícia sobre a progenitora. Ambos os casais se hospedaram no Palace Hotel, com vistos de residência de 30 dias.

De Zamora identificamos uma família: a mãe, doméstica, viúva, de 41 anos e duas filhas, solteiras, domésticas, de 19 e 20 anos. Vieram acompanhadas de duas criadas, solteiras, de 22 e 55 anos de idade. Instalaram-se numa casa da avenida Sacadura Cabral, zona balnear da cidade, com um visto de 30 dias.

De Oviedo, nas Astúrias, vieram duas famílias. Uma composta pelo pai, advogado, de 56 anos, a mãe, doméstica, de 51 anos e um filho, estudante, de 16 anos, solteiro. Com eles veio o motorista, solteiro, de 30 anos e foram residir para a freguesia de Santa Maria-A-Nova de Azurara. A segunda englobava a mãe, viúva, de 67 anos, doméstica e três filhas, solteiras, domésticas, de 29, 32 e 35 anos. Foram, também, residir para Azurara. Deste agregado familiar, que posteriormente veio residir para a cidade de Vila do Conde, perdura ainda viva uma das filhas, com a propecta idade de 95 anos, solteira, que teve a amabilidade de nos narrar os escolhos e atribulações que lançaram a sua família no trajecto de Vila do Conde, terra que adoptou como segunda pátria. Daremos conta no final do presente trabalho deste testemunho oral.

DISPERSÃO GEOGRÁFICA DOS REFUGIADOS

Como é perfeitamente compreensível e natural a sede do concelho foi a localidade que atraiu a maioria dos refugiados, tal como o demonstra o mapa que se apresenta. Aí encontravam instalações hoteleiras com luxo e qualidade, que não existiam em mais nenhuma parte do concelho. Cifra-se em 85,7% os casos de residência em Vila do Conde-cidade e 14,3% disseminados por cinco freguesias do concelho. Ainda assim é de destacar a freguesia de Azurara, que só à sua conta absorve 11,8% da globalidade. Na cidade, o Colégio de S. José, da Ordem das Irmãs Doroteias acolheu 31,5% das refugiadas. A maior parte eram freiras professoras e oriundas da cidade de Tuy, província de Pontevedra, na Galiza, onde, por certo, existia um Colégio de Religiosas. Os tempos vividos eram duríssimos na Galiza e estas religiosas Doroteias vieram asilar-se num colégio congénere em Vila do Conde, trazendo com elas algumas senhoras laicas para trabalharem nas tarefas domésticas e ainda uma costureira. Muitas destas freiras mantiveram-se no colégio durante vários anos, tendo sido depois colocadas noutras casas da mesma Ordem espalhadas por Portugal, enquanto que outras aqui terminaram os seus dias.

Para a Pensão Central veio o segundo maior contingente, cinquenta e dois refugiados, o que equivale a 25,6% do total, 43 estudantes, 1 hortelão e 6 clérigos. Também aí se hospedaram mais dois padres, sem aparente conexão com os restantes. O terceiro maior grupo, 15 no total, escolheu como ponto de habitação provisória as instalações do então magnífico Palace-Hotel. Três deles vieram para esta unidade hoteleira para nela trabalharem. Um deles, chegou com a profissão de empregado de hotel, ascendeu a gerente, e abriu um dos melhores restaurantes de então em Vila do Conde ¹⁵. Tratava-se do galego Narciso Garrido Boulhosa, natural de Fornelos, Pontevedra,

de 36 anos de idade, solteiro. Mais tarde casou com uma senhora de Famalicão, passou a Pensão e foi para o Porto explorar e gerir uma outra unidade hoteleira. Os restantes doze refugiados repartiam-se por três famílias: uma de seis elementos, incluindo o chauffer; outra de cinco pessoas, contando com uma serviçal e uma terceira tão só de pai e filha. O décimo segundo refugiado era o já nosso conhecido José Ramon Garcia Fuentes.

Para as freguesias do aro vilacondense foram residir 29 refugiados, assim repartidos: freguesias de Arcos, Árvore e Parada, um, para Vilar do Pinheiro, dois, e para Azurara vinte e quatro. A Ordem religiosa das Dominicanas fixou-se na freguesia de Azurara no ano de 1934, num edifício solarengo que foi propriedade da família Vasconcelos, da Casa do Sobmosteiro, em Vila do Conde¹⁶. Nesta casa as Dominicanas mandaram construir uma capela, que foi semi-pública, e tinha uma superfície interior de 7m x 10,5m, além de dois coros de clausura, alto e baixo. No altar mor havia um tríptico pintado a óleo,¹⁷ pelo dominicano espanhol padre Secundino Martin Rodriguez. Este padre foi um dos refugiados que veio para Azurara. Nasceu em 21 de Maio de 1890, na cidade de Palencia, filho de Eustáquio Martin e de Gracias Rodriguez, e quando se dirigiu à Administração do Concelho para obter o visto de permanência em terra de Azurara, onde se manteve até ao mês de Janeiro de 1938, disse-se solteiro, e de profissão Pintor¹⁸. Aliás a fotografia que está inserta no competente livro de registo apresenta-o de fato e gravata, trajes incomuns aos religiosos daquela época, que sempre usavam vestes talares. O registo do visto de residência não é concludente, por carecer de outras informações, como, verbi gratia, se residia, ou não, no próprio Convento das Dominicanas, Contemplativas ou de Clausura. Somos, no entanto, levados a crer que a informação que é prestada sobre a profissão de Padre está correcta, pois que para além dos autores da Monografia serem de escrupulosa seriedade, acresce ainda que um deles, Serafim Gonçalves das Neves, era Abade colado naquela freguesia, desde 1900, de onde também era natural e onde faleceu com 103 anos de idade, em 1972, que certamente conheceu e privou com o padre-pintor.

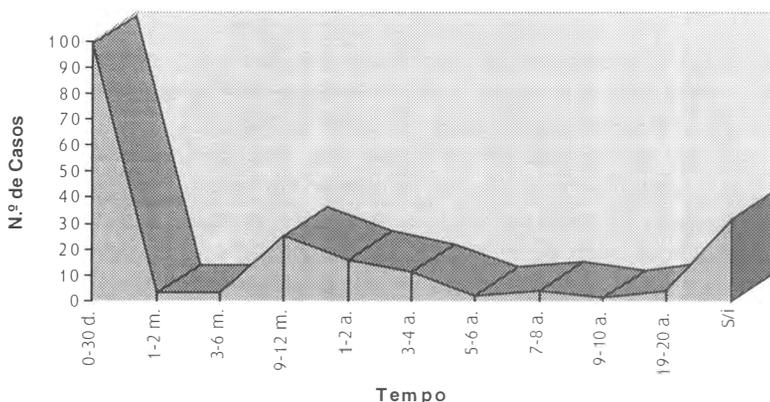
Os espanhóis que elegeram Vila do Conde como refúgio, tiveram estadias que se dispersaram bastante no tempo. A primazia vai para o prazo de 30 dias. Com efeito, foram detectados 99 casos, o que significa 48,7% do total. Todavia, se a este quantitativo adirmos os 32 refugiados, para os quais o Amanuense não registou o tempo de permanência concedido, atendendo ao facto de não ter havido em caso algum, a revalidação do visto, o que indicia ter sido por igual período de tempo, isto é, por 30 dias, vemos então a permanência de um mês alcançar 131 refugiados e uma percentagem global de 64,5%. Em segundo lugar surge-nos o período entre nove a doze meses, com a cifra de 25 e, logo a seguir 16 refugiados entre um a dois anos de permanência. A considerar o quantitativo de onze refugiados que estanciam por três a quatro anos, o que equivale a terem residido na cidade durante o tempo que durou a guerra civil no seu país. Só quando as condições foram mais propícias é que decidiram regressar. De igual modo um grupo de quatro pessoas aqui permaneceu entre sete a oito anos, espalhando a sua permanência em terra vilacondense muito para além do período da guerra civil.

Merece especial destaque um grupo familiar de quatro pessoas, para os quais as fontes indicam que aqui permaneceram entre dezanove a vinte anos. Este agregado familiar composto por quatro senhoras: mãe e três filhas, oriundas da zona das Astúrias, mais concretamente da cidade de Oviedo, foi viver inicialmente para a freguesia de Azurara, na margem sul do rio Ave. A mãe veio a falecer em 1955, na cidade de Vila do

Conde. As filhas Maria da Cruz e Maria Luisa, também já faleceram nesta mesma urbe de Vila do Conde. A 2.ª filha, que no registo de residência não tem indicado a data de nascimento, sabemos agora ter nascido a 1 de Agosto de 1904, é felizmente ainda viva e continua a habitar em Vila do Conde, na casa para onde foi em nova exercer a tarefa de governanta. O olhar desbotado corroido pelo passado, pela dor e saudade, e uma surdez aguda, não a impediu de nos oferecer um relato vivencial e circunstanciado dos tempos difíceis e atribulados que a impeliram até à princesa do Ave.

GRÁFICO 5

Permanência dos Refugiados em Vila do Conde



Como tanto a nível nacional como internacional se vivia momentos marcados por uma certa instabilidade e incerteza é de crer, que o movimento de estrangeiros fosse rigorosamente controlado, as malhas da lei apertadas para que não houvesse ilegalidades, que pudessem conduzir a quaisquer fugas. A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) como então se denominava, sempre que detectava qualquer irregularidade, de pronto agia, chamando a atenção do Administrador do Concelho, autoridade policial competente para esse efeito. Esta mesma entidade, sempre que acontecia de verificar algum descontrolo nos vistos, comunicava e pedia instruções à PVDE, como no caso da ilegalidade que passamos a referir. A 17 de Fevereiro de 1938, o Delegado Policial oficiou à Secção Internacional daquela Polícia: " tendo-se apresentado hoje nesta Repartição o súbdito espanhol Francisco Lopez Novo, residente nesta vila, a que alude a cédula de nacionalidade que junto envio, a título devolutivo, alegando que só hoje apresentava o referido documento para ser visado, em virtude de só o ter recebido do Vice-Consulado, no dia 2 do corrente mês e ter estado doente, de cama, cerca de 15 dias, rogo a V.Ex.^ª a especial fineza de informar se posso lançar o competente visto no aludido documento, com qualquer data do corrente mês, afim de evitar a respectiva coima, visto ter terminado o prazo no 29 do mês findo (Janeiro) e tratar-se de um pobre criado e doente..."¹⁹. A resposta não se fez esperar, em 21/02/1938 um ofício declarava: "...Em face das informações fornecidas por V.Ex.^ª no seu ofício, não vê esta Polícia inconveniente em que o dito Certificado seja visado para 1938..."²⁰. Livrou-se o

cidadão espanhol de pagar a multa. Sobre este refugiado mais um pequeno comentário: quando chegou a Vila do Conde, em Janeiro de 1937, com 54 anos de idade, casado, com quatro filhos, sem que todavia a mulher e os filhos o tenham acompanhado, foi registado como tendo a profissão de **Industrial**. No ano seguinte, no ofício que transcrevemos é dito ser **um pobre criado e doente**. Foi adversa e madrastra a sorte para este refugiado; de industrial a criado... as voltas que a vida dá!

Mais dois casos de controlo que, neste particular, foram de descontrolo da PVDE. Nem sempre a eficiência era apanágio desta Polícia de triste memória, felizmente, para o bem de tantos desgraçados que lhe caíam nas garras de abutres. Fermin Adsuar Molina, tinha 28 anos de idade, exercia a profissão de chauffer, era solteiro e veio de Madrid para Vila do Conde em Agosto de 1936, logo depois da eclosão da guerra civil. Foi residir com seus patrões na avenida Sacadura Cabral, zona balnear. Volvido ano e meio (23.04.1938) a PVDE oficiou ao Administrador do Concelho dizendo: "Em virtude de se encontrar indocumentado para poder residir em Portugal no presente ano, o súbdito espanhol Fermin Adsuar Molina, residente nessa vila, rogo a V.Ex.ª se digne mandar notificá-lo *para no prazo de quinze dias a contar da data da notificação*, sair do território da República Portuguesa por fronteira à sua escolha, ficando-lhe interdita a entrada no País por tempo indeterminado..."²¹. Quatro dias depois, a 27 do mesmo mês, o Delegado Policial informava: "...*desde o ano de 1936, não reside nesta vila, ignorando-se o seu paradeiro*..."²². Neste caso a Polícia parece ter sido ludibriada, pois perdeu o rasto ao desafortunado espanhol.

O terceiro caso, é o de José Ramon Garcia Fuentes, a quem a PVDE, a 30 de Março de 1938, pelos mesmíssimos motivos do anterior (falta de renovação do visto de residência) ordenou que fosse expulso e interdita a entrada no nosso país por tempo indeterminado. A resposta ao citado ofício esclareceu, que o oficial encarregado da diligência apurou que ele *não residia nesta vila, desde a época balnear de 1936, ignorando-se o seu paradeiro*²³. Uma lacuna de ano e meio a emperrar os ficheiros da Secreta portuguesa. Sobre este caso, como no anterior pode-se aventar algumas conjecturas. É sabido que os refugiados para Vila do Conde em particular, e para Portugal em geral, eram gente das direitas, os outros não tinham esse destemor, pois sabiam bem o que os esperaria, uma negra sorte, semelhante à que tinham em Espanha no caso de capturados: o julgamento sumário e quase sempre a morte. Ora, José Ramon Garcia Fuentes, veio para Vila do Conde em Setembro de 1936, com passaporte emitido pela Direcção Geral de Segurança de Madrid, com data de 3 de Abril daquele ano. Era natural de Ciudad Rodrigo, filho de Horácio Garcia Lorenzo e de Teresa Fuentes Serrano, nascera a 11 de Abril de 1916, tinha pois vinte anos de idade, era estudante, casado, sem filhos. Veio destinado ao Palace Hotel, onde se instalou, com visto por trinta dias²⁴. Quais os reais e autênticos motivos que o arrastaram até à aprazível Vila do Conde? E porque abandonou Vila do Conde clandestinamente, tal e qual como o anterior? Será estroso pensar, que bem se poderia tratar de *Rojos*. Refugiados anti-franquistas, que escolheram a nossa cidade como local privilegiado para servir de caurim aos esbirros espanhóis e portugueses mancomunados e em perfeita sintonia.

Estes dois casos vêm também comprovar, caso fosse necessário, que a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, que estava ainda a dar os primeiros passos, tinha um grau de proficiência limitado, as teias e processos refinados da futura PIDE estavam ainda em fase de gestação.

A Guerra Civil Vista Pela Imprensa Vilacondense

É sobejamente conhecido o apoio que o governo de Salazar propiciou aos desígnios de Franco, no campo militar, político, económico e social. São testemunhos vivos e inalteráveis os discursos que este prócere do Estado Novo pronunciou por ocasião da hecatombe espanhola²⁵.

Em Vila do Conde, à data da sublevação em Espanha, existiam três jornais: Novo Rumo, O Democrático e Renovação. O jornal NOVO RUMO, tinha no cabeçalho, em subtítulo: **Semanário Local do Estado Novo** e, do lado esquerdo, o símbolo da União Nacional. Neste semanário não tiveram oportunidade de tecerem os ataques com que toda a imprensa oficial veio a afrontar o regime livremente eleito em Fevereiro de 1936 em Espanha, pois que terminou a sua publicação a 25 de Julho daquele ano²⁶. Apenas no número 31, de 18 de Julho de 1936 foi publicado um artigo, retirado do nacionalista Diário da Manhã, versando sobre o assassinato de Calvo Sotelo, ao mesmo tempo que, na coluna da esquerda da primeira página, sob a epígrafe “Balões Cativos” o articulista escreveu umas ligeiras considerações sobre a situação em Espanha. O tempo de duração do jornal não deu para mais.

No semanário O DEMOCRÁTICO,²⁷ que em subtítulo ostentava a divisa: **Pela República – Pelos interesses do concelho de Vila do Conde**, não foram, de igual modo, escritos grandes comentários sobre a situação vivida no país vizinho. Aqui e ali uma nota a deixar perceber que, se por um lado não estava de acordo com a sublevação das tropas nacionalistas de Mola e Franco, por outro lado não podia fazer campanha a favor da República, democraticamente eleita. A razão única era a de que se podia ler, em letras gordas e sempre em lugares de destaque este aviso: “Este número foi visado pela Comissão de Censura do Porto”. Não podia, assim, haver qualquer dúvida sobre o caminho a seguir pelo jornal. No número 2017, de 24 de Julho de 1936, aparece uma pequeníssima nota sob o título “ *Para Entristece*” e onde se lê: “A vizinha Espanha está num verdadeiro vulcão, cuja lava subverte tudo e todos. Era de prever, o estado de tensão de espíritos nos dois campos degladiadores, devia conduzir a esta finalidade sinistra: uma guerra civil com todo o seu cortejo de horrores. E o resultado final desta luta fratricida, quem o pode prever com segurança?”. Cerca de um mês depois de ter sido publicada esta nótula, uma outra saía no número 2022 de 28 de Agosto, do mesmo ano: “No Campo da Igualdade – Devido aos acontecimentos que se estão a desenrolar tristemente em Espanha, o célebre Keeper Ricardo Zamora, um ás no jogo da bola de que se orgulhavam os desportistas do país vizinho, foi vítima dessa luta fratricida. Este acontecimento serviu a certos jornais para enaltecerem a figura de Zamora como um exímio guarda-redes. E gastou-se bastante tinta em tais elogios. Mas vistas as coisas mais pela sua realidade, Zamora devia ser chorado como uma das muitas vítimas que tombaram no campo fratricida e que a sua morte não vale mais ou menos que a de tantos outros que nas letras, nas ciências e no trabalho da oficina souberam honrar os seus nomes nas profissões que desempenhavam. A morte de Zamora, para nós, não tem mais valor que a de tantas vítimas que têm tombado na terrível carnificina que está ensanguentando a Espanha e enodoando a humanidade”²⁸. Até ao dia 4 de Dezembro de 1936, ao fim de 23 anos de informação aos vilacondenses, o jornal fenecia. Nele colaboraram nomes importantes da cena política local, dos quais é justo referir o do capitão Herculano Ramalho, um democrata e um republicano de vera esfinge.²⁹ Este jornal, por razões várias, a que, naturalmente, não escapam as da censura opressiva do

governo, teve de terminar a sua publicação, em Dezembro de 1936, com grande mágoa dos republicanos e democratas vilacondenses, tal como já havia acontecido com um outro jornal A REPÚBLICA, criado em 1910 pelo Dr. António Maria Pereira Júnior, ilustre causídico, primeiro Administrador do Concelho, pôs 5 de Outubro de 1910, e findo em Janeiro/Fevereiro de 1936, ao ter sobre si, em cada número, o abstruso peso da censura.

Ainda em vida de O DEMOCRÁTICO, surgia um outro jornal "A RENOVAÇÃO", tendo como divisa: "**Pela Terra - Pelo Estado Novo**" e tendo como proprietária a Comissão Municipal da União Nacional³⁰. Com este novo periódico a propaganda do Estado Novo impôs-se e foi levada ao rubro. É neste jornal que vamos encontrar uma grande campanha, contra o regime Republicano espanhol. Os artigos sobre a Guerra Civil do país irmão são inúmeros, consubstanciados em artigos de fundo e outros de dimensão menor, mas não menos importantes pelo acinte e animosidade, que nos dão bem a medida do pensamento político dos seus dirigentes e do seguidismo das ideias orientadoras, programáticas e absolutas do regime emergente da revolta de 28 de Maio de 1926. A União Nacional estava bem implantada em Vila do Conde, vivia do prestígio económico, que no circunstancialismo da época propício aos titeres era o que proliferava por todo o país. Desde 21 de Novembro de 1936 até 16 de Outubro do ano seguinte, quase semanalmente, era publicada uma coluna no interior, página 2, sob o designativo de "**Campanha Anti-Comunista**" onde, como do próprio título se pode deduzir, eram publicadas as mais variadas acusações, algumas incrivelmente repugnantes. Os artigos de fundo e a rubrica "Campanha Anti-Comunista" não eram assinados, o que nos leva a concluir que se tratavam de "encomendas" da situação política portuguesa, no sentido de agitar o papão do comunismo e de fazer crer que se os Republicanos dominassem a Espanha, em breve Portugal se tornaria uma colónia daquele país. Com o evoluir da guerra civil e o prenúncio da vitória das forças franquistas, foram rareando, até se extinguírem, as diatribes forjadas contra o regime democrático espanhol.

A derrota do exército Republicano espanhol deu-se no dia 28 de Março de 1939, com a entrada das tropas de Franco na capital, Madrid. O jornal "RENOVAÇÃO", na sua edição de 1 de Abril rejubilava, nestes termos: "28 de Março de 1939 data gloriosa da entrada em Madrid do exército da reconquista e da civilização. Depois de quase três anos do maior martírio heróico que a história da Península Ibérica regista nos seus anais, demos larga à alegria justíssima da vitória, e cubramos de aplausos a síntese do triunfo que D. Nicolau Franco em nome da Espanha vitoriosa fez ouvir na noite desse dia a Portugal e ao mundo: Portugueses, espanhóis: Hoje a bandeira gloriosa do Caudilho ondeia sobre Madrid, afirmando a rendição da capital de Espanha. É a mesma bandeira que os heróicos soldados de Franco implantaram em toda a nação espanhola... Neste dia glorioso temos nós, os espanhóis, no lado do coração todos os países que conosco lutaram desde o primeiro dia... De hoje em diante, portugueses, espanhóis, alemães e italianos, a todos corresponde a grande participação no triunfo e todos podemos gritar: "Arriba, Espanha!" "Viva Portugal". E finalizava o articulista: "Com a benção de Deus, Portugal e Espanha estão de parabéns." Desta maneira terminava o pavoroso medo ao papão das ideias democráticas e livres, o jornal esquecia-se de falar na fome, na falta de trabalho e noutras calamidades sociais que enxameavam Portugal e a que Vila do Conde não era excepção. Aquando do envio dos comboios para a Espanha franquista, a mordaza aos jornais esteve presente, nos periódicos de Vila do Conde nem uma linha sobre o assunto, foi assunto tabú. De outro modo era avivar a consciência dos vilacondenses, obrigá-los a interrogarem-se.

A imprensa vilacondense congratulou-se efectivamente com o triunfo de Franco, e a Câmara Municipal seguiu-lhe o exemplo, manifestando-se nos seguintes termos: "... seguidamente por proposta do vogal senhor Serafim de Almeida foi resolvido exarar na acta um voto de congratulação pela entrada das forças Nacionalistas em Madrid e pelo restabelecimento da paz e da ordem da Nação vizinha, dando conhecimento desta deliberação ao Senhor Embaixador de Espanha..." De imediato foi expedido um ofício para o Embaixador de Espanha, em Lisboa, dando-lhe conta da deliberação da Edilidade vilacondense³¹. O reconhecimento do Embaixador espanhol não se fez tardar: "Muy Señor mío: - Com referencia a su amable comunicacón de fecha 11 del corriente, n.º 231, por la que me transmite la felicitacón de la Camara de que V.Ex.^a es muy digno Presidente, por la brillante victoria alcanzada por las tropas que bajo el mando supremo del insigne Caudillo de España, el Generalísimo Franco han luchado com denuedo durante mas de dos años y medio para traer el pan e la justicia a la poblacion esclavizada por la tiranía moscovita. Son de apreciar y de agradecer las amables palabras que en ella me dirige, las cuales me animan a proseguir mi labor em pro de le aproximacón entre nuestros dos paises hermanos..."³².

A Filantropia de Vila do Conde para com os Nacionalistas

Já vimos a colaboração dada pelo poder da imprensa vilacondense, traduzido no manifesto e contínuo desfiar de artigos contra os democratas espanhóis e a favor dos Falangistas. Falta analisar a colaboração das Autoridades concelhias.

A Câmara Municipal obedecia às ordens emanadas do governo central, aderira à política vigente, quer por convicção, quer ainda por manifesto sentimento de compreensão e acatamento. "Nada contra a Nação, tudo pela Nação" era slogan que o jornal RENOVAÇÃO também ostentava e que os conspícuos do regime tanto exaltavam.

O Estado Novo, confrontado com o problema da guerra em Espanha, desde logo se enfeudou às ideias de Franco. Não lhe convinha, iniludivelmente, um regime democrático mesmo ao nosso lado, era contra o poder absorvente de Salazar, fundado na opressão e na falta de liberdade. Quanto menos livre for um povo, menos esclarecido, mais analfabeto, mais fácil se torna iludi-lo e manietar a sua consciência de liberdade. Foi o grande princípio empregue pelo todo poderoso chefe de governo de Portugal. Querendo que a luta dos sublevados contra a Espanha livre triunfasse, Salazar tudo fez para ajudar a vitória das forças de Mola e Franco. Muitas vezes abertamente, à escâncara, outras subrepticamente. Neste último caso serviu de escudo o Rádio Clube Português, que se prestou a um papel colaboracionista com o governo. Foram os episódios do envio de comboios com géneros, artigos de vestuário e dinheiro, que foram para as forças nacionalistas espanholas em 1936 e, mais tarde, já em Fevereiro de 1939, a frota de camiões enviada para possibilitar o abastecimento da população civil de Madrid. O governo não deu a cara, mas fez com que aparecesse na liça uma entidade civil, como se fosse a grande filantrópica a ajudar os carenciados da guerra. Sempre a hipocrisia a comandar os destinos de Portugal, desde o funesto 28 de Maio de 1926.

No dia 25 de Novembro houve uma reunião na Câmara Municipal, a fim de ser tratada a solicitação do envio de dinheiro e géneros destinados aos nacionalistas, satisfazendo o pedido do Rádio Clube Português, que já tinha feito seguir alguns comboios de mantimentos. Este último carregamento foi programado para seguir no dia

5 de Dezembro de 1936. A Comissão era composta por: Bento de Sousa Amorim, filho do Barão de Rio Ave e presidente da Comissão Concelhia da União Nacional, Dr. Augusto Machado, presidente da Comissão de Turismo; Dr. Acácio Barbosa, antigo Prior de Vila do Conde e abastadíssimo capitalista, Dr. Carlos Pinto Ferreira, delegado de saúde, o Dr. Castilho de Abreu, subdirector do Reformatório e pelo Dr. José Maria de Andrade Ferreira, presidente da Câmara Municipal. Foram enviados ofícios a várias personalidades, mais precisamente onze, da cidade e do concelho, que pelo seu afecto ao regime e pela importância económica que detinham melhor poderiam colaborar: Manuel Ribeiro de Faria, de Macieira, Manuel Domingues Maia, de Vairão, Comendador António Fernandes da Costa, de Touguinha, Marcelino Francisco da Cruz, de Vairão, José Fernandes da Silva, de Vila do Conde, Ezequiel Monteiro, de Azurara, D. Sebastiana Gama e Filhas, da Junqueira, Ventura Santos, de Árvore, Correia Ribeiro, Major Alberto Margaride, José Aleixo Faria e Dr. António Silva, todos de Vila do Conde. O conteúdo dos ofícios expedidos era todo o mesmo e dele extractamos: "...Organizaram-se em cada concelho de Portugal comissões angariadoras delegadas do Rádio Clube Português" que promovem a recolha da maior quantidade possível de donativos e géneros (abafos, manteiga, roupas interiores, luvas, peúgas de lã, vinho licoroso, aguardente, tabaco, fósforos, frutas secas, etc.etc.) ou dinheiro para aquisição desses géneros e para despesas de gasolina e viagem.. O dia provável da partida do 4º combóio será no dia 2 de Dezembro, e contamos que o concelho de Vila do Conde forneça pelo menos uma camionete... Os géneros são recolhidos na Companhia União Fabril.."33.

Dos ofícios que foram enviados (perfeitamente iguais no conteúdo) aos dois capelães – igreja da Misericórdia (Dr. Acácio Barbosa) e igreja do Carmo (padre Manuel Gomes de Lima, primo de José Rêgio) respigamos: "... Como se encontra a cargo de V. Exc.ª a solenidade denominada "Mês das Almas", acto a que habitualmente concorrem muitos Vilacondenses, rogo a fineza de num simples discurso fazer ver a essas pessoas a necessidade de concorrerem para aquele fim altruísta e humanitário (envio de géneros e vestuários para Espanha) quando para isso forem procurados pela Comissão angariadora. **É certo que existe nesta Vila miséria e uma parte da sua população luta com dificuldades**, mas aquele acto de generosidade serve para cada vez mais se radicar a amizade de entre os dois países, e muito poderá concorrer até, para melhores dias..."34 Não conhecemos o nível de adesão que mereceu o pedido formal da Câmara Municipal, mas é de supor, que não teria sido muito elevado. Isto porque a Edilidade parece ter tido necessidade de recorrer a duas empresas com actividade comercial e industrial na cidade, foram elas a Companhia de Pesca Transatlântica, Ldª, com sede no Porto e Empresa de Pesca Portuense, Ldª que explorava a indústria de secagem do bacalhau em Vila do Conde. O teor dos ofícios era em tudo semelhante ao já anteriormente sumariado35.

As penosas circunstâncias de vida que a população de Vila do Conde atravessava nestes anos de guerra e prelúdio de outros que se seguiram, tal qual como em todo o país, não obsteu a que a campanha governamental incidisse sobre a participação de todos, no auxílio aos falangistas espanhóis. Era ponto de honra, os portugueses podiam rebentar de fome, o que era preciso era fazer boa figura, pintar de branco o negro da fome nacional. Como paradigma temos a campanha que a imprensa local fazia em favor dos desgraçados sem pão, sem lume, sem eira, nem beira. Tínhamos, na cidade, a Sopa dos Pobres, o Albergue e o Natal dos Pobres. Um triunvirato de desgraças arrepiantes, mas isto era alguma coisa comparado com o frenesim de mostrarmos aos outros a nossa

“abastança” e filantropia? Salazar mandava, é bom não esquecer e rememorar: “Quem não é por nós, é contra nós” A Sopa dos Pobres, o Albergue e o Natal dos Pobres constituíam notícia quase semanal, a encherem e serem parte integrante do jornal que se publicava na cidade “ A Renovação”.³⁶ Se fosse preciso provar de que a fome campeava a terreiro livre podíamos aduzir vários documentos oficiais, como exemplo, deixamos dois; o primeiro dos quais enviado ao Presidente da Junta de Freguesia de Rio Mau (que serviu para todas as outras 29 Juntas do concelho) e assinado pelo Administrador : “A fim de serem assinados pelos restantes membros da Delegação Paroquial, junto envio os mapas da Campanha de Auxílio aos Pobres de Inverno, que peço o obséquio de devolver-me, amanhã, 26 do corrente, até às 15 horas, sem falta...³⁷”.

Um outro exemplo, que se pode dar, vem da Administração Central, através do Governo Civil do Porto e diz: “Para pagamento das despesas com a Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno, durante a 2.^a quinzena do mês de Dezembro, envio a V. Ex.^ª o cheque n.º 565341, da quantia de Esc. 1 296\$00, esperando se sirva enviar-me com a maior brevidade o respectivo recibo em duplicado, e no modelo próprio...”³⁸.

Poder-se-à pensar que o conhecimento e o reconhecimento da realidade que era o estado de miséria e depauperamento do país iria estancar a sanha filantrópica do Estado Novo. Qual quê! O Rádio Clube Português não desistia de ser o braço armado da beneficência governamental. Quando o calor da refrega começava a dar indícios de que a vitória iria tombar para o lado dos nacionalistas, um novo convite surgia na Câmara de Vila do Conde, a apelar para a proverbial (obrigatória) generosidade dos nossos conterrâneos: “Rádio Clube Português, porque sempre encontrou em V. Ex.^ª o maior entusiasmo pelas iniciativas a que tem dado realidade, espera que V. Ex.^ª queira contribuir agora para o êxito do comboio de camions que partirá em breve para Espanha a fim de tornar possível o abastecimento da população civil de Madrid. Convém salientar que o fim principal desta iniciativa é o da obtenção de camions, sendo a sua carga (café de preferência) uma preocupação secundária...”³⁹. Junto a este documento vinha apenso um outro, designado Boletim N.º 1, com as seguintes instruções: “1.^ª - Rádio Clube Português organiza e dirigirá um combóio de camions que se destina ao transporte de mantimentos para abastecimento da população civil de Madrid, imediatamente após a rendição desta cidade. 2.^ª - O combóio será constituído por duas colunas que se concentrarão na data que for, oportunamente, designada; a concentração da coluna do Norte efectuar-se-à em Vilar Formoso e a da coluna do Sul no Caia. 3.^ª - Serão de conta do Governo Espanhol todas as despesas a efectuar, tanto com os camions como com as suas tripulações, excepto as de deslocação até à concentração na fronteira portuguesa. Aconselha-se, no entanto, uma reserva de óleo de lubrificação pela possível dificuldade em encontrar-se o mais adequado a cada tipo de motor. 4.^ª - Cada camion será tripulado exclusivamente por duas pessoas: - um motorista e um ajudante, que deverão envergar “fato de macaco” azul e boina da mesma cor, como nos comboios anteriormente organizados por R.C.P. Os distintivos serão fornecidos no local de concentração. 5.^ª - Cada camion deverá levar o seguinte letreiro em formato grande: “**EXPEDICIÓN DE PORTUGAL AL PUEBLO DE MADRID**” 6.^ª - O fim principal a atingir consiste na obtenção dos camions; deverão no entanto ser angariados géneros, de preferência café, que constituirão a sua carga em viagem; todos os donativos em dinheiro deverão ser remetidos à RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS, bem como os donativos em géneros que excedam as cargas dos camions. 7.^ª - As embalagens deverão conter a indicação do seu conteúdo; cada camion deverá levar uma lista pormenorizada, feita em duplicado, da carga que transporte. 8.^ª - Logo

que possível deverá ser enviada a RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS – PAREDE – a seguinte informação: a) – número de matrícula e marca do camion; b) – Capacidade de carga útil; c) – nome, estado, profissão, morada, filiação e terra de naturalidade de cada um dos seus dois tripulantes; d) – dois retratos de cada um deles, com a referência aposta no verso da pessoa a quem pertencem. 9.ª) – O tempo de viagem do combóio será de cerca de 10 dias...”⁴⁰.

Tanto a circular, como o Boletim n.º1 de instruções que reproduzimos, é assinado pelo Presidente da Assembleia Geral do Rádio Clube Português, J. Boto de Carvalho⁴¹. Foi desta forma, através de palavras melifluas que o Governo português conseguiu à custa da empedernida fome das nossas classes trabalhadoras, levar a água ao moinho das tropas franquistas, ajudar ao derrube dos Republicanos espanhóis, e, simultaneamente, consolidar a ditadura portuguesa.

A HISTÓRIA ORAL

Um testemunho vivo

Ana Maria Rodriguez del Valle Alvarez-Laviada, nasceu na cidade de Oviedo, nas Astúrias, no dia 1 de Agosto de 1904. Era filha de Felix Fernandez e Aniceta Alvarez-Laviada. Veio para a cidade de Vila do Conde em Abril de 1936, no estado civil de solteira, condição que nunca mais modificou, e órfã de pai, ia completar trinta e dois anos de idade. Com ela viajaram a mãe e duas irmãs: Maria da Cruz, de 34 anos de idade e Maria Luísa, de 29 anos feitos no mês de Fevereiro anterior à entrada em Portugal. Todas quatro foram residir para a freguesia de Azurara, mudando-se anos mais tarde para a sede do concelho. A mãe faleceu na sua residência de Vila do Conde, com 86 anos de idade, seguindo-se a irmã Maria Cruz e depois a irmã Maria Luisa, a única que casou⁴².

Esta família é, pelo que conseguimos apurar, a única que se quedou e resta em Vila do Conde, das que vieram nos conturbados anos da guerra civil. Lá fomos escutando atentamente a sua história, pois a D. Ana Luísa só fala castelhano. “A minha mãe, eu e as minhas irmãs, viemos para Portugal, por causa do levantamento surgido nas Astúrias em 1934, que afectou grandemente a cidade de Oviedo onde morávamos. Tivemos medo e fugimos. Ao principio pensámos em ir para França, mas depois, pensando melhor e aconselhadas por uma sacerdote amigo decidimos vir para Portugal. Ir para França tinha alguns inconvenientes, entre eles o facto da vida ser mais cara naquelas paragens, e ainda o problema linguístico que se nos deparava. Esse sacerdote amigo já tinha estado em Portugal, na freguesia de Azurara, do concelho de Vila do Conde e era amigo da Madre Abadessa do Convento das Dominicanas Contemplativas ou de Clausura. Escreveu uma carta para esta Superiora e como resposta tivemos a alegria de saber que se quiséssemos ir para Azurara, tínhamos casa à nossa espera.

O embarque no comboio não se fez esperar e chegamos em principio do mês de Abril de 1936. Ficamos instaladas numa casa ampla, com grande quintal, mesmo junto à farmácia, no sentido sul. Vivemos aí alguns anos, até que mudamos a residência para Vila do Conde, eu, minha mãe e minha irmã Maria da Cruz, pois, entretanto, a minha irmã mais nova, a Maria Luísa, contraía matrimónio. Vivemos sós, sem a companhia de mais alguém. Mais tarde, uns meses, mas ainda em 1936, vieram alguns parentes nossos, primos, de apelido Moran, E muito anos depois, já em 1942, veio um outro nosso primo

que era o notário Luís Gomez Moran, que ficou a residir em Vila do Conde. À pergunta que me faz se conhecíamos os refugiados, ou se com eles tínhamos trato, digo-lhe que não. Cada um vivia a sua atribulada vida e, como sabe, a esmagadora maioria vinha de passagem, não dando aso a que chegássemos a contrair amizades. Todos vinham com o medo estampado nos rostos e queriam era arranjar localidades em Portugal onde estabilizarem a precária situação.

Logo depois de termos chegado a Azurara, resolveu a minha mãe que devia ir à nossa terra, Oviedo. Fomos, mas a guerra tinha rebentado e toda a Galiza estava em polvorosa, era horrível. Lá ir não custou nada, voltar é que foi uma questão séria. Metemo-nos no comboio e quando chegamos à fronteira de Tui, esta estava fechada. A minha mãe levou-nos para um hotel. Passado algum tempo, um curto espaço que não dera ainda para nos acomodarmos, chegou uma coluna de militares, inspeccionou os nossos papéis e mandou-nos mudar imediatamente de hotel sem nos darem quaisquer explicações. Percebi que se tratava de militares *Rojos*, comunistas (a nossa entrevistada sempre trata assim os Republicanos) que nos queriam incomodar. Penso que nos terá valido o facto de sermos todas mulheres e já termos residência em Portugal de antes do eclodir do conflito armado. Depois que a guerra acabou, por vontade de Deus com a vitória do Franco e a derrota dos vermelhos, fomos várias vezes a Oviedo para visitar os amigos e parentes que lá tínhamos. Do mesmo modo também eles vieram algumas vezes a Vila do Conde, o que ainda hoje acontece. Nós éramos todas das direitas, não queríamos nada com os comunistas. Ainda hoje, sempre que há eleições em Espanha eu voto. Nunca me naturalizei portuguesa e gosto muito de falar castelhano, nem sequer galego falo."

D. Ana Maria, que teve a gentileza de nos revelar a sua verdadeira história, e a quem consignamos os nossos agradecimentos, muito pouco acrescentou às informações que já possuíamos, mas apesar disso, achamos o seu testemunho de grande valor, porque veio corroborar de viva voz, algumas das nossas suspeitas, entre elas a circunstância de que esta aprazível Vila do Conde espalhada entre pinhais rio e mar, ter acolhido refugiados simpatizantes e afectos à direita, a não ser um ou outro caso muito esporádico de gente amante da liberdade e democracia⁷.

CONCLUSÃO

A diáspora do povo espanhol para as mais variegadas partes do mundo tem raízes muito entranhadas no tempo. O povo espanhol ao longo da sua história plurissecular, tal e qual como o seu irmão lusitano, tem fama de ser ousado, aventureiro, errante e sofredor.

Entre os dois países ibéricos sempre existiu um intercâmbio, um certo paralelismo e interacção, embora nem sempre da mesma amplitude. No fluir das duas nações gêmeas o relacionamento tem tido altos e baixos, momentos auspiciosos e profícuos e outros marcados por desentendimento, desconfiança, desavença e guerra. Um dado é inofismável, sendo duas nações vizinhas, localizadas geograficamente lado a lado, no extremo sudoeste da Europa, o que sucede numa não deixa inevitavelmente de

⁷ Esta Veneranda Senhora faleceu no dia 14 de Setembro de 1999.

se repercutir na outra. Portugal e a Espanha têm seguido no decorrer da sua história, rumos paralelos, se bem que por vezes algo desfasados no tempo.

No período crítico da guerra civil espanhola, assim como durante o franquismo as relações luso-espanholas foram marcadas por um espírito de boa vizinhança e solidariedade. Salazar mobilizou as estruturas do seu regime no sentido de prestar o mais amplo e generoso apoio à sublevação franquista e ao regime ditatorial por ele implantado.

No contexto conflituoso de crescente intervenção internacional, que converteu a curto prazo a sublevação militar numa guerra civil europeia, travada em território espanhol, com todo o tipo de horrores, muitos espanhóis no meio do desespero optaram por partir na busca de paz e refúgio. Dirigiram-se para vários países do mundo, a maior parte para as ex-colónias na América do Sul, que os acolheu de braços abertos, onde podiam respirar a liberdade e democracia que lhes era negada na pátria; outros dirigiram-se para os países vizinhos, para a França, e evidentemente para aquele com que tinham laços fortes e muitas afinidades - Portugal - . Dos que migraram para Portugal, alguns elegeram Vila do Conde, cidade beijada pelo rio Ave e abraçada pelo imenso oceano cor de anil como lugar predilecto, para esquecerem ou minimizarem as agruras do desterro, mesmo que parcialmente se tratasse de um exílio voluntário. Escolheram Vila do Conde porque nesta linda terra já teriam possivelmente parentes, amigos, ou simplesmente conhecidos, que de algum modo exerceram influência nessa decisão. Cremos, que na hora em foram forçados a abandonar os seus lares, já tinham um destino definido. Foi desses refugiados que nos ocupamos no decorrer do presente trabalho, fazendo o levantamento estatístico, caracterização e análise detalhada e rigorosa desse fluxo, que se distingue de todo o outro que o precedeu. Ao contrário do que ocorreu durante séculos, (relembremos a propósito que desde o século XVI que está documentado a presença de espanhóis em terra vilacondense) não foi agora a premência de melhorar de vida que os impulsionou a partir, foi algo bem mais lancinante e doloroso. Este movimento não se caracterizou pela vinda de trabalhadores, que por cá ficavam algum tempo, até amealhar um pecúlio, que lhes permitisse regressar ao torrão natal e ao aconchego do lar em condições económicas bem mais vantajosas do que as que usufruíam à partida, como foi comprovado por nós no estudo que fizemos para o período que medeia entre 1769-1910.

Agora vinham na sua maioria famílias inteiras, comunidades completas e religiosos alarmados. Não obstante se ter verificado ao longo dos séculos a vinda contínua e sistemática de espanhóis para Vila do Conde, o conflito armado projectou o fluxo para cifras nunca alcançadas anteriormente, como foi o caso do ano de 1936, que catapultou para Vila do Conde 114 refugiados, distanciando-se acentuadamente dos anos precedentes e sequentes. O afluxo de refugiados a Vila do Conde revestiu-se efectivamente de certa importância, no período dos 15 anos em estudo atingiu um total de 203 elementos.

Um número significativo deteve-se nesta nossa encantadora terra de Marinheiros, Poetas e Rendilheiras apenas cerca de um mês, outros espalharam a sua estadia por vários meses, ou mesmo anos, e temos notícia que pelo menos uma família veio para sempre, afeiçoaram-se às suas belezas, à lhaneza natural, à bonomia e solidariedade das suas gentes e jamais quiseram regressar, e quem voltou para a pátria levou concerteza gravado no seu coração o refrigério oferecido na milenar Villa Comititis.

NOTAS

- ¹ PILOTO, Adelina e SANTOS, A. Monteiro - *Fluxo Migratório Galego para Vila do Conde 1769-1910*, Revista População e Sociedade, n.º 4, Porto, 1998, pp. 285-319.
- ² ABELLA, Rafael - *A Guerra Civil de Espanha 1936-1939*, Círculo de Leitores, 1987.
- ³ OLIVEIRA, César - *Portugal, os Portugueses e a Guerra Civil de Espanha*, Ed. Ler/ El País, Fasc. 4, 1987.
- ⁴ A Falange foi fundada por José António Primo de Riveira. Em 1936 contava já com 25.000 aderentes. Nos seus primórdios a Falange surge como todos os fascismos como um movimento de esquerda. Um dos primeiros dirigentes da Falange, Ramiro Tedesma Ramos, destacado anti-clerical e anti-capitalista dizia: "Nós lutamos contra o materialismo marxista demasiado limitado, nós esforçamo-nos por o ultrapassar, mas tal não significa que não lhe rendemos as honras que ele merece, como precursor da mudança". A Falange defendia o estabelecimento de um regime forte que mantivesse a ordem e resolvesse os conflitos sociais. Em Fevereiro de 1936, a Falange publica um encómio da Frente Popular que lhe rendeu em cinco meses 75.000 novas adesões. Por o Acto de Unificação de 37 e malgrado a oposição dissimulada da Igreja e do Exército, Franco adopta-o como partido único e coloca-o na chefia, perfilhando os vinte e sete pontos que defendiam. Entre eles destacamos: "Nós queremos construir um império. Nós pretendemos para a Espanha um lugar proeminente na Europa". (Tradução livre, do livro *L'Espagne au jour le jour*, da autoria de Jacques-Laurent Bost, Editions Paul Morihien, Paris, 1951. Como nota curiosa refere-se que o presente livro apresenta na contra-capa dois autocolantes: um, negro, contém as seguintes inscrições: "Pages noires du Guide Bleu". O outro, da Livraria Internacional, L.da adverte: "Este livro está proibido em Portugal e Espanha".
- ⁵ Serrano Suñer, chefe de fila do "partido" germanófilo e pró-belicista do franquismo, foi líder da Falange, ministro da Governação e ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha entre 1940 e 1942. Pedro Teotónio Pereira, embaixador português em Madrid, formulará diversos protestos contra a impunidade da propaganda anexionista levada a cabo pelos círculos falangistas em 1940 e 1941 (cf. Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, vol. II, pp. 206 a 213).
- ⁶ Panfleto anónimo, s/d., Arquivo Particular de Adelina Piloto e A. Monteiro dos Santos.
- ⁷ Jornal *A Renovação*, 5/09/1936, Vila do Conde.
- ⁸ ROSAS, Fernando - *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*, 1988, p. 93.
- ⁹ VARELA, Isaura -WOUTERS, Marc - La Guerra Civil, História de Galicia, Faro de Vigo, fasc. n.º 50, 1991.
- ¹⁰ Suplemento Especial do jornal Faro de Vigo, 19/11/1995.
- ¹¹ Suplemento Especial do jornal Faro de Vigo, 19/11/1995.
- ¹² OLIVEIRA, Pedro Aires - *A retaguarda diplomática de Franco*, Revista de História, (Nova Série), n.º 12, Março 1999.
- ¹³ BOST, Jacques-Laurent - *L'Espagne au jour le jour*, editions Paul Morihien, Paris, 1951, pp. 88-94.
- ¹⁴ D. José Carracido, reconhecido cientista espanhol, era frequentador da praia de Vila do Conde e hóspede ilustre da Pensão Central, também conhecida como Hotel da Teresinha, nos finais do século XIX.

- 15 Pensão Peninsular, vulgarmente conhecida por Restaurante Garrido, onde se reunia a fina flor da sociedade capitalista daquela época. Ficava situada na hoje denominada Avenida José Régio.
- 16 Esta casa de Azurara foi vendida por Francisco de Vasconcelos Sousa Castro e Melo, em 1894, ao escritor José Caldas, que nela habitou alguns anos. Em 1930, foi recomprada pelo filho do anterior Francisco de Vasconcelos que, logo em 1934 a vendeu de novo, desta vez às Religiosas Dominicanas, in: Arquivo Particular de A.Monteiro dos Santos /Adelina Piloto.
- 17 O quadro central representava Nossa Senhora da Eucaristia, titular da capela (a Virgem e Jesus Menino sustentando o cálice com a sagrada hóstia; em baixo, em adoração, S. Domingos, e dos lados S. Tomás de Aquino e Santa Catarina de Sena), in: Azurara – Subsídios para a sua Monografia, Bertino Daciano R.S.Guimarães, Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas e Serafim Gonçalves das Neves – Junta de Província do Douro Litoral, Porto, 1948.
- 18 Livro de Registo de Estrangeiros, A.H.M.V.C-2820, fls.10v^o.
- 19 Correspondência Expedida, A.H.M.V.C. 2914.
- 20 Correspondência Recebida, A.H.M.V.C. 436.
- 21 Correspondência Recebida, A.H.M.V.C. 341.
- 22 Correspondência Expedida, A.H.M.V.C. 2914.
- 23 Correspondência Expedida, A.H.M.V.C. 2914
- 24 Livro de Registo de Estrangeiros, A.H.M.V.C. 2820.
- 25 Salazar –Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas, 1909/1953, Antologia. Ed. Vanguarda, Lisboa, 1954.
- 26 NOVO RUMO, director e proprietário Tadeu Pereira Neves, Editor e Administrador Abel Faria Braz Ribeiro, N.º 1, de 23 de Novembro de 1935 e N.º 32 (último) de 25 de Julho de 1936.
- 27 O DEMOCRÁTICO, N.º 1, 18.05.1913 e N.º 2035 (último), de 4.12.1936. Teve vários directores e na eclosão da guerra civil de Espanha era António Lopes de Macedo. Foi sempre propriedade da viúva de António José de Campos o “Campos tipógrafo”.
- 28 Da leitura da notícia de O DEMOCRÁTICO, fica a convicção de que o desportista ZAMORA sucumbiu durante a Guerra Civil, em 1936. Consultada a Grande Enciclopédia Portuguesa - Brasileira, é - nos referido de que em 1936 abandonou Espanha e foi para França, onde passou a jogar no clube de Nice, tendo abandonado a prática desportiva em 1939! São desconstruídas as informações.
- 29 Herculano Ramalho, nasceu na freguesia de Almacave, Lamego, e cedo veio para Vila do Conde, onde casou e lhe nasceram os filhos. Este capitão foi o maior impulsionador da primeira Revolta contra a ditadura em Janeiro de 1927, aliciando os quartéis do norte do país. Ainda durante a primeira República foi capitão-mor do Alto Cuíto, Luasa e Benguela, em Angola. Foi, igualmente, director do jornal “O Democrático”.
- 30 O número 1 é de 3 de Fevereiro de 1934 e o N.º 158 (último) é de 23 de Janeiro de 1938. Foi seu director José da Silva Ramos, licenciado em Direito, que foi Administrador do Concelho e Presidente da Câmara de Vila do Conde. Ressurgiu este jornal a 5 de Fevereiro de 1938, com novo director, António Francisco Ribeiro da Silva Nesta segunda série ostentou, durante anos, ao lado do título, a tristemente célebre frase de Oliveira Salazar: “Quem não é por nós, é contra nós”. Veio a terminar a 22 de Fevereiro de 1983.

- ³¹ Correspondência Expedida. A.H.M.V.C.-235, ofc.^o n.^o 231 de 11 de Abril de 1939.
- ³² Correspondência Recebida, A.H.M.V.C. – 437 - Embaixada de Espanha em Lisboa, ofc.^o s/n, de 14 de Abril de 1939.
- ³³ Correspondência Expedida (1936) A.H.M.V.C.-229, ofc.^o n.^o590 de 26.XI.1936
- ³⁴ Ibidem, ofc.^o n.^o 588 de 25.XI.1936
- ³⁵ Correspondência Expedida (1936) A.H.M.V.C. – 229, ofc.^o n.^o 601 de 3.12.1936.
- ³⁶ A Renovação, 11.07.1936; 2.01.1937, entre muitos.
- ³⁷ Correspondência Expedida, A.H.M.V.C. – 2911, ofc.^o n.^o ilegível, de 25.08.1936.
- ³⁸ Correspondência Recebida. A.H.M.V.C. 340, circular de 11.01.1937.
Correspondência Recebida. A.H.M.V.C. – 437, ofc.^o de 25.02.1939.
- ⁴⁰ Correspondência Recebida. A.H.M.V.C. – 437, 26.02.1939.
- ⁴¹ João Boto de Carvalho, advogado, escritor e poeta, exerceu funções consultivas em grandes companhias e colectividades e foi um dos fundadores do Rádio Clube Português, in: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol.4, p.990.
- ⁴² Casou com Francisco Machado Monteiro, empregado superior da Empresa Têxtil Valfar, sediada em Vila do Conde desde os anos 20.

O 2.º INQUÉRITO À EMIGRAÇÃO (SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, 1909-1915)

Jorge Manuel Bastos da Silva

1.

Em 1880, a Sociedade de Geografia de Lisboa propusera ao governo a realização de um grande inquérito à situação dos emigrantes portugueses fixados em colónias de livre emigração, cujos resultados a própria S. G. L. viria mais tarde a julgar muito incompletos, lançando Ernesto de Vasconcellos a responsabilidade por tal facto aos próprios emigrantes radicados em diversos pontos do mundo: “Foram muito incompletas as informações que, em consequência daquela exposição, se recolheram dos nossos funcionários consulares, apesar das instantes recomendações do Governo, *mas dada a relutância dos nossos compatriotas em se inscreverem nos respectivos consulados*, não se pode exigir mais desses funcionários.”¹

Não só esta insuficiência motiva Ernesto de Vasconcellos, passados vinte e nove anos, a considerar chegada a hora de reeditar a iniciativa. O que acima de tudo e explicitamente o preocupa é a crescente desnacionalização dos emigrantes, o seu progressivo afastamento da Pátria, medido em termos a um tempo económicos e linguístico-culturais: “Toda esta dispersão da família portuguesa, principalmente aquela que reside fora do Brasil e das repúblicas do Prata, está perdendo de há muito as características da nossa nacionalidade, porque a sua descendência, nos países em que reside, *não tem meio de lhe ministrar o ensino da língua pátria* e quando essa descendência provém de *ligações com família nativas*, é imediatamente assimilada *com prejuízo para o nosso país, para as nossas tradições e até para o nosso comércio marítimo*”².

O processo de aprovação da proposta é de notável celeridade – datada de 27 de Novembro de 1909, é apresentada e aprovada em reunião de Direcção apenas dois dias depois e na assembleia geral ordinária de 6 do mês seguinte, onde o seu autor apresenta oralmente argumentos de natureza económica e cultural idênticos aos que integram a proposta, que é aprovada por aclamação³ e virá a ser prontamente publicada no *Boletim*, na série 27^a, respeitante àquele mesmo ano.

Assim armada com a unânime decisão dos seus corpos sociais, a S. G. L. endereça prontamente ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, A. Eduardo Villaça, dois ofícios solicitando o seu patrocínio para a distribuição pelos consules de um questionário através do qual se intenta obter informações actualizadas sobre a realidade da emigração. Se o primeiro ofício (27 de Dezembro de 1909) não obtém sequer resposta, o mesmo já se não passa com o segundo (21 de Abril de 1910), que obtém uma reacção datada de 2 de Maio⁴, ficando então a S. G. L. a saber que o questionário tivera um

encaminhamento rotineiro pelas vias regulamentares de comunicação interna do Ministério – fora publicado no *Boletim Commercial* do Ministério, acompanhado por uma “recomendação” para que os consules “procurem responder” ao inquérito. O resultado é modesto, traduzindo-se pela publicação, no número de Setembro de 1911 do referido *Boletim Commercial*, de um conjunto de breves notas referentes a três tipos de situações distintas: consulados em cujas áreas de influência não residem portugueses, outros onde o número de emigrantes é reduzido e outros onde este é elevado.

Após a implantação da República, e já pela mão de Vicente d’Almeida d’Eça, a Sociedade volta à carga, conseguindo, com o apoio institucional de Bernardino Machado, enquanto Ministro dos Estrangeiros e também Presidente da Sociedade, imprimir algum dinamismo ao projecto. Em 2 de Dezembro de 1911, um ofício assinado conjuntamente por Bernardino Machado e por Ernesto de Vasconcellos, na qualidade, respectivamente, de Presidente e Secretário Perpétuo da S. G. L., lança novos dados – o compromisso de publicação dos textos das respostas no *Boletim* da Sociedade de Geografia e a atribuição do diploma de sócio correspondente⁵, que, segundo os Estatutos da instituição em vigor, mereceriam todos aqueles que “contribuam para os fins e para o desenvolvimento da Sociedade” através, por exemplo, dos seus estudos.

Passando a remeter directamente o questionário aos consules, a S. G. L. consegue, desta vez, obter grande número de respostas, o que muito provavelmente se terá ficado a dever a um surto de “adesivismo”, despoletado pela hábil promessa de atribuição do honroso diploma aos respondentes. O desenrolar da iniciativa é, ainda assim, não só desigual como moroso, dando-se por encerrado o processo somente em 1915, apesar da manifesta carência dos dados recolhidos⁶.

As respostas remetidas à Sociedade e aquelas que constam da publicação oficial do Ministério dos Estrangeiros não cobrem, no seu conjunto, toda a malha dos consulados instalados pelo Estado português em países onde se sabia ou presumia existir emigração portuguesa – a maioria das respostas provêm da América do Sul (27), seguida pela Europa (24), a África (8), a Ásia e a América do Norte (com 6 respostas cada), num total de 71, que fica muito aquém dos 126 que idealmente, dado terem sido contactados em tempo, deveriam ter apresentado contributos para o estudo.

A distribuição do inquérito e a recepção das respectivas respostas foi largamente prejudicada por duas ordens de factores: consulados houve que não chegaram a receber o questionário (o que poderá ser sinal de uma imperfeição da máquina burocrática do Ministério e/ou dos serviços postais) e vários, apesar de o receberem e até de o solicitarem expressamente (p.ex., Juiz de Fora e Rio de Janeiro), não chegam a apresentar qualquer contributo (é o que ocorre com o Consulado do Rio de Janeiro, colocado sob a responsabilidade de Fernão Botto Machado, que nunca cumpre o compromisso espontaneamente expresso de enviar uma resposta, o que leva a SGL, ou seja, muito possivelmente Vasconcellos por sua iniciativa pessoal, a “fixar arbitrariamente” em 100 000 o número de portugueses residentes naquele distrito consular⁷).

Dos 126 consulados inquiridos quer através do Ministério quer directamente pela Sociedade, numerosos são efectivamente aqueles que não chegam a responder, – 4 de África, 1 da Argentina, 4 da América do Norte, 5 da Ásia e 42 do Brasil – facto de tanto maior gravidade quanto se regista neste anos um crescendo da corrente emigratória,

tanto legal como clandestina –, o que impossibilita a extracção de conclusões seguras, mas não inviabiliza de qualquer modo a inventariação de alguns problemas relevantes.

É de assinalar, ainda, que, das 35 respostas de maior vulto publicadas, duas haviam sido enviadas em 1911 (e apenas uma dessas antes da promessa de oferta do diploma, o que é deveras significativo), 32 o foram no ano seguinte (sendo que a maioria no primeiro semestre), 3 em 1913 e apenas uma, tardia, em 1914⁸.

2.

O breve enunciado do inquérito proposto por Ernesto de Vasconcellos – uma vintena de questões apenas – torna evidentes as suas preocupações quanto à temida desnacionalização dos emigrantes. Detectam-se, efectivamente, sinais de que o autor do questionário pretende aceder a um conhecimento completo e exaustivo da condição migrante, quer na origem quer no destino escolhido.

Preocupa-se em identificar a origem geográfica dos emigrantes portugueses, bem como a respectiva idade e profissão, a sua inserção no mercado de trabalho dos países de destino, a orientação dos fluxos migratórios, o respectivo volume e as variações a que este estaria sujeito, bem como as causas destas. Evidenciando um natural conhecimento de algumas significativas tendências gerais da emigração, inquire sobre a eventual manifestação de tendência para a constituição de enclaves ou de uma outra orientação, de sinal contrário, para se dispersarem e mais facilmente assimilarem ou deixarem assimilar no novo meio (*“vivem agrupados ou disseminados?”*).

Associado à preocupação de conhecer e avaliar as eventuais tendências gregárias da massa de emigrantes, surge-nos um grupo de questões destinado a tipificar a existência de laços de solidariedade e respectiva natureza, nomeadamente inquirindo sobre a organização de estruturas de apoio aos co-nacionais em dificuldades no campo da saúde (fundação de hospitais) ou de mera sobrevivência (funcionamento de sociedades de beneficência).

Se a opção pela concentração de migrantes portugueses em enclaves “nacionais” ou pela dispersão geográfica são fundamentais para estimar o grau de coesão da emigração, também o é a constituição de (novas) famílias no meio da imigração, naturalmente induzindo à renúncia ao retorno ao país de origem. A relação entre as duas realidades, o casamento e o retorno, está claramente estabelecida na mente do autor do inquérito, como se pode constatar pela formulação da pergunta – *“Fixam-se no país, criam família ou procuram regressar ao Reino? Deixam-se assimilar?”*

É para esta última grande questão que o Inquérito procura encontrar resposta, procurando fazer incidir a sua observação sobre dois planos distintos, o da língua e o da actividade económica. Quanto ao primeiro, coloca a ênfase na conservação espontânea da língua portuguesa e na existência de diversos meios de preservação da língua e dos usos e costumes nacionais, encarados como veículos de identificação, comunicação e ligação afectiva com a pátria: o funcionamento, efectivo ou desejado, de escolas criadas especialmente para garantir a preservação da língua, a averiguação da possibilidade de garantir a subsistência de docentes especialmente destacados para a garantir (que

teriam de ser sustentados pela comunidade emigrante), a manutenção de publicações em língua portuguesa e, concomitantemente, de sociedades culturais e de recreio.

Por outro lado, e no que à actividade económica respeita, não só o inquiridor pretende conhecer o grau de prosperidade individual dos emigrantes de sucesso (“*fazem fortuna?*”, “*há capitalistas importantes?*”), assim espelhando a preocupação com a realização do mito do Eldorado recorrentemente mobilizador das saídas de nacionais, como indaga sobre as relações económicas com Portugal e as colónias e as possibilidades e meios de as incentivar (destacando-se a preocupação com as redes de transportes marítimos), associando deste modo a fidelidade a um padrão cultural luso e as exigências da economia nacional – entendendo-se associados a Metrópole e as Colónias –, tudo se embrechando no desejo de preservar a íntima ligação entre os nacionais emigrados e a pátria.

Note-se que, pese embora a variedade das questões formuladas, Ernesto de Vasconcellos entreabre uma porta para a recepção de informações complementares, sugestões ou acrescentos espontâneos dos agentes consulares, deixando no final do enunciado do questionário uma sugestão aberta (que alguns aproveitarão de facto) para que sejam adicionados às respostas “todas as demais informações que julguem úteis”.

Relanceemos os olhos, em seguida, sobre duas das questões centrais às preocupações manifestadas por Ernesto de Vasconcellos e pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

3.

São claramente patentes, quer nas respostas remetidas directamente à Sociedade de Geografia quer naquelas que foram objecto de publicação no *Boletim Commercial* do Ministério dos Estrangeiros, sinais de divórcio entre os emigrados e os serviços consulares. Poucos são os que conseguem apresentar informações concretas e objectivas sobre o número de nacionais vivendo nas respectivas áreas de influência. Dos dados, tantas vezes arbitrários e vagos, não é possível extrair qualquer cômputo seguro quer da população emigrada portuguesa quer das variações do fluxo migratório e das causas destas variações.

O consul de Gibraltar tem conhecimento de 364 colonos portugueses, que, dadas as limitações impostas pelas autoridades militares locais, nem sequer residem na sua área de jurisdição, mas sim na do consulado de Cádiz (que fornece informação mais detalhada, mas discrepante, no entanto mais rica, na medida em que desdobra a população portuguesa por sexos⁹), mas, por outro lado, assinala apenas a existência, não quantificada, de uma “certa população flutuante que viaja em doze caiques algarvios”¹⁰ e que se dedica a actividades de cabotagem.

De Campos vem uma vaga nota expressa em ordens de grandeza indefinida: “Outrora *numerosa*, a colonia portuguesa de Campos, é hoje *pequena*.”¹¹ Da Bahia chega a confissão aberta da ignorância de dados estatísticos seguros – o recém-chegado consul aguarda o resultado dos trabalhos de recenseamento populacional empreendidos pelo governo brasileiro, justificando a sua incapacidade para dar resposta ao quesito com a sua pouca permanência na função e as perturbações derivadas da divisão da colónia em dois grupos políticos antagónicos¹².

Do Maranhão, N. Fran Pacheco lamenta e denuncia a abolição dos serviços estatísticos que poderiam dar resposta ao quesito apresentado, mas no entanto fornece uma sua estimativa de “nunca menos de 1.500 portugueses”, sem adiantar qualquer base para a sua sugestão. Eduardo Otto Horn (Florianópolis) atribui às deficiências burocráticas do serviço que dirige a impossibilidade de fornecer dados estatísticos, resultado assumidamente assacado a uma falha estrutural dos serviços consulares (“nunca se assentou o movimento de entrada e saída”¹³). Em New York é patente o fosso que separa o consulado e os emigrantes, cujo número é calculado com base em informações de fonte privada e não oficial, atribuindo o consul o facto ao desinteresse dos emigrantes, que se furtam a pagar as taxas de registo, apesar de estas serem, no seu entender, notoriamente baixas¹⁴. Nem sequer em Campos, onde a inscrição nos serviços consulares é gratuita, a tendência se inverte¹⁵. No mesmo sentido vão os comentários do consul no Rio Grande, que, ao indicar o seu cálculo para a região, se desculpa com a “relutância dos portugueses em comparecer às chancelarias consulares”¹⁶.

É significativo registar que o próprio Ernesto de Vasconcellos acolhe e sublinha, logo na formulação da sua proposta, o desinteresse dos emigrantes, assim desculpabilizando os serviços consulares¹⁷, sem avançar qualquer hipótese explicativa para o facto, o que traduz um desprezo pela realidade da emigração ilegal e clandestina, cujo volume é inteiramente ignorado, como ignoradas são as razões para o fenómeno. Apenas uma nota irónica do consul em Montevideu classifica Vigo como “embarcadero *official* da emigração clandestina portuguesa”¹⁸, sem todavia se alongar sobre o tema.

Quer os agentes consulares quer a Sociedade de Geografia limitam-se a aceitar, frequentemente com pouco rigor, as estatísticas oficiais dos estados de acolhimento e os registos burocráticos, muito incompletos ou desactualizados, e a suprir as falhas de informação rigorosa com cálculos cuja fundamentação é desconhecida ou mesmo à criação caprichosa de números arbitrários.

Se grande número de consulados parecem mergulhados na modorra burocrática e não demonstram qualquer empenho em conhecer intimamente as massas de emigrantes que deveriam estar no centro das suas preocupações, ou são manifestamente incompetentes para a tarefa que teriam de realizar, outros poucos há que, embora francamente minoritários, se mostram aptos a fornecer dados com alguma aparência de rigorosos. Wenceslau de Moraes, no Japão (Hiogo e Osaka) sabe indicar com precisão uma distribuição por sexos e idades dos portugueses residentes na sua área consular e conhece o processo de inserção na sociedade nipónica. Provenientes de Macau e outros pontos do Extremo Oriente, concentram-se num pequeno enclave e formam um grupo numericamente muito estável, incapaz de se integrar quer na sociedade japonesa quer nas outras comunidades de emigrantes, que os rejeitam¹⁹.

Trata-se, obviamente, de uma particular situação em que se conjugam o reduzido número de indivíduos registados e conhecidos, o seu claro isolamento e a sua concentração numa região bem delimitada perto do consulado, portanto facilmente observável. O caso do Japão não é, todavia, único – em situação idêntica encontramos, por exemplo, as comunidades de emigrantes em Cantão e de Bombaim. Neste último caso, o consul responsável dispõe de dados estatísticos aparentemente coerentes respeitantes à emigração “de filhos da Índia Portuguesa” para a Índia Inglesa no período de 1880-1910²⁰

Não é este caso único. Todavia, poucos mais são os que parecem dispor de dados estatísticos minimamente organizados, resultantes de censos oficiais, embora nem sempre actualizados. O Vice-consul em Parnahyba, por exemplo, apresenta um pequeno quadro estatístico indicando datas de chegada (entre 1908 e 1910) de um reduzidíssimo número de portugueses (11 indivíduos apenas), que inclui o nascimento de uma criança no Brasil²¹. Os seus colegas de Uruguayana e de Montevideu²² encontram-se em situação idêntica, enquanto o de Santa Victoria de Palmar possui e comunica um censo de 1912²³, caso raro de actualização de dados. Em todos estes casos tomados como exemplo, trata-se, tal como no Japão, de diminutas comunidades, aparentemente muito estáveis e controláveis pelos serviços consulares, onde o fenómeno da emigração clandestina e ilegal poderia ter uma expressão estatística negligenciável, ao contrário das grandes metrópoles e outras áreas de grande concentração de portugueses.

Se os dados quantitativos são poucos e pouco fiáveis, as informações referentes à origem dos emigrantes, sendo igualmente vagas, dão uma imagem impressionista de portugueses metropolitanos oriundos predominantemente das regiões do Norte de Portugal, com pequenas contribuições de alentejanos ou algarvios, de extracção inteiramente rural, pobres em busca de fortuna, muitas vezes analfabetos. No relatório do consul de Manaus, que muitos dos seus colegas bem seriam capazes de subscrever, são eles classificados como “pobres creaturas analphabetas, cheias de vida e mocidade, saídas das províncias do norte de Portugal sem profissão ou de misteres pouco utilizaveis n'estes centros”²⁴.

Algumas excepções se encontram, contudo – no Índico e no Extremo Oriente, a emigração verificada não inclui praticamente naturais da Metrópole. Wenceslau de Moraes, no Japão, identifica-se como o único metropolitano entre macaenses e outros orientais; a comunidade portuguesa de Cantão é igualmente proveniente de Macau e a centena de milhar de residentes na Índia Inglesa são provenientes da Índia Portuguesa, enquanto Aristides de Sousa Mendes assinala a existência no Sultanato de Zanzibar de uma “comunidade goana”²⁵. Estas informações são, contudo, claramente desprezadas por Ernesto de Vasconcellos. As correntes migratórias que lhe parecem interessar – deduz-se tanto do enunciado do inquérito como das conclusões inseridas na sua “Introdução” – têm como ponto de partida o território metropolitano (o Reino). Os fluxos migratórios com base noutras partes do Império são abertamente negligenciadas.

Constatam os relatores a ocorrência de situações de sucesso individual, ou a sua fácil e ordeira inserção no meio de acolhimento, sem contudo inventariarem razões justificativas ou processos conducentes a tais resultados, antes refugiando-se num estereótipo pretensamente definidor do carácter do emigrante, através do qual o próprio Ernesto de Vasconcellos, resvalando para uma vaga e repetida retórica, resume o sentido dos dados qualitativos recolhidos.

Diz ele, na sua síntese, que o emigrante luso é «sóbrio, económico, trabalhador, honrado e bem comportado»²⁶ –, não deixando de evidenciar (na linha da caracterização feita pelo consul em Manaus), as suas baixas expectativas à partida de Portugal: «Das respostas ressalta á vista [...] que esses colonos se destinam a trabalhos inferiores: estivadores, carregadores, barqueiros ou catraeiros, carroceiros, moços de armazém, taberneiros, jornaleiros, barbeiros, marçanos e caixeiros, etc.»²⁷.

Outros, contudo, pintarão o quadro a cores mais carregadas, porventura mais realistas. O já citado consul português em Manaus, por exemplo, manifesta mesmo absoluto cepticismo quanto à possibilidade de uma intervenção destinada a alterar a realidade – «O estado intelectual e literário da colónia portuguesa no Amazonas é tão mesquinho, que, por mais que tivéssemos a pretensão de eleva-lo, não encontraríamos ensanchas para faze-lo sem cair fatalmente no ridículo.»²⁸

4.

Trata-se de emigrantes que frequentemente cortam os elos com a Pátria, quer no plano económico quer no sentimental, mas não por exclusiva ou maior culpa sua. Efectivamente, não escapa ao olhar crítico da S. G. L. o facto de fortes comunidades não serem servidas por linhas de navegação comercial directas nem por instituições bancárias portuguesas, como a de Boston, ou a inviabilidade de reforço das relações económicas com Portugal por não se terem aproveitado as oportunidades de ligação rápida e económica oferecidas pela recente abertura do canal do Panamá, como sucedeu com a Califórnia.

O grito de alarme estende-se ainda às relações culturais entre comunidades emigrantes e Portugal, de cujo enfraquecimento deriva a sua desnacionalização em massa – «se está produzindo por uma forma assustadora» –, como norma e não como excepção individual, tendência que atinge maior gravidade nos países não lusófonos (o que aliás constitui uma das preocupações explícitas motivadoras do inquérito).

A inversão da tendência apenas se afigura possível através da criação de escolas: «... a falta de relações com a Pátria, e a falta de escolas de língua materna [nos Estados Unidos], acaba por desnacionalizar o nosso colono.»

A responsabilização das autoridades é lugar comum a vários relatórios de consules e outros funcionários consulares, alguns dos quais, de acordo com os ventos políticos, aproveitam a oportunidade para lançar a crítica na direcção da extinta monarquia. Veja-se, a título ilustrativo, a denúncia feita pelo já citado encarregado do consulado em Manaus – «A civilização portuguesa tende a apagar-se, a desaparecer radicalmente, por culpa nossa, ou para melhor dizer por culpa dos *maus governos* de Portugal, que deixaram enxamear o Brasil de criaturas sem cultura intelectual, nem educação profissional [...] foram sendo educadas e cultivadas pelo meio em que se desenvolveram física e moralmente, acabando por fazer dele parte integrante.»²⁹

Este discurso, marcado pela desconfiança em relação às opções da política de emigração – precisamente quando o fenómeno volta a adquirir uma expressão estatística impressionante – aparece formulado em diversos tons dentro da própria S. G. L., mesmo que à margem do inquérito. Joaquim Costa, por exemplo, o autor de uma conferência sobre a emigração para os Estados Unidos, coincide com Ernesto de Vasconcellos na definição do perfil estereotipado do emigrante – «O português é inteligente, trabalhador, sóbrio, respeitador das leis» –, na necessidade de reforçar laços económicos e culturais entre Portugal e as comunidades da diáspora, atribui a responsabilidade pela tendência para a desnacionalização à acção convergente do meio de acolhimento – «O meio é absorvente e tende à nacionalização do estrangeiro» – e da

inércia das autoridades portuguesas, que não cuidam da criação de escolas e da realização de outras actividades que reforcem o emprego da língua e assim contrariem aquela tendência.

Apesar da existência de algumas poucas escolas e de alguns esporádicos contactos com as comunidades de emigrantes, muitas delas de tal maneira pobres que nem poderão sustentar um mestre escola, a impressão generalizada que se colhe desses discursos é a de que o país perde irremediavelmente uma parte substancial da sua população activa, sem que haja meios suficientemente eficazes ou oportunos para inverter a tendência.

5.

Sem pretender ser exaustivo, antes procurando apenas abordar algumas das questões em torno das preocupações centrais do inquérito lançado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, parece-nos ser lícito concluir pelo fracasso da iniciativa no que concerne à pretensão de fazer um censo actualizado da população emigrada portuguesa. Os dados fornecidos, não obedecendo a critérios uniformes de recolha, não passando muitas vezes de construções arbitrárias e fantasiosas, não constituem um instrumento útil para o conhecimento da vertente quantitativa do fenómeno da emigração portuguesa.

Dessa insuficiência deriva a sobreposição da retórica à análise das características das correntes, suas motivações e variações no espaço e no tempo e a recuperação de um retrato estereotipado optimista do carácter do emigrante português.

No entanto, é de assinalar que, num plano pelo menos, as respostas permitem colocar em equação, embora em chave pessimista, o problema da desnacionalização dos portugueses emigrados, longe da pátria, amarrados à sua ignorância e ao seu analfabetismo, presa fácil de sociedades que os absorvem e integram com irremediáveis consequências para as relações afectivas, culturais e económicas com Portugal. Pessimista, este retrato não deixa ele também de ser um outro estereótipo, que, confrontado com a realidade, não ficaria certamente de pé.

Uma outra importante evidência é a do divórcio entre as autoridades nacionais, sejam elas os governos que se sucedem em Lisboa (e decerto não apenas os monárquicos, como algumas observações sublinham ou insinuam), sejam os serviços consulares frequentemente e tendencialmente burocratizados e inertes, eles próprios bastas vezes enredados em formulações retóricas que (mal) disfarçam a sua incapacidade para descer ao terreno da realidade.

NOTAS

- ¹ Proposta apresentada à S. G. L. em 27.11.1909, publicada no *BSGL*, série 27^a (1909) e reproduzida em Ernesto de Vasconcellos, *Colónias Portuguesas em Países Estrangeiros*, 1915, p. 1/4.
- ² Idem, ibidem.
- ³ *Assembleia geral ordinária em 6 de dezembro de 1909. Acta-extracto*. (manuscrita), folha 6 (Arquivo da Sociedade de Geografia de Lisboa).
- ⁴ A correspondência trocada entre a S. G. L. e o Ministério, nos diversos momentos do processo de lançamento do inquérito, encontra-se publicada no *BSGL* e é igualmente reproduzida no livro editado por Ernesto de Vasconcellos, p. 4/8.
- ⁵ *Colónias Portuguesas...*, p.8/9.
- ⁶ As respostas recebidas foram sendo publicadas no *BSGL*, da 30^a série (1912) à 33^a (1915) e mais tarde reunidas (no mesmo ano de 1915) no volume já citado, com uma introdução sucinta de Ernesto de Vasconcellos.
- ⁷ *Ib.*, p. VI.
- ⁸ Deverá adicionar-se a estes uma comunicação tardia da autoria do consul em Cantagalho, que alguns anos mais tarde ainda tem presente a necessidade de enviar informações objectivas sobre a sua área, fornecendo um texto com data de 7.9.1917, que será publicado no *BSGL*.
- ⁹ Vasconcellos, p. 62.
- ¹⁰ *Ib.*, p. 11.
- ¹¹ *Ib.*, p. 20. Sublinhados meus.
- ¹² *Ib.*, p. 45.
- ¹³ *Ib.*, p. 84.
- ¹⁴ *Ib.*, p. 85.
- ¹⁵ *Ib.*, p. 20.
- ¹⁶ *Ib.*, p. 187.
- ¹⁷ *Ib.*, p.
- ¹⁸ *Ib.*, p.95.
- ¹⁹ *Ib.*, p. 23/25.
- ²⁰ *Ib.*, p. 88.
- ²¹ *Ib.*, p. 81.
- ²² *Ib.*, p. 82 e 94.
- ²³ *Ib.*, p.197.
- ²⁴ *Ib.*, p. 32.
- ²⁵ *Ib.*, p. 138/139.
- ²⁶ *Ib.*, p. IV.
- ²⁷ *Ib.*, ib.
- ²⁸ *Ib.*, p. 252.
- ²⁹ Ernesto de Vasconcellos, ob. cit., p. 35.

DA TRADIÇÃO MUSICAL PORTUENSE

CÍRIACO DE CARDOSO – NOTAS BIOGRÁFICAS ¹

Maria José Ferraria

O segredo da música portuguesa não está no ritmo, está no sentimento.

Ciriaco de Cardoso

A música nunca trouxe fortuna a ninguém e muito menos em Portugal onde esta arte é vista como uma actividade apenas ao alcance de uma restrita elite economicamente desafogada, com acesso a aulas e a concertos. Vista muitas vezes como uma mera actividade de lazer, apenas alguns olharam para ela como uma profissão, que se estendia frequentemente para além das aulas particulares aos filhos daqueles que delas podiam desfrutar, e que enchiam os salões de sons e de movimento, traduzindo por vezes um estado de espírito, uma doce sensação de inconsciência, de que a beleza do momento jamais iria passar.

O Porto, cuja tradição musical é sobejamente conhecida e reconhecida pelos apreciadores da boa música, cultivou o gosto por esta arte, construindo salas e teatros, instituições, promovendo concertos nos mais diversos locais e para os mais variados gostos. Também soube, a seu tempo, imortalizar aqueles que um dia se atreveram a olhar para a música como a sua maneira de estar na vida.

Ninguém espera uma vida sem problemas, porque então não teria valido a pena viver. A luta tantas vezes constante pela sobrevivência num mundo vazio de ilusões tornou grandes os nomes daqueles que venceram as tempestades do destino. Beethoven foi um entre tantos outros. Conheceu a fama, a riqueza, o desamor, a doença, a surdez... e venceu a morte!

No nosso país, numa outra dimensão, também não nos faltam exemplos de heróis, que no silêncio do sofrimento, gritaram bem alto que valia a pena ser músico em Portugal.

Numa rica tradição que lhe é por demais reconhecida através dos inúmeros artigos que ao longo dos tempos têm sido dedicados a este tema, e que nos apontam os nomes tão bem conhecidos de Moreira de Sá, Guilhermina Suggia, Artur e Alfredo Napoleão, Nicolau Ribas, Joaquim Casella, Henrique Carneiro, Madalena de Sá e Costa e mais recentemente Cândido Lima ou Luís Henriques e Pedro Burmester entre tantos outros, cabe-nos, neste momento, destacar o papel assaz importante protagonizado por Ciriaco de Cardoso.

A pouco mais de um ano do centenário da sua morte, Ciriaco morreu a 16 de Novembro de 1900, em Lisboa, vitimado pela tuberculose, pensamos que é importante recordar a obra deste insigne mestre da música portuguesa.

Domingos Ciriaco de Cardoso, nasceu no Porto, no dia 8 de Agosto de 1846, na freguesia da Sé, filho de João Cardoso e de D. Maria Teodora Cardoso.

Filho de um modesto contrabaixo, cedo se lhe descobriu o enorme talento para a música. Teve como professores em primeiro lugar seu pai, e depois Carlos Dubini e Franchini. Aos treze anos já tocava em orquestras ao lado de nomes como os dos professores Hipólito e Nicolau Ribas², enquanto que aos catorze já era possível vê-lo reger uma banda musical.

Talentoso, dotado para a execução de diversos instrumentos, lembremos que tocava com grande maestria rabeça e violoncelo, considerado um solista distinto que cedo granjeou fama e prestígio em todo o país, revelou-se fundamentalmente um compositor de génio.

Em 1863, Ciriaco de Cardoso parte para o Brasil, onde desenvolve, ao longo de catorze anos, uma intensa e brilhante actividade em prol da música clássica. Regeu durante várias épocas o Teatro Lírico Fluminense, organizou diversos concertos, num dos quais fez ouvir pela primeira vez em todo o continente americano a *Missa de Requiem* de Verdi.

Em 1877, viaja para Paris onde conviveu com alguns dos grandes mestres do seu tempo, regressando em seguida ao Porto, onde acaba por fixar residência e constituir família. Casa com D. Genoveva Cardoso de quem tem três filhos, Maria da Piedade Cardoso, Maria José Cardoso e José Cardoso.

Nesta cidade ficaram célebres os concertos que deu ao lado de Moreira de Sá, Nicolau Ribas, Marques Pinto e outros, na então denominada Sociedade Phylharmonica Portuense que mais tarde deu origem ao Grémio Portuense.³ Em 1883, funda-se a *Sociedade de Música de Câmara*, constituída por Moreira de Sá, Nicolau Ribas, Marques Pinto, Alfredo Napoleão e Ciriaco de Cardoso. Ao longo de cerca de nove anos esta Sociedade vai desenvolver uma importante actividade no sentido da divulgação da música de Câmara em Portugal, executando obras não só de compositores estrangeiros de reconhecido mérito, como Brahms, Tschaikowski, Saint-Saens ou Grieg, mas também de compositores portugueses como Miguel Ângelo, Ciriaco de Cardoso ou Franco Mendes.

Aquando da inauguração do Palácio de Cristal, é fundada uma Escola de Música, dirigida por Carlos Dubini, e onde Ciriaco se revelou como um dos seus melhores elementos, passando mais tarde a mestre da referida banda, cuja fama reconhecida pelo público e pela crítica, leva a actuar em concertos em Lisboa e em Coimbra, e sendo composta por alguns dos melhores professores do seu tempo. Pela mesma época Ciriaco assume também a regência da orquestra do Palácio de Cristal.⁴

Na qualidade de director de orquestra do teatro de S. João, recebe a incumbência da empresa Gama & Pastor, de ir a Itália contratar uma companhia lírica para este teatro, sendo ao que julgo esta a etapa que marca o seu interesse pela opereta e pela ópera cómica tão em voga nessa época. Assim, para a temporada lírica de 1885-1886, contrata para actuar em Portugal os sopranos Julietta Rey, a Torrije e a Martinez, os contraltos Adelia Borghi e a Bustos, os tenores Bulterini, Oresti, Emiliani, Gnome e Remini, os barítonos Ezio e Scaramella e o baixo Tanzini, um dos mais afamados da época. Tem o público portuense desta forma o ensejo de assistir à interpretação da Carmen, em primeira audição, fazendo-se ouvir em récitas extraordinárias alguns dos nomes mais

famosos do mundo como os irmãos Andrades, a Sembrich e Breviês. Podemos considerar esta como uma das épocas de ouro do teatro lírico nacional, pois rapidamente o entusiasmo do público cai e volta-se para o género ligeiro, onde predomina a ópera cómica e a opereta, em grande parte porque o público portuense, amante da boa música não tolerava peças ou artista de inferior qualidade.

A opereta que se assume como uma forma intermediária entre a música popular e a música dita erudita, é caracterizada por um lado, pela simplicidade de expressão e pelo lugar comum do ritmo, e por outro lado, pelo engenho artístico. De facto, dotada de uma grande vivacidade de acção, consegue corresponder às exigências de grande parte do público que a ela assiste, quer do ponto de vista musical, quer do ponto de vista do enredo, atraindo cada vez mais um crescente número de fiéis seguidores. A partir de 1874, muitos foram aqueles que se dedicaram à sua divulgação, como Alves Rente, que à frente do teatro da “Trindade”, deu ao público a oportunidade de ouvir peças como o *Xá da Pérsia* (ópera burlesca) e *Diabrete* (opereta), enquanto que José Cândido regeu a ópera *Eurico* de Miguel Ângelo, deu as primeiras audições duma *Avé Maria* e duma *Canção Portuguesa* e ainda de um *Hino Triunfal*, assim como fez representar a opereta *Narciso com Dois Pés*, tudo da sua autoria

Em Setembro de 1887, é fundada uma das mais importantes e prestigiadas companhias do país, a Ciriaco de Cardoso & C^{ua}, que se torna arrendatária do Teatro Baquet, estreando nessa data a opereta O Coração e a Mão, traduzida para português por Luís de Magalhães, com música de Lecoq. Aqui Ciriaco era tudo, desde empresário a ensaiador e maestro-director. A sua estadia em Paris, onde teve a oportunidade de assistir ao desempenho de muitas das grandes obras do género, e em particular, à opereta *Os Sinos de Corneville*, da autoria de Robert Planquette, no ano da sua estreia, permitiram-lhe levar a cabo, com êxito, aquilo que pretendia.

Seguem-se muitas outras operetas e óperas cómicas, como *Os Dragões de Vilares*, *O Moleiro d'Alcalá*, *Giroflé-Giroflá*, *Jovem Telemaco*, *Guerra do Açor* e *Chouriços e Polacos*. Entre os muitos actores que por ela passaram, dando vida às mais diversas personagens, destacamos Dorinda Rodrigues, Aurélia dos Santos, Amélia Garraio, Teresa Prata, Elvira Mendes, Virgínia Nery, Moisés Bensaúde, Firmino António Rosa e Xavier Vieira.

O êxito desta companhia termina com a tragédia do Teatro Baquet.

O dia 20 de Março de 1888 parece ter sido nefasto para todos os portuenses e para Ciriaco em particular. De facto, nesse dia foi a enterrar um dos mais célebres violinistas portugueses, amigo e companheiro de Ciriaco de Cardoso, de Moreira de Sá e de tantos outros, falamos de Augusto Marques Pinto. Na noite desse mesmo dia, o Teatro Baquet enchia-se de público que aí se deslocava para assistir à festa artística do actor Firmino, nada fazendo prever que a tragédia se anunciava para daí a pouco. Nessa madrugada, deflagra um violento incêndio que destruiu por completo o teatro, vitimando dezenas de pessoas e cobrindo de luto a cidade e o país. Para Ciriaco a tragédia foi ainda maior pois não tinha o recheio do teatro coberto pelo seguro.

Após o rescaldo da tragédia, Ciriaco lança-se ao trabalho, primeiro no Teatro D. Afonso, onde faz ouvir entre outras as óperas *Carmen*, a *Dama Branca*, *Guarany* e *Linda de Chamounix*. Assume entretanto o cargo de director musical da Companhia Taveira, no Teatro do Príncipe Real⁶. E é aqui que todo o seu talento enquanto compositor vai ter a possibilidade de criar algumas das mais deliciosas operetas jamais escritas em Portugal. Associando o seu génio a libretistas de qualidade inequívoca como

Gervásio Lobato e D. João da Câmara, escreve a música para o *Burro do Senhor Alcaide*, o *Solar dos Barrigas*, o *Testamento da Velha*, *Bibi & C^a*, *Meia Noite*. Mais tarde comporia ainda a música para revistas *A Tourada*, de Marcelino de Mesquita e Gualdino Gomes, *Ali... à preta!*, de Guedes de Oliveira, *Ramerrão*, de Acácio de Paiva e Esculápio, o *Moleiro de Alcalá* e *Relógio Mágico*, traduzido por Garrido, *Doze Mulheres de Japhet*, traduzido por Lopes Teixeira. Abre-se então o caminho àquele que ainda hoje, e com justiça, é considerado um dos grandes renovadores do teatro português. Desbravam-se assim novos caminhos na arte de encenar, de declamar, de vestir e articular uma peça, tornando inesquecíveis as peças então levadas à cena, que se tornaram rapidamente em êxitos recordados com saudade por aqueles que a elas assistiram.

Muito fica ainda por dizer sobre este compositor e músico. Os motivos que o levaram a abandonar o Porto e fixar residência em Lisboa, a análise mais profunda da sua obra e de tudo quanto sobre ela foi escrito, tentar caracterizar de uma forma mais profunda e exaustiva a vida e a obra deste homem. Para isso será necessário percorrer, de uma forma cuidada, os jornais e as revistas da época, as partituras, os libretos, as memórias dos que com ele conviveram. Deixamos isso para uma outra oportunidade.

Ciriaco morre em Lisboa, no ano de 1900, tendo sido sepultado no cemitério dos Prazeres dessa cidade, e um ano mais tarde, os seus restos mortais são trasladados para o jazigo da família Taveira, no cemitério do Prado do Repouso, na cidade do Porto.

Antes de terminar, gostaria de lembrar que, em 1927, numa homenagem póstuma, a Câmara Municipal do Porto deu o nome do maestro a uma rua desta cidade.

Quase um século depois, resta-nos perguntar: Quem recorda a sua memória?

NOTAS

¹ Este artigo foi inspirado nos dois artigos de homenagem ao maestro Ciriaco de Cardoso, publicados pelo O Tripeiro, de 15 de Junho de 1927, 3^a série, 2^a ano, n.º 36 e de Agosto de 1946, 5^a série, 2^a ano, n.º 4.

² Nicolau Ribas foi anos mais tarde professor e colaborador assíduo de Bernardo Valentim Moreira de Sá.

³ Durante dois anos, entre 8 de Agosto de 1880 a 9 de Agosto de 1882, assistimos à fusão da Sociedade Phylarmonica Portuense com o Club Portuense, originando este Grémio Portuense. Em Agosto de 1882, o Club Portuense retoma o seu nome primitivo.

⁴ Era então arrendatário do Palácio o Conde Henry de Burnay.

⁵ Esta companhia foi uma das que mais contribuiu para a divulgação entre nós do repertório da ópera cómica.

⁶ Isto na temporada de 1889-1890.

COOPERATIVISMO E ELECTRIFICAÇÃO RURAL A COOPERATIVA ELÉCTRICA DO VALE D'ESTE

Jorge Fernandes Alves

Abstract

This study analyses the relations between the co-operatiste movement and the rural electrification in Portugal, dealing in a case-study - the Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este in the portuguese NW (Famalicão and Barcelos).

Embora o problema, pela sua aparente modéstia, deixe indiferentes os que se encantam com as coisas que são grandes e impressionam pela própria grandeza, não resta dúvida de que a electricidade, tornada acessível a maior número de populações rurais, é um factor de conforto, de facilidade de vida e de trabalho, um elemento favorável à fixação do trabalhador na terra em que nasceu.

J.N. Ferreira Dias Jr. *Linha de Rumo*, II, 218

Perfeitamente integrados no espírito do cooperativismo, irmanados pela solidariedade e comunidade de interesses, formemos um todo que nos permita elevar ao máximo a obra proveniente do esforço colectivo de todos nós.

Cooperativa Eléctrica do Vale D'Este - Relatório de 1938.

SUMÁRIO

- 1 - INTRODUÇÃO
- 2 - A ELECTRICIDADE
- 3 - A ELECTRICIDADE EM PORTUGAL
 - 3.1 - As primeiras instalações
 - 3.2 - A proliferação de pequenas centrais
 - 3.3 - A defesa de uma rede eléctrica nacional
 - 3.4 - A polémica das tarifas
 - 3.5 - A lei de electrificação (lei n.º 2002)
 - 3.6 - A escassez energética e os planos de fomento
 - 3.7 - O vazio da electrificação rural
 - 3.8 - Nova organização do sector eléctrico
- 4 - A ELECTRIFICAÇÃO REGIONAL E LOCAL - alguns aspectos
- 5 - A COOPERATIVA ELÉCTRICA DO VALE D'ESTE
 - 5.1 - Uma zona rural: o vale d'Este
 - 5.2 - As cooperativas
 - 5.3 - CEVE - os inícios
 - 5.4 - A consolidação
 - 5.5 - A renovação das concessões
 - 5.6 - Novo ciclo: as tarifas degressivas
 - 5.7 - As dificuldades dos anos 70
 - 5.8 - Entre o discurso cooperativista e a prática oficial: o aperto das cooperativas no pós-1974
 - 5.9 - O direito à sobrevivência e ao progresso
- 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 7 - Anexos
- 8 - Bibliografia e fontes

1 - INTRODUÇÃO

Luz e sombras! Viajemos, num golpe de asa, aos inícios do século XX, quando a electricidade se propaga como energia de iluminação. Luz para a cidade, que se assume como um clarão, ao lado do manto de trevas nos campos que a rodeiam. Se as casas urbanas se iluminam, se as ruas se tornam claras de noite para o trânsito de pessoas e de viaturas e para criar condições de segurança, se aos poucos as montras das lojas de comércio emergem como quadriculas mágicas com luz própria que projectam raios para o consumidor, a ruralidade envolvente da urbe continua imersa na escuridão, espaço fértil de fantasmas e fantasias na inquietude que se segue ao pôr-do-sol. O meio urbano, com a electrificação, prolonga o dia, recuperando a luz ao anoitecer, mas o campo mergulha rapidamente no fluido negro e incerto da noite profunda, uma vez que a electricidade demora a chegar e o breu da noite não se quebra com lamparinas de azeite (mais tarde de petróleo), cuja luz bruxuleante apenas cria penumbras propícias à meditação e ao movimento suspeito de sombras. Daí a fascinação e atração da cidade, que representa metaforicamente a claridade do progresso, enquanto a noite campestre continua a mediar-se com a realidade através de um véu de trevas difícil de rasgar.

Na verdade, e numa perspectiva histórica, a electrificação foi inicialmente uma função urbana muito localizada, começando por geradores ou centrais particulares de pequena potência para alimentar focos urbanos reduzidos, sobretudo em torno de unidades industriais, das quais sobrava energia para casas próximas. Só numa segunda fase, a electricidade se generalizou às populações urbanas, quando surgiram fontes de energia mais poderosas. Finalmente vieram as grandes centrais térmicas ou hidroeléctricas, estas situadas já longe das zonas urbanas e exigindo redes de transporte de energia mais complexas, alargando-se os consumos a povoações dentro de áreas mais alargadas. Mas chegar às populações rurais dispersas, com casas isoladas, exigia esforços financeiros para instalação de rede que não se compatibilizavam com o rendimento derivado de baixos consumos, pelo que as empresas de energia, pautadas pelo lucro, eximiam-se a esse serviço.

Se as empresas de electricidade só encontravam viabilidade nas zonas urbanas, de grande densidade, logo assegurando grande número de consumidores para uma rede eléctrica pouco extensa, o campo não estava necessariamente condenado à escuridão. Não faltava quem, nos campos, ansiasse pela luz que chegava pela via do progresso técnico. Por isso, foram surgindo aqui e ali, soluções para trazer para as zonas rurais a luz que chegava por fios, de forma ainda bastante estranha para a maioria dos mortais. Se um ou outro empresário conseguiu criar ou comprar luz para distribuição local, fenómeno frequentemente ancorado em núcleos industriais dispersos pelo campo, houve os que entenderam que a força colectiva poderia representar essa possibilidade, quando a iniciativa individual não ousava correr o risco de eventuais prejuízos. E, neste esforço de criação de serviços comuns em diversos domínios, sem garantia de lucro, distinguiram-se as cooperativas, solução baseada na crença da entreaajuda e no auxílio mútuo, com grande tradição no meio operário, mas depois com uma acção alargada a vários domínios, desde o consumo, à habitação e à agricultura.

Essa atitude cooperativa surgiu também algures nos campos agrícolas do Vale d'Este, espaço continuado de quintas e quintais, sulcado pelo fio de água do rio Este, curso que, vindo dos lados da cidade de Braga, ajuda a separar administrativamente os concelhos de Barcelos e Vila Nova de Famalicão. É aí que, em 18.12.1930, um punhado de

homens decide criar uma Cooperativa com o objectivo de trazer a luz eléctrica para o campo em que viviam - a *Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este*.

*

Os fundadores da Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este pretenderam, ao dar-lhe vida, servir uma região, distribuindo luz e força motriz à nossa Terra. Assim se exprimia o Conselho Fiscal da Cooperativa em 1969, no relatório anual, evocando a acção dos pioneiros que ergueram a Cooperativa em 1930. E o Conselho considerava este desígnio cabalmente cumprido, pois a Cooperativa acompanhava de perto o progresso técnico neste domínio, procurando levar a todos os cantos da sua área de concessão os "benefícios da energia eléctrica". E sem qualquer objectivo de lucro, não obstante o protesto de um ou outro cooperante, que na altura, face ao Código Comercial, assumia o estatuto de accionista, e que gostaria de receber dividendos das suas acções de valor escasso!

"Ou distribuimos lucros, e não acompanhamos as necessidades sempre crescentes dos consumidores ou seguimos o caminho de servir cada vez melhor", afirmava o Conselho Fiscal, revendo-se na acção do Conselho de Administração, que remetia sistematicamente os lucros da exploração para a ampliação da rede e a melhoria das condições de fornecimento. Por isso, o Conselho Fiscal insistia, ao apelar à aprovação de contas: *Esta é a razão de ser da Cooperativa. Servir nas melhores condições possíveis os consumidores.*

Este breve estudo procura enquadrar e traçar o percurso desta pequena mas paradigmática redistribuidora de electricidade, agora que, ao chegarmos a 1999, mais trinta anos correram sobre a evocação acima referida, completando-se já a bonita idade de 71 anos. E se, com o correr dos anos, tanta água passou sob as pontes nos circuitos empresariais da electricidade em Portugal, a Cooperativa continua de pé, com sede em Louro, a exercer os objectivos para que foi criada, redistribuindo electricidade a um pequeno núcleo de freguesias dos concelhos de Vila Nova de Famalicão e de Barcelos. Seria crível que, se o seu objectivo fosse outro que não o de servir, ainda subsistisse, quando quase toda a rede de produção e distribuição se dilui numa só empresa nacionalizada, a partir de 1975, e depois de mesmo anteriormente se ter feito a apologia da concentração em grandes unidades?

Para compreendermos o que a foi a acção desta Cooperativa (e de outras à sua imagem, que todavia não sobreviveram, a maior parte, aos ventos da História), vale a pena recordarmos o problema da electrificação rural, tal qual ele se colocava em 1957, passados mais de 25 anos sobre o início da Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este. Recorreremos para esse efeito ao "Relatório sobre Electrificação Rural", da autoria de uma comissão de técnicos nomeada pelo ministério da economia e que incluía representantes de várias direcções gerais, dos municípios, da lavoura e das empresas concessionárias. O ministério, em portaria de 13.3.1956, invocava a escassa produtividade da terra portuguesa, a tendência para o êxodo rural ou para a emigração e apontava a necessidade de criar melhores condições de vida e da criação de novos meios de trabalho para fixar às populações às suas terras de origem, para cujas finalidades a energia eléctrica poderia concorrer, numa altura em que vislumbrava a execução de um vasto plano de produção de energia hidroeléctrica e o fomento da sua distribuição. E pedia um relatório (no prazo de 180 dias) com soluções para o problema, uma vez que o

carácter disperso do povoamento rural implicaria um esforço do Estado para concessão de facilidades, compra de material, tarifas de fomento, etc.

No seu relatório, datado de Abril de 1957, a comissão começava por distinguir dois problemas distintos: o da electrificação das povoações e o da electrificação das explorações agrícolas. E, embora perorando sobre as conexões da electricidade junto das explorações agrícolas no que se referia às exigências de produtividade, a comissão retirava as seguintes conclusões: "feliz ou infelizmente, estamos ainda longíssimo desta fase do desenvolvimento agrícola, e portanto das aplicações correlativas da energia eléctrica"; o problema vivido não era o da falta de mão-de-obra que a energia ajudaria a colmatar, mas sim a sua "fartura"; nas situações pontuais em que a força motriz era mesmo indispensável, os "motores de combustão interna" surgiam como solução, quer sob a forma de motores fixos ou transportáveis, quer "sob a forma de tractores acumulando com outros os trabalhos à correia", os quais "ocupam posições donde a electricidade só os desalojará a longo prazo, e onde prometem oferecer-lhe permanentemente concorrência". O abastecimento de energia às explorações agrícolas não seria, pois, senão uma acção de longo prazo, depois de se habituarem as populações à electricidade, pelo que o problema era só um, o da electrificação rural com "uma distribuição suficientemente densa".

Portugal começava a discutir, por esta altura, aquilo que na Europa tinha sido uma discussão de entre as guerras: a electrificação rural. Para cobrir as áreas rurais com a electrificação, os países estrangeiros pioneiros nesses serviços recorreram a subvenções estatais ou empréstimos a taxas reduzidas, a taxas a pagar pelos consumidores sobre a venda de energia, a contribuições em capital ou anuidades no custo das instalações a pagar pelos consumidores rurais ou ao financiamento estatal.

Ora, se Portugal não fugiu ao quadro geral de crescimento da electrificação acima enunciado, a verdade é que nos finais dos anos 50 estava longe de cumprir a electrificação. Existiam ainda centros populacionais importantes que nem sequer tinham ligação à rede nacional e a rede de alta-tensão ainda não cobria o País, muitas freguesias rurais (cerca de 2000) não tinham qualquer tipo de abastecimento, ou seja, Portugal encontrava-se ainda, nas palavras da comissão, numa "fase incipiente de electrificação". Havia até localidades fronteiriças que eram alimentadas directamente por Espanha (Melgaço, Monção, Valença, Freixo-de-Espada-à-Cinta). E a rede de alta tensão começava apenas a chegar a cidades como Vila Real ou Bragança, Beja ou Faro, mostrando as lacunas da "grande distribuição" que só ocorria na faixa litoral que unia Braga a Setúbal. Os problemas multiplicavam-se nas distribuições em baixa tensão. Em grande parte, as câmaras optavam por assumir a electrificação da sede concelhia, entregando a correspondente às freguesias rurais a pequenas empresas, que se debatiam com números de consumidores reduzidos (algumas não atingiam a centena). A eventual instalação de electricidade doméstica nestas condições ficava relativamente cara aos consumidores. A comissão calculava que, nas áreas abrangidas pela rede instalada, só uma média de 22% das casas (com variações entre 14 a 50%) recorria à electrificação, avançando a explicação dos custos elevados da instalação (incluindo aluguer do contador e manutenção de lâmpadas e fusíveis) como a grande dificuldade, uma vez que a corrente em si mesma representava um custo mais barato do que as outras soluções energéticas (lenha incluída). Perante esta situação, interrogava-se a comissão, como levar aos interiores domésticos a comodidade, o conforto, a higiene e a limpeza que a electricidade proporciona e o sentimento de igualdade social e de dignificação humana

que a electrificação faz sentir? E dava a resposta, porventura inesperada: "é indispensável que se promova por outros meios um aumento substancial do poder de compra e portanto do nível de vida das populações rurais". Pagar mais ao trabalhador do campo, compensar melhor a produção agrícola e desurbanizar quanto possível a indústria, eram os alvires que a comissão deixava ali mesmo. Ou seja, electrificar deveria ser um meio de acompanhamento de outras medidas de desenvolvimento, doutro modo seria "colocar postes e estender linhas de cobre pelo País", para atingir percentagens muito baixas de electrificação, revelando a comissão claras preocupações com a rentabilidade dos investimentos necessários. Em suma, a comissão considerava que a electrificação rural não seria uma operação rentável, carecia por isso do auxílio do Estado, ao mesmo tempo que defendia a concentração da rede distribuidora, dada a má rentabilidade das pequenas redes.

Este quadro nacional, que para muitas zonas do País se prolongou para lá de 1974, só superado quando, depois da nacionalização da rede, a electrificação foi considerada um serviço social urgente, não se adequa ao núcleo de freguesias do Vale d'Este, servidas pela Cooperativa Eléctrica ao longo de sete décadas. Criada por escritura pública de 18 de Dezembro de 1930, numa terra então muito marcada pela agricultura de minifúndio, a Cooperativa rapidamente lançou mãos à obra e, apesar das muitas dificuldades iniciais, antecipou localmente a criação de condições para o crescimento com desenvolvimento que a energia eléctrica propicia. Sabe-se a importância da antecipação nos processos de desenvolvimento, ao permitir que a electrificação não tivesse apenas uma dimensão doméstica, mas também empresarial, quer nas actividades agrícolas que puderam dispor de energia para trabalhos de rega, para explorações pecuárias e outras, quer para o surgimento de actividades industriais que ali vieram instalar-se ou ultrapassaram a fase de manufactura incipiente. O Vale d'Este é um exemplo destas vantagens da electrificação relativamente anterior à de outras áreas circunvizinhas pela imagem de crescimento que passou a apresentar depois dos anos 30.

Hoje a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este é considerada a mais antiga cooperativa de distribuição eléctrica em todo o mundo. É, por essa razão, um elemento valioso do nosso património histórico, cultural e social, tanto mais que estamos num país em que o movimento cooperativo, tão forte nos países desenvolvidos do norte europeu, não apresenta grandes motivos de euforia, embora haja toda uma história do cooperativismo português a desenvolver, para evidenciar um dos mais puros movimentos de mutualismo, afastados os preconceitos que conotavam as cooperativas exclusivamente com o socialismo, esquecendo o seu papel de catalisador do bem-estar colectivo. Mas, mais do que isso, a Cooperativa Eléctrica do Vale D'Este é uma organização viva, actuante, progressiva no cumprimento dos seus objectivos de sempre e olha a história como um percurso de dificuldades vencidas que lhe conferem o sentimento do dever cumprido e lhe dão alento para continuar fiel aos seus princípios fundadores.

Nas páginas que se seguem, procura-se narrar esse percurso de luta pela electrificação rural desenvolvido pela Cooperativa Eléctrica do Vale D'Este, integrando-o no quadro mais amplo da electrificação e suas vicissitudes em Portugal. Para a concretização deste trabalho, o autor tem de reconhecer o impulso inicial do eng^o Luís Machado Macedo e de Monsenhor Joaquim Fernandes, elementos dos corpos sociais da Cooperativa, bem como endereçar um agradecimento particular ao gerente sr. Álvaro Ribeiro, memória-viva da Cooperativa ao cabo de 50 anos de trabalho na organização,

pela sua disponibilidade para informar e documentar, contribuições que foram decisivas para a produção deste exercício historiográfico de compreensão de um fenómeno local de electrificação que se desenvolve desde 1930.

2 - A ELECTRICIDADE

Cerca de 100 anos depois de Galvani ter observado um fenómeno estranho que fazia convulsionar os músculos de uma rã dissecada em contacto com metal (1785) e de Volta o explicar como um fenómeno de condução eléctrica, daí partindo para a concepção do primeiro gerador ou pilha (em 1800), a electricidade atingiu finalmente a sua idade madura. Um século de experiências e de realizações no domínio da Física, que é também um tempo de desrezos e incompreensões para com os pioneiros da electricidade, de que hoje todos usufruem numa participação quotidiana impossível de quantificar.

Por isso, há precisamente cem anos atrás, a *Revista de Obras Públicas e Minas*, órgão da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, podia já evocar o "cortejo triunfal do século" que findava, colocando em lugar de destaque a electricidade no domínio das tecnologias, porque operava maravilhas nas comunicações e na iluminação. Na telegrafia, nos transportes (tramway, metro), a electricidade andou depressa, mas na iluminação o processo foi mais lento. As experiências do "ovo eléctrico" (arco voltaico), em Paris (1813), por Humphry Davy não tiveram continuidade imediata no sentido da superação das dificuldades práticas de produzir luz abundante e barata, remetendo-se a electricidade a um "fenómeno de laboratório" donde parecia não querer sair. Durante muito tempo, as experiências com a luz eléctrica multiplicaram-se, mas limitavam-se a "exibições espectaculosas em exemplos isolados, efémeros, às vezes tão somente para abrilhantar uma festa pública" (ROPM, tomo XXXI, de 1900). Assinale-se a iluminação com arcos voltaicos da cidadela de Cascais, em 1878, para celebrar o aniversário do príncipe real, a que se seguiram outros episódios, no Chiado, depois em Coimbra (Mariano, 1993: 99)

A utilização aplicada da electricidade, a partir da utilização de pilhas secas, ocorreu inicialmente na telegrafia, na sequência dos trabalhos de Ampère e depois por via do código de Morse e do seu telégrafo electromagnético, registado em 1837. E, sobretudo, pela sua imediata utilização nas linhas de combóio, abrindo a primeira rede deste tipo precisamente em 1837 em Inglaterra, tornando-se o telégrafo eléctrico um elemento precioso para articular a informação rápida na circulação ferroviária. No entanto, Morse só conseguiu estabelecer a primeira linha de telégrafo eléctrico nos Estados Unidos em 1844 (Washington-Baltimore, numa distância de 64 Kms), mas nas duas décadas seguintes o progresso foi espantoso, tornando-se o telégrafo um elemento fundamental de comunicação, quer para a imprensa então também em explosão, quer para efeitos comerciais. Em 1851, depois de várias tentativas, o telégrafo já unia os dois lados do canal da Mancha, mostrando as suas potencialidades submarinas, numa rede que se amplia na década de 50, e em 1858 já ligava os Estados Unidos à Inglaterra (Alves e Vilela, 1995)

O novo salto qualitativo chegou com o dínamo de Gramme, em 1872, gerando uma corrente contínua transmissível, um marco histórico, enquanto contributo decisivo para o barateamento da energia, há muito procurado, conferindo à energia eléctrica um futuro industrial (o princípio do dínamo, fora definido em 1831, por Faraday). Estes

dínamos foram utilizados para iluminação de edifícios, e o alemão Siemens especializou-se no seu fabrico e aperfeiçoamento, fazendo surgir na década de 80 os geradores.

Mas, nas expressivas palavras da publicação dos Engenheiros acima referida, faltava "multiplicar a luz, dividindo-a, fraccionando-a, levando-a até ao domicílio, vantagem praticamente vedada ao arco voltaico". Surge, então, a lâmpada de incandescência com filamento de carvão, por invenção de Edison (1880), que cria também o sistema de iluminação com lâmpadas em paralelo e outros elementos fundamentais (fios para instalação doméstica, cabos subterrâneos, contadores para o consumo), executando a "combinação de processos eléctricos num amplo sistema de produção e de distribuição de electricidade". Em 1881, estabelece a primeira central eléctrica a vapor, em Nova Iorque, que lhe permitiu avançar com a primeira rede de distribuição.

O passo seguinte era o de dar dimensão técnica e económica à electricidade. Deste ponto de vista, o tramway eléctrico surgiu como a primeira grande aplicação. Apresentado em 1881 por Siemens, só ganhou dimensão comercial em 1888, com Sprague, na cidade de Richmond (Estados Unidos), operando uma autêntica revolução nos transportes ao substituir a tracção animal. Seguiu-se a utilização fabril da electricidade, com os dínamos e os geradores a serem aplicados às máquinas. Mas, por essa altura, cada sistema montado utilizava directamente um gerador próprio. Só em 1891 se fez transporte de energia, em Frankfurt, a 160 kms, com uma voltagem de 25000 volts, com poucas perdas, numa experiência que decorreu durante a Exposição Internacional de Electricidade ali realizada, de que terá havido naturalmente ensaios anteriores. E, em 1897, estabeleceu-se nos Alpes o primeiro transporte monofásico a 11000 volts, demonstrando a possibilidade de transportar economicamente a energia a longas distâncias com sistemas de corrente alterna e transformadores, tornando possível criar grandes centrais e servir muitos consumidores (Caron, 1978: 85-89).

Assim, se em 1881, por ocasião da I Exposição Internacional da Electricidade em Paris, foram apresentados publicamente a lâmpada de incandescência e o tramway eléctrico, em 1891, ou seja dez anos depois, provava-se a transportabilidade da energia a longa distância, sem perdas deseconómicas. Pelo meio, ficam múltiplas experiências, debates, congressos, exposições, num processo criativo construído sobre cooperações e rivalidades, sobre interesses científicos e interesses económicos, na medida em que se percebia estar em jogo uma riqueza fundamental ao futuro da humanidade.

As duas décadas finais do século XIX são naturalmente marcadas pela aceleração na industrialização da electricidade nos principais países, desde a fabricação dos elementos necessários à instalação de centrais e de criação de redes eléctricas, bem como ao desenvolvimento de outras operações dependentes da electricidade, como o cinema e os raios X, numa sucessão infindável de aplicações, na medida em que praticamente nada se faz até hoje sem electricidade. Foi uma etapa de progresso brilhante no campo da ciência e da engenharia, da aliança entre a ciência e a técnica, entre o saber e o fazer, na capacidade de transformação do mundo, buscando realizações inovadoras para utilidades concretas, portadoras de bem-estar e de criação de condições para a criação colectiva de riqueza.

Não está hoje ao alcance de todos reconhecer a importância determinante da energia e da luz eléctrica, porque muitos de nós nunca soubemos viver sem ela, nascidos já sob o signo da "electrodependência", na feliz expressão de Mário Mariano, que, com a sua excelente *História da Electricidade*, contribuiu recentemente para ensinar

de uma forma aliciante o maravilhoso percurso da electricidade em geral e das principais linhas de força da sua implantação em Portugal. Um contributo pedagógico fundamental, porque, como diz este autor, [...] *apesar de o seu "produto" mais vulgarizado ser precisamente a "luz" eléctrica, a verdade é que a electricidade aparece ainda aos olhos do público em aparente obscuridade. É, por um lado, a complexidade do sistema que participa dos fenómenos desencadeados pelo acto tão simples de "acender" uma lâmpada; e, por outro lado, a natureza "discreta" desta forma de energia, que circula nos fios condutores sem ruído e sem vibrações, e que durante milénios se ocultou no mistério da sua origem* (Mariano,12).

3 - A ELECTRICIDADE EM PORTUGAL

Antes da electricidade, veio o gás de iluminação, já como produto industrial, alimentado por uma rede canalizada, fornecida pelas "fábricas do gaz". Produzido por destilação da hulha, veio substituir as iluminações de azeite nas cidades oitocentistas, de escassa luminosidade, mas necessárias para dissipar as trevas das ruas urbanas cada vez mais "perigosas" à medida que a indústria atraía dos campos candidatos ao operariado e às crises económicas e se multiplicava a vadiagem. O gás de iluminação foi um progresso assinalável, "cinco vezes superior à chama do azeite" (Mariano:51).

3.1 - As primeiras instalações

Mas a electricidade emergente era de tal forma superior em todos os domínios, que foram muitas vezes as companhias de gás, que tinham contratos de exclusivo de iluminação pública, quem se apressou a evoluir para a energia eléctrica e a divulgar a sua utilização, sob pena de soçobrar na vaga qualitativa que a energia eléctrica representava. Foi o que aconteceu em Lisboa, com o contrato de concessão de 1887 entre a Câmara e a Companhia Gás de Lisboa, através do qual se unem as concessões de gás e electricidade numa única concessão, que propicia a posterior fusão das duas companhias, surgindo as Companhias Reunidas Gás e Electricidade (1892). E a primeira instalação de serviço público de electricidade ocorre com o posto da Avenida, servindo arcos voltaicos nos Restauradores e Avenida da Liberdade, em 1889, "ano zero da electrificação do País", segundo Mário Mariano.

Depois, outras experiências episódicas e "prematuros" surgiram como a iluminação de Braga, em 1893, através da Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal, ou a electrificação de Vila Real, contratada com a Empresa de Luz Eléctrica, em 1894, a qual também operava no Porto, nas traseiras do Ateneu Comercial (Mariano, 100-101), o local em que, perante a "central que resfolgava", Ezequiel de Campos confessa ter adquirido, ainda jovem estudante, o sonho de vir a ser engenheiro (Campos, 1945).

E vale a pena ainda determo-nos um pouco em Emilio Biel, um fotógrafo célebre, que foi também um empresário da electricidade, colaborando com algumas das empresas acima citadas e apostando na publicidade para dar a conhecer a expansão do seu negócio em Portugal, fazendo publicar anúncios n' *O Comércio do Porto Ilustrado*, a partir de 1892, com listas das instalações eléctricas realizadas. Biel era representante em Portugal da Schuckert & C^ª, de Nuremberga. Os seus anúncios dão-nos uma ideia de que

como penetrava a electricidade em Portugal, particularmente no Norte, através da sua venda de dínamos, motores eléctricos, de lâmpadas Siemens & Edison e arcs voltaicos. Mas repare-se que fez instalações em Portalegre e Fafe ou em chalés no Estoril, cobrindo uma área alargada. Na falta de centrais de produção, a electrificação passava sempre pela instalação de um dínamo próprio, o que explica que quase só estivesse ao alcance de fábricas importantes. Veja-se a lista apresentada em 1895.

Quadro I - Emílio Biel - Instalações eléctricas efectuadas até 1895

Instalações			Dínamo		Lâmpadas montadas	
Nome	Indústria	Morada	Nº	Força em lâmpadas de 16 v	Incandescência 10-50 v.	Arco voltaico 1000-2500 v
H. Andersen	Tanoaria	VN Gaia	1	45	40	
H. Andersen	Moagem	VN Gaia	1	45	40	
C ^a Tabacos de Portugal	F ^a Tabacos Lealdade	Porto	1	105	40	
C ^a Tabacos de Portugal	F ^a Tabacos Portuense	Porto	1	75	56	
C ^a Geral de Fósforos	Fósforos	Lordelo	1	75	100	
Abr. Kimpel	Niquelagem e galvanoplastia	Porto	1			
Custódio Cardoso Pereira & C ^a	Niquelagem e galvanoplastia	Porto	1			
C ^a C. Ferro Portugueses	Caminho de Ferro	S. Apolónia-Lisboa	2	560	250	34
C ^a C. Ferro Portugueses	Caminho de Ferro	E. Entroncamento	2	450	90	12
Emílio Biel & C ^a	Fotografia e fototipia	Porto	2	560	180	14
Formigal Irmãos	Moagem	Porto	1	75	76	
Fonsecas	Moagem	Porto	1	75	60	2
Emílio Biel	Litografia e habitação	Porto	1	30	12	2
Silva Cunha & C ^a	Destilação	VN Gaia	1	45	34	
F ^a Lanifícios de Portalegre	Lanifícios	Portalegre	1	110	105	
F ^a Fiação e Tecidos de Fafe	Têxtil	Fafe	1	300	340	2

J. Ferreira	Carpintaria	Porto	1 motor			
C ^a Fabril Douro	Estearina	Porto	1	75		
Emp. De Monchique	Serração	Porto	1	110	89	
Azevedo Meireles, Irmãos	Lanifícios	Porto	1	150	149	
C ^a Moagens Harmonia	Moagem	Porto	1	110	85	2
C ^a F. Salgueiros	Têxtil	Porto	1	700	550	2
José Florêncio Soares	Têxtil	Fafe	1	250	238	
Andrade Villares Irmãos	Moagem, massas, bolachas.	Porto	1	75	52	
C ^a da Luz Eléctrica	Luz Eléctrica	Porto	1	75		
Emp. De Luz Eléctrica	Iluminação pública e particular	Vila Real	3	2100	800	16
C ^a Monte Estoril	14 chalés	Monte Estoril			120	6
Baia & Genro	Têxtil	Porto	1	225	95	
C ^a Manufatura de Artefactos de Malha	Malhas	Porto	1	100	37	10
C ^a Fiação Portuense	Fiação	Porto	1	450	300	2
C ^a Fabril do Cávado	Papel	Ruães	1	100	100	
Associação Comercial do Porto	Bolsa	Porto	1	300	40	24

Lembra Ezequiel de Campos, um nome incontornável no militantismo pela electrificação nacional, que foram os estrangeiros a instalar fábricas de gás e as primeiras centrais eléctricas a vapor em Lisboa e Porto. Depois, alguns municípios urbanos seguiram estes exemplos, criando também fábricas de gás e centrais eléctricas. E, aos poucos, a indústria foi adquirindo geradores eléctricos, substituindo as complexas transmissões por correias para aproveitamento da energia a vapor, por motores individuais. A tracção eléctrica nos transportes urbanos foi também responsável pela divulgação do poder mágico da electricidade, cabendo a primazia nacional à Companhia Carris de Ferro do Porto que, a partir da sua central térmica da Arrábida, produziu energia para os eléctricos que começaram a rodar na Cidade em 1895, central substituída, em 1915, pela de Massarelos. Pouco depois, era a central térmica de Santos (1901), em Lisboa, a fazer o mesmo papel. Depois, para abastecimento público, criou-se no Porto a

Central do Ouro, em 1908, pela antiga Companhia do Gás do Porto, que fornecia a Cidade, paralelamente a acção idêntica da Sociedade de Energia Eléctrica, ambas municipalizadas em 1917, para darem origem aos Serviços Municipalizados de Electricidade.

A primeira década do século XX é, assim, marcada pela instalação de pequenas centrais térmicas, pelas concessões do aproveitamento de quedas de água e por concessões de serviços de iluminação eléctrica em várias cidades, atribuídas normalmente a empresas industriais que já tinham centrais próprias. Pontualmente, a produção de electricidade torna-se objectivo de fábricas com aproveitamentos hidráulicos: em Famalicão, foi exemplo disso a Empresa Têxtil Eléctrica, de uma sociedade onde pontificava Narciso Ferreira, criada em 1905 com o objectivo expresso de "exploração da indústria de fiação e tecelagem de algodão e de electricidade, e quaisquer outros ramos inerentes". Esta iniciativa teve depois continuidade com a aquisição da central do Varosa, da Companhia Hidro-Eléctrica do Varosa, concessionada em 1907 e construída para iluminação da Régua e de Lamego, vindo a ser transformada, desde 1918, pelo grupo empresarial de Narciso Ferreira, que inaugura, em 1925, a Central do Chocalho e obtém a concessão de uma linha para o Porto. Foi depois construída a central térmica de reserva em Caniços, junto ao Ave, criando-se uma rede eléctrica mais ampla que, alimentando as fábricas de Riba d'Ave, chega a Guimarães, Vila Real e Porto, Barcelos. Paralelamente, foi criada, por iniciativa de Delfim Ferreira, a Hidroeléctrica do Ermal, concebida para um sistema de 5 centrais no rio Ave, projecto sustentado através da Companhia Hidro-Eléctrica de Portugal. Da fusão das duas, pertencentes em grande parte à mesma família, emergiu, em 1943, a CHENOP - Companhia Hidroeléctrica do Norte de Portugal, por influência do então ministro Duarte Pacheco que terá feito ver a Delfim Ferreira a importância de ganhar dimensão empresarial (Alves, 1997).

Em Vila Nova de Famalicão, foi a *Boa Reguladora*, fábrica de relógios mas também de serração, que tendo adaptado a sua máquina de vapor à produção eléctrica obteve a concessão para a iluminação da Vila, em 1910.

A energia hidroeléctrica era uma opção pouco aproveitada, face aos elevados capitais de instalação e à inexistência de rede eléctrica para a sua distribuição que teria de ocorrer sempre a distâncias consideráveis. Se houve várias concessões na primeira década do século XX, levaram vários anos a concretizar-se. A primeira central hidroeléctrica a funcionar em Portugal foi a da Senhora do Desterro, da Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela, inaugurada em 1909. A do Varosa, também concedida em 1907, arrancou também em 1909. Mas a de Lindoso, determinante para a região Norte, apesar de concessionada em 1907, só começou a funcionar em 1922, fornecendo energia para Porto, Gaia e Braga, permitindo a electrificação de inúmeras fábricas e fornecendo os serviços municipalizados de gás e electricidade do Porto: uma vez que a Central do Ouro já estava obsoleta, e os Serviços Municipalizados optaram por se tornarem apenas distribuidores, abriram concurso público, em 1920, vindo o fornecimento a ser entregue à União Eléctrica Portuguesa, distribuidora da energia do Lindoso.

3.2 - A proliferação de pequenas centrais

Se a produção/distribuição de energia avançava lentamente, os industriais não podiam esperar e procuravam a auto-produção. Na segunda e terceira década do século XX, multiplicam-se as centrais de auto-produção, quer térmicas, quer hidroeléctricas. A

zona industrial do Vale do Ave, nos concelhos de Famalicão, Guimarães e Santo Tirso tornou-se exemplar, com múltiplas pequenas centrais, animadas pelos fabricantes locais, que, às vezes, forneciam para o exterior, ajudando a iluminar as localidades em que se inseriam. Assim, surgem cerca de duas dezenas de pequenas centrais quer em afluentes (Vizela, Pelhe), quer no próprio Ave, numa adaptação e ampliação dos pequenos açudes de antigamente, muitos deles já antes ampliados para a instalação de turbinas hidráulicas.

Esta situação não agradava aos engenheiros da *geração nova*, entusiastas do progresso técnico e com urgência no cumprimento da sua *missão*, de que é exemplo o então jovem J. N. Ferreira Dias, que escrevia em 1926: "as nossas centrais, ao presente, são apenas uma imagem microscópica de grandes centrais eléctricas: duas pequenas centrais na Serra da Estrela, fornecendo energia para a fábrica de carbureto de Nelas e para a mina da Urgeiriça; ao norte, a central de Varosa, próximo da Régua, alimentando a margem do Douro até ao Porto; mais para noroeste, entre Porto e Braga, uma série de pequenas centrais de interesse puramente local e, finalmente, no Alto Minho a central do Lindoso, feudo espanhol em terra portuguesa" (Dias, 2^a vol, 1998:5). E o desalento começava com Lindoso, que dois anos antes visitara. De um central preparada para receber quatro grupos turbo-alternadores de 8000 KVA cada um, apenas tinha dois montados, a trabalharem a 50%. E porquê? Porque não havia consumo, o Porto, na sua "petulância industrial" não consumia mais de 15000 cavalos, daí que a energia vendida por Lindoso ficasse a preço superior à de Lisboa, apesar de esta ser produzida a carvão inglês nas Companhias Reunidas. Era então preciso construir um caminho em paralelo: produzir energia e fábricas que a consumissem, duplo objectivo que constituirá, na verdade, o grande designio político de Ferreira Dias. Em suma, não bastava instalar pequenas ou grandes centrais que rapidamente poderiam falir ou vegetar apenas. Era preciso criar o mercado da electricidade, provocar a necessidade de um consumo de que as pessoas ainda tinham medo, de que não conheciam as virtualidades e para o qual não dispunham de utensilagem doméstica para a aplicar. Era preciso criar de forma sustentada a produção e o consumo, conferindo racionalidade ao sistema e a indústria seria o elemento motor da dinâmica da electricidade, da mesma forma que esta seria um catalisador industrial.

Quando se chegou a 1928 eram já relativamente numerosas as centrais, mas todas de pequena potência e grande parte delas para serviço particular.

Quadro II : Portugal - Centrais eléctricas, 1928

Centrais	Nº de centrais	Potência instalada Kw	Produção em milhões de kwh
Hidráulicas:			
Serviço público	42	28110	57,8
Serviço particular	27	5524	10,3
<i>Sub-total</i>	<i>69</i>	<i>33634</i>	<i>68,1</i>
Centrais Térmicas:			
Serviço público	116	67189	103,6
Serviço particular	169	34899	45,2
<i>Sub-total</i>	<i>285</i>	<i>102088</i>	<i>148,8</i>
TOTAL	354	135722	216,9

Fonte: Campos, 1949, 367-372.

Centrais a mais e produção a menos, dirá Ezequiel de Campos: dispersão e falta de organização, é preciso eliminar muitas das unidades de pequena potência e concentrar a acção em algumas grandes unidades, para produzir energia abundante e barata.

A caracterização geral da situação faz-se em poucas palavras. Durante muito tempo, a produção de energia eléctrica em Portugal fazia-se sobretudo à custa de carvão ou de outros combustíveis estrangeiros. A microprodução e a dispersão explicam a carestia da energia (os custos de instalação eram elevados ao triplo do necessário para os níveis de produção), a insuficiência de produção impedia a instalação de indústrias de base que exigem electricidade em grande quantidade e barata. Eram de capital estrangeiro as centrais mais produtivas, que forneciam as cidades de Lisboa e Porto (as térmicas de Santos e do Tejo, e a hídrica de Lindoso), o que dizia muito em tempos de nacionalismo. Produzia-se energia deficiente, isto é, sem correspondência com as reais necessidades e sem garantias de continuidade, pois eram frequentes as quebras e restrições no consumo em tempos de estiagem, com graves prejuízos na indústria (Campos, 1949: 367-372).

3. 3 - A defesa de uma rede eléctrica nacional

As linhas devem multiplicar-se, as centrais sucederem-se, dirá Ferreira Dias, que produz a mais consequente teoria da electrificação e ao serviço da qual e do Estado Novo coloca o seu talento em múltiplos lugares de administração ligados directa ou indirectamente à electrificação (ver biografia por J.M. Brandão de Brito, em Dias, 1998).

No 1º Congresso Nacional de Engenharia, em 1931, Ferreira Dias expõe uma tese sobre a "Rede Eléctrica Nacional" que vai envolver gerações. Importa, assim, relevar as suas conclusões (ver caixa), para entendermos os avanços e recuos no seu processo de implementação, pois trata-se de um conjunto de reflexões que implicam opções políticas de fundo, nomeadamente uma elevada intervenção do Estado, contra a qual se levantam interesses privados, num tenso jogo de bastidores típico dos meandros de acção política do Estado Novo.

Conclusões intermédias e finais de J. N. Ferreira Dias Jr. na comunicação "Rede Eléctrica Nacional, ao 1º Congresso Nacional de Engenharia, 1931

[...]

1. *Nos centros consumidores de energia em que a necessidade desta é um facto e não uma hipótese, a distribuição de electricidade pode ser uma indústria com condições de vida.*

[...]

2. *Nas regiões de consumo escasso a distribuição da energia eléctrica não é uma necessidade mas uma obra de fomento, é mais um meio para criar actividade do que uma forma de servir actividades já criadas; é um encargo de escassas receitas directas, que visa ao aumento da riqueza pública e que é, logicamente, uma função do Estado.*

[...]

3. *Em Portugal não há a necessidade instantânea de energia eléctrica para alimentar actividades já criadas e ainda não servidas. Aparte Lisboa e Porto, há um mercado débil, em grande parte quase virgem, com fraquíssimas densidades de consumo. A electrificação de Portugal não se destina a servir mercados; destina-se a criá-los.*

[...]

4. *A electrificação total do território português em condições proveitosas não é viável sem a intervenção do orçamento do Estado. Abandonada à iniciativa particular, essa obra seria muito lenta e com tarifas incomportáveis para as condições do trabalho português.*

[...]

5. *O estabelecimento de uma central não influi na curva do consumo: é este que determina aquele. A concorrência entre redes usada por sistema é inviável e antinacional. Impõe-se o alargamento das linhas e a sucessão condicionada dos grandes produtores ao ritmo do consumo.*

[...]

6. *A intervenção do Estado nos organismos de produção deve limitar-se ao incitamento pela facilidade de crédito, e só quando for preciso; mas sempre se imporá àqueles a obrigação de alimentar sem restrições as linhas de fomento.*

[...]

7. *A intervenção do Estado na construção e exploração das linhas deve ser activa e unitária, reservando aos organismos locais o papel de distribuidores sob a sua fiscalização e assistência.*

[...]

Resumo das conclusões:

Aceite a utilidade da Rede Eléctrica Nacional como obra de fomento, cumpre ao Estado:

1º Construir e explorar as linhas;

2º Incitar e condicionar a construção de centrais;

3º Incitar e condicionar as distribuições locais.

Numa primeira fase, a preocupação do Estado no sector eléctrico tinha sido claramente de natureza policial, ou seja, visava acautelar problemas de segurança e eventuais problemas de interferência nas linhas telegráficas, estando essa fiscalização entregue à Administração Geral dos Correios e Telégrafos, serviços que deram, por exemplo, os primeiros pareceres oficiais quando se instalaram as redes para a viação eléctrica em Portugal (1895). Na falta de regulamentação nacional, para a passagem de licenças de instalações recorria-se normalmente ao regulamento alemão para correntes fortes.

Só em 1912 (30 de Dezembro) se publicou um regulamento com normas para instalações, taxas, penalidades, responsabilidades por danos, ensaios, tolerâncias de medidas.

Em 1919, surgiu a chamada *Lei das águas*, de 10 de Maio, relativa ao aproveitamento de energia hidráulica e, particularmente, da energia eléctrica, regulamentando apenas concessões isoladas, sem preocupações de gestão global. O resultado foi "a existência de inúmeros concessionários em situação de pequenos monopólios, muitos deles sem condições de rentabilidade, o que levará décadas a corrigir" (Mariano, 113).

E, em 20.10.1926, publicou-se através do decreto 12559, a *Lei dos aproveitamentos hidráulicos*, que exprime preocupação em proteger e promover os aproveitamentos já instalados, propiciando a sua expansão ou a instalação de novos, com o objectivo de restringir a importação de carvão ao mínimo indispensável, tão penalizador que era para a balança comercial, quando havia recursos hidráulicos não aproveitados. A finalidade era, assim, estimular a produção de energia barata, como condição de base para o florescimento económico, e normalizar o seu processo de produção, transporte e distribuição, pondo fim à diversidade de situações. Esta lei define pela primeira vez o conceito de *rede eléctrica nacional*, "o conjunto das linhas de transporte de energia no País que seja objecto de comércio em espécie", que passam a ser consideradas de utilidade pública para efeitos de construção e exploração, tornando-se objecto de concessão. A lei contém ainda outras disposições relativas a concessões, limites de tensões e outros aspectos técnicos, além de criar um Fundo Especial de Electrificação para apoiar o seu desenvolvimento. Segue-se vária legislação complementar, criando-se em 1927, o Conselho Superior de Electricidade. No ano seguinte, estabelece-se um modelo-tipo de caderno de encargos e novas regras para concessões (Vasconcelos, 1949:389-391).

Esta legislação assumiu um efeito estruturante para o sistema eléctrico nacional, estabelecendo-se, nomeadamente, a municipalização para a pequena distribuição em baixa tensão e a privatização para a produção e grande distribuição (alta e média tensão), bem como princípios para a formação de sistemas eléctricos de base regional. Neste contexto, sublinhe-se ainda o Convénio Luso-Espanhol de 1927 que estabelece as regras para o aproveitamento do designado *Douro Internacional*.

Ferreira Dias, mais tarde, radicava na lei dos aproveitamentos hidráulicos o berço da electrificação, pois esta apresentava um plano, ainda que vago, de centralização e de harmonização, considerando-a como o diploma onde pela primeira vez a questão fora tratado como "problema nacional" e, sobretudo, porque através dela se criou a Repartição dos Serviços Eléctricos (a partir de 1936, Junta de Electrificação Nacional, por sua vez extinta em 1944 e substituída pela Direcção Geral dos Serviços Eléctricos), numa continuidade que transmitiu aos sucessivos funcionários "o fogo sagrado de um novo evangelho", vertebrando uma política de electrificação portuguesa (Ferreira Dias, 1998, 2^o vol: 4).

No campo do fomento da electrificação por parte do governo da Ditadura Nacional, chega a haver concurso para algumas concessões importantes: a do rio Zêzere, com barragem a construir pela zona do Castelo do Bode, entregue à Companhia Nacional de Viação e Electricidade em 1930 e anulada em 1937, uma vez que esta Companhia se recusava a iniciar as obras sem estar definida superiormente a rede de transporte de energia, a que o contrato a subordinava em termos futuros, deixando caducar o prazo de construção; a do Cávado-Rabagão, concedida à Companhia das Quedas de Água do Norte de Portugal, que teve fim idêntico; bem como se abriu concurso em 1931 para o primeiro empreendimento no Douro Nacional, também sem sucesso.

Ou seja, o primeiro fôlego electrificador da então Ditadura Nacional soçobrou, continuando a multiplicarem-se as pequenas iniciativas de privados, quase sempre assentes em pequenas centrais térmicas e algumas hidroeléctricas. E, apesar de, em 1934, no Congresso da União Nacional se aprovarem palavras como as que se seguem, a paralisia governamental foi completa durante mais uma década, no domínio energético:

A eficiência da política rural depende em grande parte da electrificação. Por isso cumpre ao Estado promover a produção de electricidade em larga escala, bem como o respectivo transporte, e assegurar, pela promulgação de fórmulas práticas, a sua distribuição a todas as freguesias, mas em condições tarifárias que iniludivelmente garantam o nível de vida do povo e sejam compatíveis com trabalhos de rega e enxugo e fomentem as actividades nacionais, o que não seria possível com os preços actualmente correntes da energia eléctrica em Portugal. (cit. in Diário das Sessões, nº 92:534)

Reconhecendo esta inacção da Ditadura/Estado Novo, o deputado Melo Machado, em 1944, perante a incapacidade de avançar para os grandes empreendimentos hidroeléctricos, sublinhava as culpas da *situação política* nesta questão, apontando que se deixaram "passar nada menos de dezoito anos sem termos resolvido um dos problemas no qual se devia ter fixado o olhar dos governos, e foi assim que viemos de uma guerra à outra encontrando-se o País quase nas mesmas condições em que a última guerra o tinha deixado" (Diário das Sessões, 15.11.1944: 548).

Apesar de tudo, desde 1936, com a criação da Junta de Electrificação Nacional, a que presidiu o eng.^o Ferreira Dias, organismo encarregado de propor medidas e diplomas relativos ao sector, que começou uma acção mais interventora do Estado. Surgem então novas regulamentações de licenças para instalações eléctricas, novo ordenamento burocrático, atribui-se ao ministro das Obras Públicas direitos de interferência nas concessões municipais, o direito de dispensa de concurso público em certas concessões, a aprovação prévia das tarifas.

A questão da electricidade não podia resumir-se indefinidamente a uma questão administrativa, sobretudo à medida que outros países se iam desenvolvendo a velocidades vertiginosas e Portugal se distanciava, se atrasava, incapaz de digerir as eternas polémicas finisseculares sobre a vocação agrícola ou industrial da nação (Mendes, 1994).

3.4 - A polémica das tarifas

Um dos aspectos mais discutidos foi a interferência da Junta de Electrificação Nacional na chamada política das tarifas degressivas. Como o próprio Ferreira Dias conta, foi no Congresso da UNIPEDE (União Internacional dos Produtores e Distribuidores de Energia Eléctrica) de 1934 que se discutiram várias situações de tarifas degressivas e se consagrou o princípio destas tarifas que vinham sendo aplicadas na Europa, o que, para Ferreira Dias, foi a "nota mais sensacional" do Congresso. Dado que até então a Direcção dos Serviços Eléctricos, no campo tarifário, se limitava a intervir na alta tensão com dois parâmetros - utilização e factor de potência - uma das primeiras tarefas da Junta de Electrificação vai ser a de tentar implementar as tarifas degressivas na baixa tensão, para ultrapassar o hábito do preço fixo por kwh. Com efeito, o padrão então vigente no tarifário de baixa tensão era de 2\$50/kwh para consumo em iluminação e de 1\$50 para outros usos. Com as tarifas degressivas combinavam-se tarifas para diversos tipos de uso (domésticos, industriais, agrícolas, comerciais, publicidade, aquecimento, etc), com três escalões em cada tipo, isto é, o aumento de consumo permitia saltar sucessivamente para preços mais baratos de energia. Eram tarifas que estimulavam o consumo e a generalização da electricidade a vários fins, enquanto a tarifa fixa penalizava o consumidor menos ousado. As Companhias Reunidas de Gás e Electricidade foram o primeiro produtor/distribuidor a aplicar este tipo de tarifas em 1937, suspenso depois durante a Guerra, dado o elevado custo que o carvão atingia (a Central Tejo era térmica), o que aconselhava poupança energética. E, então, "pelo lado oficial aproveitaram-se todos os cadernos de encargos de novas concessões ou simples ajustamentos de tarifas para impor obediência aos novos princípios", diz-nos o antigo director da Junta de Electrificação Nacional. Sob modalidades diferentes, a título experimental, as tarifas degressivas foram sendo sucessivamente aplicadas em vários concelhos do Sul, e finalmente, no Porto, em 1939, a que outros se seguiram.

Se na maioria dos casos, o salto no consumo não se verificou, dado ter-se implementado em zonas pobres e não haver colaboração interessada dos distribuidores, o contrário já se passou no Porto. Pelo novo contrato de 1939, a Câmara do Porto obteve fornecimento de energia com uma redução de 40% para os níveis anteriores, através da interferência da Junta de Electrificação junto das empresas, o que na altura representava uma poupança de cerca de 4000 contos anuais, com a condição da aplicação de um novo quadro de tarifas degressivas, que ampliou enormemente o consumo do Porto (26 vezes, entre 1939 e 1951), sobretudo pelo grande incremento na tarifa doméstica: "o preço médio de venda da energia na rede destes Serviços, que andara à roda de 1\$40 antes de 1939, caiu nesse para 1\$15 e veio em lento decréscimo até \$56 em 1950". As tarifas degressivas, provado seu efeito no Porto, vieram a espalhar-se por todo o País. Levantou-se depois um murmúrio sobre as tarifas do Porto porque, entretanto, veio a inflação com a segunda guerra e os Serviços Municipalizados não ousaram fazer o devido e regular ajustamento, criando-se situações caricatas de, em certos casos, as companhias fornecedoras terem de vender a energia aos serviços portuenses a valor mais baixo do que o seu preço de custo, com aquelas empresas a desferrarem-se sobre os fornecimentos a outros concelhos, de tal forma que se chegou a dizer "em matéria de electricidade, o concelho do Porto vive à custa dos outros concelhos do Norte", aspecto este que já não tinha a ver com o modelo-padrão das tarifas degressivas.

Note-se que pela lei 2002 foi criada uma comissão revisora de tarifas, que deveriam ser expressas em moeda corrente, acabando o regime, que vigorava depois da 1ª guerra, das tarifas em ouro, solução encontrada para o elevado surto inflacionário que então se vivia.

"Estão a espalhar-se pelo País as tarifas degressivas da electricidade, umas melhores que outras, mas, enfim, tarifas que permitem aumentar o consumo doméstico. Quer dizer que aquele exemplo que houve no Porto e nalgumas terras do País, exemplo de aplicação de material electrodoméstico em larga escala, começou por se estender a todo o País incluindo Lisboa. Parece portanto que seria oportuno começar a pensar numa indústria a sério de material electrodoméstico", dizia Ferreira Dias, em 1952, numa conferência no IST (Ferreira Dias, 2ª vol., 1998: 155), tanto mais que em 1951 se aplicou em Lisboa novo tarifário neste sentido.

Ou seja, foi muito pela adopção das tarifas degressivas que se criou um mercado da energia eléctrica em Portugal, à semelhança do que aconteceu noutros países europeus. À medida que as populações percebiam o seu alcance, multiplicavam-se os consumidores, sobretudo os do meio urbanos, aos quais era mais acessível a oferta de electrodomésticos. Tal tarifário era polémico para os produtores e distribuidores na medida em que a actividade electrificadora deixava de ser apenas uma mera questão de mercado para ser um fenómeno económico e político de base, um serviço público controlado, fiscalizado e intervencionado pelo Estado. Este mostrava assim o seu designio de levar a luz eléctrica a toda a gente, porque também havia tarifas para pobres, mas sobretudo olhava para os que gatassem mais, favorecendo-os em termos de preço à medida que subia o nível de consumo. Esta solução só foi gradualmente aplicada, à medida que caducavam os contratos e o Estado não autorizava novas concessões sem obedecerem ao novo padrão.

3. 5 - A lei da electrificação (lei nº 2002)

Nos anos quarenta, a questão da electricidade deixa de ser apenas a fâisca de publicistas iluminados que teimosamente insistiam na riqueza da hulha branca portuguesa, mas não eram ouvidos por uma iniciativa privada sem fôlego nem pelo governo, para entrar em força, durante a 2ª guerra mundial, no campo dos debates e decisões políticas, assustando uns, galvanizando outros para a acção. Os próprios indicadores de consumo se tornam um termómetro do nosso atraso económico. A capitação nacional de 60 kwh contrastava com os 150 de Espanha, os 300 da Europa Central ou o milhar da Suíça ou Noruega: perante estes números "faremos uma ideia exacta não só do nosso estado de carência mas do nosso atraso, porque *o consumo de electricidade significa trabalho, riqueza e conforto*", sublinhava o ex-ministro desenvolvimentista Rafael Duque na Assembleia Nacional, convocada para sessão extraordinária por urgente necessidade pública para debater estas questões e as propostas do governo para lhes dar resposta, assinadas por curiosidade ainda por Rafael Duque como ministro da tutela, entretanto agora apenas como deputado no debate (Diário das Sessões, 10.11.1944).

É preciso sublinhar que o mérito deste debate se deveu fundamentalmente ao engº Ferreira Dias, chamado ao governo como Sub-secretário do Comércio e Indústria, persistente e combativo na sua "linha de rumo", e foi despoletado com a apresentação

à Assembleia Nacional de um documento intitulado "Notas sobre o problema hidroeléctrico".

Este documento procura ultrapassar o dilema de nação rica *versus* nação pobre, antes avaliado sobre a existência ou não de recursos minerais, para mostrar que os jazigos de carvão e ferro já não marcavam a riqueza das nações, a qual assentava sobretudo na racionalidade com que se aproveitava a actividade humana diversificada: "começou praticamente a era da electricidade, e de tal modo esta forma de energia exerce hoje a sua influência que até, nas indústrias pesadas e em outras semelhantes, a proximidade de jazigos carboníferos e de minérios de ferro pode ser factor secundário" (Diário das Sessões, 29.3.1944: 340). Evidenciada a importância da energia eléctrica, o elemento fundamental passava a ser o custo da unidade energia, com repercussão sobre todos os custos dos produtos consumidos. E, dada a possibilidade de transmissão da energia a longas distância, criava-se uma enorme elasticidade nas possibilidades de desenvolvimento regional, daí os países progressivos se cobrirem de uma "malha intrincada de cabos e fios", a rede de distribuição eléctrica. Ora Portugal dispunha de consideráveis potencialidades hidroeléctricas, mesmo quando comparado com outros países europeus, o que contrastava com a escassez da produção de energia em geral e particularmente da hidroeléctrica, a qual poderia produzir-se a preços relativamente baixos e, o que era importante, sem necessidade de saída de divisas, enquanto a térmica recorria a combustíveis (carvão ou óleo) estrangeiro. Escritas, provocadoramente, num modelo interrogativo, as notas levantavam questões cruciais, como a da articulação entre produção e distribuição:

Deverá o produtor de electricidade distribuir a energia? Ou haverá maiores vantagens na separação das empresas que produzem das que distribuem? Qual é mais económico para o País: o trabalho de muitas empresas, cada uma a explorar a sua queda de água, ou um pequeno grupo de quedas de água, ou ainda a constituição de fortes organismos que tenham a seu cargo, por exemplo, o aproveitamento de bacias hidrográficas completas e assumam por esse motivo o carácter que as aproxima do desempenho de uma função pública? Ou então ainda se pode acrescentar: Deve a produção de energia hidroeléctrica estar a cargo do Estado, exactamente como a rede de estradas, os correios e telégrafos e outras actividades fundamentais? As hipóteses são, por consequência, extremas: ou completa liberdade na produção, ou fortes organismos encarregados da exploração integral de bacias hidrográficas completas ou, pura e simplesmente, a interferência directa do Estado por intermédio de um organismo autónomo ou semi-autónomo?

Ferreira Dias lançava, desta forma, um debate que chega aos dias de hoje, e para o qual enunciava a diversidade de modelos aplicados nos principais países estrangeiros, da Inglaterra, aos Estados Unidos, ao Canadá. E concluía pela necessidade de uma transformação radical do panorama existente: "quanto à produção, no aspecto económico e político; quanto ao transporte, no sentido de coordenar todos os sistemas e construir novos; quanto à distribuição, no sentido de reduzir ao mínimo a ineficiência agora notada e estabelecer tarifas que permitam o alargamento do seu consumo". Mas antes de tudo era preciso estabelecer uma ordem clara para a corrente eléctrica, isto é,

definir uma rede eléctrica, articulando-a no seus três sistemas: o primário, formado pelas linhas de alta tensão; o secundário, que une o primário aos centros de consumo; e a rede de distribuição local. Ferreira Dias considerava os dois primeiros como a base da rede eléctrica, a cujo conhecimento se deveria subordinar a política dos aproveitamentos hidroeléctricos, na medida em que deve prever o presente e o futuro, ligar os principais centros produtores com os principais centros consumidores, numa ramificação que devia unir os sistemas hidrográficos com maior potencial de energia e as localidades de maior consumo industrial e doméstico. Assim, sendo a rede eléctrica uma "espécie de monopólio", a quem competirá a sua propriedade e gestão, bem como o seu financiamento?

Não se julgue que, apesar de se governar em sistema de ditadura institucionalizada, as decisões foram tomadas a direito. Vieram apoios e críticas do interior do regime, confrontando ideias políticas e interesses económicos contraditórios. Os produtores de electricidade, implicitamente visados em todo o debate, também expenderam as suas razões, através da respectiva secção da Associação Industrial Portuguesa. A sua argumentação baseava-se na ideia de que havia uma potência disponível de 44820 kw, ou seja, a correspondente a cerca de 35% da energia total produzida em 1942, que, se afluísse a uma rede comum, permitiria aguentar os acréscimos de consumo durante oito anos, à média anual dos anos anteriores, ou seja, para a Associação, os sistemas existentes ainda não se encontravam saturados. Considerava então o apoio ao governo no aproveitamento hídrico para aumentar a produção de energia, mas as novas instalações deveriam estar "prontas a entrar em serviço quando as actuais atingirem a saturação". Considerava mesmo haver uma boa rede de ligação, por iniciativa anterior das empresas, que se estendia do Lindoso à Central da Cachofarra, em Setúbal, e que, apesar de algumas paragens no fornecimento, a situação era superior à da Espanha que aplicava na altura um "rigoroso regime de restrições de consumo" (mas não se referiam obviamente à diferença de capitação nos consumos entre os dois países!). E no campo das concessões, cada empresa estava condicionada contratualmente à natureza da corrente na sua produção, na tensão, na frequência, na zona de distribuição, tudo em perfeita ordem, "não há nada a modificar ou a limitar". Repugnava-lhe, assim, a eventual interferência do Estado ("doutrina condenável e contrária aos superiores interesses da Nação", invocando-se o artigo 6 do Estatuto do Trabalho Nacional) na rede de ligação ou no repartidor de cargas, na fixação e revisão das tarifas, e muito menos o Estado como accionista, devendo este limitar-se à "concessão de subsídios, reembolsáveis ou não, consoante as circunstâncias e a juro sempre baixo". Como explicar então o baixo índice de consumo ou de existirem vastas regiões por electrificar? Resposta: "As causas destes factos devem ser atribuídas, não às tarifas elevadas, mas sim ao baixo nível de vida da nossa população, com reduzido poder de compra, e à pobreza e fraca densidade populacional das regiões ainda não servidas" (*Indústria Portuguesa*, 201, Novembro 1944: 24-32). Ou seja, na perspectiva empresarial, a culpa da falta de electrificação era dos pobres existentes em Portugal, sem capacidade económica para pagar tarifas relativamente caras! Não se equacionava a possibilidade de multiplicar e embaratecer a energia eléctrica, neste jogo complexo de articular interesses empresariais com interesses públicos!

Atendendo-se à forte influência dos grupos de pressão dos interesses económicos, percebe-se agora melhor o sentido de combate dos militantes pela electrificação, como Ferreira Dias e outros. E como, perante os obstáculos a ultrapassar, muitos conhecidos adeptos da livre-iniciativa aceitaram aqui a interferência do Estado no

sentido de catalisar o processo, repugnando-lhes ver a electricidade, para alguns tão essencial como o ar que se respira, como objecto central de lucro. E assim se deu origem a um grande marco legislativo como é a lei nº 2002, de 26.12.1944, que estabelece as grandes linhas da electrificação nacional. É este diploma que consagra a preferência pela energia hídrica sobre a térmica, reconhecendo a esta funções de apoio e reserva; que estabelece normas para a regularização dos rios e seu aproveitamento para fins hidroeléctricos; que define princípios de comparticipação estatal no capital das empresas produtoras, de concessão de créditos, de isenção fiscal; que torna obrigatória a interligação das centrais, coordenadas por um "repartidor de cargas"; que cria o princípio da reversão para o Estado dos bens afectos à concessão. E consagra um capítulo especial à "pequena distribuição", a efectuada por municípios ou concessão destes a distribuidoras locais, estabelecendo ainda as fórmulas para a venda de energia em alta-tensão e a tutela das tarifas máximas de baixa tensão. A lei 2002, juntamente com a lei 2005 do fomento e reorganização económica, foram os dois grandes contributos do eng^o Ferreira Dias para o desenvolvimento económico nacional: electrificar e fomentar as indústrias era uma obra a desenvolver em paralelo, dada a imbricação profunda entre as duas vias: os consumos de electricidade eram assegurados pela indústria (em 1940, 80% da energia eléctrica era consumida pela indústria), que garantia a viabilidade às produtoras de energia, assim como estas asseguravam o elemento de base para a emergência das novas indústrias, de natureza química, que precisavam de energia abundante e barata. É na sequência destas medidas que emergem os projectos hidroeléctricos do Zêzere (a barragem de Castelo de Bode, iniciada em Julho de 1948 e terminada em Setembro de 1950) e do Cávado e se cria a Companhia Portuguesa de Electricidade, para construir e explorar as linhas de alta tensão destinadas a ligar todos os centros produtores.

Na altura, foi muito criticada a opção imediata do governo pelo sistema Cávado-Rabagão, deixando para mais tarde o sistema do Douro, que muitos gostariam de iniciar de imediato, dadas as suas maiores potencialidades energéticas. O sistema Cávado-Rabagão surgia como um sorvedouro de dinheiro, dados os múltiplos túneis e canais e os menores caudais, ao qual se reconhecia apenas a integridade nacional da bacia hidrográfica, isto é, não estava dependente de eventuais acções espanholas a montante.

Aliás as leis de fomento de 1945 ficaram em grande parte pelo caminho, sendo apenas tardia e pontualmente regulamentadas, esvaziando-as de conteúdo nas suas componentes mais interventoras. Note-se que Ferreira Dias saiu do governo em 1945, transformando a sua "linha de rumo" num livro de memórias de um "discordante" da política industrial, testamento político publicado em 1945 e que teve seguidores, facto que o leva a demarcar-se politicamente da "oposição" ao salazarismo que então emergia através do Movimento da Unidade Democrática, porque Ferreira Dias discordava apenas do regime e não queria aproveitamentos na sua passagem pelo "deserto". Curiosamente Ferreira Dias voltará ao governo, como ministro da Economia, em Agosto de 1958, na ressaca das eleições em que brilhou Humberto Delgado, também ele um desiludido do regime, que optou pela ruptura. Mas Ferreira Dias continuava a ser fiel ao regime da "ordem". No segundo volume da "Linha de Rumo", só agora publicado postumamente, Ferreira Dias considerava mesmo, amargurado, que a obra ressonante das grandes barragens não era fruto necessário da Lei 2002, pois para tal havia legislação anterior que já as enquadrava, e que o teor da nova lei só deu elegância e comodidade

ao conteúdo, mas faltava o resto: "não pode deixar de reconhecer-se que tudo que se fez movimenta pequena parcela da doutrina que se contém nas 32 bases da lei. O resto não se aplicou" (Ferreira Dias, 2^o vol., 18)

É preciso ainda dizer que o Plano Marshall, criado para a reconstrução europeia, teve uma palavra decisiva na obra de fomento eléctrico depois desenvolvida, libertando fundos para o governo português aplicar nos seguintes projectos de electricidade (além de outros na área industrial): Sociedade Eléctrica do Oeste, para produção e distribuição de energia na zona oeste (Alcobaça, Nazaré, Marinha Grande, etc.), 4240 contos; Hidroeléctrica do Cávado, para construção da barragem no Rabagão, 100800 contos; Hidroeléctrica do Zêzere, barragens do castelo do Bode e Cabril, 90000 contos; Companhia Nacional de Electricidade, para a rede de alta tensão, 57000 contos. Note-se que a ECA (Administração de Cooperação Económica), organismo que geria o Plano Marshall, obrigava os governos auxiliados a depositarem fundos de contrapartida iguais aos valores doados, o que fez com que o Estado português acabasse por deter parcelas importantes do capital nas novas empresas criadas, nomeando vários administradores. Assim, acontecia nas Hidroeléctricas do Zêzere e do Cávado, em que assumiu a presidência, como na Companhia Nacional de Electricidade (constituída por escritura de 14.4.1947), sobre cuja composição de capital e de representação houve polémica pública: com capital de 90 mil contos, 25 mil eram tomados pelo Estado, 15 mil pela Hidroeléctrica do Zêzere, 15 mil pela Hidroeléctrica do Cávado, 15 mil por outros produtores de energia e 20 mil pelo público. As empresas tradicionais de capital privado protestaram: o Estado por via directa ou indirecta (Zêzere e Cávado) acabou por eleger 4 dos seis administradores e influenciar a eleição dos dois restantes. Sublinhe-se esta situação como propensa à criação de uma elite técnica ao serviço do Estado no sector da produção de electricidade, representativa da modernização sectorial, a elite das grandes barragens, militante pelo fomento através da energia e favorável a soluções centralizadoras.

3.6 - A escassez energética e os planos de fomento

Adoptou-se, assim, uma política de centralização na produção de energia eléctrica, que criava a tutela estatal e podia originar, quando fosse conveniente, soluções de economia mista. Esta opção, como sempre, representava duas faces da moeda: por um lado, estavam definidas directrizes e poderes, apesar de os seus promotores saírem de seguida do governo e substituídos por outros menos entusiastas e mais conformes aos grandes interesses privados; por outro lado, como tudo andava vagarosamente, havia falhas graves de energia e as empresas particulares ou mesmo distribuidoras estavam impedidas de instalarem pequenas centrais térmicas de apoio, como era hábito. Assim, os anos de 1948 e 1949, que se enquadram numa fase de crescimento industrial iniciado na anterior conjuntura de guerra, são dolorosos, com suspensões frequentes de corrente e paralisações que são regulamentadas superiormente, o que originava paragens de laboração, desorganização industrial e elevação de custos e de preços finais. E as decisões de cortes selectivos da Comissão de Interligação das Centrais do Norte não deixavam de ser polémicas, porque facilmente caíam em contradições. Por exemplo, faziam-se cortes na indústria e permitia-se o incentivo ao consumo na cidade do Porto,

que, vindo de anos anteriores, se traduzia em tarifas domésticas mais baratas do que as aplicadas na indústria, situação de que muitos discordavam por acharem que a regularidade do trabalho industrial deveria estar no primeiro lugar das preocupações oficiais.

Vejam-se alguns anúncios da Comissão de Interligação das Centrais do Norte, datados de 1949, para nos apercebermos do tormentoso problema que a falta de energia, provocada pela estiagem que paralisava as centrais hidroeléctricas, representava.

Aviso da Comissão de Interligação das Centrais do Norte – I

O constante agravamento das condições de produção de energia eléctrica obriga a impor maiores sacrifícios à população, para manter, até onde for possível, o actual fornecimento à indústria do País e aos consumos vitais que não podem deixar de ser assegurados.

Por isso, a partir de segunda feira, dia 11, inclusive, são alteradas as restrições em vigor, da forma seguinte:

1) Mantêm-se os cortes de corrente estabelecidos para as diferentes linhas, sendo a sua duração ampliada de 1/2 hora.

Assim, o corte da manhã será das 7 às 13 horas; o corte da tarde das 12h e 30 m. às 18H e 30 m.

2) Em consequência, o actual horário de trabalho industrial da manhã mantém-se e o da tarde é modificado, passando a ter início às 13 horas e terminando às 18 horas e 30 minutos.

3) A cidade do Porto deixa de estar dividida em duas zonas, passando a corrente a ser cortada a toda a cidade das 7 horas às 13 horas.

De novo se recomenda o maior escrupulo no cumprimento do horário industrial fixado, bem como a maior economia em todos os consumos restantes, pois da observância rigorosa destes princípios dependerá, em grande parte, a regularidade do abastecimento e uma maior duração sem agravamento do regime de restrições a vigorar.

Porto, 8 de Julho de 1949.

Aviso da Comissão de Interligação das Centrais do Norte - II

Tendo algumas avarias em centrais térmicas reduzido a quase nada a pequena quantidade de água ainda embalsada, verifica-se a impossibilidade de assegurar o actual fornecimento de energia, o que levou a Comissão de Interligação das Centrais do Norte, na sua última reunião, a determinar um agravamento das restrições em vigor e a tomar outras medidas que a força dos acontecimentos impõe.

Assim, fica estabelecido:

1) A partir de segunda-feira próxima, dia 18, é proibido o trabalho industrial um dia (24 horas) por semana, nas zonas corográficas que constam do mapa seguinte:

Dias

Concelhos

Segunda-feira - Porto.

Terça-feira - Matosinhos, Gaia, Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Valongo, Lousada, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel.

Quarta-feira - Maia, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Santo Tirso.

Quinta-feira - Distrito de Braga.

Sexta-feira - Distritos de Viseu, Vila Real, Coimbra e Aveiro.

Sábado - distritos de Leiria, Santarém, Guarda, Castelo Branco.

2) É mantido o regime de cortes, bem como a duração destes, conforme aviso publicado na imprensa de 8 do corrente.

3) É mantido o regime em vigor do trabalho nocturno correspondente (aviso publicado na Imprensa de 30 de Junho do ano corrente).

4) Toda a Indústria que possui força motriz própria, capaz de assegurar em grande parte a própria laboração será desligada da rede pública, mesmo que para essas indústrias seja necessário estabelecer horários de trabalho especiais de maior duração.

A impossibilidade de cumprimento deste princípio deverá ser comunicado à Comissão, a fim de ser examinado o caso e procurar-se-lhe solução.

Não deixa, por fim, de chamar-se a atenção para o facto de que é tanto mais importante o cumprimento rigoroso das determinações da Comissão, quanto mais reduzidos são os recursos de produção e as últimas irregularidades verificadas no abastecimento talvez tivessem tido menor amplitude se todos cumprissem, conforme havia a esperar.

Porto, 14 de Julho de 1949.

A Comissão de Interligação foi criada em 1943 para coordenar e promover troca de energia entre diferentes empresas e desde 1938 que se ajustavam horários industriais às condições energéticas. Mas se as interrupções de energia constituíam um folhetim que se repetia de ano para ano, em 1948 e 1949 a situação foi particularmente difícil, devido à forte estiagem. Em 1949, chegou a ser equacionada pelo governo o funcionamento de uma central térmica flutuante, a bordo de um navio em Leixões, vinda dos Estados Unidos. A indústria do Norte de Portugal era normalmente mais afectada, dada a predominância aqui da energia hidroeléctrica, mas assente em barragens a fio de água, enquanto não se criaram as barragens de albufeira, então já em curso no sistema Cávado-Rabagão. Nesta conjuntura, os industriais pediam ao Estado a instalação do sistema térmico, previsto para este tipo de situação, solicitando medidas de emergência com pequenas centrais enquanto o problema não fosse resolvido de raiz. E protestavam contra a Comissão de Interligação que fazia recair sobre a indústria, afinal a grande consumidora, o grande peso das restrições, discordando dos consumos domésticos a preços mais baixos.

Os planos de fomento vieram depois enquadrar e desenvolver a grande obra de produção hidroeléctrica que teve lugar nas décadas de 50 e 60, em que se destacam as centrais da "Hidroeléctrica do Douro" e novas realizações no Cávado e Zêzere, sem descurarem a termoeléctrica.

A Central da Tapada do Outeiro, da Empresa Termoeléctrica Portuguesa, consumindo carvões de S. Pedro da Cova e do Pejão, ficou concluída em 1959, mas era solicitada para funções de reserva e apoio desde 1945, embora a respectiva empresa só ficasse constituída legalmente em 1954. Veja-se o atraso, durante o qual não foi possível instalar outras centrais térmicas, por ter sido dado o exclusivo à Empresa Termoeléctrica Portuguesa! A simples constituição de uma empresa era objecto de longas negociações, porque não se avançava sem o capital do Estado. No caso desta empresa a que se faria a

concessão da Central Térmica equacionaram-se vários cenários, desde a entrega da concessão à Companhia Nacional da Electricidade; ou a uma empresa com produção a fio de água, portanto mais interessada na compensação térmica; ou a uma nova empresa, com participações de diversos interesses (Estado, empresas carboníferas e eléctricas), proposta esta que veio a vingar. Até porque se tratava de uma central com laboração intermitente, dependente dos anos hidrológicos e que, em princípio, não assegurava rentabilidade dos capitais nem o equilíbrio de gestão a partir da sua simples laboração. O capital (90 mil contos) da nova Empresa Termoeléctrica Portuguesa ficou constituído da seguinte forma:

Empresas exclusivamente produtoras hidroeléctricas.....	10200 contos
Empresas transportadoras.....	9800
Empresas Produtoras e distribuidoras ou só distribuidoras....	10000
Empresas mineiras carboníferas.....	10000
Caixas de Previdência.....	50000

Como se pode verificar na obra de fomento do Estado Novo vieram a ter um papel determinante os capitais das Caixas de Previdência, constituídas nos anos 40, e que para além de alguma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores (assistência médica, baixas, desemprego), acumularam capital que permitiu ao Estado aplicá-los em iniciativas económicas diversas (através de acções ou obrigações), nomeadamente nas designadas indústrias de base e na electricidade. Sem este impulso estatal dificilmente se canalizariam capitais e atenções para a electrificação nacional.

Nos anos 50, a capitação de consumo nacional continuava muito reduzida face aos países desenvolvidos. Alguns exemplos para o ano de 1952:

Noruega - 5670 kwh
Canadá - 4650
Estados Unidos - 2950
Grã- Bretanha - 2627
Alemanha Ocidental - 1160
Bélgica - 1100
França - 959
Itália - 658
Japão - 604
Espanha - 333
Roménia - 178
Jugoslávia - 161
Portugal - 156

Restava a consolação de Portugal ser um dos que apresentava um mais rápido crescimento na produção/consumo face aos anos anteriores, mas tão só porque os outros países já tinham as suas redes consolidadas e Portugal recuperava de níveis demasiado baixos. E, assim, havia razões para os industriais do sector se congratularem (embora com protestos suaves pela intervenção estatal). Eis o que pensavam os produtores de electricidade agrupados na Associação Industrial Portuguesa, em 1954:

[...] *A electrificação vai assim prosseguindo, porque se vai criando, embora lentamente, uma consciência nacional dos problemas fundamentais da economia portuguesa. A electricidade constitui a chave da abóbada da indústria. E à indiferença dos primeiros anos, que transformava em obra de pioneiros os esforços daqueles que se abalançaram a produzir, transportar e distribuir energia eléctrica, sucederam um interesse público por tudo o que se refere a electricidade e certas facilidades que não existiam de princípio.*

No início da era da electrificação os dinheiros afluíam com dificuldade, os empreendimentos eram acolhidos como aventuras, as pessoas que acreditavam no futuro da electricidade eram consideradas como lunáticas. Os factos encarregaram-se de dar razão aos que arriscaram os seus capitais e queimaram as suas energias na indústria incipiente e, hoje em dia, é o grande público que acarinha e auxilia a obra da electrificação nacional.

No espírito português, avesso à indústria, porque esta pressupõe lucros limitados, capacidade de previsão e enquadramento perfeito, reside a explicação do atraso em que Portugal se encontra, e que só uma modificação de clima industrial - que parece estar em curso - permitirá recuperar (AIP, Relatório 1954: 145).

No geral, a obra dos planos de fomento era gigantesca no nível hidroeléctrico: no quinquénio de 1941-45, a produção anual deste nível rondou os 100 milhões de kwh; em 1954 já atingia 1490 milhões de kwh; em 1958, último ano de execução do plano previa-se 2350 kwh. Desde 1951 que o total de produção de energia hídrica (com 81%) superou a de origem térmica, numa inversão estatística, verificada com a entrada em funcionamento de centrais de albufeira como as de Castelo do Bode, Vila Nova, Belver, ampliação de outras mais antigas (Lindoso, Ponte de Jugais e Santa Luzia), e a ampliação continuava com novos e grandiosos projectos. Era uma situação que apontava finalmente o caminho para a "nacionalização da energia", no sentido de uma produção baseada essencialmente em recursos internos, objecto longamente debatido pelos publicistas da electrificação, como Ezequiel de Campos, Ferreira Dias e outros. E aponta também para a concentração empresarial, como se torna evidente pela análise da legislação sobre electricidade dos anos 60, particularmente o decreto 49211, de 28.07.1969, que autoriza a fusão das empresas concessionárias da rede primária e cria, a este nível, uma concessão única, tudo confluindo na criação da Companhia Portuguesa de Electricidade (CPE).

3.7 - O vazio da electrificação rural

Mas as realizações na produção de energia deixavam a descoberto graves carências no que respeitava ao "fornecimento ao cliente", uma vez que as linhas eram exíguas e havia grandes zonas onde nem sequer existiam. Havia distritos que nem sequer eram cobertos por redes de alta tensão, como Bragança, onde só 0,4% das freguesias eram electrificadas, ou Évora (8%). E distritos como Porto e Aveiro, no litoral teoricamente coberto, a electrificação não ultrapassava os 77% e 72% das freguesias,

respectivamente. A nível nacional, só 36% das freguesias e 64% da população tinha energia eléctrica à disposição, comentava o eng^o Paulo de Barros, numa conferência na Ordem dos Engenheiros, em 1953, para criticar a exiguidade de verbas para a rede em baixa tensão.

Na verdade, o consumo crescia mais depressa do que a rede de distribuição. E, no que respeitava à electrificação rural, sem o auxílio do Estado não valia a pena pensar em fazê-la a sério: "poderemos apenas abastecer algumas quintas ou pequenas povoações localizadas perto das linhas existentes" (*Indústria Portuguesa*, 301, 1953:73-75). Ora importava sincronizar a produção com a pequena distribuição, uma vez que a alta tensão estava a ser objecto de uma política de coordenação e fortemente apoiada pelo Estado. Mas deixava a pequena distribuição entregue aos municípios, descapitalizados e sem iniciativa política, e aos particulares. Havia em 1955 dez sedes de concelho e 2100 freguesias sem rede eléctrica, na altura em que o governo apresentou uma tímida proposta de lei à Assembleia Nacional para coordenar o auxílio governamental à pequena distribuição, que seria selectivo e nunca superior a 50% dos valores orçamentados.

O problema da electrificação rural veio a ser objecto de alguma atenção no II Plano de Fomento, reconhecendo-se naturalmente as carências gritantes em algumas zonas, particularmente nas áreas interiores: com excepção da faixa Braga-Setúbal, o resto do país vivia uma electrificação incipiente. Claro que o problema da electrificação rural não estava isolado no resto do sistema eléctrico nacional. Este começava a falhar na ausência da rede de alta tensão, que durante anos e até 1947 quase só se limitava à ligação Lindoso-Porto. Só a partir daqui, com a acção da Companhia Nacional de Electricidade a situação evoluiu.

Quadro III - Portugal: evolução da rede de alta tensão (Kms)

Designação	1939	1945	1956	Quilómetros de rede por Km ² de território
Até 25 KV	4020	4579	6920	0,078
De 25 a 50 KV	1049	1326	3027	0,034
De 50 a 100 KV	457	387	1033	0,0116
Acima de 100 KV	-	86	1060	0,0119
Total	5526	6378	12040	0,135

Fonte: Relatório do II Plano de Fomento, VI,286

Assim, em 1956, apesar dos progressos, a rede de Alta Tensão, com um indicador de 0,135 km por quilómetro quadrado de área era visivelmente escassa (a França apresentava o, 615 e a Bélgica 0,835 Km), derivando desta baixa densidade a fraca electrificação rural. Mas outro indicador mostrava que nem tudo dependia da rede de Alta Tensão, pois a razão rede de distribuição/rede de transporte era de 10,36, quando em França esse indicador era de 16,72, ou seja, mesmo com as estruturas de transporte existentes a distribuição era susceptível de forte incremento. Este clima explica que o mercado da electricidade fosse, na realidade, fraco em Portugal: em 1939, o número de consumidores de baixa tensão era, na totalidade nacional, de 336220, que salta para

423014, em 1945, e para 789197, em 1956. Números demasiado baixos. E o relatório do II Plano de Fomento, reconhecia que para electrificações não rentáveis só havia uma solução, o subsídio não reembolsável, afirmando que a situação vivida era um ponto de passagem num processo em andamento, pelo que "basta fixar de uma vez para sempre que a electrificação rural só é possível com o auxílio do Estado" (Relatório, 1958:286-290), mostrando alguma incomodidade para dissecar um problema que parecia já estar suficientemente reconhecido.

E o relatório do II Plano recordava ainda que a regulamentação da lei da electrificação (n.º 2002, de 1944) só fora regulamentada neste aspecto de electrificação rural (Base XXI) em 1955, através da lei n.º 2075 de 21.5.1955 e do decreto 40212 de 30.6.1955, nos quais se definia que o Estado impulsionaria as obras de pequena distribuição através de comparticipações (até 75%) do Estado ou do Fundo de Desemprego, uma vez que as obras pertenciam a municípios. Mas sublinhava-se que a lei não pretendia abranger a "propriedade agrícola isolada", eufemismo que ocultava a real falta de participação ou a extrema lentidão do Estado no processo: em 1955, tinham-se concedido 82 comparticipações num total de cerca de 13 mil contos para este efeito, seguindo-se, em 1956, 69 comparticipações num total de 10 mil contos e, em 1957, 122 num total de 25 mil contos.

Reconhecia-se um crescimento lento, embora houvesse paralelamente apoios em melhoramentos agrícolas, sobretudo em electrobombas para rega e algumas linhas de baixa tensão, porque vantagens diversas se poderiam extrair da electrificação no campo:

- facilidade, rapidez, comodidade, oportunidade, segurança, garantia dos trabalhos agrícolas;
- só a energia eléctrica permite otimizar certas tarefas;
- perspectivas de associar às explorações agrícolas pequenas indústrias transformadoras e de aproveitamento de subprodutos;
- a criação de melhores condições de vida e melhores níveis de produtividade e de rentabilidade na agricultura.

Em suma, o II Plano reconhecia o problema da electrificação rural, mas achava que os mecanismos para o resolver já estavam criados, embora fosse visível a sua inoperacionalidade. Assim, a pequena distribuição eléctrica, isto é, a distribuição em baixa tensão ao domicílio continuou a pertencer às câmaras municipais, quer por exploração directa (através de serviços municipalizados ou empresas próprias), quer através de concessões a qualquer entidade para esse efeito. Mas sabe-se como as municipalidades foram até aos nossos dias instâncias demasiado fictícias, sem poder e sem finanças, na sua maioria incapazes de promoverem a electrificação rural de forma satisfatória.

3.8 - Nova organização do sector eléctrico

A tendência para políticas centralizadoras e de intervenção do Estado é perceptível na legislação relativa à electrificação durante o Estado Novo, dela sendo mentor Ferreira Dias e a escola de técnicos que deixou, quer através do ensino de

engenharia que praticou, quer dos técnicos que colocou nos serviços oficiais, quer através do ideário que legou, de que a obra *Linha de Rumo* se tornou uma espécie de cartilha. Note-se que Ferreira Dias perfilhava um modelo europeu de política energética, e na política de mercado europeu havia espaço para a intervenção estatal e mesmo para o modelo da nacionalização da rede, perfilhado depois da segunda guerra por países como a França, a Inglaterra e a Itália.

Nos inícios dos anos setenta, em Portugal, sente-se uma alteração na política energética, uma actuação mais uniforme e menos discutida, uma vez criada a Companhia Portuguesa de Electricidade. Assim, consolidada a componente hidroelétrica, avança-se, nesta altura, para a criação de um novo conjunto de grandes centrais térmicas para funcionamento permanente (Setúbal; Barreiro) e inicia-se a preparação da interligação com a rede europeia.

Mas as grandes alterações surgem em 1975, depois da revolução política de 1974 ter permitido a criação de um clima favorável às nacionalizações em vários domínios económicos, incluindo o sector eléctrico. Assim, a produção e distribuição de electricidade não fugiu à regra, com a publicação do Decreto-Lei nº 205- G/75, de 16 de Abril, que estabelece a nacionalização das empresas de serviço público do sector e cria uma comissão de reestruturação. E, pelo artigo 12 desse decreto, estipulava-se que seriam transferidos para a entidade económico-jurídica a criar as instalações e serviços de produção e distribuição de energia eléctrica na altura exploradas por autarquias locais, directamente ou por intermédio de serviços municipalizados ou por federações de municípios, bem como as de sociedades e outras entidades. O Decreto-Lei nº 502/76 de 30 de Junho concretizou as opções da comissão de reestruturação, criando a Electricidade de Portugal - Empresa Pública (EDP), que integrou todas as empresas antes nacionalizadas, com o objectivo de prestar um serviço público que se pretendia em regime de exclusivo. Refira-se que foi com este modelo que finalmente se verificou ao longo dos anos 70/80 a electrificação praticamente total do território nacional, para ela garantindo a participação estatal e a harmonização técnica das condições tarifárias e comerciais.

No que se refere à distribuição, o Decreto-Lei nº 344 - B/82, de 1 de Setembro, realizado já noutra conjuntura política, de reconciliação com o mercado, procurou criar condições para assegurar essa exclusividade, sem cortar abruptamente com as tradições municipais. Embora mantendo a decisão da distribuição em baixa tensão no municípios, estes, quando não optassem pela exploração directa, só poderiam activar o regime de concessão à EDP ou a empresas públicas de âmbito local ou regional a constituir, permitindo-se apenas a concessionárias já existentes a sua exploração enquanto subsistisse o período de concessão, ou a produtores/distribuidores independentes. Este decreto veio, com veremos adiante, a ser corrigido em 1986, acrescentado-se-lhe a possibilidade de as concessões camarárias também poderem abranger as cooperativas.

Finalmente, em 1988, permitiu-se de novo a possibilidade de a iniciativa privada participar na produção, transporte e distribuição de energia eléctrica para consumo público. Depois, transformou-se a EDP numa sociedade anónima de capitais públicos (1991), com vista à sua futura privatização. Mais recentemente (1994), segmentou-se a empresa pública única, promovendo-se a sua separação com a criação de um grupo empresarial com explorações autónomas, e promoveu-se a sua privatização parcial, ao mesmo tempo que se criava um novo enquadramento jurídico da actividade (1995), criando-se uma nova entidade reguladora, permitindo a criação de um Sistema Eléctrico

Independente, paralelo ao Sistema de Serviço Público, encontrando-se este organizado em torno da REN - Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (Vasconcelos, 1999).

4 - A ELECTRIFICAÇÃO REGIONAL E LOCAL - ALGUNS ASPECTOS

A aplicação da electricidade como força motriz e como iluminação começou a penetrar no Norte de Portugal na última década do século passado, como vimos com as adjudicações de luz eléctrica em Braga (1893) e em Vila Real (1894), ou no Porto, através do quadro de instalações eléctricas de Emilio Biel ou ainda com o exemplo da Carris de Ferro do Porto, que, em 1895, arranca com a circulação de carros eléctricos, utilizando energia fornecida por uma central térmica própria, a central da Arrábida. Poderíamos mesmo ir mais longe e lembrar que o Porto teve algum pioneirismo na instalação do primeiro telégrafo eléctrico (pelo sistema Bréguet), que, em 1853, ligou os edifícios da Associação Comercial e da Associação Industrial, como demonstração para aplicação ao telégrafo comercial que ligava a Foz ao palácio da Bolsa, o qual foi dado como instalado na versão eléctrica em 1856 (Alves, 1995b).

Mas, em termos regionais, se nos centrarmos sobre as bacias do Cávado e Ave, onde vai operar a Cooperativa Eléctrica do Vale d' Este, a solução electrificadora começa a surgir na primeira década do século XX, quando se iniciaram as pequenas barragens no rio Ave ou se instalam as primeiras centrais térmicas, tornando-se modelo a Empresa Têxtil Eléctrica, criada em 1905, do grupo de Narciso Ferreira, com o objectivo preciso de funcionar através da electricidade.

Na impossibilidade agora de estabelecer uma cronologia dos estabelecimentos, vejamos ainda assim a proliferação de centrais na zona, em perspectiva acumulada até às vésperas da Lei 2002, recolhendo informação na Estatística das Instalações Eléctricas de 1943.

Quadro IV - Centrais Hidroeléctricas nas bacias do Cávado e Ave, 1943

Concelho	Local/empresa	Curso de água/queda	Geradores/potência (KVA)
Serviço público:			
Barcelos	Penide - Sociedade Eléctrica do Norte de Portugal	Rio Cávado, 4 metros	1x 95 kVA
Fafe	Santa Rita - Câmara Municipal	Rio Vizela, 19 metros	1x58 KVA
Guimarães	Sumes, Emp. Industrial de Pevidém	Rio Selho, 19 m	1x200 KVA; 1x120 KVA
Póvoa de Lanhoso	Ponte da Esperança, CHENOP	Rio Ave, 28 m	1x3400 KVA
Vieira do Minho	Ermal, CHENOP	Rio Ave, 76 e 82 m	1X430; 1x1300; 1x5500
Vieira do Minho	Guilhofrei, CHENOP	Rio Ave, 36 m	1x2400
Felgueiras	Corvete, Empresa Hidro-Elec. do Corvete	Rio Bugio, 100 m	1x250; 1x500; 1x500

Santo Tirso	S. Miguel do Couto, Câmara Municipal	Rio Minas, 200 m	1x42
Santo Tirso	Espinho, Emp. Rio Vizela	Rio Vizela, 7,5m	1x340; 1x150
Serviço particular			
Braga	Ruães - C. Fabril do Cávado	Rio Cávado, 2.1m	1x120
Fafe	Ferro - C.F. T. Fafe	Rio Ferro, 28 m	1x540; 1x280; 1x23
Fafe	Assento, Emp. Têxtil do Rio Ferro	Rio Ferro, 11 m	1x50
Fafe	Bugio, J. Florêncio Soares & C ^ª	Rio Bugio, 23 m	1x350; 1x180
Guimarães	Abelheira, Alfredo da Silva Araújo & C ^ª	Rio Ave, 11 m	1x42
Guimarães	Campelos, C ^ª F. T. de Guimarães	Rio Ave, 6,5 m	1x300
Guimarães	Ronfe, C ^ª F. T. de Guimarães	Rio Ave, 6,5 m	1x350; 1x175
Guimarães	Vizela, F.T. de Vizela	Rio Vizela, 8.4m	1x240; 1x470
Guimarães	Pevidem, Francisco Ida Cunha Guimarães (de Pedome)	Rio Selho, 3 m e 7,5m	1x60; 1x170
V.N Famalicão	Caniços, Emp. Têxtil Eléctrica	Rio Ave, 6 m	1x310
V.N Famalicão	Bairro, FFT do Bairro	Rio Ave, 5,2	1x180; 1x150
V.N Famalicão	Delães, Pinheiro, Marques & Madeira	Rio Ave, 2 m	1x125
V.N Famalicão	Amieiro Galego, Sampaio Ferreira, C ^ª (Riba d'Ave)	Rio Ave, 11 m	1x450; 1x265
S. Tirso	Negrelos, FFTRio Vizela	Rio Vizela, 4,8m	1x230; 1x100
S. Tirso	Caniços, FFR Rio Vizela	Rio Vizela, 13 m	1x300; 1x700

Proliferavam, portanto, as centrais, em grande parte para serviço particular das empresas têxteis. Uma sucessão de pequenas barragens que ajudam a explicar o estado degradado actual do rio Ave, na medida em que a poluição derivada dos efluentes fabris se sedimentava no seu leito.

Como quase todas estas barragens eram a fio de água, a cada uma delas corresponde uma pequena central térmica para as estiagens, sendo que algumas fábricas só possuíam mesmo as centrais térmicas. Esta é uma solução que, nos anos 30 e 40, caracteriza as zonas industriais com algum desenvolvimento, dadas as carências de produção eléctrica sustentada : cada fábrica que se preze tem a sua central própria, doutro modo teria a sua laboração dependente das correntes incertas das principais distribuidoras. Era assim no vale do Ave, como nas zonas industriais do Porto e de Lisboa, numa situação em que a produção própria se traduzia em custos elevados para a energia, constituindo um óbice natural como factor de produção industrial.

Havia, no entanto, produção para auto-consumo, cujos excedentes podiam ser valorizados comercialmente, como havia a possibilidade de distribuição comercial, a qual dificilmente poderia escapar ao padrão dispersivo. Em Barcelos, a distribuição eléctrica era assumida por dois distribuidores: a Sociedade Eléctrica do Norte de Portugal e a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este. A primeira tinha uma pequena central, passando depois a receber da CHENOP em alta tensão, tendo esta assumido posteriormente a distribuição. A Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este recebia a energia em A.T. da União Eléctrica Portuguesa. Mas em concelhos como Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Vila do Conde, Santo Tirso, Paredes, eram diversos os distribuidores, devido a muitas fábricas com produção própria terem assumido as respectivas concessões relativamente cedo ou por iniciativa de particulares reunidos em cooperativas ou comissões ou ainda as juntas de freguesia. Veja-se a situação distribuidora de electricidade no concelho de Vila Nova de Famalicão, que, sem esgotar todos os distribuidores (alguns efémeros) apresenta o seguinte quadro de dispersão até ao alvorecer da década de 60:

Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este - distribuía em Arnoso, Cavalões, Gondifelos, Jesufrei, Lemenhe, Antas, Louro, Mouquim, Nine, Outiz, com energia fornecida pela UEP;

A Iluminadora Moderna, Ld^a, em Cabeçudos, Esmeriz (CHENOP).

Empresa Fabril do Minho, em Mogege (UEP);

Francisco Inácio da Cunha Guimarães & Filhos - em Pedome (CHENOP);

Iluminadora Eléctrica de Requião, em Requião, fornecida pela UEP;

Junta de Freguesia em Riba d'Ave, Delães, Oliveira (CHENOP);

Avelino da Costa e Silva, em Pousada de Saramagos (CHENOP);

A Eléctrica do Telhado, em Telhado (CHENOP);

Joaquim Ferreira de Carvalho, em Vermoim (CHENOP e UEP);

Artur Gomes & Filhos, em Joane (UEP);

Fábrica Têxtil de Landim, em Landim (UEP);

CHENOP, em Bairro, Carreira;

Cooperativa Eléctrica de S. Simão de Novais, em Carreira, Bente, Landim, Novais, Ruivães e Seide (CHENOP).

Marinho Correia de Azevedo & C^ª, em Castelões.

Comissão Instaladora de Electricidade, em Vale (UEP);

Comissão Consumidora de Energia Eléctrica, em Vermoim (UEP)

J. Carvalho & Irmão (A Boa Reguladora), depois substituída por *A Eléctrica*, em Vila Nova de Famalicão, Antas, Brufe, Calendário, Cruz, Fradelos, Gavião, Lagoa, Lousado, Ribeirão, Vale e Vilarinho (produção própria, depois CHENOP)

A expressão "pequena distribuição" aplicava-se aqui com plena propriedade. Assim, só as duas distribuidoras de alta tensão davam o tom da estabilidade. Com efeito, apesar da complexidade de barragens do Ave, o elemento central da produção e distribuição de energia eléctrica no Norte de Portugal era a associação Central do Lindoso/ União Eléctrica Portuguesa. A ela se veio juntar depois a Hidroeléctrica do Varosa, mais tarde CHENOP, que na década de 40, faz interligação com a UEP para efeitos de fornecimento de energia ao concelho do Porto e depois a outras áreas de exploração. Dada a imbricação da Cooperativa do Vale d' Este com a UEP, anotaremos algumas linhas sobre o Lindoso/UEP.

As quedas do rio Lima, em Lindoso, haviam sido concessionadas em 1907 a Justino Antunes Guimarães e a Don Jesus Palácios. Mas a concessão acabou por ser transferida para a Electra del Lima, empresa espanhola, com sede em Madrid, por detrás da qual estava o eng^o Juan de Urrutia y Zulueta. A empresa que dinamiza a Central do Lindoso ficava, assim, ligada a um grupo empresarial muito dinâmico na realização de empreendimentos eléctricos na Península Ibérica, pois criara empresas como a Hidroeléctrica Ibérica, a Unión Eléctrica Viscaína, a Hidroeléctrica Española, a Electra de Viesgo, a Cooperativa Eléctrica de Madrid, a Electra Valenciana, a Unión Eléctrica de Cartagena e, finalmente, a Electra del Lima. Apesar de tudo, a construção da barragem atrasou-se, para o que terá também contribuído a conjuntura política muito agitada nos anos subsequentes (regicídio, implantação da república, 1^a guerra mundial). Sempre se afigurou positivo ligar personalidades do regime às grandes iniciativas empresariais, capazes de deslindarem os trâmites burocráticos, e foi o que aconteceu aqui, com Juan Urrutia a ligar-se a um grupo económico onde pontificava Cândido Sottomayor, capitalista e republicano influente. Daí surgiu a União Eléctrica Portuguesa, quando a obra de construção da central do Lindoso se aproximava do seu final. A capacidade de produção da Central do Lindoso foi sucessivamente ampliada: o 1^o grupo entrou em funcionamento em 1922, o 2^o grupo, em 1924, 3^o grupo, em 1933, dotando a Central de 2 geradores de 8750 KVA e 1 de 17500, a que se seguiu nova ampliação, com um 4^o grupo, em 1945 (Vasconcelos, 1949: 389-391).

Para o Norte de Portugal, e no que respeita à área geográfica que mais nos interessa, a União Eléctrica Portuguesa assume uma importância central. A UEP surgiu oficialmente a 28.11.1919 por escritura notarial realizada no Porto e era o resultado de uma associação comercial entre a Electra del Lima, com sede em Madrid, mas que explorava a Central do Lindoso e a firma Pinto & Sotto Mayor, em Lisboa. Com um capital social de 5 mil contos tornava-se desde logo a maior sociedade anónima do Norte do País, tendo na presidência João Vieira Pinto, o sócio de Cândido Sottomayor, e na vice-presidência Juan Urrutia.

Nos termos estatutários, a UEP tinha como objectivo principal consumir a energia produzida pela Electra del Lima, SARL, mas estendia a sua acção a finalidades mais abrangentes: produzir energia eléctrica pelo efeito de quedas de água ou por outra força motriz, distribuir energia eléctrica, pondo-a ao serviço de entidades particulares ou públicas, desenvolver o emprego da electricidade, podendo ainda desenvolver outros negócios, excepto o bancário.

A energia produzida no Lindoso era para ser consumida longe, daí que o Diário do Governo de 19.5.1921 publicasse um alvará que concedia à Electra del Lima a concessão de uma linha de transporte de energia de alta tensão entre o Lindoso e a cidade do Porto, podendo ser fornecida a empresas distribuidoras em diversas localidades atravessadas pela linha. Esta concessão foi trespassada em 31.10.1925 para a U.E.P (DG, II série de 3.12.1925). Desde 1920, que a UEP começou a estabelecer contratos de fornecimento de energia com as câmaras de Braga, Gaia, e Porto (1922), iniciando aqui a rede subterrânea em 1923. A data de 18.9.1922 marca a ligação para o fornecimento de energia hidroeléctrica no Porto, originária das quedas do Lindoso, na Fábrica de Tecidos da Areosa. Em 1925, depois do trespassar acima referido, a U.E.P avançou para a construção da estação térmica do Freixo, como reserva para a central a fio de água do Lindoso e para dar carácter permanente ao seu fornecimento nas estiagens, iniciando a produção com dois grupos em 1926. Em 1927, a U.E.P contratava o fornecimento de

energia com o concelho de Coimbra, sendo publicada a 27.5.1928 a autorização para a linha de alta tensão Porto-Coimbra, criando-se a partir daqui uma ampla rede de distribuição no litoral, que sensivelmente ligava Ponte da Barca a Pombal. Em 1932, a U.E.P alargou a sua acção ao distrito de Setúbal, participando em posição dominante na Sociedade de Electrificação Urbana e Rural. Em 1941, chamou a si a concessão de produção e distribuição da linha de alta tensão para Setúbal, que tinha sido concedida à SEUR em 1932 e 1936. Em 1942 ampliou esta concessão aos concelhos de Montemor e Évora. A rede da UEP foi ganhando, naturalmente, contornos mais complexos, com a criação de numerosas subestações e, sobretudo, com o estabelecimento de interligações a outras empresas produtoras e/ou distribuidoras de energia eléctrica, como a C. E. das Beiras ou a E. H. da Serra da Estrela e depois a Chenop e a Companhia Nacional de Electricidade. Depois da segunda guerra mundial, a U.E.P participou no surto de empreendimentos hidroeléctricos, tornando-se accionista, com lugares na administração, da Hidroeléctrica do Cávado e da Hidroeléctrica do Zêzere. Em 1952 foi-lhe concedida a distribuição em baixa tensão do Baixo Alentejo e Algarve, com a obrigação de constituir para o efeito uma nova empresa - a Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve, oficializada em 1954. Neste mesmo ano, participou na Empresa Termoeléctrica Portuguesa, com capitais das empresas produtoras, de transporte e distribuição de electricidade, das empresas carboníferas e das Caixas de Previdência. A UEP promoveu ainda actividades industriais: criou a Empresa Industrial do Freixo, produtora de carboneto de cálcio e de ferro-ligas, inicialmente no Freixo (Porto) e depois com uma nova unidade fabril em Lares (Figueira da Foz); promoveu a constituição da Companhia Industrial de Resinas Sintéticas (CIRES), em Estarreja, para produzir cloreto de polivinilo a partir do carbonato de cálcio.

A UEP representava normalmente uma posição forte no campo da defesa dos interesses privados no sector, dela derivando a mais forte oposição às investidas intervencionistas do Estado, embora secundada pelas outras empresas congéneres.

5 - A COOPERATIVA ELÉCTRICA DO VALE D'ESTE

Iniciados os seus passos vacilantes, à volta de um sem número de dificuldades, numa época em que a electrificação rural era um mito, lutando com a relutância de quantos estavam aferrados às tradicionais fontes de luz e de energia, constituiu a nossa Terra como que um oásis a contrastar com as regiões circunvizinhas, algumas delas a aguardar ainda a generosidade da Edilidade ou de alguma Empresa que lhes proporcione esta fonte de riqueza e de progresso.

Relatório e Contas de 1956, por altura dos 25 anos de actividade da Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este

5.1 - Uma zona rural : o vale d' Este

Sensivelmente ao longo do rio Este, dividem-se administrativamente os concelhos de Barcelos e de Vila Nova de Famalicão, num vale tipicamente minhoto, em que o verde

é a nota dominante. Se, desde os finais do século XIX, a faixa ocidental do concelho de Famalicão, modelada pelo rio Ave, ganhou contornos de uma imagem própria, ligada estreitamente à indústria têxtil, com a proliferação de fábricas na sua arquitectura típica de telhados em "shed" e a emergência de um numeroso operariado, a faixa oriental, ou seja, o vale do rio Este manteve de uma forma mais duradoura as características rurais, emergindo as casas de lavoura como os elementos que dão uniformidade à paisagem. Se a ocidente, as preocupações dominantes passaram pelo fiar e tecer, na continuidade do vasto espaço industrial do Vale do Ave, a oriente os cereais, o gado, o vinho assumiam desde há séculos as motivações quase exclusivas da sua população, em que uma ou outra pequena unidade industrial apenas representava a excepção na regra geral.

Uma leitura dos finais do século XIX revela-nos o tipo de preocupações dominantes neste ambiente rural e agrícola. A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão apresentou um plano de melhoramentos para o concelho, aprovado em sessão de 1896, ao Congresso Agrícola do Porto, promovido pela Liga Agrária do Norte, no ano seguinte (8 a 10 de Março de 1897, no edifício da Câmara Municipal do Porto). As suas preocupações passavam por três ou quatro tópicos, que vale a pena evocar para apreendermos as cogitações da opinião pública ruralista.

Assim, o regime de propriedade vinha à cabeça das preocupações, pois a "excessiva divisão das terras, que no Minho vai num aumento assustador" pedia urgentes medidas, sob pena de, a curto prazo, se dar "a fragmentação das ricas e produtivas quintas e casais, que se formaram e engrandeceram sob o benéfico influxo da enfiteuse". A exiguidade da propriedade desanimaria a inovação na agricultura, elevava os custos do granjeio, criava a crise doméstica do pequeno proprietário. Solução? Só o Brasil! Era preciso recuperar o projecto dos "casais indivisos", proposto em 1887 para o fomento rural por Oliveira Martins, na "parte que interessa às províncias do Norte".

Seguia-se a ideia de uma escola prática de ensino agrícola, para ministrar "um curso simples e prático", com adopção de modernos processos, para atingir uma produção mais intensa e barata. E, sobretudo, para se melhorar o fabrico de vinho, definindo um tipo apropriado à região vinhateira, estudando-se técnicas de poda, enxertias e uma selecção de castas. A Escola poderia fomentar ainda a indústria da manteiga e do queijo, do mel, do bicho-da-seda. Projecto que ficava desde já à espera de verbas

No imediato, enquanto não viesse a escola, uma exposição de gado ajudaria a desenvolver a riqueza pecuária do concelho. Finalmente, havia um projecto de tapada municipal e vontade de controlar a caça e a pesca nas bacias do Ave e do Este (Relatório do Congresso Agrícola, 1898: 178-186).

Lugares comuns da época, eis o que nos parecem os projectos municipais de Famalicão. Para compreendermos melhor esta ruralidade minhota, torna-se mais interessante recorrer a um livro como o de Basílio Teles, *Carestia de Vida nos Campos*, que nos mostra a dinâmica estrutural da agricultura, na sua estabilidade de exploração, na desmistificação da "pulverização" fundiária, sublinhando a importância da propriedade descontínua mas funcional, do crescimento económico mais vagaroso do que o demográfico com a conseqüente fuga dos campos para as cidades ou o Brasil, o jogo económico entre proprietários, caseiros e jornaleiros, num concelho como o de Barcelos, "sulcado de ribeiros e nascentes, e onde as ondulações do solo acusam, na quase totalidade, cotas baixas" (Telles, 1904: 161)

Ora a electricidade cedo apareceu no vale do Ave, como já vimos, fruto da dinâmica imprimida pela indústria têxtil. Naturalmente como energia motora mas também de iluminação de fábricas, que permite a algumas enveredarem pelo sistema de "turnos" nos horários para assim aproveitarem melhor os equipamentos e a força de trabalho disponível. Mas tardou a chegar ao Vale d'Este. Mais cedo chegou aqui o transporte ferroviário, com a linha do Minho por 1875, e, na década seguinte, a linha da Póvoa, na sua ligação a Famalicão, ambas cruzando freguesias do Vale d'Este, a criar facilidades de circulação, sinais de um progresso que, em vários aspectos, tardava.

Nos inícios do século e em termos de iluminação, a grande novidade era ainda o gasogénio, com luz de acetileno, entretanto produzidos em Famalicão, e disponíveis para os lares mais abastados. Em 1907 fizeram-se as primeiras diligências camarárias para a iluminação da sede do concelho, que esteve para ser entregue à fábrica Sampaio & Ferreira, de Riba D'Ave, que na altura estava a construir a sua barragem de Amieiro Galego, mas a concessão, por 30 anos, veio a caber aos irmãos Carvalho, de *A Boa Reguladora*, numa concessão para a iluminação pública da Vila num raio de 2 kms, depois gradualmente alargada. Quando noticiava o envio do contrato para a Procuradoria da Coroa, o jornal local *O Regenerador* não se coibirá de exclamar ironicamente: "Ora, graças a Deus, que se desencantou a moura" (28.12.1907), sublinhando mais tarde a acção do abade de S. Cosme que, como administrador do concelho, teria utilizado toda a influência para a aprovação real do contrato. Com a notícia desta aprovação, queimaram-se foguetes e a banda dos Voluntários, rodeada de gente, foi tocar em frente da fábrica concessionária.

A iluminação pública da vila famalicense acabou por ser inaugurada em 1909, a partir de uma central a gás pobre existente naquela fábrica de relógios e de serração. A insatisfação era então muita, dadas as falhas frequentes e a pouca potência, mas só em 1937 a situação se alterou um pouco com a ligação dos concessionários à rede da Hidroeléctrica do Varosa. A luz foi depois acendendo noutras freguesias do concelho, onde as fábricas têxteis disponibilizavam energia: em 27.11.1909 era autorizada a exploração da iluminação pública em Aldeia Galega, freguesia de Bairro, onde estava a barragem de Amieiro Galego, da Sampaio & Ferreira. Outras se seguiram, no vale do Ave.

Mas não havendo os grandes consumidores que as fábricas representavam, como produzir ou conduzir energia para o Vale d'Este, como para outras zonas rurais idênticas? É certo que, desde 1922, a linha de Alta Tensão do Alto Lindoso - UEP passava algures por Famalicão rumo ao Porto, e depois a Coimbra, mas não surgiam distribuidores interessados para a criação de derivações e de redes de distribuição local que, em zonas rurais, contariam sempre com escasso número de consumidores, dado o elevado preço da energia e o peso que representaria nos orçamentos familiares.

5.2 - As cooperativas

Como noutros sectores de actividade, também aqui ganhou forma a solução cooperativa. Na definição do cooperativista Raul Tamagnini Barbosa, que, precisamente em 1930, publicava *Aspectos e Modalidades do Cooperativismo*, as cooperativas "são

sociedades de consumidores constituídas com o fim de obter os produtos de que carecem tão puros, tão directamente e tão economicamente quanto possível, excluindo, portanto, o lucro dos intermediários, quer se trate de artigos chamados propriamente de consumo, já prontos a serem utilizados, quer se trate de os obter pelo fabrico, quer se trate de auferir as vantagens do crédito" (Costa, 1978:273).

Ora a electricidade era na altura objecto de forte debate precisamente sobre a sua função social e o papel inibidor da sua fruição devido aos lucros de produtores e distribuidores. Daí os apelos aos poderes públicos para avançarem para a electrificação, como um domínio que deveria apontar para a "socialização progressiva da vida económica", com o Estado a preocupar-se gradualmente com os interesses gerais da sociedade, sendo a municipalização uma via possível, como defendia o jurista coimbrão Marnoco e Sousa, embora reconhecesse a impotência municipal em muitos casos (Sousa, 1910:450). Assim, a exemplo do que ocorria no estrangeiro progressivo, a cooperativa parecia uma solução razoável, para desenvolver um serviço onde a iniciativa privada não arriscava. Sob o ponto de vista legal, a criação das cooperativas obedecia ao Código Comercial então em vigor, que ainda era o de 1888, segundo o qual as cooperativas deviam adoptar uma das fórmulas societárias previstas para as empresas em geral. Mas, qualquer que fosse a fórmula social adoptada, a designada "sociedade cooperativa" ficava subordinada às disposições relativas às sociedades anónimas, no tocante à publicação de título constitutivo, alterações, obrigações e responsabilidades, fazendo sempre seguir o seu nome de "sociedade cooperativa de responsabilidade limitada" ou ilimitada, conforme o caso, e não podiam constituir-se com menos de dez sócios (Código Comercial, cap. V).

As cooperativas de consumo, numa situação adaptada à distribuição eléctrica no caso de Vale d'Este, são, em caso de correcto funcionamento, benéficas para os associados, como sublinhava Raul Tamagnini Barbosa, mesmo quando desajudadas e sem amparo de uniões ou de federações, funcionando como qualquer casa comercial, com a vantagem de que "não são casas de comércio", isto é, não vendem, mas distribuem aquilo que para os associados compraram, daí não serem tributadas nos lucros.

Porém, no caso das Cooperativas de distribuição eléctrica quase sempre havia algo mais do que a simples distribuição, pois não podiam dispensar uma verdadeira "instalação industrial", para operar a transformação da corrente de alta para baixa tensão, tendo de dispor para isso dos indispensáveis postos de transformação, ligados aos ramais de alta tensão, e da rede que, derivando dos postos, leva a energia aos consumidores, através de fios e postes de sustentação. No caso da distribuição de electricidade, as tarifas de venda da energia estariam sempre dependentes dos preços de aquisição de energia em AT e dos pressupostos inerentes aos contratos de concessão, e mais tardes dos padrões tarifários impostos pelo governo, mas os eventuais lucros, em vez de serem distribuídos, o que era legalmente possível, podiam contribuir para consolidar o equipamento e condições de financiamento e, neste caso preciso, ampliar a rede de distribuição. Neste contexto, emergiram várias cooperativas de distribuição eléctrica, sobretudo na fixa litoral em torno do Porto e de Aveiro, onde o cooperativismo estava mais difundido, respondendo à urgência da electrificação.

Quadro V - Cooperativas de distribuição de energia eléctrica, em 1943

Concelho	Cooperativa
Águeda	C. E. de Aguada de Baixo
Águeda	C. E. de Macinhata do Vouga
Águeda	C. E. de S. Sebastião
Anadia	C. E. de Avelãs do Caminho
Anadia	C. E. da Fogueira
Anadia	C. E. de Sá de Sangalhos
Anadia	C. E. de Aguium
Feira	C. E. de Mosteiró
Ílhavo	C. E. da Gafanha da Nazaré
Oliveira de Azeméis	C. E. de Loureiro
Barcelos e V.N de Famalicão	C. E. do Vale d'Este
V.N de Famalicão	C. E. de S. Simão de Novais
Lousada e Paredes	S. Cooperativa Distribuidora de Energia Eléctrica A Lodabi
Lousada e S. Tirso	C. E. de Vilarinho
Paços de Ferreira e Paredes	Cooperativa União Electrificadora
Paredes	Cooperativa a Electro-Baltarense
Paredes	C. E. de Cete
Paredes	C. E. de Vandoma, Astromil e Gandra
Paredes	C. de Electrificação A Lord
Paredes	S. C. Distribuidora de Energia Eléctrica A Celer
Paredes	C. Electro-Recarei
Paredes	C. União Electrificadora

Mais de duas dezenas de cooperativas estavam ainda activas em 1943, segundo a Estatística das Instalações Eléctricas. Muitas delas não conseguiam sair das suas áreas de exploração iniciais, limitando-se à electrificação de uma freguesia, outras pelo contrário alargavam a sua área de acção. Como tudo, as cooperativas estavam dependentes da acção humana, do serviço prestado pelos cooperantes da administração que se dedicavam a uma causa de serviço colectivo sem contrapartidas de qualquer tipo que não fosse a da sua consciência e do ideal de servir. Numa sociedade crescentemente atravessada pela ideia mercantil e pelo móbil do lucro, os homens disponíveis para servir rareavam. Depois, não podemos esquecer que o ideal cooperativo não se casava muito bem com o ideal corporativo que se desenvolveu nos anos 30 em Portugal, sob a batuta

de Salazar. Sabe-se que o regime do Estado Novo tolerou as cooperativas, não as impedindo de funcionarem isoladamente, mas procurou controlá-las com pessoas de confiança política, ao mesmo tempo que desvanecia a sua propaganda e ideais de união e de federação, facto que as podia tornar fortes. Sem dúvida que a grande razão era a conotação socialista da sua propaganda, bem como a capacidade de mobilização afirmativa dos associados, aspectos negativos para quem tinha uma noção paternalista de fazer política. Cooperar era mobilizar as forças individuais numa força comum para resolver problemas de todos, ora o salazarismo entendia que não fazia política e que, por isso, resolveria por si só os problemas nacionais, cabendo aos portugueses esperar, obedecer e, quando as soluções chegassem, agradecer. A organização cooperativa, fazendo jus ao ditado popular de que a "união faz a força", não lhe podia agradar, apesar de vários cooperativistas importantes terem acabado por dar o seu aval ao regime da "ordem", como foi o caso notório de Fernando Emídio da Silva, com publicações técnicas no domínio do cooperativismo (*Seguros Mútuos*, 1911; *Cooperativas de Consumo - sua Técnica*, 1917)

Por outro lado, o espírito cooperativista também nunca foi muito acendrado em Portugal, ao contrário do que acontecia nos países do Norte da Europa. Ao espírito mercantilista, à má fé de alguns indivíduos, à falta de bancos cooperativos, como dificuldades que entravavam as cooperativas, Raul Tamagnini Barbosa antepunha a "descrença no cooperativismo, consequência da falta de espírito colectivista. O Português é essencialmente individualista e ferozmente egoísta, talvez como resultado de não possuir educação social, arrastando ainda a pesada grilheta a que o chumbaram sete séculos de educação fradesca. Daí resulta a sua falta de solidariedade com os seus consócios, a mais completa ausência de abnegação para com a cooperativa, à qual tudo exigem e pela qual nada sacrificam" (Costa, 1978:242).

Não admira, assim, que a história das cooperativas seja uma história de dificuldades, com oposições surgidas de pontos diferentes e até contraditórios, histórias de resistência por ideais de participação. Infelizmente, em muitos casos em que o ideal cooperativo não passou dos pioneiros/fundadores a história acabou por ser de desistência. Por isso poucas cooperativas subsistem, muitas ficaram pelo caminho, umas encerrando o objecto comercial e o sonho, outras deixando vir ao de cima os interesses mercantis que as fizeram evoluir para empresas comerciais ou industriais normais, vocacionadas para o lucro.

De entre as cooperativas que resistiram e continuam a honrar os objectivos fundadores, conta-se a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este, hoje considerada a mais antiga cooperativa de distribuição eléctrica a nível mundial e uma das poucas que subsistiram em Portugal neste sector.

Com efeito, hoje apenas existem a operar em Portugal mais 6 cooperativas na distribuição de electricidade, segundo o *Anuário do Sector Cooperativo*, a saber: a de São Simão de Novais, em Riba d'Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão; a Celer, em Rebordosa, e A Lord, em Lordelo, ambas no concelho de Paredes; a de Vilarinho, em Santo Tirso; a de Aguada de Baixo, em Águeda; a de Loureiro, em Oliveira de Azeméis. Ou seja, apenas sete cooperativas deste tipo sobreviveram à evolução das políticas nacionais de electrificação.

5.3 - CEVE - os inícios

As iniciativas que galvanizam vontades colectivas tem quase sempre um ponto de partida individual, um raio de luz que ilumina a saída para onde todos confluem, uma *ideia*, a "produção mais valiosa do mundo", como afirmou Ezequiel de Campos na sua lição de jubilação (Campos, 1945).

Na gestação da ideia que conduziu à Cooperativa Eléctrica do Vale d' Este há um nome a apontar - Augusto Machado, engenheiro agrónomo e licenciado em Direito, ligado aos serviços agronómicos do Estado no Norte, logo conhecedor das problemáticas hidráulicas e eléctricas, além de simpatizante do ideal cooperativista. Quando, em reunião da assembleia geral de 2.3.1932 lhe foi tecido um louvor por ser a ele a quem "se devia o grande melhoramento da iluminação pública", o dr. Augusto Machado deixou um agradecimento, onde são visíveis as marcas de algumas batalhas que teve de travar: "dizendo que de todos os trabalhos, canseiras e até desgostos que tem sofrido, se sentia bem pago, em primeiro lugar pela manifestação que acabava de fazer-lhe, e em segundo, porque apesar de todos os contratemplos e contrariedades esse grande melhoramento por que anseiam todos os povos que vão na vanguarda do progresso - a iluminação eléctrica - era um facto n'esta freguesia e circunvizinhas" (Livro de Actas).

Houve naturalmente discussões prévias, captação de pessoas para a ideia cooperativa e para a utilidade social da electricidade. E, a de 18 de Dezembro de 1930, surgia a *Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este, Sociedade Cooperativa Anónima de Responsabilidade Limitada*, por escritura oficial no notário António Gama, de Vila Nova de Famalicão.

Segundo os termos estatutários, a Cooperativa tinha como objecto social a "aquisição de energia eléctrica e o fornecimento aos seus sócios, para iluminação e força motriz na área das freguesias de Louro, Lemenhe, Nine, Outis, Cavalões, Gemunde, da comarca de Famalicão, e de Viatodos e Minhotães, da comarca de Barcelos", salvaguardando a possibilidade de alargar a rede a outras freguesias circunvizinhas, o que veio a acontecer de imediato, obtendo em 1932 as concessões de Silveiros e Monte de Fralães.

Com sede em Louro, arrancou com um capital inicial de dez mil escudos, dos quais se realizaram inicialmente dez por cento, ou seja, mil escudos, em partes iguais por todos os sócios, em acções de cem escudos cada uma (podendo haver títulos de cinco acções, o que representava o máximo legal), transmissíveis por herança ou endosso. Mas o montante definitivo de capital era indeterminado, mantendo-se a cooperativa aberta à adesão de novos sócios, dos quais os primeiros 180 seriam sócios fundadores e, por isso, isentos da jóia de 100\$00 a que estariam sujeitos os sócios que aderissem posteriormente. No final de 1931, o capital já era de 250 contos.

Face ao Código Comercial, a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este configura-se oficialmente como uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, com as inerentes obrigações e configurações.

O primeiro Conselho de Administração era constituído por:

- Dr Augusto Ferreira Machado;
- Álvaro Gonçalves Ferreira Macedo;
- Pe. José Joaquim Garcia de Oliveira;
- Constantino da Silva Campos;
- Alfredo Xavier da Silva Saldanha.

Eram Delegados do Conselho de Administração, ou seja, executivos, os dois primeiros.

A 1 de Novembro de 1931, pelas 15 horas, realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária, no salão da escola oficial do sexo masculino da Freguesia de Louro, cuja convocatória, nos termos da lei, se fez através da imprensa – *Diário do Governo*, *Estrela do Minho*, de Vila Nova de Famalicão, e *O Barcelense*, de Barcelos. Objectivo: proceder à eleição da mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal da Cooperativa. Os resultados foram os seguintes:

Assembleia Geral :

Presidente – Alberto Nunes de Figueiredo
Vice-Presidente – Jorge Pereira da Silva Reis
1º secretário – Manuel Gonçalves da Costa
2º secretário – Joaquim da Costa Araújo

Conselho Fiscal:

Eduardo da Costa Faria
Dr. Manuel da Fonseca Figueiredo
Camilo da Costa Araújo

Ficavam assim completos os corpos sociais da Cooperativa, com os elementos eleitos para a Assembleia Geral e Conselho Fiscal a juntarem-se ao Conselho de Administração. A Cooperativa estava finalmente regularizada, face ao normativo oficial.

O ano de 1931 corresponde ao início de exploração para a empresa que a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este representa.. A instalação foi contratada com a firma de engenheiros de mecânica e electricidade Jayme da Costa, Ld^ª, com casas em Lisboa e no Porto e múltiplas representações comerciais de importantes marcas técnicas, a qual tratou também dos aspectos legais junto da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos – Repartição dos Serviços Eléctricos, serviços do Ministério do Comércio e Comunicações.

Por exemplo, em ofício ao Ministro do Comércio e Comunicações, de 4.3.1931, a Cooperativa pede aprovação superior para o contrato realizado com a Câmara de Barcelos como concessionária de pequena distribuição de energia eléctrica em baixa tensão para luz e força motriz nas freguesias de Minhotães, Grimancelos e Viatodos. O contrato tinha sido realizado por escritura de 16.2.1931. Com algumas alterações para clarificação do texto do caderno de encargos impostas pela tutela, após escritura de rectificação de 8.4.1931, o contrato foi aprovado por despacho de 25.4.1931 do Ministro do Comércio e Comunicações.

Cumpria-se, assim, o estatuído no decreto nº 14829 de 5.1.1928, tendo o caderno de encargos apresentado pela Cooperativa seguido, no geral, a norma do caderno de encargos-tipo aprovado por dec. nº 15867 de 16.2.1928. As tarifas máximas de venda de energia eram as seguintes: para iluminação o Kilowatt-hora dez centavos-ouro; para força motriz, o Kilowatt-hora quatro e meio centavos-ouro, fórmulas adoptadas para prevenir a inflação através da alta de preços correntes. Note-se ainda que os contratos asseguravam as concessões pelo prazo de trinta anos, depois renováveis por cinco anos, se não houvesse denúncia contratual por qualquer das partes.

Paralelamente aos desenvolvimentos burocráticos necessários à constituição da empresa e à legalização da actividade, tais como a emissão e selagem das acções, as licenças do estabelecimento, a selagem dos livros de escrita, inicia-se a montagem da redes. Dos 234 contadores adquiridos, foram instalados no primeiro ano apenas 183, marcando-se o arranque de exploração em Setembro de 1931. Começara a rotina dos fios e dos postes:

Possui actualmente a Cooperativa 36215 metros de linhas de baixa tensão, tendo sido montados pela casa instaladora, conforme o respectivo contrato, 27060 metros e pela Cooperativa, os restantes 9155 metros, sendo 3739 da rede de Silveiros, paga por subscrição daquela freguesia e 5416 de linhas nas diferentes freguesias, além do que estava previsto. Estes aumentos de linhas gastaram 998,5 quilos de fio de cobre nu, electrolítico que importou em cerca de 8000\$00, não falando em isoladores, ferros e mão-de-obra que orça em cerca de 3000\$00 (relatório de 1931).

Este trecho introduz-nos no discurso dos relatórios anuais, em que o tom de júbilo surge com a elevação de novas cabines de transformação, de novas ligações, de melhorias no equipamento. De vez em quando um desaire derivado do mal tempo, algumas queixas contra a tensão recebida da UEP, alguns conflitos com os órgãos da administração da tutela do sector. E notícias da colaboração dos consumidores mais afastados, para além das distâncias previstas nos cadernos de encargos, no sentido de financiarem os gastos de instalação.

Em 1932, formalizou-se o contrato de fornecimento com a UEP, embora o fornecimento de energia já estivesse em prática. Instalaram-se as primeiras três cabines, em Louro, Lemenhe e Viatodos. Para este efeito, a Cooperativa contraiu um empréstimo, de 15 contos, avalizado por alguns associados. E ajustam-se os estatutos em questões de pormenor administrativo. Em 15.5.1932 a Cooperativa alarga a sua área geográfica de actividade, assumindo também a electrificação de Jesufrei (Barcelos).

Em 1934, surge o primeiro saldo negativo: as contas fecham com prejuízo, ainda que leve (402\$10). Explicação: aumento do custo de energia, licenças pagas à Direcção de estradas pela instalação de postes (e relativas aos anos anteriores) e sobretudo "constantes reparações de linhas pelas deterioração dos postes". Novo Conselho de Administração surge em 1935: Miguel Gomes de Miranda, Manuel Gonçalves da Costa, Aires de Sá Felgueiras Machado. E ampliação do empréstimo em mais 10 contos, para fazer face a despesas, nas quais avultava a substituição do transformador de Viatodos, destruído em Dezembro de 1934 por uma descarga eléctrica. Registam-se ainda despesas elevadas com mais 552 postes de carvalho, pinheiro e eucalipto, o equipamento da altura. Em 1936, o Conselho de administração noticiava que já tinha produzido alguns postes de cimento, tendo a Cooperativa pessoal habilitado para o seu fabrico, o que permitiria substituir os postes de pinheiro, que, pela sua fragilidade, constituíam um dos maiores encargos da Cooperativa.

Em 17.5.1936 surgem atritos com vários sócios, tendo sido realizada uma assembleia extraordinária, na qual foi criada uma comissão para analisar a situação da

administração. O Conselho de Administração pediu a demissão ao apresentar contas, um ano antes do final do mandato. O Conselho Fiscal chegou a sugerir a extinção do lugar de Administrador-delegado, cargo de serviço gratuito, espinhoso e mal-compreendido, ao qual se pede toda a responsabilidade, e a sua substituição por um gerente pago a quem se possa exigir serviços e responsabilizar. Mas encerrava-se aqui o período da "Cooperativa de assembleias gerais demasiadamente turbulentas". A documentação que chegou até nós não dá para perceber as razões de desentendimento, é possível que gravitassem em torno do preço da luz, "que de verdade não é barata", como reconhece o Conselho de Administração, que faz ainda alusões ao não cumprimento dos deveres de associado, ao facto de alguns sócios-consumidores não darem valor "ao grande melhoramento que é a luz e energia eléctrica", provavelmente não cumprindo com a integralização do valor das suas acções. O Conselho pede por isso a demissão, fazendo votos para que os sucessores "possam fazer cumprir os regulamentos da Cooperativa melhor que nós".

Segundo a Estatística das Instalações Eléctricas, as tarifas praticadas pela Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este eram na altura de 2\$50 o kwh para iluminação e de 1\$40/kwh para força motriz, valores seguidos na generalidade dos distribuidores afectos à UEP, dependente dos preços de compra, garantindo-se alguma qualidade no fornecimento da corrente (estabilidade na tensão, poucos cortes). Mas em Barcelos, a Sociedade Eléctrica do Norte de Portugal que tinha energia própria e depois passou a recebê-la da Hidroeléctrica do Varosa (mais tarde CHENOP) tinha tarifas mais baratas (entre 1\$60 e 2\$20 para iluminação, e \$75 a 1\$20 para força motriz), com claros efeitos concorrenciais. E na vila de Famalicão, A Boa Reguladora, embora com muitas queixas públicas dos consumidores, vendia a sua energia a 1\$50 e \$90, embora não possamos esquecer que estes eram mercados já urbanizados, isto é, com concentração de consumidores, logo sem grandes gastos na instalação da rede, embora o factor principal fosse o preço da aquisição da energia às produtoras. É possível que o preço da electricidade estivesse na razão dos problemas sentidos em 1936/1937 na Cooperativa.

5.4 - A Consolidação

No rescaldo das quezílias entre associados e administradores, foi eleita um novo Conselho de Administração, constituído por Daniel Nunes de Sá (administrador-delegado), Abílio da Costa Araújo e Manuel da Costa Carvalho, assumindo o objectivo de "unificar todos os sócios de maneira a intensificar o movimento pró-cooperativa e procurar, dentro das mais adequadas medidas económicas, melhorar as linhas, de maneira a conseguir-se a sua maior segurança, factor essencial para o fornecimento regular de energia eléctrica, consequentemente, para bem servir os consumidores".

A responsabilidade de relançar a Cooperativa recaía agora sobre os ombros do recém-licenciado em Histórico-Geográficas Daniel Nunes de Sá, professor e depois director da Escola Técnica de Guimarães. Era filho de Manuel Nunes de Sá, que integrara o Conselho Fiscal anterior, proprietário, ex-emigrante no Brasil por altura do "boom" da borracha, com títulos de dívida pública em Londres e proprietário da Quinta da Igreja, em S. Cosme do Vale. É importante sublinhar o atributo de proprietário deste "brasileiro", pai

do jovem administrador, pois a sua disponibilidade financeira explica a salvação da Cooperativa nos "apertos" desta fase inicial, emprestando dinheiro sem juros à Cooperativa por várias vezes. Faltava dinheiro no fim do mês, entrava um vale do Dr. Nunes de Sá, eis a receita para os casos urgentes. Entregar a Cooperativa a um jovem foi, para alguns, uma desresponsabilização, pois perante a iminência de graves problemas, algumas pessoas de maior estatuto não queriam ver-se apoucadas pelo fracasso colectivo numa empresa que já atingia um activo de cerca de 360 contos, ou não tinham disponibilidade para se entregarem ao serviço colectivo. Com a passagem de testemunho, o eventual insucesso poderia ser atribuído à verdura dos anos do jovem administrador-delegado, Dr. Nunes de Sá.

Sobre o que era a Cooperativa nesta altura, fala por si uma evocação do Administrador-delegado, dr. Daniel Nunes de Sá realizada na assembleia de 26.3.1950, altura em que surgiram de novo alguns laivos de oposição interna por parte de um grupo restrito de associados. Recorda então: "Ao tomar posse da administração desta casa em Março de 1937, data em que tivemos de iniciar uma luta ingente pelo equilíbrio duma Sociedade que se dizia desacreditada e cujas acções se davam ou vendiam ao desbarato (que se venderam a cinco escudos), só o ardor e o entusiasmo da juventude, caracterizados pelo verdor dos anos, não nos deixou cair naquele desânimo, que para muitos era descrença do quanto poderia vir a ser a Cooperativa do Vale d'Este". E mais adiante, lembrava a incipiência organizativa, em termos económicos e técnicos, dos tempos iniciais: "O dinheiro que se juntava numa caixa de papelão, improvisado cofre para receber os parques apuros, mal chegava para pagar o restritamente necessário. Infelizmente a memória dos homens tem o condão de esquecer depressa, todavia eu desejaria dispor de tempo para descrever a penúria de então, de braço dado com o aspecto das linhas de distribuição, apoiadas em postes bizarros, desaprumados e toscos, cujos alguns exemplares chegavam a aproximar-se de típicos saca-rolhas". E, nesta evocação, não faltou o quadro de ciclista que o administrador protagonizou, correndo diariamente aos vários locais onde pressentia problemas nas linhas, na bicicleta que lhe assegurava um contacto íntimo com a rede instalada e com o universo de consumidores servidos, popularizando a sua figura: "Que pena os economistas de hoje não se lembrarem dos tempos em que o administrador delegado, por força das circunstâncias tanto e tanto pedalou por toda esta região".

O trabalho de saneamento que vai ser realizado pelo dr. Nunes de Sá granjeou-lhe admiradores e opositores, tornando-se para sempre o jovem administrador no "Salazar" da Cooperativa, numa analogia com o que então ocorria na política, em que Salazar emergia como o protagonista da ordem e das finanças.

Fixando-nos então em 1937, facilmente percebemos que a grande medida de relançamento, como tal apresentada pelo Conselho de Administração à assembleia geral relativa à apreciação da gestão desse primeiro ano, foi ter conseguido uma revisão do contrato com a UEP de aluguer dos ramais de alta-tensão para os postos de transformação, deixando de haver pagamento de aluguer sempre que o consumo ultrapassasse os 3000 kws. Medida acertada (em cuja negociação influenciou o fundador, dr. Augusto Machado) que reduziu gradualmente a verba a pagar, inicialmente de cerca de 450\$00 mensais, de imediato reduzida em 150\$00, com expectativas de desaparecer com o natural aumento de consumo de energia. Este acordo representava a credibilidade

que a Cooperativa passou a ter junto da UEP, que se transformara na sua grande credora ao somar cerca de 30 contos de fornecimento, que só gradualmente foram pagos. Mas agora a Cooperativa surgia aos olhos da fornecedora da electricidade com potencial de crescimento e com seriedade de gestão, pagando pontualmente conforme um acordo estipulado. De tal forma que foi possível desenvolver novas negociações com a UEP e conseguir o fornecimento de energia por preços mais baixos, reflectir esse abrandamento de custo nos consumidores e a partir daí incentivar o consumo, em tempos em que a energia era de facto cara e não estava ao alcance de todos.

Para além disso, iniciou-se a substituição dos postes de pinho, instalando-se nesse ano 9500 metros de linha em postes de cimentos ou carvalheiras creosotadas, para evitar as quedas de linha que originavam grandes perdas de energia e falhas no cumprimento do serviço e eram outra razão de queixa. As grandes tarefas iniciaram-se por aqui, com a substituição gradual dos sustentáculos da rede ao nível dos postes e das consolas, num processo que leva alguns anos.

No final do primeiro ano do mandato, o Conselho Fiscal, agora presidido pelo fundador, dr. Augusto Machado, exultava com os resultados, destacava o nome do jovem administrador-delegado e considerava que "finalmente encontramos o homem capaz de presidir aos destinos da Cooperativa".

Uma Cooperativa é sempre feita de entreajudas, é um somatório de vontades. Dos pequenos aos grandes gestos. Em 1938, na assembleia de 20.2.1938, agradece-se oficialmente a José de Araújo Carvalho, que ofereceu à Cooperativa uma casa situada à face da estrada, que ficou desde logo para residência do empregado-electricista, bem como um terreno junto susceptível de ali se edificar a sede e escritório. E considerava-se que 1938 tinha sido um "ano de acção", com obras planeadas e realizadas, com a recuperação do crédito empresarial, apesar de se reconhecer que "num meio rural como o nosso, nem sempre organizações desta natureza tem o acolhimento merecido". E, em 1939, a obra de renovação e de consolidação da Cooperativa era um facto. A dívida anterior à UEP estava saldada, a verba do aluguer dos ramais de alta-tensão foi eliminada, fez-se um novo contrato de fornecimento a preços mais compensadores, agora já não pago em ouro mas em escudos. Ao nível técnico, instalaram-se nas cabines de transformação contadores de dupla-tarifa, da "melhor marca suíça". E, sobretudo, inaugurou-se a nova sede social, nos terrenos oferecidos um ano antes. Sublinhe-se que a construção da sede, um pequeno mas simbólico edifício, originou algumas discussões mais azedas em assembleias gerais, havendo os que apostavam na diminuição o mais possível dos preços da energia vendida, defendendo a redução de todo o tipo de custos. A sede então inaugurada ainda hoje existe, embora com ampliações anexas, mantendo-se contudo como o ex-libris da Cooperativa.

Apesar de tudo, a energia eléctrica propagava-se agora no Vale d'Este num meio de grande entusiasmo do administrador-delegado: "vejam se desde o alinhamento e conservação dos postes até às correctas proporções architectónicas da nossa sede, não existe qualquer coisa a testemunhar a alma juvenil duma empresa que é e há-de ser o orgulho dos habitantes deste Vale".

Mas de que empresa estamos a falar? Qual a sua dimensão? Vejamos alguns dados evolutivos que os relatórios nos proporcionam.

Quadro VI - CEVE - Alguns indicadores

Indicadores	1937	1938	1939	1940
Postes de cimento	46	140	117	55
Posteletos	46	54	42	20
Postes de carvalho	54	84	29	75
Postes de pinho e eucalipto	154	64	39	5
Nº de consumidores	351	368	378	387
Novos consumidores	26	17	10	9

Nos finais da década de 30 e apesar da renovação operada, a Cooperativa do Vale d'Este era, assim, uma pequena distribuidora, com menos de 400 consumidores, a que correspondia uma rede de cerca de 42 kms de fio instalado. Era, no entanto, relativamente grande face aos outros distribuidores em Famalicão, sobretudo se considerarmos apenas os das freguesias rurais. Adquiria à UEP cerca de 40 mil kws de corrente eléctrica, para vender cerca de 33 mil, apresentando, por consequência, 18% de perdas de energia, percentagem que agora era já muito positiva face aos cerca de 40-50% iniciais. O crescimento do número de consumidores era muito lento, mas não podemos esquecer que estamos perante uma conjuntura desesperada na nossa história económica, a crise que se desenrola por altura da guerra civil de Espanha e, a seguir, da segunda guerra mundial, que implicou racionamento de géneros de consumo. No contexto geral de subida de preços, sobem e escasseiam no mercado os materiais eléctricos e o fornecimento de energia surge agravado por um factor reconhecido oficialmente que traduz a evolução do agravamento dos preços de carvão necessário para a produção térmica nas centrais. De igual modo escasseia o ferro e o cimento necessário para continuar a operação de substituição de postes.

Assim, o fornecimento de energia ao Vale d'Este nos inícios da década de 40 acaba por reflectir esta situação de agravamento de preços e de alguma instabilidade técnica. Para piorar a situação, surgiu um ciclone em Fevereiro de 1941 que arrasou algumas linhas. Por outro lado, surgiram novas orientações e exigências de padronização de material por parte da Fiscalização Eléctrica, que obrigou a alguns investimentos para substituição de alguma aparelhagem. Fizeram-se ainda ampliações de potência de alguns postos de transformação, por exigências do aumento de consumo geral.

No final da conjuntura de guerra, alargou-se a área de terreno de implantação da sede, iniciando-se algumas obras de alargamento do edifício. Mas, por outro lado, os fornecimentos de energia sofreram quebras de energia acentuada, com horas de racionamento a partir dos fornecimentos da UEP, de forma a deixar mais energia disponível para a indústria, numa situação extensiva a todos os consumidores nacionais, decretada oficialmente por graves problemas de estiagem, que fez diminuir drasticamente a produção hidroeléctrica, como já vimos em capítulo anterior. Uma das formas de contenção do consumo era a facturação a preço mais elevado a partir das 17 horas, por parte da UEP, ou seja, encarecia-se a energia para fins domésticos, pois a destinada para força motriz devia ser vendida a preço mais barato, quase a preço do custo, quase se neutralizando o lucro neste tipo de fornecimento.

Os lucros diminuíram, então, na componente estrita do fornecimento de energia, sendo pontualmente compensados pela revenda de material eléctrico e do serviço de instalações de baixa tensão a que a Cooperativa se dedicou. A rede continuou a ser melhorada: em 1950, a extensão das linhas apoiadas em postes de cimento já atingia os 70 kms. Continuavam, no entanto, os problemas com o fornecimento de energia: "ocasiões houve em que a voltagem nas próprias cabines desceu abaixo do normal e permitido por lei", reconhece-se no relatório anual.

As falhas no fornecimento de energia, sendo embora da responsabilidade da UEP, geravam protestos dos consumidores, surgindo alguma contestação pública, a que o administrador-delegado procurou responder na assembleia-geral de 26.3.1950, em termos que já transcrevemos parcialmente atrás, quando evocou a situação recebida em 1937. E sobre a actualidade, a posição do dr. Daniel Nunes de Sá não podia deixar de ser optimista: "Podemos afirmar não ter sido em vão toda a série de sacrifícios dispendidos a favor duma causa comum, que tanto tem valorizado a nossa região. Para isso, atentem Vossas Excelências em todas as transformações por que tem vindo a passar esta encantadora região que nos foi berço. As nossas casas valorizaram-se com uma fonte de luz que não podemos dispensar; deu-se à agricultura novas possibilidades, com meios fáceis de irrigação; assistimos ao aparecimento duma série de indústrias florescentes, que sem a Cooperativa não poderiam laborar na nossa região. Viatodos, Nine, Louro, Mouquim e Outiz possuem hoje as suas indústrias que trouxeram a muitos lares outras condições de vida".

No entanto, a polémica estalou veio a público em "O Primeiro de Janeiro", em 1951, uma notícia do correspondente local que afirmava ter sido decidido a criação de um distribuidor único de energia eléctrica para o concelho, a centralizar no distribuidor da sede concelhia (*A Eléctrica*, de Dias Costa), dando-se já por consumada a negociação da Cooperativa para esse efeito. A direcção obrigou o correspondente daquele jornal a um desmentido, mas a direcção fez questão de discutir com os accionistas presentes na assembleia-geral a valorização do património e a garantia de um pagamento justo, em eventual absorção pelas Companhias.

Mas a conjuntura económica não era fácil: "assistimos à mais vertiginosa subida do custo de vida, com agravamentos sucessivos do preço de materiais essenciais, tendo alguns quadruplicado, como contadores, etc." reconhecia-se no relatório de 1952. Fixava-se então o preço da energia para força motriz em 1\$00. Fabricavam-se mais postes de cimentos. Instalava-se a nova cabine de Silveiros. E, de vez em quando, chegavam autênticas benemerências, como a contribuição de 37 contos para a instalação da linha de Soutulho, por intermédio do Dr. Augusto Machado.

Só em 1953 se deu por completa a substituição total dos postes de madeira por postes de cimento, o que conferiu maior segurança, menores despesas de manutenção e melhor aspecto geral da rede, dando-lhe um ar de modernidade por contraste com o apresentado noutras zonas do concelho. "Estamos certos que dificilmente se encontrará no País uma distribuidora rural de rede tão vasta e com tantos postes de cimento armado e ferro", orgulhava-se o Conselho de Administração no relatório anual.

Por esta altura impôs-se o reforço dos equipamentos, nomeadamente o das linhas, por forma a sustentarem o aumento de carga que nos tempos de rega, nos picos de Verão, era tripla da verificada durante o resto ano. Situação que ilustra a contribuição da energia fornecida pela Cooperativa para a produção agrícola e pecuária, mas também industrial. A rede de Louro foi a primeira a saturar, exigindo a construção de uma cabine

de reforço, estrutura pouco depois insuficiente: em 1957, absorveu mesmo 50% de toda a energia consumida na rede da Cooperativa. Também em Lemenhe se substituiu o transformador por outro mais potente, tal como em Mouquim. E se montou uma cabine em Nine, alargando-se a rede em zonas próximas (Santa Eulália, Via todos, etc.).

Em 1957, houve renegociação do contrato com a UEP e foi lançada uma campanha para se alcançar o consumidor número mil. Pode dizer-se que os trabalhos com a segurança da linha estavam entretanto superados. Agora a batalha era a de reforço da potência e da expansão das linhas. Pelos finais da década de 50, a procura de energia eléctrica finalmente disparava. Louro, Nine, Viatodos e Mouquim que, por esta altura, já tinham indústrias relativamente prósperas tornaram-se os grandes centros consumidores da rede. Por outro lado, começam a generalizar-se os electrodomésticos e algumas habitações de maior importância económica tornam-se grandes consumidoras, face aos padrões anteriores, em que as famílias se limitavam a consumir apenas iluminação através de escassas lâmpadas de fraca potência. Estes súbitos aumentos de consumo geravam problemas na regularidade de abastecimento. E nem sempre havia a compreensão geral do funcionamento do serviço de distribuição, nem paciência para esperar.

Pelo seu significado interno, vale a pena seguirmos um protesto que vem do interior da Cooperativa. É seu protagonista o presidente da Assembleia Geral, o Dr. Joaquim Furtado Martins, que, em 17.11.1958, escrevia ao Director-Geral dos Serviços Eléctricos, queixando-se da má qualidade da energia fornecida à freguesia de Grimancelos, de cujo facto se queixara várias vezes em Assembleia-Geral, sem resultados. Dizia:

É tão baixa a tensão, que não chega a fazer funcionar um frigorífico, um aparelho de rádio ou televisão, nem aquecer suficientemente um ferro de engomar. E, quanto a incandescência, as lâmpadas ficam numa fraca incandescência, não passando dum brilho amarelo. Acontece ainda, que a corrente apesar de fraca é oscilante, ora numa fase melhora, para piorar noutra, e somente se estabiliza, aliás nem sempre, cerca da meia-noite. Estes factos verificam-se em toda a área alimentada pela linha de Grimancelos, quer nas casas de grande como de pequeno consumo, quer nas que tem instalações monofásicas, quer trifásicas. O mal tem-se agravado por falta de providências, quanto à secção de linhas, sua manutenção, tudo acrescido, com aumentos de extensões para além dos limites aconselháveis e até para fora da área da concessão. Para que essa Direcção-Geral intervenha no sentido de que sejam normalizados os serviços daquela Cooperativa, venho expor os factos, solicitando a V. Exc^{ta} um inquérito em que eu seja ouvido, bem como outros subscritores.

Chamada a intervir, a Direcção de Fiscalização Eléctrica do Norte, encontrou variações de corrente mas dentro dos valores normais, com mínimo de 206 volts, logo superior ao mínimo admitido (220/380 v, +-10%), limitando-se a recomendar ao interessado a instalação de novos condutores de maior secção, entre outras alterações. E informava que, segundo a Cooperativa, a rede pública de energia eléctrica em baixa tensão passaria futuramente a ser explorada pela CHENOP, que previa a montagem de

um posto de transformação em Grimancelos, o que normalizaria o fornecimento de energia eléctrica à rede de distribuição em questão. Ou seja, em negociação permanente, com a UEP, a direcção da Cooperativa aproveitava a oportunidade para dar credibilidade a uma ameaça, a de a Cooperativa passar a ser alimentada através da CHENOP, conhecida por vender a sua energia a preços mais acessíveis, passando a mensagem aos serviços oficiais na certeza de que chegaria aos ouvidos da UEP e esta transigiria no fornecimento a preços mais aceitáveis, numa altura em que havia concorrência no mercado da electricidade.

Perspectivava-se, entretanto, a electrificação de Gondifelos. Mas, face à saída de legislação que previa comparticipação estatal na electrificação rural, aqui o processo foi mais demorado.

Neste contexto, segundo se pode ver através do livro de actas (19.3.1960), o administrador-delegado teve de se deslocar a Lisboa para se encontrar com o Director-Geral dos Serviços Eléctricos, tentando apresentar os problemas da electrificação em Gondifelos. O referido director-geral teceu então os mais rasgados elogios à distribuição operada pela CEVE, que considerava exemplar em organização. E embora tivesse o Governo promulgado uma lei que apontava para a unificação concelhia dos concessionários, fora decretada uma excepção para os concelhos de Barcelos e de Famalicão, de "modo a premiar a cooperativa como distribuidora modelo, reconhecida no decorrer dos seus já longos anos de vida", o que veio a acontecer também noutros casos similares. Por isso mesmo se renovaria a concessão por mais vinte anos e a Cooperativa passaria a poder beneficiar das comparticipações do Estado em obras de alargamento da distribuição. Mas as verbas de comparticipação de Gondifelos demoraram a chegar.

5.5 - A renovação das concessões

E não havia fumo sem fogo. Com efeito, desenvolvera-se nos inícios dos anos 60 uma política oficial de unificação municipal de distribuidores. E estabelecera-se uma tutela governamental para as instalações eléctricas, dentro duma política de reforço da centralização operada com a revisão do Código Administrativo pela lei n.º 2102, estabelecendo a este respeito a nova redacção do art.º 55, § 3.º: "As deliberações sobre instalação de geradoras de energia eléctrica, sobre municipalização ou concessão de serviço de distribuição de energia eléctrica e a aprovação das respectivas tarifas e sobre a dissolução de federação de municípios que tenha por objecto a produção, o transporte ou a distribuição de energia eléctrica, carecem unicamente de aprovação do Governo, pelo Ministério da Economia". Ou seja, a deliberação municipal não tinha agora o carácter decisório de antes, em que a intervenção governamental se limitava a uma linha de fiscalização, agora o governo podia discutir essa deliberação e eventualmente impugná-la.

A Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este tinha concessões por parte de dois municípios, Vila Nova de Famalicão e Barcelos, obtidas em 1931, pelo prazo de trinta anos, chegando agora a altura da sua renovação.

No que respeita à concessão de energia eléctrica em Vila Nova de Famalicão note-se que a concessão municipal à firma *A Eléctrica* (que abrangia, desde 1955, 17 freguesias) pressupunha a possibilidade de esta estender a sua acção a todo concelho, desde que a empresa adquirisse as instalações de distribuição de outros distribuidores já

instalados, ficando mesmo obrigado a fazê-lo se tais instalações lhe fossem cedidas sem encargos ou em condições de viabilidade económica. Apontava-se, assim, ainda que vagamente, para a unificação do distribuidor. Em todo o caso, a negociação do caderno de encargos para a renovação do contrato de concessão com a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este fez-se sem quaisquer problemas, decalcando o caderno de encargos de *A Eléctrica*, que por sua vez obedecia a minutas dos Serviços de Fiscalização Eléctrica do governo. Assim, no Diário do Governo, nº 2, III série, de 03.01.1962 saía a portaria que aprovava as deliberações camarárias de 26 de Junho, 11 de Setembro e 20 de Novembro de 1961, no sentido da outorga da "concessão de pequena distribuição de energia eléctrica" à CEVE nas freguesias de Arnoso (Santa Eulália), Nine, Lemenhe, Jesufrei, Mouquim, Louro, Cavalões, Outiz e Gondifelos, nos termos do Dec. 14829 de 5.1.1928, com a nova redacção introduzida pelo Dec. 19828 de 3.6.1931, autorizando-se a assinatura do contrato, por dez anos com prorrogações sucessivas de cinco anos, com dispensa de concurso público, conforme previsto no Código Administrativo (art. 362). A escritura do contrato veio a efectuar-se a 12.2.1962, lavrando-se a 16.5.1962 (DG, nº 122, III série de 23.5.62) o despacho da Secretaria de Estado da Indústria que aprovava o respectivo caderno de encargos.

O caderno de encargos para esta "pequena distribuição" era agora muito mais minucioso e exigente, ao longo das suas quarenta páginas onde tudo se prevê. Desde logo havia um aperto na tolerância das variações de tensão da corrente, que fixada em 220/380 volts poderia apenas oscilar para mais ou menos 8% (antes era tolerada uma variação de 10%). A Câmara poderia exigir a electrificação de determinadas localidades, desde que ela ou outra entidade pública contribuisse com 65 a 75% para as despesas do primeiro estabelecimento (custo de linhas de alta tensão, postos de transformação e rede de distribuição, elaboração de projectos, indemnizações a particulares), mediante apresentação de orçamento e documentos de despesa. Todos os projectos de qualquer tipo (PT's, iluminação pública, etc) obedeciam a padrões estabelecidos e a sua execução era fiscalizada pelos serviços técnicos do governo. Estabelecia para o concessionário o direito de cobrança de uma taxa fixa a pagar pelo consumidor, calculada em função da potência solicitada. A tarifa geral de iluminação obedecia a três escalões, conjugando a área dos pavimentos ocupados e o número de kwh consumidos (segundo tabela própria) e o seu pagamento distribuía-se do seguinte modo:

1º escalão - 2\$00

2º escalão - 1\$00

3º escalão - \$50

O terceiro escalão destinava-se ao excedente dos outros escalões, ou seja, quem mais consumisse menos pagava pela energia. Havia mínimos de consumo mensal. Havia uma tabela de tarifa doméstica geral, em que os escalões eram determinados pela conjugação de número de divisões da habitação com montantes de consumo (o 3º escalão baixava para \$40, relativamente à tarifa de iluminação geral). E uma tarifa doméstica especial para consumidores pobres (mediante atestação da Câmara), em que o kwh era a 1\$20, com um mínimo mensal de 2 kwh. Surgiam ainda tarifas para montras, fachadas e anúncios comerciais; para força motriz industrial; para força motriz agrícola; para serviços de Estado e corpos administrativos ou associações de utilidade pública.

Todas tinham tabelas minuciosas que estabeleciam conjugações com montantes de consumo, horas de ponta e actividade específica. As tarifas podiam ser revistas a pedido do concessionário quando houvesse alterações não inferiores a 20% no custos de produção ou de aquisição de energia ou variação do poder de compra. Uma redução particular a um consumidor exigia a redução de tarifas a todos os consumidores nas mesmas situações de potência, de horário, de utilização e de duração de contrato. A falta de pagamento no prazo de trinta dias a partir da emissão da factura dava ao concessionário o direito de interromper o fornecimento, mas caso fosse a Câmara Municipal a não pagar, a importância em dívida vencia o juro de 6% ao ano, só podendo cortar-se o fornecimento por falta de pagamento durante três meses. Havia obrigação de fornecer energia a quem a solicitasse, salvo em situações especiais e excepto se fosse necessário construir novas linhas, a não ser que um ou mais consumidores pagassem ao concessionário o custo dos materiais empregues a preços correntes de mercado, acrescido de 25% para as despesas de mão-de-obra (embora estes consumidores fossem indemnizados se durante o prazo de cinco anos outros consumidores surgissem a usufruir destas linhas). A nova concessão era fixada por dez anos, prorrogável por períodos sucessivos de 5 anos, mediante autorização do Secretário de Estado se o contrato não fosse denunciado por qualquer das partes com um ano de antecedência. Estabeleciam-se condições de resgate, de cauções e outros procedimentos administrativos. Poderia vir a ser solicitada pelo concessionário a declaração de utilidade pública, para ter direito aos direitos previstos nesta situação, o que aconteceu, tendo sido reconhecida por decreto publicado no DG, III série de 30.12.1965.

No caso da concessão de Barcelos, a situação complicou-se. É que a designada "pequena distribuição" fora aqui concessionada à Chenop - Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal (DG. Nº 44, III série, de 21.2.1958) para todas as freguesias do concelho de Barcelos, excluindo as de Viatodos, Minhotães, Grimancelos, Monte de Fralães e Silveiros, onde era distribuidora a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este. No entanto também aqui se previa a hipótese de se estender a estas desde que o concessionário adquirisse as instalações de distribuição existentes. Aliás, a situação aparentemente era semelhante à de Famalicão e à concessão aqui feita à empresa A Eléctrica, pois no âmbito do caderno de encargos, a Chenop seria obrigada a tomar conta da exploração das instalações da Cooperativa, "desde que as referidas instalações lhe sejam concedidas sem encargos ou em condições de preço que assegurem a viabilidade económica da exploração". Mas a Chenop era uma grande produtora e, aos poucos, interessava-lhe cobrir as grandes áreas de distribuição, embora não lhe interessasse fazer investimentos para aquisição de instalações em electrificação rurais, onde a rentabilidade era negativa ou pouco significativa. Parecia antes apostar na asfixia da Cooperativa para depois receber as respectivas instalações sem encargos ou a valores reduzidos. Deste modo, quando em 1961 a CEVE pediu a renovação da concessão, esta não foi dada sem antes os serviços da Direcção Geral respectiva solicitarem a opinião da CHENOP, quando em relação à zona de Famalicão essa concessão foi quase automática. A CHENOP, enquanto concessionária potencial, chegou a convocar a CEVE, enquanto proprietária da rede instalada, para uma reunião que conduzisse a "uma solução". Mas, verificando que a CEVE não se ajoelhou a seus pés, veio pouco depois a reconhecer que nada tinha a opor contra a renovação. Na verdade, a sua rede passava afastada destas freguesias, e a assunção do serviço implicava um investimento que durante anos não teria retorno,

levando à electrificação destas e de outras freguesias rurais. As grandes produtoras de electricidade, só estavam de facto interessadas na exploração de zonas urbanas ou de forte densidade e concentração populacional. Mas os serviços oficiais de concessões insistiam, parecendo querer retirar a concessão da CEVE no concelho de Barcelos, sugerindo que, para "o problema em estudo", uma vez que "existe outro concessionário cujo caderno de encargos se refere à possibilidade de inclusão das citadas freguesias na sua área de concessão", a Câmara Municipal de Barcelos emitisse um "parecer sobre o assunto" (ofício 1449 de 22.1.1962, dirigido à CMB). À falta de resposta, passados cerca de dois meses, os Serviços de Concessões mandaram a Cooperativa entender-se com a Câmara (ofício de 24.3.1962 à CEVE). Finalmente em Abril, a Câmara de Barcelos informava a Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos de que a CHENOP se desinteressava da distribuição em causa, não vendo a Câmara qualquer inconveniente em contratar com a Cooperativa, como efectivamente aconteceu.

Mas, apesar de aprovada a minuta do contrato, com um caderno de encargos decalcado do assinado para Vila Nova de Famalicão, os Serviços Eléctricos, através da repartição de concessões, enviavam sucessiva correspondência à Câmara de Barcelos, atrasando-se o processo de tal forma que a primeira concessão, datada de 1931, acabou por ser renovada automaticamente por mais 5 anos (até 1966). E o funcionário da Repartição de concessões lembrava à Câmara de Barcelos: "Situações como as que existem na zona indicada [as 5 freguesias], em que o distribuidor o é apenas a título precário, sem quaisquer direitos ou obrigações, não são, de modo nenhum, convenientes, nem para os munícipes, nem para a própria Câmara que não pode beneficiar das comparticipações do Estado enquanto o problema estiver no pé em que se encontra" (ofício nº 816 de 21.12.1965). Ao mesmo tempo, a Chenop ia interrogando sobre o andamento do processo, sendo naturalmente informada pelos serviços oficiais de que a concessão relativa a Barcelos não chegou a ser renovada.

Por esta altura, a vida Cooperativa decorria numa dinâmica de expansão. Crescia continuamente o nível de corrente consumida, tendo duplicando sensivelmente em seis anos: se em 1956 a energia fornecida aos consumidores acumulou cerca de 210 mil kwh, em 1962 atingia cerca de 410 mil kwh. E as perdas de corrente estabilizavam a um nível de 20%, o que era francamente baixo, mostrando a eficiência da rede instalada.

5.6 - Novo ciclo: as tarifas degressivas

Foi o Conselho de Administração que anunciou em 1962 a entrada num novo ciclo de vida da Cooperativa. Ciclo que exigiria trabalho, capitais, organização, com resultados menos compensadores. Tudo dependente de dois acontecimentos: facturação por escalões e a electrificação de Gondifelos.

A organização e estabelecimento de escalões obedecia à linha de orientações oficiais que pretendia uniformizar a distribuição nacional de energia eléctrica. Tratava-se de fomentar a expansão do consumo, criando escalões com preços mais acessíveis. Esta inovação foi uma condição imposta na renovação da concessão e obrigou a uma complexificação dos serviços de contagem e de facturação. A energia passou então a ser vendida a diferentes preços:

Como *Força Motriz*: industrial; agrícola. Dentro de cada modalidade segundo 3 escalões de consumo.

Como *iluminação*: iluminação doméstica; outros usos; para edifícios do Estado e utilidade pública. Também com três escalões apenas nas duas primeiras modalidades.

Ao nível da contabilização da empresa, o terceiro escalão significava a venda de energia praticamente ao preço da sua compra, isto é, destinava-se a situações de maior consumo, funcionando como um bônus a quem ultrapassasse determinados níveis, criando-se uma situação em que a Cooperativa se limita a receber e a conduzir-lhes a electricidade a casa, quase sem se fazer pagar pelo serviço prestado.

A diversidade de tarifas e escalões a aplicar exigia um burocratização que os serviços estatais julgavam não estar acessível a uma pequena organização como era a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este. Tratava-se de implementar as célebres tarifas degressivas, a conhecida "menina dos olhos" do eng. Ferreira Dias, que se batia por elas desde 1934 e as fazia implementar gradualmente em todo o lado, como forma de exponenciar os consumos domésticos e dar outra qualidade de vida às populações, nos sectores de acção ao seu alcance. Segundo a Estatística das Instalações Eléctricas de 1963, o quadro tarifário era o seguinte, por tipos de consumo e escalões:

Quadro VII - CEVE: tarifário em 1963.

Iluminação doméstica	Iluminação não doméstica	Montras e anúncios	Usos industriais	Usos agrícolas
2\$40	2\$40	1\$20	1\$32 a \$55	\$96
1\$20	1\$20	\$96		\$72
\$48	\$60	\$84		\$54

Ainda segundo a Estatística de 1963, no concelho de Vila Nova de Famalicão as tarifas degressivas só eram aplicadas nas freguesias cobertas pela Cooperativa ou pela A Eléctrica (que aplicava o mesmo tarifário), sendo significativamente mais cara nas restantes freguesias, servidas por outros concessionários.

A electrificação de Gondifelos, só possível com a comparticipação da Câmara e do Estado, foi uma obra para a qual se exigiu um novo ramal de alta-tensão pela UEP, o qual iria ainda permitir montar também uma cabine em Cavalões. Tratava-se de um investimento avultado face às disponibilidades da Cooperativa, que absorveu mais de 200 contos de dinheiro em caixa, para um total de 624 contos, só superado pela comparticipação estatal.

Com a nova cobertura de Gondifelos, a área de concessão ficava satisfatoriamente coberta. E o efeito das tarifas degressivas não se fez esperar, com os consumidores domésticos a explodirem. É altura de observarmos a evolução por freguesia do número de consumidores, de forma a termos uma percepção do crescimento verificado.

Quadro VIII - CEVE: nº de consumidores em diferentes anos

Freguesia	1935	1943	1954	1963	Fogos em 1960	Consumidores/nº de Fogos %
Arnosó	7	7	9	96	193	49,7
Cavalões	22	22	43	64	179	35,8
Gondifelos	4	5	13	144	386	37,3
Jesufrei			21	28	120	23,3
Lemenhe	29	40	79	122	214	57,0
Louro	58	86	181	327	483	67,7
Mouquim	49	40	79	130	199	65,3
Nine	49	70	127	278	510	54,5
Outiz	22	25	41	66	153	43,1
Grimancelos	11	15	44	59	140	42,1
Minhotães	18	23	37	58	160	36,3
Monte de Fralães	4	7	18	25	43	58,1
Silveiros	21	23	55	106	202	52,5
Viatodos	50	66	121	239	298	80,2
Totais	344	429	868	1742	3280	53,1%

Se o crescimento do número de consumidores foi muito lento nos primeiros vinte anos de vida da Cooperativa, acelerou no pós-guerra e, sobretudo, multiplicou-se nos anos 60, com as tarifas degressivas. Mas, mesmo assim, o nível de electrificação ainda se fica quase pelos 50% (numas freguesias mais, noutras menos), se relacionarmos o número de consumidores com o número de fogos ou unidades familiares. Havia ainda muito para crescer, muitos lares a electrificar.

O segredo reside obviamente nos custos da energia: as tarifas representavam agora uma maior acessibilidade das pessoas, fazendo descer o custo da energia para quem consumisse quantidades elevadas; além disso, o preço nominal da energia não subia, o que representava abaixamento real do seu custo, face ao efeito da inflação. Note-se que antes (anos 30 e 40) a tarifa da iluminação era de 2\$50, sendo agora para o 1º escalão de apenas 2\$40. Mas recordemos que um operário têxtil tinha um leque salarial que podia oscilar, em 1942, entre os 10 a 20\$00 por dia. Ou seja, o consumo de um kwh de energia por dia, representaria 10 a 20% do seu salário, verba demasiado elevada para salários no limiar da sobrevivência. Só com o decorrer do tempo e o abaixamento dos preços reais da energia, haverá condições para a electrificação total, o que só ocorrerá já no decorrer dos anos 80.

Para que o leitor tenha uma ideia do que representava este valor de 2\$50, preço do kwh para pequenos consumos generalizado em Portugal durante várias décadas, impõe-se fornecer um breve quadro de correcção monetária destas "cinco coroas", como se apodava popularmente esta quantia. Assim, a preços de 1995, o valor de 2\$50 em 1935 representariam 301\$75. Pelo quadro se pode verificar o percurso descendente da energia enquanto se manteve em torno dos 2\$50 ou menos, o que aconteceu até aos anos 70, quando voltou a subir nominalmente (recordemos que actualmente, ano de

1999, o kwh de energia custa 17\$75 para período cheio). Basta fazermos um cálculo sumário sobre os nossos consumos e salários actuais, para vermos quão distante estava a energia eléctrica da maioria da população antes dos anos 60, restrita a uma elite de ricos e remediados.

Quadro IX - Correção monetária de 2\$50, tendo como base o ano de 1995

Ano	Coefficiente de correção	Valor real em 1995
1935	120,7	301\$75
1940	98,64	246\$66
1950	54,68	136\$70
1965	43,42	108\$55
1970	35,95	89\$88
1974	22,28	55\$70
1980	6,81	17\$03
1985	2,39	5\$975
1990	1,44	3\$60
1995	1,00	2\$50

A execução prática das tarifas foi um problema ultrapassado sem grandes dificuldades, quer ao nível da execução dos serviços, quer das suas repercussões económicas. Sobre as novas tarifas diz-se no relatório de 1964: "Optando por novos sistemas tarifários que assustam distribuidoras maiores do que esta, que não deixam de exteriorizar os seus receios, embora mais couraçadas do que a nossa, devido à densidade populacional das suas áreas de abastecimento, abastecendo centros urbanos muito mais importantes e sem a dispersividade que constitui a característica fundamental das nossas redes de distribuição, poderemos dizer estarmos satisfeitos e tranquilos com os resultados do ano findo". E a Cooperativa ufanava-se ainda do importante contributo que estava a dar para a iluminação pública, apontando um contraste flagrante entre o Vale d'Este e a parte restante dos dois concelhos servidos. Por esta altura, surgia mais uma cabine de transformação em Gandra, para melhor servir a zona industrial de Mouquim, o que somava 10 postos de transformação agora com a potência de 520 KWA, a contrastar com as potências iniciais de 45 KWA.

Ainda, em 1964, anote-se a entrada em funcionamento da Central Elevatória do rio Este, em Louro, para abastecimento da vila de Famalicão e algumas freguesias deste concelho e do de Barcelos, à qual a Cooperativa passou a fornecer energia.

Por esta altura procedeu-se a uma reavaliação do Activo Imobilizado Incorpóreo, no âmbito das sugestões formuladas pela portaria 20528 de 28.12.1963. As posições então detidas na rede de distribuição e cabines destacavam-se naturalmente, atingindo-se um montante de 3724 contos no cômputo global do activo.

A Cooperativa do Vale d'Este revelava-se, assim, uma organização com plasticidade suficiente para sobreviver aos sucessivos cenários na evolução da distribuição eléctrica em Portugal, ultrapassando nos inícios da década de 60 mais uma prova de fogo em que muitas outras pequenas distribuidoras soçobraram. O modelo cooperativo funcionava, como era convicção do administrador-delegado, dr. Nunes de Sá, que fazia imprimir no relatório e contas de 1966 uma profissão de fé no cooperativismo:

Servindo e não servindo-se, na verdadeira acepção do termo, as Sociedades Cooperativas têm em vista amoldar-se às finalidades que as justificam, exactamente por que na cooperação deve e deverá estar sempre a razão da sua existência.

Sendo assim, e nestes conturbados tempos em que o homem se sobrepõe ao próprio homem e as nações reflectem o sentir e os defeitos dos mesmos homens, num avassalar constante do predomínio e do próprio domínio material do mais forte, esquecendo-se dos belos ideais que deram beleza à vida, estas sociedades cooperativas constituem como que reacções às próprias correntes que nos esmagam e oprimem, revelando-se como oásis agradáveis e compensadores, exactamente porque intrinsecamente se destinam a servir as colectividades dos seus utentes, que noutras circunstâncias somente constituiriam meio e fim de riqueza de poucos cuja prosperidade depende dos aturados esforços de muitos a contribuir para o engrandecimento desses mesmos poucos.

Por isso, sobreviver tem sido a razão do nosso querer e interessado labutar, sem esquecer todo o progresso patente aos olhos de todos, a melhoria das condições de fornecimento de energia, instalações e de tudo quanto possa e tenha contribuído para uma consolidação capaz do activo, de forma a permitir os investimentos precisos para podermos continuar no progressivo caminhar duma distribuidora de energia eléctrica em constante evolução, visto que o óptimo de hoje será o sofrível de amanhã e o péssimo em futuro não muito longo.

Em 1967 assinalam-se as novas cabines de Jesufrei e Santa Eulália. No total, a Cooperativa saltara dos três postos de transformação iniciais para 14. Alargava assim a capacidade de fornecimento à medida do crescimento do consumo, procurando cobrir as ainda designadas "zonas brancas", isto é, instalando a energia eléctrica em casas que ainda não a tinham adoptado. Os anos 60 revelam de facto um ritmo de crescimento assinalável, o que impunha à Cooperativa montar mais linhas e ramais, reforçando umas, remodelando outras, para chegar a mais casas e lugares: "um contraste nitido com o primitivo panorama que durante anos foi a característica fundamental da nossa distribuição, em que a nossa vasta rede se perdia percorrendo caminhos e estradas, à procura de fugidios consumidores, para quem a energia constituía mais um luxo do que elemento de progresso e de bem-estar" (Rel.1968). É ainda na década de 60 que se torna possível avançar para soluções mais eficazes de iluminação pública, com o apoio das duas câmaras e das juntas de freguesia, bem como de núcleos de população e de alguns beneméritos que oferecem quotizações para a instalação de lâmpadas de mercúrio.

Nos finais da década de 60, a Cooperativa do Vale d'Este era uma empresa consolidada. Aumentava permanentemente o consumo de energia e a situação

económica era estável, apesar da diminuição do preço médio de venda, por virtude do crescimento do consumo no 3º escalão. A Cooperativa revia-se na sua obra e no seu passado. Obra que se personalizava no administrador-delegado, Dr. Daniel Nunes de Sá, que, desde 1937, superintendia nos destinos da sociedade. Era chegada a hora de uma explicitação pública desse reconhecimento.

Numa sessão solene, preparada pelos seus companheiros de jornada e realizada em 19.4.1970, foi homenageado o dr. Daniel Nunes de Sá, pelo cumprimento de 33 anos como administrador, numa cerimónia a que se retiraram os actos festivos previstos por ter falecido pouco antes, de forma inesperada, a esposa do homenageado. A evolução da cooperativa foi, naturalmente, passada em revista pelo presidente da Assembleia Geral. Iniciativa de "meia dúzia de pioneiros" em época de crise económica mundial, por 1930, a Cooperativa atravessou dificuldades sérias, mas apresentava-se agora com "serviços organizados... administrativa e tecnicamente apetrechada como qualquer importante empresa congénere". Quando o dr. Daniel Nunes de Sá tomara posse, em 1937, a Cooperativa tinha 331 consumidores, agora, em 1970, tinha 2605. De três postos de transformação passara a catorze. De 30261 kwh vendidos passou-se para o nível dos 1420052 Kwh vendidos em 1969.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, sr. Manuel João Dias Costa, também reconheceu a função social da Cooperativa na obra realizada: "[...]num momento em que o Governo, altamente preocupado com a electrificação rural, pensa em medidas drásticas para solucionar tão grave problema. Aqui, pelo menos, sem qualquer interesse lucrativo, gente de boa vontade, tomou em seus ombros e levou a bom cabo um empreendimento que caracteriza sobremaneira a época actual: Força e luz disponíveis em cada casa, auxílio permanente, dia e noite, em cada lar, em cada indústria e aos povos em conjunto".

E o homenageado, Dr. Daniel Nunes de Sá, disse:

"Entreí nesta casa despido de quaisquer louros ou benesses promissoras, na fase post-universitária, imberbe talvez ainda, mas cheio de sonhos e desejos de acertar, naturalmente despido e sem a bagagem precisa para arrostar com todas a dificuldades que aos mais prudentes pareciam invencíveis, exactamente porque a situação exigia atenções especiais, com uma atmosfera revolta, sem objectivos definidos, num incipiente caminhar, em que a mentalidade dos homens ainda não se tinha adaptado à evolução que começou a ser a característica fundamental dos tempos após-guerra. Por isso, houve alarme em certas hostes e sectores, já pouco crentes no futuro, e se pensou que seria eu a razão e o meio da derrocada, epílogo final dum sonho que se acalentou, mas que se desfazia e esfumava. Não obstante tudo isso, era a solução mais possível, razoável e esperançosa, visto que os verdes anos, por vezes constituem fluxos renovadores de ideias e de processos, quantas vezes bálsamo e conforto capazes de amenizar e sanar as doenças crónicas tão comuns aos homens feitos que se dizem lutadores do bem comum, mas que afinal não vão além da defesa de interesses pessoais num maldizer de tudo e por tudo, na incapacidade manifesta de compreenderem o quanto pode satisfazer o nosso consciente, tudo o que representa esforço e trabalho pela promoção da colectividade e do próprio bem comum".

5.7 - As dificuldades dos anos 70

A Cooperativa estava agora numa fase de grande dinâmica. Na assembleia-geral de 18.4.1971, o Administrador-Delegado falou, com júbilo, da "iluminação pública, em contraste com as terras que nos rodeiam". Falou das novas exigências de distribuição, motivadas pelo constante aumento do número de casas de habitação construídas e novas indústrias montadas, o que sobrecarregava sobremaneira as redes de distribuição, tornando, de facto, como ele avisara, o óptimo de ontem no aceitável de hoje e no péssimo de amanhã. Assim, disse, está para inaugurar-se a nova cabine já em fase adiantada de montagem no lugar da Juncosa - Mouquim, e em estudo a construção de mais dois postos de transformação em Nine e Outiz. Falou em seguida das perdas de energia que antes se verificavam, entre os 40 e os 50%, comparando-as com as que hoje se verificam, 15 a 20%, demonstração cabal de que as redes da Cooperativa estavam tecnicamente montadas com o melhor que se pode exigir em materiais e mão-de-obra.

Mas esta leitura optimista perante os associados estava dependente da concretização de uma condição essencial: a actualização das tarifas, solicitada pela CEVE em 1973 que, depois de negociadas com as câmaras municipais e aprovadas em reuniões camarárias de 5 e 6 de Fevereiro de 1973, tinham de ser aprovadas pela tutela governamental, na medida em que implicavam com o caderno de encargos anexo ao contrato de concessão. Pela documentação aduzida pela CEVE para justificar o pedido de alteração, pode verificar-se que a década de 60 foi, na realidade, difícil em termos económicos para a Cooperativa, que passou a apresentar prejuízos desde 1966.

Quadro X - CEVE: Receitas e despesas na década de 1960

Anos	Energia adquirida (em esc.)	Energia fornecida (em esc.)	Saldo na energia	Aluguéis de contadores	Saldo na energia + Aluguéis de contadores	Despesas de funcionamento	Saldo final
1961	263929\$50	567052\$00	303122\$50	30976\$70	334099\$20	320464\$20	13635\$00
1962	284087\$80	605908\$00	321820\$20	37019\$90	358840\$10	308657\$30	50182\$80
1963	340282\$00	639627\$00	299344\$60	60821\$50	360166\$10	250467\$75	109698\$35
1964	400300\$00	978300\$00	573000\$00	72132\$50	650132\$50	415884\$20	234248\$30
1965	517480\$00	947090\$00	429610\$00	83051\$50	512661\$50	511394\$35	1267\$15
1966	613511\$60	1043430\$00	429918\$00	92419\$00	522337\$00	636010\$55	-113673\$55
1967	646500\$20	1145079\$90	498579\$70	101234\$00	599863\$70	604780\$55	-4916\$85
1968	742782\$50	1304058\$00	501275\$50	112245\$70	613521\$20	805013\$30	-191492\$10
1969	832000\$80	1447915\$30	615824\$50	123516\$00	739340\$50	797647\$70	-58307\$20
1970	947517\$10	1663833\$40	715516\$30	135936\$00	851452\$30	876163\$40	-24711\$10
1971	1049898\$60	1778521\$10	728622\$50	149415\$00	873637\$50	1111652\$50	-238015\$00
1972	1270874\$00	2038166\$00	767292\$50	176657\$50	843950\$00	1161987\$10	-318037\$10

Para esta situação conjugavam-se vários factores, a saber, a longa estabilidade dos preços em ambiente inflacionário pouco reconhecido oficialmente, bem como a explosão do terceiro escalão nos consumos de iluminação doméstica e outros, isto é, o bónus aos grandes consumidores que recebiam a energia quase ao preço da produção. É o que pode observar segundo os dados de fornecimentos para 1972.

Quadro XI - CEVE : Energia fornecida por escalões, em 1972.

Tarifas de Luz:	Energia fornecida			Preços de venda		
	1º escalão	2º escalão	3º escalão	1º escalão	2º escalão	3º escalão
TI - Iluminação geral	40341	76351	36739	2\$40	1\$20	\$60
TII - Iluminação p/ usos domésticos	213804	173806	472225	2\$40	1\$20	\$48
TIII - Ilum. p/ consumidores pobres	2400			1\$44		
TVII - Edifícios do Estado...	13079	12012	11852	1\$68	\$84	\$60
TIX - Ilum. pública			276290			\$72
Total em Luz	269624	262169	797112			
% por escalões	20,2%	19,8%	60%			
Tarifas de força motriz:						
TV - F. motriz industrial	373621	116391	184749	1\$20	\$86,4	\$58,8
TVI - F. motriz agrícola	67386	40680	45565	\$96	\$72	\$54
Total em F.M.	441007	157071	230314			
% por escalões FM	53,2%	18,9%	27,9%			

A actualização de tarifas foi aprovada em Fevereiro de 1974. Uma informação interna, manuscrita, do ministério da economia surgiu anotada ao lado, a informar o pedido e dizia assim: "Concordo. Trata-se de uma medida salutar para o restabelecimento do equilíbrio económico da concessão da Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este. Importa referir que este pequeno distribuidor está bem acreditado pelo nível de serviço prestado, o que, infelizmente, não constitui regra geral em distribuição de reduzidas dimensões. O ajustamento tarifário proposto traduz-se praticamente num alinhamento com tarifas anteriormente aprovadas pelo Governo para os Serviços Federados da Região do Porto. V. Exc^{ta} resolverá como houver por bem". Outras anotações de responsáveis limitavam-se a emitir a sua concordância.

A assembleia-geral de 31.3.1974 dá-nos um balanço da situação geral da Cooperativa pouco antes de surgir um novo ciclo político na vida portuguesa, com a revolução de 25 de Abril de 1974. Vale a pena, por isso, dar a palavra ao administrador-delegado, dr. Daniel Nunes de Sá, transcrevendo alguns aspectos da sua intervenção, nos termos da acta respectiva:

[...] chamou a atenção dos accionistas para o facto de a Cooperativa se apresentar de ano para ano com lucros cada vez menores, fruto dos aumentos de custo da energia eléctrica em alta tensão e ao constante aumento de consumo de energia por parte dos nossos consumidores no terceiro escalão de tarifa doméstica. Verifica-se que mais de metade da energia é vendida no terceiro escalão, o que faz baixar consideravelmente os lucros, uma vez que o seu preço é inferior ao da própria aquisição. Noutros tempos, disse o Senhor Administrador Delegado, a Cooperativa fazia obras, construía cabines e ainda sobrava dinheiro, pois a maior parte da energia era vendida no primeiro e segundo escalões. Há anos para cá, devido à melhoria das condições de vida da população desta região, a maior parte dos consumidores passou a consumir maior número de kilowatts, o que provoca uma grande quantidade de energia facturada no terceiro escalão, aquele que dá prejuízo. [...] Os consumidores de economia mais débil são exactamente aqueles que dão mais lucro na energia que consomem pois poucos são os que ultrapassam os dois primeiros escalões. Em contrapartida as pessoas que mais e melhor poderiam pagar são exactamente aquelas que dão prejuízo, pois consomem a maior parte da energia no terceiro escalão. Com a revisão das tarifas pedida à Direcção Geral dos Serviços Eléctricos e à Secretaria de Estado da Indústria, e já autorizadas por despacho de 27 de Fevereiro do corrente ano (1974), de S. Exc.^{ta} o Secretário da Indústria, já a Cooperativa vê com mais optimismo o futuro pois pelo menos o terceiro escalão, vendido agora a sessenta centavos, deixa de dar prejuízo. A sociedade continua a ser um dos mais relevantes factores e progresso da região, fomentando o seu desenvolvimento industrial e colaborando na instalação da iluminação pública que pode afirmar-se ser a melhor de quantas se vêem nas redes de distribuição das empresas congéneres. O valor da nossa Cooperativa, continua a ser positivamente válido, havendo apenas sérias dificuldades em fundos de maneo. [...] aludiu ao facto de a Cooperativa, dada a extensão da rede de distribuição e o aumento constante do número de consumidores, continuar a fazer montagem dos novos postos de transformação, lamentando que para o seu abastecimento de energia em alta tensão, a União Eléctrica Portuguesa cobra sempre quantias astronómicas pelas linhas, despesas estas para a qual a Cooperativa não tem qualquer compensação. Está nesta altura a ultimar-se o pagamento em prestações do ramal de alta tensão para o novo posto de transformação de Outiz, e já estamos novamente a braços com a montagem da nova cabine no lugar da Estrada em Nine, par abastecimento da qual, a UEP levará mais de centena e meia de contos. Isto para além da construção e montagem da própria cabine que vai para além de uma centena de milhares de escudos. [...] A Cooperativa não tem tido lucros, mas não foi criada com essa finalidade e que, segundo os próprios estatutos, ela deveria acima de tudo servir para fomentar o progresso da região.

A verdade é que a Cooperativa apresentava prejuízos em 1972 e 1973, para o que contribuíam o exercício contabilístico das reintegrações e o problema do 3º escalão. Mas iniciava-se aqui uma fase de aperto com sucessivos resultados negativos, em que resultados de exploração quase nulos são absorvidos pelos montantes das reintegrações.

5.8 - Entre o discurso cooperativista e a prática oficial: o aperto das cooperativas no pós-1974.

Com a revolução do 25 de Abril de 1974 a Cooperativa sentiu alguma esperança no fomento do cooperativismo, então tão discutido como uma fórmula complementar para o desenvolvimento económico e social. E, na senda do cooperativismo, a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este tinha pergaminhos, assim se posicionando, nos termos do Relatório e Contas de 1974:

Felizmente que começamos a ter a consciência de que o País começou a dar o verdadeiro apreço e valor ao sistema Cooperativo, fonte do progresso das colectividades e valorização do sistema que infelizmente tanto andava esquecido por parte dos Governos da própria Nação.

Por isso, diríamos em tempos e em anteriores relatórios que esta Cooperativa se fundou graças à iniciativa de bairristas da nossa região, que devotadamente a serviram e contribuíram para a sua prosperidade do passado e do presente, não obstante o pouco ou nenhum auxílio de edilidades, particularmente a do nosso concelho, que tanto ou mais do que nós, deveriam interessar-se pela electrificação do Vale d'Este. Partindo de três primitivos postos de transformação temos em plena carga quinze, mais outro prestes a ser ligado, tudo isto graças à iniciativa e aos sacrifícios do povo do Vale d'Este que há mais de quarenta anos, graças à sua iniciativa e aturados esforços, aqui organizou e fundou esta Cooperativa, montando a sua rede de distribuição de energia eléctrica, numa altura em que às zonas rurais não tinha chegado ainda esse magnífico fluxo do progresso. E sendo assim, de facto e de verdade, poderemos afirmar que nunca se desvirtuaram os estatutos que nos regem, visto que sempre se serviu e continuará a servir a região, conseqüentemente o povo de Vale d'Este.

Mas em 1975 houve a nacionalização do sector de produção e de distribuição em Alta Tensão da electricidade, na vaga nacionalizadora que caracterizou a conjuntura, criando-se a EDP. E postulou-se a doutrina da empresa única em regime de exclusivo, paradigma organizacional para o qual tendeu também a distribuição em baixa tensão, como forma de tornar eficaz a cobertura nacional pela electricidade e de resolver inúmeros problemas com distribuidores ineficazes e problemáticos, como eram muitos serviços municipalizados, que aos poucos foram sendo absorvidos pela EDP, através de contratos de concessão outorgados pelas Câmaras Municipais. Sendo historicamente a baixa tensão um domínio municipal, não se ousou directamente a nacionalização, pois não podemos esquecer que o novo sistema político passou a ter no revigorar do poder municipal uma das suas traves mestras. Neste contexto, em que a nacionalização da

baixa tensão se legitimava por incapacidades funcionais dos serviços municipais ou privados, qualquer pequeno distribuidor que apresentasse uma história de serviço público e de eficácia não era visto com simpatia, pois constituía um pequeno grão de areia a perturbar o funcionamento do rolo compressor de uma grande organização que ambicionava controlar a totalidade nacional para obter economias de escala e efectuar compensações internas e inter-sectoriais. Uma pequena cooperativa representava o emergir da vivência gregária e da existência de pessoas num mercado que se queria impessoal, anódino e tecnocrata.

A Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este, tal como outras organizações similares, vai sentir profundamente este contexto e atravessar uma nova prova de fogo. Felizmente em 1976 há um saldo líquido do exercício, suficiente para absorver o prejuízo acumulado dos cinco anos anteriores. Foram tempos difíceis para a sobrevivência da Cooperativa estes, em que o diferencial dos preços de compra e venda de energia, sobre o qual é preciso ponderar o efeito das "perdas" de corrente, quase se anulava. Por isso a Cooperativa afirmava aos seus sócios que as taxas de potência eram o único meio de sobrevivência, mas os rendimentos daí derivados eram insuficientes, numa conjuntura de alta de preços.

Por isso as dúvidas eram muitas na assembleia-geral de 1977: "estamos a sofrer as consequências de toda uma política de agravamento de preços, quer de salários, quer de materiais para conservação e reforço das redes de distribuição e montagem de novos postos de transformação, para cuja ligação à rede de alta tensão, a EDP continua a cobrar quantias inoportáveis. Por outro lado, os constantes agravamentos do custo de energia eléctrica conduziram a um lucro cada vez menor, aquele que é a melhor fonte de receita da Cooperativa. Se na realidade, a distribuidora de Alta Tensão garantir como prometeu a mesma margem de lucro na venda de energia de 1977 em relação ao ano de 1976, então, com as taxas de potência e mais um rendimento de 1776453\$40, correspondente ao lucro de energia, poderemos encarar com menores apreensões o futuro, até que o governo determine, como tudo indica, a integração da Cooperativa na EDP". Esta era a grande dúvida da assembleia uma vez que tudo parecia encaminhar-se para a constituição de uma empresa única para a produção e distribuição de energia eléctrica. E esta questão sobre a nacionalização das distribuidoras de electricidade foi levantada na assembleia pelo Rev. Padre Albino, concretamente no que se referia à Cooperativa, pois parecia-lhe um disparate nacionalizar-se uma Cooperativa, numa altura em que incrementava a organização de cooperativas em todos os ramos - agrícolas, comerciais, industriais, de habitação, de transportes- e se utilizava a ideia de cooperativa como uma solução a apontar para uma sociedade mais igualitária. Foi esclarecido pelo Administrador-delegado de que a Lei apontava efectivamente para uma integração total de todas as distribuidoras de electricidade, embora num processo a ser executado progressivamente, mas, a acontecer com a Cooperativa e outras empresas ainda não integradas na EDP, a integração seria precedida de negociações e seriam salvaguardadas as devidas indemnizações. Foi então votada uma proposta para se dar à Administração plenos poderes no sentido de criar um movimento, fazendo as exposições convenientes, de forma a salvaguardar a cooperativa da nacionalização, proposta que foi aprovada por unanimidade.

No ano seguinte, em 2 de Fevereiro de 1978, ocorreu o falecimento do dr. Daniel Nunes de Sá, o timoneiro da Cooperativa desde 1937, ou seja, durante mais de 40 anos. Esta ligação do administrador ao regime salazarista, tendo sido elemento da União

Nacional, tornou-se num impecilho político visível nos tempos abrilinos, apesar de, ao longo de quatro décadas, ou seja, uma vida inteira, Nunes de Sá ter sido a força e a vontade da Cooperativa, numa dedicação sem limites, dentro das suas características pessoais, que fizeram da Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este um modelo organizativo sob o ponto de vista de prestação de serviços.

Entretanto acelerou nos anos 70 a curva ascensional de consumo de energia eléctrica. As exigências daí derivadas para a Cooperativa são sempre as mesmas, mas em crescendo qualitativo: reforço e modernização de linhas, mais postos de transformação de alta para baixa tensão para ocorrer à procura de uma vaga de consumismo. Os electrodomésticos fizeram uma entrada em força no seio das famílias portuguesas em geral: frigoríficos, televisores, aspiradores, enceradores, máquinas de lavar louça e de lavar roupa, aquecedores, cilindros de aquecimento de água, fogões eléctricos, tudo isso se comprava apesar dos aumentos das taxas de potência. A esta panóplia de electrodomésticos correspondeu uma forte elevação de consumo na faixa doméstica, mas o aumento trazia diminuição de lucro. O conselho de administração apresentou à assembleia uma ilustração curiosa. O aumento de consumo de 1978 (5,4 milhões de Kwh) para 1979 (6,7 milhões de Kwh) foi de 1276104 kwh, o que só por si era superior ao consumo do ano de 1968. Mas se em 1968 o lucro líquido era de 561 contos, em 1979 era apenas de 179 contos, o que, ponderando a inflação, mostra as dificuldades em que se movia a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este. Daí a importância determinante das já citadas taxas de potência, ou seja, a verba paga pelo tipo de instalação usada. Sem esquecermos outro elemento que fazia forte a fraca Cooperativa: as perdas de energia que os serviços conseguiam estabilizar a níveis muito reduzidos (10 a 15% apenas), a mostrar uma eficiência a toda a prova. Se as perdas fossem mais elevadas (e na rede geral o patamar dos 40% era habitual), poderia ocorrer o descalabro financeira da Cooperativa e a incapacidade para lidar com margens quase nulas de comercialização. Podemos dizer que elas só não eram nulas ou mesmo negativas graças a esta eficiência na condução da energia através da rede da Cooperativa.

Apesar de tudo, em 1980, celebrou-se o cinquentenário da Cooperativa, sob o signo do optimismo. Este ano foi considerado internamente como de "renovação, de expansão e de progresso", pois instalaram-se novos postos de transformação, houve renovação de redes de distribuição e aquisição de novos contadores, o consumo aumentou, apesar das subidas de preço da energia e das taxas de potência, enfim, entraram na rede mais 121 novos consumidores.

A festa do cinquentenário teve o efeito simbólico de reforçar a coesão dos cooperantes, centrando-se numa festa de homenagem aos dois primeiros grandes impulsionadores da Cooperativa: eng^o Augusto Ferreira Machado e Álvaro Gonçalves Ferreira de Macedo. As comemorações iniciaram-se com uma sessão solene na sede da Cooperativa que teve a presença das autoridades distritais e municipais, contando ainda com a presença do Arcebispo-Primaz, D. Eurico Nogueira. Para além dos dois impulsionadores, foram ainda homenageados outros sócios-fundadores da Cooperativa, através da colocação dos nomes de outros elementos dos primeiros corpos directivos em placas colocadas nas fachadas de nove postos de transformação recém-construídos, a lembrar aos vindouros que por detrás da obra realizada estão pessoas que deram o seu melhor pelo ideal cooperativo, uma ideia já anteriormente aplicada, por 1957, quando se homenagearam desta forma alguns sócios já falecidos. Numa das alocuções foi apresentada uma estatística comparativa que elucidava a trajectória de progresso da Cooperativa (quadro XII).

Quadro XII - CEVE: Dados evolutivos

Anos	Nº de postos de transformação	Contadores instalados	Nº de Consumidores	Energia adquirida	Energia vendida	Valor do activo	Salários pagos
1931	3	273	125	-	-	332000\$	2400\$
1940	3	420	180	47000	34000	381000\$	11165\$
1950	3	674	501	166000	132000	573000\$	44000\$
1960	6	1475	1297	443000	360000	1000000\$	95767\$
1970	13	3129	2816	2000000	1700000	4900000\$	571970\$
1980	26	5707	4625	7788901	7386031	20892775\$	3696855\$

As comemorações, incluíram ainda uma cerimónia litúrgica presidida pelo Arcebispo Primaz. E, finalmente, houve um almoço convívio nas instalações do Casal da Seara, propriedade do cooperante Artur Cupertino de Miranda.

Na assembleia geral de 21.3.1981, os associados tomaram conhecimento pelo administrador-delegado de uma informação transmitida por ofício, segundo o qual numa reunião efectuada na Câmara de Barcelos em que se discutiu o fornecimento de energia eléctrica, cerca de 90% das freguesias pediram que a concessão do distribuidor de energia eléctrica fosse transferida para a CEVE, por via dos maus serviços de que eram vítimas, em comparação com os usufruídos por outras freguesias do mesmo concelho, abrangidos pela concessão da Cooperativa. Um pedido sem viabilidade face à política seguida neste domínio, mas que constituiu um sinal simpático e valorizador do trabalho desenvolvido pela CEVE.

Em 1982 foram, entretanto, oficializados os novos estatutos, de que foi dotada a Cooperativa, depois de aturados estudos, de forma a enquadrar a organização no âmbito do Código Cooperativo publicado em 1980 (Decs. 454 e 456/80). Após aprovação em assembleia geral extraordinária (29/7/1982), foi lavrada escritura pública a 30 de Julho. A *Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este, CRL*, enquadra-se agora no ramo do sector cooperativo de utentes de serviços (alínea j do artigo 4º do Código Cooperativo e artigo 3º, nºs 2 e 3 do Dec.-Lei nº 323/81). O capital social apresentava, em 1982, o valor de 1500 contos, representado por títulos nominativos de 500\$00, com entradas mínimas de três títulos.

Em 1982, foi ainda autorizada a Direcção a adquirir um terreno de 2000 m² anexo à sede, transferência concretizada em 18.1.1983, para ampliação das instalações que datavam de 1939, de forma a ultrapassar as dificuldades sentidas pelos serviços administrativos, oficinas e armazéns, dado o crescimento do serviço prestado (em 1939 havia 379 consumidores, em 1983 eram mais de 5000). Embora a parcela fosse maior do que as necessidades da altura, salvaguardou-se o futuro com espaço suficiente para a evolução crescente dos serviços ou das instalações. O preço dos terrenos foi de 2000\$/m², para uma área próxima dos 2000 m². Houve a preocupação de definir uma construção sem demolir os edifícios anteriores, pois isso representaria "grande prejuízo e crime estético", conforme a opinião do engº Manuel Luís Macedo em assembleia geral. A construção do novo edifício-sede, para além de criar melhores condições de atendimento aos utentes e de funcionalidade dos serviços, permitiu redimensionar estes, com a

introdução de um sistema informático, através do qual se passou a processar a facturação, a contabilidade e principalmente a emissão dos recibos de consumo, então facturados com algum atraso devido ao modelo mecânico utilizado. A obra da nova sede foi orçamentada em 15.377.000\$00, a pagar em duas fases, mais alguns custos por trabalhos imprevistos nas fundações.

Mas novos desafios se apresentavam com o disparar dos consumos de energia, pois tornou-se imperioso modernizar quase todos os postos de transformação. Foi uma operação iniciada em 1983 para redimensionar a capacidade das fontes de alimentação, de tal modo que de certos postos mais antigos apenas se aproveitaram os edifícios. E, depois, foi implementado um plano de intervenção geral na rede de distribuição para melhorar as condições de transporte e fornecimento de energia, para melhorar a estabilidade das tensões na rede geral, para reduzir as perdas de energia na distribuição, para possibilitar menor incidência de avarias, o que correspondeu a um investimento de vários milhares de contos. E, em assembleia-geral de 29.12.1984 (reunião para discutir orçamento e plano de actividades para 1985), foi aprovado um bônus aos cooperantes consumidores, que se traduziu numa redução da taxa de potência, o que representou desde logo um cargo de 700 contos/ano para a Cooperativa. E para responder com mais eficiência às solicitações do serviço, a CEVE criou um serviço de piquetes a iniciar nos primeiros meses de 1986 para todos os dias, de forma a colmatar as situações de urgência imprevista.

A utilidade deste piquete não demorou a fazer-se sentir. Na assembleia-geral de 24.12.1986, pediu a palavra o sr. Firmino Lopes de Oliveira para dizer que se vinha notando uma grande melhoria nos serviços da cooperativa, de que deu um exemplo: "há dias, às 8 da manhã, em Gondifelos, houve um acidente de viação em que um veículo derrubou um poste e destruiu as linhas. Ainda os veículos não tinham sido retirados e a GNR fazia medições, quando já uma equipa da Cooperativa compareceu com outro poste para a reparação, feita com grande rapidez".

Nos inícios dos anos 80 a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este atravessou de novo um problema inusitado. O atraso habitual nos pagamentos da Câmara à Cooperativa por fornecimentos de energia para a iluminação pública ou de propriedades municipais assumiu um carácter prolongado e transformou-se, na prática num efeito de suspensão. Ambas as Câmaras - Barcelos e Vila Nova de Famalicão - assumiram estrategicamente este não-pagamento, mas a situação era particularmente gravosa no caso de Famalicão, pois a estação elevatória de água em Vale d'Este representava só por si um elevado consumo. Em 1984 as dívidas municipais à Cooperativa ultrapassavam os 40 mil contos, dos quais cerca de 34 mil pertenciam à de Vila Nova de Famalicão. Esta dívida acumulada impedia a Cooperativa de manter actualizados os débitos à EDP, alargando-se também aqui a *décalage* habitual. Esta situação tornou-se na grande fonte de preocupações para a Direcção da Cooperativa e um motivo recorrente nas assembleias gerais. Alguns vislumbravam já a Cooperativa vergada ao peso da insolvência dos seus compromissos financeiros e a ter de aceitar ou propor a sua integração na EDP.

É preciso esclarecer que se estava numa altura em que muitos serviços municipalizados de electricidade e algumas cooperativas distribuidoras em B.T. deixaram de honrar a dívida para com a EDP, ou porque não actualizavam as tarifas por razões eleitoralistas ou decisões dos associados, ou porque preferiam canalizar para outros fins as verbas derivadas da cobrança, conforme os casos, numa situação de litígio com a EDP

que teve carácter nacional e obrigou a intervenção governamental, acabando por resolver-se com a integração da grande maioria dos serviços na produtora de electricidade, que deste modo assumiu quase todo o remanescente da distribuição que ainda não operava. Por outro lado, as opções governamentais em política energética pareciam querer excluir definitivamente as cooperativas desta área, tendo em conta o Dec. Lei nº 344-B/82, de 1 de Setembro. Com efeito, se no seu artigo 1º, o decreto estatuiu que a distribuição de energia eléctrica competia aos municípios, os quais podiam exercê-la em regime de exploração directa ou em regime de concessão, também definia que, em concessão, a distribuição só podia ser exercida pela Electricidade de Portugal (EDP), EP., ou por empresas públicas de âmbito local ou regional. Exceptuavam-se apenas as empresas concessionárias privadas existentes à data, enquanto subsistissem as concessões respectivas e as entidades a quem fosse reconhecida a qualidade de produtor e distribuidor independente. O decreto era omissivo quanto a cooperativas, permitindo interpretações divergentes.

Na assembleia-geral de 29.12.1984, reunião para discutir orçamento e plano de actividades para 1985, o problema tornou-se incontornável. As actas mostram que a questão foi abordada, sendo manifestada a opinião do dr. Carvalho Azevedo, que a achava para já improvável, "nunca se esquecendo que a CEVE tem um carácter especial na utilidade pública". Mas a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, que celebrou um contrato de concessão de distribuição com a EDP, em 1.11.84, exprimiu a opinião de que a concessão à CEVE devia ser considerada como caducada (apesar de não ter sido denunciada nos termos do artº 20 do caderno de encargos) e de o respectivo serviço transitar para a EDP (Ofício da CMVNF à D. G. de Energia de 12.12.84). Ou seja, conforme anotava à margem um elemento da DGE, devia entender-se face a estas posições que a Câmara, "titular da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão no seu concelho, não deseja que essa distribuição continue a ser realizada pela Cooperativa". A Câmara de Barcelos também acabou por oficial no mesmo sentido, depois de muito instada pela D. G. de Energia: "é entendimento desta Câmara Municipal que a EDP deverá assumir a responsabilidade da distribuição em BT em todo o concelho" (ofício nº 598 de 15.2.1985). No entanto, a D. G. de Energia viu-se obrigada a esclarecer que o seu objectivo era outro, ou seja, conhecer a situação do contrato com a CEVE, "saber se qualquer das partes tinha denunciado o contrato de concessão e, em caso afirmativo, em que data". Obviamente que tal não tinha acontecido. Ou seja, as Câmaras não denunciavam localmente o contrato, mas transigiam que, por acção do governo, a EDP assumisse o serviço da CEVE!

Perante este jogo de poderes, onde dificilmente se descortina o interesse determinante, vale a pena evocar a missiva que a direcção da Cooperativa enviou ao Secretário de Estado do Fomento Cooperativo em 2.4.1984. Depois de historiar o percurso de acção da Cooperativa e do seu reconhecimento como instituição de utilidade pública (dec-lei de 30.12.1965), afirma:

Por contrato de concessão celebrado em 1930 entre as Câmaras Municipais de Vila Nova de Famalicão e Barcelos, iniciou a sua actividade, contrato esse firmado por trinta anos, sucessivamente renovável por períodos de cinco anos, caducando o último no ano de 1987. Ora, desde há cerca de um ano, a Electricidade de Portugal - EDP, EP., prossegue diligências no sentido da integração ou estatização da sua rede de distribuição: finalmente está a pressionar a Câmara

Municipal de Vila Nova de Famalicão nesse sentido. Contudo os corpos gerentes desta Cooperativa, cooperantes e utentes dos seus serviços, não se conformam com tal desfecho.

Várias são as razões que presidem à sua tomada de posição, para além das legais, como, respeitar o prazo da concessão, a observância do estabelecido nos Estatutos e contrato com a concessionária, avulta, todavia a circunstância de que, nas áreas dos referidos concelhos a que se estende a sua rede de distribuição, os seus utentes são melhor servidos do que aqueles que recebem corrente eléctrica da EDP, ou de qualquer outra concessionária particular. Esta é mesmo a nota marcante da actuação desta Cooperativa como o podem testemunhar os respectivos Presidentes das Câmaras, os consumidores e o público em geral. É que na Cooperativa, ao contrário do que se passa com as empresas privadas, não se distribuem lucros e, durante meio século procurou apenas expandir a sua rede de distribuição, dotando-a dos melhores meios técnicos numa permanente preocupação de bem servir. É oportuno referir que começou com três postos de transformação e, hoje, tem TRINTA. Se fosse a referir ainda as dificuldades de não-fácil remoção que necessariamente se hão-de ponderar e resolver, na linha de rumo das pretensões da EDP, uma que se nos depara no contexto da área desta Cooperativa é o facto de se estender a dois concelhos.

[...] Extinguir a nossa Cooperativa, criada pela acção altamente meritória dos pioneiros que lhe deram vida, e dos seus seguidores que a radicaram durante mais de cinquenta anos, com uma vitalidade e notável eficiência bem patenteadas pelos seus serviços, e em confronto com as outras distribuidoras de energia eléctrica, seria triste ideia.

Não queríamos, Senhor Secretário de Estado, e francamente o dizemos, ser os coveiros da Cooperativa Eléctrica do Vale D'Este.[...]

A missiva continuava de forma a evidenciar a incongruência do decreto nº 344 - B/82 que impunha a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão em regime de concessão só à EDP ou a empresas públicas de âmbito local ou regional, omitindo totalmente o papel das cooperativas, com tradição neste domínio, apesar do discurso oficial de estímulo e apoio ao cooperativismo.

Uma carta da direcção da Cooperativa no mesmo sentido seguiu para o ministro da Indústria, em 25.5.1984, confrontando-o com o papel de apoio governamental às cooperativas e o que estava a acontecer no sector de distribuição eléctrica. E interrogava: "A Cooperativa do Vale D'Este terá de ser extinta? É a Cooperativa mais antiga do Mundo no sector de serviços que a distinguem, como se constatou no Congresso de Helsínquia em 1981. Sempre agiu dentro dos cânones que presidem à sua acção, encontrando-se hoje prestigiada pela obra desenvolvida no campo da distribuição da energia eléctrica [...] Resta-nos ainda dizer que não será boa medida nacionalizar só por nacionalizar, há sobretudo que respeitar e zelar pelos interesses públicos e estes, não há dúvidas, pelo menos enquanto não se vislumbrar vantagens, não aconselham a extinção desta Cooperativa".

Em 30.3.1985, surgiu nova discussão sobre os débitos das câmaras de Barcelos e Vila Nova de Famalicão, quando os associados verificaram que atingiam 40 mil contos.

Pedi a palavra o sr. Firmino Alves de Oliveira, preocupado com os débitos das câmaras, que levanta a interrogação certamente presente em todos: - *Será que, a continuar assim, a Cooperativa poderá sobreviver sem receber estes avultados débitos ou terá que encerrar e entregar-se à EDP? Não haverá ainda o perigo de, os restantes consumidores, ao terem conhecimento desta situação, resolverem também não pagar os seus débitos e isto seria o fim da Cooperativa...*

O eng.^o Luís Macedo, da direcção, procurou mostrar os esforços desenvolvidos e o campo de acção da Cooperativa neste campo. Inscrevendo os avultados passivos das Câmaras no relatório, a Cooperativa estava empenhada em coagi-las a liquidar os seus débitos, usando obviamente os meios legais. Esgotadas as negociações pacíficas, os meios legais são os Tribunais. Assim, para o administrador, a direcção da Cooperativa não tinha descurado o problema, mas antes procurado resolvê-lo, usando para isso todos os meios ao seu alcance. Antes ainda da assembleia tinha havido uma reunião da direcção com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. E o Presidente da edilidade explicara que só não tinha pago por absoluta falta de verbas mas prometera estudar um plano de pagamentos periódicos, até saldar a dívida atrasada. A Cooperativa esperava o plano e aguardava a sua concretização. Mas recorrer ao corte de corrente à Central Elevatória de água, às iluminações públicas, às Escolas, etc, como alguns alvitravam, seria a última e a mais desagradável das soluções, pois tal atitude iria prejudicar, não os senhores das Câmaras Municipais mas todo o público, que bem poderia voltar-se contra a Cooperativa, o que seria mais prejudicial e desagradável. E procurou sossegar os cooperantes: - "Pode estar certo, senhor Firmino e todos os senhores cooperantes, que a Direcção está atenta e tratará do assunto dentro dos moldes legais, mesmo que para tal tenha que recorrer aos tribunais. Quanto aos restantes consumidores, eles não poderão seguir o exemplo das Câmaras. Se resolvessem deixar de pagar, ficariam de imediato sem corrente. São duas situações perfeitamente distintas."

E elucidava a assembleia de que por parte da EDP não parecia haver já qualquer animosidade para com a Cooperativa e, mais ainda, nunca aquela Empresa Pública demonstrara, tanto por escrito como verbalmente qualquer espécie de interesse em integrar a cooperativa. Além disso, a Cooperativa tinha recebido da EDP as melhores atenções na prestação de serviços, facilitando até o pagamento de facturas de ramais para novos PTs. Tratava-se, agora, de uma posição das próprias Câmaras, as quais protelavam os seus pagamentos na iminência da integração na EDP. E afirmava-se esperançado em que a Cooperativa, tal como outras associações idênticas no sector, não constituiriam os bodes expiatórios desta situação estranha, não seriam aniquiladas só porque as Câmaras Municipais pretendiam passar uma esponja sobre os seus débitos. A Câmara de Famalicão só na central de elevação da água de Vale d' Este gastava mais de mil contos por mês e cobrava-se dessa mesma água, mas não pagava à Cooperativa a energia gasta nessa central. Por outro lado, a EDP parecia adoptar procedimentos gerais, não dando mostras de interesse em integrar a Cooperativa, desde que esta cumprisse os padrões adoptados para a comercialização da energia.

Surgiram, entretanto, problemas com pedidos de novas ligações em escolas. E esgotados todos os esforços para cobrar a dívida, a CEVE, "em vez de recorrer aos cortes de corrente que poderia efectuar de acordo com o contrato em vigor, resolveu interpor uma acção judicial que deu entrada no Tribunal de Famalicão". A assembleia geral aprovou na altura uma moção apoiando a direcção da CEVE no processo judicial contra a Câmara de Vila Nova de Famalicão.

A direcção da Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este desenvolveu neste contexto inúmeras diligências junto dos órgãos governamentais no sentido de se eliminar a ambiguidade da legislação vigente e esclarecer definitivamente a legitimidade das cooperativas no campo da distribuição, permitindo-lhes trabalhar com tranquilidade e garantir a sobrevivência económica. A argumentação desenvolvida esgrimia contra uma eventual discriminação das cooperativas, na medida em que a legislação só se referia a empresas públicas ou privadas e esquecia aquelas, e contra o arrastamento da situação que degradava a imagem válida das cooperativas o que, dado o seu futuro incerto, induzia as Câmaras a exonerarem-se do pagamento das suas dívidas avultadas, à espera que os respectivos serviços fossem integrados na EDP. Eis alguns parágrafos elucidativos desta luta da Cooperativa de Vale d'Este junto dos órgãos do poder, que se revelou decisiva para que emergisse a correcção legislativa, dando espaço ao cooperativismo:

Vem, desde há anos, a Direcção desta Cooperativa travando persistente luta contra aqueles que a todo o risco pretendem exterminá-la, lutando contra a EDP, contra as Câmaras que pretendem fugir aos seus avultados débitos e, até, contra certos diplomas legais que por omissão ou imprevidência não encaram a existência de Cooperativas no sector da distribuição de energia eléctrica. É lamentável que esses diplomas apenas foquem os sectores privado e público, e desconheçam que, constitucionalmente, está consagrado um sector que tantos e reconhecidos serviços tem trazido ao País. É o sector cooperativo. Ora, numa época em que se proclamam a todos os ventos as vantagens das cooperativas, não faz sentido que, o Dec.-Lei nº 344/82, de 1 de Setembro e outros diplomas na sua pegada, desfiram golpe mortal às Cooperativas distribuidoras de energia eléctrica quando elas, dentro do sector, colhem o mérito de uma acção verdadeiramente profícua, não só pelos objectivos que alcançaram como, e especialmente, pela obra realizada em proveito público. (Ofício ao Secretário de Estado da Indústria e Energia, 16.4.1985)

O reconhecimento de que se terá apenas processado uma lacuna ou verdadeiro caso omissio na não-referenciação no Dec.-Lei nº 344/82 de 1 de Setembro, às cooperativas, implica numa nova tomada de posição legislativa que ponha termo à nossa inquietude e às incertezas criadas em muitas pessoas e entidades. (ofício de 16.5.1985)

Chamado a dar o seu parecer sobre as reclamações da CEVE, o Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, através do ofício 66/CD/86 de 22.4.86, analisou a situação e considerou que a arrumação das cooperativas como empresas privadas, por exclusão das públicas, era um entendimento precário e discutível, para interpretação do D.L. 344 - B/82. E sublinhava que, face aos preceitos constitucionais, o sector cooperativo, em termos formais e substanciais, se distinguia claramente dos sectores público e privado, quer na titularidade dos meios de gestão, quer no modo social de gestão, sendo considerado como uma das bases da propriedade social. Considerava não fazer sentido "que o sector cooperativo seja excluído (não seja incluído) do âmbito do regime de concessão", até pela sua função social, aconselhando uma rápida alteração do articulado para garantir uma inequívoca interpretação e aplicação da lei.

As opções governamentais foram finalmente esclarecidas com o Dec-Lei nº 297/86 de 19 de Setembro, que se limitava a fazer alguns considerandos iniciais e a acrescentar uma alínea ao artº primeiro do D.L. 344-B/82 com duas únicas e decisivas

palavras - POR COOPERATIVAS. Dado o significado histórico para o movimento cooperativo que tal alteração reveste, vale a pena transcrever os considerandos:

"O Decreto-Lei nº 344 -B/82, de 1 de Setembro, estabelece que a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão no continente compete aos municípios, podendo exercê-la ou por exploração directa ou mediante regime de concessão a empresas públicas. Tratando-se o sector cooperativo de um sector autónomo não sujeito às limitações legais, justifica-se plenamente, no sentido de alargar o âmbito opcional dos municípios, a possibilidade de outorga de concessões de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão a cooperativas".

Reconheciam-se agora explicitamente e de forma inequívoca as cooperativas como potenciais agentes de distribuição de energia em baixa tensão, fruto de uma luta pela sobrevivência que foi determinante.

Finalmente, a Cooperativa viu a confirmação, por vias legais, da sua razão, quando pelo despacho nº 28/87 de 16.5.1987 o Secretário de Estado da Indústria e Energia decidiu: "Considerando que em relação ao contrato de concessão de pequena distribuição de energia eléctrica entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este, nenhuma das partes contraentes informou ter denunciado o contrato nos termos do artº 20 do respectivo caderno de encargos, autorizo, de harmonia com a redacção do mesmo artigo, a prorrogação do prazo da mesma concessão".

Mas o cerco apertava-se por todos os lados. Em 1986 viveu-se uma fase de alterações do custo final da energia eléctrica pela introdução do I.V.A., que onerou cada kwh em \$73, taxando ainda as taxas de potência. Mas esta repercussão não se fez sentir no consumidor, sendo quase totalmente integrada nas margens de comercialização, o que se traduziu na perda directa de rendimento da Cooperativa. Assim, em 1986, a energia adquirida pela Cooperativa subiu 17% mas só foi possível repercutir sobre o consumidor um aumento de 6,3%, o que significou a alteração da margem de comercialização de 1\$86, em 1985, para 1\$14 em 1986, sendo que esta última, representando uma percentagem equivalente às "perdas" de corrente na distribuição da energia, anulava qualquer hipótese de viabilidade económica (para outras distribuidores cuja percentagem de perdas fosse superior à da CEVE, o que era habitual, a falência era a situação óbvia). Ou seja, no ajustamento da tarifa não foram considerados os interesses das distribuidoras independentes, antes parecia uma estratégia para a EDP vir a assumir toda a distribuição, por aniquilamento das distribuições autónomas. No caso, da Cooperativa Eléctrica do Vale D'Este, o quadro evoluiu do seguinte modo:

Quadro XIII - CEVE: Comparação entre custos e receitas de energia em 1985 e 1986

	Preço médio Kwh	Total energia em kwh	Custos totais
<i>Ano de 1985</i>			
Energia adquirida	7\$59	12589050	95450337\$00
Energia fornecida	9\$41	10811877	101822875\$00
<i>Ano de 1986</i>			
Energia adquirida	8\$87	12204703	108203410\$00
Energia vendida	10\$01	11038098	110532712\$00

Esta situação de cerco, embora a sobrevivência das cooperativas como distribuidoras estivesse legalmente assegurada, levou a esforços para ampliar solidariedades e mobilizações. Na assembleia geral de 30.6.1987 foi aprovada uma proposta para filiação da CEVE na Federação das Cooperativas de Serviços, FECOOPSERV de forma a garantir um maior apoio jurídico e material. E foi votada uma proposta para que a direcção promovesse uma União das Cooperativas de Distribuição de Energia Eléctrica. O que não veio a concretizar-se, apesar dos esforços desenvolvidos, porque a maioria das cooperativas deste tipo existentes em Portugal acabaram por soçobrar num mar de dificuldades idêntico ao vivido pela Cooperativa Eléctrica do Vale D'Este, vindo os respectivos serviços a ser integrados na EDP (restam hoje 7 cooperativas de distribuição eléctrica).

Na altura, todos se interrogavam sobre os limites da capacidade de resistência das cooperativas. Foram então desenvolvidas acções de sensibilização junto de membros do Governo contra o comportamento e preços com que a EDP parecia querer coagir a Cooperativa na mira da absorção, já que tal não parecia possível por via legislativa.

Esta situação de agravamento de custos veio efectivamente a ser parcialmente atenuada, através da Portaria nº 396/87, de 11 de Maio, que concedeu 5% de desconto na facturação da energia por parte da EDP. Novas exposições e entrevistas decorreram com o Secretário de Estado da Energia e com o Director Geral de Energia, às quais veio responder a Portaria nº 29-A/88 de 14 de Janeiro, que introduziu um novo tarifário que contemplou, pela primeira vez, um diferencial de 3,5% na subida de custo em Média Tensão e o da venda em Baixa Tensão, declarando-se explicitamente no seu preâmbulo: "Considera-se igualmente necessário evitar que as distorções ainda subsistentes no tarifário possam inviabilizar economicamente as cooperativas e outras entidades cuja actividade se circunscreve à distribuição de electricidade". Ou seja, encarou-se oficialmente o direito à viabilização das cooperativas de distribuição eléctrica.

Ganha uma batalha na área política, a da demonstração do interesse público da acção cooperativa, seguiu-se nova demonstração da razão que assistia à Cooperativa de Vale d'Este. No desenrolar da acção intentada contra a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, o Tribunal Judicial desta Comarca condenou a Câmara ao pagamento dos débitos acumulados por consumo de energia, que na altura da sentença atingiam os 255400 contos. A Câmara de Vila Nova de Famalicão recorreu, entretanto, para o Tribunal da Relação. Mas passou a pagar de imediato os consumos a partir de Janeiro de 1989. Com a Câmara de Barcelos, verificou-se um acordo para pagamento escalonado dos débitos atrasados, implementado sem problemas.

Entretanto, o processo com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão evoluiu demorada mas favoravelmente, anunciando-se já no relatório de 1990 que a Câmara optava por assumir os créditos correspondentes da CEVE à EDP, no âmbito do encontro de contas que tinha com esta empresa pública. Outros débitos da CEVE à EDP e não cobertos pela municipalidade foram objecto de uma negociação para pagamento escalonado.

5.9 - O direito à sobrevivência e ao progresso

Desta forma, na assembleia geral de 29.12.1990, numa política clara de pacificação e pelo desenvolvimento de boas relações institucionais foi aprovada uma proposta da direcção da Cooperativa, do seguinte teor:

1 - Considerando que os objectivos e termos dos Estatutos que regem o funcionamento desta Cooperativa, e todos os conceitos que lhe são subjacentes, nomeadamente que se trata de uma pessoa colectiva, de livre constituição, de capital e composição variáveis, visando através da cooperação, a entreaajuda dos seus membros, sem fins lucrativos, na área da distribuição de energia eléctrica;

2 - Considerando que a Câmara Municipal de Famalicão é o maior consumidor desta Cooperativa de Distribuição Eléctrica;

3 - Considerando o clima de diálogo, cooperante e empenhado, constatado no relacionamento desta Cooperativa com a Câmara Municipal de Famalicão, com especial relevo para o ano de 1990, e com vista à resolução do diferendo financeiro entre as mesmas;

4 - Considerando que desde Janeiro de 1989 a Câmara de Famalicão vem liquidando pontualmente os seus débitos, à excepção dos consumos em iluminação pública e juros;

5 - Considerando que a Câmara Municipal de Famalicão constitui por lei e vocação uma instituição com interesses nas infraestruturas de interesse público que beneficiam o desenvolvimento sócio-económico e bem-estar em geral dos seus municípios, nomeadamente o sistema de distribuição de energia eléctrica;

6 - Considerando que é à Câmara Municipal de Famalicão que cabe a atribuição da concessão da distribuição de energia eléctrica nas nove freguesias deste Concelho, e até agora concessionados à CEVE;

7 - Considerando, finalmente, o teor do ofício acabado de ler (recebido da CMF), a Direcção da CEVE propõe à Digníssima Assembleia Geral: Que lhe sejam concedidos plenos poderes para, dos títulos de capital ainda existentes em carteira, averbar DEZ desses títulos em nome daquela autarquia.

O eng^o Luís Macedo, ao ler esta proposta, referiu que a Câmara de Barcelos desde 1931 aparecia como accionista da Cooperativa, pelo que fazia todo o sentido em que a Câmara de Famalicão se tornasse cooperante desta sociedade, de forma a viver por dentro os problemas da CEVE.

Posta à aprovação da Assembleia a proposta foi aprovada por unanimidade, com sentimentos de fé na continuidade do bom relacionamento entretanto desenvolvido, pondo-se fim a uma situação de demanda entre as duas partes, uma vez que a Câmara reconheceu a sua dívida à Cooperativa e a assumiu perante a EDP. Foi ainda aprovado um voto de louvor ao cooperante Francisco Carvalho pela sua intervenção no sentido do entendimento amigável entre a Câmara de Famalicão e a CEVE, aprovado por unanimidade, como reconhecimento geral.

A Cooperativa Eléctrica do Vale d' Este entra, assim, na última década do século XX com as relações institucionais normalizadas em relação às duas Câmaras Municipais e a EDP, podendo encarar com optimismo o futuro, que não passa senão por bem servir os seus consumidores. A melhoria da situação económica permitiu de imediato desenvolver trabalhos de modernização das redes de distribuição e do equipamento, agora apoiados com um camião especialmente adequado para transporte de materiais e elevação e arranque de postes. Na acta da assembleia-geral de 28.12.1991 foi realizado o ponto de situação do relacionamento CEVE/CMF/EDP, entrado na via final do bom acordo. A Direcção fez um largo esclarecimento de todas as diligências e reuniões feitas com responsáveis da CMF e EDP e o Subsecretário da Indústria e Energia, considerado na altura como um magnífico "Juiz de paz".

Aguardava-se apenas ordem da EDP para que os seus serviços estabelecessem os ramais de ligação de A. T. a vários postos de transformação da Cooperativa, que aguardavam, prontos e há muito tempo, a corrente para transformar e fornecer a algumas localidades da área de concessão deficientemente servidas.

Entretanto, a CEVE e outras organizações idênticas foram equiparadas à EDP para efeitos de acesso às verbas comunitárias, através do programa PEDAP, para efeito de projectos de electrificação destinados ao fomento agro-pecuário. A CEVE apresentou e viu aprovados logo quatro projectos, a executar em Gondifelos, a partir de Janeiro de 1991, a que outros se seguiram.

Através do relatório e contas de 1993, a direcção da Cooperativa podia apresentar-se assim à assembleia geral: "O ano de 1993 constituiu o virar da página da história da Cooperativa, caracterizando-se pelo reinício do processo de recuperação e consolidação do seu desenvolvimento estrutural, traduzido na modernização dos meios, valorização dos recursos humanos e no reforço da estrutura da rede de distribuição de energia".

Garantido o seu direito à existência, quer pela via legal, como pela via económica, a CEVE continuou a cumprir a sua missão de sempre: assegurar o fornecimento de corrente eléctrica às freguesias da sua área, garantindo a manutenção e actualização da rede, expandindo-a à medida das solicitações. Nos inícios de 1994, eram já 42 os Postos de Transformação a funcionar e estavam mais quatro projectados.

Desenvolvidas as diligências para a normalização de relações institucionais, foram encetadas as tendentes à regularização da concessão. O modelo do caderno de encargos obedecia agora ao padrão adoptado oficialmente e assinado em idênticas circunstâncias por todos os concessionários nacionais, incluindo a EDP, conforme o DL 341/90 de 30 de Outubro. A duração do contrato é, agora, de 20 anos, renováveis por sucessivos e iguais períodos de tempo, com possibilidade de denúncia, por meio de carta registada com aviso de recepção, com uma antecedência mínima de dois anos antes do termo do contrato, ou resgate, que só poderá ocorrer cinco anos após o início da vigência, através de aviso com dois anos de antecedência. Pela concessão do serviço, a Câmara tem direito a uma taxa de 5% sobre o valor total da energia fornecida, no ano anterior, a todos os consumidores da respectiva área concelhia.

Em 30 de Junho de 1995, em cerimónia conjunta ocorrida na sede da Cooperativa foram assinados os novos contratos de concessão para as mesmas área antes concessionadas, nos dois concelhos. A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão esteve representando pelo seu presidente, dr. Agostinho Fernandes. A Câmara Municipal de Barcelos, pelo vereador em regime permanente, dr. José Maria Ribeiro Rodrigues, em representação do presidente, dr. Fernando Reis. A Cooperativa Eléctrica do Vale D'Este pela sua Direcção.

Entretanto, os grandes saltos qualitativos foram os verificados no sector informático, em que através da reconversão de programas e introdução de outras aplicações, se informatizaram as grandes áreas de acção administrativa, com informatização de todos os procedimentos correntes de carácter organizativo de feição técnica e administrativa. As alterações foram ainda ajustadas para a implementação de um novo sistema de leitura/cobranças, em que os leitores/cobreadores partem equipados com terminais portáteis, abandonando os antigos "livros de leitura". As leituras passaram a ser digitadas no local, sendo automaticamente descarregadas no sistema informático.

Em 1996/97 foi desenvolvido este novo processo de leitura/cobrança, com o recibo de cobrança a ser recebido via CTT, sobre a factura da energia consumida no mês anterior, com antecedência face à data de pagamento. Para efectuar o pagamento, o consumidor pode optar por várias soluções, desde o pagamento no posto da Cooperativa, o multibanco ou a transferência bancária.

A Cooperativa Eléctrica do Vale D'Este chega a 1999, quase a completar 70 anos de vida no findar o milénio, num processo de crescimento sustentado, com um serviço de qualidade, em renovação permanente no domínio técnico, onde a substituição de cabos, de postes e de transformação e modernização dos postos de transformação é uma constante. Em 15 anos (1984-1999), o número de consumidores aumentou em 45% e o aumento de consumo de energia foi de 200%, tendo a rede instalada crescido em 170% em número de postos de transformação.

Finalmente a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este vive um período de estabilidade e de afirmação, fazendo novas apostas como sejam a da formação profissional dos seus funcionários, nos vários domínios, com o objectivo de actualização permanente para sustentar a qualidade de serviço, ou a construção de um novo edifício anexo às instalações para garagem e armazém. E, na sequência dos seus objectivos fundacionais, vira-se para o meio envolvente, privilegiando aspectos como o da melhoria da iluminação pública para além das exigências da concessão, procurando concertar as necessidades em diálogo com as juntas de freguesia, ou a colaboração com entidades de desenvolvimento local, como foi o caso da Escola C+S de Viatodos, com a qual se estabeleceu um protocolo para electrificação do campo de jogos.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viver no campo e rasgar o véu da noite, em vários sentidos, foi o designio que levou à organização da Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este, no já longínquo ano de 1930, em plena crise económica internacional e num mar de dificuldades nacionais. Para as pessoas deste espaço camponês, a electricidade era uma espécie de fluido que passava algures no espaço, através dos fios de alta tensão que a conduziam do Lindoso para o Porto e depois Coimbra. Não foi, naturalmente, um movimento popular de base que esteve na génese da organização cooperativa. Pelo contrário, foi obra de uma elite muito restrita, que envolvia pessoas com habilitações superiores e proprietários rurais, com base no Louro. Aí nasceu o desejo e a forma de derivar electricidade dos fios de alta tensão da UEP que passavam perto e disponibilizá-la aos agregados populacionais daquela freguesia e de outras freguesias envolventes, sem perturbações de fronteiras concelhias, antes abrindo-se à contiguidade espacial conhecida como o vale do rio Este (daí as áreas de concessão abrangerem parcialmente os concelhos de Vila Nova de Famalicão e de Barcelos). Nem podia ser um movimento popular, pois o custo da energia era na altura muito elevado e absorveria uma percentagem elevada dos escassos rendimentos de caseiros e jornaleiros, mas foi um movimento que gradualmente se popularizou, com a população a ganhar consciência da importância da energia eléctrica, que lhe era disponibilizada muito antes de outras localidades, pois só era habitual a electrificação de áreas urbanas ou industrializadas (como já acontecia no vale do Ave).

Naturalmente que o serviço prestado pela Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este se teve de enquadrar nos parâmetros definidos superiormente, quer a montante, pela

distribuidora de alta tensão que lhe fornecia a energia e lhe fixava preços e condições, quer pela entidade estatal que, gradualmente, desempenhou uma função regulamentadora sobre um domínio que foi certamente dos mais intervencionados e marcou a aprendizagem do Estado nos meandros da regulação e mais tarde da economia mista. Limitava-se a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este a solicitar os ramais de alta tensão, a instalar os postos de transformação necessários para converter a energia em baixa tensão, estabelecendo depois a rede de postes, de fios e baixadas que levavam a luz e a força motriz aos clientes que o desejassem. E não era cousa pouca, em termos empresariais! Num espaço rural, onde o povoamento é, em si, disperso, ampliado para efeitos de consumo de energia eléctrica pela frugalidade camponesa, a distribuição de energia eléctrica não era empresa de dar lucro e o dilema colocou-se cedo: ou se recorre à força colectiva sob a forma da entreeajuda cooperativa ou o Vale d'Este ficaria, por muitos anos, condenado a uma semi-escuridão e a grande inacção por falta de electricidade, tanto sob a forma de luz como de força motriz. Felizmente venceu a primeira perspectiva e o futuro deu-lhe cargas de razão, pois a electrificação rural foi um processo muito demorado em Portugal, e o vale d'Este pôde assim desfrutar com antecedência significativa das vantagens económicas e sociais da electricidade.

Este é, pois, um trabalho sobre uma Cooperativa, que depois da sua arrancada promissora, teve de enfrentar uma vida com algumas turbulências, derivadas de oposições diversas, situação típica de países com pouco espírito gregário e débil cultura de solidariedade. Mas pretende ser também um contributo para o estudo da distribuição eléctrica local, uma tarefa que normalmente passa despercebida face à produção de electricidade. Esta, com as suas grandes realizações, as centrais hidroeléctricas ou térmicas, ganha uma visibilidade junto da opinião pública que obscurece a distribuição. Se não se pode pôr em causa a complexidade dos sistemas produtivos, sem o qual não haveria distribuição, não há razão para reduzir este a "um trabalho obscuro, inglório, constante, feito de pequenos nada's, e que, por isso mesmo, é pouco conhecido, e considerado, pela grande maioria, como um trabalho de importância secundária, cometendo-se assim grave injustiça para aqueles que se dedicam a estes problemas". Assim protestava em 1953, o eng.^o Paulo de Barros, sublinhando que a rede de baixa tensão exigia previsões meticulosas, que só sobrevivia se fosse barata, e que por isso a rentabilidade dos empreendimentos era decisiva. Se a técnica pura e a investigação científica imperavam na produção, a economia imperava na distribuição, com a técnica a servi-la (Barros, 1953).

A Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este constitui um exemplo a vários níveis. Desde logo a força de vontade colectiva. Depois a organização empresarial adoptada, sem estar marcada pela mercantilização e pelo espírito do lucro, mas antes pela vontade de prestar serviços a associados. Depois pela organização económica, já que tendo margens de comercialização tão exíguas, em certas circunstâncias eram mesmo negativas, só um rigor de gestão muito apurado permitia sobreviver. Aspecto este que exigia uma condição prévia, uma capacidade técnica elevada e uma atenção persistente para reduzir ao mínimo as perdas de corrente inevitáveis na transformação de alta para baixa tensão e nos circuitos de distribuição, o que a Cooperativa tem conseguido com taxas de perda de energia inferiores ao que é habitual nos circuitos de âmbito nacional. Foi este treino organizacional de persistência e de empenho, esta capacidade de estar atenta aos pequenos nada's, que permitiu à Cooperativa sobreviver aos momentos aziagos, em altura de mudança de paradigma organizacional para o sistema eléctrico, com a

nacionalização e o modelo de exclusivo nacional para a distribuição, bem como às peripécias dele directa ou indirectamente derivadas. E a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este ajudou mesmo a criar condições para as alterações legislativas que permitiram às Cooperativas (apenas sete do “boom” inicial) apresentarem-se de legitimo direito no campo da distribuição eléctrica, honrando a tradição que fez delas pioneiras deste serviço em muitos locais de Portugal (tal como noutros países). Por isso, os postes e os fios da Cooperativa Eléctrica aí estão, de pé, a servirem os associados e consumidores do Vale d'Este, procurando a eficiência no campo limitado da margem de acção de que dispõe nos meandros apertados do sistema eléctrico nacional.

7. ANEXOS
Anexo I - CEVE: energia fornecida por tipos de consumo (kwh)

Ano	Iluminação Doméstica	Iluminação não doméstica	Edifícios do Estado, Igrejas	Iluminação Pública	Força motriz industrial	Força motriz agrícola
1966	312746	56727	14350	27152	379968	161277
1967	373944	65843	18428	37044	406310	152041
1968	434459	76741	19868	58197	471534	186787
1969	519532	94988	23922	87530	517255	176825
1970	582197	103763	27810	167958	641137	165996
1971	701275	126813	33901	221013	618901	120013
1972	862235	153431	36943	276296	674761	153631
1973	1022439	194273	33642	313993	737747	169025
1974	1318806	250875	46497	353630	767030	195792
1975	1596872	286209	52904	380677	779828	252464
1976	2051184	395611	64388	417135	910948	302394
1977	2412666	488952	67041	410754	971810	292906
1978	2825101	584292	97825	479060	1154510	340432
1979	3231611	691328	124120	573041	1682573	454651
1980	3542398	828214	141827	709382	1699251	464959
1981	3604912	815954	145633	674700	1782504	534499
1982	4624034	877397	212886	714842	2106861	544913
1983	4294623	836176	211498	783522	2499368	419179
1984	4741289	952160	360646	876721	2740075	422403
1985	5178979	968956	388829	885191	2938899	451023
1986	5244322	940933	396472	940384	3034222	481765
1987	6296445	1113563	447658	1106822	3858057	557481
1988	7041534	1298131	478063	1191483	3979285	565627
1989	7787144	1490670	519288	1285654	4557455	619900
1990	8591449	1453021	497978	1260597	4303756	677598
1991	9566951	1630423	559120	1266888	4263763	735573
1992	10416577	1772213	163346	1416859	4635856	766109
1993	11329050	2049994	363430	1485210	4589568	858398
1994	11942662	2373278	287982	1572810	4614494	925674
1995	12983627	2759650	288305	1571436	4985630	1004660
1996	14061669	3069954	331569	1712552	5218175	1033681
1997	14521747	3343987	343660	1789653	5033206	1120809

Anexo II - CEVE: Preços médios de compra e venda de energia (todos os tipos incluídos)

Ano	Preço de energia – Compra à UEP	Preço médio de energia (todos os tipos) - Venda aos consumidores
1961	\$52,3	1\$46,2
1962	\$54,0	1\$47,6
1963	\$55,86	1\$36,2
1964	\$53,1	1\$51,6
1965	\$57,34	1\$18,71
1966	\$55,48	1\$10,41
1967	\$50,87	1\$09,47
1968	\$50,76	1\$04,88
1969	\$51,70	1\$02,85
1970	\$49,64	\$98,85
1971	\$51,04	\$98,19
1972	\$51,23	\$94,88
1973	\$49,50	\$93,14
1974	\$48,60	1\$03,49
1975	\$55,01	1\$09,64
1976	\$64,46	1\$16,84
1977	\$87,58	1\$07,00
1978	1\$24,24	1\$44,07
1979	1\$54,29	1\$71,63
1980	2\$51,97	2\$65,83
1981	3\$15,74	3\$41,85
1982	4\$34,88	4\$89,24
1983	5\$30,76	6\$82,40
1984	6\$61,18	8\$08,73
1985	6\$94,25	8\$62,69
1986	8\$86,57	10\$01,37
1987	10\$23,0	15\$45,91
1988	11\$81,18	16\$76,02
1989	12\$35,63	17\$62,72
1990	13\$55,28	19\$96,9
1991	15\$0657	22\$0053
1992	13\$19,2	16\$89,3
1993	13\$23,75	17\$685
1994	13\$1330	18\$0153
1995	12\$375	17\$831
1996	11\$687	17\$636
1997	11\$530	17\$834

Anexo III - CEVE - Nº de consumidores; percentagem de perdas de corrente

Ano	Nº de consumidores	Energia comprada	Energia vendida	Perdas de corrente (%)
1961	1297	504467	387572	23,17
1962	1326	526009	410477	21,96
1963	1356	606047	482128	20,44
1964	1742	753831	644555	14,49
1965	1972	947352	828735	12,52
1966	2109	1125202	952220	15,37
1967	2246	1277636	1053610	17,34
1968	2417	1468559	1247586	15,04
1969	2605	1625857	1420052	12,65
1970	2816	1915354	1688861	11,82
1971	3045	2072682	1821916	12,09
1972	3235	2495898	2157297	13,56
1973	3432	2900000	2471119	14,78
1974	3601	3350000	2932630	12,45
1975	3799	3620000	3348954	7,48
1976	4008	4652000	4141660	10,97
1977	4193	4990000	4644129	9,30
1978	4346	5931000	5481220	7,58
1979	4504	7250000	6757324	6,79
1980	4625	8100000	7386031	5,17
1981	4732	8956000	7588202	15,61
1982	4856	9856000	8720933	11,52
1983	4958	10834000	9044366	13,59
1984	5046	11375000	10093294	11,26
1985	5167	12589000	10811877	14,12
1986	5299	12205000	11038098	10,56
1987	5409	17202300	13380026	22,22
1988	5564	16714600	14554123	12,07
1989	5672	18889300	16260111	13,16
1990	5748	19105800	16784399	11,44
1991	6095	20362700	18022718	10,77
1992	6491	22073000	19333282	12,41
1993	6598	23267400	20675650	10,37
1994	6723	24203800	21716900	10,27
1995	6828	26350100	23593308	10,46
1996	6956	28332700	25427600	10,25
1997	7026	29484200	26126062	11,26
1998	7125	31730952	27766441	12,49

8 - BIBLIOGRAFIA E FONTES

Fontes:

Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este - Relatórios e contas.
Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este - Actas da Assembleia Geral
Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este - Dossiers de documentação avulsa.

Bibliografia:

- ALVES, Jorge Fernandes (1997) - "No Centenário da Sampaio, Ferreira & C^a - A obra industrial de Narciso Ferreira", *Boletim do Museu da Indústria Têxtil*, 8-9, Julho de 1997, 2-11.
- ALVES, Jorge Fernandes (1999) - "Uma nebulosa a noroeste. A indústria algodoeira", *Ler História*, 36 (1999)- 83-123.
- ALVES, Jorge Fernandes; VILELA, José Luís (1995a) - *José Vitorino Damásio e a Telegrafia Eléctrica em Portugal*. Lisboa: Portugal Telecom.
- ALVES, Jorge Fernandes Alves (1995b) - "A. Galo: o fascínio do telégrafo eléctrico", *O Tripeiro*, 9, 1995: 261-267.
- ALVES, Jorge Fernandes, coordenação (1997) - *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica*. Porto: CLC-FLUP.
- AMARAL, Eng^o Ferreira do (1966) - *A industrialização em Portugal*. Lisboa: Tip. Anuário Comercial.
- ARAÚJO CORREIA (1950) - *Estudos de Economia Aplicada*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Associação Industrial Portuguesa - Relatório e contas.
- BAIROCH, Paul (1997) - *Victoires et déboires*, 3 vols. Paris: Gallimard.
- BARBOSA, Daniel Barbosa (1952) - *Realidades económicas*. Porto: CEEF/ACP.
- BARROS, Paulo (1953) - *Um problema aparentemente simples mas pouco conhecido: a distribuição em baixa tensão*. Lisboa: separata de "Técnica".
- BARROS, Paulo de (1939) - *História da Electricidade*. Lisboa: Seara Nova.
- BRITO, J. M. Brandão de (1992) - "A electrificação nacional como base do desenvolvimento: Ezequiel de Campos e Ferreira Dias", *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*. Lisboa: CISEP, 395-408.

- CALDAS, Eugénio de Castro (1957) - *Industrialização e agricultura*. Lisboa: II Congresso dos Economistas.
- CAMPOS, Ezequiel de (1913) - *A Conservação da Riqueza Nacional*. Porto: Emp. Ind. Gráf. do Porto.
- CAMPOS, Ezequiel de (1923) - *A energia de origem hidráulica e térmica*. Porto: Tipografia Sequeira.
- CAMPOS, Ezequiel de (1928) - *Lázaro. Subsídios para a política portuguesa*. Porto: Emp. Ind. Gráf. do Porto.
- CAMPOS, Ezequiel de (1931) - *Para a Ressurreição de Lázaro*. Porto: Emp. Ind. Gráf.
- CAMPOS, Ezequiel de (1945) - *A ideia, a produção mais valiosa do mundo*. Lição proferida pelo Professor Doutor Ezequiel de Campos, na Faculdade de Engenharia do Porto, quando foi jubilado no dia 12 de dezembro de 1944. Porto: Artes Gráficas.
- CAMPOS, Ezequiel de (1949) - "A indústria da electricidade", *Indústria Portuguesa*, 255-256, Maio/Junho 1949, p. 367-372.
- CAMPOS, Ezequiel de (1998) - *Textos de Economia e Política Agrária e Industrial* (ccord. De Fernando Rosas). Lisboa: Banco de Portugal
- CARDWELL, Donald (1996) - *Historia de la Tecnologia*. Madrid: Alianza Universidad.
- CARON, François (1978) - "O crescimento económico", in LÉON, Pierre (dir.) - *História Económica e Social do Mundo*, IV volume, Lisboa: Sá da Costa (edição portuguesa, 1982).
- CIPOLLA, Carlo M. (1982) - *Historia Económica de Europa*, 6 volumes. Barcelona: Ariel.
- Código Comercial aprovado por carta de lei de 28 de Junho de 1888*. Porto: Cruz Coutinho.
- CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL (1934) , 6 volumes. Lisboa: UN.
- COSTA, Fernando Ferreira da (1978) - *Doutrinadores cooperativistas portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.
- DIÁRIO DAS SESSÕES - Assembleia Nacional.
- DIÁRIO DO GOVERNO.
- DIAS, Tomaz Joaquim (1923) - *A energia das marés*. Porto: Tipografia Sequeira.
- FERNANDES, Abílio; outros (1992) - *Lisboa e a electricidade*. Lisboa: EDP.

- FERREIRA DIAS Jr, J. N. (1999) - *Linha de Rumo I e II e outros escritos económicos* (1926-1962). 3 volumes. Lisboa: Banco de Portugal (dir. de J.M. Brandão de Brito).
- FIGUEIRA, João José Monteiro (1998) - *Empresa Hidro-Eléctrica de Arganil (1927-1978): contributo para a história da electrificação da Beira Serra*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: dissertação de mestrado.
- GODINHO, Célia; BOUCINHA, Júlia (1999) - "O consumo de energia e o bem-estar dos cidadãos", *Economia & Prospectiva*, vol. II, n.º 2, Jul/Set. 1989, 121-130.
- GUERRA, Franklim (1989) - *Um século de electricidade no Porto*.
- INDÚSTRIA DO NORTE, Revista da Associação Industrial Portuense.
- INDÚSTRIA PORTUGUESA, Revista da Associação Industrial Portuguesa.
- IRURZUN, Josean Garrués (1997) - *Empresas y empresarios en Navarra. La industria eléctrica, 1888-1986*. Pamplona: Gobierno de Navarra.
- LAGES, José Manuel Gonçalves (1998) - *A Confraria de Nossa Senhora do Carmo, a sua influência no Vale d' Este e o papel dos "brasileiros"*. Braga: Universidade do Minho, dissertação de mestrado.
- LÉON, Pierrô, dir. (1981) - *História Económica e Social do Mundo*. Lisboa: Sá da Costa.
- LOPES, José Silva (1962) - "A integração económica europeia: implicações sociais em Portugal", *Análise Social*, nºs 7/8.
- LOPES, José Silva (1997) - *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva.
- MARGAIRAZ, Michel (1992) - *Histoire Économique, XVIII-XXe Siècle*. Paris, Larousse.
- MARIANO, Mário (1993) - *História da Electricidade*. Lisboa: EDP.
- MARQUES, Alfredo (1988) - *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MARTIN, Jean-Pierre (1991) - *Histoire et Analyse Économique*. Paris: Ellipses.
- MENDES, José M. Amado (1992) - "A industrialização no pensamento económico em Portugal nos anos 1880", *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*. Lisboa: CISEP, 329-338.
- MENDES, José Maria Amado (1989) - "Património das empresas, património cultural". *Munda*, 18, Coimbra, 11/1989, p. 57-63.
- MENDES, José Maria Amado (1994) - *Portugal agrícola o industrial?: contornos de uma polémica y sus repercusiones en el desarrollo*. Separata de Studia Historica - Historia Contemporanea, 12, 1994.

- Ministério da Economia (1957) - *Relatório Sobre electrificação rural*. Separata de *Electricidade*.
- Ministério da Economia - *Estatística das Instalações Eléctricas*.
- MOURA, Francisco Pereira de (1964) - *Estrutura da Economia Portuguesa*. Lisboa: Colóquio Luso-Espanhol.
- MOURA, Francisco Pereira de (1974) - *Por onde vai a Economia Portuguesa?*. Lisboa: Seara Nova.
- NIVEAU, Maurice (1970) - *Histoire des Faits Économiques Contemporains*. Paris: P.U.F.
- NOUSCHI, Marc; BENICHI, Régias (1990) - *La Croissance au XIXème et XXème Siècle - Histoire Economique Contemporaine*. Paris: Ellipses.
- O TRABALHO NACIONAL, Revista da Associação Industrial Portuense.
- PARTICIPAÇÃO das principais empresas produtoras e distribuidoras de energia eléctrica do País na Exposição Histórica do Mundo Português (1940). Lisboa: Editorial Império
- PEREIRA, Miriam Halpern (1979) - *Política e economia: Portugal nos sécs XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Regulamento de Segurança aplicado nas instalações eléctricas com correntes fortes. Legislação diversa* (1932). Porto: Tipografia Modesta.
- Relatório do Congresso Agrícola do Porto promovido pela Liga Agrária do Norte e realizado na Câmara Municipal do Porto nos dias 8, 9 e 10 de Março de 1897*. Porto: Tipografia Pereira.
- Relatório do Plano de Fomento para 1953-1958*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento*, VI, *Electricidade*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1958.
- Revista de Obras Públicas e Minas*.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão, direc. (1996) - *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora.
- ROSAS, Fernando (1994) - *O Estado Novo*. In *História de Portugal*, 7^o volume. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ROSAS, Fernando (1994) - *Portugal entre a paz e a Guerra, 1939-1945*. Lisboa: Estampa.
- SANTOS, Nuno Rodrigues (1939) - *Considerações sobre o cooperativismo*. Lisboa: Seara Nova.

- SARMENTO, Albano (1944) - *Reflexões sobre o problema da energia*. Porto: Marânus.
- SÉRGIO, António (1939) - *Introdução Actual ao Programa Cooperatista*, Lisboa: Seara Nova.
- SOUSA, Francisco de Almeida e (1997) - "Subsídios para a História da Electrificação Portuguesa". In ALVES, Jorge Fernandes, coordenação (1997) - *A Indústria Portuguesa em Perspectiva Histórica*. Porto: CLC - FLUP: 141-164.
- SOUSA, Marnoco e (1910) - *Sciencia Economica*. Coimbra: F. França Amado Editor.
- TAMAGNINI, Raúl (1915) - *Do Cooperativismo em Geral, e em especial do cooperativismo feminino*. Porto: S/ed.
- TAMAGNINI, Raúl (1930) - *Modalidades e aspectos do Cooperativismo*. Porto
- TAMAGNINI, Raúl (1935) - *Direito Cooperativo*. Porto: Imprensa Social.
- TELLES, Basílio (1904) - *Carestia de Vida nos Campos*. Porto: Livraria Chardron.
- União Eléctrica Portuguesa (1969) - *50 Anos de Actividade da União Eléctrica Portuguesa*. Porto: UEP.
- VASCONCELOS, Jorge (1999) - "A nova organização do sector eléctrico", *Economia & Prospectiva*, vol. II, n.º 2, Jul/Set. 1989, 77-85.
- VASCONCELOS, Júdice (1949) - "Subsídios para a história do regime legal da electricidade", *Indústria Portuguesa*, 255-256, Maio/Junho 1949, p. 389-391.
- VAZ, José Albino Machado (1970) - *Trinta anos de evolução na electrificação da cidade do Porto*. Porto: SMGE.

OS ANNAES DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INDÚSTRIA NACIONAL

OS PRIMÓRDIOS DA IMPRENSA INDUSTRIAL E ASSOCIATIVA EM PORTUGAL

Maria Elvira Rodrigues Castanheira

(Universidade Lusíada - Porto)

ABSTRACT

In this article we shall analyse the question of the beginnings of the Portuguese Industrial and Associative Press, as well technical publications, based on the "Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional" [The Annals of the Promotive Society of National Industry], with the goal of indicating a model of industrial and associative publications used for the greater part of the 19th century in Portugal.

A conquista da natureza pela indústria, eis o novo espírito do século presente, o seu carácter distintivo dos séculos passados.

Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, vol. 04, p. 06.

Este artigo faz parte da nossa dissertação de Mestrado subordinada ao tema – *O Jornal da Associação Industrial Portuense – Contributos para o Estudo do Publicismo Tecnológico no Século XIX (1822 – 1864)* apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Nele, analisamos a problemática dos primórdios da imprensa industrial e associativa em Portugal, bem como do publicismo tecnológico ¹ a partir dos *Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional*, com o objectivo de chamarmos à atenção para um modelo de "publicações industriais" e associativas que irá ser seguido durante boa parte do oitocentismo português.

1. Contextos do aparecimento dos *Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional*

Dois anos após a revolução que instaurou o Liberalismo em Portugal, numa época que vive intensamente a euforia liberal, fundou-se em Lisboa a Sociedade Promotora da Indústria Nacional, a exemplo do que sucedia em França e Inglaterra.

Esta Sociedade vai promover a publicação de uma revista, os *Annaes*, destinada a servir essencialmente dois objectivos: transcrição das actas e outras actividades da

Sociedade e divulgação de novos conhecimentos, denotando numa primeira fase, forte influência das *Memórias Económicas da Academia*.

A divulgação de novos conhecimentos é feita através da reprodução de artigos e memórias de publicações de mérito reconhecido as quais, sendo estrangeiras, eram muitas vezes enviadas pelos sócios correspondentes para divulgação ².

No Programa do primeiro número, saído em Maio de 1822, pode ler-se:

" (...) O centro da Sociedade será em Lisboa; porém ella lançará as suas vistas por toda a extensão do Reino, e todas as Provincias participarão igualmente dos bens, que a Sociedade tem intenção de fazer (...).

Em huma palavra, excitar a emulação, espalhar as luzes, auxiliar os talentos, he o fim a que a Sociedade dirigirá constantemente os seus esforços (...)" ³.

A estrutura organizativa desta Sociedade, basicamente dividida em sócios efectivos e honorários, apresenta entre os seus corpos gerentes diferentes Comissões, visando servir interesses diferenciados ⁴.

Ao longo dos diversos números, publica gravuras alusivas a métodos e máquinas descritas, permitindo dessa forma uma maior interacção entre a teoria e a prática, concebida como imprescindível para o progresso material do país. O auxílio aos novos talentos, estará sempre presente e reforçado a partir de Junho de 1822, quando decide conceder dois prémios, a atribuir a um lavrador pobre e honrado, com aptidão para a agricultura e a um artista benemérito, que contribuisse com os seus feitos e ideias para o progresso do país. Procede, também, à distribuição de sementes e outros géneros, como incentivo ao melhoramento da situação económica do país, tentando quebrar a multissecular dependência em relação ao estrangeiro.

A reacção à implantação do Liberalismo em Portugal, seria cruel para esta Sociedade que acreditava que " (...) Á voz da liberdade toda a Nação correu espontaneamente a reunir-se em torno do seu estandarte (...) " ⁵, envolve-se numa luta inútil em favor da aprovação dos seus Estatutos, interrompe a publicação dos *Annaes*, após Março de 1824 e, procede, a sua extinção em Maio desse mesmo ano.

Após a morte de D. João VI e a outorga da Carta Constitucional, ressurgiu, desta feita legalmente, com a aprovação dos seus Estatutos por Decreto de 28 de Setembro de 1826, na sequência da qual em Janeiro de 1827, será solicitado à Regente D. Isabel Maria " (...) a graça de novamente honrar este estabelecimento declarando-se sua Protectora, assim como se havia dignado sê-lo seu augusto Pay (...) " ⁶, tal solicitação ser-lhe-ia concedida, acompanhada de palavras de incentivo e louvor ao desempenho da Sociedade ⁷.

A publicação dos *Annaes* será retomada em Outubro de 1826, mantendo a mesma estrutura formal e de conteúdo da publicação anteriormente encetada, aliando ciência e técnica, e colocando Portugal em contacto com o resto da Europa, através de ensinamentos, técnicas e conselhos, de acordo com uma perspectiva de rápido entendimento e utilidade.

Em Agosto de 1827, verifica-se uma grande preocupação com a necessidade de conhecer " (...) qual he o estado actual da agricultura, das artes e do commercio, a fim de partir de hun ponto de comparação, que mostre com alguma certeza os progressos

futuros e, também, para animar os diferentes ramos da mesma indústria, por todos os meios que estão ao seu alcance (...)”⁸. Neste contexto, lança quesitos através da imprensa, num total de 84, distribuídos por seis secções, a saber: - *Agricultura, Chymica Agricola, Chymica Industrial, Chymica Medicinal, Artes Mechanicas e Fábricas e Commercio*.

Esta publicação completará o seu segundo ano de existência e continuará os seus trabalhos até Abril de 1828, altura em que novamente é interrompida, seguindo-se a dissolução da Sociedade por ordem superior, no prazo de três dias. No rescaldo da guerra civil, em 1835, retoma a sua actividade e, logo em Maio desse mesmo ano, empreenderá a publicação dos *Annaes*, mantendo a mesma estrutura e a mesma confiança na promoção do progresso das "(...) diferentes artes industriaes entre nós (...) mostrar aos olhos dos Portuguezes esse estado de aperfeiçoamento, em que se acha a indústria nas outras Nações, indicando as causas, a que é devido, e os meios a que a isso as conduzirão, assim como as causas do nosso atraso, e os meios de sahir delle (...)”⁹.

A Sociedade Promotora da Indústria Nacional continuará o seu trabalho e a publicação dos *Annaes* a partir de 1835, também ela contribuindo para regenerar Portugal, a partir da segunda metade do século XIX, actualizando a sua mentalidade com um número acrescido de novos sócios emanados do Liberalismo (Barões, Viscondes ...) e adoptando novos meios de acção em sintonia com a nova mentalidade de Portugal "regenerado", firme na sua convicção de que a "indústria tem influencia sobre as artes e sobre as letras e favorecendo as descobertas, engrandece a esfera intellectual"¹⁰.

Os *Annaes* transmitem uma dicotomia que permite a divisão do historial da Sociedade em dois períodos¹¹:

1º - Da sua fundação até 1836, período conturbado pela vivência política e fortemente influenciado pelas *Memórias Económicas da Academia*, desenvolvendo temas que interessassem aos seus sócios e provocassem, entre eles, discussões teóricas e demonstrações práticas.

2º - A partir da implantação do Setembrismo, com especial destaque para a promulgação da Pauta Geral das Alfândegas em 1837 que, com os embaraços à concorrência estrangeira em favor da produção nacional, reforça a convicção da necessidade e possibilidade de desenvolvimento da indústria nacional. Uma indústria que se pretende criadora de utilidades e, a que não será alheia, a criação em Lisboa e Porto dos Conservatórios de Artes e Ofícios, adjectivada de fabril e preocupada com a divulgação de novos maquinismos; com a "Economia Manufacturaria e Industrial", como vulgarmente a apelidavam nas publicações da época.

Percepcionando a necessidade de instruir para difundir e procurando colmatar carências institucionais, cria em 1835¹², ligado à Sociedade, um Liceu para, gratuitamente, proceder ao ensino de "disciplinas" de ponta para o desenvolvimento e progresso do país - geometria elementar e descritiva, mecânica e química aplicadas às artes. É notória a preocupação de instruir para inovar, com o aparecimento de aulas nocturnas, que facilitam o acesso à instrução das classes trabalhadoras.

2. Expôr para divulgar, comparar, aperfeiçoar ...

"(...) Um espectáculo tão maravilhoso, não só he um monumento erigido á industria, mas tambem a prova mais evidente que se pôde dar ás nações estranhas, do progresso em que se acha a industria portugueza(...)"¹³.

Foi em Praga, em finais do século XVIII (1791), que teve início aquilo a que alguns apelidaram de "jogos olympicos da civilização". No entanto, se bem que na esteira das velhas feiras da Europa, em que a Alemanha se destacava pela sua supremacia, será em França, em pleno rescaldo da Revolução Francesa, que se assiste à institucionalização destes certames com Francisco Neufchateau, Ministro do Interior do Directório de Napoleão. O sucesso desta iniciativa foi de tal forma significativo que, no espaço de cinquenta anos, entre 1798 e 1848, se sucederam em Paris onze exposições do género, em diferentes instituições ¹⁴.

A designação de *Universal*, apontada para a Exposição promovida em 1848 em França, seria posta em causa, na sequência da instabilidade provocada pela Revolução desse mesmo ano; situação de que os ingleses tiraram vantagem, já que, será Além Mancha em 1851, que ocorrerá a Primeira Exposição Internacional - Exposição Internacional de Londres - , na qual, apesar de tudo, os Franceses se salientaram pela sua excelente participação quantitativa e qualitativa ¹⁵.

A Exposição de Londres oficialmente inaugurada a 1de Maio de 1851, contou com a presença de expositores portugueses. Para tal, muito contribuiu a motivação e o interesse da *Sociedade Promotora da Indústria Nacional* por estes certames, cujas iniciativas em Portugal, terão funcionado como uma espécie de balão de ensaio para a participação portuguesa na Exposição de Londres em 1851, na sequência da qual Portugal obteve um total de 158 prémios.

Com efeito, na sequência do que vinha acontecendo lá fora (e em Portugal já com Marquês de Pombal ¹⁶), também a *Sociedade Promotora da Indústria Nacional* se lançará à descoberta dos tempos modernos, em busca de incentivos para o aperfeiçoamento e conquista de novas técnicas e processos de fabrico.

As Exposições promovidas pela Sociedade, desempenham um importante papel pelo seu espírito de pioneirismo, inovação e impacto no contexto nacional, incentivando o seu desenvolvimento de tal forma que, no espaço de apenas nove anos, superando com esforço e empenhamento todas as dificuldades, levará a efeito quatro exposições: em 1838, 1840, 1844 e 1849, trilhando um caminho difícil de percorrer que colmata com um aumento quantitativo e qualitativo do número de participantes na Exposição de 1844, expresso no Relatório Geral da mesma ¹⁷.

A primeira Exposição de Produtos da Indústria Portuguesa promovida pela Sociedade, de 22 de Julho a 01 de Agosto de 1838, conta com a participação de quarenta e seis fabricantes e artistas, de entre os quais se destaca, pela sua importância e significado, a participação na secção de Artes Mecânicas, da Repartição de Obras Públicas, como uma das grandes oficinas de Lisboa ¹⁸. A II Exposição, apesar de anunciada para Setembro de 1839, é adiada para Agosto de 1840, e mesmo assim, a participação de fabricantes e artistas foi inferior em relação à I Exposição - apenas participaram trinta e seis, quase todos de Lisboa e apresentando produtos de duvidosa qualidade. Neste contexto, é importante recordar-se a lentidão da divulgação e aplicação da máquina a vapor, conhecendo-se apenas, dois anos mais tarde, em 1842, a instalação de seis máquinas a vapor na indústria, de reduzida potência. Estes e outros aspectos levam a que autores como Rui Ramos, falem no *fracasso industrialista do proteccionismo* ¹⁹.

Será sob o signo do Cabralismo influenciado por Guizot, acreditando que a receita para o progresso consiste na junção de um poder político firme e no desejo de ascensão dos estratos médios da sociedade, que ocorrerá a III Exposição promovida pela *Sociedade Promotora da Indústria Nacional*, em Setembro de 1844, após Aviso/Convite divulgado através da imprensa, datado de 16 de Junho de 1844, o qual obteve resultados tão

satisfatórios, que a Sociedade confirma por circular em 20 de Julho a realização dessa "festa nacional" para Setembro.

Esta Exposição que contou "(...) 134 nomes de Fabricantes Artistas e Curiosos: perto de 2:000 artefactos nélla estiveram expostos e mais de 60:000 pessoas nacionaes e estrangeiras os virão e examinarão (...)" ²⁰, foi a primeira a produzir resultados compensadores, de tal forma que, aquando da publicação do Relatório Geral se previa já a realização de outras iniciativas do género, na sequência do sucesso daquela. O ponto alto desta iniciativa, foi a visita de Suas Majestades, Altezas e dignatários da Corte, no dia 25 de Setembro às sete salas, pelas quais estavam distribuídos os produtos, repartidos entre as diferentes secções, a saber: *Seda* (criação dos bichos da seda, tecidos e obras de malha), *Lã* (fiação, obras de malha, tapeçaria e tecidos), *Linho* (tecidos), *Algodão* (fiação, obras de malha, tecidos adamascados, tecidos lisos e estampania), *Ferro* (fundição, serralharia, galvanisação e obras de folha branca), *Cobre, Modelos e Machinas, Cadinhos, Composição de Metaes, Gravura* (cunhos de aço e medalhas), *Cotelaria, Armaria e Utensilios Annexos, Productos Chimicos, Vidros e Cristaes, Louça* (porcelana dourada e pintada, porcelana branca singela e louça de pó de pedra), *Marcenaria, Mosaico de Madeira, Obras de torno, Asphalto, Papel, Encadernaçõens de Livros, Cartas de Jogar, Instrumentos de Physica e Mathematica, Instrumentos Musicos* (de madeira, de metal e de vidro), *Chapelaria, Escovas e Pinceis, Pelles envernizadas e oleados pintados, Obras de correiro, Dentes, Oculos, Bellas Artes* (desenhos, lithographias, pinturas, escultura, flores de cera, flores de pano, bordados de cabelo, bordados a matiz de seda, bordados de branco e curiosidades).

Ao longo da década de 40 verifica-se uma crescente utilização de novas tecnologias, encetando uma longa e árdua caminhada no sentido da modernização da indústria nacional, aspectos bem patentes na IV Exposição da Indústria, promovida pela Sociedade Promotora da Industria Nacional em 1849, profunda e eloquentemente relatados por António de Oliveira Marreca no Relatório elaborado sobre o certame. Pela primeira vez, poderá ser admirada uma máquina de vapor de 6 cv de fabrico nacional.

O programa desta Exposição, datado de 13 de Maio de 1849 ²¹, sintetizava em seis pontos os principais objectivos e formas de organização, prevendo a abertura da mesma para 1 de Outubro. Todavia, mais uma vez atrasos de índole diversa, provocaram o adiamento da sua abertura para o dia 29 do mesmo mês. Nesta Exposição, tal como na anterior, verificou-se uma grande afluência de público, curioso na observação das novidades da indústria e tecnologia nacionais. Sublinhe-se no entanto, para evitar reducionismos que, não obstante o sucesso desta Exposição, a ânsia de qualidade associada à novidade versus progresso, levou a que industriais e fabricantes apresentassem "(...) Certos productos, aperfeiçoados por um exforço d'arte, que só pode ser d'ocasião, e ainda assim cotados a preços pouco attrahentes, são como um rotulo hyperbolico n'uma cousa vulgar e imperfeita (...)" ²². Como o articulista sublinha neste extracto, nem sempre a qualidade dos produtos expostos é exemplificativa da realidade nacional, pois estes são, na sua maioria, construídos e aperfeiçoados especificamente para estas exposições.

Como acabamos de analisar, com a definitiva instauração do Liberalismo e triunfo da Economia Política em Portugal, a Sociedade Promotora da Industria Nacional entrou numa nova era, desenvolvendo um publicismo tecnológico de carácter utilitário, acompanhado por novos ritmos de industrialização e de desenvolvimento agrário ²³.

Neste contexto, a exemplo do que acontecia em França e em Inglaterra, promove as Exposições como espaço privilegiado de contacto com novas técnicas e novos produtos. Da análise feita a estes certames, podemos retirar as seguintes conclusões:

1º - O pioneirismo e exemplaridade das iniciativas, traduzido na prática por dificuldades e deficiências organizativas, as quais terão estado na origem da inauguração das exposições em data posterior à inicialmente prevista.

2º - O carácter social, mundano e filantrópico de que se revestem, exercendo uma forte atracção entre as diferentes camadas da população. O último aspecto é realçado na Exposição de 1849, quando o vogal Ribeiro de Sá, propõe a designação de dias para a Exposição ser vista, "(...) em benefício do Asylo da Mendicidade e das Casas de Asylo da Infancia desvalida, mediante uma esmola pessoal, que não fosse menos de 40 réis" ²⁴.

3º - A procura de patronos ao mais alto nível, como forma de suprir as dificuldades económicas e garantir a promoção e sucesso das iniciativas, como por exemplo, a visita de Suas Majestades e elementos da Corte em 1844, e o convite dirigido a S. Majestade El-Rei, para fazer "(...) por sua propria mão a distribuição dos premios (...)" ²⁵ aquando da preparação para a realização da Exposição de 1849.

4º - As dificuldades, os custos de deslocação e desconfianças de índole diversa são, certamente, causas explicativas para a reduzida percentagem de participantes de fora de Lisboa nas duas primeiras exposições, situação diversa da que ocorre em 1844 e 1849. Neste último caso, denota-se uma grande preocupação e incentivo à participação de elementos das diferentes zonas do país, nomeadamente através de circulares enviadas aos governadores civis dos diversos distritos e pedindo ao governo facilidades de transporte em navios do Estado para a deslocação de produtos para a exposição ²⁶.

5º - O enquadramento de produtos de diferentes artes e proveniências, numa altura em que o termo indústria era algo de elástico e multiforme, traduzindo a realidade sócio-económica portuguesa.

6º - Os elementos que integram o júri para a distribuição de prémios das diferentes exposições revelam uma grande preocupação e responsabilidade, no sentido de que estes sejam atribuídos com a brevidade possível, a fim de que, a solenidade de entrega dos prémios seja o culminar da iniciativa, despertando entusiasmo pela realização de novos certames em favor da promoção e desenvolvimento da indústria nacional. A propósito dessa marcante preocupação e rapidez de trabalhos, regista-se o facto de os elementos que integram o júri serem elementos de reconhecido mérito, com contributos significativos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das "artes" da secção a que pertencem. A título exemplificativo e em relação à Exposição de 1849, podemos citar José Maria Grande, João de Andrade Corvo, Júlio Maximo de Oliveira Pimentel, Marino Miguel Franzini, João Baptista de Almeida Garrett, António de Oliveira Marreca, entre tantos outros ²⁷.

Globalmente estas quatro exposições, representam uma nova etapa da realidade portuguesa, cada vez mais preocupada com a promoção e valorização de um saber técnico-científico, associado à publicitação de novas técnicas e novos saberes, de encontro a uma vulgarização, versus democratização do saber.

3. Divulgar para inovar ... O publicismo dos Annaes ...

Como já sublinhamos, é com o intuito de promover e animar a indústria, que a Sociedade inicia a publicação de memórias, desenhos de máquinas, troca de informações tecnológicas com nacionais e estrangeiros, organiza um "Deposito das Artes" e cria um Liceu.

Com efeito, desde o primeiro número dos seus *Annaes*, que se nota uma grande preocupação em publicitar novas invenções, por forma a acelerar o caminho a percorrer para novas inovações .

No conturbado início desta Sociedade, em que a instabilidade política ditou, como vimos, as "regras do jogo", a principal preocupação situa-se ao nível da Agricultura, desempenhando neste contexto, importante papel, as ofertas de sócios à Sociedade, materializadas em livros (normalmente estrangeiros) sobre diferentes especialidades, em sementes destinadas a oferta para aquilatar do significado da sua introdução em Portugal e em descrições de máquinas diversas, algumas das quais inventadas por sócios pertencentes à Sociedade, que viam nos *Annaes* uma forma de divulgar e validar os seus próprios inventos ²⁸. Com base nestes pressupostos, podemos agrupar os diferentes temas abordados em cinco áreas aglutinadoras:

- Agricultura
- Pecuária
- Artes (Máquinas, Aditamentos das Comissões respectivas sobre as descrições das diferentes máquinas , processos diversos ...)
- Meios de Transporte
- Economia Doméstica.

Nestas áreas de divulgação de conhecimentos úteis, a tonalidade discursiva dos artigos é variada, evidenciando-se deste modo, algumas das preocupações materiais de então.

Como se depreende da análise do *Quadro I*, as questões ligadas à agricultura e problemas da terra eram dominantes, numa altura em que esta começava a libertar-se de sujeições multiseculares. Por outro lado, nesta sua primeira investida em favor da inovação, a Sociedade Promotora da Indústria Nacional, defrontou-se com inúmeros contratemplos motivados pelo ambiente político, pelo que não será exagero afirmarmos que a limitação de liberdade de acção, por um lado, e a inexactidão do que é a indústria e sua importância, por outro, explicam a supremacia destas cinco áreas de divulgação de conhecimentos úteis ao longo daquela que podemos considerar a primeira etapa de vida da Sociedade, materializada através dos *Annaes*.

O triunfo definitivo do Liberalismo marcou, como afirmamos, uma nova e decisiva etapa na vida desta Sociedade e uma nova estrutura formal e de conteúdos nos *Annaes*. Por exemplo, logo em 1835, quando se reinicia a sua publicação, surgem novas rubricas e uma nova tonalidade discursiva dos artigos, adequada a uma nova realidade, cientes de que o futuro passava pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento da indústria portuguesa, encarada ainda como "(...) uma arte particular dos entes vivos, a qual tem por fim crear os meios de existencia que constituem sua riqueza, objecto da *economia* (...)" ²⁹.

No entanto, o itinerário temático dos *Annaes* denota a lentidão mental de adaptação às novas realidades, num país em que o sector primário predomina, exigindo remodelação, com vista a um aumento quantitativo e qualitativo, agora que a renda dos bens nacionais disponibiliza a terra para a burguesia. A partir de 1835 e até ao emergir da segunda metade do século XIX, com uma nova reestruturação dos *Annaes*, desta feita dirigidos por S. J. Ribeiro de Sá, verificamos uma grande preocupação pela remodelação económica, para o que certamente muito terá contribuído a nível político e institucional, o consenso entre Setembristas e Cartistas ao nível de programas económicos ³⁰. Na

generalidade, podemos considerar nesta segunda etapa de vivência da Sociedade Promotora da Indústria Nacional e dos *Annaes*, as áreas de divulgação de conhecimentos úteis esboçadas no *Quadro II*.

QUADRO I - ÁREAS DE DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTOS ÚTEIS NOS ANNAES DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INDÚSTRIA NACIONAL

1822 - 1828 =

AGRICULTURA	PECUÁRIA	ARTES	MEIOS DE TRANSPORTE	ECONOMIA DOMÉSTICA
Análise do estado da Agricultura em Portugal	Criação de gado	Memória descritiva de uma máquina para salvar seres humanos de incêndios	Descrição de um carro apropriado aos países montanhosos	Método de conservar as batatas grande número de anos
Árvores de Fruto	Estrumes	Parecer da Comissão de Artes Mecânicas sobre esta Memória	Memória sobre Navegação	Método de tratar das aves e animais Domésticos
Cultivo de Plantas Exóticas e Tropicais	Presas de água para o Gado - indicações de construção	Memória sobre o Compasso Micrométrico	Parecer da Comissão de Fábricas sobre esta Memória	Coelheiras e coelhos Domésticos
Cultivo e Tratamento do Vinho	Tapumes ou cercados	Tinturaria		
Enxertos	Tratamento da Lã	Vernizes		
Poda das Árvores				
Prados				
Quintas Experimentais				
Sementes - cópia das instruções relativas aos tipos de sementes oferecidas				
Sericicultura				
Tratamento de Cereais				

FONTE: *Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional* vol. 1, 2 e 3.

QUADRO II - ÁREAS DE DIVULGAÇÃO DOS CONHECIMENTOS ÚTEIS NOS ANNAES DA
 SOCIEDADE PROMOTORA DA INDUSTRIA NACIONAL
 = 1828 - 1835 =

ECONOMIA RURAL	ECONOMIA INDUSTRIAL	ECONOMIA DOMÉSTICA	VETERINÁRIA	JARDINAGEM	IIIGIENE	ECONOMIA DAS MÁQ. E MANUFAC.
Instruções sobre Sementeiras	Oficinas - Modelo	Processos de tratamento do vinho	Uso do sal para sustento do gado	Preparação da terra para a colheita de flores	Moléstias diversas	Invento de Máquinas
Fecundidade da terra	Comércio	Purificação da água	Remédio para os inchaços dos animais cornígeros	Destruição de animais das plantas		Meios de aumentar e diminuir a velocidade
Vegetação	Curtumes	Sopas económicas	Curativo para a indigestão dos coelhos	Forragens		Progressos na Electricidade
Memória sobre a Agricultura	Emprego do vapor para secar manufacturas	Preparação do vinagre em pó	Pilulas para a tosse dos cavalos			
Administ. e contab. das propriedades agrícolas	Fertilização	Açúcar de beterraba	Remédios para diversas doenças dos animais			
Cultura das Amoreiras	Ensino do Desenho	Vinho da Madeira artificial				
Instruções para culturas diversas	Aproveit. do carvão de pedra	Fabrico do algodão				
	Obtenção de melhor qualidade de vinho					
	Duração de tecidos					
	Ardosia artificial					
	Galvanoplastia					
	Fabrico mecanico de pregos					
	Como tirar nódos do soalho					
	Caudelarias					
	Conservação de madeira de construção					

FONTE: *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, vol. 4, 5, 6 e 7.

O publicismo tecnológico dos *Annaes* reflecte, entre 1835 e 1851, uma profusão característica da consciência crescente do valor da indústria, ainda uma noção ambígua e de difícil interpretação, denotando uma grande instabilidade e falta de clareza na

distribuição dos temas entre as diferentes rubricas, nomeadamente entre *Economia Industrial*, *Economia Domestica* e *Economia das Maquinas e Manufacturas*. Sob o ponto de vista formal e de conteúdo, o tratamento de alguns temas e trabalhos científicos continua a acusar influências das *Memórias Económicas da Academia*, desta feita conjugadas com as novidades estrangeiras.

No espaço temporal que estamos a analisar, os *Annaes* publicam e analisam alguns artigos provenientes de importantes e inovadoras publicações periódicas da época, das quais podemos citar, a título exemplificativo, os *Annaes das Artes e Manufacturas*, *Annaes das Sciencias e das Letras*, *Archivo das Descobertas*, *Bolletin des Sciences Médicales*, *Diccionario Technologico*, *Encyclopedia d' Agricultura Pratica*, *Monthly Repertory*, entre muitas outras.

A credibilidade e influência da Sociedade, bem como a importância e significado do publicismo dos *Annaes*, estão bem patentes, por exemplo, quando pela portaria de 25 de Julho de 1836, o governo procede à sua consulta sobre os meios mais fáceis e convenientes para a introdução da cultura do arroz de sequeiro em Portugal, solicitando também informações relativas à obtenção das sementes necessárias e de boa qualidade. Na sequência deste pedido, de imediato a Sociedade inicia a publicação de um artigo sobre o cultivo do arroz, retirado da *Encyclopedia de Agricultura*, ao mesmo tempo que informa da oferta de sementes acompanhadas de instruções de cultivo, enviadas de Córdoba por um sócio da sociedade ³¹.

Este tipo de coadjuvação entre sociedades constituídas e o poder institucionalizado surge na esteira do que vinha acontecendo no estrangeiro, como aliás já havia acontecido com o próprio aparecimento da Sociedade, influenciada pelas suas congéneres inglesa e francesa.

Ao longo da análise efectuada aos últimos volumes publicados dos *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, assiste-se a um esforço, no sentido de que, efectivamente, a indústria se anime e desenvolva em Portugal em sintonia com o desenvolvimento agrícola, afirmando-se como "(...) o primeiro dos poderes; porque é o mais util" ³². Neste contexto, devem entender-se as constantes referências à importância da educação, as diversas representações à Câmara dos Deputados e ao Governo sobre assuntos relacionados com a indústria, bem como a proposta do sócio Collares Júnior em Agosto de 1851, para: "1ª Formação de um Deposito das Artes, em que se reunam as machinas, desenhos, instrumentos e ferramentas que lhe são proprias. 2ª Curso de estudos applicado à Agricultura e às Artes Industriaes. 3ª Bibliotheca applicada à Industria em geral" ³³.

A data de 1851 simboliza uma nova etapa no órgão de divulgação desta Sociedade, desta feita dirigido por S. J. Ribeiro de Sá, modificado na sua estrutura e conteúdo, por forma a responder às novas solicitações nacionais e internacionais, numa altura em que se inicia a Regeneração e se lança o desafio da primeira Exposição Universal. Com efeito, a participação portuguesa na Exposição Londrina, trouxe novo alento à ideia de transformação da realidade nacional pelo desenvolvimento industrial.

Neste contexto, a flexibilidade dos *Annaes*, manifesta na reorganização de conteúdos, terá sido o sinal evidente da necessidade de acompanhar os desafios da segunda metade do século XIX. A divisão em rubricas apresenta-se simples e bem estruturada, genericamente dividida em duas partes, a saber:

1ª - Documentos relativos à Sociedade - extractos das Actas - "Conselho Director" -, representações da Sociedade às Cortes e aos Deputados da Nação,

documentos internos da Sociedade e sínteses de notícias do Diário do Governo - "Chronica Official".

2ª - Divulgação de trabalhos, com temática considerada relevante para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sectores agrícola e industrial, entre os quais defende a existência de uma "união indissolúvel e duradoura" ³⁴, publicitando técnicas industriais novas e aperfeiçoadas, no que podemos apelar, com Pedro Lains, de especialização da indústria portuguesa, tentando ser concorrencial em relação aos países mais industrializados do Mundo ³⁵.

QUADRO III - ÁREAS DE DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTOS ÚTEIS NOS *ANNAES DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INDUSTRIA NACIONAL*

= 1851 - 1854 =

AGRICULTURA	EXPOSIÇÕES	INDÚSTRIA
Importância da evolução da Agricultura em Portugal	Documentos e reflexões diversas sobre a Exposição de Londres	Indústria Metalúrgica - críticas aos direitos pagos pelo ferro
Receitas diversas para uma maior rentabilização da agricultura e obtenção de melhores colheitas	Artigos vários sobre a 1ª Exposição da Indústria Madeirense	Evolução da Industria na Ilha da Madeira
Artigos sobre o Oidium	Ref. 1ª Exposição da Sociedade de Flora e Pomona	Indústria do Algodão - restituição de direitos aos algodões estampados e tintos
"Ensaio comparativo dos instrumentos agrários no Campo Grande "	Ref. e transcrição de Relatório sobre a Exposição de Madrid em 1845	Artigos sobre a evolução da Industria em Portugal
Comércio de cereais em Inglaterra e liberdade de exportação	Ref. Distribuição dos prémios da Exposição de 1849	" Cardas Novas "
Ref. ao uso do sal para o tratamento dos animais		Referências à evolução da Indústria em Inglaterra e França
Ref. Estabelecimento do Instituto Agrícola		Divulgação de receitas diversas
		Ref. Progressos da Indústria Espanhola

FONTE : *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, dirigidos por S. J. Ribeiro de Sa.

Entre 1851 e 1854 (data do termo da sua publicação), as áreas de divulgação de conhecimentos úteis centram-se à volta de três grandes núcleos, a saber: Agricultura, Exposições e Indústria. No *Quadro III*, analisamos os principais temas tratados em cada um desses núcleos.

O estudo do percurso efectuado pelos *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, nos seus diferentes períodos, teve como objectivo demonstrar que estes representam os primórdios da imprensa industrial e associativa no Portugal pós-liberal. Ainda como meta interessava delinear e definir as áreas de divulgação de conhecimentos úteis nos *Annaes*, ao longo das diferentes etapas da sua vivência, bem como ressaltar a importância e o impacto de uma iniciativa encetada em Portugal por esta Sociedade - referimo-nos às Exposições que, na esteira do que já vinha acontecendo dentro e fora de Portugal, desempenharão doravante, o locus privilegiado para averiguar do progresso e perfeição da indústria portuguesa.

ADVERTÊNCIA:

Mantivemos a pontuação e a grafia oitocentista em todos os extractos documentais utilizados (incluindo os quadros).

NOTAS

1. Utilizamos a expressão publicismo tecnológico e não publicismo industrial porque, dada a conotação multiforme da palavra indústria ao longo do século passado, este último implicaria o estudo de outras vertentes (fora do âmbito deste artigo), como é o caso, por exemplo, da Economia Política.
2. Em relação ao envio de publicações pelos sócios correspondentes para divulgação, podemos citar o exemplo do sócio André Durrieu, que em Dezembro de 1826, enviou trinta e dois cadernos da obra intitulada - *Cours d' Agriculture Pratique ou l' Agronome Français. Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, n.º 19, Dezembro de 1826, p. 153. Estabelece mesmo contactos com directores de publicações estrangeiras, trocando panfletos e informações, como acontece por exemplo com o Barão de Férussac, Director Geral do *Bulletin Universal des Sciences e Industrie de Paris*. Idem vol. 3, p. 315.
3. *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, 01 de Maio de 1822, p. 01.
4. Apresentava por exemplo - *Commissão de Fábricas e Commercio; Commissão de Artes Chymicas; Commissão de Artes Mechanicas e Commissão de Agricultura*.
5. *Annaes ...*, n.º 1, Maio de 1822, p. 5.
6. Idem, p. 201, vol. 2.
7. Idem, p. 218-219.
8. Idem, p. 76, vol. 3.
9. Idem..., vol 4, p. 35.
10. SÁ, Ribeiro de (dir. de) - *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, Lisboa, Tipografia da Revista Universal, 1851, Agosto, p. 2.

11. Cf a este respeito, SERRÃO, Joel - *Temas Oitocentistas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980, pp. 92 a 95.
12. Passos Manuel por Decreto de 1836, institui um Liceu em cada sede de distrito, após a divulgação feita desde 1835 pelo *Jornal Mensal de Educação*, publicação dirigida por Luís Seabra e António de Oliveira Marreca, das ideias pedagógicas de Gaultier, Jacobot e Pestalozzi.
13. *Annaes ...*, segunda série, caderno nº 35, pp. 829.
14. Cf. SANTOS, Raul Esteves dos - *O Ensino Técnico e Profissional sob o ponto de vista Histórico*, Lisboa, A Voz do Operário, 1948, p. 10 - 11.
15. Idem, *Ibidem*.
16. No tocante a Portugal, autores há que defendem ter sido o Marquês de Pombal o responsável pela organização de um certame em Oeiras, que pode ser considerado o precursor das exposições do século XIX. Cf a este respeito *Exposições Agrícolas e Industriais*, in "Dicionário de História de Portugal", Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, p. 509 / 511. A este propósito no 4º volume dos *Annaes*, p. 40/ 41, em nota de rodapé refere o redactor o seguinte: "(...) tendo sido a primeira exposição dos productos das artes mechanicas em Paris em 1797 ordenada pelo Directorio, sendo Ministro do Interior Francisco de Neufchateau, para celebração do anniversario da fundação da Republica, já muito antes (22 anos) o grande Marquez de Pombal, Ministro de D. José 1º, que tanto promoveu a industria entre nós, quasi com o mesmo espirito fez que a inauguração da estatua equestre, em 1775, funcção, que durou 4 dias, e de uma magnificencia, que causou assombro aos nacionaes, e aos estrangeiros, em que nada appareceu, que não fosse produção de industria nacional, concorrendo mais de 150. 000 pessoas, fosse como uma exposição pública a mais solemne dos productos da industria nacional, como se colhe de um escrito do dito Ministro com o titulo de *memorias secretissimas* (...). É com o mesmo espirito de exposição publica, e solemne dos productos da industria nacional que o mesmo Ministro, por occasião de hospedar o seu rei em seu palacio d'Oeyras, a titulo de banhos de mar, instituiu ali uma exposição annual com o nome de feira, onde concorrião os productos dos differentes ramos da industria nacional á venda (...)."
17. Cf. *Annaes ...*, 1838-1839..
18. Os produtos presentes nesta Exposição encontravam-se divididos em 11 grupos, a saber: *Sedas, Fiações e Tecidos de Algodão, Brins e Lonas, Linhas de Guimarães, Chapeos de Castor e Castorinho, Papel, Folha de ferro Branca, lanternas; Vidros voltados para serges, Carruagens e Lojas de armação, Relógios de parede; Medalhas, Artes Chemicas, Artes Mechanicas e Bellas Artes*. Cf a este respeito, o *Relatorio Obral da Exposição de Productos de Industria Portugueza, feita pela Sociedade Promotora da Industria Nacional, em 22 de Julho de 1838*, Lisboa, 1838.
19. RAMOS, Rui - *Desmoronamento e Reconstrução da Economia*, in "Portugal Contemporâneo", Lisboa, Publicações Alfa, 1990, 1º vol., p. 153 - 222.
20. *Relatorio Geral da Exposição de Productos de Industria Portugueza Feita Pela Sociedade Promotora da Industria Nacional no Anno de 1844*, in "Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional", segunda serie, 1844, caderno n.º 35, p. 330.
No momento da publicação deste Relatório, planeavam a realização de outra Exposição para o ano de 1846, a qual no entanto, só ocorrerá quatro anos depois - em 1849.
21. O Programa desta Exposição aparece inserto em diversos periódicos da altura. A titulo exemplificativo, citamos *A Época*, 2º vol., n.º 50, p. 363.
22. Idem, *Ibidem*.
23. Cf. NUNES, Maria de Fátima - *Leitura e Agricultura - A Imprensa Periódica Científica em Portugal (1772 - 1852)*, Dissertação de Doutoramento em História e Cultura Moderna e Contemporânea, 1º vol. p. 392 - 400.

24. *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, Fevereiro 1851, p. 91. Dentro do mesmo contexto, pode também ser referenciado o pedido feito pelo Padre José Isley na sessão de 29 de Novembro de 1848, solicitando permissão para apresentar uma "machina de vapor locomotiva", no terreno junto à Exposição, em benefício dos "Socios da Charidade, e do Asylo dos Cardeaes de Jesus".
25. Idem, p.46. Aquando da Exposição de 1849, verifica-se a colaboração do Ministro da Marinha, através da cedência da Casa do Risco para a realização da Exposição. A distribuição de prémios por seu turno, será feita na casa das sessões do "Tribunal do Commercio". Sua Majestade El-Rei, responderá afirmativamente à solicitação de fazer por sua real mão a distribuição das medalhas respectivas aos prémios da Exposição Industrial. Tal facto, pela sua importância, será mencionado em Acta, como uma honra concedida à Sociedade.
26. Tal medida, referia-se essencialmente aos produtos oriundos do Porto e Algarve.
27. *Annaes ...*, Maio 1851, p. 13 / 15.
28. Em relação à divulgação de máquinas inventadas por sócios pertencentes à Sociedade, veja-se por exemplo no Caderno n.º 10 de Fevereiro de 1823, na rubrica Artes - *Memoria Descritiva para salvar a gente dos incendios inventada pelo socio o Senhor Antonio Lobo de Barboza Ferreira Gyrão*, seguida do " Parecer da Commissão das Artes Mechanicas sobre a Memoria precedente". Saliente-se que em casos análogos, sempre aparece em seguida o parecer da Commissão a que o invento se refere, como forma de validar esse mesmo invento.
29. *Annaes ...*, vol. 4, p. 4.
30. Cf. REIS, A. do Carmo - *A Imprensa Periódica do Porto na primeira metade do século XIX, 1836-1850, Cartismo e Setembrismo*, Dissertação de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras, 1993, polycopiado.
31. Consulte-se a este respeito *Annaes ...*, Caderno n.º 45, Janeiro de 1836, p. 334.
32. *Annaes ...*, Março 1851, p. 70.
33. Idem, *Ibidem*. No tocante a esta proposta, é importante salientar-se a opinião de Rodrigo da Fonseca Magalhães que, embora elogiando o autor da mesma, é de opinião de que deve ser analisada com muito cuidado, dado que o apoio logístico e medidas legislativas que implica, poderiam colocar a Sociedade excessivamente dependente das eventualidades políticas a que o país frequentemente estava sujeito. Partindo destes pressupostos, defende que a Sociedade deve circunscrever-se o mais possível aos seus próprios recursos, no tocante a iniciativas do género da que fora solicitada.
34. *Annaes ...*, Caderno n.º 1, Janeiro de 1851, p. 4.
35. LAINS, Pedro - *Os Impasses do Desenvolvimento*, in "Portugal Contemporâneo", Lisboa, Publicações Alfa, 1994, vol. II, p. 147 - 164.

ANEXO

Programma sobre a creação da Sociedade Promotora da Industria Nacional

Os heroicos acontecimentos da nossa regeneração politica tem mostrado a todo o mundo, que a Nação Portugueza he ainda hoje a mesma, que havia sido nas mais notaveis épocas da sua antiga gloria. Á voz da liberdade toda a Nação correo espontaneamente a reunir-se em torno do seu estandarte. Recobrarão os Povos os seus direitos, e, como por encanto passarão de hum regimen oppressor para hum governo livre, sem correrem os riscos da anarquia, sem effusão de sangue, sem dissensões, desordens, emigrações, ou exterminios, exemplo raro na história das mudanças politicas. A Assemblêa dos Representantes da Nação tem feito ver aos estranhos, que não carecemos nem de luzes, nem de virtudes civicas. Acha-se quasi organizado o nosso pacto social; estão estabelecidos os poderes politicos, e garantidas por leis fundamentaes a liberdade, propriedade, e segurança dos Cidadãos. Somos em fim Portuguezes, somos livres; porém não basta; he necessario sermos felizes, e no estado actual da nossa civilização deixariamos de o ser, se não animassemos a nossa industria, verdadeira fonte das riquezas, e base a mais segura da prosperidade das nações.

As Cortes em muitos Decretos tem dado efficazes providencias, para melhorar a nossa agricultura, industria, e commercio; porém a acção dos governos não pôde estender-se a mais, que a remover os obstaculos, que se oppõem ao desenvolvimento e progressos da industria, e a protegella de hum modo geral: elles não podem descer a particularidades e miudos exames, e muito menos a considerações relativas a cada objecto, que, posto que simples, pôde conter o germen de fecundas theorias, ou ter nas suas applicações os maiores resultados. Este fim só pôde ser plenamente preenchido por associações de homens sabios, de artistas, fabricantes, e cidadãos zelosos, que por seus esforços reunidos se achão habilitados para entrarem nas mais pequenas considerações, e nos mais severos exames; para receberem e transmittirem instrucções, informações, e memorias de toda a especie, e igualmente para premiarem os artistas benemeritos do modo o mais lisonjeiro, por isso mesmo que o voto destas Sociedades he sempre sancionado pela opinião publica, e isempto das collisões do egoismo, da vaidade e do capricho.

Hum governo livre, como o nosso, ha de necessariamente favorecer a industria, e o patriotismo dos Portuguezes, habitantes de um paiz fertil, e abundante; ajudado pela bondade do clima, e por todas as circumstancias locaes, saberá pôr em acção todos os agentes da natureza, e todos os recursos do engenho, e arte. Para promoverem o bem do seu paiz, e a prosperidade nacional, todos aquelles, que por seus conhecimentos theoreticos, e praticos na agricultura, nas artes, e nos diversos ramos da industria, podérem concorrer para o bem geral dos seus concidadãos, se unirão sem duvida, formando hum corpo, ou sociedade, da qual, como de hum centro de luzes, partão prolificos, e luminosos raios, que vão despertar a industria até nos mais remotos angulos do territorio Portuguez.

*Intimamente convencidos, e penetrados destes sentimentos hum grande numero de Cidadãos zelosos, seguindo o que se tem praticado nas nações mais civilizadas, e especialmente em França, conceberão o projecto de se unirem, e formarem huma Sociedade, com o titulo de **Sociedade Promotora da Industria Nacional.***

Esta Sociedade admittirá, e até convida a unir-se a ella; todos os funcionarios publicos, todos os sabios, todos os artistas, todos os agricultores instruidos, todos os negociantes, todos os fabricantes, em fim todos os amigos das artes, que quizerem tomar parte nos seus trabalhos, augmentar os seus meios, e recursos, e gozarem das vantagens, que de seus esforços resultarem.

O centro da Sociedade será em Lisboa; porém ella lançará as suas vistas por toda a extensão do Reino, e todas as Provincias participarão igualmente dos bens, que a Sociedade tem intenção de fazer.

A Sociedade terá por objecto:

1º Recolher de toda a parte e fazer patentes todos os descobrimentos, que possam ser uteis e interessantes á agricultura em geral, ás pescarias, ás artes, e commercio da Nação, tanto interno como externo.

2º Promover e animar a industria, ou seja por meio de premios, ou seja por gratificações distribuidas em cada anno áquelles sabios, artistas, ou fabricantes, que melhor satisfizerem aos programmas, e fim da Sociedade.

3º Propagar a instrucção publica sobre todos os objectos relativos á industria, publicando memorias, e instrucções claras, e methodicas, descripções, e desenhos de maquinas, e instrumentos, ou mandando construir, e até distribuir modelos para melhor fazer conhecer.

4º Formar um estabelecimento com o nome de Deposito das Artes, em que se recolhão todos os planos, desenhos, e modelos de instrumentos, e maquinas, o qual para instrucção do publico, e muito particularmente dos artistas, seja patente a todos em dias determinados. E bem assim fundar huma Bibliotheca, aonde de encontrem todas as obras analogas ao instituto da Sociedade, e em geral todos aquelles estabelecimentos, que mais efficazmente contribuírem para sua utilidade.

5º Estabelecer relações com todas aquellas pessoas, nacionaes ou estrangeiras, que por sua profissão, por seu gosto, e por suas luzes, podérem concorrer para o progresso das artes, a fim de que a Sociedade tenha hum perfeito conhecimento de tudo quanto possa interessar-lhe.

6º Dirigir os ensaios necessarios para determinar, ou verificar a utilidade daquelles processos, ou inventos, que prometterem grandes vantagens.

7º Socorrer os lavradores, e os artistas distinctos, que experimentarem alguma desgraça, ou carecerem de auxilios pecuniarios, dirigindo as suas tentativas, e experiencias, para que mais facilmente possam realizar os projectos uteis, que conceberem.

8º Formar o centro de todos os estabelecimentos analogos, que se organizarem nas cidades principaes, e nas Provincias, e que desejarem pôr-se em correspondencia com a Sociedade.

Em huma palavra, excitar a emulação, espalhar as luzes, auxiliar os talentos, he o fim, a que a Sociedade dirigirá constantemente os seus esforços.

Para preencher os diversos objectos, que a Sociedade se propõe, e sendo ella muito numerosa, como he de esperar, e formada de hum grande numero de membros, cujas profissões serão incompativeis com a sua assistencia, e frequentes sessões, ella terá, quando muito, quatro Sessões Geraes no decurso do anno, huma em cada trimestre.

A fim de que a Sociedade possa desempenhar os deveres proprios do seu instituto em huma das Sessões Geraes, que o regulamento designar, será eleito, por escrutinio secreto, e á pluralidade de votos, hum Conselho de Direcção, o qual servirá gratuitamente por hum anno, e desempenhará todos os trabalhos da Sociedade.

Este Conselho será composto de huma Meza, e de varias Commissões. Os objectos relativos á agricultura, e á economia rural e domestica, ás artes mecanicas e quimicas, ás pescarias e ao commercio, serão por elles distribuidos de maneira que se estabeleça huma perfeita divisão de trabalhos. Huma Commissão de fundos cuidará no emprego e distribuição das sommas, na conformidade das resoluções do Conselho, de que dará conta á Sociedade. O regulamento determinará o numero das sessões ordinarias do Conselho de Direcção.

As condições, que se requerem para ser membro da Sociedade, em geral se limitarão ás que forem necessarias para afiançar a decencia e moralidade dos pertendentes.

Os Socios contribuirão annualmente com huma subscrição de 12\$rs. Na fórmula da lei, podendo a esta ajuntar os donativos mais consideraveis, que o seu zelo lhes suggerir. Em consequencia, todos elles terão direito á distribuição dos Annaes da Sociedade, assim como ao conhecimento e exame de todos os descobrimentos, planos e descripções de maquinas e instrumentos, que se acharem nos seus arquivos e depositos.

Tal he em summa a organização e o fim de huma Sociedade, cujo estabelecimento não pôde deixar de produzir as maiores vantagens, e de contribuir do modo o mais efficaz para o progressivo melhoramento da industria nacional.

Os seus instaladores esperão que ella merecerá huma muito particular consideração da parte do Soberano Congresso; e elles tem grande prazer em annunciar aos seus concidadãos que Sua Magestade, que tantas provas tem dado da sua sincera adhesão ao Systema Constitucional, e a tudo quanto pôde concorrer para a felicidade da Nação, novamente acaba de dar outra, ouvindo com o maior interesse, e acceitando com muita satisfação o titulo de Protector da Sociedade, o qual foi proposto a Sua Magestade em virtude de huma resolução da Assembléa dos seus membros reunidos, na primeira Sessão Preparatoria.

*André Durrieu.
Antonio Gomes Loureiro.
Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Gyrão.
Bento Guilherme Klengloef.
Bernardo Palyart.
Caetano Rodrigues de Macedo.
Candido José Xavier.
Diogo Ratton.
Eduardo Meuron.
Ernesto Biester.
Filippe Lefevre.
Francisco Duarte Coelho.
Francisco de Lemos Bettencourt.
Henrique Nunes Cardoso.
João Baptista Angelo da Costa.
João Estevão Lefranq.
José Joaquim de Sousa Pereira.
Manoel Alves do Rio.
Manoel Gonçalves de Miranda.
Manoel Ribeiro Guimarães.
Marino Miguel Franzini.
Rodrigo de Sousa Machado.
Victorino José Ferreira Braga.*

Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional, Caderno n.º 01, Maio 1822, 1.ª vol., pp. 5-10.

CASIMIRO FREIRE E AS ESCOLAS MÓVEIS

ABSTRACT

Called from "Apostle of Popular Instruction", Casimiro Freire it was indefatigable fighter.

He was fight the illiteracy of Portugal, with firmness, and he created a school associaction with João de Deus method.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se num projecto mais vasto que conduziu à elaboração de um estudo de natureza académica¹. Não pretendemos apresentar resumos de todas as partes que constituem o trabalho, mas organizar apenas algumas das temáticas apresentadas, de modo a dar aos artigos que pretendemos vir a inserir nas revistas do CEPESE, uma unidade própria.

Assim, este trabalho, tem a sua génese no estudo das Escolas Móveis em Portugal no plano da evolução das ideias e do paradigma que as dominaram no nosso país, entre 1882 e 1921, ou seja, durante o período da sua existência. Um percurso a cotejar documentos levou-nos a formular uma ou mesmo várias questões, que ainda hoje se impõem com uma pertinência desconcertante.

Porque razão se pensa, ou mesmo se exige uma reforma do ensino que exorcise o flagelo do analfabetismo?

O que é que se esconde sob a designação de aliteracia?

Até que ponto o analfabetismo, a deficientíssima formação do povo, condicionou o desenvolvimento do Portugal contemporâneo?

Como se desenvolveu a luta contra o analfabetismo?

De que modo o Estado liberal e republicano considerou o combate ao analfabetismo como um desígnio nacional?

Como era o ensino em Portugal na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX?

As interrogações abalaram de uma forma quase sísmica não só aqueles que tinham a seu cargo gerir o Estado, mas também os que procuram estabelecer uma relação do agora com o ontem, tentando, se possível, determinar a justeza das causas e consequências, numa explicação de natureza histórica, já que, presente e passado são interconexos e se esclarecem mutuamente.

No plano teórico, os Homens de Estado sabem que sem as “luzes” não há progresso. Aliás, este axioma foi defendido desde os inícios da modernidade. A história, porém, não obedece sempre às regras de uma lógica matemática.

O século XIX, com propostas de mudança, perdeu-se por vezes no marasmo político, económico e cultural. A efervescência provocada pelo ideal liberal, a crise dos fundamentos da Monarquia, a dependência económica do País, as primeiras manifestações grevistas no campo laboral, constituem apenas alguns dos fenómenos que talvez atrasassem ou impedissem uma luta eficaz contra a ignorância e o analfabetismo. Por sua vez, a tomada do poder pelo Partido Republicano e a sua subsequente acção a nível governativo, foi para a educação popular uma enorme decepção. Decepção, ao que tudo indica, vivida de forma bastante intensa, devido em parte, às expectativas criadas pela própria propaganda republicana anterior ao cinco de Outubro de 1910. Acusando a Monarquia Constitucional da existência de apenas 25 a 30 por cento de alfabetizados no princípio do século XX, os homens da Primeira República não conseguiram debelar o elevado índice de analfabetismo. Apesar de servida por uma série de tribunos de verbo rápido e fácil, entre os quais se destacaram Afonso Costa, António José de Almeida e Bernardino Machado, apoiados por jornais que conquistaram uma popularidade notável, tais como *O Século* ou *O Mundo*, será uma República que começou a sua curta e atribulada vida com uma inequívoca base de apoio, ou simpatia, popular e urbana, sem dificuldades, mas que não alcançou os objectivos prometidos. Seguindo o pensamento de Vasco Pulido Valente, essa base popular rapidamente conseguida, ficou a dever-se às Comemorações do Centenário de Camões em 1880 que exploraram os sentimentos nacionalistas de um povo assolado pelo espectro da “decadência”, e que, sob o ponto de vista internacional, se encontrava numa posição perfeitamente subalternizada face às grandes potências. E que, além disso, fora abalado pelo Ultimatum Inglês em 1890, pela “questão dos tabacos” em 1903-1905, bem como pela ditadura de João Franco e no caso dos “adiantamentos” à Família Real em 1906-1907. A tudo isto, fora associada uma constante vaga de promessas, nomeadamente de uma política de educação popular, que neste caso se poderia traduzir na possibilidade de acesso à escola primária.

A conjuntura que descrevemos, gerou assim em nós, um interesse por este passado. E assim, as questões apontadas espicaçaram a nossa curiosidade em descobrir qualquer iniciativa que, nos fins do século XIX, tivesse visado dessedentar os que gostariam de perceber os caracteres de imprensa, já descoberta por Gutenberg no século XV.

Foi então que, consultando livros, jornais, arquivos, museus e, inclusivé, ouvindo testemunhos orais, deparámos com uma personalidade que, numa visão admirável, tentou “iluminar o povo português”, conjugando todos os meios, ainda que parcos, para levar as “letras” a todos, numa perspectiva democrática que ainda hoje nos surpreende. Chamava-se Casimiro e era industrial.

Dando início à concretização do seu ideal, em Março de 1881, publicou dois artigos no jornal, *O Século*, onde se revelava um lutador empenhado em diminuir a elevada taxa de analfabetismo que se fazia sentir no país. Uma estatística acompanhava esses artigos que, comparando Portugal a outros países, provava haver apenas uma escola para 1.500 a 1.600 habitantes, enquanto a percentagem imediatamente superior era de uma escola para 251 habitantes na Suíça.

Esses artigos marcaram o início de um movimento destinado a levar a instrução elementar a todos os lugares carecidos de escolas. Propunha Casimiro Freire que se enviassem a esses lugares, pessoas habilitadas com o Método de João de Deus e, aí se congregassem crianças e adultos, de modo a organizar-se uma escola que, pelas suas características, se designaria de escola móvel.

O apoio entusiástico da Imprensa, com particular destaque para *O Século*, dirigido por Magalhães Lima, prestou as suas colunas abrindo uma subscrição, para a "Escola Nacional", como a denominavam. Tinha por fim angariar sócios para a fundação de uma Associação de instrução popular, uma vez que, a instrução do povo era, para o autor dos artigos, uma questão "puramente nacional".

Casimiro Freire seria desde o primeiro momento o grande paladino do paradigma de João de Deus, concebendo para tal, a Associação das Escolas Móveis que criou em 18 de Maio de 1882, a exemplo do que fora feito na Suécia. Olhar a sua evolução, compreendê-la e interpretá-la, implica observar as transformações no decurso do período que abarca quase quarenta anos. Esta intenção recai no espírito da História que se interessa pelo conhecimento dos problemas da vida humana, que se apresentam sob uma forma distinta em diferentes períodos, e cuja evolução é muitas vezes lenta e marcada por múltiplos e rápidos acontecimentos, ou seja, recai no espírito novo da história problema ².

A Associação das Escolas Móveis, impõe-se não só pela determinação dos seus objectivos - chegar a todos os locais em que urja ministrar o ensino das primeiras letras através do que é designado de "missão", mas ainda pelos estatutos que a regem e que nada deixam à improvisação e ainda pelo paradigma utilizado - O Método de João de Deus. Estes foram aprovados por Alvará do Governo Civil de Lisboa em 16 de Agosto de 1882 e que, *O Século*, noticiará em 23 de Agosto do mesmo ano.

Tendo a Associação das Escolas Móveis concebido a sua acção pedagógica com base no paradigma referido, a partir de testemunhos escritos, propusemo-nos referir as dificuldades com que o autor da "Cartilha Maternal" se debateu, após a publicação do seu modelo.

Julgar da recusa ou aceitação do Método, permite perceber melhor os desafios e entraves que João de Deus e Casimiro Freire tiveram de vencer. Não foi nossa intenção aquilatar da validade da Cartilha Maternal, mas sim salientar a tarefa de João de Deus no campo das primeiras letras, numa luta decidida contra o analfabetismo.

Se, na época, a Cartilha Maternal se afigurava como um paradigma ambicioso, Casimiro Freire, numa visão de modernidade surpreendente, considerou que era o modelo ideal para fazer guerra sem quartel ao analfabetismo, nas suas várias frentes. Coube-lhe a realização de um projecto, que tendo em conta as condições reais do povo, entregue às tarefas sazonais ou dependentes de horários rígidos das fábricas ou oficinas, ou ainda da estrutura disciplinar dos quartéis, num período de curta duração - três ou quatro meses - que lhe proporcionasse a oportunidade de aprender a ler, escrever e contar.

Tratou-se de uma iniciativa, cujo dinamismo é tanto mais louvável, quanto melhor nos apercebemos das dificuldades humanas e económicas que a caracterizaram. Protagonizou uma acção que apenas contou com a ajuda e generosidade de alguns, que passaram a fazer parte desta campanha quer, graças a ajudas pontuais, quer com quotas mais ou menos fixas.

Fixadas, porém, as balizas cronológicas que cobrem toda a existência da Associação, 1882-1921, e delimitado o âmbito dos assuntos a aprofundar, as incertezas desvaneceram-se. É que, se na verdade alguns dos factos que forçosamente iríamos encontrar no nosso caminho eram já conhecidos, muitos outros não o eram, pois há períodos e questões que escapam ao interesse mesmo dos que lhes consagraram alguma atenção. Aliás, é perfeitamente natural e admissível, dada a riqueza própria da História que permite ser abordada em perspectivas diferentes, as quais se destacam e iluminam por influência dos paradigmas actuaentes em cada uma, que têm uma capacidade orientadora e condicionante da nossa compreensão da realidade.

No fazer da história, surge, pois, a marca da temporalidade, da historicidade essencial do ser humano, mas também se lhe junta a personalidade do historiador com a sua maneira própria de se interessar e olhar aquilo que estuda. No caso vertente, por exemplo, apresentava-se-nos inteiramente inexplorado o tratamento sistemático da Associação das Escolas Móveis com conhecimento pormenorizado da sua acção. Estudar um tema não conhecido do público em geral, seria, assim, além da resposta a um interesse pessoal, o preenchimento de uma lacuna e um contributo para a história da educação e ensino em Portugal.

Por outro lado é um tema que ousamos dizer, ainda hoje actual, pois a existência de “ensino ambulante”, verifica-se nos nossos dias. Como apelidarmos o trabalho desenvolvido pelas educadoras de infância, que se deslocam acompanhadas de variadíssimo material didáctico, a várias localidades onde reúnem crianças e com elas trabalham? É ensino ambulante.

A perspectivação do espaço e do papel das Escolas Móveis e do Método de João de Deus, motivou-nos para a análise da evolução das ideias e dos modelos que informaram a sua organização. Este interesse, geral e vasto, é consentâneo com o da História das Ideias, uma vez que, como refere Zília Osório de Castro, a História das Ideias estabelece uma “íntima conexão entre o passado e o presente” porque “o passado existe no presente mediante a compreensão e a interpretação”³.

Como é sabido, a periodização é uma questão delicada. Todavia a nós não se colocou, em virtude de o espaço temporal da nossa investigação se situar dentro do período moderno do ensino em Portugal e durante os anos de existência da Associação. Durante estes quarenta anos foi possível registar momentos diferentes, uns de mudança, outros de permanência e outros de retrocesso, porque, como já referimos, a história não é linear. Mas para compreender todos estes momentos, tornou-se necessário conhecer a sociedade e o paradigma sócio-educativo que nela vigorava. Tornou-se, pois, necessário caracterizar minimamente a sociedade portuguesa mediante o conhecimento dos factos sociais que nela ocorreram. Por sua vez, os paradigmas e ideais da época condicionaram as concretizações e as mudanças da própria sociedade, e são por isso indispensáveis para a sua compreensão e interpretação.

Assim, interessa sublinhar, que há uma proximidade entre o objecto da História e o da Sociologia.

Zília Osório de Castro evidencia esse carácter sociológico que a História das Ideias tem, no seu trabalho “Da História das Ideias à História das Ideias Políticas”⁴. Esse carácter sociológico é resultante do contexto social em que as ideias surgem e da contextualidade sociológica do historiador que os procura conhecer. E, como refere Esteves Pereira “... a história das ideias na polissemia e na transdisciplinaridade que se lhe tornam

próprias não se exime à exigência comunicativa de outros discursos como sejam o empírico-tecnológico, o jurídico, o sociológico..."⁵.

Por sua vez referindo-se à existência de interdisciplinaridade, Zília Osório de Castro refere que: "O objecto da História compreensiva / interpretativa podem ser os factos (facto no sentido lato, abrange toda a realidade factual) ou as ideias respectivamente, enquanto suportes materiais ou imateriais da actividade reflexiva. Com isto não se pretende dizer que uns e outros constituam mundos separados e estanques de análise. Na medida em que as ideias se objectivam nos factos e os informam, estes participam da subjectividade daquelas. Estabelece-se, assim, uma íntima conexão entre as duas realidades na qual se fundamenta a interdisciplinaridade"⁶.

É a História das Ideias, um campo especializado que adopta uma perspectiva não apenas interdisciplinar, mas também interrogante, porque em História das Ideias, estamos, sobretudo, perante "a apreensão reflectida do facto enquanto multiplicidade significativa"⁷. Pode, pois, dizer-se, como Esteves Pereira, que "a História das Ideias insere-se no estudo das mentalidades, do utópico, do banal, do sacral..."⁸, ou seja, em todo o estudo da vivência humana.

Sendo assim, na perspectiva da História das Ideias, fazer história implica"... não tanto definir os conceitos... mas estudar os homens concretos "portadores de ideias", situando-os nas conjunturas culturais e civilizacionais em que se enquadra a sua estrutura de pensamento"⁹.

Tendo em conta que a História das Ideias, privilegia "as ideias como expressão de permanência e de evolução"¹⁰ também como refere Zília Osório de Castro "os homens portadores de ideias" são diferentes e particulares"¹¹. Enquadrar as figuras de João de Deus e de Casimiro Freire no seu âmbito significa estudá-los sob o ponto de vista do contributo pessoal de cada um para a sociedade existente, entendida como situada entre o passado e o futuro.

Assim, o propósito supera o simples conhecimento das ideias da época, procurando sim compreendê-las nas suas diferentes conexões e multiplicidade de sentidos.

Para concluir a referência ao espaço em que o nosso estudo se desenvolveu, falta abordar a área em que este se situa - a área dos paradigmas.

A tentativa de definir o conceito de paradigma conduziu-nos a Merlin C. Wittrock que apresenta vários autores em cujas teorias a noção do paradigma não é unívoca.

Refere Wittrock que o termo de paradigma se usa de maneiras várias. O autor refere a obra de Gage, para quem os paradigmas são maneiras de pensar. Vejamos então como nos transmite o pensamento de Gage, que se refere aos paradigmas como modelos, pautas ou esquemas, na sua obra *Handbook of Research on Teaching*.

"Los paradigmas no son teorías; son más bien maneras de pensar o pautas para la investigación que, cuando se las aplica, pueden conducir al desarrollo de la teoría"¹².

Gage (1963) apresentou uma ampla resenha dos paradigmas na obra a que já fizemos referência. Definiu os paradigmas de "critério-de-eficácia que especificaban los criterios para juzgar el éxito con que un docente había realizado sus tareas..."¹³.

Depois examinou os paradigmas dos métodos de ensino, colocando a ênfase da sua investigação na observação das condutas do professor e do aluno, na aula, e "comentó la importancia de las aulas como lugares donde los docentes deben tratar com más de un alumno cada vez, hecho a menudo ignorado por los modelos entonces en boga"¹⁴.

Porém, o uso da palavra paradigma tornou-se famosa desde 1970 sob a influência de Thomas Kuhn, que escreveu *La estructura de las revoluciones científicas*. Segundo a perspectiva de Thomas Kuhn, paradigma é um termo clássico da história contemporânea da ciência, que passou a fazer parte da linguagem comum e dos pontos de vista fundamentais de quase todos os membros das comunidades científicas ligadas às ciências sociais e humanas. Kuhn, tem um entusiástico crítico na pessoa de Masterman, que identificou mais de vinte definições de paradigma no livro de Kuhn.

Tal como Masterman, o autor que estamos a seguir, não conseguindo uma definição sucinta para este ponto, prefere seguir a opinião de Lakatos, "emplear el concepto de programa de investigación para describir los géneros de indagación que se encuentran en el estudio de la enseñanza antes que el concepto Kuhniano de paradigma" ¹⁵.

O conceito de paradigma começou assim a formar parte do vocabulário de trabalho dos investigadores em ciências sociais. Neste sentido, para Kuhn "un paradigma es un compromiso implícito, no formulado ni difundido, de una comunidad de estudiosos com determinado marco conceptual" ¹⁶.

Porém, a visão que Kuhn tem do progresso científico está bem patente na seguinte expressão: "El progreso se produce cuando los viejos paradigmas resultam insuficientes y se inventan otros nuevos para reemplazarlos. A menudo no hay fundamentos empíricos correctos para elegir entre paradigmas diferentes u opuestos. Cuando surge un nuevo paradigma con frecuencia deja atrás, sin respuesta, muchos de los interrogantes que estaban en la esencia misma de paradigmas anteriores" ¹⁷.

Merton, acerca da Sociologia refere que o pluralismo teórico fomenta "el desarrollo de una diversidad de estrategias de investigación..." (porque) "Ningún paradigma há empezado siquiera a demostrar su coherencia para la investigación de toda la gama de las cuestiones sociológicamente interesantes" ¹⁸.

Defendendo a pluralidade, o filósofo Feyerabend (1974) coloca uma questão mais directa no seu ensaio "How to be a Good Empiricista: *A Plea for Tolerance in Matters Epistemological*: "solo se puede ser un buen empírico si uno está preparado para trabajar con muchas teorías alternativas y no con un solo punto de vista y una "experiencia única". Esta pluralidad de teorías no debe considerar se como un estudio preliminar del conocimiento que en algún momento en el futuro será reemplazado por la única Teoría Verdadera" ¹⁹

O autor por nós seguido, distingue duas maneiras de empregar o termo paradigma. É assim que se exprime, "El primer sentido, el que Kuhn propuso en su caracterización de la historia de la física y de otras ciencias naturales, limita una disciplina a un solo paradigma dominante durante determinada época. El informe (Kuhn, 1970, págs, vii - viii) que tuvo que adoptar ese punto de vista... cuando por primeira vez se encontró conviviendo durante un tiempo prolongado con una comunidad de científicos... y llegó a la conclusión de que las ciencias sociales eran, por lo tanto, "preparadigmáticas" en su desarrollo" ²⁰.

Há um segundo sentido de paradigma que o autor prefere usar. Refere: "Los científicos sociales realizan sus actividades de investigación dentro del marco de una escuela de pensamiento que define los objetivos, puntos de partida, métodos y concepciones interpretativas adecuados para sus investigaciones" ²¹.

Embora estas escolas de pensamento operem de modo muito similar à dos paradigmas Kuhnianos, de modo algum os campos das ciências sociais estão necessariamente dominadas apenas por uma só escola de pensamento. E, a este propósito refere "sin duda, es mucho más posible que para las ciencias sociales y la educación la coexistencia de escuelas divergentes de pensamiento..."²².

Permanecendo, no plano histórico em que nos situamos, importa precisar que vemos os paradigmas como estrutura de modelos e conceitos que, em determinadas épocas, se entrepuseram entre os homens e a sua capacidade de problematização do real, definindo as formas como os mesmos foram capazes de equacionar as realidades. É este o ângulo de abordagem que o nosso trabalho pressupõe.

Foi às influências colhidas junto dos autores mais ligados à História das Ideias que fomos buscar a perspectiva de paradigma, como estrutura de modelos e conceitos, que medeia a forma como somos capaz de problematizar a realidade.

No que toca à extensão da influência paradigmática, os paradigmas abarcam tendencialmente todas as formas de vida humana.

Traduzindo influência em numerosos campos, é obviamente impossível abarcá-los de uma só vez, na sua totalidade. Assim, sendo, falemos um pouco do paradigma educacional que, constitui de certa forma, uma ponte entre o paradigma sociocultural e às práticas pedagógicas.

Efectivamente, a organização educativa caracteriza-se, ao mesmo tempo pelos fins que procura alcançar e pelas actividades escolhidas para actualizar estes fins. Por um lado, o paradigma educacional explicita as exigências que a sociedade dirige à organização educativa. Ele constitui um conjunto de funções, tendo em vista a realização de fins específicos. Os fins e as funções orientam a reflexão pedagógica e, é aí, que reside a dimensão normativa do paradigma educacional. Por outro lado, o paradigma educacional é constituído por objectivos e estratégias que explicam o "como proceder". Ele é, de certa forma, exemplar, uma vez que é um agrupamento de exemplos e de modalidades que regem a acção educativa.

Acrescente-se ainda, que a emergência de um novo paradigma implica, como é obvio, uma certa descontinuidade, relativamente ao anterior paradigma. Significa um afastamento de concepções e pressupostos, de valores e modelos tradicionais e, a introdução de outros que nos afastarão da ordem social estabelecida. Assim, a escolha de um paradigma da educação, tem as suas consequências, ou seja, que tipo de sociedade escolhermos quando adoptamos uma teoria da educação? Ou por outras palavras, quais são os tipos de sociedade veiculados pelos paradigmas educacionais?

Porque a educação está unida à sociedade por laços indissociáveis, verificamos que a educação desempenha um duplo papel na história de qualquer sociedade. Determinada pelas orientações desta, ela ostenta uma tendência inata para reproduzir estas orientações. Isto significa que a educação pode desempenhar um papel criador ou regenerador das políticas sociais e culturais. Este papel, constitui, em nossa opinião, uma dimensão essencial da educação que assume, desta forma, uma parte activa e necessária na criação de uma sociedade. Deve assegurar, ao mesmo tempo, uma certa permanência da aquisição e uma crítica desta aquisição numa perspectiva de transformação societal.

Como já referimos, a emergência de um novo paradigma, implica necessariamente uma certa descontinuidade, ou seja, a emergência do paradigma moderno, implica o afastamento de modelos tradicionais conduz-nos à colocação de uma questão - O que

é a modernidade e quando surgiu? Em oposição ao antigo, o conceito de moderno evoca implicitamente uma mudança, representando o respectivo paradigma uma ruptura com a ordem estabelecida.

Entre nós, concretamente, constata-se a sua presença desde finais do século XVIII, se bem que, a sua influência não se tenha exercido sobre os aspectos da vida portuguesa oitocentista.

Todavia, as transformações envolvidas pela modernidade foram mais profundas do que as mudanças ocorridas em períodos anteriores, havendo como não podia deixar de ser, continuidades entre o tradicional e o moderno. No campo da educação, esta afirmação é particularmente verdadeira, como temos ocasião de salientar no decorrer desta dissertação, subsistindo e convivendo durante vários períodos, quer nas ideias, quer nas medidas educativas, principalmente nas que dizem respeito ao ensino elementar.

Após esta referência sobre o conceito e função dos paradigmas, que vimos na perspectiva da História das Ideias como modelos e concepções que se impõem à busca e problematização de soluções sobre os diversos aspectos da existência humana, podemos finalmente, definir a área e o propósito em que se inscreve o nosso tema.

Interessou-nos no decorrer deste trabalho pôr em relevo a maneira como as questões pedagógicas se fazem eco das dinâmicas introduzidas pelos saberes pedagógicos. Pensamos que a constatação deste facto, se por um lado nos obriga a termos em conta o contexto sócio-político em que uma experiência educativa nasce, por outro, permite a sua relativa autonomização, ou por outras palavras, permite que o essencial dessa experiência possa ser projectado dentro de determinados limites, mas também com algum sucesso, para um tempo e para uma sociedade que não a que a viu nascer.

Na consequência deste ponto, sobre a temática das Escolas Móveis em Portugal, o presente artigo vai recordar o homem, a quem se ficou a dever o aparecimento dessas Escolas, no nosso país.

Auxiliado por homens portadores de um projecto republicano e alguns deles maçons, numa época em que ainda se vivia sob o regime monárquico e que se encontrava em oposição ao estado monárquico, as suas intenções eram claras – diminuir a elevada taxa de analfabetismo que se fazia sentir no país, e permitir à maioria dos portugueses exercer o direito de voto, procurando assim formar bons republicanos.

A experiência da Associação das escolas Móveis “vale por si” e como tal, pode ajudar-nos a repensar um futuro por nos desejado, no que diz respeito à educação.

Esta experiência correspondeu a uma escolha e essa escolha baseou-se em concepções da vida e do ser humano, não descurou os aspectos científicos do seu ensino. Seguiu um método de ensino que ainda hoje é utilizado, o Método de João de Deus.

Casimiro Freire - um benemérito da alfabetização

Referia Casimiro Freire que, muitas vezes interrogava o seu espírito, na tentativa de conhecer a principal causa que contribuía para colocar o nosso país num lugar tão equidistante dos restantes países europeus, ou seja, a causa da nossa decadência. Um dia, ao examinar a estatística oficial relativa à instrução popular, comparou-a com a de outras nações, algumas como ele refere, quase obscuras e desconhecidas, quando Portugal já era conhecido e respeitado pelos gloriosos feitos. Após a referida análise,

aquilo que para ele era uma incógnita, deixou de o ser. Encontrara a causa real e positiva do nosso atraso entre os povos civilizados - a ignorância.

Convicto desta verdade, julgou cumprir um dever expondo-a aos conhecidos e amigos, e indo mais além, em Março de 1881, publicou dois artigos na imprensa, aos quais atribuiu o título de *A Instrução do Povo e a Monarquia Portuguesa*. Foi esta a origem da Associação das Escolas Móveis, que iria aplicar um paradigma que se devia a João de Deus, o homem que inventara um método que Casimiro Freire considerava ideal para conseguir alfabetizar a grande maioria da população.

1. Dados biográficos

Mas quem era Casimiro Freire? ²³ Nascera a 8 de Outubro de 1843 na antiga vila de Pedrógão Pequeno, que fora designada Pedrógão do Crato ou Pedrógão do Priorado, vila com foral outorgado por D.Manuel a 20 de Outubro de 1513, sendo S.João Batista, o orago desta povoação antiquíssima. Situada nos limites da Beira Baixa, pertencia ao concelho e comarca da Sertã.

Os pais chamavam-se, Josefa da Silva Freire e José Inácio Freire. Casimiro Freire, fazia parte de uma grande prole e, na condição de um dos filhos mais velhos, aconselhava e pedia que os irmãos mais novos estudassem e se instruissem, a fim de se tornarem verdadeiros valores sociais. A sua grande aspiração era que todo o cidadão português soubesse ler, para assim poderem participar activamente no progresso da sociedade. Esta aspiração está na gênese das Escolas Móveis.

O pai era tabelião, antigo oficial absolutista que educou os filhos com excessiva severidade. Foi esta, talvez, uma das causas que terá levado Casimiro Freire a aderir aos ideais da democracia. Tendo abandonado ainda muito novo, a terra natal, com a instrução a que então teve acesso, fixou-se em Lisboa. Aí trabalhou em modestas casas de comércio. Vivendo do diminuto ordenado de empregado de escritório, mandou vir para a sua companhia o irmão mais novo, tendo-o matriculado na Escola Académica e, mais tarde, no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Esta atitude prova o seu amor à família e à instrução. Aos 18 anos, porém, teve a fortuna de entrar para o escritório de João Jacinto Fernandes, negociante de cereais, espírito esclarecido e aberto a todas as nobres ideias. Foi nesta casa que praticou e se habilitou para guarda livros, tendo sido depois sócio, e mais tarde sucessor de "seu honrado patrão, amigo e correligionário" ²⁴.

Tinha todas as qualidades pessoais para triunfar. Era dotado de talento, perspicácia e viveza de engenho para os estudos, e contou como já referimos com a ajuda de João Jacinto Fernandes, um dos mais abalizados industriais da cidade de Lisboa ²⁵.

Era daqueles que devem tudo quanto são, à sua iniciativa individual e ao esforço pessoal, elevando-se pelos próprios méritos. Não se poupou a esforços e, por mérito próprio tornou-se um negociante de prestígio impondo-se pelo saber, pela honradez, pelo procedimento, "é dos que acreditam a praça de Lisboa aos olhos do país, e no conceito do estrangeiro" ²⁶.

Calmo e sereno, lidava com negócios de grande monta, como eram então os do sector cerealífero. Em 1889 fez parte da comissão que regulamentou a 1ª lei dos cereais, apresentando então o manifesto da produção do trigo que constituiria uma exigência apenas em 1916.

Em 1893 expôs na Associação Comercial, as memoráveis representações: “Questões dos Cereais” e “Impostos Portugueses e a sua Aplicação”, verdadeiros libelos da monarquia, que deram brado, o que explica que aquela colectividade fosse dissolvida em Fevereiro de 1894, bem como as Associações Industrial e de Lojistas de Lisboa”²⁷

Republicano desde 1862, estreou-se como polemista de imprensa, na *Democracia*, jornal fundado por José Elias Garcia - um dos precursores da República - batalhando de imediato pela instrução popular e pelos princípios republicanos. Estas campanhas continuaram nos jornais *O Século*, *Paiz*, *Vanguarda*, *Comércio de Portugal*, *Mundo*, entre outros. Em 1876, juntamente com Oliveira Marreca, Sousa Brandão, Bernardino Pinheiro, Elias Garcia e diversos amigos, cooperou na fundação do primeiro Centro Republicano. Foi eleito em 1899, membro efectivo do Directório do Partido Republicano Português e, em 1911, foi o mais votado da junta consultiva do mesmo partido, do qual nos diz em carta ter-se desligado em 31 de Dezembro de 1916, para “morrer apenas republicano”²⁸.

Em 1883, foram várias as cidades do país que percorreu com Magalhães Lima, Jacinto Nunes e outros oradores, falando em comícios realizados em Setúbal, Évora e Aveiro contra a Salamancada que constituía um dos escândalos da Monarquia.

Em 1885 e 1887 foi proposto na lista republicana para vereador da Câmara Municipal de Lisboa, com um grande número de votos. Em 1890, por ocasião do Ultimato Inglês, editou um folheto sob o título *Portugal Desagravado*, e, nesse mesmo ano, foi eleito para a direcção da Associação Comercial de Lisboa, demitindo-se em Dezembro de 1893. Em 1897 publica sob a forma de folheto, uma representação à Câmara dos Deputados, sob a epígrafe *A Instrução do Povo e o Método João de Deus*²⁹.

O grande período da vida deste autodidacta, coincide com o momento em que, em Portugal, as ideias republicanas proliferam rapidamente, ganhando raízes e adeptos. O horizonte político apresentava-se, carregado de incertezas. Em 1890 o Ultimatum³⁰ criava grande descontentamento e instabilidade. Foi neste contexto que Casimiro Freire se impôs, revelando-se conhecedor das enormes carências do reino.

Este homem, jornalista e industrial, revelou-se então um grande lutador, tentando combater com abnegação e firmeza, o analfabetismo em Portugal. Lançou mão de estatísticas de outros países³¹, e sublinhou a elevada taxa de analfabetismo em Portugal. Os notáveis trabalhos de Casimiro Freire, serviram então de muito e, desde aí, a sua alta competência de erudito estatístico perfila-se a bússola por onde se orientaram aqueles que se ocupavam de assuntos económicos e financeiros³². Acabou por se impor e foi considerado por muitos como homem de prestígio e valor inegáveis. A sua palavra tinha mais valor do que a de um documento autêntico. Houve quem o comparasse ao grande Afonso de Albuquerque: “*O que o audaz capitão seria capaz de fazer para desobrigar os seus cabelos, fá-lo-ia Casimiro Freire para desobrigar a sua palavra, uma vez empenhada em qualquer negócio*”³³. A este propósito referia França Borges que

*“A vida deste cidadão exemplar... vida toda consagrada à família, ao trabalho e ao bem social; vida que nada desbaratou nas insignificâncias que absorvem tantos... merece ser conhecida pelo que contém de austeridade e de benemerência... Naquele homem, baixo, atarracado, em que só os íntimos podem ver expansão, está alguém que deve ser admirado”*³⁴.

Casimiro Freire fez-se amigo e admirador do poeta João de Deus. E quando este publicou o seu método de leitura a "Cartilha Maternal", tornou-se de imediato um dos seus maiores propagandistas. Como jornalista distinto que era, pôs sempre a "pena" ao serviço da instrução do povo, empenhando-se na divulgação mais persistente e entusiástica do novo método. São expressão desta admiração, os dois artigos publicados em 29 e 30 de Março de 1881, nos números 68 e 69 do jornal *O Século*³⁵. Intituiu-os *A Instrução do Povo e a Monarquia Portuguesa*, e neles estabelece o confronto entre o estado da instrução existente em Portugal e o de países não só europeus, mas de outros pontos do globo³⁶. Os artigos são apresentados em duas partes e iniciam-se com uma citação de João de Deus, ou antes, com várias interrogações do mesmo. Ei-las:

*"pode aprender a ler toda a gente e escrever bem toda a gente?
Porque não há-de aprender e a escrever bem?..."*

O articulista iniciou a sua resenha fazendo o confronto do nosso país com outras nações da Europa. Começou por apontar a dívida pública cujos juros anuais ascendiam a 13.089.372\$658 réis, dívida para a qual cada habitante pagava 2\$760 réis enquanto que "o habitante da Suiça só contribui com 522 réis, o da Alemanha com 837 réis, o da Bélgica com 2\$718, Itália 3\$150 réis e o de Inglaterra com 3\$537 réis"³⁷.

Não esqueceu os impostos pagos pelos portugueses a favor da família real, do exército e dos oficiais reformados. Entrando seguidamente no campo da instrução primária, afirmou ser "desprezada pelos bons monarquistas (e também pelos bons republicanos)"³⁸ com a qual se gasta apenas "70 réis por cada habitante"³⁸. Na área das estatísticas criminais referiu "que há 21 criminosos em cada 1000 analfabetos e apenas 9 criminosos em igual número de indivíduos com alguma instrução"³⁸.

Perante estes dados, questionou o Estado: "Que há-de fazer em tais casos um governo sério? Fundar escolas?... Não; edificar "penitenciárias" (que devia ser o primeiro a habitar) e mandar 400 degradados em cada ano para adubar as terras de África..."³⁸.

Fez o confronto entre o número de escolas existentes para o sexo masculino e feminino. Quanto ao primeiro refere haver uma escola para 982 habitantes num total de 2.314.623 habitantes do sexo masculino e para o total de 2.430.501 habitantes do sexo feminino, havia 797 escolas, o que correspondia a uma escola para 3.050 habitantes³⁸.

Ironizava sobre a instrução feminina. Dizia que "a mulher em Portugal, é muito "instruída" e está no caso de educar seus filhos"³⁸. E denunciava com uma certa cruzeza, a instrução nas classes trabalhadoras que pelos cálculos mais rigorosos, desse a média de 950 analfabetos em cada mil habitantes do sexo masculino e 985 analfabetos para o sexo feminino, em igual número de habitantes³⁸.

Continuava a exposição fazendo um paralelismo entre os quantitativos financeiros que deveríamos gastar com a instrução elementar em Portugal e o que é gasto nos restantes países da América e da Europa. Para não sobrecarregarmos excessivamente este texto com números, damos a título de exemplo o que, segundo ele, gastávamos e o que deveríamos gastar. Refere que a Espanha tinha 16 800 000 habitantes, contava com 590 bibliotecas, tinha 29 038 escolas, (quase todos os soldados sabiam ler e escrever enquanto que no exército português havia 96 analfabetos em cada 100 soldados) com as quais se gastavam 4 680 contos. Por sua vez, nós deveríamos gastar 1 300 contos, mas só gastávamos 333 contos.

Mas a grande denúncia ia para os currículos de instrução portuguesa, comparados com os da França que conseguia secularizar o ensino nas escolas estatais. Estes últimos, compreendiam "instrução moral e cívica, leitura e escrita, gramática e elementos de literatura francesa, geografia particular da França algumas noções de direito e economia política, elementos de ciências naturais, físicas e matemáticas mais aplicáveis à agricultura, à higiene e às artes industriais, manuais e usos das principais matérias: Elementos de desenho modelado e de música, ginástica, labores de agulha para as meninas."³⁸. Aqui, Casimiro Freire não resistia a interrogar-se sobre quando chegava este grau de progresso ao nosso país e a criticar que "nem ao menos a ler e escrever ensinamos, mas nas escolas portuguesas ensina-se a ajudar à missa, tornando-nos aptos para sacristas"³⁸.

Foram muitas as denúncias e as críticas que se seguiram no mesmo órgão informativo. A continuação do artigo, ou seja a segunda parte, apresentava introdução idêntica. Pode dizer-se que apenas apresenta os confrontos que registou no primeiro através dum mapa comparativo. Vejamos então o referido mapa:

NAÇÕES	POPULAÇÃO	Hab/Escola	Despesas	
			Francos	Réis
América.....	51.000:000	180	11,66	25100
Bélgica.....	5.403:000	655	4,60	828
Holanda.....	3.865:466	1:035	4	720
Alemanha.....	42.727:360	700	3,70	666
Noruega.....	1.807:555	280	2,42	435
Suécia.....	4.429:713	505	2,40	432
Inglaterra.....	33.805:419	586	2,32	417
Áustria.....	37.350:000	1:233	2,10	378
Dinamarca.....	1.903:000	654	2,80	404
Suiça.....	2.759:854	251	1,92	347
França.....	36.905:788	521	1,85	333
Espanha.....	16.800:000	900	1,75	315
Grécia.....	1.457:894	1:069	1,37	243
Itália.....	27.769:175	585	0,97	174
Portugal.....	4.745:124	1:500	0,39	70
Rússia.....	73.643:627	2:312	0,35	59

In, *O Século*, 30 de Março de 1881, p. 1.

Esta confrontação apresentava Portugal numa posição de inferioridade não somente perante a Europa, mas também face à América. Parece demonstrar "que somos o povo mais atrasado em matéria de instrução primária, de quantos ocupam lugar na carta geográfica (à excepção da Rússia e da Turquia), com o nome de nações independentes"³⁹.

No artigo não deixava de elogiar a acção dos beneméritos, com destaque para o Conde de Ferreira, que disponibilizavam uma parte da fortuna para a criação de escolas primárias no país. Criticava por sua vez os "burgueses dinheirosos" a quem apelidava de egoístas, pois simplesmente deixavam dinheiro para missas por "sua alma"³⁹. Esta crítica cerrada diz que: "lançam a "débito" da conta as boas acções com que exploram o seu

irmão em Cristo”³⁹. Acusa-os ainda da prática da “desobriga” que lhes permitia, digamos, uma vida repleta de irregularidades.

O artigo seria incompleto se não tivesse a componente política republicana que, a determinado momento, também critica. Oijamo-lo: "Quererá o partido republicano seguir o mesmo movimento palavroso e estéril para a emancipação do povo? Aonde está o seu programa politico e económico se for chamado a governar numa época mais ou menos próxima?... Devemos continuar nesta faina ingénua de combater as forças disciplinadas do Jesuitismo com "discursos e artigos palavrosos - completamente estéreis?"³⁹. É precisamente neste momento que chama a atenção de todos, para abrir uma subscrição pública, fazer conferências, promover saraus literários e musicais, ou seja, lançar mão de todos os recursos que pudessem trazer receitas para a fundação de escolas, escolas essas que seriam obra do partido republicano. Todavia, este necessitava de receitas que permitissem fazer a propaganda “pelo livro e pela palavra”. Isto é, colocar a base desta propaganda na escola primária onde se ensinasse o que era preciso a cada cidadão: “ler e escrever”³⁹. É que, saber ler e escrever era necessário a todo o cidadão de 21 anos de idade, para que pudesse votar, já que, a lei em vigor, apenas concedia o direito de voto a quem reunisse essa condição.

Para ensinar a ler qualquer cidadão, Casimiro Freire refere a existência dum método de leitura considerado como o mais racional e mais útil ao ensino primário, havendo muitas provas de que esse invento português, permitisse ao fim de 30 lições, alfabetizar qualquer analfabeto.

Não deixava também de se referir ao abatimento e degradação moral em que se encontrava o povo português no declinar do chamado século das luzes, fazendo um paralelismo entre o estado actual e o de 1580, quando da perda da independência.

Os artigos supra citados constituíam a base daquilo que se tornaria a obsessão da sua vida: a criação da Associação das Escolas Móveis.

Nas colunas do jornal, *O Século*, foi para este efeito aberta uma subscrição pública apelando à consciência de todos os portugueses, sem distinção de partido politico, para que com o seu produto se fundasse a Escola Nacional segundo o método João de Deus. Este apelo prolongou-se por mais de um ano, no referido jornal. A subscrição não obteve de imediato os resultados esperados. Assim, a 18 de Outubro de 1881, contava apenas com 578\$030 réis; a 2 de Novembro com 616\$235 réis; a 6 de Abril de 1882 possuía 683\$220 réis; e a 13 de Maio, 700\$440 réis. Este total é proveniente não só dos subscritores, mas também de uma récita de amadores realizada no teatro do ginásio e do benemérito cidadão Mamede Amaro Lopes que se subscreeu com a quota de mil réis por mês⁴⁰.

Casimiro Freire não estava só, na luta que travava nomeadamente através da imprensa. Era acompanhado nesta jornada por várias entidades de relevo na vida política e social da época tais como: o Dr. Bernardino Pinheiro, Dr. Bernardino Machado, Visconde de Carnaxide, Conselheiro Melo e Sousa, Silva Graça, Dr. Carlos Tavares, Magalhães Lima, Jacinto Fernandes entre outros.

Convém ainda referir que, um mês após a publicação dos referidos artigos, em 1 de Abril de 1881, o mesmo jornal, divulgou uma carta de um industrial datada de 30 de Março de 1881, que em determinado momento observava:

“Fazem-se subscrições públicas para elevar monumentos a um Pedro IV, a um duque da Terceira... e não se há-de fazer uma subscrição onde se instrua o povo e se lhe faça vêr os seus direitos ?”.

Este “apóstolo” da instrução continuou a alertar os cidadãos da necessidade de aumentar o volume do montante já alcançado. Entretanto, a 10 de Janeiro de 1882, Casimiro Freire, com a intenção de incentivar os subscritores, afirmava no periódico citado, que:

“...para a fundação das escolas-ensino ambulante pelo método João de Deus, haver já a soma suficiente para pagar a 2 professores durante um ano (360\$000 réis a cada um)..”.

O apoio que sempre teve da parte de alguns amigos continuou e, no mesmo dia, o referido jornal, transcrevia ainda uma carta do jornal de Tomar subordinada ao título: *O Método João de Deus e as Câmaras Municipais*, da autoria do professor oficial da freguesia de Olalhas que, queria tornar público o aproveitamento que tinham no concelho, os alunos leccionados pelo método João de Deus. Diz:

“ Declaro... que eu, o primeiro que aqui adoptei [o método João de Deus] há mais de três anos, tenho sempre colhido vantagens prodigiosas e surpreendentes, incomparáveis com as do anteriormente por mim seguido... Na aula diurna não há criança... que passados três meses de matrícula... não leia com conhecimentos e na aula nocturna ainda não tive adulto que no fim de 30 lições não lesse em qualquer livro... João Rodrigues, do lugar do Alqueidão, de 27 anos de idade, completamente analfabeto... tem apenas 16 lições. Sabe ler em qualquer livro, conhece o nome de todas as letras... e lê os números compostos de três algarismos ...” ⁴¹.

Referiu este órgão, que tal não constituía surpresa, na medida em que no jornal a *Democracia*, a 16 de Dezembro de 1877, o mesmo professor de Olalhas referira:

“... Com 17 lições, tive um rapaz que ficou a ler e a imitar o que eu escrevi...” (“O Século”, 10 de Jan. 1882)

O jornal *O Século* continuou a disponibilizar as suas colunas e a 10 de Fevereiro de 1882, Casimiro Freire, pugnava mais uma vez pela instrução do povo. Escrevia:

“... Mais uma vez repetimos que a questão da instrução do povo é puramente nacional e absolutamente estranha à política deste ou daquele partido. Trabalhamos para derramar a luz no cérebro de 3.751.774 indivíduos, que a última estatística oficial nos diz, fazerem nas trevas da ignorância. Pugnamos pela instrução do povo, porque a mesma estatística publicada pelo governo português apresenta em 13.355 criminosos, 9.256 analfabetos...”

Como já referimos, a instrução pretendida para o povo devia ser baseada no método de João de Deus. Assim, instrução do povo e método de João de Deus merecem o aplauso da imprensa.

Deste modo, apenas a um mês da fundação da *Associação das Escolas Móveis*, e em apoio a Casimiro Freire, Domingos Tarrozo que já utilizava o referido método, fazia a sua apologia, escrevendo no *Echo do Lima*, em 16 de Abril de 1882:

“...O grande pedagogo [João de Deus] acaba de publicar no “Penafidense”, um grande número de atestados e documentos relativos à grande eficácia e superioridade do seu método de ensino. Os resultados admiráveis...são em seu favor o documento mais inabalável.. O Método de João de Deus, foi ..., a âncora no meio do naufrágio que nos submerge”.

Este grande número de atestados e documentos a que Domingos Tarrozo se refere, são excertos de cartas, dirigidas a João de Deus e que este publicou no *Penafidense*, no dia 11 de Abril de 1882 ⁴²

Foi a imprensa a grande divulgadora dos ideias do primeiro “apóstolo” de João de Deus. Assim, apenas a uma semana da fundação da Associação das Escolas Móveis mais uma vez o jornal, *O Século*, se pronuncia a 13 de Maio, de 1882. Chamava a atenção para uma reunião, cuja finalidade era projectar os estatutos da futura associação. Dizia:

“...Domingo 14, à 1 hora da tarde, reúne a assembleia geral de subscritores, na casa da Associação dos empregados do comércio de Lisboa, para discutir o projecto de estatutos da Associação de propaganda do Método de João de Deus”.

Após esta reunião, uma outra iria concretizar o ideal de Casimiro Freire. A 18 de Maio desse ano, por uma iniciativa, que pela voz poderosa da Imprensa havia solicitado a cooperação de pessoas dedicadas, reuniram-se alguns cidadãos ⁴³, e fundaram a Associação de Escolas Móveis, com o fim de ensinar a ler, escrever e contar, pelo método de João de Deus ⁴⁴ Casimiro Freire dava forma e realidade ao seu ideal de propagandista da instrução do povo. Estava-se no ano de 1882, e o índice de analfabetismo das classes trabalhadoras rondava cerca de 87% ⁴⁵

As Escolas Móveis, baseadas em escolas itinerantes existentes na Suécia, surgiram assim por iniciativa particular, através de um agrupamento designado por Associação das Escolas Móveis, pelo Método de João de Deus, fundada por Casimiro Freire e sustentada por um grupo de beneméritos, que tornavam atraente a propaganda das doutrinas republicanas ⁴⁶.

Casimiro Freire, fundando a Associação das Escolas Móveis, presidida por um republicano entusiasta, Bernardino José Pinheiro, protegida e auxiliada pelos liberais mais em evidência, deu ao partido republicano, o melhor órgão de combate e de afirmação, no campo pedagógico. Apesar de já referida, importa, porém, reforçar a contextualização da acção de Casimiro Freire para melhor relevarmos a sua obra devotada à causa da instrução. Tentou impô-la num período em que as contradições da monarquia constitucional se começaram a revelar. Foi assim, neste ambiente conturbado, que as Escolas Móveis encontraram um ambiente favorável, por uma identificação correcta com os ideais da nova ordem que já se adivinhava próxima.

Nova e decisiva fase se abria na vida de Casimiro Freire. Durante trinta e cinco anos, dedicar-se-ia quase exclusivamente, à obra que ele próprio criara. O período que

decorre de 1882 a 1908, foi de suma importância⁴⁷. Consagrou-o à preparação e realização das “missões”, alargando o seu raio de acção e, organizando, de acordo com o que a experiência lhe fora mostrando, um projecto itinerante indiferente aos incómodos que isso acarretaria.

Mas a tarefa era árdua, e Casimiro Freire não desistia de pedir auxílio através de artigos publicados no jornal *O Século*. Urgia que o escutassem e compreendessem o atraso em que a instrução se encontrava, pois na França, apenas 4 por cento não sabiam ler, na Suíça 0,5 por cento e na Suécia 0,1 por cento. Assim, os imigrantes destas nações, aonde chegassem, impunham-se pelas suas aptidões e cultura intelectual. Em relação à emigração portuguesa, feminina ou masculina, a realidade era bem diferente. Dizia que em cada ano deixavam o País “*cerca de seis mil mulheres e que, em média, noventa e seis por cento são analfabetas*”⁴⁸. Do sexo masculino, depois de abolida a escravatura, sabia-se que no Brasil e na América do Norte, iam ocupar os trabalhos mais penosos, onde arruinavam a saúde. “*Contam-se por milhares, em cada ano, o número das vítimas que na flor da idade pagam com a vida longe da pátria, o crime da sua ignorância pela fatalidade de terem nascido em terra portuguesa*”⁴⁹.

Sempre atento, observava as notícias dos jornais que referiam os salários dos professores, pagos pelo tesouro público, e que se encontravam em atraso, ao longo de vários meses. Os mesmos jornais faziam alusão à diminuta verba destinada às escolas do ensino primário. Assim, no jornal *O Século* de 5 de Outubro de 1882, no nº 532, escreve, com o título, *Instrução do Povo*:

“...*Julgamos haver demonstrado mais uma vez, neste jornal, que temos a “triste glória” de ser uma das nações aonde a instrução do povo se acha no maior atraso e em completo indiferentismo, não só da parte dos governos, mas também da iniciativa individual. Todos os dias os jornais estão dando notícia dos professores dos nossos concelhos, que esperam o pagamento dos seus magros vencimentos há cinco, seis e oito meses, e nem o governo, nem os municípios se incomodam que eles morram á fome. Tem-se criado (no papel) escolas para diversas localidades do país; mas é sabido que mais de 600 estão fechadas (ou não chegaram a abrir) por falta de dotação. Caso extraordinário e que dá a medida da nossa prosperidade! Os impostos foram aumentados em cerca de 2.400 contos, e a verba destinada às escolas primárias foi reduzida de 353.991\$190 réis, a 277.309\$880 réis!... Talvez nos observem que, se o governo diminuiu a verba orçamental das escolas primárias, é porque “descentralizou” esta despesa, incumbindo-a aos municípios autorizando-os a lançar mais 150\$000 réis sobre os impostos gerais. Tal “descentralização” é apenas cínica porque é um verdadeiro insulto á miséria do povo, roto e faminto. Já admiramos a solicitude dos governos; será mais fecunda a da iniciativa particular?... Se exceptuarmos o Conde de Ferreira que deixou a verba testamentária... e um ou outro facto isolado, cumpre-nos agora recordar que, visitando há pouco tempo a povoação de S. Martinho, tivemos a satisfação de vêr que o 1º edifício daquela vila, era o colégio - José Beato - construído á custa do cidadão que lhe deu o seu nome... Já vimos numa estatística oficial qual o atraso em que está a nossa instrução...*”

A Associação das Escolas Móveis é modesta nas suas aspirações... pretende ensinar a ler e escrever os 4 milhões de analfabetos... *Fazemos estas modestas considerações no intuito de invocar o auxílio de todos...para a nascente associação de escolas cujos estatutos são hoje distribuídos com o "Século": Oxalá a nossa humilde voz seja escutada* .

A voz de Casimiro Freire, não iria, porém, ser tão escutada quanto o necessário, porque poucos abriram o coração a este ideal, e a alma a este sonho. Uma vez fundada a Associação, grande dificuldade, porém, se deparava: era a falta de professores, professores que compreendessem o método e o soubessem expôr com clareza e rapidez, já que os seus adeptos o consideravam "o mais racional, o mais lógico e o mais simpático à inteligência simples e rude do analfabeto" ⁵⁰. Porém, João António Epifânio Baleizão reunia as condições necessárias ao desempenho das suas funções. E seria com ele que se estabeleceria a primeira missão em Castanheira de Pêra, marco determinante para Casimiro Freire.

A partir de agora a sua obra começará a implementar-se, após uma luta constante e tenaz ⁵¹, contra a rotina ou falso espírito de progresso dos adversários do método João de Deus. Nesta luta, Casimiro Freire opôs sempre aos inimigos, o maior número possível daquilo que passou a ser designado por "missões" escolares, dado o seu carácter de empenhamento e consciência de serviço público.

Todavia, apesar das "missões" nunca mais pararem, Casimiro Freire fez uma retrospectiva do ensino, para questionar a sua situação no final de um século e entrada do outro. Critica as classes dirigentes, que dão preferência às leituras estrangeiras. Vejamos a sua crítica:

" ... O povo, na sua grande maioria, é analfabeto. As classes dirigentes, na sua quase totalidade, são incultas. E o pequeno número que lê a sério, despreza as obras nacionais, que se vêm desamparadas e sem estímulo, para ler as obras estrangeiras. Ora um País nesta condições caminha tão lentamente que bem se pode considerar estacionário em relação ao caminhar rapidíssimo dos Países cultos. E País estacionário, entrado já o século XX, é País irremediavelmente perdido" ⁵².

A Associação das Escolas Móveis pelo método de João de Deus, quis traduzir de uma forma adequada a estima que consagrou a Casimiro Freire, nomeando-o seu Presidente honorário em 1908, quando em circunstâncias dolorosas foi obrigado a demitir-se do lugar de tesoureiro. Envolvera-se em questões judiciais e em negócios de fazendas com o Conde da Folgosa, e com a casa bancária Pinto Leite, questões que se prolongaram por mais de 10 anos, provocando-lhe vários prejuízos. Apesar, porém, dos reveses que a vida lhe trouxe, continuou sempre a batalha pela instrução e educação do povo, em jornais, revistas, congressos e na própria Associação.

Porém, Casimiro Freire que acreditava na alfabetização através do método de João de Deus, escreveu, em Março de 1912 a Francisco Grandela mostrando-se desiludido e considerando que a chaga do analfabetismo continuava a ser, mesmo no novo regime, uma "vergonha nacional". Pedia ao mesmo tempo àquele benemérito da Associação que intercedesse junto da Câmara Municipal de Lisboa onde era vereador (1908 - 1913) para

que se procedesse à doação de terrenos municipais para a construção de jardins-escolas, bem como ajuda económica para si, já que atravessava uma difícil situação financeira.

O próprio governo provisório da República reconheceu-lhe o elevado mérito, publicando uma portaria de louvor em 24 de Janeiro de 1911, assinada pelo Dr. António José de Almeida. Também as Câmaras Municipais da Sertã e Lisboa deram o seu nome a uma das ruas de Pedrógão Pequeno e a uma das novas ruas do Bairro dos Aliados, ao Arieiro.

Com a liquidação da sua casa comercial, ficaria em condições bastante precárias e por isso, Magalhães Lima, quando ministro da Instrução, indigitou-o para inventariar e organizar o Museu Pedagógico, com a modesta gratificação mensal de 50 escudos, serviço que concluiu em 30 de Junho de 1916. Mais tarde foi nomeado para conservador do Museu Pedagógico, vindo a falecer em 18 de Outubro de 1918. Jaz no cemitério de Pedrógão Pequeno, em modesto jazigo, como modesta e pobremente viveu os últimos anos da sua útil existência.

2. Casimiro Freire e os seus contemporâneos

Uma vez fundada a Associação das Escolas Móveis este benemérito da instrução popular teve sempre a acompanhá-lo homens que partilhavam o seu ideal dando-lhe apoio moral, que tornavam público. A imprensa continuava a facultar as suas colunas a todos quantos quisessem elogiar a ideia de Casimiro Freire. Foi assim que o jornal, *Correio do Ave*, escreveu acerca da Associação um artigo transcrito pelo *O Século*, a 25 de Outubro de 1882, no nº549, onde podemos ver como a Associação era acolhida:

"...Na qualidade de liberais aplaudimos seriamente todos os trabalhos... que essa instrução seja livre, totalmente livre de peias que oprimem as consciências e unicamente baseada... nos princípios... da liberdade, do progresso, da ciência e da democracia... O nosso país é o mais atrasado da Europa e para vergonha nossa, marcha na rectaguarda da Espanha,... há uma escola para cada grupo de 140 habitantes enquanto que entre nós existe uma para cada grupo de 1.100 habitantes, isto quer simplesmente dizer que, a maior parte do povo não sabe ler! Entre nós o professor de instrução primária, ganha apenas o suficiente para não morrer de fome..."

A estas vozes associaram-se também outros órgãos informativos como:

O Jornal do Povo, de Oliveira de Azeméis, *O Penafidense*; *O Povo de Aveiro*. Este, fundado por Homem Cristo⁵³ que foi seu redactor ao longo de 50 anos, sugeria vivamente que contribuíssem para a Associação, pois o ensino devia ser património de todos. Em 29 de Outubro de 1882, num artigo intitulado *Associação de Escolas Móveis*, observava:

"...Nunca é demais o espaço que se consagra á instrução, num país principalmente em que os professores primários morrem á fome, e em que os governos dos senhores eruditos, ignóbeis, mostram o maior desprezo por este importantíssimo ramo da administração pública. Numa sociedade regularmente organizada, a instrução e o ensino, devem ser património de todos. Beneméritos são todos os que para eles concorrem..."

Este articulista, grande amigo e admirador de Casimiro Freire, com uma certa graça, criticava o atraso da instrução, tendo em conta o que constatou nos contactos com vários regimentos, a quem ele próprio ministrou o ensino pelo método de João de Deus. Dizia:

"...se eles [os soldados] não lêem a marcação e numeração das calças, como hão-de compreender a curva da trajectória e o tiro indirecto!..." ⁵⁴

Dizia também que:

"A única maneira de meter seriamente este País na corrente da civilização de o aguentar na luta formidável do progresso é elevar-lhe o nível intelectual" ⁵⁵.

O jornal *O Raio*, igualmente se fez ouvir, aplaudindo o trabalho das Escolas Móveis. A 31 de Outubro de 1882, lia-se:

"...A Associação das Escolas Móveis pelo método de João de Deus apresenta um pensamento generoso e elevado, que deve encontrar aplausos naqueles que têm em alguma conta a instrução do povo português. A Associação propõe enviar professores em missões de três meses às diversas povoações do Reino...Aplaudimos a ideia da Associação".

Foram, pois, múltiplos os jornais que preencheram algumas das suas colunas com artigos, cuja finalidade era dar apoio às Escolas Móveis, e em simultâneo, enaltecer os ideais republicanos, aproveitando a grande chaga de analfabetismo que grassava em Portugal ⁵⁶

Também, Lopes de Oliveira emitira o seu parecer, não se poupando a encómios:

"... Casimiro Freire sentindo a nossa decadência política, a nossa incapacidade para o saber complexo da moderna civilização... entendeu e proclamou que o melhor remédio para tantos males residia na educação das incultas massas populares, fixando na instrução a esperança do ressurgimento nacional... Por isso logo fundou e manteve, através dos vários sacrifícios as Escolas Móveis pelo método de João de Deus, que tem sempre uma singular e grandiosa obra de fé patriótica. João de Deus criara um maravilhoso método... Casimiro Freire, utilizou-o como elemento de emancipação política e social. Ambos esses homens bem mereceram ser lembrados. Se João de Deus é um génio, Casimiro Freire é a força organizadora; se um é o pensamento, outro representa a acção..." ⁵⁷.

Vejamos como algumas revistas e jornais continuam a falar dele.

Na revista *Comércio e Indústria*, em 1904, Gomes da Silva, num artigo intitulado *Um apóstolo*, escreveu o seguinte:

"Compreender o carácter d'aquele inimigo da ignorância, d'aquele iluminador dos cérebros pobres e desconhecidos, é mais do que ser justo, é também ser bom. Conheço esse homem há muitos anos e com ele me

tenho encontrado nas lides da propaganda democrática, desde a tribuna dos clubes até ao gabinete da suprema direcção do meu partido. Sem lho dizer, aprendi a amá-lo e a respeitá-lo...o meu respeito vem de o ter reconhecido homem sério, a valer, d'esses que o são no rosto, no carácter e nas acções! "

Na mesma revista e no mesmo ano, França Borges, com o título, *Um Homem* publicou estas palavras:

"Esse homem não só repele como detesta para ele tudo que seja publicidade... É mais que um modesto... produzindo o bem sem que se veja que ele o produz... Em compensação, falar-lhe sobre o método João de Deus, sobre a Associação das Escolas Móveis... sobre a instrução popular, é pro-porcionar-lhe um grande prazer de espírito. Que a grande aspiração d'esse homem tem sido, é e será que todo o cidadão português saiba lêr. A essa aspiração obedecem o seu amor às Escolas Móveis. Falem-lhe d'essa intuição, mostrem o que ela tem feito, chamem para ela cooperações, indiquem o que ela pode fazer e darão um infinito prazer à sua grande e generosa alma..."

Ainda na mesma publicação e com o título *Merecida Homenagem*, Magalhães Lima, não lhe poupa elogios em 1904:

"Se há quem, na sociedade portuguesa, tenha direito a uma justa homenagem, é, sem dúvida, Casimiro Freire, um estudioso e um sabedor, que em 1882 teve a luminosa ideia de fundar a Associação das Escolas Móveis pelo método João de Deus, como a verdadeira base de toda a democracia bem organizada. É um apóstolo devotado da instrução... Sempre solícito e zeloso na propaganda pela instrução, tem sido a alma e o paladino desvelado e intemerato das Escolas Móveis, que, pelos seus resultados fecundos e indiscutíveis, representam o melhor dos braços para quem, como ele, nunca alimentou outra aspiração que não fosse servir os seus ideais e ser útil ao país".

Do mesmo modo, também no número 175, de Novembro de 1904, com o título *Casimiro Freire*, Elísio Santos, dizia:

"Desde que lhe ouvi uma prelecção ou conferência fazendo a crítica das leis promulgadas em Portugal sobre cereais, aumentou a minha admiração por este homem, por que tive então ensejo de avaliar a que profundos estudos ele se entrega, e da feliz inteligência que possui, muito acima da craveira vulgar do nosso meio... É o protótipo da honradez, do trabalho consciente e da lealdade..."

Igualmente Campos Júnior, escritor de certo renome na época, elogiava a grande obra idealizada pelo fundador da Associação, para assim poder realizar "missões",

que levassem a instrução aos locais mais escondidos, aos locais, como ele algumas vezes referia, serem desconhecidos dos geógrafos mais eruditos:

“...Para ser digno, daquele espantoso passado que o Camões simboliza no mundo e para compreender nos Lusíadas a bíblia sublime da terra portuguesa, era preciso que as multidões soubessem ler em Portugal como sabiam na Suíça, na Bélgica, na Dinamarca, na Holanda, nações de menos grandeza geográfica e de muito menos grandeza histórica em relação à nossa. Mas este imortal país dos Lusíadas era também, por suprema vergonha de nós todos, o maior país de analfabetos que tinha a Europa culta. Para o mudar, tornando-o digno do que fora, era preciso encontrar uma alma iniciadora de lutador, que fosse capaz de se meter aquele mar tenebroso, numa caravela ideal, para conquistar para as escolas essa gente que afrontava a nação e descobrir o país onde o Camões se compreendesse melhor. Casimiro Freire encontrou essa alma em si próprio, e meteu-se á longa e tormentosa viagem, saindo da sua praia de sonho,... levando como pendão o livro pequeno dum grande poeta, do maior poeta do amor depois de Camões. O livro que João de Deus ideou para ensinar a lêr depressa num país onde as escolas primárias eram poucas e más e os analfabetos enchiam a nação de lés a lés. ... E para aquela navegação de longos tempos e duros trabalhos, entendeu Casimiro Freire que a instituição das Escolas Móveis valeria para o Portugal, humilhadoramente distanciado da Europa pela sua instrução elementar, o que valeram para o mundo os faróis das caravelas da Escola de Sagres” ⁵⁸. *“... Fundou ele o Instituto das Escolas Móveis e deu-lhe como dotação maior,... a sua inteligência e a sua alma, igualmente devotadas. E como não é rico, pôs a sua pena de jornalista a pedir esmola para as escolas, a pedir aos compatriotas das analfabetos um vintém por semana para os mandar ensinar a ler. Mas, para infelicidade do país e para mortificação do propagandista, as esmolos têm sido escassíssimas; todavia, a obra de Casimiro Freire não caiu e vai caminhando porque tem lá dentro uma alma a dar-lhe vida - a dele.... O pensamento era grandioso. Já que nas escolas do Estado não cabia a multidão dos analfabetos, nem elas a podiam atrair lá, iriam as missões escolares em busca deles, para a cruzada de conquista contra aquela imensa vergonha que nos acabrunhava em face da Europa. O tesouro público não tinha os milhares de contos que seriam necessários para fundar e abrir os milhares de escolas primárias que faltavam, e mesmo que tivesse todo esse ouro, o empreendimento levaria muitos anos a realizar. Pois não faltassem os vinténs de esmola, e as Escolas Móveis iriam fazer a bendita conquista em quinze ou vinte anos, de terra em terra, até sumirem a monstruosa mácula da civilização portuguesa”* ⁵⁹.

No número 106, de Janeiro de 1905, do *Passatempo*, num artigo intitulado *Homens Ilustres*, escrevia o mesmo escritor:

"bastaria o facto de ser ele o fundador da Associação de Escolas Móveis pelo método de João de Deus, para lhe caberem os mais rasgados elogios. Fundando, em 18 de Maio de 1882, essa benemérita instituição que tanto tem derramado a luz do espírito, levando-a, numa peregrinação gloriosamente humanitária, a todos os pontos do país, Casimiro Freire ligou indissolúvelmente o seu nome a uma obra grandiosa, que a um tempo o honra e perpetua o nome meritório de João de Deus, esse outro fervoroso apóstolo da instrução popular.."

No *Portugal, dicionário histórico, biográfico dirigido por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues* (volume 3, página 584, ano de 1907) podemos ler:

"Casimiro Freire - Jornalista e industrial, chefe da firma Casimiro Freire e C^ª... era amigo e admirador de João de Deus, o grande poeta, e conservou-se fiel á sua memória e aos seus ideais pedagógicos. Por ocasião do Ultimatum Inglês, em 1890, era director da Associação Commercial de Lisboa, que pouco depois, foi dissolvida. Foi pelos seus notáveis trabalhos que ele logrou orientar, o movimento d'essa época. Desde então, o seu projecto, principalmente brilhante pelas estatísticas, em que é muito versado, tem sido de grande proveito para todos os que se ocupam de assuntos económicos e financeiros. Sempre solícito e zeloso para com o instituto que fundou, e de que é tesoureiro, ainda em Maio de 1904 lhe promoveu um beneficio no Salão da Trindade".

A *Enciclopédia das Famílias* (1909, número 274) dizia a seu respeito:

"Casimiro Freire, como jornalista distinto que é, tem posto sempre a sua pena ao serviço da instrução do povo, fazendo em Portugal a propaganda mais persistente do prodigioso método de leitura do autor da Cartilha Maternal. Tem sido um defensor heróico d'este grande momento pedagógico deixado por João de Deus, sabendo sempre acompanhar a defesa literária com as provas práticas do que é o maravilhoso processo de ensinar a ler e a escrever".

No *Álbum Republicano*, o distinto jornalista e escritor, Luís Derouet, afirmou:

"Comerciante inteligente e trabalhador, quase se pode afirmar que á causa da instrução popular tem consagrado todos os momentos que lhe sobram da sua vida activa e honrada. Tem sido de facto, o mais incansável propagandista do método de João de Deus e ao seu esforço ingente se deve sem dúvida, ainda hoje a existência da Associação das Escolas Móveis, por vezes desajudada de todo o auxílio, mas sempre contando com a sua leal e perseverante dedicação. Colaborou durante muito tempo na imprensa republicana".

São talvez muitas as referências aqui testemunhadas ao grande benemérito da instrução popular. Todavia, pensamos que são bem a expressão do respeito de todos quantos o admiraram e da sua autenticidade.

3. Ecos fúnebres

A morte de Casimiro Freire quase passou despercebida porque coincidiu com uma época de terror. Terror político, (leia da morte, prisões, supressão de jornais, etc.) e terror ocasionado pela epidemia de pneumónica que assolou o país, e que o contou entre as suas vítimas. Todavia, os poucos jornais que se publicavam, noticiaram a sua morte com palavras de sentida justiça.

Vamos então transcrever notícias de vários jornais que se referiram à sua morte, todas elas com o título: **Casimiro Freire**.

O Século, 21 de Outubro de 1918:

"Faleceu ontem o Sr. Casimiro Freire,... entranhado propagandista de João de Deus e da sua obra pedagógica, tendo sido fundador das Escolas Móveis, pelo método de João de Deus. Foi também o extinto quem, em 1894, lançou nos colunas do "Século" a ideia da homenagem nacional a prestar ao grande poeta. Sentindo a morte de Casimiro Freire, que com tão dedicado afinho trabalhou pela causa da instrução popular, por ela apresentamos à sua família as nossas mais sinceras condolências".

O jornal, *A Manhã*, de 21 de Outubro de 1918, além do título referido, acrescentava-lhe o sub-título: **"Morreu ontem o velho republicano e infatigável apóstolo da instrução"**

"...É ainda mal refeitos da dor e da surpresa que evocamos, n'uma fugitiva digressão pelo passado, a vida d'esse incorruptível republicano ..., toda ela consubstanciada nessa grandiosa aspiração do seu espírito: a instrução do povo...Toda a fé da sua alma patriótica e todo o entusiasmo da sua mocidade, tudo Casimiro Freire desbaratou prodigamente n'essa faina nobilitante do caminho que traçou! Ao cabo de 75 anos de uma actividade prodigiosa, o velho lutador tombou... obscuramente, na sua casinha da rua das Gaivotas, o benemérito fundador das Escolas Móveis, e morreu, triste é dizê-lo, desconhecido do povo, a quem, afinal, dedicou todo o esforço da sua inteligência e toda a paixão da sua vida..."

A Manhã, de 23 de Outubro de 1918, deu a notícia nos seguintes termos:

"Fez ontem a sua derradeira viagem até Pedrógão Pequeno, terra que lhe foi berço, o nosso prezado e saudoso amigo Casimiro Freire, o devotíssimo Apóstolo da cruzada das Escolas Móveis. Acompanhando-o ... foram muitos dos seus amigos pessoais, velhos companheiros de ideal, professores...Dr. Sousa Costa, José Agostinho Pereira e Sousa, Dr. João de

Barros, Alfredo Pereira, Sousa Fernandes, Francisco Bahia, coronel Sousa Tavares e Gregório Fernandes...Carlos Garcia, Augusto Batista, Custódio Perfeito, Antônio Gonçalves, Abel da Conceição, Visconde de S. Bartolomeu de Messines, Carlos Faro e Eduardo José Gaspar”.

Ilustração Portuguesa, de 2 de Dezembro de 1918, escreveu a seu respeito:

“Não esquece tão cedo o nome do grande patriota Sr. Casimiro Freire, falecido em Lisboa, um grande benemérito da infância. Foi fundador da Associação das Escolas Móveis de ensino pelo método de João de Deus, e acérrimo propagandista dos jardins de ensino para crianças. Prestou relevantes serviços à instrução, de que era fanático convicto”.

O jornal, **Povo de Aveiro, a 9 de Fevereiro de 1919**, homenageou este homem admirável. Apenas o fez nesta data, pelo facto, de estar suspenso, precisamente no período em que Casimiro Freire morreu. Disse então o seguinte:

“...Casimiro Freire, o grande fundador das Escolas Móveis pelo método de João de Deus, o grande apóstolo da instrução popular, apostolado a que dedicou cinquenta anos de vida... que espírito de elite, tão raros nesta terra, que era esse homem!... A esse amigo do povo, a esse trabalhador incansável pela obra da regeneração nacional, a esse grande cidadão, o preito da nossa mais sincera e mais alta admiração. Ele aí fica”.

Como é evidente a **Associação das Escolas pelo Método de João de Deus**, no Relatório de 1917-1918 não podia deixar de se referir ao seu fundador, e fê-lo nos seguintes termos:

“Já depois de concluído este relatório, deu-se o falecimento do presidente honorário da nossa Associação, Casimiro Freire. Não queremos porém, que a publicação deste número se faça, sem prestarmos à memória do fundador da Associação de Escolas Móveis, o preito que merece e as homenagens de que é digno, pois Casimiro Freire foi de todos os nossos cooperadores aquele que com mais entusiasmo, mais viva dedicação e mais profundo carinho, trabalhou. Devem-se-lhe em grandíssima parte - e não o esqueçamos nunca - os resultados já colhidos. O seu combate ao analfabetismo e a paixão pela obra que estamos realizando foram de todos os instantes, através de tudo e contra tudo, sem o mínimo esmo-recimento, sem o mais ligeiro desânimo. Foi um exemplo de persistência e de lealdade, digno duma alma como a sua e dum carácter como o seu. Procuraremos segui-lo, certos de que a melhor homenagem que poderemos prestar à sua memória será fazer progredir esta instituição a que ele dedicou tantos anos da sua vida, todo o valor da sua rara inteligência e todo o esforço da sua vontade”.

O mesmo aconteceu com o Boletim de Propaganda da *Associação das Escolas Móveis* pelo Método de João de Deus, publicado no ano seguinte, n.º 1, 2ª série, 1918-1919, p. 1:

"Com a morte de Casimiro Freire perde a Associação das Escolas Móveis, de que foi o fundador, o seu maior amigo e o seu mais dedicado propagandista. O desaparecimento desse português de lei representa para nós em particular, e para a instrução pública em geral, uma perda enorme, tanto maior quanto é certo que no nosso país, poucos, bem poucos são os que, como Casimiro Freire, gastam toda uma vida na patriótica, alevantada e generosa tarefa de combater o analfabetismo. De hora para hora e de ano para ano Casimiro Freire redobrava de energia na luta em que se empenhara, pregando a cruzada santa da instrução, sem um instante de repouso, sem um desfalecimento, multiplicando a sua actividade, congregando em torno de si todas as vontades, dando corpo e alma a todas as iniciativas, sacudindo todas as indiferenças, preparando pouco a pouco um Portugal maior.

A sua vida é um glorioso exemplo das virtudes máximas dum povo, consagrada inteiramente ao seu país, no mais fecundo e no mais nobre de todos os apostolados. Trabalhou como ninguém e da sua passagem pelo mundo ficou um rastro luminoso que não se apagará mais e será, na longa caminhada que temos a empreender, o nosso guia mais seguro. A sua memória acompanhar-nos sempre, como um incitamento, certo de que a melhor homenagem a prestar-lhe será prosseguir na obra que nos legou - obra tão grande e tão bela, de tão admiráveis e fecundos resultados, que bem merece o aplauso, o apoio e a dedicação de todos os portugueses.

Noutro país o nome de Casimiro Freire andaria em todas as bocas, entre louvores, inscrever-se-ia, a letras de ouro, em todas as escolas, como o dum dos maiores amigos da instrução. Mas ele ficará para sempre nos nossos corações, lembrado pela nossa saudade, e no coração dos pequeninos das nossas escolas que a ele devem, em grande parte, a suprema ventura de saber ler".

Julgamos desnecessários quaisquer comentários, porque as palavras são reveladoras do sentimento que por ele nutriam.

NOTAS

- ¹ Dissertação de tese de Doutoramento no ramo da História das Ideias, especialidade de História e Teoria dos Paradigmas, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- ² Depois dos anos 30 a *Histoire des Annales*, abandonou a sua vocação pela história da economia, do sagrado, do profano, do social, da economia, do sagrado, do profano, do social, da família, da mulher, da educação, etc.
- ³ Cf. Zília Osório de Castro. Da História das Ideias à História das Ideias Políticas. "Cultural" – Revista de História e Teoria das Ideias, 2ª série, vol. XVIII, p.11.
- ⁴ Idem, p.p. 11 a 21.
- ⁵ Cf. José Esteves Pereira, Sobre a História das Ideias. Intervenções. Recensões (1982 – 1988). Centro de História da Cultura, U.L.P. 1992, p.p.22 a 23.
- ⁶ Veja-se Zília Osório de Castro, ob. cit. p.p. 12 a 13.
- ⁷ Veja-se José Esteves Pereira, ob. cit., p. 69.
- ⁸ Idem, p. 70.
- ⁹ Veja-se Zília Osório de Castro, ob. cit., p. 15.
- ¹⁰ Idem, p. 16.
- ¹¹ Idem, p. 15.
- ¹² Gage, *Handbook of Research on Teaching*, 1963, p. 95, citado por Merlin C. Wittrock, *La investigación de la enseñanza, I enfoques, teorías y métodos*, p. 9.
- ¹³ Merlin C. Wittrock, *La investigación de la enseñanza, I enfoques, teorías y métodos*, p. 9.
- ¹⁴ Idem, p.p. 16 e 17.
- ¹⁵ Veja-se nota 15, p. 11.
- ¹⁶ Idem, p. 13.
- ¹⁷ Idem, p. 77.
- ¹⁸ Idem, *Ibidem*.
- ¹⁹ Idem, p. 15.
- ²⁰ Idem, p. 13.
- ²¹ Idem, p. 13 e 14.
- ²² Idem, *Ibidem*.
- ²³ Está fora do nosso propósito traçar uma biografia completa. Cf., O jornal *A Manhã*, de 22 Outubro de 1918. Cf., *Um Apóstolo da Instrução Popular e da Democracia*, Miscelânea, nº 4598, vol., I, 1930, p.9. Veja-se nota 2. J.F., *Casimiro Freire*, in, "Á Memória de Casimiro Freire", no 10º

Aniversário da sua morte Miscelânea nº 4598, vol., IV. "Apesar de não ter sequer exame de instrução primária, falava e escrevia com a maior correcção, sabia francês e italiano e possuía a ilustração própria de um homem culto..." Cf., *Um Apóstolo da Instrução Popular e da Democracia*, Miscelânea nº4598, vol., I, p.10. Idem, Ibidem. Veja-se nota 2.

²⁴ Idem, Ibidem.

²⁵ Casimiro Freire, refere-se a João Jacinto Fernandes, por ocasião da sua morte, com as seguintes palavras: "Mais de 42 anos de convivência com o Senhor João Jacinto Fernandes, meu antigo patrão,...nunca exerceu cargos públicos, nem jamais pertenceu às oligarquias dirigentes, às quais, cabe a inteira responsabilidade da decadência da nossa infeliz pátria". Cf., *Relatório da Associação das Escolas Móveis*, 1897-1904, p.47.

²⁶ Elísio Santos, *Casimiro Freire*, in, "À Memória de Casimiro Freire", no 10º Aniversário da sua morte, Miscelânea nº 4598, vol., IV.

²⁷ Idem, Ibidem.

²⁸ Cf., Salgado Sampaio, *Boletim bibliográfico e informativo*, Gulbenkian, nº 9, p.11.

²⁹ *A Instrução do Povo e o Método de João de Deus, Representação à Câmara dos Srs. deputados*, publicada no Diário do Governo nº 163, de 26 de Junho de 1897, Miscelânea nº 4598, vol., V.

³⁰ O Ultimato inglês de 11 de Janeiro de 1890, e a atitude da Monarquia Portuguesa perante aquela violência, foram os acontecimentos que mais decisivamente concorreram para o definitivo desenvolvimento do Partido Republicano em Portugal. Embora já existisse anteriormente, a organização do Partido Republicano Português era então bastante precária. É, porém, desde aquela data que, o Partido inicia a sua vasta irradiação por todo o País. Cf., D.F. *Partido Republicano Português*, in, "Dicionário de História de Portugal", (Direcção de Joel Serrão) vol. III, p. 596.

³¹ Casimiro Freire, é considerado especialista em dados estatísticos "em que é profunda e extraordinariamente versado...". Cf., Salgado Sampaio, *Boletim bibliográfico, e informativo*, p.11.

³² *Enciclopédia das Famílias*, 1909, nº 274, in, "Um Apóstolo da Instrução Popular, À Memória de Casimiro Freire no 10º aniversário da sua morte". Miscelânea, nº 4598, vol., III.

³³ Elísio Santos, *Casimiro Freire*, in "À Memória de Casimiro Freire no 10º aniversário da sua morte", Miscelânea, nº 4598, vol., IV.

³⁴ França Borges, *Um Homem*, in "À Memória de Casimiro Freire no 10º aniversário da sua morte", Miscelânea, nº 4598, vol., IV.

³⁵ A fundação do jornal, *O Século*, surge em 1881, na sequência do Centenário de Camões, em 1880, ligado ao Partido Republicano Português. Cf., Jorge de Macedo, *Partido Republicano Português*, in, "Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura", vol., XVI, p. 365.

³⁶ Cf., jornal, *O Século*, 29 de Março de 1881. Cf., *Um apóstolo da Instrução Popular e da Democracia*, p.62. Cf., João de Barros, *A Associação das Escolas Móveis e a República*, in "Boletim de Propaganda da Associação das Escolas Móveis", 1915, p. 167. Casimiro Freire aponta o analfabetismo e refere que, pelos cálculos mais rigorosos, a instrução das classes trabalhadoras, dá-nos a média de 950 analfabetos em cada 1000 habitantes do sexo masculino, e 985 analfabetos em igual número de habitantes do sexo feminino, isto, apesar dos cálculos da última estatística nos apresentar 1600 da população sabendo ler e apenas 4 milhões de analfabetos, uma população que pouco excede os 4 milhões e meio de habitantes. Cf., O jornal, *O Século*, 29 de Março, 1881, p.2.

- 37 Cf. O jornal *O Século*, 29/08/1881, p. 2
- 38 Idem, *Ibidem*.
- 39 Idem, 30 de Março de 1881, p. 1.
- 40 Cf., João de Barros *A Associação das Escolas Móveis e a República*, in "Boletim da Associação das Escolas Móveis", Fevereiro, Março, nº19, 1915, p.167. Os magros recursos, não impediram que em 18 de Maio de 1882, se viesse a constituir definitivamente, a Associação de Escolas Móveis, pelo Método de João de Deus. Os estatutos foram elaborados pelos Drs. Jacinto Nunes, Bernardino Pinheiro, e João de Deus, e foram aprovados por Alvará de 16 de Agosto do mesmo ano. Esses estatutos, foram publicados no número 529 do jornal, "O Século", em 1 de Outubro de 1882, dia que consagrou às Escolas Móveis quase toda a sua 1ª página.
- 41 Em 1877 o método de João de Deus era utilizado pelo professor de Olalhas, conforme nos revela *A Correspondência Particular Relativa ao método*, desde Outubro de 1875, até Dezembro de 1883, p. 154.
- 42 No dia 11 de Abril de 1882, o *Penafidense*, refere que João de Deus escolheu este jornal para publicar o resumo da correspondência com ele trocada no primeiro trimestre de 1882, a propósito do seu Método de Leitura. O jornal, grato pelo facto do pedagogo lhe dar preferência, inseriu essa correspondência na primeira e segunda páginas, ou seja, na primeira página foi colocada parte dessa correspondência que, continua na 2ª. A nós, não nos surpreende João de Deus ter escolhido este jornal, dado que, foi um assíduo colaborador no primeiro jornal que se publicou em Penafiel, em 2/3/1864 cujo título era *O Século XIX*.
 Passamos de seguida a transcrever na íntegra essa correspondência, ou seja, o grande número de atestados e documentos como Domingos Tarroso lhes chamou. "Método de João de Deus, *Resumo da correspondência recebida no primeiro trimestre de 1882*, S. Tomé, 19 de Dezembro de 1881. A Exma. Sra. D. Maria Vitória Leal Emauz Pereira envia a cópia que requerera das actas das sessões do Conselho de Instrução Pública no tocante ao método.
 26 de Fevereiro de 1880, o Sr. padre Sebastião Dias Lopes disse: julgo-me autorizado a aconselhar e recomendar o método, e a pedir que seja adoptado nas escolas desta província.
 19 de Julho de 1880 - o Sr. presidente participou ter o almoxarifado da província recebido umas colecções do método e de quadros: o conselho resolveu que se desse disso conhecimento aos professores.
 19 de Agosto de 1881 - resolveu-se que nas escolas continuassem sendo compêndios oficiais o Método de João de Deus, Deveres dos Filhos.
 19 de Dezembro de 1881 - o senhor presidente (Visconde de Pindella) disse que folga em ter na província, a seu cargo, uma professora reconhecidamente habilitada pelo método, que o Conselho sabia quanto ele tinha trabalhado para o introduzir nas escolas da província.
 (circular) O conselho recomenda em especial a adopção do método e mais livros de João de Deus. Covilhã, Associação protectora desvalida, 31 de Dezembro de 1881. Tenho a honra de apresentar a 1ª aula com a Exma. Sra. D. Isabel dos Anjos Rodrigues Grilo. A direcção tem empenho em adoptar e fazer executar o método em todo o rigor. O presidente, José Maria Veiga da Silva Campos Melo.
 Paranamires de baixo de Obido (Pará) 8 de Dezembro de 1881. Escrevi a minha irmã para me mandar uma colecção de cartões e livros necessários. Peço por grande obséquio explicações: se de todo em todo não puder ser, irei aí de propósito. Lourenço de Fonseca Ramos Pinto. Parada do Monte, 12 de Janeiro de 1882. Neste concelho de dezoito freguesias, contam-se nove escolas. Parte dos meus colegas que me têm consultado desejam seguir o método, mas oferece-se-lhe uma dificuldade, ser a cartilha dum preço subido. Tenho remediado este inconveniente copiando o método, não me poupando a trabalho. De combinação com os meus colegas resolvi dirigir-me a V. a fim de ver se lhe seria possível mandar imprimir em um pequeno folheto o que apenas contém os quadros. No caso de não se querer dar a esse incómodo rogava ainda assim de consentir que eu o fizesse, visto que se não prejudicava a parte essencial da obra que são as explicações. António Joaquim de Neiva.

(Foi respondido a este digno professor que os mais necessitados se podem remediar com os quadros e que ao governo compete comprar a obra para a publicar e taxar como quiser, o que por ora é direito exclusivo do autor).

Paty de Alferes, 12 de Janeiro de 1882 (Brasil). Sempre me louvei pela circunstância de ser pela primeira vez posto em prática o método, na escola que fundei para os pobres na freguesia onde nasci.

Visconde de Arcozelo. Ponte de Lima, 13 de Janeiro de 1882. Estamos numa terra onde ao homem que um maior serviço prestou à causa da instrução se responde com o apoio dado a quatro plagiários de banalidades e disparates do estrangeiro. Adolfo D'Anier acaba de publicar um livro onde diz que somos o povo mais estúpido da Europa e que não temos livros próprios (pág. 189).

Domingos Tarroso. Faro, 17 de Janeiro de 1882. Dirijo um colégio, usando, já se vê, na leitura elementar o método, sempre com êxito.

D. Maria Augusta Ferraz Negrão. Foz de Arouca, 1 de Fevereiro de 1882. O método tem dado maravilhosos resultados.

Francisco Maria do Rego. Benavente, 4 de Fevereiro de 1882. Cópia de um ofício que dirigi à Câmara desta vila ficou a ler, escrever, e em contas de multiplicar um analfabeto em trinta e sete lições. Um outro quase analfabeto chegou também a contas de multiplicar, escreve e lê soavelmente; e um terceiro chegou ao fim do método de leitura. É demasiado curto o espaço de três meses para estes cursos, que descontando férias e dias santos ficam reduzidos a dois ou talvez mais: e a não ser o método milagroso, seria despesa e tempo perdidos.

Padre João Simões Matias. Abrunhosa Velha, 5 de Fevereiro de 1882. Desejando pôr em prática o método de leitura exigi da Câmara colecção de quadros. Como a não quisesse deferir, resolvi comprá-los a expensa minha. Tal método é sem dúvida uma maravilha.

António da Costa Paes. Olalhas, 6 de Fevereiro de 1882. Obtive a criação duma cadeira para o sexo feminino nesta freguesia, para a qual a minha mulher já foi nomeada professora. Há enchente de raparigas. Tudo frequente de gosto. Sente-se sobremodo a falta de quadros que a junta de paróquia por enquanto não pode comprar. Trabalho continuamente e sem enfado graças ao imortal método.

Manuel António de Carvalho. Benavente, 23 de Fevereiro de 1882. No 1º de Fevereiro foi-me entregue um menino de seis anos. Temos hoje 16 dias de lição a duas prelecções por dia, e já esta manhã leu a primeira folha dos Deveres!

Padre João Simões Matias. Santa Eulália, 27 de Fevereiro de 1882. Inaugurei o único, o verdadeiro método.

Luis dos Santos Godinho. Porto, Colégio de S. Lázaro, 2 de Março. Saí daí para o Porto, principiei com o método. O ano passado matriculei-me no Instituto Industrial. Já passa de um ano que estou no colégio de S. Lázaro onde tenciono sustentar-me enquanto estiver nesta vida, porque o director é digno de tudo. Estive aqui como externo meio ano: leccionava o método duas horas e meia por dia.

Manuel Marcelino Caldeira. Lisboa, 6 de Março de 1882. Tomo a liberdade de lhe apresentar o Sr. Miguel Rodrigues Correia que deseja explicações sobre o método.

Teixeira Bastos. Lisboa, 9 de Março de 1882. Apresento-lhe o Sr. Mariz Magalhães Lima.

Belém, 9 de Março de 1882. Tendo-se resolvido em assembleia do centro eleitoral republicano a fundação de uma escola pelo nosso método cabe-me a honra de vo-lo transmitir. O presidente, Reis Damazo.

Aveiro, 11 de Março de 1882. O método sobrevirá, porque a verdade é imorredora, mas há-de seguir um caminho irriçado das dificuldades criadas por interesses injustificáveis e mal feridos. José Maria da Graça Afreixo.

Maivos, 16 de Março de 1882. No relatório, expus (ao governo) quão vantajosa é a Cartilha Maternal e também os Deveres dos Filhos. O professor, João António Morais.

Mortágua, 25 de Março de 1882. Não poderá dar-me algumas instruções sobre o método? Dirijo aqui uma aula nocturna a pedido de alguns amigos. Tenho tirado bons resultados não obstante a simples leitura da Cartilha. A minha vontade era ir aí, porém, os meus afazeres não mo permitem por enquanto. Abel Augusto Baptista.

As pessoas que se inscreveram para as explicações do método, estes três meses, e findaram o estudo ou ainda continuam são (Lisboa) a Sra. D. Maria da Piedade, Travessa dos Poiais, n.º 6 - 3ª;

e os Srs. Joaquim António Bastos, Largo de Santa Cruz, 10 - 1^ª; José Gonçalves Martins, Rua de S. Luis, 23 - 1^ª; António Maira Monteiro, Calçada do Monte, 133 - 4^ª; Miguel Rodrigues Correia, Largo do Terreirinho, 6 - 2^ª; Aalcântara) João Simões Mariz, Rua Direita, 43; (Belém) António Francisco dos Santos, Rua da Junqueira, 140; Joaquim José Correia, Calçada de D. Vasco, 66; (Covilhã) a Sra. D. Isabel dos Anjos Rodrigues Grilo, professora da Associação Protectora da Infância desvalida. No último de Março inscreveu-se o Sr. João Inácio Garcia, também de Lisboa. Rua do Patrocínio, 115 - 2^ª. João de Deus".

- 43 Acompanharam-no nesta iniciativa, Bernardino Machado, Jaime Magalhães Lima, Francisco Teixeira de Queiroz, D. Ana de Castro Osório, Homem Cristo, entre outros. Cf., *Relatório da Associação das Escolas Móveis, pelo método João de Deus*, 1882-1883, p.1.
- 44 O Método era ensinado gratuitamente por João de Deus e a Imprensa revelava esse ensino gratuito: "É público e notório, que o Dr. João de Deus explica gratuitamente o seu método às pessoas que lhe são apresentadas com o intuito de conhecer o processo de ensinar a ler pela Cartilha Maternal". Cf., O jornal, *O Século*, 10 de Fevereiro de 1882, p.1.
- 45 Casimiro Freire, um homem de espírito activo e progressista, incansável lutador contra o analfabetismo, contesta o estado lastimável em que se encontra o país, no campo da instrução. Homem firme na velha crença de que não pode ter a nítida compreensão do que seja liberdade, um povo de analfabetos e sem educação cívica. Cf., *Boletim da Associação das Escolas Móveis, pelo método João de Deus*, vol.I, 1907, p.1.
- 46 Quando no ano de 1882 Casimiro Freire lançava as bases da Associação das Escolas Móveis pelo método de João de Deus, o seu espírito culto e fino pressentiu, imediatamente os serviços que a sua iniciativa prestaria ao desenvolvimento e progresso da democracia em Portugal. Ela não representava apenas uma propaganda admiravelmente organizada dum método de leitura, que em si contém em geral todos os princípios essenciais dum novo processo educativo. Isso já seria muito na verdade, mas não era tudo. As forças republicanas começaram então a desabrochar a ganhar cor e carácter sobretudo em Lisboa e no Porto. Cf., João de Barros, *Associação das Escolas Móveis*, in "Boletim de Propaganda"....., 1915, p.167.
- 47 Casimiro Freire em 1908 deixa de ser tesoureiro da Associação das Escolas Móveis.
- 48 Idem, p.51. Cf., *A Instrução do Povo*, 1905, p.37. Num estudo recente, sobre emigração dos portugueses para o Brasil no século XIX, constata-se que: "Os serviços consulares denunciam a massa de serviçais e trabalhadores rurais que desembarca no Rio de Janeiro como analfabeta... Infelizmente, a questão do "saber ler e escrever" dos emigrantes não suscitou uma interrogação inicial por parte das autoridades que concediam o passaporte... De forma sistemática surge a indicação de "não saber escrever", ou "não saber assinar". Cf., Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, p.212.
- 49 Idem, *Ibidem*.
- 50 Cf., *Relatório da Associação das Escolas Móveis*, 1882-1883, p.1.
- 51 "A obra das Escolas Móveis não se encerra somente no ensino que ministrou a alguns milhares de portugueses. Ela foi, sobretudo um grande exemplo cívico que, desprezado pelos dirigentes monárquicos, logo de si, naturalmente contra eles criou corrente, ao mesmo tempo tornou-se um incentivo para todos os patriotas que, pela República combatiam. A acção das Escolas Móveis foi eminentemente educativa e superiormente revolucionária", Cf., *Boletim de Propaganda, Associação de Escolas Móveis e Jardins Escolas João de Deus*, 1913, ano IV, p. 121.
- 52 Cf., *A Instrução do Povo*, 1905, p.85. Cf. Vasco Trancoso, *Grandela e a Foz do Arelho*, Cadernos de História local, n.º 6, 1994, p.p. 56 a 60.

- ⁵³ Francisco Manuel Homem Cristo, nasceu em Aveiro em 3 de Março de 1860 e faleceu em 25 de Fevereiro de 1943. Panfletário e jornalista, fundou o jornal "Povo de Aveiro", de que foi durante 50 anos o único redactor. Fez parte do Directório do Partido Republicano. Polemista impiedoso, atacou com igual virulência monárquicos e republicanos. Autor de uma vasta obra, salienta-se nos aspectos ligados à instrução. Homem Cristo preocupou-se com o combate ao analfabetismo entre os militares. Cf., Salvado Sampaio, ob., cit., p.17. O capitão Homem Cristo, refere-se a Casimiro Freire, como o grande fundador das Escolas Móveis, o grande "Apóstolo da instrução popular", apostolado a que dedicou mais de 50 anos da sua vida. Homem Cristo, chama-lhe "Apóstolo", porque nele havia "toda a fé, entusiasmo, tenacidade e amor, que constituem a alma dos apóstolos. Foi um colossal inimigo do analfabetismo, cheio de abnegação e talento". Cf, *Um Apóstolo da Instrução Popular e da Democracia*, p. 4.
- ⁵⁴ Homem Christo, "Pró-Pátria", p. 220, in, "*Um Apóstolo da Instrução Popular e da Democracia*", p. 68.
- ⁵⁵ Homem Christo, *A Instrução do Povo*, Ano I, nº 1 a 12, Fevereiro de 1905 a Janeiro de 1906, p.157.
- ⁵⁶ Sempre que a República quis travar lutas decisivas, fê-lo à volta das "missões" da Associação, e com êxito em geral triunfante. Cf., *Associação das Escolas Móveis, Boletim de Propaganda*, 1915, p.167. Em 1882, o jornal, *Galeria Republica*, em Abril, com o título *Notas Democráticas* escreve: "...Além das profundas reformas produzidas pelo enérgico ministro de D. José I e que marcam na história da civilização portuguesa, o princípio duma época completamente diferente da passada, em que a realeza e o Jesuitismo de mãos dadas exploravam, a seu bel prazer, o povo português, a secularização do ensino e a expulsão dos Jesuítas, são os dois actos praticados pelo Marquês de Pombal que quanto a nós constituem o verdadeiro motivo de adesão do partido Republicano".
- ⁵⁷ *Boletim das Escolas Móveis*, ano IV, 1913, p.121.
- ⁵⁸ *A Instrução do Povo*, Fevereiro de 1905 e no jornal *Passatempo*, 19 de Janeiro de 1905.
- ⁵⁹ O período posterior a 1905 caracteriza-se por uma actividade, cujas missões são mais intensas, pois à sua volta não faltaram as conferências organizadas por João de Deus Ramos, filho do poeta, a quem ninguém ficava indiferente, e pelos vários apoios que vão tendo em todo o país e do estrangeiro. Após 1905, as missões chegam a África e ao Brasil, conforme nos revelam os Boletins de Propaganda.

RECENSÕES

Manual do Cidadão Aurélio da Paz dos Reis, Porto, Centro Português de Fotografia, Dez. 1998, 331 pp.

Esta obra surge como parte integrante da exposição – *O Manual do Cidadão Aurélio da Paz dos Reis* -, promovida pelo Centro Português de Fotografia nas instalações da Cadeia da Relação no Porto de 11 de Dezembro de 1998 a 28 de Fevereiro de 1999. A sua realização resulta, como nos referiu Maria do Carmo Serén, autora dos textos da obra supracitada, de um trabalho de investigação biográfica, recuperação e tratamento de chapas do fotógrafo com que o Centro Português de Fotografia/M.C. pretendeu não apenas aprofundar o estudo sobre este fotógrafo conhecido como introdutor do cinema em Portugal, como ilustrar o aproveitamento público de um espólio fotográfico. A Exposição, cobriu todos os aspectos mais relevantes do fotógrafo e o seu tempo, sendo suas, na quase totalidade, as imagens expostas.

Este livro, além da introdução, encontra-se dividido em sete grandes partes, a saber:

O Porto de Aurélio.

O Porto – “ O mundo de Aurélio da Paz dos Reis, já não é o dos seus pais, e muito menos do seu avô, transmontano, de local chegado a Vila Real, onde o Miguelismo fizera os primeiros passos com o Marquês de Chaves. O avô de Aurélio chamou ao filho Miguel, pois ele nascera em 1830 e a monarquia deste rei tão amado por uns como odiado por outros, não se preocupava minimamente que lá fora tivesse começado outra onda de liberalismo. Quatro anos depois, o rei absoluto emigra, à força, para Génova, e quem foi miguelista, apesar de estar acompanhado da quase totalidade dos portugueses, ou disfarça ou afasta-se do local de pertença. Ainda assim, é no interior onde as coisas são mais perigosas, com os bandos de liberais e bandoleiros miguelistas a medirem forças no delírio das perseguições” (p.33).

A afirmação de si – “ O Partido Republicano – Aurélio aderiu cedo ao republicanismo. Vivia, afinal, na cidade que teve, por muitos anos, o primeiro e único deputado republicano do país, desde 1878, Rodrigues de Freitas. Era impossível não o conhecer, pois Rodrigues de Freitas estava presente em todas as ocasiões importantes, directa ou indirectamente. Já fôra ele que preparara a Janeirinha e levava Faria Guimarães a liderá-la. Rodrigues de Freitas pertencia à Associação Comercial, escrevia nos jornais. Era um homem recatado, com um público enorme. Fôra ele que redigira a Circular de Constituição do Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto “ (p. 45).

O Porto Político :

Trabalho e Progresso: A Flora Portuense - “ É apenas em 1893 que Aurélio abre a sua casa comercial, a *Flora Portuense*. Fica na Praça de D. Pedro, 57 a 59, no local onde viria, muitos anos depois, estabelecer-se a Confeitaria Ateneia. Entretanto já estava bem desenvolvida a área de cultivo experimental e horto na casa de habitação que Aurélio ocupava em barão de Nova Cintra, no número 125. A casa, com dois andares, rés do chão e sótão, compreendia a casa térrea anexa, que agregava actividades agrícolas respeitantes ao horto e campos de ensaio “ (p. 89).

O Porto Sócio-Cultural:

O ideal da beneficência pública – “ *A Maçonaria* – Aurélio da Paz dos Reis estava registado com o nº 372 no Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, onde usava o nome simbólico de Homero. Apesar da oposição à República identificar Republicanos com maçónicos, apenas dois dos julgados em conselho de guerra após o 31 de Janeiro pertenciam à Maçonaria, Miguel Verdial, desde 1890, e Aurélio da Paz dos Reis. Havia outros comprometidos com a revolta, que não chegaram a ser presos, como Alves da Veiga, António Pinto de Almeida e Francisco Sousa Paula da loja *Independência*” (p. 133).

Triunfo da República:

Fotografia e Cinema – o ideal da inovação – “ de uma forma, embora redutora, dizem os manuais que pode entender-se o cinema como a combinação de um fenómeno físico com uma característica da visão humana. O fenómeno físico é o efeito da Câmara escura, segundo o qual, se numa das faces de uma caixa for feito um orifício, na face oposta forma-se a imagem dos objectos que estão fora da caixa, mas próximos da abertura. A qualidade do olho é a persistência das imagens na retina, responsável pela sensação que temos de ver uma linha continua quando um pequeno ponto de luz é agitado rapidamente à nossa frente ” (p. 173).

Tempos Livres

“ O ideal familiar: Amor, gratidão, respeito - a reputação cívica, nas suas vertentes de intervenção política e social de Aurélio da Paz dos Reis foi sempre acompanhada do louvor às suas qualidades privadas. Aurélio era um bom filho, e a frequência das visitas a casa dos pais e destes a Nova Cintra comprovam-no, - um filho extraordinariamente respeitoso, o que o ar amigável do pai dificilmente nos levaria a supôr, um admirador incondicional da mãe, que pontua, em efígie, nos lugares de honra da casa ” (p. 225).

Viagens:

Um fotógrafo habilíssimo – “ O país não proporciona aos últimos anos de Aurélio qualquer felicidade. Escândalos como de Alves dos Reis enchiam os jornais e alarmavam a finança nacional e internacional. Havia sinais inquietantes de viragem à direita, muitas simpatias pelo que Mussolini desenvolvia em Itália. Paulatinamente os militares, que, a partir de 1918 – e até 1926 - , tinham presidido a 12 dos 26 ministérios, começavam a predominar no Parlamento. Os jornais reclamavam ordem e apresentavam soluções fascistas ” (p. 261).

Um olhar fotográfico

(Conjunto variado de fotografias da autoria de Aurélio da Paz dos Reis) e *biografia* compõem os dois últimos aspectos abordados nesta obra, a qual se reveste de extraordinária importância para a análise do contexto nacional e biográfico de Aurélio da Paz dos Reis, esclarecendo dúvidas e lacunas, não só pelo texto apresentado, como pelas mais de duas centenas de imagens que a compõem. Saliente-se ainda a edição de um CD-ROM sobre esta temática.

Como refere Maria Terêza Siza, Directora do CPF/MC na sua apresentação, “Esta intervenção do Centro Português de Fotografia não teria sido possível sem um desses pequenos milagres que nos reconciliam com a incoerência dos homens: o respeito que o filho e o neto de Aurélio da Paz dos Reis testemunharam pelo espólio do conhecido fundador do cinema português. O espólio é essencialmente fotográfico, mantido com o carinho de quem sabia o seu valor e que sabia mais ainda, que Aurélio da Paz dos Reis era alguém para ser preservado ” (p. 09).

Maria Elvira Rodrigues Castanheira

ERSATZ, Jornal do Centro Português de Fotografia, n.º 01, Julho 1999, 29 pp.

Foi recentemente lançada uma nova revista denominada "Erzats" (objecto sucedâneo por esgotamento da matéria prima. Sucedâneo do real: fotografia química; Sucedâneo do sucedâneo: fotografia digital). Com supervisão de Maria Tereza Siza, direcção de Maria do Carmo Serén e pesquisa iconográfica de Silvestre Lacerda, esta revista "pretende introduzir um esquema informativo da intervenção do Centro e das actividades nacionais e internacionais mais relevantes no campo fotográfico, ao mesmo tempo que proporciona colecionáveis e informação de todo o tipo no universo fotográfico (...) (p. 03).

O primeiro número da "Erzats" encontra-se estruturado da seguinte forma:

* **INTRODUÇÃO** de M. Tereza Siza – "(...) a revista Erzats assegura aos seus futuros leitores que há sempre um lugar para a cultura do prazer antecipativo do virar a página (...) (p. 3).

* **EDITORIAL** de M. do Carmo Serén – "(...) há cerca de um século a fotografia portuguesa merecia um lugar de destaque no país e no estrangeiro (...) nunca como hoje, devido ao impacto da fotografia digital, a fotografia ensaiou caminhos tão críticos sobre o seu objecto (...) (p. 04).

* **NOTÍCIAS**

* **OPINIÃO:**

- "Para onde vai o índice ? – Maria do Carmo Serén – "O confronto entre a fotografia química e digital como um dos focos de reflexão contemporânea sobre o objecto e o autor fotográfico" (p. 08).

* **ARQUIVOS** – "Conservação e restauro de fotografias" – Luís Pavão.

* **UM LUGAR** – "Pavilhão Fotográfico de Carlos Relvas".

* **PORTFOLIO** – Fotografias de Víctor Palla (por ocasião da atribuição do Prémio Nacional de Fotografia).

TEORIAS E PRÁTICAS – "Uma História da Fotografia no Jornal da Associação Industrial Portuense em 1857 " (uma das mais antigas histórias da fotografia de um português).

* **OLHAR, VER E LER** – (recensões de mostras, livros e informações da actualidade fotográfica nacional e internacional).

CARTA DE PARIS por Dominique Gaessler.

CARTA DO RIO por Pedro Karp Vasquez.

AGENDA (EXPOSIÇÕES E ACONTECIMENTOS FOTOGRÁFICOS DIVERSOS).

Maria Elvira Rodrigues Castanheira

ERSATZ, Jornal do Centro Português de Fotografia, n.º 02, Outubro 1999, 29 pp.

No passado dia 20 de Outubro foi lançado o segundo número da "Ersatz", último número de 1999.o qual na opinião de Maria Tereza Siza, "(...) poderá vir a dar testemunho do que acontece no campo da Fotografia, nomeadamente da portuguesa, que começa a conquistar um lugar internacional e, o que é ainda mais importante na solicitação e na cultura portuguesa (...), quando nos aproximamos da entrada em 2000 " com a polémica do post-modernismo ultrapassada e com uma reestruturação da Modernidade no interior de outras finalidades e novos registos, à espera que paradigmas que se avizinham, sejam definitivamente aceites. A Fotografia já se tornou indispensável na consideração sobre o futuro da arte e tende a tornar-se num *locus* de análise da viragem da mentalidade" (p. 03)

O segundo número desta publicação trimestral, revela solidez e maturidade no preenchimento de um vazio até então existente neste género de publicações em Portugal.

Está estruturado da seguinte forma:

INTRODUÇÃO de M. Tereza Siza, introduzindo "o último Ersatz do milénio: a certeza de que a fotografia portuguesa conquistou definitivamente um lugar universal".

EDITORIAL de M. do Carmo Serén – A ultrapassagem do post-modernismo e a variedade das soluções fotográficas – "Vivemos a dilaceração da Modernidade – a economia praticamente reduzida a um mercado alheio às culturas, e estas, exotismos da globalização, oferecidas como política, como ideologias. Vivemos num mundo de mercados, de comunidades e de indivíduos e não num mundo social regulado por instituições (...). Também no nosso país os estilhaços das crenças são apontados através de todos os registos fotográficos, também aqui, muitos fotógrafos perseguem as virtualidades de um modelo de cultura-cultura, perdida a condição do real" (pp. 04/05).

NOTÍCIAS

OPINIÃO:

"O duplo e as cinzas" – Maria do Carmo Serén – "Somos em imagens e o visível é apenas uma visão estruturada contra a dissolução; ser-se é ver-se, e ver é construir uma imagem de síntese, semelhante aquelas que hoje se processam em computador" (p. 08).

ARQUIVOS – "Organização de um Arquivo Fotográfico" – Silvestre Lacerda – "Este artigo pretende ser uma primeira contribuição para um debate que se pretende alargado e plural, isto é, com intervenientes oriundos de diversas formações teóricas e técnicas" (p. 10).

PORTFOLIO – "Fazer tempo" – Augusto Alves da Silva.

TEORIAS E PRÁTICAS – "Retratistas e Daguerreotipistas" – "É sabido como um ano depois dos processos fotográficos de Daguerre e Talbot terem sido descritos na imprensa portuguesa ("O

Panorama", 16-02-39, "Revista Literária do Porto", Março desse ano), a mesma revista, dirigida por Alexandre Herculano, "O Panorama" publica a reprodução do que se considera o primeiro daguerreotipo tirado em Portugal. É uma vista inócua do Palácio da Ajuda, tendo em primeiro plano e praticamente irreconhecíveis o eventual proprietário da máquina fotográfica e um seu ajudante" (p. 20).

OLHAR, VER E LER – (recensões de mostras, livros e informações da actualidade fotográfica nacional e internacional).

CORRESPONDENTES:

Carta de Londres por Sue Davies.

Carta de México por Pablo Ortiz Monasterio.

O LUGAR – "O Estúdio Novaes – Lisboa" de Paulo Catrica – "Os Novaes distinguiram-se na Fotografia Portuguesa desde o último quartel do século XIX (...). A consulta do espólio de cinquenta mil negativos, que se encontra em instituições como o Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, o Centro Português de Fotografia ou a Fundação Calouste Gulbenkian, constituirá decerto um importante documento de pesquisa na História Contemporânea de Portugal (...)" (p. 28).

Maria Elvira Rodrigues Castanheira

INICIATIVAS ...

ENCONTRO INTERNACIONAL – RELAÇÕES PORTUGAL – ESPANHA: COOPERAÇÃO E IDENTIDADE Zamora – 1 e 2 de Outubro

Com o objectivo de promover o estudo das relações Portugal-Espanha e procurando abrir novos caminhos para que a cooperação económica, social e cultural entre os dois países, particularmente entre as regiões do Norte de Portugal e de Castela e Leão seja entendida, no quadro mais amplo da construção da Europa, a Fundação Rei Afonso Henriques e o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPFAM/CEPESE) da Universidade do Porto, realizaram um Encontro Internacional nos dias 1 e 2 de Outubro em Zamora.

Pretendeu-se acrescentar um novo contributo a um conjunto de iniciativas que se têm realizado dos dois lados da fronteira, abrindo novos caminhos à comunidade científica, fomentando o intercâmbio entre os universos académicos português e espanhol, integrando interdisciplinarmente numa densa rede de conhecimentos um saber naturalmente disponível às diversas instâncias de análise e decisão que afectam os dois países e, mais especificamente, as regiões de Trás-os-Montes e Alto-Douro e a comunidade de Castela e Leão, bem como os âmbitos europeu e internacional mais vastos em que se inscrevem. Com efeito, a própria redefinição por que passam os sistemas internacionais em que, directa ou indirectamente, se inserem Portugal e Espanha têm suscitado novas reflexões sobre o relacionamento luso-espanhol e o lugar dos dois Estados Ibéricos no contexto internacional, não obstante, num âmbito mais específico, a intensidade e o impacto das relações transfronteiriças têm feito emergir cada vez mais um pluralismo de situações dentro desta Península que merece ser estudado, e de que, por exemplo, a vivência de uma região fronteiriça como aquela em que se realizou este Encontro Internacional pode constituir uma boa metáfora.

No decorrer desta iniciativa, que reuniu alguns dos mais prestigiados especialistas das relações Portugal-Espanha, foram tratados, entre outros temas, a evolução dos direitos humanos nos dois países, a comparação do mercado de trabalho entre Espanha e Portugal, a evolução demográfica da fronteira luso-espanhola no último século, a imigração portuguesa em Espanha, as relações peninsulares no século passado e as relações transfronteiriças entre o Norte de Portugal e Castela e Leão.

Aguarda-se para breve a publicação das respectivas actas.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO



PROTOCOLO

Entre o ISEGI - Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa com sede na Travessa Estêvão Pinto, Campolide em Lisboa, representada pelo Director , Prof. Doutor Joaquim Manuel Nazareth, e o CEPFAM/CEPESE - Centro de Estudos da População e Família/Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade da Universidade do Porto, com sede na Rua do Campo Alegre, 1055 no Porto, representada pelo Presidente da Direcção, Prof. Doutor Fernando de Sousa, celebra-se o presente protocolo destinado a enquadrar o desenvolvimento de acções de cooperação científica e pedagógica entre as duas instituições.

1ª

O protocolo tem como objectivo definir as bases de uma relação institucional que permita a cooperação e prestação de serviços de características científicas e pedagógicas em áreas de especialidade do ISEGI, designadamente nas áreas de Sistemas de Informação e Decisão, Tecnologias de Informação, Sistemas de Informação Demográfica e Sistemas de Informação Geográfica.

2ª

A cooperação será realizada através do Núcleo de Gestão de Informação do CEGI – Centro de Estatística e Gestão de Informação, Unidade de Investigação do ISEGI.

3ª

Constituirão actividades a incentivar entre as duas instituições: estudos interdisciplinares, intercâmbio na orientação de estudantes de mestrado e doutoramento, desenvolvimento de projectos nas áreas da Demografia, dos Sistemas de Informação Demográfica e dos Sistemas de Informação Geográfica, organização de conferências, congressos, mestrados, seminários, nacionais e internacionais, publicações científicas, disponibilização de meios documentais.

4ª

Dentro das actividades gerais descritas no ponto anterior será dada uma atenção particular às seguintes formas de cooperação:

- a) Números especiais da Revista “População e Sociedade” organizados pelo CEGI/CEPESE;
- b) Participação de membros do CEGI nos órgãos de direcção do CEPESE;
- c) Organização conjunta de um Mestrado a funcionar no CEPESE com extensão ao Certificado Internacional de Ecologia Humana.

5ª

Os modelos de cooperação serão definidos caso a caso e de comum acordo.

6ª

O presente protocolo entrará em vigor na data da sua assinatura e durará enquanto as duas instituições o considerem útil face ao objecto do mesmo.

Lisboa, 29 de Julho de 1999

O Director do ISEGI



Prof. Doutor J. Manuel Nazareth

O Presidente da Direcção
do CEPFAM/CEPESE



Prof. Doutor Fernando Pereira
de Sousa

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
OS GRANDES CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO DO ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO DE PORTUGAL NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA ATÉ AO ANO 2050	5
J. MANUEL NAZARETH	
A ILHA DA MADEIRA – <i>Transição Demográfica e Emigração</i>	25
ISABEL TIAGO DE OLIVEIRA	
A DINÂMICA POPULACIONAL DO CONCELHO DE SETÚBAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	61
MARIA DE LURDES REIZINHO F. SILVA	
A REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA DAS SEDAS EM TRÁS-OS-MONTES NOS FINAIS DE SETECENTOS	87
FERNANDO DE SOUSA	
A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA E A IMPRENSA REGIONAL NO LIMAR DO SÉC. XX	121
MARIA DA GRACA LOPES FERNANDES MARTINS	
PARA A HISTÓRIA DA INDÚSTRIA DAS SEDAS EM TRÁS-OS-MONTES (1819-1823)	167
FERNANDO DE SOUSA	
REPATRIADOS E INTEGRAÇÃO SOCIAL NA ILHA DE S. MIGUEL	221
GILBERTA PAVÃO NUNES ROCHA, OCTÁVIO H. RIBEIRO DE MEDEIROS, FERNANDO JORGE A. DIOGO e LICÍNIO M. VICENTE TOMÁS	
A DECOMPOSIÇÃO ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO RECENSEADA. A DINÂMICA DA POPULAÇÃO ACTIVA E A PROBLEMÁTICA DO ENVELHECIMENTO (1950-1991)	255
LICÍNIO M. VICENTE TOMÁS	
A FÁBRICA DE CHAPÉUS DE S. SEBASTIÃO.....	275
JOSÉ ANTÓNIO REAL PEREIRA RAMADA	
A GUERRA CIVIL DE ESPANHA E O EXÓDO PARA VILA DO CONDE	297
MARIA ADELINA AZEVEDO PILOTO e ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS	
O 2.º INQUÉRITO À EMIGRAÇÃO (<i>Sociedade de Geografia de Lisboa, 1909-1915</i>)	325
JORGE MANUEL BASTOS DA SILVA	
DA TRADIÇÃO MUSICAL PORTUENSE – <i>Ciriaco de Cardoso – Notas Biográficas</i>	335
MARIA JOSÉ FERRARIA	

COOPERATIVISMO E ELECTRIFICAÇÃO RURAL – <i>A Cooperativa Eléctrica do Vale d’Este</i> JORGE FERNANDES ALVES	339
OS ANNAES DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INDÚSTRIA NACIONAL – <i>Os Primórdios da Imprensa Industrial e Associativa em Portugal</i>	425
MARIA ELVIRA RODRIGUES CASTANHEIRA	
CASIMIRO FREIRE E AS ESCOLAS MÓVEIS	443
RECENSÕES	475
MARIA ELVIRA RODRIGUES CASTANHEIRA	
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO	481

Colaboraram neste número:

ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS

FERNANDO JORGE A. DIOGO

FERNANDO DE SOUSA

GILBERTA PAVÃO NUNES ROCHA

ISABEL TIAGO DE ALMEIDA

J. MANUEL NAZARETH

JORGE FERNANDES ALVES

JORGE MANUEL BASTOS DA SILVA

JOSÉ ANTÓNIO REAL PEREIRA RAMADA

LICÍNIO M. VICENTE TOMÁS

MARIA ADELINA AZEVEDO PILOTO

MARIA ELVIRA RODRIGUES CASTANHEIRA

MARIA DA GRAÇA LOPES FERNANDES MARTINS

MARIA ISOLINA ALVES PEREIRA

MARIA JOSÉ FERRARIA

MARIA DE LURDES REIZINHO E SILVA

OCTÁVIO H. RIBEIRO DE MEDEIROS